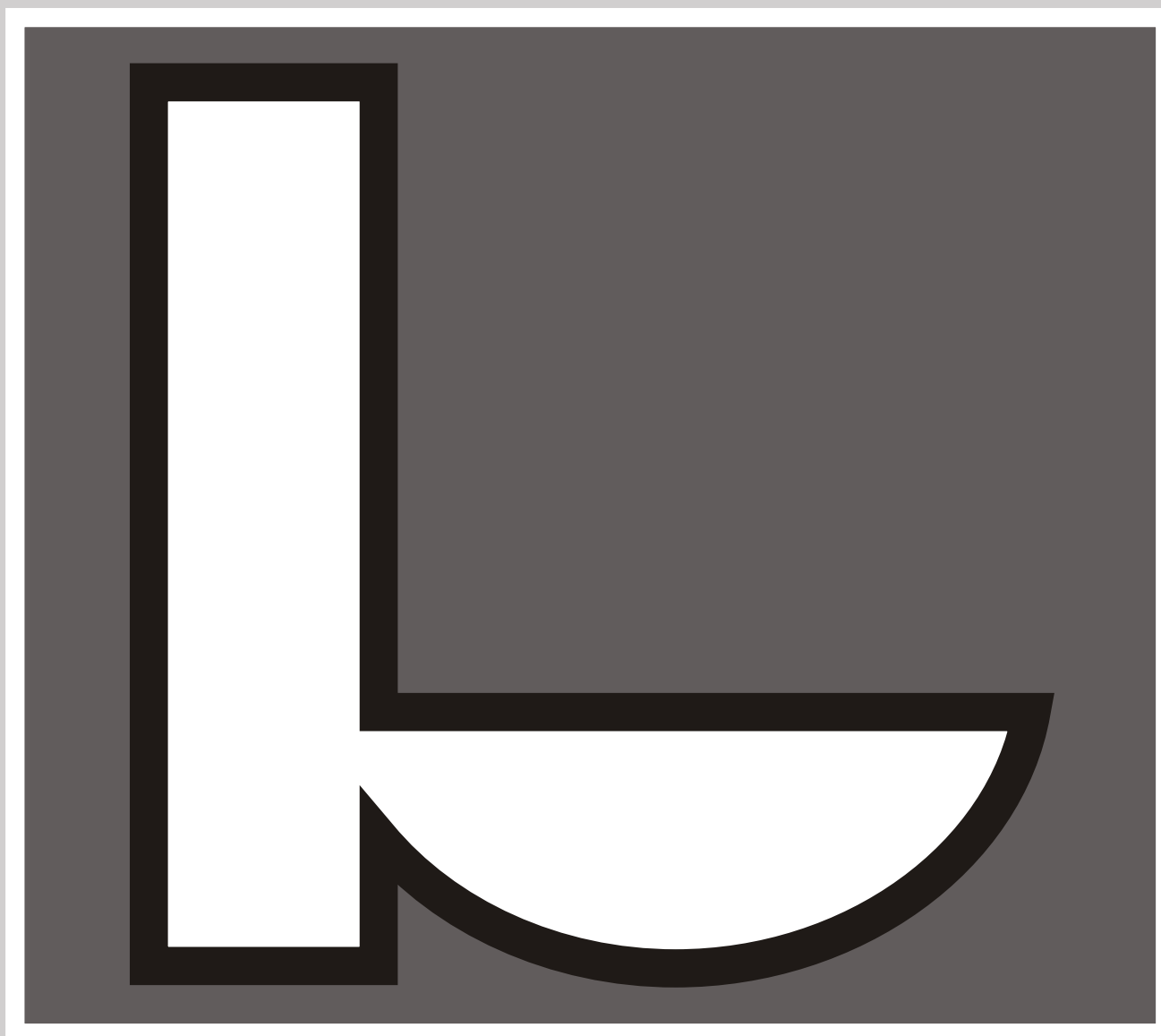




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

ANO LXI - Nº 167 - SEXTA-FEIRA, 6 DE OUTUBRO DE 2006 - BRASÍLIA-DF

**MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
(Biênio 2005/2006)**

PRESIDENTE	ALDO REBELO - PCdoB - SP
1º VICE-PRESIDENTE	JOSÉ THOMAZ NONÔ - PFL - AL
2º VICE-PRESIDENTE	CIRO NOGUEIRA - PP - PI
1º SECRETÁRIO	INOCÊNCIO OLIVEIRA - PL - PE
2º SECRETÁRIO	NILTON CAPIXABA - PTB - RO
3º SECRETÁRIO	EDUARDO GOMES - PSDB - TO
4º SECRETÁRIO	JOÃO CALDAS - PL - AL
1º SUPLENTE	GIVALDO CARIMBÃO - PSB - AL
2º SUPLENTE	JORGE ALBERTO - PMDB - SE
3º SUPLENTE	GERALDO RESENDE - PPS - MS
4º SUPLENTE	MÁRIO HERINGER - PDT - MG

CONGRESSO NACIONAL

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 53, DE 2006

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 317, de 16 de agosto de 2006, que "Altera dispositivos da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006, que dispõe sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, e dá outras providências", terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 16 de outubro de 2006, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.**

Congresso Nacional, 5 de outubro de 2006.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

LEI Nº 11.350, DE 5 DE OUTUBRO DE 2006.

Regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição Federal, dispõem sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 297, de 2006, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o art. 12 da Resolução nº 1, de 2002-CN, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º As atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, passam a reger-se pelo disposto nesta Lei.

Art. 2º O exercício das atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, nos termos desta Lei, dar-se-á exclusivamente no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, na execução das atividades de responsabilidade dos entes federados, mediante vínculo direto entre os referidos Agentes e órgão ou entidade da administração direta, autárquica ou fundacional.

Art. 3º O Agente Comunitário de Saúde tem como atribuição o exercício de atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor municipal, distrital, estadual ou federal.

Parágrafo único. São consideradas atividades do Agente Comunitário de Saúde, na sua área de atuação:

- I – a utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico e sociocultural da comunidade;
- II – a promoção de ações de educação para a saúde individual e coletiva;
- III – o registro, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde;
- IV – o estímulo à participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde;
- V – a realização de visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família; e

VI – a participação em ações que fortaleçam os elos entre o setor saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida.

Art. 4º O Agente de Combate às Endemias tem como atribuição o exercício de atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor de cada ente federado.

Art. 5º O Ministério da Saúde disciplinará as atividades de prevenção de doenças, de promoção da saúde, de controle e de vigilância a que se referem os arts. 3º e 4º desta Lei e estabelecerá os parâmetros dos cursos previstos nos incisos II do caput do art. 6º e I do caput do art. 7º desta Lei, observadas as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação.

Art. 6º O Agente Comunitário de Saúde deverá preencher os seguintes requisitos para o exercício da atividade:

I – residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital do processo seletivo público;

II – haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada; e

III – haver concluído o ensino fundamental.

§ 1º Não se aplica a exigência a que se refere o inciso III do caput deste artigo aos que, na data de publicação da Medida Provisória nº 297, de 9 de junho de 2006, estavam exercendo atividades próprias de Agente Comunitário de Saúde.

§ 2º Compete ao ente federativo responsável pela execução dos programas a definição da área geográfica a que se refere o inciso I do caput deste artigo, observados os parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

Art. 7º O Agente de Combate às Endemias deverá preencher os seguintes requisitos para o exercício da atividade:

I – haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada; e

II – haver concluído o ensino fundamental.

Parágrafo único. Não se aplica a exigência a que se refere o inciso II do caput deste artigo aos que, na data de publicação da Medida Provisória nº 297, de 9 de junho de 2006, estavam exercendo atividades próprias de Agente de Combate às Endemias.

Art. 8º Os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias admitidas pelos gestores locais do SUS e pela Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, na forma do disposto no § 4º do art. 198 da Constituição Federal, submetem-se ao regime jurídico estabelecido pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, salvo se, no caso dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, lei local dispuser de forma diversa.

Art. 9º A contratação de Agentes Comunitários de Saúde e de Agentes de Combate às Endemias deverá ser precedida de processo seletivo público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para o exercício das atividades, que atenda aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Parágrafo único. Caberá aos órgãos ou entes da administração direta dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios certificarem, em cada caso, a existência de anterior processo de seleção pública, para efeito da dispensa referida no parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, considerando-se como tal aquele que tenha sido realizado com observância dos princípios referidos no caput deste artigo.

Art. 10. A administração pública somente poderá rescindir unilateralmente o contrato do Agente Comunitário de Saúde ou do Agente de Combate às Endemias, de acordo com o regime jurídico de trabalho adotado, na ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

I – prática de falta grave, dentre as enumeradas no art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT;

II – acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

III – necessidade de redução de quadro de pessoal, por excesso de despesa, nos termos da Lei nº 9.801, de 14 de junho de 1999; ou

IV – insuficiência de desempenho, apurada em procedimento no qual se assegurem pelo menos um recurso hierárquico dotado de efeito suspensivo, que será apreciado em 30 (trinta) dias, e o prévio conhecimento dos padrões mínimos exigidos para a continuidade da relação de emprego, obrigatoriamente estabelecidos de acordo com as peculiaridades das atividades exercidas.

Parágrafo único. No caso do Agente Comunitário de Saúde, o contrato também poderá ser rescindido unilateralmente na hipótese de não-atendimento ao disposto no inciso I do caput do art. 6º desta Lei, ou em função de apresentação de declaração falsa de residência.

Art. 11. Fica criado, no Quadro de Pessoal da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, Quadro Suplementar de Combate às Endemias, destinado a promover, no âmbito do SUS, ações complementares de vigilância epidemiológica e combate a endemias, nos termos do inciso VI do caput e parágrafo único do art. 16 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

Parágrafo único. Ao Quadro Suplementar de que trata o caput deste artigo aplica-se, no que couber, além do disposto nesta Lei, o disposto na Lei nº 9.962, de 22 de fevereiro de 2000, cumprindo-se jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 12. Aos profissionais não-ocupantes de cargo efetivo em órgão ou entidade da administração pública federal que, em 14 de fevereiro de 2006, a qualquer título, se achavam no desempenho de atividades de combate a endemias no âmbito da FUNASA é assegurada a dispensa de se submeterem ao processo seletivo público a que se refere o § 4º do art. 198 da Constituição, desde que tenham sido contratados a partir de anterior processo de seleção pública efetuado pela FUNASA ou por outra instituição, sob a efetiva supervisão da FUNASA e mediante a observância dos princípios a que se refere o caput do art. 9º desta Lei.

§ 1º Ato conjunto dos Ministros de Estado da Saúde e do Controle e da Transparência instituirá comissão com a finalidade de atestar a regularidade do processo seletivo para fins da dispensa prevista no caput deste artigo.

§ 2º A comissão será integrada por 3 (três) representantes da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União, um dos quais a presidirá, pelo Assessor.

Especial de Controle Interno do Ministério da Saúde e pelo Chefe da Auditoria Interna da FUNASA.

Art. 13. Os Agentes de Combate às Endemias integrantes do Quadro Suplementar a que se refere o art. 11 desta Lei poderão ser colocados à disposição dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, no âmbito do SUS, mediante convênio, ou para gestão associada de serviços públicos, mediante contrato de consórcio público, nos termos da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, mantida a vinculação à FUNASA e sem prejuízo dos respectivos direitos e vantagens.

Art. 14. O gestor local do SUS responsável pela contratação dos profissionais de que trata esta Lei disporá sobre a criação dos cargos ou empregos públicos e demais aspectos inerentes à atividade, observadas as especificidades locais.

Art. 15. Ficam criados 5.365 (cinco mil, trezentos e sessenta e cinco) empregos públicos de Agente de Combate às Endemias, no âmbito do Quadro Suplementar referido no art. 11 desta Lei, com retribuição mensal estabelecida na forma do Anexo desta Lei, cuja despesa não excederá o valor atualmente despendido pela FUNASA com a contratação desses profissionais.

§ 1º A FUNASA, em até 30 (trinta) dias, promoverá o enquadramento do pessoal de que trata o art. 12 desta Lei na tabela salarial constante do Anexo desta Lei, em classes e níveis com salários iguais aos pagos atualmente, sem aumento de despesa.

§ 2º Aplica-se aos ocupantes dos empregos referidos no caput deste artigo a indenização de campo de que trata o art. 16 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991.

§ 3º Caberá à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão disciplinar o desenvolvimento dos ocupantes dos empregos públicos referidos no caput deste artigo na tabela salarial constante do Anexo desta Lei.

Art. 16. Fica vedada a contratação temporária ou terceirizada de Agentes Comunitários de Saúde e de Agentes de Combate às Endemias, salvo na hipótese de combate a surtos endêmicos, na forma da lei aplicável.

Art. 17. Os profissionais que, na data de publicação da Medida Provisória nº 297, de 9 de junho de 2006, exerciam atividades próprias de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias, vinculados diretamente aos gestores locais do SUS ou a entidades de administração indireta, não investidos em cargo ou emprego público e não alcançados pelo disposto no parágrafo único do art. 9º desta Lei poderão permanecer no exercício destas atividades, até que seja concluída a realização de processo seletivo público pelo ente federativo, com vistas no cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 18. Os empregos públicos criados no âmbito da FUNASA, conforme disposto no art. 15 desta Lei e preenchidos nos termos desta Lei, serão extintos, quando vagos.

Art. 19. As despesas decorrentes da criação dos empregos públicos a que se refere o art. 15 desta Lei correrão à conta das dotações destinadas à FUNASA, consignadas no Orçamento Geral da União.

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 21. Fica revogada a Lei nº 10.507, de 10 de julho de 2002.

Congresso Nacional, 5 de outubro de 2006. – 185º da Independência e 118º da República. Senador **Renan Calheiros** – Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ANEXO

AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS		
CLASSE	NÍVEL	SALÁRIO - 40 HS
D	20	1.180,99
	19	1.152,18
	18	1.124,08
	17	1.096,67
	16	1.069,92
C	15	1.018,97
	14	994,12
	13	969,87
	12	946,21
	11	923,14
B	10	879,18
	9	857,73
	8	836,81
	7	816,40
	6	796,49
A	5	758,56
	4	740,06
	3	722,01
	2	704,40
	1	687,22

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SEÇÃO I

SUMÁRIO

1 – ATA DA 152ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, ORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 52ª LEGISLATURA, EM 05 DE OUTUBRO DE 2006

I – Abertura da sessão

II – Leitura e assinatura da ata da sessão anterior

III – Leitura do expediente

OFÍCIOS

Nº 232/06 – Do Senhor Deputado Fernando Coruga, Líder do PPS, indicando o Deputado Rogério Teófilo para a vaga de Vice-Líder do referido Partido. 46108

Nº 49/06 – Do Senhor Deputado Sigmaringa Seixas, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, consultando sobre a possibilidade de alteração do regime de tramitação do PL nº 2.600/03 com fulcro no art. 24, II, *g* do Regimento Interno da Câmara dos Deputados..... 46108

SESSÃO ORDINÁRIA DE 5-10-2006

IV – Pequeno Expediente

MAURO BENEVIDES (PMDB, CE) – Transcurso do 18º aniversário de promulgação da Constituição Federal. 46108

EDUARDO VALVERDE (PT, RO) – Bloqueio da BR-129 (Rodovia Transamazônica), por indígenas dos Estados de Rondônia e do Amazonas, em protesto contra a escassez de recursos na Fundação Nacional do Índio – FUNAI. Atuação parlamentar do orador em defesa dos interesses dos índios brasileiros. Importância de aprovação da política indigenista. Ações do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em favor da área social e dos povos indígenas. Natureza discriminatória de declarações do Governador do Estado de São Paulo, Cláudio Lembo. 46109

GILMAR MACHADO (PT, MG) – Reeleição do orador. Reiteração do comprometimento com a evolução do setor educacional. Cumprimento, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de compromissos assumidos com as populações da região do Triângulo Mineiro. Apoio à reeleição do Presidente da República..... 46110

LUIZ COUTO (PT, PB) – Conveniência de apuração, pela Justiça Eleitoral, de irregularidade praticada pelo PFL do Estado de Pernambuco na

eleição para Presidente da República. Agradecimento ao eleitorado do Estado da Paraíba pela recondução do orador à Câmara dos Deputados. Diretrizes de sua atuação parlamentar..... 46111

VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB, AM) – Repúdio às declarações do jornalista norte-americano Joe Sharkey sobre o controle do tráfego aéreo brasileiro. Encaminhamento de indicação ao Poder Executivo para adoção de providências sobre o episódio. 46112

JACKSON BARRETO (PTB, SE) – Comprometimento de grande parte da mídia sergipana com o Governo João Alves. Retratação de críticas à Rádio **103 FM** e à Rádio **FM Xingó**. Contestação ao discurso proferido pelo Deputado Mendonça Prado contra o orador. Utilização da máquina pública na campanha eleitoral pelo Governador João Alves. 46112

PAULO PIMENTA (PT, RS) – Combate à corrupção pelo Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Comparação entre os Governos do PSDB e do PT. Otimismo quanto à reeleição do Presidente da República e à eleição de Olívio Dutra para Governador do Estado do Rio Grande do Sul..... 46113

MAURO BENEVIDES (PMDB, CE) – Como Líder. Discurso retirado pelo orador para revisão.) – Defesa de votação da proposta de reforma política na atual legislatura..... 46114

PRESIDENTE (Eduardo Valverde) – Saudação aos alunos do Colégio da Polícia Militar presentes nas galerias do plenário..... 46114

LUIZ COUTO (PT, PB – Como Líder) – Apoio à reeleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. 46114

V – Grande Expediente

PASTOR FRANKEMBERGEN (PTB, RR) – Agradecimento aos eleitores do Estado de Roraima pelos votos recebidos pelo orador nas eleições de 2006. Desempenho do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima. Abusos praticados em decorrência de uso de poder econômico no pleito eleitoral. Necessidade de realização da reforma política. Repúdio às pressões estrangeiras para internacionalização da Amazônia. 46116

ORLANDO DESCONSI (PT, RS) – Comparação entre as realizações dos Governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Restabelecimento da política de privatização de estatais no caso de eleição de Geraldo Alckmin para a Presidência da República e de Yeda Crusius

para o Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Expectativa de reeleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de eleição de Olívio Dutra para o Governo gaúcho. 46118

DARCÍSIO PERONDI (PMDB, RS – Pela ordem) – Apoio à eleição de Yeda Crusius para o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e de Geraldo Alckmin para a Presidência da República. Críticas ao Governo Luiz Inácio Lula da Silva. 46122

EDUARDO VALVERDE (PT, RO) – Falta de ética e moralidade da Oposição. Tentativa de suborno do empresário Luiz Antonio Vedoin em benefício do então candidato ao Governo do Estado de São Paulo José Serra. Resultado de auditorias realizadas pela Controladoria-Geral da União. 46123

Apresentação de proposições: PODER EXECUTIVO, LEONARDO VILELA, VANESSA GRAZZIOTIN, PODER EXECUTIVO..... 46127

VI – Ordem do Dia

(Debates e Trabalho de Comissões.)

LEONARDO VILELA (PSDB, GO – Pela ordem) – Contestação a pronunciamentos de Deputados do Partido dos Trabalhadores. Críticas ao Governo petista. Exigência de esclarecimento, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sobre o envolvimento de petistas em escândalos de corrupção. 46127

NILSON MOURÃO (PT, AC – Pela ordem) – Posicionamento de Geraldo Alckmin, na condição de Líder do PSDB na Casa em 1993, contrário à proposta de criação de áreas de livre comércio no Estado do Acre. 46128

DARCÍSIO PERONDI (PMDB, RS – Pela ordem) – Contestação ao pronunciamento do Deputado Nilson Mourão contra o candidato à Presidência da República, Geraldo Alckmin..... 46128

ORLANDO DESCONSI (PT, RS – Pela ordem) – Inadimplência do Governo do Estado do Rio Grande do Sul no repasse de recursos para Municípios. Apoio do Governo do Estado à candidata Yeda Crusius. Otimismo quanto ao apoio dos eleitores gaúchos à reeleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e à eleição de Olívio Dutra para Governador..... 46129

EDUARDO VALVERDE (PT, RO – Pela ordem) – Transcurso do 92º aniversário de fundação de Porto Velho, Estado de Rondônia. Ações desenvolvidas pelo Prefeito da Capital Roberto Eduardo Sobrinho. Investimentos realizados pelo Governo Federal em Rondônia. 46130

DARCÍSIO PERONDI (PMDB, RS – Pela ordem) – Excelência da política de saúde pública do Governo do Rio Grande do Sul. Apoio à eleição de Yeda Crusius para Governadora do Estado. 46131

GILMAR MACHADO (PT, MG – Pela ordem) – Agradecimento ao povo mineiro pela recondução do orador à Casa. Empenho do Governo petista na investigação de denúncias de corrupção. Defesa

de realização da reforma política. Realização de trabalho político junto à comunidade evangélica em favor da reeleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Congratulação ao Ministro da Educação, Fernando Haddad, pela expansão dos ensinos técnico e universitário. 46131

LUIZ COUTO (PT, PB – Pela ordem) – Relevância do artigo *O que está em jogo*, de autoria do cientista e Prof. Emir Sader, a respeito da sucessão presidencial. 46133

VII – Comunicações Parlamentares

(Não houve oradores inscritos.)

VIII – Encerramento

2 – DECLARAÇÃO DE PREJUDICIALIDADE

Declara a prejudicialidade dos Projetos de Lei nºs 117/99 e 3.560/04.

COMISSÕES

3 – ATAS

Comissão de Minas e Energia, * 26ª Reunião (Audiência Pública), em 10.9.03, * 28ª Reunião (Audiência Pública), em 18.9.03, 31ª (Ordinária), em 22-10-03 e * 32ª Reunião (Audiência Pública), em 29-10-03. 46143

Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, 11ª Reunião (Ordinária) em 5-5-05, 14ª Reunião (Ordinária) em 22-6-05, 15ª Reunião (Ordinária) em 29-6-05, 16ª Reunião (Ordinária) em 3-8-05, 18ª Reunião (Ordinária) em 24-8-05, 19ª Reunião (Ordinária) em 31-8-05, 20ª Reunião (Ordinária) em 14-9-05, 23ª Reunião (Ordinária), em 5-10-05 e 24ª Reunião (Ordinária) em 19-10-05, 46143

Comissão de Seguridade Social e Família, * 32ª Reunião (Audiência Pública), em 9-11-04, * 33ª Reunião (Audiência Pública), em 10-11-04, * 36ª Reunião (Audiência Pública), em 23-11-04 e * 37ª Reunião (Audiência Pública), em 24-11-04. ... 46214

Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, 7ª Reunião (Eleição do Segundo e do Terceiro-Vice-Presidente), em 3-5-06, 8ª Reunião (Extraordinária), em 3-5-06, 9ª Reunião (Audiência Pública) em 9-5-06, 10ª Reunião (Audiência Pública), em 10-5-06, 11ª Reunião (Audiência Pública), em 17-5-06, 12ª Reunião (Extraordinária), em 17-5-06, 13ª Reunião (Ordinária), em 24-05-06, 14ª Reunião (Ordinária), em 31-5-06, Termos de Reunião, em 7-6 e 2-8, de 2006.. 46225

* Atas com notas taquigráficas

4 – DESIGNAÇÕES

a) Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, em 23-2, 8-3, 11 e 24-5, 12-7 e 9-8, de 2006. 46231

SEÇÃO II

5 – ATOS DO PRESIDENTE

a) Tornar sem Efeito Exoneração: Ana Maria da Conceição Santos, Shirlei Darcle Canabarro. ... 46242

b) Tornar sem Efeito Nomeação: Ailton Pessino, Aluizio Henrique Dutra de Almeida, Ana Paula

Moura Ferreira, André Luiz Brasil Varandas Pinto, Eduardo Bastiani, Elinete de Almeida Morais, Francisco Soares Loureiro, Giovani Savio de Andrada Oliveira, Manoel Carlos Lyra de Melo..... 46246

c) Exonerar: Daniele de Souza Lira, David de Sá Fontes, José Maria Chaves Pinheiro Lopes, Luiza Maria Vieira Bastos de Almeida, Patricia Daher Rodrigues Santiago, Priscila Verissimo de Souza, Selva de Almeida Sena, Walter Gualberto de Brito..... 46246

d) Nomear: Angelica de Figueiredo Vilella de Andrade, Carlos Frederico Martins Bandeira, Daniele de Souza Lira, David de Sá Fontes, Elizete Lionel, Estefânio dos Santos Castro, Evanio Alves Pires,

Fabiano de Almeida e Silva , Francisco Castro Neto, Gandhi Gouveia Belo da Silva , Lorena Moreira da Silva, Luiza Maria Vieira Bastos de Almeida, Maria Clara de Barros Correia Dantas, Maria Norma Dantas Dourado de Faria, Michelle Sousa Veras, Ney Evangelista Tavares, Patricia Daher Rodrigues Santiago, Pauliane Maria Brandão Alcântara, Pedro Henrique Geisel, Priscila Veríssimo de Souza, Rodrigo Augusto Chaves Belo da Silva , Walter Gualberto de Brito 46247

6 – MESA

7 – LÍDERES E VICE-LÍDERES

8 – DEPUTADOS EM EXERCÍCIO

9 – COMISSÕES

Ata da 152ª Sessão, em 5 de outubro de 2006

*Presidência dos Srs. Luiz Couto, Eduardo Valverde, Orlando Desconsi,
§ 2º do artigo 18 do Regimento Interno*

I – ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – LEITURA DA ATA

O SR. MAURO BENEVIDES, servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Passa-se à leitura do expediente.

O SR. EDUARDO VALVERDE, servindo como 1º Secretário, procede à leitura do seguinte

III – EXPEDIENTE

OF/LID/Nº 232/2006

Brasília, 3 de outubro de 2006

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Aldo Rebelo
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 9º, § 1º do Regimento Interno, apraz-me indicar a Vossa Excelência o Deputado Rogério Teófilo para ocupar, a partir de 5 de outubro de 2006, a vaga de vice-líder, regimentalmente destinada ao Partido Popular Socialista – PPS, nesta 52ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa, com a pertinente observação de que este Parlamentar estará ocupando, em substituição, a vaga ora titulada pelo Deputado Raul Jungmann.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência protesto de distinta consideração.

Atenciosamente, Deputado **Fernando Coruja**, Líder.

Defiro. **Publique-se**. Ao Senhor Diretor-Geral.

Em 5-10-06. – **Aldo Rebelo**, Presidente.

Of. nº 49 – P/2006 – CCJC

Brasília, 12 de abril de 2006

Exmo. Sr.
Deputado Aldo Rebelo
DD. Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Consulto Vossa Excelência sobre a possibilidade de alteração do regime de tramitação do Projeto de Lei nº 2.600, de 2003, com fulcro no art. 24, II, **g**, do RICD, tendo em vista a apresentação de emenda pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado modificando o prazo de vigência da Lei, caracterizando, dessa forma, parecer divergente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência meus protestos de elevada estima e consideração. – Deputado **Sigmaringa Seixas**, Presidente.

PRESIDÊNCIA/SGM

Caracterizada a divergência entre os pareceres proferidos pelas Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio – CDEIC e de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado – CSPCCO, determino a alteração do regime de deliberação do PL nº 2.600/2003, para o fim de submetê-lo ao Plenário, na forma do art. 24, II, **g**, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Publique-se. Oficie-se. Arquive-se.

Em 5-10-06. – **Aldo Rebelo**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Finda a leitura do expediente, passa-se ao

IV – PEQUENO EXPEDIENTE

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Deputado Luiz Couto, Sras. e Srs. Deputados, senhores telespectadores da *TV Câmara*, transcorre hoje o 18º aniversário de promulgação da atual Carta Magna, na qual se acham consubstanciadas conquistas relevantes, decorrentes do ingente esforço dos Constituintes, tendo à frente o saudoso Ulysses Guimarães, considerado, com justa razão, o reconstrutor do Estado de Direito no País, após a transição operacionalizada durante a gestão do Presidente José Sarney.

Como 1º Vice-Presidente que fui da Assembléia, coube-me, historicamente, a tarefa de coadjuvar a ação do Senhor Diretas, presidindo o Plenário, em discussões intermináveis, quando estiveram em jogo

emendas de enorme alcance social, cuja tramitação era acompanhada, com vivo interesse, por parte de todos os segmentos da comunidade brasileira.

Ainda recorde, com viva emoção, o instante em que Ulysses empalmou o primeiro exemplar da Carta Cidadã, ressaltando que nela haviam sido inseridos direitos e faculdades às crianças e adolescentes, idosos, mulheres, deficientes, índios e negros, assegurando às minorias prerrogativas até então totalmente à margem de reconhecimento formal.

Assinalava-se, afinal, o término da fase de autoritarismo, principiada em março de 1964, quando as liberdades públicas foram cerceadas e os atos de arbítrio comandaram o processo em curso, com cassações de mandatos, suspensão de direitos políticos, processos iníquos e prisões injustas, numa seqüência avassaladora de atos incompatíveis com a formação cívica de nosso povo.

A eleição de 16 Senadores do bravo MDB, entre os quais estava eu incluído representando o Ceará, ensejou a chamada “abertura lenta e gradual”, no Governo Geisel, da qual foi exímio articulador o Senador Petrônio Portela, um dos mais talentosos homens públicos de sua geração, com relevantes serviços prestados à causa da normalização democrática.

O processo revisional, levado a efeito 5 anos depois, resultou frustrante, pois apenas 6 emendas foram acolhidas, dentro de uma pletera de inúmeras sugestões, desprezadas no torvelinho de diversificados interesses, que tiveram como dedicado e competente Relator o Ministro Nelson Azevedo Jobim, que, até pouco tempo, dirigiu o Supremo Tribunal Federal, impondo-se na condição de magistrado integérrimo, detentor de cultura polimorfa e aguçada sensibilidade para dirimir pendências judiciais e legislativas.

A relembração de todos esses aspectos históricos objetiva enaltecer a ação profícua de todos quantos colaboraram para a elaboração de nossa Lei Maior, hoje com mais de 50 emendas, inspiradas em uma nova realidade emergente, fundamentadas em sucessivas alterações que passaram a prevalecer entre nós.

Se é certo que a Constituição experimentou seguidas atualizações, não se lhe pode negar a inquestionável relevância, como marco histórico que balizou os nossos rumos legais e continuará ditando o comportamento da coletividade brasileira.

Por isso, o destaque de sua promulgação tornou-se imperioso, como forma de manter viva a memória de tantos quantos contribuíram para que, em tempo razoável, oferecêssemos ao Brasil algo que pudesse reorientar a nova estrutura política, econômica, social e cultural do País.

A maioria da Carta Cidadã necessitava ser referenciada desta tribuna na tarde de hoje, como forma de conscientizar, ainda mais arraigadamente, os nossos compatriotas quanto à necessidade de defendê-la convictamente, perenizando o ideário nela contido, de suma expressividade para atuais e as gerações porvindouras.

Sr. Presidente, esta a homenagem que entendi do meu dever prestar aos Constituintes de 1987 e 1988, entre os quais eu, talvez o mais modesto de todos, tive de ser guindado ao exercício da 1ª Vice-Presidência, para ajudar o extraordinário homem público Ulysses Guimarães a conduzir aqueles debates de tanta significação para a vida brasileira.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT-RO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para mim é motivo de honra falar em seguida ao Deputado Mauro Benevides, um dos decanos desta Casa.

Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna falar da população indígena do Estado de Rondônia e da região sul do Amazonas que está bloqueando a BR-129, a Transamazônica, em protesto contra a falta de recursos da FUNAI local para atender a importantes demandas, como a proteção das reservas – nas quais muitos se infiltram para furtar madeira – e o plantio de roças.

Décadas de descaso degradaram as terras e as tornaram escassas em caça e pesca, as formas tradicionais de sobrevivência dos povos indígenas, que agora dependem da roça para sobreviver. Por isso, da falta ou mesmo do atraso do envio de recursos para o plantio poderá resultar uma população indígena sem ter o que comer.

Comissão de 8 indígenas reuniu-se ontem, aqui em Brasília, com representantes da FUNAI e do Ministério da Justiça e solicitou crédito extraordinário para a FUNAI a fim de atender a demanda da política indigenista até o final do ano.

Sr. Presidente, nos 3 anos e 10 meses de meu mandato o que mais fiz foi acompanhar e defender as populações indígenas. Apesar de todas as dificuldades enfrentadas pelo Presidente Lula na elaboração de uma política indigenista, S.Exa. foi o primeiro Presidente a olhar diferenciadamente para a população indígena. Por décadas, se não por séculos, os índios foram considerados cidadãos de segunda classe tutelados pelo Estado.

É certo que a tutela estatal persiste, mas hoje sob novo olhar. Apesar de sua cosmovisão diferente, os índios não devem ser considerados de forma pejorativa ou estereotipada. Eles têm uma forma peculiar de viver e de compreender o mundo, têm religiosidade

própria e tratam o meio ambiente de acordo com os seus usos e costumes.

Durante séculos, fomos tentados a lhes impor nossa concepção de mundo, a nossa religiosidade. Nenhuma população, porém, subsiste com a sua identidade étnico-cultural se não tiver liberdade e condições para exercitar, difundir e fortalecer o seu modo de vida. Então, a constituição de política indigenista é muito importante num País que se quer pluricultural e pluriétnico.

Trago o tema à tona por estarmos no limiar de um embate político, e candidato que disputa com o Presidente Lula o Governo do Brasil não ter essa sensibilidade. Na verdade, esse candidato pertence a um setor conservador da sociedade que não vê o Brasil como nação pluricultural, mas, sim, numa visão europeia estritamente conservadora, tão-somente como um país homogeneizado e uniforme.

E isso, Sr. Presidente, é perigoso.

A elite paulista foi responsável pelas Bandeiras e Entradas, incursões que aprisionaram e escravizaram indígenas.

Agora, quando mais uma vez tenta ganhar espaço no Brasil, essa concepção retrógrada deve ser combatida e afrontada por uma postura diferenciada, esta que governa o Brasil há 3 anos e 9 meses.

Talvez o bom gosto da família Alckmin seja pela moda. Vi na Internet os 400 vestidos que a Sra. Lu Alckmin ganhou de cortesia de um estilista. Calcula-se que cada um desses vestidos custe de R\$500,00 a R\$1.000,00. Quem tem condição de pagar tal valor por um vestido talvez não considere importante o Bolsa-Família, programa por intermédio do qual famílias com renda inferior a R\$60,00 recebem uma ajuda de R\$60,00 a R\$90,00 mensalmente.

A disputa no Brasil hoje está dividida entre aqueles que desejam gastar e querem se fortalecer para gastar cada vez mais R\$500,00 num vestido e aqueles que lutam para ampliar os programas sociais, dar às famílias brasileiras com renda até R\$60,00 o direito de receber uma bolsa de até R\$90,00, fazer com que quase 300 mil indígenas sejam cidadãos brasileiros de primeira classe e fazer valer a Constituição Federal, que lhes garante o direito de viver de acordo com seus costumes, usos e tradições.

Este é o Brasil que apresentamos à sociedade brasileira: um país pluriétnico e de inclusão social, não um País de exclusão social, de fortalecimento de uma minoria branca, europeizada, tal como disse o atual Governador de São Paulo, Cláudio Lembo, do PFL. Numa autocrítica, disse o Governador que sua classe social só se preocupa com o próprio umbigo, só se preocupa em comprar vestidos de *griffe*, que não abre

a janela do carro para não ver o mundo real, no qual há crianças passando fome, crianças fora de escola, índios sem território que lhes permita dar continuidade às suas tradições, favelas e pessoas que não têm onde morar.

Esse é o País cuja realidade buscamos transformar com a renovadora, inovadora e radical ação do Presidente Lula.

Muito obrigado.

O SR. GILMAR MACHADO (PT-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, concluído o processo eleitoral, desejo, em primeiro lugar, agradecer a Deus a oportunidade de representar, por mais um mandato, o povo de Minas Gerais nesta Casa.

Espero, com sinceridade, honrar a confiança que o povo do meu Estado – em especial do Triângulo Mineiro, Uberlândia e região, do Alto Paranaíba e do Vale do Jequitinhonha, além de outras regiões do Estado – em mim depositou, ao acreditar no trabalho que venho aqui realizando.

De fato, espero honrar cada voto recebido, trabalhar com responsabilidade e, acima de tudo, com o compromisso de que o próximo mandato será dedicado às transformações de que o País precisa.

Quero continuar trabalhando em prol da melhoria da educação no País, minha principal bandeira nesta Casa. Permanecerei lutando pela expansão universitária e pela volta do ensino profissionalizante, lamentavelmente desprestigiado pelo Governo anterior, que, por decreto, impediu a abertura de novas escolas técnicas.

Felizmente, o Presidente Lula e o Ministro Fernando Haddad revogaram esse decreto e, assim, novamente, foi possível dar aos jovens e adolescentes brasileiros a possibilidade de cursar no ensino médio o ensino técnico e profissionalizante.

Na condição de representante do povo do meu Estado nesta Casa, continuarei a trabalhar pelo Plano Nacional de Cultura e pelo piso salarial nacional dos trabalhadores de educação.

Nesta oportunidade, quero também agradecer ao Presidente Lula o compromisso que assumiu com o Triângulo Mineiro. Esse compromisso foi claramente demonstrado ontem, quando S.Exa. assinou a medida provisória, hoje motivo de orgulho não só para Uberlândia como para todo o País, que assegura a continuação das obras em diversas rodovias.

O Presidente honrou o compromisso que assumiu não só conosco, mas com toda a região, de duplicação das BRs 050 e 365, além do cruzamento da BR-452, no Município de Uberlândia. São 3 grandes rodovias:

a 365, Montes Claros—Cuiabá; a 050, Brasília—São Paulo, e a 452, Belo Horizonte—Uberlândia.

Essas rodovias se encontram no perímetro urbano de Uberlândia, e as obras que serão realizadas permitirão a concretização do compromisso assumido pelo Presidente.

Não só a população de Uberlândia terá trânsito mais tranquilo e seguro, mas todos aqueles que cortam o Triângulo Mineiro em direção ao Centro-Oeste e ao Sul por São Paulo, ou que seguem em direção ao Norte, passando por Goiás para chegar ao Pará.

A propósito, vou tentar esclarecer alguns aspectos da questão na condição de Presidente da Comissão Mista de Orçamento, porque a Oposição diz que essa medida é eleitoreira. O ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso sempre fez isso. Sempre há remanejamento no mês de outubro. Recursos que se encontram na lei orçamentária são remanejados. Os recursos das obras que estão atrasadas ou em dificuldade quanto à obtenção de licença ambiental são transferidos para outras em andamento e que não podem ser paralisadas. Isso é remanejamento.

Os outros R\$500 milhões da medida provisória de R\$1,5 bilhão, Sr. Presidente, foram alocados para o pagamento dos serviços prestados pela Caixa Econômica ao Ministério das Cidades e ao Ministério do Desenvolvimento Social, por determinação de acórdão do Tribunal de Contas da União. É bom esclarecer esse fato, porque as pessoas falam sem prestar atenção ao texto da medida provisória.

Além disso, já havia compromisso anterior do Brasil, inclusive para defender a nossa indústria e a saúde do nosso povo, de destinar recursos para a prevenção da gripe aviária. As pessoas deveriam ler com mais cautela as medidas provisórias antes de se manifestarem.

Tenho certeza de que o povo brasileiro não vai entrar nessa conversa no período eleitoral, pois sabe que o Presidente Lula vai continuar governando na plenitude até o dia 31 de dezembro e, se Deus quiser, no próximo dia 29, vai ser confirmado para mais um mandato de 4 anos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Gilmar Machado, o Sr. Luiz Couto, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Valverde, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Valverde) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o

portal Supramax publicou matéria com a denúncia de que o PFL de Pernambuco fez um santinho com a foto de Lula e, em vez de colocar o número 13, colocou o número 45. Também mostraram o modelo desse santinho montado para tentar burlar o povo que queria votar em Lula.

É preciso ficar atento a esses fatos, porque eles são capazes de tudo para alterar o resultado da eleição. Essa situação deve ser investigada pelo Ministério Público e pela Justiça Eleitoral, e aqueles que agiram dessa forma devem ser apenados, porque a lei é clara: qualquer santinho ou qualquer material gráfico precisa ter o CNPJ. Só assim é possível identificar as pessoas que fizeram esse santinho para alterar a vontade da população que queria votar em Lula. Quando elas recebiam o santinho, viam o número 45, de Alckmin, e não de Lula. Esse é mais um golpe. Todos nós devemos estar atentos para que isso não venha a ocorrer.

Sr. Presidente, quero agradecer novamente a todo o povo da Paraíba os votos que recebi dos 223 Municípios do Estado. É claro que minha votação foi maior em João Pessoa, mas tive votos em todo a Paraíba. Posteriormente farei um pronunciamento no qual citarei o nome de todos eles e o número de votos que recebi em cada um. Isso mostra que a população paraibana estava atenta ao meu mandato, e eu trabalhei em defesa dos direitos humanos, dos direitos sociais, econômicos, culturais, em defesa do Governo Lula, dos programas sociais do Governo e das políticas públicas implantadas e que estão fazendo do Brasil um país diferente, no qual mais 6 milhões de brasileiros saíram da miséria, um país no qual foram criados mais de 6 milhões de empregos, um país que investe na agricultura familiar sem esquecer o agronegócio, um país que tem políticas públicas para a juventude e para as minorias. Enfim, o Governo Lula conseguiu fazer do Brasil um país diferente, com o povo vivendo de forma decente.

Sr. Presidente, também travamos uma luta contra o crime organizado, contra a corrupção e a impunidade. Por esses motivos, hoje temos de ter o apoio da Polícia Federal, porque sempre digo que a proteção nós recebemos de Deus. Mas foi preciso ter essa segurança por parte da Polícia Federal para que minha vida fosse preservada, porque os que pertencem ao crime organizado, à corrupção, que não querem o combate à impunidade, tudo fizeram para me eliminar. Mas, com a graça e proteção de Deus, com o apoio da Polícia Federal, conseguimos manter a integridade e vamos continuar lutando para ajudar o Lula a chegar ao segundo mandato para completar o processo de construção de uma sociedade igualitária e usar

o dinheiro público em benefício da coletividade e no combate à corrupção.

Nesse sentido, quero agradecer a todos os 223 Municípios paraibanos que sufragaram o meu nome nas urnas, com 83.742 votos. Muitos trabalharam para me derrotar, muitos não queriam que eu fosse reeleito. Alguns recados foram dirigidos a mim: diga ao Deputado que, enquanto ele for Deputado e tiver o apoio da Polícia Federal, não iremos eliminá-lo, porque haverá investigação, e a Polícia Federal certamente irá entrar no circuito, mas quando ele não mais tiver mandato, nós iremos prestar contas, iremos eliminá-lo. No entanto, com os votos do povo da Paraíba e a força que Deus nos dá para continuar combatendo o bom combate, estaremos, se Deus quiser, a partir do dia 1º de fevereiro, ajudando o Governo Lula, durante mais 4 anos, a promover políticas públicas que tenham em vista a inclusão social dos brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, companheiros e companheiras, o jornal **Folha de S.Paulo** publicou hoje matéria de várias páginas sobre o maior desastre aéreo da história do País e que vitimou 155 brasileiros, ocorrido na última sexta-feira. Na matéria, o jornal relata a postura de um dos passageiros do avião Legacy, conduzido por pilotos norte-americanos e que colidiu com o Boeing 737-800 da Gol.

Além do piloto e do co-piloto, havia mais 5 passageiros naquele avião. Entre eles, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, estava o Sr. Joe Sharkey, jornalista do *The New York Times*, um dos mais importantes jornais dos Estados Unidos. Esse cidadão, depois de ter sido ouvido na Base Aérea da Serra do Cachimbo, logo após o acidente, foi liberado pela Justiça brasileira para retornar ao seu País. Desde que chegou aos Estados Unidos, vem concedendo entrevistas freqüentes aos meios de comunicação norte-americanos, embora, no Brasil, tenha-se negado a conceder qualquer entrevista.

Informam o jornal **Folha de S.Paulo** e vários outros periódicos brasileiros que o Sr. Joe Sharkey participou do programa *Today Show*, exibido ao vivo pela rede de TV americana NBC. Disse ele que o controle do tráfego aéreo brasileiro é péssimo, que os pilotos americanos correm risco no País. E acrescentou: *“Precisamos ter cuidado com as evidências coletadas pelas autoridades brasileiras sobre o acidente”*.

Ora, Sr. Presidente, esse cidadão – nem sei se poderíamos chamá-lo dessa forma, visto que não tem o menor respeito pelo nosso País – tem tratado o Brasil com desrespeito, como os americanos tratam não só o

nosso País, mas também todos os países em processo de desenvolvimento. Ele não respeita nem os familiares nem os amigos das pessoas que perderam a vida naquele acidente, além de não respeitar os mais de 180 milhões de brasileiros, que estão chocados com o que aconteceu.

Nós poderíamos vir a esta tribuna e ir aos meios de comunicação do mundo inteiro dizer que a culpa foi dos pilotos norte-americanos, ou porque desligaram determinado dispositivo do avião ou porque saíram de sua rota. Mas nós não estamos fazendo isso. Nossos meios de comunicação apenas noticiam como as investigações estão sendo conduzidas.

Quando e se, ao final das investigações, ficar comprovado que os pilotos norte-americanos são culpados, eles deverão pagar de acordo com a lei brasileira. Quem é esse cidadão, quem é esse senhor de terceira categoria chamado Joe Sharkey? O que ele entende de segurança de espaço aéreo, para dizer que não há segurança no espaço aéreo da Amazônia? O que ele conhece do CINDACTA, que cobre o Brasil inteiro, para dizer algo como isso?

Sr. Presidente, estou encaminhando uma indicação solicitando ao Governo brasileiro que seja mais duro sobre esse posicionamento do que foi o Ministro da Defesa Waldir Pires ao somente lamentar o que disse o jornalista. É preciso, querido Ministro Waldir Pires, ir além. Esse cidadão tem obrigação de se retratar. Se ele não o fizer, vamos ter de discutir com o governo americano, porque o Brasil não pode ser tratado dessa forma. É um desrespeito aos brasileiros.

Afirmou ainda o jornalista que os pilotos americanos correm perigo. Ora, Sr. Presidente, perigo corre o mundo por conta do imperialismo do seu país, que invadiu não só o Iraque, mas também outros países, apenas para manter sua posição econômica e política de hegemonia. Nós, sim, corremos riscos. Eles estão sendo tratados com o maior respeito e dignidade.

O Governo brasileiro precisa tomar medidas enérgicas contra esse cidadão, em função das declarações que fez a respeito do nosso País.

Muito obrigada.

O SR. JACKSON BARRETO (PTB-SE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, associe-me à Deputada Vanessa Grazziotin por suas palavras e me identifique com seu pensamento.

Volto à tribuna desta Casa para dar continuidade a um processo de avaliação realizado ontem, por mim, a respeito das eleições no Estado de Sergipe, quando fiz críticas à imprensa falada, escrita e televisionada. No entanto, não soube fazer algumas distinções e quero publicamente pedir desculpas a algumas emissoras de rádio de meu Estado, a começar pela **103 FM**, do em-

presário José Carlos Silva, que desde minha campanha a Governador, em 1994, assumiu postura democrática, ao lado de outras emissoras, como a *Rádio Xingó*. Mas a grande maioria, aproximadamente 85% da imprensa sergipana, que vive presa às faturas ou falcaturas do Palácio do Governo, comandado pela quadrilha de João Alves Filho, teve o intuito de massacrar a candidatura de Marcelo Déda ao Governo do Estado.

Peço desculpas porque não fiz distinção à **103 FM** e à *FM Xingó* e a mais 3 ou 4 emissoras de rádio, porque a grande imprensa – rádio, jornal e televisão – quis prejudicar a candidatura de Marcelo Déda. Destaco também o *Jornal do Dia*. A outra parte da imprensa estava toda comprometida com o esquema mais corrupto da história de Sergipe, o de João Alves, Maria do Carmo e companhia limitada. Se este País fosse sério, toda aquela família seria presa após as eleições. O Estado de Sergipe mereceria uma operação Rondônia, para visitar e fiscalizar todas as suas instituições.

Respondo ao Deputado Mendonça Prado, que ontem fez um discurso depois que saí daqui, com o intuito de defender seu sogro. Ele não diz que João Alves é seu sogro. Ele não diz que foi eleito pela máquina corrupta do Estado, pois não tem votos nem prestígio. Foi eleito devido ao fruto da corrupção dirigida pelo seu sogro, que comandou uma eleição na qual João Alves era candidato a Governador; sua mulher, candidata a Senadora; Mendonça Prado, o genro, candidato a Deputado Federal; o irmão do outro genro, candidato a Deputado Federal; e o cunhado do Governador, casado com sua irmã, candidato a Deputado Estadual. É uma máquina! E para nos ver livres dessa máquina, sofremos muito, mas Deus é pai e o povo sergipano compreendeu o que estava acontecendo! Devem estar todos chorando agora. E quero que continuem a chorar.

O Deputado agrediu-me quando disse que meu nome estava envolvido na Operação Sanguessuga. Respeite-me, Deputado! Se V.Exa. faz parte de um esquema corrupto em Sergipe, saiba que meu nome nunca esteve envolvido com os sanguessugas, e esta Casa sabe quem está envolvido com esse tipo de operação.

Para tentar me desmoralizar, o Palácio do Governo distribuiu em Sergipe panfletos envolvendo meu nome na Operação Sanguessuga e em outras coisas mais. Tudo para tentar me desmoralizar. Mas o povo sergipano deu a resposta: recebi 100.300 votos para ser reconduzido a esta Casa e o agradeço por essa vitória. Minha campanha não teve dinheiro, nem esquema. Foram 100 mil votos no Estado. Eu tive 11% dos votos válidos para a Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não sou nenhum irresponsável. Quero que o Deputado Mendonça Prado diga quanto foi que João Alves, seu sogro, gastou para elegê-lo Deputado Federal e quanto gastou com boca de urna, em Aracaju, no dia da eleição. Foram comprados mais de 20 mil votos. A Polícia Federal chegou a pegar o filho de um conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. Seus assessores foram presos por usar carros com placas frias do Governo do Estado e por estarem com mais de 150 mil reais para pagar boca de urna.

Tenho certeza de que esse caso foi a ponta do *iceberg*. Como aquele candidato, vários outros ligados ao esquema do Governo tinham dinheiro para contratar boca de urna a fim de mudar o resultado da eleição. Em Aracaju compraram mais de 20 mil votos.

Quanto ao Deputado Mendonça Prado, que ontem fez ilações a respeito da eleição do futuro Deputado Clodovil, quero dizer que temos de respeitá-lo como ele é. O povo votou nele. O Brasil conhece a formação e o jeito de ser dele. Ainda bem que neste País há pessoas que de forma clara demonstram o que pensam e como atuam. Ao contrário de V.Exa., Deputado Mendonça Prado! Para não o deixar deprimido e triste com a derrota de seu sogro ao Governo, aconselho-o – esta Casa não sabe, o Brasil também não, mas Sergipe sabe – a ouvir a banda Calcinha Preta, grande sucesso de Sergipe. Sem dúvida alguma, a banda vai acabar um pouco com sua depressão. Mas a comilança acabou! A imoralidade acabou! Sergipe, Deputado Mendonça Prado, vai conhecer um governo de ética, seriedade e competência, que se chama Marcelo Déda!

Obrigado, sergipanos, pelos 100.300 votos que recebi.

O SR. PAULO PIMENTA (PT-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado Eduardo Valverde, que preside os trabalhos, Deputado Luiz Couto e demais Parlamentares, aproveite o espaço para dar seqüência ao debate que esta Casa tem feito a respeito do momento político que estamos vivendo e da importância de o povo brasileiro fazer uma reflexão profunda acerca do futuro do País.

Veja, Sr. Presidente, que não se trata de travar uma discussão a respeito dos que querem ou não debater a ética ou a corrupção. Nunca neste País se combateu tanto a corrupção. Nunca neste País se discutiu tanto a ética. Nunca neste País a Polícia Federal teve tanta autonomia e capacidade de investigação. É importante lembrar que boa parte das quadrilhas e dos esquemas desbaratados neste período estavam engendrados na máquina do Estado brasileiro há décadas, sem que jamais tivessem sido detectados e enfrentados.

O segundo turno será um grande momento para que o povo possa debater a questão. Mas não sei por que, Sr. Presidente, nossos adversários fogem como o diabo da cruz de outro debate tão ou mais importante. Refiro-me ao debate a respeito do futuro do Brasil. Que futuro queremos para o País?

Hoje, vários jornais deram destaque à manifestação de Mendonça de Barros, um dos principais responsáveis pelo programa de governo de Geraldo Alckmin, em que se mostra claramente favorável à privatização da PETROBRAS. Será que é esse o caminho que o povo brasileiro quer para a Nação? O caminho dos que venderam, a troca de banana – 3 bilhões de reais —, a Vale do Rio Doce, e que, no primeiro ano após a privatização, deu 11 bilhões de lucro? Venderam, por 3 bilhões, para meia dúzia de pessoas, uma das mais importantes empresas de minério do mundo, que não era patrimônio de Fulano ou Sicrano, mas do povo brasileiro! E a empresa, no primeiro ano após sua venda, obteve lucro de 11 bilhões. É isso o que querem fazer com o Banco do Brasil, com a Caixa Econômica Federal? Destruir as universidades públicas? Com certeza, não.

O povo sabe de todas as dificuldades, sabe que todas as mudanças que têm sido desenvolvidas pelo nosso Governo são fruto de muito esforço. São mudanças estruturais, para inverter a lógica de um modelo de governo e de país que, durante muito tempo, usou a estrutura do Estado brasileiro, da oligarquia, da elite conservadora, que imaginou durante séculos que este País é patrimônio de uma meia dúzia.

De fato, o Estado resiste quando há alguém como o Presidente Lula, com sua história, com seu passado, com seus compromissos à frente do nosso País, fazendo com que seja respeitado, com soberania no cenário internacional e, aqui dentro, promovendo as mudanças estruturais necessárias para que possamos avançar na direção de fazer do Brasil um país mais justo, mais igualitário, onde as pessoas tenham oportunidades, especialmente, as mais humildes, mais pobres, que nunca foram enxergadas com dignidade pelos governos que nos antecederam.

É por isso que temos a convicção de que este segundo turno será um momento ímpar para que possamos fazer grande reflexão acerca do futuro do nosso País, debatendo, sim, a ética, o combate à corrupção, sendo implacáveis contra todos, independentemente do partido, os que se envolvem com qualquer atitude ou conduta ilícita. Precisamos levar até as últimas consequências o compromisso ético de fazer uma faxina na política deste País, mas não abrindo mão, não permitindo que os adversários fujam também dessa discussão. Não queremos mais um passado de entre-

guismo, de subserviência, de um país que se ajoelha frente aos interesses internacionais para favorecer meia dúzia de pessoas, que, pelas influências que tinham no Governo, enriqueceram com a privatização das telecomunicações, do setor elétrico e de outros setores, e imaginavam que essa lógica perduraria por muito tempo.

Não. Esse tempo acabou. Hoje temos um governo que olha para o futuro de outra forma. O povo brasileiro vai, sim, eleger o Presidente Lula, para que o nosso projeto possa seguir adiante.

Tenho certeza de que, no segundo turno, vamos ter uma ampliação muito significativa da nossa votação, elegendo Lula Presidente e, no Rio Grande do Sul, o nosso companheiro Olívio Dutra, Governador.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Valverde) – Cumprimento o Sr. Deputado Paulo Pimenta pelo discurso, digno de ser transmitido pelo programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Valverde) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Mauro Benevides, para uma Comunicação de Liderança, pelo PMDB.

DISCURSO DO SR. DEPUTADO MAURO BENEVIDES QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Valverde) – Cumprimento os alunos do Colégio da Polícia Militar presentes nas galerias do plenário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Valverde) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Couto, para uma Comunicação de Liderança, pelo PT.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Salmo 140 começa assim: *“Livra-me, Senhor, do homem perverso, guarda-me do homem violento, cujos corações maquinam iniquidades, e vivem forjando contendas”*.

Verificamos que, antes mesmo de Lula ser eleito para o primeiro mandato de Presidente, os arautos das contendas, aqueles que queriam efetivamente se perpetuar no poder, diziam que o Brasil iria quebrar, que iria ter a maior inflação da história, que Lula não teria condições de governar porque não tinha experiência administrativa, que não iria haver políticas para as relações exteriores porque Lula não sabia falar inglês. Era a campanha de desestabilização. Em outra oportunidade disseram que, se Lula fosse eleito, os empresários iriam sair do País e retirar daqui seu dinheiro, que não haveria investimento. Eles antecipavam para o Governo Lula o que já fizeram.

Sr. Presidente, eles deixaram o País quebrado. Os bancos oficiais não tinham 1 centavo para emprestar. Na verdade, queriam deixar a Caixa Econômica, o Banco do Brasil, o BNB e o BNDES quebrados para depois privatizá-los. A palavra-chave do Governo PSDB/PFL é “privatização”.

Querem privatizar não para investir em políticas públicas, mas para jogar fora o patrimônio público, para salvar empresas e bancos falidos a fim de que esses continuem financiando campanhas eleitorais.

Não é preciso fazer comparação entre o Governo de Lula e o de FHC, porque damos de 40 a zero em todas as dimensões.

Quero tratar hoje de um tema que eles continuam insistindo em dizer: o Governo Lula é o mais corrupto da história.

Há um provérbio que diz: quem disse cuida, disse usa. Ou seja, na realidade, essas pessoas não perceberam que durante o tempo em que estiveram no poder – época em que FHC era Presidente da República e representava o segmento PFL/PSDB – é que foi instalada a universidade da corrupção.

O Sr. Marcos Valério era pessoa de extrema confiança, fazia financiamentos, estava sempre à disposição, ganhava concorrências públicas. Eles já sabiam como funcionava e tentaram jogar isso no nosso Governo.

O Governo Lula tem a alma do povo. Todos sabem que o Presidente fala com convicção, com respeito, e a imprensa divulga tudo, não há nenhuma censura nem compra de espaços para que a notícia não aconteça, nem telefonemas para dizer “não publica isso”, como ocorria no Governo anterior. As matérias não eram publicadas porque havia ameaça. Se publicassem não haveria mais mídia do Governo. Era assim que eles agiam, ou seja, impedindo que a imprensa as divulgasse. Parte da mídia vive à custa de recursos públicos destinados a propaganda, e muitos órgãos da imprensa agiam como se fossem cabos eleitorais do PFL/PSDB.

Fizeram uma campanha contra o Presidente Lula usando a difamação, a injúria, a calúnia, a desqualificação. A cada momento, forjavam fotografias. A Justiça proibiu a divulgação das imagens, mostrando as propostas e o que fez o Governo Lula.

Contra Lula pode tudo. Podem falar mal. Podem desqualificar.

Durante o Governo Lula, a Polícia Federal investigou tudo com profundidade. Ele não apenas aumentou o efetivo da Polícia Federal, como também deu mais condições para ela realizar seu trabalho.

Defendemos maior aporte de recursos para melhorar o salário dos policiais federais. Temos de dar

condições salariais e de trabalho à Polícia Federal para que continue fazendo o trabalho de combate à sonegação, à fraude, à corrupção, ao crime organizado, como ocorreu com a Daslu. Verificou-se a sonegação que lá ocorria por conta dos vestidos ofertados à esposa do candidato do PSDB/PFL.

A Controladoria-Geral da União investigou e denunciou o caso da confraria, em que o Presidente Regional do PSDB, eleito Senador, estava envolvido no desvio de mais de 100 milhões de reais de recursos que seriam investidos em João Pessoa. A Controladoria fez auditoria e conseguiu deixar tudo às claras.

Neste Governo, as CPIs não são engavetadas. Antes, elas eram sufocadas, arquivadas. Agora o Congresso Nacional tem a liberdade de investigar sem pressão.

O dinheiro roubado ou ia sorratamente para o bolso dos pais da pátria de sempre ou era desviado para salvar empresas falidas. O dinheiro do contribuinte era entregue aos companheiros da iniciativa privada, que têm mais competência, segundo eles, para administrar.

Basta ver, Sr. Presidente, o obscuro processo de venda das estatais. Dilapidou-se mais de 100 bilhões de reais do patrimônio nacional.

Este Governo está fazendo o combate efetivo à corrupção. Cortamos na própria carne. Os integrantes do nosso partido acusados de envolvimento nos episódios de corrupção estão sendo expulsos.

O companheiro Lula tem razão ao dizer que é preciso fazer um processo de depuração. Muitos querem chegar ao Governo, mas não merecem ser chamados de éticos, de transparentes, de decentes. Muitos não são limpos, já se envolveram em maracutaias, em falcatruas.

Queremos fazer o debate com dados e não, sorratamente, como eles, usando a mídia, jogando, forjando contendas e informações.

A verdade virá à tona no debate que o Presidente Lula fará durante este processo eleitoral. Nós debateremos também. Com certeza, no dia 29 de outubro, a população brasileira saberá reconhecer que este País está no rumo certo e reelegerá Lula para governar mais 4 anos.

Nunca mais queremos o PSDB e o PFL, porque eles quebraram o País, privatizaram nossas estatais, e não pretendemos retornar à época das privatizações. Querem privatizar a PETROBRAS, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, além de outras empresas – repito. Não consentiremos! É preciso estar atento, porque eles vão tentar tudo para fraudar o resultado das eleições. O povo brasileiro não permitirá que isso aconteça.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Valverde) – Ilustre Deputado Luiz Couto, que o povo brasileiro consiga ouvir e compreender suas sábias palavras.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Valverde) – Passa-se ao

V – GRANDE EXPEDIENTE

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Pastor Frankembergen.

O SR. PASTOR FRANKEMBERGEN (PTB-RR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro que nos assiste pela *TV Câmara*, nesta tarde agradeço, em primeiro lugar, a Deus a oportunidade de retornar a esta Casa depois de alguns dias de luta na campanha eleitoral e, especialmente, a cada um dos eleitores que conferiram um voto de confiança a minha pessoa, um voto consciente. Cada um, com certeza, analisou o meu desempenho, aquilo que realizei durante quase 4 anos de mandato. Infelizmente, não fui reeleito. Mas agradeço àqueles que tiveram coragem, sensibilidade, foram fiéis e me deram um voto de confiança, não um voto comprado, nem negociado, mas um voto consciente. Faltou pouco para me reeleger. Também agradeço aos meus familiares que trabalharam em prol da minha candidatura.

Tecerei alguns comentários sobre a questão política do nosso Brasil. Se não mudarmos o sistema político e, sobretudo, a consciência do povo, não mudaremos essas questões que têm causado repercussão e exalado um mau odor e que, de certa forma, geram no País um ambiente de antidemocracia e imposição do poder econômico.

Apresentei vários projetos e procurei desenvolver outros nesta Casa, no Congresso Nacional e também em nosso Estado. Consegui recursos para o desenvolvimento de algumas regiões de Roraima.

Agradeço aos eleitores de Uiramutã que me deram um voto de confiança. Esse Município fica na fronteira da Venezuela com a Guiana, e sua população é formada por 80% de índios. Lá obtive a mesma votação da eleição passada. Os eleitores sabem que lutamos em prol da ética, do desenvolvimento e do bem-estar social e cultural daquela sofrida população, infelizmente incompreendida por políticos e autoridades que não demonstram a menor sensatez e não olham para o próximo como alguém que precisa de ajuda.

Também na fronteira com a Venezuela fica o Município de Pacaraima. Agradeço aos eleitores e amigos dessa cidade, que, em relação ao pleito anterior, votaram muito mais em mim. O povo de Pacaraima sabe do meu compromisso com todo o Estado e me honrou com um voto de confiança. Em nenhum momento

adentramos qualquer lar para negociar ou corromper qualquer pessoa.

Acima desse teto existe um Deus que está com os olhos postos sobre a Terra e conhece a mente e o coração de cada um de nós. Os que nos conhecem sabem da nossa ética e do compromisso com a fidelidade e que jamais iríamos a qualquer lar para negociar. Infelizmente, o poder econômico no Brasil está por trás do voto, para negociar, corromper e comprar o cidadão.

Agradeço à população de Amajari, que me deu seu voto de fé e aumentou minha votação na região. Apesar do resultado das urnas na localidade, isso não foi suficiente para minha reeleição. Meus agradecimentos aos que souberam reconhecer o trabalho que desenvolvi como Parlamentar daquela região.

No Município de Normandia, onde 70% dos habitantes são indígenas, obtive votação não muito expressiva, porém, com certeza, foram votos de confiança. Os eleitores entenderam que eu poderia dar continuidade ao trabalho realizado.

Agradeço aos eleitores de Bonfim, cujo número de votos a meu favor aumentou em relação ao pleito anterior. Sua população é carente e, por isso, não deixamos de atendê-la. Meu trabalho foi reconhecido por meio dos votos que recebi naquela região.

Agradeço também aos eleitores do Município de Canta. Não alcancei a mesma quantidade de votos obtida na eleição passada, mas posso, de cabeça erguida, olhar frente a frente os moradores daquela região e dizer que cumpri meu dever. Tenho a consciência do dever cumprido relativamente àquela região. Infelizmente, não obtive os votos necessários, mas agradeço aos fiéis que depositaram um voto de confiança, de fidelidade.

Agradeço à população de Alto Alegre. Lá não alcancei o mesmo número de votos da eleição passada, contudo, em determinadas regiões do Município, fui bem votado. Meus agradecimentos a cada um dos eleitores, a cada um dos moradores de Alto Alegre.

Também agradeço ao povo de Iracema, onde obtive expressiva votação. O número diminuiu em relação ao pleito anterior, mas tenho de manifestar o meu agradecimento. Mesmo se tivesse recebido um único voto, estaria aqui para agradecer. Houve lugares em que obtive apenas 1 voto, mas, mesmo assim, estive lá para agradecer e desenvolver um trabalho, porque penso que um cidadão é eleito para legislar e trabalhar em prol do Estado e do País.

Também agradeço ao Município de Mucajaí, em que igualmente obtive boa votação, mas não a mesma da eleição passada. Meus agradecimentos a cada um

daqueles que conscientemente depositaram em mim um voto de confiança.

Agradeço ainda ao Município de Caracará a boa votação e a todos os que se empenharam, de maneira voluntária, e me ajudaram nesta eleição, aumentando meus votos para além dos 100% em comparação com o pleito anterior. Quero agradecer de coração e dizer que estou aqui de cabeça erguida, porque nenhum voto foi comprado, todos os votos que obtive foram conscientes.

Também agradeço ao Município de Rorainópolis, onde tive expressiva votação.

Eu não poderia deixar de agradecer a cada um daqueles que deram seu voto de confiança, entre os quais incluo os eleitores de São Luiz do Anauá, na região sul do Estado.

Agradeço igualmente ao Município de São João da Baliza, que depositou em mim seu voto consciente, bem como ao Município de Caroebe, na divisa com o Pará, em que obtive bom número de votos e onde aumentou o número dos eleitores que votaram em mim.

De coração, louvo a Deus pela vida daqueles que me deram um voto consciente, não um voto negociado, tratado com maracutaias ou qualquer outro tipo de ação.

Não poderia deixar de agradecer à Capital do Estado. Hoje, cerca de 65% dos eleitores estão em Boa Vista. Infelizmente, não obtive lá uma boa votação, principalmente na periferia, onde vive mais de 50% da população, são pessoas carentes. Infelizmente, nossa região é muito propícia a que o poder econômico negocie e corrompa a consciência do cidadão.

Sr. Presidente, não posso deixar também de ressaltar o trabalho do TRE no nosso Estado, que só não foi mais eficiente por falta de infra-estrutura e de pessoal. Houve apoio das Polícias Federal, Civil e Militar, mas o contingente disponível era muito pequeno, e, como sabemos, onde não há pressão ostensiva da Polícia o crime corre frouxo. Infelizmente, esta eleição foi ainda pior do que a anterior, das piores que já vimos neste País.

Trabalhamos nesta Casa para aprovar uma reforma política. Fizemos uma meia-sola na lei, um remendo. Na época, cheguei até a acreditar que teríamos uma eleição mais amena, com menos abuso do poder econômico. Infelizmente não foi o que aconteceu. O tiro saiu pela culatra. Ao invés de coibir o abuso do poder econômico, permitimos a sua disseminação.

Por exemplo, proibimos na lei a distribuição de camisetas e bonés, a realização de showmícios. Nada impediu que aqueles que detêm o poder econômico enganassem mais uma vez o cidadão. O recurso que

antes era gasto com camisetas, bonés, showmícios e outros atrativos para o eleitor foi revertido diretamente para os cabos eleitorais e adentrou a casa das famílias mais carentes, que muitas vezes mendigam uma cesta básica, um botijão de gás.

Falo com toda a franqueza e sinceridade. Eu seria um hipócrita se fizesse essa denúncia sem ter presenciado algumas reuniões de grupos de 15, 20 ou 30 pessoas em que a metade trazia bilhetes, papéis – vou ter a oportunidade de trazer alguns desses papéis para cá, recebi centenas deles. Alguns eleitores diziam no fim dessas reuniões que queriam um botijão de gás ou uma cesta básica em troca do voto. Alguns queriam consertar a geladeira, outros queriam uma bicicleta. Quem tinha recursos no momento oportuno entrava nas residências e dava o botijão de gás, a bicicleta, a cesta básica. Fizeram isso 1 ou 2 meses.

Mas e depois, em que situação vai ficar essa família, quando acabar seu poder de negociar o voto? É por isso que, 1 ou 2 anos após as eleições, a maioria das pessoas do nosso Estado aponta os políticos como ladrões, como corruptos. Eles se esquecem de que o primeiro ato de corrupção foi cometido dentro da sua própria casa, naquela troca de voto por uma mísera cesta básica, por um botijão de gás, por 50 ou 100 reais.

Sr. Presidente, em conversa com alguns Parlamentares que talvez não tenham coragem de se pronunciar nesta tribuna – não tenho nada a temer —, descobri que na maioria dos Estados brasileiros compravam-se votos a 100 reais. No meu Estado, onde o colégio eleitoral é um pouco reduzido, comprava-se voto por até 200, 300 reais. Chegaram a entrar na casa das famílias para negociar a compra de votos, a compra da consciência das pessoas.

Para mudar essa situação, precisamos começar a trabalhar a consciência do ser humano, principalmente a das nossas crianças e adolescentes, que serão os futuros eleitores, os futuros representantes do povo, as futuras autoridades. É essa a prática que vamos ensinar-lhes? Concito a população brasileira a fazer essa reflexão.

Nunca houve derrama de dinheiro como nesta eleição. Infelizmente, dado o reduzido contingente da Polícia Federal, somente no dia do pleito se realizou uma operação um pouco mais efetiva com o fim de coibir práticas ilegais como a compra de votos. Chegaram a apreender vários veículos com dinheiro em meu Estado, e com certeza a situação não foi diferente no restante do País.

Mas não estou aqui me lamentando, Sr. Presidente. Quem consultar os Anais desta Casa verá que este não é um discurso pós-eleitoral. Não é de hoje que eu

conclamo a população brasileira a ter um pouco mais de consciência.

Vejo nas galerias a presença de jovens estudantes, pessoas que certamente no futuro serão formadores de opinião. Espero que se promovam mudanças no nosso sistema de ensino, de tal modo que, no futuro, o político que propuser a compra da consciência do povo seja preso em flagrante.

É mesmo lastimável o sofrimento da nossa população, sobretudo da que mora nas periferias de nossas cidades.

No dia da eleição fui dormir tarde, umas 3h da madrugada do dia 2. Passando pelas ruas da periferia da Capital do meu Estado, vi muitas famílias, muitos grupos de pessoas sentadas em frente de casa esperando os carros que viriam na calada da noite trazer uma doação qualquer em troca de votos. E havia também, além da doação feita na hora, muitas promessas.

Temos de acabar com essa prática, Sr. Presidente. Está aí hoje o Governo Lula; antes eram outros os governantes; o próximo que virá, seja ele o Presidente Lula ou outro, precisa trabalhar para reverter esse quadro. Não podemos continuar nesta mesmice. E não é a lei que precisa mudar, é a consciência do povo, isto sim. A lei da consciência é que precisa ser trabalhada, e para isso é necessário investirmos na formação dos nossos filhos.

Estou triste, Sr. Presidente, porque, em vez de ser coibido o abuso de poder econômico, parece que ele aumentou. O preço do voto foi majorado. Isso é muito triste.

Precisamos dar o basta a esta cultura política, porque, a continuar esta prática, os homens e mulheres de bem deste País que lutam para ao menos amenizar a dor dos que sofrem, dos que estão sem emprego, dos que passam fome, estarão todos fadados ao fracasso.

Fica a pergunta: qual será o futuro do nosso País? Não sei. Não tenho bola de cristal. Não sou vidente. Sou um brasileiro nascido no extremo norte do País e estou preocupado, muito preocupado.

A representação nesta Casa será renovada em cerca de 50%. Parlamentares novatos estarão aqui nos próximos 4 anos para realizar reformas no País, além da reforma política. Sabemos que algumas pessoas que não tiveram boa formação, não têm equilíbrio e caráter podem ser enganadas e levadas pelos que já estão acostumados a trabalhar somente para si.

Temos o dever, como brasileiros, representantes do povo, de buscar a realização de um trabalho coerente em prol da Nação.

Agradeço ao povo brasileiro, especialmente o de Roraima, Estado esquecido, localizado no extremo norte e pertencente à Amazônia Legal.

Fiquei preocupado com matéria veiculada em jornal na Inglaterra em que se diz que estão tentando negociar a nossa Amazônia. Isso é como plantar verde para colher maduro, mas tenho certeza de que o povo brasileiro, o Presidente da República e este Parlamento jamais se curvarão diante de pressões estrangeiras para negociar a Amazônia.

Agradeço a todos que confiam em mim. Gostaria de continuar trabalhando em prol do povo brasileiro, quem sabe, no nosso Estado, inclusive acompanhando a ação desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Valverde) – Deputado Pastor Frankembergen, o povo de Roraima vai refletir sobre suas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Valverde) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Orlando Desconsi, pelo prazo de 25 minutos.

O SR. ORLANDO DESCONSI (PT-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, agradeço ao Deputado Jorge Bittar, que me cedeu o tempo regimental de que dispunha em razão de ter de cumprir outros compromissos.

Hoje citarei dados comparativos sobre os 8 anos de governo do PSDB e do PFL, o Governo Fernando Henrique Cardoso, e os menos de 4 anos do Governo Lula. A população brasileira precisa tomar conhecimento de alguns dados que normalmente não são repassados pela grande mídia.

No Governo Fernando Henrique Cardoso, havia 5 mil policiais federais. Nosso Governo ampliou o efetivo para 11 mil, mais que o dobro. Cerca de 90% dos crimes foram descobertos por meio de investigação da Polícia Federal, seja no setor público, seja no setor privado. Todas as semanas algo é descoberto, como o caso envolvendo alguns frigoríficos, que, desde março, a partir de denúncia, a Polícia Federal vinha investigando.

No Governo passado, em 8 anos, as operações realizadas pela Polícia Federal foram apenas 20. No atual período, foram 183. Vejam a determinação no sentido de se priorizar a investigação.

Foram efetuadas 54 prisões, em 8 anos, devido à falta, obviamente, de investigação. No atual período foram efetuadas 2.971 prisões.

A média de empregos gerados, nos 8 anos de Governo Fernando Henrique Cardoso, foi de 700 mil. Durante os 3 anos e meio do Governo Lula, foram gerados 6 milhões de novos empregos, mais de 4 milhões com carteira assinada. A média anual do atual

período é de 1 milhão 140 mil empregos. Era de 87,5 mil a média anual no Governo passado, menos de 8 mil empregos por mês, ao passo que a média no atual período está em torno de 100 mil empregos.

No Governo passado, a taxa de desemprego nas regiões metropolitanas era de 11,7%. No atual período, foi reduzida para 8,3%. O desemprego em São Paulo, que era de 19% nos 8 anos da gestão de Fernando Henrique Cardoso, hoje tem a média de 16,9%. Portanto, vem ocorrendo a redução do desemprego.

Foram 60,4 bilhões de dólares de exportações, nos 8 anos de Fernando Henrique Cardoso, e 118,3 bilhões de dólares na gestão Lula. A balança comercial teve saldo positivo de 103,3 bilhões na nossa gestão, e negativo de 8,4 bilhões na gestão de Fernando Henrique Cardoso. As transações correntes, em dólares, foram de 30,1 bilhões na atual gestão, e de 186,2 bilhões negativos na gestão de Fernando Henrique Cardoso.

O Risco País, que atingiu 2.400 pontos no fim da gestão de Fernando Henrique Cardoso, está em torno de 204 pontos hoje – o menor índice desde que o Risco País entrou em vigor. A inflação era 12,53% e está em 2,8%.

A dívida com o Fundo Monetário Internacional, em dólares, foi paga na atual gestão, e era de 14,7 bilhões no Governo Fernando Henrique Cardoso. A dívida com o Clube de Paris, em dólares, também foi paga na atual gestão; era de 5 bilhões na gestão de Fernando Henrique Cardoso. A dívida pública, que, na gestão de Fernando Henrique, era de 35,3%, está em 34,2% – está reduzindo. A dívida externa, que era de 12,45%, está em 2,41% hoje.

Investimentos em desenvolvimento foram, no atual período, de 47,1 bilhões de reais, e de 38,2 bilhões de reais nos 8 anos da gestão anterior. O empréstimo para habitação na gestão anterior foi de 1,7 bilhão; agora é de 4,5 bilhões, 3 vezes mais.

O PIB, que teve crescimento anual médio de 2,3% na gestão passada, teve crescimento de 2,6% até 2005. E o crescimento industrial, que era de 1,94%, passou a ser de 3,77%.

Produção de bens duráveis, que tinha crescimento de 2,4%, passou a ter crescimento de 11% na gestão Lula. O aumento da produção de veículos, que era de 1,8%, passou a 2,4%.

O crédito para a agricultura familiar, que foi de 2,4 bilhões, tem 10 bilhões disponibilizados neste ano; 7,5 bilhões utilizados no ano de 2005.

O valor do salário mínimo era de 55 dólares quando Fernando Henrique Cardoso deixou o Governo. Hoje, o seu valor é de 152 dólares, quase 3 vezes mais o valor da gestão anterior.

O poder de compra do salário mínimo, que era de 1,3 cesta básica, passou para 2,2 cestas básicas atualmente. O custo da cesta básica na gestão anterior era de 81,6% do salário mínimo. Na atual, de 15,6% – significativa diminuição do custo da cesta básica.

O índice de desigualdade social, que era de 0,573, foi reduzido para 0,559. A participação dos mais pobres na renda, que era de 14,4%, hoje é de 15,2%. Está aumentando a participação dos mais pobres na renda nacional. O número de pobres, que era de 34,34% da população, está em 33,57%. O número de miseráveis, de 26,23%, diminuiu para 25,08%.

No item transferência de renda, especialmente do Programa Bolsa-Família, antes eram repassados 2,3 bilhões; na atual gestão foram aplicados 7,1 bilhões de reais. O valor médio por família, que era de 25 reais, passou para 70 reais.

O percentual de atendidos pelo Programa Saúde da Família, que era 30,4% da população, passou para 43,4% da população brasileira. Atendidos pelo Programa Brasil Sorridente, na área odontológica: eram 17,5% apenas dos brasileiros, hoje são 33,7% dos brasileiros.

A mortalidade infantil indígena, que era de 55,7%, passou para 21,6% – houve uma drástica diminuição.

O número de turistas que vêm ao Brasil, que era de 3,8 milhões, foi ampliado para 4,6 milhões.

O Programa PROJOVEM, que subsidia o estudo, beneficiou 93 mil jovens, de 18 a 24 anos, com 100 reais por mês para cada um.

O Programa Bolsa-Família atende 11,1 milhões de pessoas no País.

Com o incremento do acesso à água no semi-árido nordestino, foram atendidas 762 mil famílias, e 152 mil pessoas foram atendidas com cisternas. Antes não havia esse programa.

O programa de distribuição de leite no semi-árido passou a atender 3,3 milhões de brasileiros. Esse programa não existia antes.

Áreas ambientais preservadas, de 1500 a 2002, 40 milhões de hectares; 19,6 milhões de hectares de 2003 a 2006 – a metade de tudo que se demarcou de áreas de preservação de 1500 a 2002. Compra de terras para reforma agrária, que foi de 1,1 bilhão de 1999 a 2002, passou para 2,7 bilhões de 2003 a 2005.

Investimento do BNDES para pequenas e micro-empresas, de 8,3 bilhões passou para 14,99 bilhões. Investimento em educação escolar, de 848 milhões passou para 1 bilhão de reais. Investimento anual em saúde básica, de 155 milhões passou para 1,5 bilhão de reais.

Equipes do Programa Saúde da Família, de 16.698, na gestão Fernando Henrique, passou para 21.609, na gestão Lula. O Programa Saúde da Família, atendia 55 milhões de famílias e passou a atender 70 milhões na atual gestão do Presidente Lula. Pacientes com HIV positivo atendidos pela rede pública de saúde eram 119 mil na gestão anterior; 151 mil na atual gestão. A percentagem da população atendida pelo Programa Saúde da Família subiu de 31,9% para 39,7%.

A taxa de juros que era de 25% caiu para 14,25%, com tendência de redução. A Bolsa de Valores, que estava em 11,2 mil pontos, atualmente está em 35,2 mil pontos. A dívida externa, que era de 210 bilhões de dólares, está em 165 bilhões. O desemprego no País, que era de 12,2%, baixou para 9,6%. A dívida em relação ao PIB, que era de 57,5%, está em 51%.

Eletrificação rural. O Programa Luz para Todos, que não existia antes do Governo Lula, atendeu a 3 milhões de brasileiros. Livros gratuitos no ensino médio – 7 milhões de jovens foram beneficiados.

Geração de energia. No Governo passado tivemos o apagão. Atualmente, temos 1.567 empreendimentos em nosso País.

Esses são alguns dados comparativos entre os menos de 4 anos da gestão Lula e a gestão do PSDB e do PFL, representada pela candidatura do Sr. Geraldo Alckmin em nosso País.

Podemos dizer, com toda a certeza, que a volta da política de privatização está representada pela candidatura do Sr. Geraldo Alckmin e, no Rio Grande do Sul, pela candidatura de Yeda Crusius. Eles defendem o modelo de Estado mínimo, que passa pela política de privatização.

Em âmbito nacional, correm risco de ser privatizadas a PETROBRAS, a ELETROBRÁS, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, os Correios, enfim, todas as empresas públicas importantes para o desenvolvimento equilibrado do País.

Na gestão Lula, a Caixa Econômica Federal aumentou o número de agências; 500 novas agências da CEF foram criadas em todo o País. O número de agências do Banco do Brasil se expandiu em muitas cidades. Isso significa crédito mais barato e mais acessível à população, em locais onde antes não havia esses bancos. Todos os Prefeitos querem uma agência do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, porque sabem que nesses locais circulam recursos com subsídios, recursos que ajudam a alavancar o desenvolvimento local e regional.

Na gestão anterior, vivíamos um processo de desmonte do tamanho do Estado brasileiro. Sabemos bem que esse modelo de privatização é nefasto ao desenvolvimento do País. É óbvio que o País não

pode retornar a esse modelo, que é representado pela candidatura do Sr. Geraldo Alckmin, repito.

Precisamos continuar avançando, crescendo, distribuindo renda em nosso País. Para isso, obviamente, precisamos continuar com Lula na Presidência da República.

O Sr. Darcísio Perondi – Permite-me um aparte, nobre Deputado Orlando Desconsi?

O SR. ORLANDO DESCONSI – Preciso concluir meu raciocínio, nobre Deputado Darcísio Perondi.

No Estado do Rio Grande do Sul, também sabemos qual foi a gestão representada lá pelos programas que cercam a candidatura da nobre Deputada Yeda Crusius. Conhecemos o seu programa de Governo. É defendida pelo candidato a Vice-Governador na chapa da Deputada Yeda Crusius, explicitamente, a privatização do BANRISUL, de escolas estaduais, da CORSAN, empresa de saneamento do nosso Estado. Para ele tudo deve ser privado. O Estado deve se preocupar apenas com segurança e liberdade; o restante deve estar com o setor privado. Portanto, essa candidatura representa o atraso, algo que os gaúchos não querem mais para o nosso Estado.

Germano Rigotto defendeu nos debates em que participou como candidato a Governador o desmonte da universidade pública estadual. Tínhamos 1.720 vagas. Elas foram reduzidas para menos de 700. Atualmente, em Santa Rosa, ela está fechada.

O Sr. Darcísio Perondi – Permita-me um aparte, Deputado?

O SR. ORLANDO DESCONSI – Permita-me concluir o meu raciocínio, Deputado Perondi.

O Sr. Darcísio Perondi – V.Exa. vai me permitir um aparte?

O SR. ORLANDO DESCONSI – Peço-lhe permissão para concluir o meu raciocínio no tempo de 25 minutos de que disponho.

O Sr. Darcísio Perondi – V.Exa. é democrata. Estou surpreso que não queira me conceder um aparte.

O SR. ORLANDO DESCONSI – Não darei aparte a V.Exa.

O Sr. Darcísio Perondi – V.Exa. está falando mentiras, inverdades sem precedentes. Não haverá privatização.

O SR. ORLANDO DESCONSI – Não lhe concedi aparte, Deputado Perondi. Sr. Presidente, não concedi aparte ao Deputado Darcísio Perondi.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Valverde) – Deputado Perondi, o Deputado Orlando Desconsi não lhe concedeu o aparte. Peço-lhe calma.

O SR. ORLANDO DESCONSI – V.Exa. deve sentar e esperar a sua vez de falar, Deputado Perondi. Espere sua vez para falar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Valverde) – Continue, Deputado Desconsi.

(O microfone de apertes é desligado.)

O SR. ORLANDO DESCONSI – V.Exa. terá tempo, já que está inscrito, para falar, Deputado Perondi.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Valverde) – Deputado Perondi, em respeito ao Regimento Interno da Casa, peço a V.Exa. que permita ao Deputado Orlando Desconsi concluir o seu pronunciamento. É um direito do orador conceder ou não o aparte.

O SR. ORLANDO DESCONSI – V.Exa. está me provocando, Deputado Perondi. Eu o conheço muito bem. Não tenho medo de debater com V.Exa. Marquemos um debate. Vim aqui fazer o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Valverde) – Deputado Perondi, não vamos permitir que questões regionais sejam discutidas neste Parlamento, que trata de questões nacionais.

Prossiga, Deputado Desconsi.

O SR. ORLANDO DESCONSI – O Deputado Darcísio Perondi representa a candidatura de Fernando Henrique Cardoso, da Yeda Crusius, representou aqui no Parlamento a voz das privatizações. S.Exa. fica incomodado porque, obviamente, quer a volta dessa política em nosso País.

Nós não vamos permitir que isso aconteça. O povo brasileiro é sábio e saberá reconduzir o Presidente Lula à Presidência, a fim de não permitir o retrocesso que significa a candidatura de Geraldo Alckmin, que abafou 67 CPIs no Estado de São Paulo e que não quis ajuda do Governo Federal para combater o crime organizado. Esse é o candidato que está enfrentando o Presidente Lula. Ele não quis ajuda do Governo Federal para combater a violência em São Paulo e permitiu, nos 10 anos da gestão do PSDB e do PFL ali, que o crime organizado tomasse conta do Estado, por falta de ação na segurança pública, por falta de ação efetiva de governo, porque desmontou os instrumentos de Estado com a política de privatizações.

É isto que querem voltar a fazer no País: privatizar o que não conseguiram na gestão de Fernando Henrique Cardoso. Desmontaram o que puderam e querem voltar a governar para concluir o serviço. Mas não o conseguirão, pois o povo brasileiro é sábio e não dará chance a esses representantes do atraso, a esses representantes que querem, sim, o privilégio para poucos, em detrimento da maioria.

No Estado do Rio Grande do Sul, sabemos bem o que representa a candidatura de Yeda Crusius: o

desmonte do que ainda restou de público, com o argumento do choque de gestão – choque de privatização. A candidatura de Yeda Crusius representa a política de privatização do Estado do Rio Grande do Sul, a volta à cena do Governo Britto. À época, aquele Governo fez acordo com o Governo Federal que comprometeu 18% da receita do Estado com a União. O acordo dizia expressamente que, caso não se vendesse o BANRISUL, o comprometimento da receita do Estado deveria ser ampliado de 13% para 18%. Felizmente, como ganhamos o Governo, isso acabou não ocorrendo.

Agora, volta um candidato com coragem de dizer que defende a privatização. Só que ele se escondeu na campanha no primeiro turno. Mas, no segundo turno, o candidato a Vice-Governador na chapa de Yeda Crusius vai ter de ser mostrado. S.Exa. não tem coragem de assumir publicamente a política de privatização, mas o candidato a Vice da sua chapa, há bem poucos dias, antes de ser confirmado como tal, defendia abertamente que o Estado deveria se preocupar apenas com liberdade e segurança e que o resto, até a escola pública, deveria ser privatizado. Vejam só a fúria privatista que representam essas candidaturas. Sabemos que no Rio Grande do Sul isso não terá eco. Essa candidatura será derrotada. Ela apareceu com nova roupagem.

Concedo o aparte ao Deputado Darcísio Perondi, que está com tanta ânsia de falar.

O Sr. Darcísio Perondi – Parabéns, Deputado Desconsi. Digo ao Brasil e ao Rio Grande que a Deputada Yeda Crusius, que será Governadora do Rio Grande do Sul, deixou claro ontem e hoje em seus discursos que a privatização é passado, é atrasado. O BANRISUL e a CORSAN, que o seu partido e o Lula quiseram destruir, com um projeto maluco na área de saneamento, podem ficar absolutamente tranquilos. Parece que este Governo é maravilhoso. Estamos no céu. O Lula ganhou no primeiro turno. Que maravilha! Polícia Federal a serviço do seu partido. Para prender o Amarildo foi rápido, mas para prender o churrasqueiro do Lula, não. E para colocar o dossiê debaixo da cama foi rápido demais. Os chefes da Polícia Federal estão desmoralizando a gloriosa Polícia Federal. No seu Município, na nossa região, há mais de 30 mil desempregados na área da metalurgia, por causa da política desastrosa de câmbio imposta pelo Governo que V.Exa. apóia. Mas o maior legado, que V.Exa. se esqueceu de dizer, foi a decência que o seu partido e o Lula esconderam e enterraram e, por isso, tiveram essa resposta no primeiro turno e terão no segundo turno. Deputado Desconsi, V.Exa. está no céu, ao falar de um Presidente que ganhou as eleições no primeiro

turno. Meus parabéns! Muito obrigado pela concessão do aparte.

O SR. ORLANDO DESCONSI – Contesto com veemência as palavras irônicas – como sempre – do Deputado Perondi. Nós venceremos, sim, a eleição nacional e a do Estado do Rio Grande do Sul. Os candidatos do Deputado Perondi são os da privatização, que gostam de jogar a sujeira para debaixo do tapete. V.Exa. se lembra do que fez a Dona Anadyr Mendonça? Foi criado um cargo para justificar a não-criação da CPI nesta Casa, e ela escondeu tudo embaixo do tapete. Hoje, não há nada embaixo do tapete. V.Exa. se lembra como ficou conhecido o Dr. Brindeiro, Procurador-Geral da República, no Governo FHC, quando V.Exa. foi Líder? Ficou conhecido como o “engavetador-geral” da República. Atualmente, o Ministério Público age com isenção.

Pagarão todos aqueles que erraram, caro Deputado Perondi, inclusive os seus e os meus partidários. Assim está agindo o Brasil. Não há privilégios para ninguém. Sempre houve privilégios nas gestões dos senhores no Governo. Mas hoje há investigação, apuração, desmonte de quadrilhas iniciadas na gestão do Governo anterior, muitas das quais tiveram continuidade e estão sendo desbaratadas. Assim estão agindo os órgãos do Estado desmontados na gestão anterior para permitir que isso acontecesse. A volta do Estado capaz de ter instrumentos de investigação fez com que tais fatos viessem à tona.

O projeto de saneamento enviado pelo Presidente Lula a esta Casa fortalece o setor público da área. No debate do saneamento, o senhor representou a intenção dos privatistas, a idéia dos que montaram o Projeto de Lei nº 4.147, de 2001, em que se defendia, sim, a privatização do setor. Aliás, os candidatos que o senhor apóia representam essa posição em âmbito de Brasil e de Rio Grande do Sul. Não enganemos, portanto, o povo gaúcho e o povo brasileiro com belos discursos fantasiosos e falsos, que logo serão desmascarados.

Muito obrigado.

O SR. DARCÍSIO PERONDI – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Valverde) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, brasileiros que estão assistindo à *TV Câmara*, os senhores acabaram de ouvir maravilhoso discurso ufanista: todos os jovens estão na escola, não há problemas nas UTIs, recém-nascidos graves são internados rapidamente, as mães podem fazer mamografia, que é um exame importante para

identificar câncer de mama, tudo está resolvido. Essa é a linguagem repetitiva para transformar mentiras em verdades.

Em primeiro lugar, repito que Yeda Crusius, a quem o meu partido, o PMDB, no Rio Grande do Sul, está apoiando, continuará a obra de reconstrução desenvolvida pelo Governador Germano Rigotto. Olívio deixou o Estado esculhambado, destruído, e Yeda tem o perfil para consertá-lo.

O discurso da privatização não existe mais, é atrasado, é o discurso do desespero. O BANRISUL foi recuperado, havia sido destruído pela administração de Olívio Dutra. A CORSAN teve 140 milhões de reais de prejuízo. Aliás, um Deputado que falou muito nesta sessão era do período da CORSAN, cuja campanha há 4 anos foi uma maravilha. Quer dizer, usaram o BANRISUL e a CORSAN na época para destruir essas 2 estruturas importantes para a política de Estado, e a Deputada Yeda Crusius vai mantê-las.

Agora, vamos falar do Brasil. Na Polícia Federal, os policiais estão envergonhados com o comando do Ministro Márcio Thomaz, que antes defendia traficantes, fechou seu escritório e agora é Ministro de Lula. Amarildo, que foi destruído pela Polícia Federal, foi preso em 24 horas. Mas não o Lorenzetti, churrasqueiro de Lula, articulador de 1 milhão e 700 mil, dessa dinheirama que chocou os eleitores do Brasil inteiro e continuará a chocar.

Aliás, Lula, de onde saiu o dinheiro do dossiê? Ministra Dilma, de onde saiu o dinheiro do dossiê? De uma ONG a que o Ministério do Trabalho forneceu dinheiro? É possível, não sei. Do Banco do Brasil, que financiou o mensalão, e nenhum diretor foi processado nem posto na cadeia? Talvez. Dos Correios e Telégrafos, que foi a fonte da corrupção do mensalão? Talvez.

Os jornais de hoje do País trazem um novo escândalo. Pasmem, brasileiros: para protestar que Plutão não é mais planeta, criaram uma ONG. Pode-se criar uma organização não-governamental sim. O *Diário Oficial* publicou, no fim do mês passado, a organização legal dessa ONG. Pasmem, eleitores do Brasil inteiro e telespectadores: essa ONG recebeu 7,5 milhões de reais do Governo Federal para se sustentar. Ela defenderá os cancerosos, as crianças que passam fome, os desempregados? Não. Esse dinheiro irá de novo para a campanha de Lula. É um escândalo maior do que aquele de 1 milhão e 700 mil reais. Isso está no *blog* de Carlos Chagas. Acessem-no, por favor, jornalistas de todo o Brasil.

Decência. Lula enterrou as palavras “mudança” e “esperança” e ressuscitou a corrupção e a desesperança.

Há desempregados no nosso Estado. Deputado, V.Exa. não foi eleito possivelmente por isso na nossa região; por isso os metalúrgicos não lhe acompanharam mais, os funcionários da CORSAN não lhe acompanharam mais. E isso acontecerá também com o Governo Lula. Que bom que o Brasil terá a oportunidade do segundo turno! Lula não poderá esconder-se, terá de participar dos debates e explicar os dólares na cueca, o mensalão, o dinheiro desviado dos pobres e dos doentes, o dinheiro financiado pelas ONGs dos seus amigos, como Lorenzetti, o churrasqueiro.

No meu Estado, quando os gaúchos fazem churrasco, só convidam os amigos íntimos. Secretário particular tem de ser de profunda confiança. Freud e Lorenzetti, ligados diretamente a Lula, estão envolvidos com a dinheirama roubada de quem mais precisa: do desempregado, do empresário que paga imposto. É profundamente lastimável.

Mas haverá o segundo turno. Lula está nervoso, desanimado, está se afundando. O povo está fazendo a análise, e a resposta será dada no dia 29 de outubro. Haverá muitos debates.

Agradeço a V.Exa., Sr. Presidente, Deputado Orlando Desconsi, por haver me concedido a oportunidade de me contrapor às suas palavras. É lamentável saber que V.Exa. não vai continuar conosco. Vai trabalhar com Lula, talvez numa ONG que Hugo Chávez vai criar para empregar o desempregado Lula a partir de 1º de janeiro de 2007.

Viva o novo Brasil que nasce, o Brasil da decência, com Geraldo Alckmin na Presidência e Yeda Crusius no Governo do Rio Grande do Sul!

O Sr. Eduardo Valverde, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Orlando Desconsi, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Desconsi) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito no Grande Expediente, o nobre Deputado Eduardo Valverde.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT-RO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gosto de falar de decência. Tenho grande satisfação em falar de ética e moral, até mesmo porque fui autor da CPI do BANESTADO, que investigou a lavagem de dinheiro e a remessa ao exterior de quase 60 bilhões de dólares.

É interessante que a população que nos vê e nos ouve neste momento saiba que aquela CPI andou extraindo algumas informações importantes. Não é fácil fazer sair do Brasil 60 bilhões de dólares, e esse valor foi enviado para o exterior entre 1997 e 2000. Se a investigação tivesse ido até 2002, poderíamos ter descoberto uma quantidade maior de recursos. Infelizmente,

a CPI não chegou ao final, porque a bancada da Oposição daquele período ficou muito preocupada de que houvesse um aprofundamento das investigações. Se ela não tivesse manifestado essa preocupação e a CPI tivesse investigado um pouco mais, certamente alguns dados interessantes poderiam ter vindo a público.

Naquele período, tucanato de elevada estirpe mandou para o exterior dinheiro que não tinha origem bem definida, talvez até ilícita, de corrupção, da privatização da Vale do Rio Doce e das teles, que foram apropriadas por alguns grupos econômicos e financeiros locais que se aproveitaram da brecha das contas CC5, pegaram alguns doleiros e enviaram dinheiro para fora do País.

Na semana que antecedeu a desvalorização cambial no Brasil, alguns banqueiros, com informação privilegiada, fizeram a conversão do real para o dólar e, aproveitando-se daquele mecanismo, remeteram o dinheiro para fora do País. Um banqueiro chamado Cacciola não soube daquelas informações, segurou em seu banco aquela posição em real e, por isso, quebrou. Fugiu e foi cobrar a fatura lá fora. E lá ele não ficou quieto. Por sinal, falou muito. A Justiça está querendo extraditá-lo para o Brasil, porque sabe que as autoridades monetárias da época – Pedro Malan e o Presidente do Banco Central – foram coniventes com a fuga de capitais e com a lavagem de dinheiro. Estabeleceram o PROER em 1995. Utilizaram quase 30 bilhões para salvar alguns bancos, principalmente o Banco Econômico e o Banco Nacional, que financiaram a campanha do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Esses bancos foram salvos com essa dinheirama e logo após foram vendidos. Usou-se dinheiro público para salvá-los. O Banco Econômico pertencia à oligarquia baiana, e o Banco Nacional, à oligarquia mineira. Esses bancos privados foram salvos com 30 bilhões de reais de dinheiro público, para facilitar a venda deles. Quem ganhou com isso? As pessoas que mandaram os 60 bilhões de reais para o exterior, para uma conta chamada Bond, no Citibank. É a conta tucana.

Essa conta tucana tem nomes muito significativos. Um nome que aparece lá como correntista, recebedor, movimentador é de um tal José Serra. Pode ser até um homônimo, mas aparece lá. José Serra. Essa conta Bond é nos Estados Unidos. Há outra conta nas Ilhas Cayman – filhote daquela —, em banco similar, na qual aparecem também alguns nomes da alta estirpe no mundo tucano. Esses mesmos investidores utilizaram a facilidade de aparecer como investidores estrangeiros. Internaram parte desses recursos no Brasil com investidores estrangeiros. Foram para as bolsas de valores. A Comissão de Valores Mobiliários não soube

identificá-los e foi aberta uma sindicância interna para apurar se quem remeteu o dinheiro para o Brasil era algum investidor estrangeiro. Não era, não. Eram brasileiros que usaram outros laranjas em conta nas Ilhas Cayman para remeter o dinheiro para o Brasil.

Então, falar em decência neste País soa um pouco complicado. Será que a população brasileira tem memória curta? Será que a pasta rosa acabou? E os grampos no BNDES? Será que a população esqueceu que o Sr. Mendonça, que é hoje o mentor do programa de Geraldo Alckmin, foi grampeado no BNDES dizendo que havia chegado ao limite da responsabilidade? Ele era um dos que estavam fomentando a engenharia financeira de um grupo econômico para arrematar as teles. Havia também outra pessoa próxima do Governo do tucanato, um tal de Daniel Dantas, um banqueiro, muito próximo ao PFL, que foi um pouco mais ágil que o Sr. Mendonça e o grampeou. Então, era um jogo de cartas marcadas no qual os preços das privatizações foram estabelecidos em cartéis, em acordos, em conjunções de acordos.

Presidente da Companhia Siderúrgica Nacional, o Sr. Benjamin Steinbruch declarou aos jornais que teve que dar 15 milhões de dólares para o Sr. Ricardo Sérgio, como propina, para facilitar a venda da empresa.

Vamos falar em decência? Então vamos falar na CPI da Corrupção, de 2000, que teve maioria de assinaturas nesta Casa. Mas a pressão do Governo fez com que diversos Deputados desistissem e retirassem a assinatura. No Senado, aconteceu a mesma coisa. Faltou tão-somente uma assinatura. Naquele ocasião, eu ia assumir uma vaga de Senador. A imprensa me perguntou se ia assinar a favor da criação da CPI e eu disse que iria assinar de imediato. Em menos de meia hora conseguiram uma liminar no TSE suspendendo a minha posse no Senado Federal, e a CPI foi enterada porque faltou uma assinatura. Correram da CPI da Corrupção como o diabo corre da cruz.

Falar em decência, falar em moralidade! Vamos lá para São Paulo, vamos falar do rodoanel, que financiou 2 campanhas tucanas em São Paulo. Rodoanel é aquela obra gigantesca que tenta contornar o Estado de São Paulo. Ou será que a Mendes Júnior nunca deu um centavo para a campanha do memorável ex-Governador Mário Covas? Ou será que o Alckmin, que era Vice-Governador na chapa de Mário Covas, não se beneficiou da dinheirama do rodoanel? Esqueceram do rodoanel?

Vamos lá: a Nossa Caixa recentemente foi flagrada com contratos de publicidade para a base aliada na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, que por 72 vezes arquivou CPIs que tentavam investigar o Governo Geraldo Alckmin. Isso é falar de quê? É

falar de monge franciscano ou de Dalai Lama? Não, isso é posicionamento político contra a transparência. Quer dizer que na casa dos outros pode-se chegar e falar em transparência e na nossa casa isso é palavra proibida?

Ouçó, com prazer, o Deputado Marco Maia. Mais tarde, ouvirei com prazer o Deputado Nilson Mourão.

O Sr. Marco Maia – Deputado Eduardo Valverde, é uma satisfação poder apartear V.Exa. em seu belíssimo pronunciamento. Estava em meu gabinete fazendo algumas ligações e alguns agradecimentos em função do resultado das eleições e acompanhando pela televisão o debate neste plenário. Fiquei um pouco estarrecido com os posicionamentos do Deputado Darcísio Perondi, que me pareceu desesperado com as afirmações que o Deputado Orlando Desconsi fez da tribuna desta Casa. Vim ao plenário porque entendo o desespero de S.Exa., que apostou no Governo Germano Rigotto durante os últimos 4 anos e acabou deparando-se com a triste realidade de o Governador do Rio Grande do Sul ser fragorosamente rejeitado nas urnas, não conseguir passar para o segundo turno. É claro que toda a culpa não foi da ineficiência do Governo Germano Rigotto, porque houve no meio disso uma certa traição. Quero até dizer que encontrei no Município de Canoas cédulas (aquela colinha que o eleitor leva à urna) com Deputado Federal do PMDB, Deputado Estadual do PTB – partido da coligação do Sr. Germano Rigotto —, Senador do PMDB e candidatas a Governador e a Presidente da República do PSDB, que não faziam parte da mesma coligação. Houve uma certa traição das bases partidárias. Isso precisa ser investigado. Eu não tenho dúvida de que essa traição não partiu do Deputado Darcísio Perondi, mas ela levou à derrota o Governador Germano Rigotto, do PMDB. Mas precisamos fazer aqui o debate das idéias, das propostas, comparar os governos, saber o que cada um desses projetos representa efetivamente para a construção da democracia brasileira e para o futuro do Brasil. Veja, Deputado Eduardo Valverde, uma das coisas que levaram o Governador Germano Rigotto à derrota foi a forma como governou: aumentou o ICMS, a gasolina, a energia elétrica e os serviços de telecomunicações. Talvez o povo brasileiro não saiba, mas, no Rio Grande do Sul, pagamos 50 centavos a mais por litro de combustível do que no Estado vizinho de Santa Catarina. No Rio Grande do Sul, nos 3 Governos do PMDB – de Antonio Britto, Pedro Simon e Germano Rigotto —, que somaram 12 anos, tive o trabalho de fazer a conta, a soma do crescimento do Estado resultou em apenas 2,8%. Nos 4 anos do Governo de Olívio Dutra, que foi aqui indicado como responsável pelas mazelas do Estado, o crescimento foi de 12%.

Não é o Deputado Marco Maia que está dizendo isso. Esses são dados da Fundação de Economia Estatística do Estado do Rio Grande do Sul e do IBGE, que mede o crescimento econômico dos Estados e fez a mesma medição no Rio Grande do Sul. Durante o Governo do PMDB, foram feitas as privatizações de parte da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE e da CRT, de telefone, e o resto só não foi privatizado porque, sabiamente, o povo gaúcho se rebelou e elegeu Olívio Dutra Governador do Estado. Agora, a grande pergunta que fica é: vamos permitir que essa história se repita no nosso Estado e no Brasil? Não, eu não acredito nisso. Sei que o povo gaúcho é inteligente e votou com perspicácia, porque tirou os votos de Germano Rigotto para levar Olívio Dutra ao segundo turno e poder fazer a boa disputa e o bom debate político, que vão conduzir, sim, o Estado dos gaúchos e este País às mudanças e transformações que são tão almeçadas por este povo trabalhador e sofredor. É por isso, Deputado Eduardo Valverde, que fiz questão de vir aqui, levantar o debate e tratar desses temas, para que essas coisas fiquem claras e o povo saiba, ao votar dentro de alguns dias, que não podemos, de forma alguma, retroceder na construção da política e no fortalecimento do Estado brasileiro como gestor do bem-estar comum do nosso povo. Muito obrigado por este aparte, Deputado Eduardo Valverde.

O SR. EDUARDO VALVERDE – Acolho seu aparte e o incluo em meu discurso.

Antes de conceder um aparte ao Deputado Nilson Mourão, quero concluir tão-somente um pensamento em relação a um fato novo.

Já que estamos falando em moral e ética, vamos discutir o dossiê. É bom que a população saiba como se iniciou essa operação. Tudo começou com uma tentativa do tucanato de comprar o silêncio do Sr. Vedoin, até que um certo Abel Pereira foi fotografado em um hotel em Cuiabá. Havia uma malinha. Nesse caso, a Polícia Federal errou, já que deveria ter dado voz de prisão naquele momento em que ele foi fotografado com aquela malinha, que continha 20 milhões de reais para comprar o silêncio do Sr. Vedoin.

Que silêncio era esse? Era só a fita em que aparecia José Serra numa solenidade, em Campo Grande, para entrega de ambulâncias? Não. Era mais, aquela fita era só uma ponta do iceberg. Eram informações que o Sr. Vedoin não quis prestar à Justiça Federal sobre a doação à campanha do Sr. José Serra em 2002, sobre os depósitos bancários. Aquela informação custaria 20 milhões de reais. Era essa a operação do silêncio que a população não sabe. A população conhece apenas a operação de comprar o dossiê. A imprensa não se preocupou em informar o que havia nele.

Vamos pensar, rememorar. Começa a história com a compra do silêncio do Sr. Vedoin, a um custo de 20 milhões de reais. Quem estava praticando essa compra? Um intermediário chamado Abel Pereira. A mando de quem? Barjas Negri e José Serra. Qual era o conteúdo do dossiê? Numa fita aparece o ex-Ministro José Serra entregando, em Campo Grande, 40 ambulâncias e discursando no palanque: “Esse cabra é bom! Esse cabra é honesto! Esse cabra é decente!” Não era isso, não, meu caro Nilson Mourão, mas algo muito mais grave. Eram informações sobre o financiamento de campanha, cópias de cheques, doação de campanha. Isso era o dossiê. Era dinheiro limpo? Não, era dinheiro da corrupção, o dinheiro do Estado nacional, o dinheiro da saúde, que teve como ex-Ministro José Serra e, logo em seguida, Barjas Negri, eleito Prefeito de Piracicaba com esse dinheiro também. Talvez o dinheiro não tenha sido suficiente para eleger José Serra, mas foi suficiente para eleger Barjas Negri Prefeito de Piracicaba.

No passado, Collor de Mello foi eleito Presidente com o discurso da moralidade. Governou por quase 2 anos e foi deposto, sofreu impeachment deste Congresso pela conduta imoral que tinha naquele momento.

A moral é intrínseca à pessoa humana. A moral é uma qualidade essencial do ser, não é uma coisa que se apreende lá fora. A moral não pode ser comprada, adquirida, é a nossa essência. Portanto, ser ético e moral não é atributo de nenhum candidato, é a sua essência.

O que se deve debater nesta Casa é quem pratica a ética. O que constrói é a condição de moralizar o Estado brasileiro, é o republicanismo.

A elite brasileira construiu o Estado nacional em cima de 2 princípios básicos: o corporativismo e o patrimonialismo. A privatização nada mais é do que uma concepção patrimonialista de trazer para dentro do Estado os interesses privados. Quando a Polícia Federal prende um amigo do Presidente, está sendo republicana. Ela não está olhando a cara de quem está sendo preso. Quando isso aconteceu no Brasil?

Quem não leu Memórias Póstumas de Brás Cubas, de Machado de Assis, ou O Cortiço, de Aluísio de Azevedo, romances nacionais que tratam muito bem do patrimonialismo da elite brasileira, vai compreender este novo momento. A Colônia se transformou em Estado, em República que não se republicanizou, e agora passamos a republicanizá-lo. Por isso tanta pressão, tanta coisa saindo, fluindo, como um Ministério Público que atua com liberdade, uma Polícia Militar fortalecida, que faz investigação, inquéritos. Por que prenderia o churrasqueiro do Presidente? Será que em outros Governos o churrasqueiro do Presidente seria

preso? Será que concebemos que uma pessoa íntima do Presidente seria presa pela Polícia, cujo diretor é nomeado pelo próprio Presidente da República? Eles, os tucanos, não entendem isso. Não querem entender, porque não são republicanos, mas talvez monarquistas, patrimonialistas, querem ver o Estado como casa, como patrimônio pessoal. É isso que a população passa a perceber, e por isso fortalece cada vez mais o Presidente Lula.

Eu gosto de debater moral. Sou bom para debater ética e moral, porque sei com quem estou debatendo. Essa vem sendo a conduta da elite do Brasil por séculos. Está escrito na história, não é papo. Está nos livros de história a conduta de vocês, tucanos. Falar de moral neste momento? Só agora interessa falar de moral e ética, no período eleitoral? Será que olhando para o passado vamos esquecer com quem vocês, tucanos, estavam há poucos anos, há poucas décadas? Será que não limpam as botas dos militares durante o golpe militar? Será que não fizeram um pacto com os Estados Unidos para poder fortalecer o golpe militar no Brasil e implantar uma ditadura que se apropriou do Estado brasileiro? Será que se esquecem disso com tanta facilidade?

Ouçó, com prazer, o nobre Deputado Nilson Mourão.

O Sr. Nilson Mourão – Ilustre Deputado Eduardo Valverde, agradeço-lhe a concessão do aparte e quero elogiar o brilhante e contundente discurso que V.Exa. faz nesta Casa. O discurso de V.Exa. desmonta de modo definitivo a máscara hipócrita com que o tucanato vem falando de ética no País. Parabéns, Deputado. O raciocínio de V.Exa. é brilhante, claro, límpido e bem fundamentado. Que moral tem o tucanato, Geraldo Alckmin, Serra e essa gente toda para discutir moral e ética no País se por trás de tudo estão tramando a privatização da PETROBRAS e procuram enganar o povo na campanha? São dissimulados, falam do que não fizeram, prometem o que certamente não farão e escondem o que irão fazer, que é a retomada do processo de privatizações no País. O que seria ético? Seria discutir com clareza e transparência o que se pretende fazer com o Brasil. Quanto a nós, que defendemos o Governo do Presidente Lula, queremos ser julgados pelo trabalho que S.Exa. fez. Deputado Eduardo Valverde, repito, o discurso de V.Exa. joga por terra definitivamente a hipocrisia do candidato do PSDB, Geraldo Alckmin, que aparece nas telas da televisão com cara de seminarista, mas, na verdade, não tem moral alguma para discutir ética. Parabéns, Deputado.

O SR. EDUARDO VALVERDE – Para concluir meu pensamento, um Governo ético não exerce a ética com discurso, mas com ações, com instrumentos.

O Governo atual fortaleceu a CGU, que fez auditorias em mais de 800 Municípios, e em cerca de 70% deles foram encontradas irregularidades. É importante que a população saiba que a maioria dos Prefeitos dos Municípios eram do PSDB e do PFL e estão sendo processados por roubo de merenda escolar, improbidade administrativa e desvio de recursos federais. Há também pequena parcela de Prefeitos de outros partidos que estão sendo processados, mas a maioria pertence ao PFL e ao PSDB. Essa é a mesma trupe política que hoje quer governar o Brasil, mas sequer consegue administrar Municípios onde não há transparência e a sociedade civil está fragilizada. Os Prefeitos metem a mão em merenda escolar e em recursos do SUS para fazer proselitismo eleitoral. Pode-se chamar isso de ética? Ética se constrói com ações de governo, usando-se mecanismo de transparência, controle e fiscalização.

Estou a cavaleiro para fazer o debate e fornecer dados. Não faço discurso no vazio, mas em cima de elementos que podem ser comprovados.

Concedo um aparte ao combativo Deputado Darcísio Perondi.

O Sr. Darcísio Perondi – Deputado Eduardo Valverde, ética não se faz com ações. V.Exa. está perdido. Ética, caráter, honestidade não se produzem com ações de governo. Já nascemos com esses valores. Pai e mãe ensinam, a família ensina, a escola ensina. Seu Governo é aético, é imoral exatamente porque não teve caráter. Deputado Eduardo Valverde, leia Clóvis Rossi hoje na **Folha de S.Paulo**. “Nenhum churrasqueiro foi preso no Governo FHC.” Claro, não existiu churrasqueiro ladrão, amigo que fazia churrasco para o Presidente! Agora, meu caro, o Presidente da República, Presidente de honra do PT, afirma que “quem negocia com bandido vira um deles”. Mas S.Exa. se esqueceu de dizer que quem negociou com bandidos foram pessoas não apenas do seu partido, mas também da sua campanha – Lorenzetti, Freud, Berzoini – e da campanha do homem pelo qual o Presidente diz que põe a mão no fogo, Mercadante. O Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, disse que caixa 2 é coisa de bandido. Também S.Exa. se esqueceu de dizer que petistas graduadíssimos confessaram caixa 2 no episódio do mensalão. Repito: ética vem de berço. Para encerrar, quero retificar dado apresentado pelo Deputado Marco Maia absurdamente impossível, errado, segundo o qual o Rio Grande do Sul cresceu 2,5% nos 3 Governos do PMDB e com Olívio Dutra cresceu em torno de 10%. Consultei agora a estatística. Com Germano Rigotto, cresceu em torno de 6%, 7%, com 2 secas monstruosas. E com Simon e Britto o Estado cresceu muito. Deputado Marco Maia, consulte melhor

os dados da fundação. V.Exa. não mente. V.Exa. não é homem mentiroso, nem o Deputado que há pouco me antecedeu. Mas não passe mentira! O País está dizendo não. O Lula e o PT são incompetentes tradicionais, especialistas em transformar mentira em verdade, desordem em ordem. Mas o povo já deu o sinal no primeiro turno e agora vai eleger um homem decente: Geraldo Alckmin. Muito obrigado. V.Exa. é um democrata.

O SR. EDUARDO VALVERDE – Peço ao Deputado Darcísio Perondi que leia uma coluna do Clóvis Rossi divulgada há praticamente 3 anos e meio em que ele fala de 2 personagens da República: um é o tal do Sr. Cacciola, o outro, o Sr. Ângelo Calmon de Sá. Dois banqueiros que deram golpe na praça e estão soltos. Um está na Itália curtindo a vida, o outro ficou

rico à beça e está na Bahia. Deram golpe na praça e não foram sequer processados, não estão sequer presos. Sabe quando isso ocorreu? No Governo que V.Exa. defende, do Sr. Fernando Henrique Cardoso. Se esses 2 cidadãos, personagens da história brasileira, praticassem aquela conduta hoje, estariam na prisão da Polícia Federal, cumprindo pena, porque há ordem, há república. No seu Governo não houve ordem, nem república. Somente ladrão de galinha era preso e condenado. Enquanto isso, os Srs. Cacciola e Ângelo Calmon de Sá estão soltos, ricos, olhando para nossa cara, rindo do povo brasileiro. É este o País que os senhores querem voltar a ter novamente e não terão. Não passarão! (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Orlando Desconsi) – **Apresentação de proposições.**

APRESENTAM PROPOSIÇÕES:

Autor	Proposição	Ementa
Poder Executivo	MPV 324/2006	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Fazenda, da Justiça, da Previdência Social, do Trabalho e Emprego, dos Transportes, da Defesa, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e das Cidades, no valor global de R\$ 1.504.324.574,00, para os fins que especifica.
Leonardo Vilela	REQ 4340/2006	Solicita revisão do despacho PL 6919 de 2006.
Vanessa Grazziotin	INC 9668/2006	Sugere a retratação pública do jornalista americano Joe Sharkey se retrate publicamente, que declarou em entrevista que "o controle do tráfego aéreo brasileiro é péssimo e que os pilotos americanos correm risco em nosso país".
Poder Executivo	MSC 860/2006	Encaminha ao Congresso Nacional o demonstrativo das emissões do real correspondente ao mês de agosto de 2006, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.
Poder Executivo	MSC 862/2006	Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau, assinado em Brasília, em 6 de junho de 2006.

VI – ORDEM DO DIA

(Debates e Trabalho de Comissões.)

O SR. LEONARDO VILELA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Desconsi) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. LEONARDO VILELA (PSDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, fazer algumas reflexões acerca dos discursos que ouvimos há pouco.

A sociedade brasileira e esta Casa esperam que os Parlamentares do Partido dos Trabalhadores assomem à tribuna não para fazer críticas infundadas, aleatórias, mas para explicar por que o Governo do Partido

dos Trabalhadores quebrou o setor produtivo do Brasil, que produz alimento farto, barato e de qualidade para as donas de casa e os trabalhadores brasileiros, e engordou os cofres dos banqueiros.

A população brasileira espera que o Partido dos Trabalhadores explique por que o Presidente da República se apequenou, se acovardou e entregou à Bolívia o patrimônio da PETROBRAS, o patrimônio do povo brasileiro, de uma forma absolutamente mesquinha e inexplicável.

Nós, Parlamentares, queremos que a bancada do PT explique à população de onde veio o dinheiro utilizado para comprar um dossiê falso, forjado para alterar os resultados das urnas. E mais: queremos

saber por que todos os amigos, todos os homens de confiança do Presidente estão envolvidos nos maiores escândalos desta República.

A população brasileira espera do Presidente Lula que, no segundo turno das eleições, não fuja do debate eleitoral, como fez no primeiro turno, com a desculpa de que nunca viu nada, não sabia de nada, não participou de nada e que quer o esclarecimento de todos esses fatos.

Não podemos mais continuar tolerando prisões, pressões e quebras ilegais de sigilo bancário de caseiros para proteger os grandes, os peixes graúdos do Partido dos Trabalhadores. Não podemos admitir um governo que corta 1,5 bilhão de reais do Orçamento e, imediatamente após o resultado desfavorável em primeiro turno, libera esses recursos com objetivos claramente eleitoreiros.

São essas explicações que a sociedade brasileira exige da bandada do PT na Câmara dos Deputados e do Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Desconsi) – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Deputado Nilson Mourão, do PT do Acre.

O SR. NILSON MOURÃO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, já faz tempo que o Sr. Geraldo Alckmin vem trabalhando contra o Acre. Na qualidade de representante do povo acreano, que já me concedeu 5 mandatos, pergunto: que mal o povo acreano fez ao Sr. Alckmin?

Consultando os Anais da Câmara dos Deputados, pude perceber que, em sessão realizada no dia 9 de dezembro de 1993, o Sr. Gerado Alckmin, aqui neste plenário, como Líder do PSDB, encaminhou contra o requerimento de urgência para votação do Projeto de Lei nº 2.343, de 1991, de autoria da ilustre Deputada Zila Bezerra, que criava as áreas de livre comércio de Cruzeiro do Sul, Plácido de Castro, Brasiléia e Epitaciolândia.

As áreas de livre comércio são muito importantes em nossa região, uma região fundamentalmente de fronteira com o Peru e com a Bolívia. Elas permitem a ampliação das relações comerciais entre o Brasil, a Bolívia e o Peru, e criam condições para o desenvolvimento econômico e social dos Municípios.

Apesar das justificativas e da base em que se fundamentava o projeto de lei, nada convenceu o Líder do PSDB, à época o Sr. Geraldo Alckmin. Ele votou contra essa matéria para não vê-la votada. Apesar disso, o requerimento foi aprovado, a matéria foi colocada em votação e imediatamente aprovada.

Veja, Sr. Presidente, como se manifestou o Sr. Alckmin logo após a votação da matéria, *ipsis litteris*:

“Sr. Presidente, gostaria que constasse o voto contra da Liderança do PSDB. Entendo que esta não é a maneira mais adequada de promover o tão pretendido desenvolvimento da região”.

Ora, Sr. Presidente, essa é a visão do candidato Geraldo Alckmin sobre o Acre. Ele tem, na verdade, a cabeça e os pés na elite de São Paulo, e não conhece, nem está interessado em conhecer, a realidade brasileira, particularmente a realidade das Regiões Norte e Nordeste deste País.

Recentemente, o Sr. Alckmin visitou o Acre por 20 minutos. Ilustre Deputado Perondi, o seu candidato conhece o Acre por 20 minutos e saiu de lá falando mal do Estado, dizendo que era terra de traficantes de drogas e contrabandistas de armas. S.Exa. disse isso.

O SR. DARCÍSIO PERONDI – Não disse, não.

O SR. NILSON MOURÃO – Ele disse isso publicamente nos seus programas de televisão.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Deputado Perondi, a palavra está com o orador.

O SR. NILSON MOURÃO – Eu peço a V.Exa. que escute o que tenho a dizer.

O SR. DARCÍSIO PERONDI – V.Exa. me chamou para o debate.

O SR. NILSON MOURÃO – Peço que escute o que tenho a dizer. Não estou chamando V.Exa. para o debate.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Deputado Perondi, V.Exa. não pode intervir no discurso. Não pode haver debate durante o pronunciamento do Deputado que está à tribuna.

O SR. DARCÍSIO PERONDI – Mas, Sr. Presidente, eu fui citado. V.Exa. vai me conceder um tempo depois?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sim, mas o senhor não pode interferir no discurso do orador.

O SR. DARCÍSIO PERONDI – Eu aguardarei pacientemente. Muito obrigado.

O SR. NILSON MOURÃO – Como bom gaúcho, V.Exa. tem de ficar calado, ouvindo o que tem de ser dito.

O Sr. Alckmin vai ter que aprender a respeitar o povo acreano, que vai dar a resposta a esta posição de anos atrás de trabalhar contra o desenvolvimento econômico e social do meu Estado, votando aqui contra a criação das Áreas de Livre Comércio num Estado fundamentalmente fronteiriço com o Peru e com a Bolívia.

Apesar de seu voto, apesar de sua visão elitista e preconceituosa em relação ao povo acreano, a matéria foi aprovada nesta Casa.

Depois de suas últimas declarações, só resta ao povo acreano lhe dar a resposta. Parcela importante do

povo acreano já respondeu, mas no dia 29 de outubro todo o povo acreano vai dizer ao Sr. Geraldo Alckmin: “Aprenda a respeitar o povo do Acre”.

Muito obrigado.

O Sr. Orlando Desconsi, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Luiz Couto, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. DARCÍSIO PERONDI – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desafio o Deputado Nilson Mourão a mostrar a matéria e a gravação em que o Governador Geraldo Alckmin faz essas afirmações. Ele não as fez. Ele é um homem sóbrio, sereno e fez um governo extraordinário em São Paulo. Sua marca é a serenidade, o equilíbrio. Por isso é que, devagar e sempre, engoliu o Presidente Lula.

Este é o costume do Partido dos Trabalhadores: tentar fazer mentiras e mentiras virarem verdades. Mas o churrasqueiro, o secretário particular do Lula, o dólar na cueca, a dinheirama na televisão, tudo isso está aí estampado para todos verem e vai tirar Lula da Presidência da República, pelo bem do Brasil.

Brasil decente!

O SR. ORLANDO DESCONSI – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ORLANDO DESCONSI (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero voltar a discutir alguns pontos a respeito do Rio Grande do Sul.

O Governo do Estado, que apóia a candidatura de Yeda Crusius, há 1 ano e meio não repassa aos Municípios os recursos da saúde. Há um ano e meio também, Prefeitos de todos os partidos não recebem os recursos do Governo do Estado.

Nunca na história do Rio Grande do Sul se atrasou tanto o pagamento da parte do Estado que deve ser repassada aos Municípios. Por isso, têm faltado medicamentos, hospitais têm quebrado e postos de saúde vêm enfrentando dificuldades.

É no prato do atual Governo, que a está apoiando, que Yeda Crusius cuspiu, pois S.Exa. pertenceu a este Governo até ontem, mas na campanha fez críticas a ele, apresentando-se como nova.

Além de não atender aos doentes, também não repassa os recursos da merenda escolar – os do ano de 2006 ainda não chegaram às escolas. A parte do

Governo do Rio Grande do Sul que deveria ter sido repassada às escolas não foi.

Mais do que isso, os recursos destinados ao transporte escolar, que também têm de ser repassados aos Municípios, estão atrasados desde março. Os professores e funcionários estão fazendo vaquinha, promoções, estão passando o chapéu para conseguir dinheiro para manutenção das escolas.

Portanto, as escolas enfrentam dificuldades para dar a merenda às crianças, já que a parte do Estado não chega. As escolas também não recebem a verba para manutenção.

No Programa Luz para Todos, Sr. Presidente, o Governo do Estado deveria contribuir com 20%. Acabou baixando para apenas 10%, e até agora não se viu 1 centavo sequer.

Esse é o Governo de realizações fantásticas. Para quem? Quais são as realizações? A Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN não pintou uma caixa sequer. Não houve obras. Não houve realização alguma. Tudo foi desmontado no atual Governo. Aprofundou-se a terceirização. Não se fez concurso público. A candidata, obviamente, já tem em seu programa a privatização, mas não podemos permitir que isso aconteça.

Não podemos deixar de lembrar do Governo de privatizações em nosso Estado. O Governo Estadual reduziu os recursos de todos os programas que manteve, já que a maioria foi extinta, eliminada.

Para onde foi o dinheiro? Para 6 ou 7 grandes empresas que compraram empresas fora do País e, quem sabe, não financiaram parte da campanha? Vamos esperar a prestação de contas para ver se mostram quem financiou essas campanhas.

Infelizmente, Sr. Presidente, não houve política social, nem política de desenvolvimento. Acabaram com o que havia e ainda não cumprem o dever mínimo de repassar os recursos da saúde, que deveria contar com 12%, mas se gasta menos de 6%. E os Municípios ainda recebem esse valor com 1 ano e meio de atraso.

Esse Governo não paga a merenda. Quem não cuida da criança carente que precisa da merenda para sobreviver, lamentavelmente, não merece respeito.

Por isso, tenho absoluta convicção de que o povo gaúcho, que é inteligente, vai reeleger Lula para a Presidência da República e eleger Olívio Dutra para o Governo do nosso Estado.

Não tenho dúvida disso. Podem vir com mentiras e falácias, como tem sido feito por alguns. O povo terá tempo de analisar por 10 minutos cada candidato, o que não ocorreu no primeiro turno. Com esse tempo – cada candidato poderá apresentar seu programa de

governo e comparar com que foi feito por outros —, tenho certeza de que o povo brasileiro, em especial o gaúcho, saberá dar o voto consciente para o avanço do Brasil e não para o retrocesso que representa a candidatura de Geraldo Alckmin, para a volta do desenvolvimento ao Rio Grande e não da paralisia, como ocorre no atual Governo do Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, a cara nova que está aparecendo representa a volta da privatização, do Estado mínimo, das demissões de professores por meio do PDV.

Não podemos retroceder.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO VALVERDE – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Porto Velho completou, no dia 2 de outubro, 92 anos de existência, e sexta-feira pela manhã será realizado um grande ato em homenagem à cidade.

Porto Velho é uma cidade que cresceu com muitos problemas. Teve uma fase brilhante de crescimento quando construíram a Ferrovia Madeira-Mamoré, que, durante 5 décadas, transportou a borracha da Bolívia para o Rio Madeira e de lá para os Estados Unidos e a Europa. Com a queda do preço da borracha no mercado internacional, após a Segunda Guerra Mundial, a região entrou em decadência, restabelecendo-se a partir da década de 60, com forte fluxo migratório e expansão da fronteira agrícola.

De uma ponta a outra, a cidade tem aproximadamente 1.200 quilômetros de extensão. Com o fluxo migratório, seu núcleo urbano cresceu de maneira desordenada, acumulando diversos problemas: falta de saneamento básico, de distribuição de água tratada, ocupação de áreas públicas por grilagem de terra, habitações precárias, problemas estruturais nas vias urbanas, entre outros.

O atual Prefeito, Roberto Eduardo Sobrinho, do Partido dos Trabalhadores, tem desenvolvido diversas ações. Graças ao Presidente Lula, foram investidos no Município este ano, em apenas 1 ano e 9 meses da gestão do Prefeito Roberto Eduardo Sobrinho, quase 60 milhões de reais. A contrapartida do Estado de Rondônia foi de apenas de 3 milhões. Há uma discrepância entre a ajuda do Governo Federal e a ajuda do Governo do Estado de Rondônia.

Com esses recursos, busca-se enfrentar as dificuldades estruturais de uma cidade que cresceu de maneira equivocada, acelerada e desordenada, com a recuperação das principais vias urbanas da cidade; o asfaltamento; a construção de dreno e de calçadas,

principalmente nos bairros Tancredo Neves, Agenor de Carvalho, Nova Porto Velho, Conjunto COHAB, 4 de Janeiro; a construção de 2 postos de saúde; a reforma de várias policlínicas; a construção de 3 escolas da rede pública; e a instalação, no ano que vem, da Escola Técnica Federal, para qualificar profissionalmente a juventude que conclui o ensino fundamental.

Tudo isso é preparação para que, dentro de 2 anos, haja condições de abraçar o grande investimento que será feito pelo Governo Federal na construção da hidrelétrica do Rio Madeira, que gerará quase 7 gigawatts de energia para o Brasil. Trata-se de obra estruturante de grande importância, para garantir à rede de transmissão nacional a energia de que o Brasil precisa para dar continuidade ao seu desenvolvimento.

Obviamente, uma obra como essa precisa de toda a atenção, de todos os cuidados para que o impacto ambiental seja contornado, para que haja ações compensatórias para as populações atingidas e para que a economia local seja alavancada. O ciclo da borracha passou, o ciclo do ouro também, mas a região precisa se desenvolver.

A região é grande e tem uma agricultura familiar ainda muito precária e insuficiente, em face ainda da falta de estradas vicinais para escoamento. Esse é um problema que vem sendo enfrentado com muita dureza e firmeza pelo Prefeito Roberto Sobrinho, que amanhã estará presente ao ato de homenagem à cidade, que, como já disse, completou, no dia 2 de outubro, quase 92 anos de existência.

Como cidadão de Porto Velho, neste momento, presto homenagem à nossa cidade e desejo ao Prefeito Roberto Sobrinho sucesso na sua administração. Na Câmara dos Deputados, buscaremos dialogar com os Poderes da República, porque sabemos que os Estados amazônicos precisam do apoio do Governo Federal.

Esse apoio tem sido dado pelo Presidente Lula, e qualquer alteração na composição do Governo Federal poderá prejudicar a região amazônica, que, nos 8 anos da gestão passada, ficou um pouco abandonada pelo Governo Federal. Agora, os olhos estão virados na região, que precisa se desenvolver de forma sustentável, e não há como promover o seu desenvolvimento com o mesmo modelo adotado pelo Sul e pelo Sudeste, com a destruição permanente do meio ambiente.

Então, temos de conciliar a necessidade de melhorar a qualidade de vida da população amazônica do Estado de Rondônia, da cidade de Porto Velho, com a preservação do meio ambiente e em harmonia com as diversas populações tradicionais que vivem na região, como os seringueiros, os pescadores, as populações indígenas e os quilombolas.

Portanto, nossa homenagem, neste momento, à cidade de Porto Velho.

O SR. DARCÍSIO PERONDI – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Rio Grande do Sul é o Estado que tem a menor taxa de mortalidade infantil, segundo dados do Ministério da Saúde. Isso, sim, é trabalho em prol da saúde. O Rio Grande do Sul é o Estado em que menos morrem crianças de 0 a 1 ano de idade. Então, não venha nenhum Deputado desinformado dizer que lá não se faz nada pela criança. Há até um programa, criado para atender crianças de 0 a 3 anos, que foi homenageado pela UNICEF, órgão internacional que protege a criança.

Como os Deputados do PT gaúcho são desinformados!

A Deputada Yeda Crusius, brilhante Parlamentar presente há 12 anos nesta Casa, é uma mulher que representa a mudança e a transformação. Ela é a novidade. A mulher é determinada e tem percepção. Devido ao seu arcabouço físico, emocional e biológico, ela engravida e a gestação em geral vai até o fim. Tudo o que a mulher faz tem início, meio e fim. E essa é a proposta do Rio Grande: utilizar a sensibilidade feminina, a percepção de mulheres como Ana Terra e Anita Garibaldi, para continuar a obra do Governador Germano Rigotto, e não dar continuidade ao retrocesso e à esculhambação do Governo anterior.

Então, devagar! O PMDB do Rio Grande do Sul, na segunda-feira, referendará maciçamente o apoio, em todos os Municípios, à candidatura de Yeda e Alckmin.

Para encerrar, mais de 50% dos gaúchos votaram em Geraldo Alckmin. Lula foi reprovado pelo gaúchos no primeiro turno.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. GILMAR MACHADO (PT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, prezados telespectadores da *TV Câmara* e ouvintes da *Rádio Câmara*, ocupo a tribuna neste momento para, primeiramente, agradecer ao bom Deus e à população do meu Estado de Minas Gerais minha reeleição. Em particular, quero agradecer a população de Uberlândia e a comunidade evangélica que sempre

acreditaram no meu trabalho. A minha reeleição tem significado profundamente ético e cristão.

Todos que acompanham o desempenho do meu mandato sabem muito bem, que a minha conduta sempre foi pautada na ética e nos princípios cristãos. Em momentos mais cruciais das crises que se sucederam na política, mantive-me firme numa coerência entre fé cristã e ética. Nos momentos que exigiram firmeza, não vacilei em apoiar todas as formas de investigação.

Por outro lado, é preciso reconhecer que, em alguns momentos de turbulência política, muitas vezes com tom de preconceito, o Governo Luiz Inácio Lula da Silva não envidou todos os esforços para apurar a verdade. E isso culminou numa crise que tem também um lado pedagógico que indica a necessidade de, a partir da próxima Legislatura, promovermos a imperiosa reforma política.

O Governo tentou fazê-la, mas, infelizmente, alguns partidos oposicionistas foram contrários ao financiamento público e à fidelidade partidária. Tenho a convicção de que, se não democratizarmos o processo eleitoral e promovermos essa reforma, inibiremos a participação da sociedade na disputa do espaço político e partidário.

Se quisermos ética na política, só temos um caminho a seguir: a reforma política!

Sabe a população, na sua sabedoria cotidiana, que a crise instaurada nos últimos anos não é pontual e tampouco invenção do Governo atual. A crise que se instalou é fruto da histórica conduta perpetrada pela elite conservadora que, na sua trajetória de domínio público e privado, criou um Estado autoritário com o único objetivo de proteger os seus atos de delinquência e de expropriação do comum.

Assim, ao eleger Lula para um novo mandato, a população brasileira tem a clara percepção de que a corrupção corrói as entranhas do Poder e da sociedade; sabe que, senão houver grande esforço nacional num combate firme a ela, o Brasil poderá perder a batalha para constituir novo modelo de gestão pública e de ética governamental.

Nessa perspectiva, as igrejas, as pessoas de bem e os setores organizados da sociedade civil têm o compromisso de pensar no segundo turno. Reeleger Luiz Inácio Lula da Silva é fundamental para a continuação do combate à corrupção.

Nas minhas atividades nos Municípios do meu Estado, pude perceber que, graças aos meios de comunicação de massa, o povo tem a sensação de que a corrupção aumentou no País. Devo, porém, declarar que essa sensação é um engano e que há falseamento da verdade dos fatos.

Felizmente, boa parte do povo do meu Estado e do restante do País percebeu que, no Governo Lula, o Judiciário e a Polícia Federal nunca tiveram tanta liberdade e autonomia para investigar e punir os criminosos – esse é um fato histórico!

A Nação estava cansada de saber que os crimes de colarinho branco e os praticados por agentes públicos permaneciam impunes, às margens da lei. Muitos eram cometidos por privilegiados que gozavam de prestígio e proteção governamental e se valiam da tradicional retórica da elite brasileira do “*sabe com quem está falando*”?

Agora, não! No Governo Lula, nem os auxiliares acusados de envolvimento com a corrupção escaparam do cerco policial e das ordens judiciais. A ordem do Governo Lula é facilitar ao máximo a punição daqueles que roubam o Estado. Para o nosso Governo, a corrupção é um atentado e uma traição à própria Pátria.

A idéia que os setores conservadores e parte da mídia tentaram construir e transmitir à sociedade, de que vivemos uma escala ascendente de corrupção, é equivocada. Felizmente, a maioria dos brasileiros sabe que o Governo Lula nunca criou obstáculos tampouco se valeu de sua condição institucional para acobertar qualquer dos envolvidos. E esse é um fato novo e motivador na história do Brasil! Aliás, seria bom que os institutos de pesquisas promovessem uma pesquisa comparativa entre os Governos Lula e FHC para verificar quem mais engavetou denúncias e quem mais prendeu envolvidos em escândalos, independentemente de seus *status*. Mesmo nomeado pelo Presidente Lula, o atual Procurador-Geral da República não poupou integrantes do Governo e de sua base parlamentar. É ou não é um fato novo na história da República?

Partindo dessa compreensão política e consciente da importância da continuidade desse intensivo processo de combate à corrupção, entendo fundamental a reeleição de Lula.

Para tanto, estou conclamando a Igreja Evangélica a estar ao lado de Lula no segundo turno, para vencermos essa batalha. Sem dúvida, até o dia 28 de outubro, setores que não se conformam em ver o pobre comendo alimento similar ao das classes média e alta usarão de todos os artifícios e expedientes antiéticos e antidemocráticos para macular a vida desse grande líder, retirante e operário, Luiz Inácio da Silva.

Acredito que a alma evangélica e cristã se regozija em ver, em todos os cantos do País, pobres finalmente gozando do direito à dignidade humana, algo até então lhes era negado e expropriado pelos conservadores. Histórica e compulsivamente, a elite conservadora nacional se recusou a reconhecer que

os pobres são pessoas especiais, para cujos clamores o próprio Cristo exigiu dedicação exclusiva.

Votar em Luiz Inácio Lula da Silva é votar pelo ato cristão de partilhar e comungar, principalmente por Lula ser a antítese à cultura do egoísmo e do individualismo que afrontam os ouvidos do nosso Senhor Jesus e os ideais da Igreja primitiva com que tanto nós sonhamos para o mundo como alternativa ao perverso e desumano modelo que transforma seres humanos em objetos de satisfação desmedida do lucro, da acumulação de riquezas e da exploração humana.

Dessa forma, o Deputado Walter Pinheiro e eu estamos coordenando, na comunidade evangélica, para o segundo turno, um grupo de apoio à candidatura do Presidente Lula. A comunidade evangélica, em especial a Igreja Batista, da qual sou membro, não vai anunciar oficialmente apoio ao candidato A ou B, por entender que as pessoas são livres para votar, para fazer suas escolhas. No entanto, realizaremos intenso trabalho com os membros da comunidade evangélica no Brasil para que mantenham Lula na Presidência da República. Afinal, ao longo dos últimos 4 anos, o Presidente demonstrou ser sensível aos princípios que cristãos e evangélicos praticam e com os quais trabalham – especial atenção aos necessitados e justiça a quem não tem.

O Presidente Lula representa a certeza de maior atenção aos mais pobres, aos que mais precisam de quem defenda seus interesses e concretize seus desejos. Portanto, o Deputado Walter Pinheiro e eu, que pertencemos à Igreja Batista, a Senadora Marina, integrante da Assembléia de Deus, e vários pastores do País estamos nos reunindo não só para orar, mas também para agir em prol da continuação de Lula na Presidência da República. Aliás, como bem dizia um pastor da Primeira Igreja Batista de Uberlândia, que também foi meu pastor e dirigiu várias igrejas, oração sem ação é tapeação.

Por fim, Sr. Presidente, cumprimento o Ministro Fernando Haddad pelo brilhante trabalho que vem realizando em prol da expansão das universidades no País. O Deputado Darcísio Perondi, por exemplo, sabe da importância da Universidade do Pampa para o seu Estado, o Rio Grande do Sul, como sei da importância da expansão da Universidade Federal de Uberlândia para a cidade de Ituiutaba e para o Pontal do Triângulo Mineiro e da criação da Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha na cidade de Diamantina. Essa faculdade, que foi criada pelo Presidente Juscelino Kubitschek e que agora se transforma em universidade, será essencial alavanca para o desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri no Estado de Minas Gerais.

Portanto, desta tribuna, saúdo o Ministro Fernando Haddad e o Presidente Lula pela determinação de ampliar a oferta de vagas públicas no ensino superior aos jovens brasileiros e, acima de tudo, pela volta do ensino profissionalizante, possibilitando que adolescentes, meninas e meninos de 15, 16, 17 anos sujeitos a ações daqueles que querem aliciá-los para o crime, estudem em um período e façam um curso profissionalizante em outro. Agora, esses jovens terão outra opção: a possibilidade de freqüentar um curso profissionalizante.

Por isso, no novo mandato que o povo de Minas Gerais me conferiu, lutarei para que, de fato, essas escolas profissionalizantes voltem com maior força no País inteiro, oferecendo essa perspectiva aos adolescentes e jovens brasileiros.

Encerro o meu discurso com as palavras bíblicas contidas em Filipenses 4, versículo 5: *“Seja a vossa eqüidade notória a todas as pessoas. Perto está o Senhor”*.

Era o que tinha a dizer.

O Sr. Luiz Couto, 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Orlando Desconsi, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. LUIZ COUTO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Desconsi) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aproveito esta oportunidade para ler e comentar o artigo *O que está em jogo*, do cientista e Prof. Emir Sader.

“O que está em jogo no segundo turno não é apenas se a Petrobrás vai ser privatizada – como afirma o assessor de Alckmin, Mendonça de Barros, à revista Exame – e, com ela, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, a Eletrobrás.

O que está em jogo no segundo turno não é apenas se os movimentos sociais voltarão a ser criminalizados e reprimidos pelo governo federal.

O que está em jogo no segundo turno não é apenas se o Brasil seguirá privilegiando sua política externa de alianças com a Argentina, a Bolívia, a Venezuela, o Uruguai, Cuba, assim como os países do Sul do mundo, ao invés da subordinação à política dos EUA.

O que está em jogo no segundo turno não é apenas se retornará a política da privataria na educação.

O que está em jogo no segundo turno não é apenas se a política cultural será centrada no financiamento privado.

O que está em jogo no segundo turno não é apenas se teremos menos ou mais empregos precários, menos ou mais empregos com carteira de trabalho.

O que está em jogo no segundo turno não é apenas se haverá mais ou menos investimentos públicos em áreas como energia, comunicações, rodovias, saneamento básico, educação, saúde, cultura.

O que está em jogo no segundo turno não é apenas se seguiremos diminuindo as desigualdades no Brasil mediante políticas sociais redistributivas – micro-crédito, aumento do poder aquisitivo real do salário mínimo, diminuição do preço dos produtos da cesta básica, bolsa-família, eletrificação rural, entre outros – ou se voltaremos às políticas tucanopefelistas do governo FHC.

O que está em jogo no segundo turno é tudo isso – o que, por si só, é de uma enorme proporção e já faz diferença entre os dois candidatos. O que está sobretudo em jogo no segundo turno é a inserção internacional do Brasil, com conseqüências diretas para o destino futuro do país.

Com Lula se manterá a política que privilegia a integração regional e as alianças Sul/Sul, que se opõem à Alca em favor do Mercosul. Com Alckmin se privilegiariam as políticas de livre comércio: Alca, assinatura de Tratado de Livre Comércio com os EUA, isolamento da Alba, debilitamento do Mercosul, da Comunidade Sul-Americana, das alianças com a África do Sul e a Índia, o Grupo dos 20.

O que está em jogo no segundo turno é a definição sobre se o Brasil vai subordinar seu futuro com políticas de livre comércio ou se o fará em processos de integração regional. Isso faz uma diferença fundamental para o futuro do Brasil e da América Latina. Adotar o livre comércio é abrir definitivamente a economia do país para os grandes monopólios internacionais – norte-americanos em particular –, é renunciar a definir qualquer forma de regulamentação interna – de meio ambiente, de moeda, de política de cotas, etc. É condenar o Brasil definitivamente à centralidade das

políticas de mercado, com a perpetuação das desigualdades que fazem do nosso o país mais injusto do mundo.

O que está em jogo no segundo turno então é se teremos um país menos injusto ou mais injusto, se teremos um país mais soberano ou mais subordinado, se teremos um país mais democrático ou menos democrático, se teremos um país ou se nos tornaremos definitivamente em um mercado especulativo e nos consolidaremos como um país conservador dirigido pelas elites oligárquicas (como uma mistura de Daslu mais Opus Dei). Se seremos um país, uma sociedade, uma nação – democráticos e soberanos – ou se seremos reduzidos a uma bolsa de valores, a um shopping center cercado de miséria por todos os lados.

Tudo isto está em jogo no segundo turno. Diante disso ninguém pode ser neutro, ninguém pode ser equidistante, ninguém pode ser indiferente”.

Sr. Presidente, o artigo do Prof. Emir Sader mostra com clareza todas as questões a serem analisadas neste segundo turno. O povo brasileiro precisa perceber que ou decide por um país que já está sendo construído ou volta à era da privatização, quando tudo era vendido – faziam falir os bancos e depois injetavam dinheiro na massa podre, para entregar o patrimônio do povo ao sistema privado.

Queremos a expansão e a interiorização das universidades públicas. Queremos a reconstrução das nossas escolas técnicas, proibida no Governo anterior. Queremos políticas públicas que tirem da miséria milhões de brasileiros e dêem-lhes uma vida digna.

É importante que este País discuta, de forma serena e transparente, todas essas questões.

O artigo de Emir Sader levanta o debate e mostra bem a diferença entre os 2 projetos que disputam esta eleição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Desconsi) – Vai-se passar ao horário de

VII – COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES

Não há oradores inscritos.

VIII – ENCE RRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Orlando Desconsi) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Desconsi) – Encerro a sessão, convocando outra, para amanhã, sexta-feira, dia 6, às 9 horas.

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS OU RECURSOS

I – EMENDAS

2. PROJETO DE RESOLUÇÃO QUE ALTERA O RICD

Prazo para apresentação de emendas: 5 Sessões (Art. 216, § 1º, do RICD).

Nº 279/06 (Paulo Magalhães) Dispõe sobre o desarquivamento de proposições da Câmara dos Deputados, no início da legislatura.

DECURSO: 3a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 10/10/2006

II – RECURSOS

1. CONTRA APRECIÇÃO CONCLUSIVA DE COMISSÃO – ART. 24, II, DO RICD

INTERPOSIÇÃO DE RECURSO: art. 58, § 3º, c/c o art. 132, § 2º (PARECERES FAVORÁVEIS), ou com o art. 133 (PARECERES CONTRÁRIOS), todos do RICD.

Prazo para apresentação de recurso: 5 sessões (art. 58, § 1º do RICD).

1.1 COM PARECERES FAVORÁVEIS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

No. 1575/2001 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que renova a concessão outorgada ao Sistema São Paulo de Comunicação e Empreendimentos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Cotia, Estado de São Paulo.

DECURSO: 3a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 10/10/2006

No. 2205/2006 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária a Voz de São Francisco de Itabapoana a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Francisco de Itabapoana, Estado do Rio de Janeiro.

DECURSO: 3a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 10/10/2006

No. 2225/2006 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural Pinheirinho do Vale a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pinheirinho do Vale, Estado do Rio Grande do Sul.

DECURSO: 3a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 10/10/2006

No. 2246/2006 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Apoio ao Desenvolvimento de São Pedro / RN a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Pedro, Estado do Rio Grande do Norte.

DECURSO: 3a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 10/10/2006

No. 2249/2006 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural Vivaldo Nascimento Piotto para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Passos, Estado de Minas Gerais.

DECURSO: 3a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 10/10/2006

No. 2273/2006 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Educativa e Social de Paracatu (ONGPAR) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais.

DECURSO: 3a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 10/10/2006

No. 2276/2006 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio São Carlos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São Carlos, Estado de Santa Catarina.

DECURSO: 3a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 10/10/2006

No. 2277/2006 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Modelo FM Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Indaiatuba, Estado de São Paulo.

DECURSO: 3a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 10/10/2006

No. 2283/2006 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores da Cidade de Goiandira – GO a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de

radiodifusão comunitária na cidade de Goiandira, Estado de Goiás.

DECURSO: 3a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 10/10/2006

No. 2284/2006 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Beneficente e Comunitária Caminhos da Vida a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itumbiara, Estado de Goiás.

DECURSO: 3a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 10/10/2006

No. 2287/2006 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cacaré FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Uiraúna, Estado da Paraíba.

DECURSO: 3a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 10/10/2006

No. 2295/2006 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Sonora e Cultural de São Pedro do Iguaçú a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Pedro do Iguaçú, Estado do Paraná.

DECURSO: 3a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 10/10/2006

No. 2298/2006 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Clube de Botucatu Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Botucatu, Estado de São Paulo.

DECURSO: 3a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 10/10/2006

No. 2305/2006 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Centauro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Itamonte, Estado de Minas Gerais.

DECURSO: 3a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 10/10/2006

No. 2310/2006 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário Liberdade de Barra do Guarita a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de

radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Guará, Estado do Rio Grande do Sul.

DECURSO: 3a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 10/10/2006

No. 2311/2006 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Verde é Vida a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapuí, Estado de São Paulo.

DECURSO: 3a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 10/10/2006

No. 2313/2006 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Atividade Lapão FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lapão, Estado da Bahia.

DECURSO: 3a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 10/10/2006

No. 2316/2006 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Fronteira Paulista Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo.

DECURSO: 3a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 10/10/2006

No. 2335/2006 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Varre-Sai a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Varre-Sai, Estado do Rio de Janeiro.

DECURSO: 3a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 10/10/2006

No. 2339/2006 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação Social – ACCS a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macaúbas, Estado da Bahia.

DECURSO: 3a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 10/10/2006

3. CONTRA DECLARAÇÃO DE PREJUDICIALIDADE – ART. 164, § 1º, DO RICD

(SUJEITOS A DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO, APÓS OUVIDA A CCJC, NOS TERMOS DO ART. 164, §§ 2º E 3º DO RICD)

Prazo para apresentação de recurso: 5 sessões (Art. 164, § 2º, do RICD).

PROJETO DE LEI

No. 117/1999 (Enio Bacci) – Acrescenta parágrafo único ao art. 218 da Lei nº 9.503, de 1997.

DECURSO: 1a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 13/10/2006

No. 3560/2004 (Almir Moura) – Altera a Lei nº 9.503, de 23 setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre multas por infrações decorrentes de excesso de velocidade.

DECURSO: 1a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 13/10/2006

No. 7051/2006 (José Linhares) – Dispõe sobre a distribuição gratuita de aparelhagem para medição de glicemia aos portadores do diabetes.

DECURSO: 2a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11/10/2006

4. DEVOLVIDO(S) AO(S) AUTOR(ES)

INTERPOSIÇÃO DE RECURSO – RCP: art. 35, §§ 1º e 2º, do RICD.

INTERPOSIÇÃO DE RECURSO – DEMAIS PROPOSIÇÕES: art. 137, § 1º, do RICD.

PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE RECURSO: 5 sessões.

PROJETO DE LEI

No. 7418/2006 (Chico Alencar) – Altera a alínea “g” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidades), para evitar que o mero ingresso em juízo venha a suspender a inelegibilidade decorrente do julgamento de contas irregulares; e estende os efeitos da inelegibilidade aos que, mesmo não sendo agentes públicos, tenham suas contas julgadas irregulares.

ÚLTIMA SESSÃO: 6/10/2006

No. 7447/2006 (Carlos Mota) – Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que “dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais”, instituindo gratificação decorrente do exercício de atividades de fiscalização da execução de contratos administrativos.

DECURSO: 4a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 9/10/2006

No. 7449/2006 (Perpétua Almeida) – Altera o art. 1º da Lei nº 7.963, de 21 de dezembro de 1989, que concede compensação pecuniária, a título de benefício, ao militar temporário das Forças Armadas, por ocasião de seu licenciamento.

DECURSO: 1a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 13/10/2006**ORADORES SORTEADOS PARA
O GRANDE EXPEDIENTE
DO MÊS DE OUTUBRO DE 2006****Dia 6, 6ª-feira**

10:00 RENATO CASAGRANDE (PSB – ES)
10:25 LEONARDO MONTEIRO (PT – MG)
10:50 ARACELY DE PAULA (PL – MG)
11:15 MARCELO CASTRO (PMDB – PI)
11:40 MARCUS VICENTE (PTB – ES)

Dia 9, 2ª-feira

15:00 PAULO BALTAZAR (PSB – RJ)
15:25 JUTAHY JUNIOR (PSDB – BA)
15:50 FERNANDO FERRO (PT – PE)
16:15 DR. ROSINHA (PT – PR)
16:40 HENRIQUE AFONSO (PT – AC)

Dia 10, 3ª-feira

15:00 ROBÉRIO NUNES (PFL – BA)
15:25 TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT – RS)

Dia 11, 4ª-feira

15:00 LUPÉRCIO RAMOS (PMDB – AM)
15:25 PAES LANDIM (PTB – PI)

Dia 13, 6ª-feira

10:00 CÉSAR MEDEIROS (PT – MG)
10:25 EDINHO MONTEMOR (PSB – SP)
10:50 MARINHA RAUPP (PMDB – RO)
11:15 RICARDO RIQUE (PL – PB)
11:40 RICARDO BARROS (PP – PR)

Dia 16, 2ª-feira

15:00 MARCELO GUIMARÃES FILHO (PFL – BA)
15:25 SIMPLÍCIO MÁRIO (PT – PI)
15:50 ODAIR CUNHA (PT – MG)
16:15 BABÁ (PSOL – PA)
16:40 ELISEU PADILHA (PMDB – RS)

Dia 17, 3ª-feira

15:00 DAVI ALCOLUMBRE (PFL – AP)
15:25 SALATIEL CARVALHO (PFL – PE)

Dia 18, 4ª-feira

15:00 NELSON PROENÇA (PPS – RS)
15:25 JOSÉ OTÁVIO GERMANO (PP – RS)

Dia 19, 5ª-feira

15:00 LUIZ CARLOS SANTOS (PFL – SP)
15:25 LUIZ CARREIRA (PFL – BA)

Dia 20, 6ª-feira

10:00 POMPEO DE MATTOS (PDT – RS)
10:25 LÉO ALCÂNTARA (PSDB – CE)
10:50 HELENO SILVA (PL – SE)
11:15 MARCELO ORTIZ (PV – SP)
11:40 SÉRGIO MIRANDA (PDT – MG)

Dia 23, 2ª-feira

15:00 PEDRO IRUJO (PMDB – BA)
15:25 AROLDO CEDRAZ (PFL – BA)
15:50 ALCEU COLLARES (PDT – RS)
16:15 FERNANDO ESTIMA (PPS – SP)
16:40 NILTON BAIANO (PP – ES)

Dia 24, 3ª-feira

15:00 OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR)
15:25 ALBERTO FRAGA (PFL – DF)

Dia 25, 4ª-feira

15:00 JOÃO MAGALHÃES (PMDB – MG)
15:25 CEZAR SILVESTRI (PPS – PR)

Dia 26, 5ª-feira

15:00 LUCIANO CASTRO (PL – RR)
15:25 JOÃO ALMEIDA (PSDB – BA)

Dia 27, 6ª-feira

10:00 ALEXANDRE CARDOSO (PSB – RJ)
10:25 SEBASTIÃO MADEIRA (PSDB – MA)
10:50 GILBERTO NASCIMENTO (PMDB – SP)
11:15 CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP)
11:40 BONIFÁCIO DE ANDRADA (PSDB – MG)

Dia 30, 2ª-feira

15:00 COLBERT MARTINS (PPS – BA)
15:25 ELAINE COSTA (PTB – RJ)
15:50 JOÃO MATOS (PMDB – SC)
16:15 MARCOS DE JESUS (S.PART. – PE)
16:40 LUCI CHOINACKI (PT – SC)

Dia 31, 3ª-feira

15:00 PEDRO NOVAIS (PMDB – MA)
15:25 CHICO ALENCAR (PSOL – RJ)

ORDEM DO DIA DAS COMISSÕES**I – COMISSÕES PERMANENTES****COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA,
ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL****AVISOS****PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO
DE EMENDAS (5 SESSÕES)**

DECURSO: 4ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 09-10-06

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 7.407/06 – do Sr. Carlos Souza – que “altera o art. 1º da Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971”.

RELATOR: Deputado JAIRO CARNEIRO.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA,
COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA****AVISOS****PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO
DE EMENDAS (5 SESSÕES)**

DECURSO: 4ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 09-10-06

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 7.392/06 – do Sr. José Divino – que “altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para dispor sobre prazo para empresas concessionárias, permissionárias ou autorizatárias efetuarem interrupção de serviço a pedido do usuário”.

RELATOR: Deputado ZENALDO COUTINHO.

PROJETO DE LEI Nº 7.394/06 – do Sr. Ariosto Holanda e outros – que “dispõe sobre o fomento à capacitação tecnológica da população e seu financiamento”.

RELATOR: Deputado JORGE BITTAR.

PROJETO DE LEI Nº 7.405/06 – do Sr. Wladimir Costa – que “estabelece normas para a comercialização de equipamentos transmissores de radiodifusão de sons (rádio) e de sons e imagens (televisão)”.

RELATOR: Deputado ORLANDO FANTAZZINI.

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 7.096/06 – do Sr. Inocêncio Oliveira e outros – que “dispõe sobre a outorga de canais de televisão no Sistema Brasileiro de Televisão Digital para as entidades que menciona”.

RELATOR: Deputado AROLDE DE OLIVEIRA.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
E DE CIDADANIA****AVISOS****PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO
DE EMENDAS (5 SESSÕES)**

DECURSO: 1ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 13-10-06

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)**A – Da Análise da Constitucionalidade e Juridicidade (art. 54, I):**

PROJETO DE LEI Nº 6.846/02 – do Sr. Marcelo Teixeira – que “regulamenta a profissão de Cabeleireiro, Barbeiro, Manicuro e Pedicuro”. (Apensados: PL 6995/2002, PL 7011/2002, PL 7494/2002, PL 1360/2003, PL 1953/2003, PL 1942/2003, PL 2409/2003 e PL 4806/2005)

RELATOR: Deputado VILMAR ROCHA.

B – Da Análise da Constitucionalidade, Juridicidade e Mérito:

PROJETO DE LEI Nº 7.427/06 – do Sr. Roberto Freire – que “acrescenta dispositivos ao artigo 24 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal – para tornar prioritária a tramitação da ação penal contra agente público”.

RELATOR: Deputado FERNANDO CORUJA.

DECURSO: 4ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 09-10-06

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)**A – Da Análise da Constitucionalidade e Juridicidade (art. 54, I):**

PROJETO DE LEI Nº 5.290/05 – do Poder Executivo – (MSC 293/2005) – que “autoriza o Poder Executivo a efetuar doação à República do Paraguai, no valor de até R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais)”.

RELATOR: Deputado LUIZ COUTO.

PROJETO DE LEI Nº 5.849/05 – do Senado Federal – Tião Viana – (PLS 122/2005) – que “institui o Dia Nacional da Voz”.

RELATOR: Deputado PAULO MAGALHÃES.

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

A – Da Análise da Constitucionalidade e Juridicidade (art. 54, I):

PROJETO DE LEI Nº 3.882/04 – do Sr. Celso Russomanno – que “altera o art. 12 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, que “dispõe sobre a segurança de estabelecimentos financeiros, estabelece normas para a constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências””.

RELATORA: Deputada IRINY LOPES.

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**AVISOS****PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS A PARTIR DE SEGUNDA-FEIRA (DIA 09-10-2006)****Substitutivo (Art. 119, II e §1º)**

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 6.882/06 – do Sr. Pastor Francisco Olímpio – que “dispõe sobre o limite das companhias aéreas pagar os objetos: extraviados, danificados ou roubados durante a viagem, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado REINALDO BETÃO.

PROJETO DE LEI Nº 7.055/06 – do Sr. Moreira Franco – que “acrescenta o inciso XIII ao art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, Lei Geral das Telecomunicações, estabelecendo a obrigatoriedade do registro do número de série dos aparelhos com as linhas”. (Apensado: PL 7237/2006)

RELATORA: Deputada ANA GUERRA.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO**AVISOS****PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)**

DECURSO: 1ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 13-10-06

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 7.309/06 – do Sr. Vadinho Baião – que “acrescenta parágrafo ao art. 198 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT-, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, para estabelecer o peso máximo permitido para o transporte manual de ensacados e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado JOEL DE HOLLANDA.

PROJETO DE LEI Nº 7.323/06 – do Sr. Jaime Martins – que “dispõe sobre o contrato de cessão de ponto de venda em centros de compra”.

RELATOR: Deputado LÉO ALCÂNTARA.

PROJETO DE LEI Nº 7.338/06 – do Sr. Carlos Mota – que “dispõe sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito urbano contratadas por micro e pequenos empresários na área de atuação

da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADE-NE, em situação de inadimplemento, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado JOAQUIM FRANCISCO.

PROJETO DE LEI Nº 7.382/06 – do Sr. Carlos Nader – que “dispõe sobre a proibição da comercialização de produtos prontos para consumo adicionados diretamente em embalagens de isopor”.

RELATOR: Deputado JOEL DE HOLLANDA.

PROJETO DE LEI Nº 7.445/06 – do Sr. Ronaldo Cunha Lima – que “altera os artigos 6º, 9º, 12 e 15, da Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, e acrescenta o artigo 17-A ao mesmo diploma legal”.

RELATOR: Deputado LÉO ALCÂNTARA.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA**AVISOS****PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS A PARTIR DE SEGUNDA-FEIRA (DIA 09-10-2006)****Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)**

PROJETO DE LEI Nº 6.965/06 – da Sra. Professora Raquel Teixeira – que “acrescenta o art. 31-A à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a obrigatoriedade da existência de educadores assistentes na educação infantil”.

PROJETO DE LEI Nº 7.012/06 – do Sr. Vittorio Mediolio – que “dispõe sobre o uso de detectores de metais nos acessos aos estabelecimentos de ensino”.

RELATOR: Deputado ROGÉRIO TEÓFILO.

PROJETO DE LEI Nº 7.184/06 – do Sr. Moreira Franco – que “dá nova redação ao inciso V do art. 53, da Lei nº 8.059, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente”.

RELATOR: Deputado GASTÃO VIEIRA.

PROJETO DE LEI Nº 7.215/06 – do Poder Executivo – que “cria cargos efetivos, cargos comissionados e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação”.

RELATORA: Deputada FÁTIMA BEZERRA.

PROJETO DE LEI Nº 7.243/06 – do Sr. Reginaldo Lopes – que “erige em monumento nacional o Caminho da Estrada Real que abrange os Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo”.

RELATOR: Deputado PAULO DELGADO.

PROJETO DE LEI Nº 7.280/06 – do Sr. Josias Quintal – que “dispõe sobre programa de estímulo à implan-

tação de núcleos de formação profissional, mantido pela União”.

RELATOR: Deputado COLOMBO.

PROJETO DE LEI Nº 7.330/06 – do Senado Federal – Pedro Simon – (PLS 340/2005) – que “institui a Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância”.

RELATORA: Deputada MARIA DO ROSÁRIO.

PROJETO DE LEI Nº 7.410/06 – do Senado Federal – Valdir Raupp – (PLS 88/2006) – que “altera o § 4º do art. 7º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que instituiu o Programa Universidade para Todos (Prouni), para dispor sobre a desvinculação dos cursos com desempenho insuficiente no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)”.

RELATOR: Deputado COLOMBO.

PROJETO DE LEI Nº 3.481/04 – do Sr. Adão Preto – que “dispõe sobre destinação de vagas em cursos de nível superior para candidatas com afinidade rural”

RELATOR: Deputado GASTÃO VIEIRA.

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 4ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 09-10-06

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 2.492/03 – do Sr. Carlos Alberto Rosado – que “institui o título “Capital Brasileira da Cultura” e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado CARLOS ABICALIL.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 4ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 09-10-06

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

A – Da Análise da Adequação Financeira e Orçamentária (art. 54):

PROJETO DE LEI Nº 5.520/05 – do Sr. Félix Mendonça – que “inclui o mapeamento genético (DNA) na Carteira de Identidade, trocando o papel por plástico rígido”.

RELATOR: Deputado PAULO RUBEM SANTIAGO.

PROJETO DE LEI Nº 6.736/06 – do Sr. Edinho Bez – que “destina parte dos recursos do Fundo Geral de Turismo – FUNGETUR para o financiamento de obras de infra-estrutura turística, nas condições que especifica”.

RELATOR: Deputado REINHOLD STEPHANES.

B – Da Análise da Adequação Financeira e Orçamentária e do Mérito:

PROJETO DE LEI Nº 4.587/04 – do Sr. Eduardo Cunha – que “dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de equipamento emissor de cupom fiscal em estabelecimentos que efetuem venda a varejo de combustíveis”.

(Apensado: PL 5786/2005)

RELATOR: Deputado MILTON BARBOSA.

PROJETO DE LEI Nº 6.976/06 – do Sr. Carlos Eduardo Cadoca – que “estabelece regime tributário especial para feiras, exposições, convenções, congressos e atividades internacionais congêneres, organizadas no país, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado ANTONIO CAMBRAIA.

PROJETO DE LEI Nº 6.981/06 – do Sr. Zezéu Ribeiro – que “assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social”.

RELATOR: Deputado JOÃO PAULO CUNHA.

PROJETO DE LEI Nº 7.359/06 – do Sr. Jefferson Campos – que “dispõe sobre o imposto de renda incidente no mês de dezembro de cada ano sobre os rendimentos de trabalho não-assalariado”.

RELATOR: Deputado EDUARDO CUNHA.

PROJETO DE LEI Nº 7.413/06 – do Senado Federal – Paulo Paim – (PLS 320/2004) – que “dá nova redação ao art. 12 da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, que dispõe sobre incidência do imposto de renda sobre os rendimentos recebidos acumuladamente”. (Apensados: PL 3463/2004 (Apensado: PL 4045/2004) e PL 7253/2006)

RELATOR: Deputado MUSSA DEMES.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 4ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 09-10-06

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 6.394/05 – do Sr. Sandes Júnior – que “dispõe sobre a construção de infra-estrutura de esgotamento sanitário e de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, previamente à implantação de empreendimentos turísticos situados em áreas ecologicamente sensíveis”.

RELATOR: Deputado EDSON DUARTE.

PROJETO DE LEI Nº 7.374/06 – do Senado Federal – Aelton Freitas – (PLS 314/2003) – que “dispõe sobre o processo de fabricação da cal, com o objetivo de eliminar os riscos de geração de compostos poluentes”.

RELATOR: Deputado HAMILTON CASARA.

PROJETO DE LEI Nº 7.381/06 – do Sr. Carlos Nader – que “dispõe sobre a proibição de criadouros e abate-douros de animais para comercialização de peles em todo o território Nacional e da outras providências”.

RELATOR: Deputado LUIZ ALBERTO.

PROJETO DE LEI Nº 7.406/06 – do Sr. Pompeo de Mattos – que “dispõe sobre diretrizes, critérios e limites na emissão de sons e ruídos de qualquer natureza”.

RELATOR: Deputado BABÁ.

PROJETO DE LEI Nº 7.426/06 – do Sr. Guilherme Menezes – que “modifica a área do Parque Nacional do Pau Brasil, no município de Porto Seguro, no Estado da Bahia, criado pelo decreto federal, de 20 de abril de 1999.”

RELATOR: Deputado JORGE KHOURY.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL**AVISOS****PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)**

DECURSO: 4ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 09-10-06

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 7.050/06 – do Sr. Jair Bolsonaro – que “autoriza o Poder Executivo a criar um Colégio Militar no Bairro de Realengo, Município do Rio de Janeiro, capital do Estado do Rio de Janeiro”.

RELATOR: Deputado JOÃO PAULO GOMES DA SILVA.

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA
AVISOS**PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)**

DECURSO: 4ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 09-10-06

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 6.267/05 – do Sr. Carlos Nader – que “Dispõe sobre a obrigatoriedade da reserva de locais apropriados para a acomodação de portadores de deficiência física em estádios esportivos de todo o Território Nacional.”

RELATOR: Deputado JORGE ALBERTO.

PROJETO DE LEI Nº 6.322/05 – do Sr. Carlos Nader – que “determina que os órgãos competentes construam ginásios poliesportivos específicos para o paradesporto e lazer das pessoas portadoras de deficiências e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado JORGE ALBERTO.

PROJETO DE LEI Nº 7.274/06 – do Sr. Luiz Alberto – que “altera as Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, que dispõem sobre os Planos de Custeio e de Benefícios da Previdência Social, para incluir o ministro de confissão religiosa de matriz africana como segurado individual”.

RELATOR: Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ.

PROJETO DE LEI Nº 7.354/06 – do Sr. Nelson Marquezelli – que “dispõe sobre o âmbito da profissão de Químico na Indústria Farmacêutica e atividades correlatas”.

RELATOR: Deputado JOSÉ LINHARES.

PROJETO DE LEI Nº 7.371/06 – do Senado Federal – Juvêncio da Fonseca – (PLS 21/2006) – que “altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre a divulgação das campanhas nacionais de vacinação pelas emissoras de rádio e televisão”.

RELATOR: Deputado OSMAR TERRA.

PROJETO DE LEI Nº 7.376/06 – do Senado Federal – Rodolpho Tourinho – (PLS 62/2004) – que “disciplina o direito a alimentos gravídicos, a forma como ele será exercido e dá outras providências”.

RELATORA: Deputada ANA ALENCAR.

PROJETO DE LEI Nº 7.380/06 – do Sr. Carlos Nader – que “cria programa de Casas de Apoio destinadas ao atendimento de adolescentes grávidas”.

RELATORA: Deputada ZELINDA NOVAES.

PROJETO DE LEI Nº 7.401/06 – do Sr. Osmar Terra – que “institui programa intersetorial de desenvolvimento e atenção integral à primeira infância, o Programa Primeira Infância Melhor – PIM, e dá outras providências”.

RELATORA: Deputada JANDIRA FEGHALI.

PROJETO DE LEI Nº 7.424/06 – do Poder Executivo – que “concede, a título de indenização decorrente de responsabilidade civil da União, pensão especial a dependente de Roberto Vicente da Silva”.

RELATOR: Deputado DR. ROSINHA.

PROJETO DE LEI Nº 7.430/06 – do Senado Federal-Eduardo Suplicy – (PLS 82/1999) – que “altera a Lei nº 10.835, de 8 de janeiro de 2004, que institui a renda básica de cidadania e dá outras providências, com vista a autorizar a instituição do Fundo Brasil de Cidadania e do conselho deliberativo desse fundo e dá outras providências”.

RELATORA: Deputada ANGELA GUADAGNIN.

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 5.814/05 – do Sr. Ivo José – que “permite o parcelamento excepcional de débitos das micro e pequenas empresas para com a Secretaria da Receita do Brasil relativos a contribuições destinadas ao custeio do Regime Geral de Previdência Social com competências anteriores a julho de 1995”.

RELATOR: Deputado NAZARENO FONTELES.

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 4ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 09-10-06

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 1.593/03 – do Sr. Rogério Silva – que “altera a constituição do Fundo Geral de Turismo – FUNGETUR, criado pelo Decreto-Lei nº 1.191, de 27 de outubro de 1971”.

RELATOR: Deputado AFFONSO CAMARGO.

II – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO SUBSTITUTIVO DO SENADO FEDERAL À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 536-E, DE 1997, DO SR. VALDEMAR COSTA NETO, QUE “MODIFICA O ARTIGO 60 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS” (RECURSOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL)

AVISO

PROPOSIÇÃO EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (10 SESSÕES)

DECURSO: 5ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 16-10-06

Proposta de Emenda à Constituição (Art. 202, §3º)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 536/97 – do Sr. Valdemar Costa Neto – que “modifica o artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias”.

RELATORA: Deputada IARA BERNARDI.

III – COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (17 DIAS)

Decurso: 13º dia

Último Dia: 10/10/2006

PROJETO DE LEI Nº 16/2006-CN, que “altera a Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2004/2007.”

RELATOR: Deputado ALEX CANZIANI

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (2 DIAS ÚTEIS)

Decurso: 2º dia

Último Dia: 06/10/2006

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO, referente ao Aviso nº 19/2006, que “encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 976, de 2006 -TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam relativos à Auditoria realizada no extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER e no Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Santa Catarina – DER/SC em face da ocorrência da irregularidades na execução das obras de construção de trechos rodoviários no corredor Mercosul/BR 282-SC – Florianópolis – Divisa com a Argentina – (TC 003.719/2001-2).”

RELATOR: Senador SIBÁ MACHADO

IV – COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

ENCAMINHAMENTO DE MATÉRIA ÀS COMISSÕES

EM 05/10/2006:

Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática:

ATO DE CONCESSÃO E RENOVAÇÃO DE CONCESSÃO DE EMISSORA DE RÁDIO E TELEVISÃO Nº 1.180/2006

ATO DE CONCESSÃO E RENOVAÇÃO DE CONCESSÃO DE EMISSORA DE RÁDIO E TELEVISÃO Nº 1.181/2006

ATO DE CONCESSÃO E RENOVAÇÃO DE CONCESSÃO DE EMISSORA DE RÁDIO E TELEVISÃO Nº 1.182/2006

ATO DE CONCESSÃO E RENOVAÇÃO DE CONCESSÃO DE EMISSORA DE RÁDIO E TELEVISÃO Nº 1.183/2006

ATO DE CONCESSÃO E RENOVAÇÃO DE CONCESSÃO DE EMISSORA DE RÁDIO E TELEVISÃO Nº 1.184/2006

ATO DE CONCESSÃO E RENOVAÇÃO DE CONCESSÃO DE EMISSORA DE RÁDIO E TELEVISÃO Nº 1.185/2006

ATO DE CONCESSÃO E RENOVAÇÃO DE CONCESSÃO DE EMISSORA DE RÁDIO E TELEVISÃO Nº 1.186/2006

ATO DE CONCESSÃO E RENOVAÇÃO DE CONCESSÃO DE EMISSORA DE RÁDIO E TELEVISÃO Nº 1.187/2006

ATO DE CONCESSÃO E RENOVAÇÃO DE CONCESSÃO DE EMISSORA DE RÁDIO E TELEVISÃO Nº 1.188/2006

ATO DE CONCESSÃO E RENOVAÇÃO DE CONCESSÃO DE EMISSORA DE RÁDIO E TELEVISÃO Nº 1.189/2006

Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PROJETO DE LEI Nº 4.212, de 2004, do Sr. Átila Lira, que “altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e dá outras providências” (fixando normas para a educação superior das instituições públicas e privadas de ensino):

PROJETO DE LEI Nº 7.444/2006

(Encerra-se a sessão às 17 horas e 14 minutos.)

DECLARAÇÃO DE PREJUDICIALIDADE

Tendo em vista a vigência da Lei nº 11.334 de 25 de julho de 2006, que dá nova redação ao art. 218 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Bra-

sileiro, alterando os limites de velocidade para fins de enquadramentos inflacionais e de penalidades, declaro a prejudicialidade, nos termos do art. 164, inciso II, do RICD, do Projeto de Lei nº 117/99 que acrescenta parágrafo único ao art. 218 da Lei nº 9.503/97 e do Projeto de Lei nº 3.560/04 que Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre multas por infrações decorrentes de excesso de velocidade. **Publique-se.**

Em 5-10-2006. – **Aldo Rebelo**, Presidente.

COMISSÕES

ATAS

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

52ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da Vigésima Sexta Reunião Ordinária de Audiência Pública Realizada em 10 de Setembro de 2003.

Às dez horas e quarenta e seis minutos do dia dez de setembro de dois mil e três, reuniu-se a Comissão de Minas e Energia, no Plenário 16 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados José Janene – Presidente; Eduardo Sciarra e Rose de Freitas – Vice-Presidentes; Dr. Heleno, Eduardo Gomes, Fernando Ferro, Francisco Garcia, Hélio Esteves, João Pizzolatti, Luiz Bassuma, Luiz Sérgio, Marcello Siqueira, Moreira Franco, Nelson Meurer, Paulo Bauer, Renildo Calheiros e Sebastião Madeira – Titulares; Antônio Cambraia, Eduardo Valverde, Francisco Appio, Gilberto Kassab, Leodegar Tiscoski e Lobbe Neto – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Aroldo Cedraz, Gervásio Silva, João Caldas, Luiz Carlos Santos, Mauro Passos, Nicias Ribeiro, Paulo Feijó e Robério Nunes. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião e submeteu à apreciação a ata da Vigésima Quinta Reunião Ordinária, realizada no último dia três. O Deputado João Pizzolatti solicitou dispensa da leitura da Ata, tendo o Plenário da Comissão anuído à solicitação. Não houve discussão. Em votação, foi aprovada unanimemente a Ata. **EXPE-DIENTE:** O Senhor Presidente comunicou que os Deputados Eduardo Sciarra, Robério Nunes, Josias Quintal, João Pizzolatti, Luiz Sérgio, Eduardo Gomes, Manoel Salviano, Hélio Esteves, Mauro Passos, João Caldas, Dr. Heleno, José Roberto Arruda, José Janene e Moreira Franco integrariam comitiva para visitar as instalações da Central Nuclear de Angra dos Reis,

na Cidade do Rio de Janeiro, a convite da Empresa Termonuclear Eletronuclear S.A. – Eletronuclear, no próximo dia onze, e que participariam do Seminário sobre a proposta de reforma do Modelo Institucional do Setor Elétrico, organizado pela Fundação Getúlio Vargas, no próximo dia doze, naquela capital, para o que solicitou a anuência da Comissão. O Senhor Presidente comunicou, ainda, que a Presidência da Casa, excepcionalmente, estaria autorizando o custeio de transporte e alimentação para a Senhora Elizabeth Nascimento Rocha, Presidente da Associação Brasileira de Geologia – Seção Rio de Janeiro, que participaria como expositora da Audiência Pública que subsidiaria a discussão do Projeto de Lei nº 1.181/2003, que seria realizada após a deliberação da Ordem do Dia desta Comissão, nesta mesma Reunião Ordinária. O Senhor Presidente submeteu à apreciação dos membros a referida autorização, para que fosse referendada, o que foi anuído pelo Plenário da Comissão. **ORDEM DO DIA: A – Requerimentos: 1 – Requerimento nº 71/2003** – do Sr. João Pizzolatti – que “requer a convocação do Senhor Luiz Fernando Furlan, Ministro de Estado de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, acompanhado do Senhor Carlos Francisco Lessa, Presidente do BNDES, para prestar esclarecimentos sobre a privatização da Eletropaulo”. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Autor, Deputado João Pizzolatti, que requereu a retirada da proposição de pauta, nos termos do art. 117, Inciso VI, do Regimento Interno da Casa, tendo o Plenário da Comissão anuído à solicitação. **2 – Requerimento nº 110/03** – do Sr. Eduardo Gomes – que “requer a realização de seminário para o estudo das alternativas de transposição dos Rios São Francisco e Tocantins”. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Autor do Requerimento, que destacou a importância do debate da matéria, em especial, nesta Comissão, posto que sete governadores teriam interesse no processo de integração daqueles rios e em outras ações iniciadas no Poder Legislativo, referentes ao assunto. Não tendo havido quem quisesse discutir o Requerimento, este foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. **3 – REQUERIMENTO Nº 111/03** – do Sr. Eduardo Gomes – que “requer informações ao BNDES, por meio de apresentação de relatório que será submetido à avaliação da ANEEL, sobre a operação de compra de ações da Eletropaulo”. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Autor do Requerimento, que justificou a solicitação devido ao aumento da valorização das ações da Empresa AES Eletropaulo na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, recentemente divulgada pela mídia, e, assim, ressaltou sua importância para a investigação requerida. Não tendo havido quem quisesse

discutir o Requerimento, este foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. **4 – REQUERIMENTO Nº 112/03** – do Sr. Eduardo Gomes – que “requer informações à Bolsa de Valores do Estado de São Paulo, sobre a variação e volume de comercialização das ações da Eletropaulo/AES, nos últimos trinta dias”. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Autor, que reafirmou a importância de prosseguir nas ações de investigação sobre a recente valorização das ações da Empresa Eletropaulo na BOVESPA, e sugeriu a inclusão da relação dos maiores compradores, nos últimos trinta dias, no objeto do Requerimento. Não tendo havido quem quisesse discutir o Requerimento, este foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade, com a alteração sugerida. **5 – REQUERIMENTO Nº 109/03** – da Sra. Vanessa Grazziotin – que “solicita da Comissão de Minas e Energia a realização de audiências públicas em conjunto com a Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional/Subcomissão de Energia, em Porto Velho (RO) e Manaus (AM) e demais atividades abaixo relacionadas que tem como objetivo estudar as “Alternativas Energéticas para a Região Amazônica”. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Dr. Heleno, que subscreveu o Requerimento e afirmou a necessidade de debate sobre as alternativas energéticas da Amazônia, para fortalecimento da cidadania naquela Região. Em discussão, falou a Deputada Vanessa Grazziotin, Autora do Requerimento, que discorreu sobre a relevância da matéria, pela integração do Setor de energia, devido à existência de diversos produtores de energia na localidade. Não tendo havido mais quem quisesse discutir o Requerimento, este foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. **6 – REQUERIMENTO Nº 114/03** – do Sr. Dr. Heleno – que “solicita do Ministro de Estado da Fazenda informações sobre as quantias enviadas para o exterior pelas Empresas Eletropaulo e Light, no período pós-privatização, a qualquer título”. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Autor, que asseverou a necessidade de enriquecimento do relatório constante da Proposta de Fiscalização e Controle nº 5, com o objetivo de fiscalizar o processo de privatização do Setor Elétrico, da qual é Relator, especialmente diante das últimas notícias, veiculadas pela mídia, de que o BNDES estaria assumindo a Empresa AES Eletropaulo, mediante acordo. O Autor acrescentou que, apesar disso, a Comissão de Minas e Energia estaria sendo excluída das decisões quanto às informações técnicas do referido acordo. Em discussão, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Fernando Ferro, que esclareceu que o Governo atual estaria tentando minimizar os problemas advindos do processo de privatização ocor-

rido no passado. Discutiram, ainda, o Requerimento, os Deputados Eduardo Gomes, Hélio Esteves e Luiz Carlos Santos, que afirmaram ter havido reestatização no Setor Elétrico, no presente caso. Não tendo havido mais quem quisesse discutir o Requerimento, este foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. **7 – REQUERIMENTO Nº 115/03** – do Sr. João Pizzolatti – que “requer a realização de audiência pública para debater o acordo entre o BNDES e a empresa AES”. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Autor, que destacou a necessidade de se compreender a composição financeira estabelecida entre a Empresa Eletropaulo e o BNDES, sobre o controle acionário assumido, com conseqüente refinanciamento desta Empresa, e sugeriu a inclusão da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Não tendo havido quem quisesse discutir o Requerimento, este foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade, acatada a solicitação. **8 – REQUERIMENTO Nº 116/03** – do Sr. João Pizzolatti – que “requer a realização de audiência pública para debater a implantação do agente formulador no processo de abertura do mercado de combustíveis”. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Autor, que asseverou a importância da discussão sobre o mecanismo de adulteração do combustível para o consumidor final. Em discussão, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Mauro Passos, que levantou questionamentos sobre o mérito do Requerimento e sobre a relação de convidados para a Audiência. Não tendo havido mais quem quisesse discutir o Requerimento, este foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Em seguida, o Senhor Presidente comunicou o início da Audiência Pública e cumprimentou os presentes, esclarecendo que, em razão do Requerimento do Deputado Fernando Ferro, haviam sido convidados a debater o Projeto de Lei nº 1.181/2003, que “estabelece diretrizes para a verificação de segurança de barragens de cursos d’água para quaisquer fins, para aterro de contenção de resíduos líquidos industriais”, os Senhores Pedro Carlos Garcia Costa, Consultor de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais; Gilberto Valente Canali, Presidente do Comitê Brasileiro de Barragens; Walter Lins Arcoverde, Diretor de Fiscalização Mineral do Departamento Nacional de Produção Mineral, DNPM; Gualter de Carvalho Mendes, Assessor do Secretário de Energia do Ministério de Minas e Energia; e Ricardo Latge Milward de Azevedo, Assistente da Diretoria de Exploração e Produção da Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras. O Senhor Presidente informou, ainda, que a lista de inscrição para os debates encontrava-se sobre a Mesa e que o Deputado que desejasse interpelar os expositores de-

veria dirigir-se primeiramente à Mesa e registrar seu nome. O Senhor Presidente acrescentou que os Expositores não poderiam ser aparteados e que, somente após encerradas as exposições, os Deputados poderiam fazer suas interpelações, tendo cada um o prazo de três minutos e o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo tempo. Em seguida, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao primeiro palestrante, Dr. Pedro Carlos Garcia da Costa, que afirmou haver lacunas técnicas na formulação do Projeto de Lei nº 1.181/2003, quanto a cuidados com as barragens, como restrições e exigências que deveriam ser acrescentadas ao Projeto, referentes à remoção da população diretamente envolvida. O Senhor Presidente agradeceu pelos esclarecimentos prestados e concedeu a palavra ao Dr. Gilberto Valente Canali, que asseverou a necessidade de se proporcionar, mediante o referido Projeto de Lei, um sistema que delegasse a responsabilidade ao empreendedor, na execução dos procedimentos. O Senhor Presidente agradeceu pelos esclarecimentos prestados e concedeu a palavra ao Dr. Walter Lins Arcoverde, que apresentou diversos projetos com bons e maus exemplos técnicos e, por fim, discorreu sobre a legislação mineral em vigor, sugerindo a inclusão, no referido Projeto de Lei, de remessa à competência do DNPM da aprovação e da fiscalização dos correspondentes Sistemas de Disposição de Rejeitos. O Senhor Presidente agradeceu pelos esclarecimentos prestados e concedeu a palavra ao Dr. Gualter de Carvalho Mendes, que sugeriu que o Projeto de Lei em comento deveria conter condições mínimas, e não genéricas, sobre a implantação dos projetos de barragens de cursos d’água, pois poderiam causar dificuldades para aplicações específicas posteriormente. Encerradas as exposições, o Senhor Presidente passou a palavra ao Autor do Requerimento, Deputado Fernando Ferro, que discorreu sobre a necessidade de a formalização final do Projeto de Lei adequar as sugestões recebidas na Audiência, especialmente as de caráter ambiental, para evitar possíveis inundações, no futuro, que causassem danos à comunidade em geral. Logo após, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao primeiro inscrito para o debate, Deputado Hélio Esteves, que esclareceu que as empresas empreendedoras haviam-se esmerado em cumprir suas obrigações, faltando, entretanto, o controle de barragens posterior à exploração mineral. O Senhor Presidente concedeu, então, a palavra aos expositores para fazerem suas últimas considerações e, logo após, agradeceu a presença de todos, em especial a dos palestrantes, que colaboraram sobremaneira para a compreensão do tema. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Senhor

Presidente encerrou a reunião às treze horas e dezessete minutos, antes convocando reunião ordinária de audiência pública para quarta-feira, dia 17, às dez horas, no Plenário 16. E, para constar, eu, Damaci Pires de Miranda, Secretária, lavrei a presente Ata, que, depois de aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação no **Diário da Câmara dos Deputados**. Deputado José Janene, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Janene)

– Declaro aberta a presente reunião.

Informo aos presentes que, devido a uma série de circunstâncias, antes da audiência pública, teremos uma reunião ordinária para a apreciação de requerimentos, principalmente em virtude do noticiário da imprensa a respeito da composição de dívida da AES Eletropaulo com o BNDES. Como vimos acompanhando o assunto ao longo do tempo, os membros da Comissão solicitaram a realização desta reunião ordinária para apreciação desse assunto.

Solicito à Secretária que proceda à leitura da ata da 25ª reunião ordinária, realizada no último dia 23.

O SR. DEPUTADO JOÃO PIZZOLATTI – Sr. Presidente, como a ata é de conhecimento de todos, peço a dispensa de sua leitura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Janene)

– O Sr. Deputado João Pizzolatti solicitou dispensa da leitura da ata.

Em votação o requerimento de dispensa da leitura da ata.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação a ata.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Comunico que os Srs. Deputados Eduardo Sciarra, Robério Nunes, Josias Quintal, João Pizzolatti, Luiz Sérgio, Eduardo Gomes, Manoel Salviano, Hélio Esteves, Mauro Passos, João Caldas, Dr. Heleno, José Roberto Arruda, José Janene e Moreira Franco farão parte da comitiva que, a convite da ELETRONUCLEAR, visitará as instalações da Central Nuclear de Angra dos Reis, no Rio de Janeiro, amanhã, no dia 11, e que participarão do seminário sobre a proposta da reforma do modelo institucional do setor elétrico, organizado pela Fundação Getúlio Vargas, no próximo dia 12, naquela Capital, para o que solicito a anuência desta Comissão.

Aqueles que concordarem permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Comunico que, excepcionalmente, a Presidência da Casa autorizou o custeio de transporte e alimentação para a Sra. Elisabete do Nascimento Rocha, Presidente da Associação Brasileira de Geologia, Seção do Rio de Janeiro, que participará como expositora da audiência pública que subsidiará a discussão do PL nº 1.181, de 2003, a realizar-se após a deliberação da Ordem do Dia desta Comissão.

Diante da orientação da Presidência da Casa quanto à necessidade da anuência da Comissão para o requerimento de custeio, submeto-o à apreciação dos senhores, para que seja referendado.

Em votação.

Aqueles que concordarem permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Ordem do Dia.

Requerimento nº 71, de 2003, do Sr. João Pizzolatti, que *"requer a convocação do Sr. Luiz Fernando Furlan, Ministro de Estado do Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior, acompanhado do Sr. Carlos Francisco Lessa, Presidente do BNDES, para prestar esclarecimentos sobre a privatização da ELETROP PAULO."*

Concedo a palavra ao autor do requerimento, o Deputado João Pizzolatti, antes, porém, comunico ao Plenário desta Comissão que, em entendimentos mantidos desde ontem e que se prolongaram na manhã de hoje, o Presidente do BNDES, Sr. Carlos Lessa, concordou em participar de audiência pública na próxima quarta-feira, juntamente com o Diretor Financeiro do BNDES, para dar a esta Comissão os detalhes dessa negociação.

Fica ao autor do requerimento a sugestão de transformá-lo num convite, já com data marcada. Fariamos, então, 2 audiências públicas na próxima semana, porque fariamos o prolongamento desta audiência na quinta-feira e convidaríamos, embora ainda não haja confirmação, o atual Presidente da ELETROP PAULO e o Presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, uma vez que temos dados que serão apresentados neste plenário sobre a evolução da cotação das ações da ELETROP PAULO nos 30 dias que antecederam o anúncio do acordo divulgado na última segunda-feira.

Com a palavra o Deputado João Pizzolatti.

O SR. DEPUTADO JOÃO PIZZOLATTI – Sr. Presidente, a motivação do requerimento é fazermos uma audiência na próxima semana, com data a ser definida por V.Exa. A urgente necessidade desse esclarecimentos faz com que a audiência pública se realize na próxima semana.

Precisamos saber exatamente como ocorreu o acordo, até porque esta Casa tem debatido a questão.

Sou autor de requerimento para constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a levantar todo o processo de privatização estabelecido entre o Governo, o BNDES e a empresa AES com referência à ELETROPAULO.

Nesta semana, fomos surpreendidos com a composição financeira de um débito de 1 bilhão e 200 milhões de dólares que a AES tem com o BNDES, sem o banco buscar as garantias que habitualmente exige, sem o banco observar as variações cambiais ou sem observar regras que poderiam garantir esse financiamento tão vultoso. Não estou falando aqui de 1 milhão de reais, mas de 1 bilhão e 200 milhões de dólares!

Fomos surpreendidos, dizia eu, com o fechamento de um pré-acordo mediante o qual o BNDES fica com ações da empresa proporcionais a 600 milhões de dólares, refinancia os outros 600 milhões de dólares e a empresa fica com o controle acionário, ou seja, o BNDES fica com 50% menos uma ação.

O que nos surpreendeu, Sr. Presidente, foi a valorização das ações da empresa nos últimos 30 dias. Se bem observarmos, vamos verificar que houve, sim, vazamento de informações em face da absurda valorização das ações da ELETROPAULO.

O requerimento de realização de audiência pública – matéria extrapauta —, objetiva a prestação de esclarecimentos não só pelo Presidente e pelo Diretor Financeiro do BNDES, como também pelo Presidente da ELETROPAULO. E ainda faço uma sugestão no sentido de convidarmos o Presidente da BOVESPA, porque precisamos entender essa surpreendente valorização das ações da empresa nos últimos dias.

Acato a sugestão de V.Exa., até pelo fato de o Presidente do banco já ter se comunicado com Comissão, manifestação de respeito que, tenho certeza, o Plenário levará em consideração. Acato a sugestão de V.Exa. para que seja transformado em convite e peço-lhe que, posteriormente, coloque em votação meu requerimento de realização de audiência pública na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Janene) – Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Gomes.

O SR. DEPUTADO EDUARDO GOMES – Sr. Presidente, como forma de cooperação, tendo em vista que V.Exa. e diversos membros desta Comissão tentam, desde o começo desta Legislatura, trazer a este plenário do Presidente do BNDES – e S.Sa., agora, de maneira democrática, se dispôs a vir a esta Comissão –, sugiro ao Deputado João Pizzolatti que fique como alternativa a retirada do seu requerimento, considerando que o Presidente e o Diretor Financeiro do BNDES, e é possível que consigamos também essa

mesma atitude do Presidente da BOVESPA, virão por meio de convite.

Como há nesta Comissão requerimento de igual teor, um de minha autoria e outro do Deputado Mauro Passos, sugiro, então, que permaneça nesta Comissão para ser votado, se necessário – e é possível que seja – o instrumento da convocação, tendo em vista, Sr. Presidente, que o que lemos hoje nos jornais é estarrecedor.

Na **Folha de S.Paulo**, por exemplo, há uma esdrúxula repercussão do acordo feito entre a AES e o BNDES, sob o título de “Soco na mesa sela entendimento”. Até a possível ida de um diretor da AES Internacional aos Estados Unidos para assistir a uma partida de tênis foi considerada na matéria como fator primordial para que o acordo fosse selado.

Ora, Sr. Presidente, o diálogo que as Comissões de Fiscalização e Controle e de Minas e Energia desta Casa, independentemente de partidos políticos, têm aberto Governo é enorme. Então, não há motivo para que a população brasileira permaneça com a dúvida ontem levantada, em razão de o acréscimo nas cotizações das ações da ELETROPAULO ter chegado a 32% nos últimos 30 dias. Os dados que estão sendo levantados fazem com que esta Comissão atenda à sugestão de V.Exa., Sr. Presidente, no sentido de que seja transformado em convite, mas que não perca o instrumento regimental da convocação, para que, se necessário, isso ocorra.

Quero ainda, Sr. Presidente, para demonstrar a gravidade do momento que estamos vivendo no tocante a essas informações, registrar que o Ministro das Comunicações já aventa a possibilidade de o Governo achar um saída para a ELETRONET, empresa de comunicação da AES, que é ligada à Lightpar, que tem uma dívida superior a 550 milhões de reais. S.Exa. já tem exercido certa influência para que a PETROBRAS se associe a essa iniciativa, e arremata, pasmem, Srs. Deputados, a sua intervenção sobre o assunto dizendo o seguinte: “*Não estou fazendo um anúncio. Essa é uma questão do Ministério de Minas e Energia*”.

Desde que cheguei a esta Comissão, Sr. Presidente, sempre tenho colaborado para o esclarecimento dos possíveis erros cometidos no Governo passado, mas sempre temi que o atual Governo estivesse incorrendo em erros de maior proporção. Infelizmente, essa suposição está ficando cada dia mais clara.

Portanto, quero manifestar meu apoio ao requerimento do Deputado João Pizzolatti, mas sugerir que esta Comissão mantenha vivo o instrumento regimental da convocação, para que não ocorram mais desculpas como vem sucedendo desde o início desta Legislatura.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Janene)

– Continua em discussão.

O SR. DEPUTADO JOÃO PIZZOLATTI – Sr.

Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Janene)

– Concedo a palavra ao Deputado João Pizzolatti.

O SR. DEPUTADO JOÃO PIZZOLATTI – Atendendo

à solicitação do Plenário, retiro esse requerimento de pauta e peço para colocar em votação o requerimento extrapauta de realização de audiência pública na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Janene)

– O autor do requerimento solicita a retirada de pauta do Requerimento nº 71, de 2003.

Aqueles que forem favoráveis permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Sobre a mesa o seguinte requerimento extrapauta do Sr. Deputado João Pizzolatti:

“Sr. Presidente,

Requeiro a V.Exa., no termos do art. 52, inciso V, a inclusão na Ordem do Dia, para a apreciação imediata, do requerimento de minha autoria que requer a realização da audiência pública para debater o acordo entre o BNDES e a empresa AES, convidando o Presidente do BNDES, Sr. Carlos Lessa, o seu Diretor Financeiro, Roberto Timóteo, o Presidente da AES Eletropaulo e também o Presidente da Comissão da Bolsa de Valores de São Paulo”.

Em discussão o requerimento.

Concedo a palavra ao Deputado João Pizzolatti para discutir o requerimento extrapauta.

O SR. DEPUTADO JOÃO PIZZOLATTI – Sr.

Presidente, conforme entendimento, solicito que essa audiência pública seja realizada na próxima semana, quando poderemos buscar a compreensão dessa composição financeira entre a AES e o BNDES.

Precisamos entender os motivos que levaram o banco a não só manter o controle acionário com a empresa, mas também a refinanciar os 600 milhões de dólares e a trocar o débito por ações correspondentes a 50% do capital menos um.

É importante que o Presidente da BOVESPA também esteja presente nessa audiência pública, porque precisamos igualmente entender os motivos da surpreendente valorização das ações da empresa nos últimos dias, antes do acordo.

Como retiramos o requerimento que convidava o Ministro Luiz Fernando Furlan e o Presidente Carlos

Lessa, peço aos Deputados que apoiem o requerimento de audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Janene)

– Continua em discussão o requerimento do Deputado João Pizzolatti.

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, submeto-o à votação.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento extrapauta do Deputado Eduardo Gomes do seguinte teor:

“Sr. Presidente,

Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 52, inciso V, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a inclusão na Ordem do Dia, para apreciação, do Requerimento nº 111, que requer informações ao BNDES, por meio de apresentação de relatório que será submetido à avaliação da ANEEL, sobre operação de compra de ações da ELETROPAULO”.

Com a palavra o autor do requerimento, o Deputado Eduardo Gomes.

O SR. DEPUTADO EDUARDO GOMES – Sr.

Presidente, a propósito desse e do outro requerimento extrapauta que versam sobre o mesmo assunto, solicito que a Assessoria oriente no sentido de que seja apensado ou retirado em benefício do entendimento da Presidência com os membros desta Comissão sobre realização de audiência pública.

Então, requeiro a retirada ou o apensamento, conforme a orientação da Assessoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Janene)

– Também de autoria do Deputado Eduardo Gomes, sobre a mesa o seguinte requerimento;

“Sr. Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 52, inciso V, a inclusão na ordem do Dia, para a apreciação imediata, do Requerimento nº 112, que requer informações à Bolsa de Valores de São Paulo sobre a variação e o volume de comercialização das ações da AES Eletropaulo nos últimos 30 dias.”

Esse requerimento é pertinente, uma vez que, não obstante convidarmos o Presidente da Bolsa de Valores, se trata de um vazamento de informações criminoso. Nos últimos 30 dias, houve vertiginoso aumento nas ações da ELETROPAULO, com informações privilegiadíssimas passadas a determinadas pessoas.

Concedo a palavra ao autor do requerimento, Deputado Eduardo Gomes.

O SR. DEPUTADO EDUARDO GOMES – Sr. Presidente, o objetivo desse requerimento é exatamente o que V.Exa. acaba de informar.

Ontem, ainda no Pequeno Expediente, falamos sobre a negociação do BNDES com a AES. Não fizemos julgamento de mérito, mas o registro do fato concreto: a significativa valorização das ações da ELETROPAULO nos últimos dias antes do anúncio do acordo, o que realmente causa estranheza.

Peço ainda à Assessoria que inclua no requerimento de informações, se possível, lógico que resguardado o sigilo fiscal, a relação dos maiores compradores dessas ações nesse período.

É o motivo por que peço o apoio dos nobres Colegas para a aprovação desse requerimento de informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Janene) – Em discussão o requerimento do Deputado Eduardo Gomes.

Não havendo quem queira discuti-lo, vou colocá-lo em votação.

Em votação.

Aqueles que forem favoráveis permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DEPUTADO JOÃO PIZZOLATTI – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Janene) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado João Pizzolatti.

O SR. DEPUTADO JOÃO PIZZOLATTI – Sr. Presidente, gostaria de solicitar o empenho da Comissão de Minas e Energia e de todos os Parlamentares que a compõem para agendarmos uma visita ao Presidente da Casa, Deputado João Paulo Cunha, a fim de solicitar a imediata instalação – o requerimento foi protocolado no mês de julho – da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o processo de privatização do setor energético e, principalmente, a participação do BNDES nesse processo. Essa CPI tem como fator determinante o financiamento do BNDES na venda da ELETROPAULO para a AES.

Peço a todos empenho e, quem sabe?, uma visita da Comissão ao Presidente João Paulo Cunha, para que possamos, imediatamente, em face da importância dos fatos que estão acontecendo, instalar essa CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Janene) – Requerimento extrapauta do Sr. Deputado João Pizzolatti, que *“requer audiência pública para debater a implantação do agente formulador no processo de abertura do mercado de combustíveis.”*

Concedo a palavra ao autor do requerimento, o Deputado João Pizzolatti.

O SR. DEPUTADO EDUARDO GOMES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Janene) – Com a palavra o Deputado Eduardo Gomes.

O SR. DEPUTADO EDUARDO GOMES – Sr. Presidente, apenas para orientação.

Consoante pertinente observação do Deputado Moreira Franco, deveríamos separar a audiência do Presidente do BNDES da questão das ações na Bolsa, pois são 2 assuntos distintos. Assim, sugiro que a Assessoria proceda, com relação aos assuntos, de forma diferente.

O SR. DEPUTADO MOREIRA FRANCO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, na minha opinião, diante da gravidade do fato, como muito bem acentuado pelo Deputado Eduardo Gomes, creio termos de considerar que são assuntos de natureza absolutamente distinta. Uma questão diz respeito à operação de financiamento de compra de uma empresa em que houve problemas – e, pelo visto, os problemas foram equacionados, mas é natural que a Comissão queira saber exatamente o que houve, em que termos essa equação se deu. A outra, de natureza absolutamente distinta e muito mais imediata, porque conjuntural, refere-se à operação que se verificou na Bolsa de Valores de São Paulo, quando, antes de se ter conhecimento público de que o problema estava resolvido, as ações subiram de maneira assustadora.

Parece-me necessário que esta Comissão entenda exatamente o que houve, quem comprou, como a operação foi feita. Assim, num primeiro momento, não temos de trazer o BNDES para participar, mas, sim, entender como a operação se deu na Bolsa de Valores. Temos de trazer para cá pessoas que entendem da operação e os responsáveis por ela na Bolsa de Valores de São Paulo, para que possamos até mesmo perguntar. Para fazer um requerimento de informações à Bolsa, temos de saber como as coisas se deram. Caso contrário, não vamos saber nem perguntar, porque não temos as informações. É necessário, portanto, realizarmos essa audiência pública com a maior urgência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Janene) – A título de sugestão, o Requerimento nº 111, do Deputado Eduardo Gomes, que requer informações ao BNDES, poderia ser reformulado para ser especificamente para a Bolsa de Valores.

O SR. DEPUTADO JOÃO PIZZOLATTI – E eu retiro o convite ao Presidente da BOVESPA no meu requerimento. E, aí, ficariam 2 audiências públicas. Essa é a sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Janene)

– São 2 audiências distintas.

O SR. DEPUTADO JOÃO PIZZOLATTI – Duas audiências distintas: uma, a renegociação do BNDES, e a outra, a explicação da BOVESPA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Janene)

– Isso, e ficamos dependendo da agenda do Presidente da Bolsa de Valores.

O SR. DEPUTADO JOÃO PIZZOLATTI – A sugestão do Deputado Moreira Franco é no sentido de que se faça, primeiro, a audiência com a Bolsa e, posteriormente, com o BNDES.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Janene)

– O problema é que não mantivemos contato com o Presidente da Bolsa de Valores, o que faremos hoje ainda. Se for possível, faremos o convite para que S.Sa. anteceda os diretores do BNDES. Está o.k.? Então, está sanado o problema.

O SR. DEPUTADO JOÃO PIZZOLATTI – Sr. Presidente, não seria o caso de também convidar a CVM?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Janene)

– Comissão de Valores Mobiliários?

O SR. DEPUTADO JOÃO PIZZOLATTI – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Janene)

– Peço ao autor do requerimento que acrescente...

O SR. DEPUTADO JOÃO PIZZOLATTI – Sugiro ao Deputado Eduardo Gomes que inclua o convite à CVM.

O SR. DEPUTADO EDUARDO GOMES – Sugestão aceita, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Janene)

– Está aprovado.

Requerimento do Sr. Deputado João Pizzolatti, que *“requer audiência pública para debater a implantação do agente formulador no processo de abertura do mercado de combustíveis.”*

Com a palavra o autor do requerimento, o Deputado João Pizzolatti.

O SR. DEPUTADO JOÃO PIZZOLATTI – Sr. Presidente, na semana passada, tivemos aqui a presença do Diretor-Geral da ANP, ocasião em que discutimos a autorização para formulação de combustíveis e a legalidade ou não dessa autorização. A ANP mostrou a legalidade da autorização, e o Deputado Luciano Zica levantou o assunto da integralidade, o perfil da empresa que requereu a concessão.

A ANP, de forma bastante razoável e racional, afirmou que, constatado que a Comissão Parlamentar de Inquérito do setor de petróleo estaria investigando a empresa que conseguiu autorização, colocou-se à disposição para suspender a autorização até o término dos trabalhos daquela CPI.

Na oportunidade, buscamos um entendimento, na Comissão Parlamentar de Inquérito, sobre a necessidade de trazer a discussão dos formuladores para a Comissão de Minas e Energia.

Um problema é o perfil da empresa que tem a autorização, e a legalidade da autorização foi comprovada pela ANP. Agora, o de que precisamos nesta Comissão é efetivamente discutir os formuladores, ver se há necessidade e sua importância; se podem ou não existir no Brasil; como funcionam em outros países; e se a formulação é ou não considerada adulteração. Temos de discutir o perfil, o mecanismo da formulação e se é importante para a economia brasileira e para o consumidor final, se poderia ou não ser criada uma concorrência saudável.

Na verdade, esse requerimento resultou de uma audiência pública da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Combustíveis. No momento, resolvemos trazer a discussão para a Comissão de Minas e Energia, por ser o fórum pertinente para esse tipo de debate.

Peço o apoio dos Deputados para que possamos promover a discussão, que é de extrema importância.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Janene)

– Com a palavra o Deputado Fernando Ferro.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO – Em primeiro lugar, Sr. Presidente, peço uma explicação ao Deputado João Pizzolatti. Na justificativa do requerimento, ele anuncia que *“o presente requerimento tem por objetivo discutir o monopólio da PETROBRAS na produção nacional de combustíveis”*. Porém, no texto inicial do requerimento, ele diz que *“requer audiência para debater implantação do agente formulador.”*

O problema do agente formulador, citado há pouco por S.Exa., é que, conforme denúncia do Deputado Luciano Zica, foi constatado que o Diretor-Geral da ANP, Embaixador Sebastião do Rego Barros, indicou como agente formulador uma pessoa denunciada como fraudadora de combustíveis. E essa pessoa poderá assumir responsabilidades em relação às quais certamente exige-se grande precaução.

Gostaria que o Deputado João Pizzolatti esclarecesse o objetivo, a justificativa do seu requerimento. É para discutir a implantação do agente formulador, para melhor conhecer o assunto? E a PETROBRAS entra nessa questão, no seu requerimento, sob que pretexto? Gostaria de obter esse esclarecimento.

Realmente, esse assunto está movimentando a CPI dos Combustíveis, com sérias implicações para a definição da política nessa área. Evidentemente, a CPI deverá dar respostas a isso. E é importante que

nos aproximemos dessas definições, pois elas têm a ver com esta Comissão. Devemos acompanhar os desdobramentos do debate sobre o tema na CPI dos Combustíveis, por ser, sem sombra de dúvida, algo extremamente preocupante.

Sabemos do teor explosivo da matéria e que houve ameaças, inclusive físicas, a membros da CPI dos Combustíveis. Essas ameaças têm sido feitas de forma anônima por pessoas que estão sentindo seus interesses contrariados. Lamentavelmente, há casos de assassinato de promotores e de outras pessoas que investigavam as manipulações de combustível que estão acontecendo em todo o País. É algo extremamente grave.

Peço essa explicação ao Deputado Pizzolatti para que, concordando com o termo do seu requerimento, possamos debater, de fato, a questão do agente formulador.

O SR. DEPUTADO JOÃO PIZZOLATTI – Deputado Fernando Ferro, agradeço a V.Exa. a intervenção.

Não tenho um esclarecimento muito definido sobre o que é o formulador, qual sua importância, se ele é considerado adulteração ou não, o que é considerado adulteração, o que é considerado formulador. A CPI está fazendo o trabalho dela. É importante investigar a forma de concessão, o perfil da empresa, ou seja, se existem ou não irregularidades na empresa, trabalho que a Comissão Parlamentar de Inquérito está desenvolvendo com competência.

Entendo que temos de trazer para a discussão da Comissão de Minas e Energia o mérito da formulação, o conceito dos formuladores, até para que possamos ter o entendimento dentro da própria Comissão e, no final desse debate, buscar um encaminhamento, ou seja, uma posição favorável ou contra esse tipo de ação especificamente.

Como funciona nos demais países? Como é feita a competição com as empresas de exploração e distribuição de petróleo? Quais são os mecanismos utilizados? Quais são os mecanismos de controle? Haverá ou não concorrência desleal ou comprometedor com a PETROBRAS ou com outras empresas do setor? É esse debate que queremos trazer para a Comissão.

Há necessidade de trazer para a Comissão o debate do mérito, a discussão sobre os formuladores e suas conseqüências positivas ou negativas para o mercado brasileiro e principalmente para o consumidor.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO – Gostaria de sugerir, se fosse possível, que no rol das pessoas a serem ouvidas nessa audiência fosse incorporado alguém da CPI que esteja acompanhando de perto o

andamento dos trabalhos e que por certo já dispõe de muitas informações sobre o assunto.

O SR. DEPUTADO JOÃO PIZZOLATTI – Quero informar a V.Exa. que faço parte da Comissão.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO – Eu também faço parte.

O SR. DEPUTADO JOÃO PIZZOLATTI – Nós 2 fazemos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO – Mas gostaria de solicitar a presença do Relator ou do Presidente da CPI, para participar e trazer informações.

O SR. DEPUTADO JOÃO PIZZOLATTI – Sem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Janene) – Deputado João Pizzolatti, V.Exa. está dando as costas para a câmara.

O SR. DEPUTADO JOÃO PIZZOLATTI – É porque estou encantado com o Deputado Fernando Ferro.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO – Muito obrigado pelo carinho.

O SR. DEPUTADO JOÃO PIZZOLATTI – O requerimento está aberto a sugestões quanto à definição das pessoas que serão convidadas. A única coisa que solicito é que, na definição dos nomes e das entidades, das pessoas que convidaremos para partir dessa audiência, não misturemos o debate que a CPI está fazendo com o debate do conceito dos formuladores. Havendo esse critério, não vejo problema algum.

O SR. DEPUTADO EDUARDO GOMES – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Janene) – Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Gomes.

O SR. DEPUTADO EDUARDO GOMES – Concordo com o que disse o Deputado Fernando Ferro e acrescento ao quadro apresentado uma gravidade ainda maior. Com a denúncia feita pelo Deputado Luciano Zica, acompanhada de uma série de observações e denúncias feitas por outros Deputados da CPI, inclusive por mim, foi solicitado ao Embaixador Sebastião do Rego, que não concedeu sozinho a autorização de formulador para a empresa Golfo, mas em votação da diretoria da ANP... Ontem, em uma outra reunião, a diretoria resolveu suspender a licença para funcionamento da unidade formuladora da empresa Golfo.

Portanto, faço esse reparo com relação à providência tomada pela CPI, que teve uma ação enérgica quanto à liberação de licença de formulação para uma empresa suspeitíssima, com uma série de envolvimento criminosos no que se refere à adulteração de combustíveis.

Eram estas as minhas observações. Devemos trazer o mérito do debate da unidade formuladora para esta Comissão, que é de mérito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Janene)

– Gostaria de salientar que desde o primeiro momento da manifestação da CPI, a ANP manteve contato, por intermédio do seu Diretor-Geral, Embaixador Sebastião do Rego. A ANP tem mantido contato estreito com esta Casa, tanto através desta Comissão como da CPI, dando de forma detalhada todas as informações necessárias para o esclarecimento.

Não mais havendo quem queira fazer uso da palavra, submeto o requerimento à votação.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento extrapauta de autoria Deputado Dr. Heleno, subscrevendo requerimento de autoria dos Srs. Deputados Renildo Calheiros e Vanessa Grazziotin, que *“requer, nos termos regimentais, que esta Comissão realize audiências públicas e as demais atividades abaixo relacionadas, em conjunto com a Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional e a Subcomissão de Energia, que têm como objetivo estudar alternativas energéticas para a região amazônica”*.

São várias audiências marcadas; algumas já aconteceram, outras acontecerão amanhã, em Porto Velho, e outras acontecerão em Manaus.

As atividades objetivam, ainda, *“verificar a situação dos projetos energéticos programados e em execução, assim como as vulnerabilidades ambientais e as conseqüências sociais de tais projetos, ouvindo os representantes das sociedades locais”*.

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Heleno, autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO DR. HELENO – Sr. Presidente, sendo a Amazônia o pulmão do mundo, é preciso que todo o mundo convirja para a sua defesa.

A socialização da Amazônia só pode acontecer dentro de um plano de cidadania se, de fato, todos brigarmos por aquele torrão, por aquele pedaço. Por isso, peço aos meus colegas que me apoiem nesse requerimento, junto com os que o subscreveram, e o aprovem.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Janene)

– Em discussão o requerimento.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN

– Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Janene) –

Concedo a palavra à Deputada Vanessa Grazziotin.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN

– Muito obrigada, Sr. Presidente, Deputado José Janene.

Gostaria de reforçar a intervenção do Deputado Dr. Heleno, a quem agradeço. Na realidade, desde a legislatura passada temos debatido muito na Comissão da Amazônia a questão energética e as soluções quanto à geração e distribuição de energia na região, visto ser a maior parte da Amazônia a única região do País a não fazer parte do sistema interligado. Entretanto, o Governo Federal discute uma série de alternativas para a interligação e a geração de energia que deverá ser distribuída não só à Amazônia, mas a todo o País.

Estão na Amazônia, Sr. Presidente, os grandes projetos de geração de energia. Para não me alongar, vou citar apenas os 2 projetos do Rio Madeira, que já foram inventariados pela Odebrecht e por Furnas; o projeto da ELETRONORTE de construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, que gerará mais de 11 mil megawatts, e a utilização do gás como matriz para geração de energia elétrica. Além desses, há inúmeros outros projetos.

Estamos desenvolvendo uma série de atividades e consideramos fundamental a participação desta Comissão como patrocinadora, porque é ela que discute o mérito. Nós discutimos a Amazônia no seu todo; a Comissão de Minas e Energia discute o mérito da questão energética.

Ressalto que estamos programando, para o mês de novembro, no dias 19 e 20, aqui na Câmara dos Deputados, a realização de um grande seminário, que deverá ser realizado no Auditório Nereu Ramos.

Temos uma proposta de pauta para esse seminário. Entretanto, quero que todos os membros desta Comissão fiquem à vontade para sugerir modificações nos temas a serem debatidos.

Penso que a inclusão desta Comissão nesses debates seria de fundamental importância.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Janene)

– Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, submeto o requerimento à votação.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento extrapauta: requer, nos termos do art. 52, § 5º, do Regimento Interno, a inclusão na Ordem do Dia de requerimento que solicita ao Ministro de Estado da Fazenda informações sobre as quantias enviadas para o exterior pelas empresas ELETROPAULO e Light, no período pós-privatização, a qualquer título.

Concedo a palavra ao autor do requerimento, Deputado Dr. Heleno.

O SR. DEPUTADO DR. HELENO – Esse requerimento tem com objetivo obter informações que deverão enriquecer o relatório da PFC, da qual sou Relator.

Além disso, o acontecimento de anteontem, o BNDES assumir a paternidade da ELETROPAULO, deixou o Relator e todos os colegas da Comissão meio loucos, porque parece que somos vaca de presépio. Estamos dedicando toda a nossa vida ao desenvolvimento e à fiscalização, para que o setor elétrico renasça com credibilidade. No entanto, esses atos acontecem e não são comunicados à Comissão de Minas e Energia, que pode melhor ajudar todos os setores com informação técnica.

Estamos aqui, sem dúvida nenhuma, para ajudar o Governo. Mas o Governo Lula talvez não saiba o que se está passando com os seus Ministros e Secretários. Esse requerimento tem o fim político de esclarecer os fatos por meio da análise desses dados que estamos pedindo sobre a toda e qualquer remessa que foi e será feita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Janene) – Em discussão o requerimento.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Janene) – Concedo a palavra ao Deputado Fernando Ferro.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO – Sr. Presidente, contraponho-me ao Deputado Dr. Heleno, em primeiro lugar, porque as informações de que dispomos sobre a ELETROPAULO e o processo de privatização mostram que essa empresa tem uma dívida brutal com o BNDES.

O BNDES está negociando, com toda a cautela que se requer, para tentar reduzir o prejuízo e corrigir o processo desastroso de privatização que foi feito nessa empresa, e está fazendo isso com a competência, a seriedade e a responsabilidade necessárias. Portanto, não há, no meu entendimento, qualquer aventura ou irresponsabilidade. Tudo está sendo feito de forma cautelosa.

O BNDES recusou-se a socorrer essa empresa, que está em sérias dificuldades financeiras, e está promovendo uma negociação, observando os interesses do País. É importante conhecer essas remessas, inclusive as que aconteceram em períodos passados, até para termos uma idéia do que significa o tratamento dessa empresa que, como muito bem observa V.Exa., enviou recursos para a sua matriz enquanto tinha dificuldades nas suas finanças internas. Então, é lógico que essas ações devem ser acompanhadas

e publicadas, mas isso está sendo feito com a devida prudência e responsabilidade.

Sabemos que existem contratos armados. Essa empresa, evidentemente, tem toda uma blindagem jurídica para evitar qualquer intervenção mais séria, como pretendíamos num primeiro momento. Há que se ter responsabilidade para fazer uma intervenção desse tipo, sob pena de se pagar um preço muito alto, criando dificuldades políticas devido a ações feitas de forma irresponsável.

Então, ao mesmo tempo em que concordo com o teor do pedido do ilustre Deputado, afirmo que isso faz parte de uma ação extremamente responsável do BNDES, que se recusou a ser pronto-socorro de empresas que estão em dificuldade financeira.

Diferentemente do que diz o Deputado, o BNDES não adotou nem reestatizou a ELETROPAULO. Ele está buscando reduzir o prejuízo pelo não-cumprimento das ações de pagamento que essa empresa tem com o Governo brasileiro.

Trago esse esclarecimento, para que o ilustre Deputado não faça um juízo de mérito sobre as atitudes do Governo e do BNDES em relação ao tratamento da situação dessa empresa com o Governo brasileiro.

No mais, concordo com a iniciativa de se buscar informações não só sobre a remessa de lucros, mas também distribuição de dividendos e outras ações promovidas por essa empresa, que está com a sua saúde financeira comprometida, o que, em última análise, é o que está sendo discutido nessas tratativas entre o BNDES e a direção da empresa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Janene) – Permita-me fazer um comentário, Deputado Fernando Ferro. Na realidade, o BNDES disse: “Você está me devendo, já quebrou a empresa, então eu fico sócio. Você continua tocando. Se você acabar de quebrar ou aumentar o prejuízo, não tem problema. Eu fico com o prejuízo”. É a visão que temos hoje.

Faço apenas uma observação ao Plenário. Temos que dar início à audiência pública, por isso, peço que V.Exas. façam seus comentários com a maior brevidade possível.

Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Gomes.

O SR. DEPUTADO EDUARDO GOMES – Sr. Presidente, quero apenas prestar apoio ao requerimento do Deputado Dr. Heleno e fazer uma observação. Entendemos que o BNDES está confundindo “transparente” com “invisível”, porque algumas informações solicitadas por esta Comissão com relação ao processo de negociação entre a AES e o BNDES não foram repassadas a esta Comissão.

E acabo de receber a informação, Sr. Presidente, de que o levantamento que estou fazendo com relação às ações da Bolsa de São Paulo traz um dado ainda mais estarrecedor. Percebemos um aumento não só no valor nominal das ações da ELETROPAULO, mas também no volume de ações. São fatos que merecem a nossa observação.

Acho que o requerimento do Deputado Dr. Heleno faz sentido, porque estamos entrando numa etapa de averiguação e investigação dos fatos recentes. Todos os analistas econômicos do País viram com estranheza o acordo proposto, mas ainda não concretizado, do BNDES com a AES.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) – Com a palavra o Deputado Hélio Esteves.

O SR. DEPUTADO HÉLIO ESTEVES – Sra. Presidenta, solidarizo-me com o requerimento do Deputado Dr. Heleno. Acrescento que, de maneira estranha, várias empresas privatizadas repentinamente passaram a dar lucro; no ano passado, verificamos que, também repentinamente, passaram a dar prejuízo.

Então, existe algo estranho no ar que precisa ser esclarecido, principalmente a questão da remessa de lucros. É preciso saber qual o compromisso dessas empresas no sentido de investir e reinvestir o seu lucro para melhorar o fornecimento de energia, o atendimento à população brasileira.

No caso específico da ELETROPAULO, acreditamos que esses dados são pertinentes, são muito importantes para elucidar a questão. Essa empresa realmente vem demonstrando incapacidade para saldar a sua dívida com o BNDES. Porém, acreditamos na coerência do Governo Lula, que não permitirá que, de uma hora para outra, a empresa dê maior prejuízo à população. Com certeza, o Governo está sendo obrigado a ajudar a refinarçar essa dívida ou a fazer um empréstimo necessário para melhorar a qualidade da energia em função da responsabilidade que tem com a população.

Mas vale ressaltar que a ELETROPAULO, infelizmente, tem apresentado resultados estranhíssimos que precisam ser esclarecidos à população, principalmente a esta Comissão.

Portanto, estamos favoráveis ao requerimento do Deputado Dr. Heleno.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) – Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Santos.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS SANTOS – Sra. Presidenta, Deputada Rose de Freitas, Srs. Deputados, assistimos hoje a um festival de pirataria no Brasil. Em 1997, a privatização da ELETROPAULO foi uma festa. As fotografias mostravam risos e alegria

com a venda da empresa, o que se fez contrariando o interesse nacional.

Agora, estamos assistindo à reestatização da ELETROPAULO, e a que preço? Essa empresa tomou 1 bilhão e 800 milhões do BNDES, pagou 600 milhões e deve 1 bilhão e 200 milhões. Por esse novo acordo, que é uma reestatização, o Estado abrirá mão da multa de 118 milhões e dará um financiamento pela dolarização da ordem de 600 bilhões. A ELETROPAULO recebe a empresa limpa, teremos uma reprivatização com a empresa limpa.

Agora, se isso é defensável, ocorreu também no Governo Lula – sei que à revelia de S.Exa. – o crime de *inside information*, isso é, há 30 dias passaram informações de que isso iria acontecer. Passaram a comprar na Bolsa de Valores ações que subiram mais de 30%. Nos Estados Unidos, isso daria cadeia. É o crime de *inside information*. Aqui se festeja a reestatização da ELETROPAULO.

Portanto, não vejo motivo de alegria nenhuma por parte do Governo esse processo danoso e que vai trazer prejuízo imenso ao País, como antes a privatização também o trouxe.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) – Continua em discussão o requerimento do Deputado Dr. Heleno. (*Pausa.*)

Não mais havendo quem queira discutir, passamos ao processo de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Item 2 da pauta. Requerimento n.º 110, de 2003, do Deputado Eduardo Gomes, que “*requer realização de seminário para estudo das alternativas de transposição dos Rios São Francisco e Tocantins*”.

Com a palavra o Deputado Eduardo Gomes.

O SR. DEPUTADO EDUARDO GOMES – Sra. Presidenta, solicito apoio dos colegas no sentido que seja feito seminário abrangente, com a participação dos 7 Governadores que têm interesse direto neste processo, que alguns chamam de transposição e outros chamam de adução, de integração das bacias do Rio Tocantins até o Rio Sono.

Esse projeto passa por uma fase executiva quanto à questão orçamentária, pois a Casa aprecia medida provisória ou PEC que cria o Fundo de Investimento Hidroambiental. E o Governo, por meio de seu PPA, contempla uma soma de recursos para essa obra esperada há séculos, mas pouco debatida na atualidade pelas Comissões de mérito desta Casa.

Como há uma ligação entre a conformação do uso da capacidade hidrelétrica de geração do Rio Tocantins e de outros afluentes, no Estado do Tocantins,

e a geração hidrelétrica, entendemos que a Comissão de Minas e Energia pode, sim, chamar para si esse debate e realizar um grande seminário, especialmente com a participação do Vice-Presidente da República, José Alencar, e do Ministro Ciro Gomes, que coordenam o grupo que tem feito um trabalho muito bom no sentido de divulgar essa obra de dimensão continental e convencer a população brasileira sobre sua necessidade.

O Presidente Lula sabiamente priorizou essa obra no intuito de levar dias melhores para a população do Semi-Árido nordestino e também de utilizar os recursos hídricos do Estado do Tocantins, que detém mais de 10% da água potável do Brasil em posição estratégica.

Portanto, esse é o motivo da apresentação do nosso requerimento, ao qual solicito apoio dos nobres colegas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) – A Mesa parabeniza V.Exa. pela iniciativa. Consideramos de fundamental importância a realização de seminário dessa natureza.

Em discussão o requerimento do nobre Deputado Eduardo Gomes. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovado.

Passamos agora para a audiência pública.

Cumprimento todos aqueles que se fazem presentes a esta audiência, em especial o Sr. Gilberto Cervinski, Presidente do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB; Dr. Pedro Carlos Garcia Costa, representante do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA; Dra. Elisabete do Nascimento Rocha, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Geologia de Engenharia Ambiental, núcleo do Rio de Janeiro; Dr. Walter Lins Arcoverde, Diretor de Fiscalização Mineral do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM; Dr. Gilberto Valente Canali, Vice-Presidente do Comitê Brasileiro de Barragens; e Drs. Gualter de Carvalho Mendes e Eduardo de Freitas Madeira, assessores do Secretário de Energia, do Ministério de Minas e Energia.

Informo que a lista de inscrição para os debates encontra-se sobre a mesa. O Deputado que desejar interpelar o expositor deverá dirigir-se primeiramente à mesa e registrar o seu nome.

Cada expositor disporá de um tempo de 10 minutos para fazer uso da palavra.

Convido para a Mesa o Dr. Gilberto Cervinski, Presidente do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB. *(Pausa.)* S.Sa. não está presente.

Convido, então, o Dr. Pedro Carlos Garcia Costa, representante do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA.

O SR. PEDRO CARLOS GARCIA COSTA – Sra. Presidenta da Comissão de Minas e Energia, Deputada Rose de Freitas, Deputado Fernando Ferro, Relator, Srs. Deputados membros da Comissão de Minas e Energia, demais convidados, em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer o honroso convite desta Casa formulado ao Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia e também, em nome do Presidente Wilson Lang, agradecer a oportunidade de debater nesta Casa um projeto da importância do Projeto de Lei nº 1.181, de 2003.

Na realidade, esse projeto, de autoria do Deputado Leonardo Monteiro, deve ter como uma das suas motivações principais uma série de acidentes ambientais ocorridos no Estado de Minas Gerais e em outras partes do território brasileiro e que estão a merecer, há muito tempo, uma legislação federal que regule atividades de fiscalização.

Por isso, o Conselho Federal de Engenharia entende muito oportuna a apresentação desse projeto de lei e enfatiza a sua opinião de que ele deve ter uma tramitação rápida, uma vez que há uma lacuna na legislação brasileira no que diz respeito à fiscalização de obras de grande risco ambiental, tanto barramentos destinados à geração de energia e a uso múltiplos quanto à contenção de resíduos tóxicos ou perigosos.

Vou tecer, no tempo de que disponho, alguns breves comentários sobre o projeto de lei. Inicialmente, o art. 1º diz que a lei estabelece diretrizes para verificação da segurança de barragens de curso d'água para quaisquer fins e para aterros de contenção de resíduos líquidos industriais. Na nossa opinião, esse objetivo poderia ser ampliado no sentido de considerarmos barramentos em qualquer situação, não só de curso d'água, como também os construídos em áreas de talvegues e em áreas de vale seco sem cursos d'água superficiais. No que diz respeito ao acidente ocorrido em Cataguazes, o barramento que continha os resíduos líquidos tóxicos da Indústria de Papel Cataguazes estava numa cabeceira de drenagem sem qualquer curso d'água perene naquela região. Esse barramento rompeu e causou o acidente que todos conhecemos.

Na realidade, ao limitarmos apenas às drenagens com cursos d'água, estamos trazendo uma limitação à lei que pretende impor diretrizes para fiscalização desses barramentos.

O art. 2º desse projeto de lei estabelece que a construção e a implantação, que naturalmente devem ser precedidos de licenciamento, prescindem de proje-

tos de engenharia, ou seja, estudos e projetos. E, nos incisos I a V, há uma lista de elementos que devem contemplar minimamente esses projetos e estudos. Trata-se de aspectos técnicos de projetos que também deixam algumas lacunas que deveriam ser contempladas no aspecto mínimo. Por exemplo, no caso dos barramentos, em qualquer situação, tanto em drenagens com cursos d'água perenes quanto em drenagens secas, um aspecto fundamental na preservação ambiental e nos cuidados que se deve ter principalmente com as águas subterrâneas seria a imposição de restrições e exigências no sentido de que os estudos visassem também o selamento do fundo do lago que o vai contemplar. Ou seja, no momento em que se constrói um barramento, cria-se uma lâmina d'água montante, e a infiltração passa a ocorrer numa área muito maior do que simplesmente o curso do talvegue ou o curso d'água que estava ali presente.

É preciso, então, em determinados barramentos de resíduos tóxicos, que se façam também estudos geotécnicos para prever e para adequar o terreno a situações de impermeabilizações que permitam segurança e a não-contaminação das águas subterrâneas subjacentes ao barramento.

Também no parágrafo único desse artigo há uma observação de que não se aplica o disposto no *caput* à implantação de pequenas barragens destinadas a possibilitar usos insignificantes da água nos termos do disposto no § 1º do art. 12 da Lei nº 9.433.

Eu gostaria de citar aqui um acidente ocorrido na cidade de Ponte Nova, em Minas Gerais, na Bacia do Rio Ipiranga. Trata-se de uma região que, por suas condições climáticas, oferece um padrão de adequação muito bom à questão dos pequenos barramentos para a piscicultura. Um acidente trágico ocorrido nessa cidade, no dia 9 de janeiro do corrente ano, deu-se por uma sucessão de rompimentos de pequenos barramentos existentes numa bacia contribuinte ao Rio Ipiranga. Esse acidente inicialmente foi atribuído apenas a uma chuva intensa que ocorreu na região, mas depois se percebeu a grande quantidade de peixe numa parte alta da cidade de Ponte Nova por onde passou a água decorrente dessa enchente. O Conselho foi então fazer uma investigação na bacia onde ocorreram os rompimentos e concluiu que cerca de 30 e poucas barragens de pequena expressão haviam se rompido, de forma que uma barragem situada mais na cabeceira se rompia e com o peso da água provocava o rompimento de uma segunda barragem, da terceira e da quarta, numa sucessão que chegou a provocar uma enchente na cidade Ponte Nova, tendo as águas subido mais de 6 metros em determinadas ruas, 245

famílias ficaram desabrigadas, houve várias mortes e um sem número de veículos foram arrastados.

Então, mesmo uma sucessão de pequenos barramentos construídos em cascata pode provocar acidentes graves. Deve, então, por isso mesmo, ser objeto de um estudo já previsto na Lei nº 9.433. Precisamos considerar a bacia hidrográfica como uma unidade fundamental de planejamento para a construção desses barramentos. Ao fazermos isso, estaremos então contemplando mais um aspecto importante da engenharia, que seria termos uma nova unidade de planejamento, dentro da concepção de manejarmos a gestão de recursos hídricos. Consideramos então não a dispensa para pequenos barramentos, mas a necessidade de integração dos estudos dentro de uma concepção de bacia hidrográfica ou sub-bacia hidrográfica, conforme seja o caso.

No caso do art. 4º, referimo-nos aos órgãos gestores, no caso o órgão gestor federal e os órgãos gestores estaduais, conforme o Rio seja de domínio da União ou de domínio dos Estados.

Em Minas Gerais – estou representando o CONFEA, mas venho do CREA de Minas Gerais —, temos, neste momento, um trabalho pela instituição de um guichê único das instituições que cuidam do licenciamento ambiental. Também na esfera federal, se analisarmos profundamente a questão, verificaremos que há, de certa maneira, alguma sobreposição nas licenças concedidas pela Agência Nacional de Águas, a ANA, e a Agência Nacional de Energia Elétrica, a ANEEL. Muitas vezes, o empreendedor é submetido a um martírio de peregrinar por vários guichês, para apresentar seus projetos para o licenciamentos. Seria interessante, então, que considerássemos órgãos institucionais da administração pública federal, no sentido de estabelecermos um guichê único, a fim de permitirmos então maior facilitação na apresentação dos documentos, dos projetos, e que as licenças fossem concedidas de forma mais homogênea, mais concatenada entre os órgãos.

Nesse sentido, é importante até ressaltar aqui uma iniciativa que já está sendo desenvolvida no Executivo, de que, quando houver uma licitação para barramento destinado à geração de energia elétrica, isso já se faça com pelo menos uma boa parte das licenças ambientais e de construção concedidas previamente à licitação. Isso eliminaria uma série de problemas decorrentes de aspectos que vão desde a remoção das populações atingidas pelo barramento – infelizmente não está aqui o representante do movimento para falar sobre esse assunto —, o aspecto social mais grave na questão de barramentos, qual seja o deslocamento das pessoas em função do enchimento do reservatório

dos barramentos, até os outros impactos ambientais já decorrentes.

Finalmente, eu gostaria de abordar aqui a questão de quando há uma referência a profissional habilitado, como está, por exemplo, no art. 3º: os estudos e projetos a que se refere o art. 2º deverão ser elaborados e assinados por profissionais de nível superior, registrados e em dia com os respectivos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. Essa é a forma perfeita, mas infelizmente, em dois artigos mais adiante, nomina-se a engenharia civil como a responsável pela assinatura de laudos de barramentos. Na realidade, existem outros profissionais no sistema CONFEA/CREA que estão habilitados também a assinar esses laudos e, portanto, a expressão “profissional legalmente habilitado” deve ser preferida à nomeação do engenheiro civil, apenas para resguardar a sociedade no sentido da oferta da engenharia de boa qualidade. O propósito do CONFEA, ao trabalhar um projeto de lei como esse, é aquele que temos sempre de propor que os profissionais que exerçam ou desempenham suas funções o façam em benefício da sociedade e dentro da legalidade estrita e imposta por seu currículo profissional. Ou seja, cada um exercendo as suas habilitações de acordo com o seu nível de graduação.

Era o que tínhamos a expor.

Agradeço à Comissão e fico à disposição para os questionamentos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) – Agradecemos os esclarecimentos prestados ao Dr. Pedro Carlos e convidamos o Dr. Gilberto Valente Canali a dar uma seqüência da explanação, a fim de que possamos tecer um raciocínio mais lúcido acerca da proposição.

Concedo a palavra ao Dr. Gilberto Valente Canali, Vice-Presidente do Comitê Brasileiro de Barragens, que dispõe de 10 minutos.

Vamos ouvir as exposições e logo em seguida daremos a palavra ao autor do requerimento, Deputado Fernando Ferro. Aí, então, abriremos para espaço para os debates e as perguntas.

O SR. GILBERTO VALENTE CANALI – Bom dia a todos. Exma. Sra. Deputada Rose de Freitas, que preside esta sessão; Exmos. Srs. Deputados, demais interessados no tema que hoje é objeto de um projeto de lei do Exmo. Sr. Deputado Leonardo Monteiro.

O Comitê Brasileiro de Barragens é uma instituição que reúne profissionais dedicados ao projeto, à construção e à operação de barragens no Brasil. Esta instituição tem hoje mais de mil associados, existe há mais de 40 anos. Entre as suas atividades, realiza a cada 2 anos, em média, um seminário nacional de grandes barragens. A próxima edição do evento será

na cidade de Salvador, no mês de outubro, e tenho a imensa honra de convidar para tal, em nome do nosso Presidente, engenheiro Edilberto Mauro, todos os presentes. Também está prevista a realização de uma mesa redonda para a discussão exatamente do mesmo tema.

Gostaria de enfatizar que o Comitê Brasileiro de Barragens tem uma comissão de segurança de barragens que envolve técnicos especializados no assunto e, desde 1988, tenta oferecer uma contribuição ao Poder Legislativo, exatamente no sentido de criar um sistema brasileiro de segurança de barragens.

Colocamos à disposição dos Srs. Deputados os trabalhos realizados por esta comissão.

Recentemente, tivemos oportunidade de contribuir para um levantamento feito em escala global, realizado sob os auspícios do Banco Mundial, acerca dos diferentes regimentos disponíveis nos países onde a construção de barragens é uma atividade significativa e em que se destacam os principais elementos que deve conter uma legislação a respeito do tema. O Banco Mundial publicou um relatório que está disponível no seu *site*. Entre outros dispositivos, alguns dos quais presentes aqui no projeto de lei do Deputado Leonardo Monteiro, é preciso que fique muito claro que a atividade de construção de barragem implica responsabilidade objetiva do empreendedor. O Código Civil Brasileiro, especialmente o que entrou em vigor neste ano, considera muito claramente a questão da responsabilidade objetiva no Brasil. Responsabilidade objetiva — se me permitem, pois estou usando o termo evidentemente para dar continuidade à minha explanação — significa que o empreendedor tem responsabilidade sobre qualquer dano que o seu empreendimento possa vir a ocasionar a terceiros, independentemente de culpa.

Sobre esse ponto é que se deveriam debruçar as nossas atenções, no sentido de armar um sistema que dê ao empreendedor a exata noção da sua responsabilidade e dos instrumentos que deveria ter sempre à disposição, principalmente da sociedade, a fim de que ela estivesse tranqüila com relação aos procedimentos que ele, empreendedor, adotará no sentido de evitar que acidentes ou outras repercussões indesejáveis do seu empreendimento possam trazer danos à comunidade.

Nesse sentido, a nossa contribuição poderia se desenvolver de uma maneira mais objetiva junto aos Srs. Deputados. No nosso entender, e para citar a dimensão, o universo de que estamos tratando aqui no Brasil, o Comitê Brasileiro de Barragens dispõe de um registro das grandes barragens. Ou seja, aquelas que têm acima de 15 metros de altura e mais de 100 mil metros cúbicos de água armazenada.

Temos no Brasil cerca de 900 grandes barragens. Não é um número gigantesco, por exemplo, quando se traz à consideração dos senhores que nos Estados Unidos há 7 mil barragens, que na Índia e na China há 30 mil barragens. O número brasileiro é expressivo, mas em termos globais é ainda relativamente pequeno.

Dessas 900 barragens, cerca de um terço, 300, são ditas barragens do setor elétrico, ou seja, em que a finalidade principal é a produção de energia elétrica. Dois terços, ou seja, cerca de 600 barragens brasileiras, têm outras finalidades principais que não a produção de energia elétrica e constituem um universo imenso, com peculiaridades distintas, como a que vou me referir daqui a pouco.

O ideal, portanto, seria que o projeto de lei efetivamente abarcasse todo esse universo e desse a dimensão aos empreendedores das suas responsabilidades.

É óbvio que a fiscalização do Poder Público é inarredável com relação aos danos que possam ser causados ao ambiente e à sociedade de modo geral. Porém, quando imaginamos que a atividade de fiscalizar 900 barragens vai demandar necessariamente – se esse for o único instrumento pelo qual se zele pela segurança das barragens – um exército de fiscalizadores e um processo extremamente caro e demorado, e que, de forma alguma, na nossa opinião, não isenta o empreendedor e muito menos isenta ou afasta qualquer risco de danos à sociedade se houver um acidente com as barragens.

A ênfase deve ser dada à aplicação do princípio da prevenção. Este, sim, implica que o empreendedor tenha claramente à disposição e a qualquer momento, de quem quer que seja, os seus procedimentos de autofiscalização perfeitamente definidos. O empreendedor deve ter o seu manual específico de segurança de barragens à disposição. Para que esses procedimentos sejam efetivamente consolidados, de acordo com a melhor técnica disponível, nossa sugestão é que a Associação Brasileira de Normas Técnicas e o sistema CONFEA, por exemplo, definam quais são os requisitos mínimos que esses manuais de segurança deveriam possuir para cada tipo de barragem, para cada situação.

Em segundo lugar, o empreendedor deveria, ele próprio, ter o seu sistema de controle, o monitoramento das suas estruturas, e publicá-lo anualmente. Está previsto, e é um grande dispositivo no projeto de lei, que o empreendedor deve publicar o seu relatório de monitoramento de segurança de barragem. É a única maneira de termos o chamado controle social sobre os empreendimentos, que em geral é objeto de concessão do serviço público. Portanto, deve haver controle so-

cial. Tal como se publica, por exemplo, um relatório da *performance* econômico-financeira, o relatório contábil da empresa, que se publique anualmente um relatório de segurança de barragem daquele empreendedor. Esse relatório, tal como o relatório contábil, é objeto de auditoria independente, que o avalia. Nesse caso, a auditoria independente poderia, por exemplo, avaliar os procedimentos utilizados pelo empreendedor como reconhecidos e que, portanto, a sua barragem cumpriria com o esperado da própria estrutura.

O tempo é curto. Essas são, em linhas gerais, algumas das idéias que julgamos devem ser consideradas para o aperfeiçoamento do projeto de lei.

Consideramos diversos aspectos extremamente importantes quanto à segurança das barragens. Um deles é a segurança intrínseca da estrutura. A estrutura tem de ser estável, segura, tem de cumprir os objetivos para os quais ela foi projetada. Mas há um outro aspecto que depende da influência do meio externo sobre ela. É neste sentido que muitas barragens acabam se tornando inseguras, na medida em que as encostas do seu reservatório são desmatadas e o empreendedor tem muito pouco poder de atuação para impedir isso. Em segundo lugar, a ocupação dos vales a jusantes de barragens, com empreendimentos imobiliários ou mesmo com a ocupação espontânea, acaba potencializando imensamente o risco de danos a vidas humanas, até no caso de rompimento de uma barragem, numa situação completamente distinta daquela que havia, por exemplo, quando a barragem foi projetada.

Muitos países adotam um sistema de classificação de risco das barragens que leva em conta não apenas sua segurança intrínseca, como também a situação em que ela está colocada dentro do ambiente, da bacia e do potencial de dano que pode provocar.

Esse sistema de classificação de risco, no nosso entender, é altamente desejável no Brasil, na medida em que pode orientar, por exemplo, a aplicação de recursos para a reparação, a melhoria das barragens existentes. Algumas de nossas barragens já estão perto de atingir cem anos e precisam necessariamente de um programa de manutenção.

Sras. e Srs. Deputados, quero renovar a disposição do Comitê Brasileiro de Barragens de contribuir para o aperfeiçoamento desse projeto.

Colocamo-nos à disposição.

Eram essas as minhas palavras. O meu desejo é contribuir com V.Exas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) – Gostaria de agradecer ao Dr. Gilberto Valente Canali a participação.

Passo a palavra ao Dr. Walter Lins Arcoverde, Diretor da Fiscalização Mineral, do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, que disporá de 10 minutos para sua explanação.

O SR. WALTER LINS ARCOVERDE – O Departamento Nacional de Produção Mineral agradece à Deputada Rose de Freitas, Presidenta, e aos demais Deputados da Comissão o convite.

Gostaria de fazer uma abordagem do impacto desse projeto no setor de mineração especificamente, que possui inúmeros sistemas de disposição de rejeitos, de efluentes.

Preparamos uma pequena apresentação, para a qual, espero, tenhamos tempo. Primeiramente, apresentaremos um panorama da situação que caracteriza que os empreendimentos minerais divergem muito de tamanho, e que setores da grande mineração têm a situação das barragens mais resolvida, com qualidade compatível com o que se necessita em termos de evitar acidentes. Temos situações de média e pequena mineração em que a questão da disposição de rejeitos é problemática.

(Segue-se exibição de imagens.)

Este é o exemplo de grande mina, em que a questão da disposição de rejeito é um trabalho, como mencionou o palestrante que me antecedeu, que implica projetos bem elaborados e com toda a responsabilidade técnica.

Temos, na média mineração, um exemplo da mineração de carvão, no sul de Santa Catarina, que também tem bons projetos de disposição de rejeitos, tanto de cobertura seca como de bacias de decantação de efluentes líquidos. Esse, no caso, é uma cobertura seca de disposição de rejeitos de carvão. Esse é um depósito de rejeito com a recuperação ambiental.

Há problemas sérios de unidades mineiras que não tiveram seu fechamento de mina da forma como as regras, as normas, a boa técnica exigem. Portanto, encontramos, em inúmeras atividades, essa problemática, tanto na questão da barragem quanto na própria área de lavra.

Temos alguns bons exemplos na mineração, no que diz respeito tanto ao aumento da área de lavra e à recuperação ambiental quanto à disposição de rejeitos e utilização final do empreendimento. Quando a mina se exaure, temos o que chamamos de projeto de fechamento de mina.

Trago um exemplo da COPELMI, pedindo licença à empresa, do Rio Grande do Sul, onde uma grande cava de extração de carvão foi utilizada para depósito de lixo sanitário urbano.

Vou passar uma série de *slides* que mostram tanto o procedimento de lavra com recuperação am-

biental quanto a disposição de rejeitos e a utilização final de cavas, ou seja, um projeto que nos ensina a boa técnica.

Passamos a lavra, agora, o beneficiamento. Aqui está todo um procedimento de recuperação que anda concomitante com a frente de lavra em operação.

Essa é uma frente de lavra que se tornou uma bacia, uma estação de criação de tilápias.

Esses procedimentos de lavra também são monitorados com sismógrafos, para ver a vibração em função de explosões.

Uma determinada cava, aquela que não foi coberta pela recuperação ambiental de reflorestamento, está sendo utilizada para a disposição de resíduos sólidos sanitários da Prefeitura de Porto Alegre.

Essa é uma obra de engenharia desse aterro sanitário.

Essa é uma instalação de geomembrana, impermeabilizando a base da barragem.

Aqui é a canalização dos gases e a drenagem do chorume.

Esse é um aspecto geral e aqui já estão fazendo a deposição do lixo.

Esse chorume também tem como destino final uma estação de tratamento de efluentes, para ir para aquela bacia onde há uma piscicultura.

Mesmo sendo feitos com boa técnica, temos também que controlar, monitorar e fiscalizar se os resultados estão corretos.

Esses são exemplos de ensaio de permeabilidade, de retirada de corpo de prova de argila compactada. Enfim, o monitoramento da própria obra de engenharia.

Gostaria de abordar o projeto em si, a questão da legislação mineral e a proposta desse projeto.

O DNPM, nessa figura, está num momento em que temos diagnosticado todas as barragens de mineração no País. Além de carvão, no sul, de bauxita, no norte do País, começamos trabalho com a Agência Nacional de Águas para criar um sistema de alerta contra acidentes de barragens.

Nesse primeiro diagnóstico, levantamos 3 Estados. Estamos enfocando mais a Bacia do Rio Paraíba do Sul; a Agência Nacional de Águas está trabalhando mais nessa bacia. Levantamos os 3 Estados por onde passa a Bacia do Rio Paraíba do Sul e começamos também a diagnosticar as unidades mineiras para fins de vistorias, de monitoramento.

Chegamos a esta distribuição de barragens na atividade mineral: Minas Gerais, com bastante concentração no quadrilátero ferrífero, Belo Horizonte e entorno; próximo à região de Cataguazes, temos barragens de unidades de bauxita; em Vazantes, produ-

ção de zinco; em São Paulo, bastante distribuídas; e, no Rio de Janeiro, algumas poucas.

O Código de Mineração, em seu art. 59, aborda a questão das servidões das unidades mineiras, dos projetos de lavra, e contempla, de certa maneira, o projeto de barragem. Quando o empreendedor entra no DNPM para análise do seu plano de aproveitamento econômico e obtenção de uma portaria de lavra, o sistema de deposição de rejeitos da atividade de mineração é contemplada na análise. Analisamos o projeto como um todo, desde a frente de lavra, a unidade de beneficiamento, até a disposição de rejeito.

Foi baixada pelo Diretor-Geral do DNPM a Portaria nº 12, de janeiro de 2001, que define normas regulamentares para a atividade de mineração de diversos tipos. Uma norma define a competência do DNPM de fiscalização da atividade minerária, que já é definida na lei de criação do DNPM e no próprio Código de Mineração.

Na Portaria nº 19, temos uma norma específica para a questão da disposição de rejeitos. Essa é a norma que vamos abordar, para mostrar a V.Exas. que existe essa legislação no âmbito da atividade minerária.

Essa norma regulariza a construção, exige o monitoramento, instrumentaliza a fiscalização, controla os impactos ambientais, previne acidentes e disciplina a suspensão e a desativação do empreendimento; quantifica, qualifica, estabelece prioridades e as vistorias.

Quando é apresentado o plano de lavra ao DNPM, ele é planejado, implementado e supervisionado por profissional habilitado, situa-se nos limites da concessão de lavra e qualquer modificação tem que ser previamente comunicada ao Departamento Nacional de Produção Mineral.

O projeto técnico deve incluir estudos para serem acrescentados ao artigo, para aperfeiçoamento. Aqui entramos na questão que o colega do CONFEA apontou, nos itens do art. 2º, quanto à necessidade de estudo da bacia como um todo, da geologia, da geotecnia e da hidrologia, de implicações sociais, análise econômica, impermeabilização da base, como o próprio colega apontou, e, em alguns casos, caracterização do material retido e das estruturas, descrição e dimensionamento das obras. Tudo isso consta na Portaria nº 19 e tem que ser cumprido.

A norma também fala sobre o que se tem que fazer em situações de emergência. Em caso de risco grave e iminente de ruptura, as áreas de risco devem ser evacuadas, isoladas, monitorada a evolução do processo e informado imediatamente o pessoal potencialmente afetado. Deve-se ainda posicionar o plano de contingência previsto; restringir os acessos ao pessoal

necessário aos trabalhos; e comunicar os acidentes imediatamente ao DNPM e às autoridades locais.

As medidas de segurança, em caso de colapso, estão relacionadas às questões de controle específico do material disponível na mina, à estocagem de produtos tóxicos, ao arrasto de sólidos para o interior de rios, lagos e outros cursos de água; quando for próximo às áreas urbanas, deverá atender normas vigentes, para mitigar impactos ambientais.

Por fim, a norma também proíbe edificações em áreas de barragem, onde já houve o depósito de rejeito e foi terminada aquela barragem, sem uma análise técnica detalhada.

E há uma série de questões técnicas, como na área de supervisão e monitoramento da barragem, no controle de efluentes e no fechamento da operação mineira. Portanto, ela é bem abrangente.

Essa norma, de certa maneira, junto com o Código de Mineração, para a atividade minerária, é uma regulação já existente, sobre a qual o projeto poderia criar alguma sombra, mas não mudaria nada. Continuaríamos, para aprovação e fiscalização de empreendimentos mineiros, seguindo esses padrões do Código e da norma.

Temos algumas observações a fazer, como sugestão. No art. 1º do projeto de lei, a terminologia aterros poderia ser substituída por sistema de disposição de rejeitos. No art. 2º, seria importante incluir outros itens que contemplem outros parâmetros técnicos necessários que não foram ainda abordados, como citei há pouco. No art. 3º, concordo com o colega do CONFEA no sentido de que deveria constar profissional legalmente habilitado. Há inclusive uma incorreção, quando fala em "*respectivos Conselhos de Engenharia, Arquitetura e Agronomia*". O Conselho de Engenharia, Arquitetura e Agronomia é um só, mas o texto do projeto está no plural, como se existissem mais de um. Portanto, ali há uma incorreção.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. WALTER LINS ARCOVERDE – Ah, os dos Estados? Os regionais, não é?

No art. 4º, foi citado ali órgão gestor. Sugiro o acréscimo da palavra "estadual", ou seja, órgão gestor estadual.

Quero fazer uma observação a respeito do art. 4º. O Deputado, autor do projeto, poderia também tecer alguns comentários. Esse artigo passa do órgão ambiental, que hoje faz a análise, para o órgão de recurso hídrico estadual. Mas muitos Estados ainda não têm esse órgão constituído, muitos deles estão trabalhando em parceria com o próprio órgão ambiental. Portanto, há essa mudança de fundo, ou seja, a aprovação do projeto pelo órgão ambiental está sendo passada para

o órgão de recursos hídricos, no que diz respeito aos sistemas de disposição de rejeitos líquidos industriais. Parece-me que seria esse o objetivo do Deputado.

Sugiro a transferência da competência da análise do acompanhamento dos sistemas de disposição de rejeitos decorrentes da atividade minerária, já que nós a fazemos, quando é outorgado o título da lavra e nas nossas vistorias de rotina do setor mineral, que são muito grandes – depois vou tecer comentários sobre a situação de precariedade de quadros. Portanto, minha proposta é no sentido de que a parte das barragens e dos sistemas de disposição de rejeitos decorrentes da atividade minerária seja de competência do Departamento Nacional de Produção Mineral.

É oportuno ressaltar que estamos solicitando ao Governo a realização de concurso público e a criação de quadros de carreira. O departamento tem uma infinidade de áreas de atuação. Da promulgação da Constituição de 1988 para cá foram criadas inúmeras novas demandas e competências para o Departamento Nacional de Produção Mineral, órgão que completará 70 anos no próximo ano.

No âmbito da fiscalização das barragens, por exemplo, temos um quadro de engenheiros de minas bastante reduzido. Hoje temos atuado na agilização processual, na análise de projetos, para que os processos relativos a investimentos e empreendimentos não fiquem paralisados. Muitas das nossas vistorias têm sido realizadas a partir de denúncias de lavra clandestina. Com o advento da Lei nº 9.605, de 1998, têm sido inúmeras as denúncias, porque as atividades lesivas ao meio ambiente são consideradas crimes.

Apresentadas as sugestões, concluo dizendo que podemos cumprir essas sugestões com toda a eficiência que a sociedade espera de nós na condição de gestores públicos e com outras medidas de fortalecimento da instituição.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) – Agradeço a V.Sa. os esclarecimentos prestados.

Com a palavra o Sr. Gualter de Carvalho Mendes, Assessor do Secretário de Energia do Ministério de Minas e Energia. S.Sa. disporá de 10 minutos.

O SR. GUALTER DE CARVALHO MENDES – Exma. Sra. Presidenta, Deputada Rose de Freitas, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores presentes, trago os cumprimentos da Ministra Dilma Rousseff, do Ministério de Minas e Energia, e a disposição do Ministério em apoiar as iniciativas desta Casa, principalmente em assuntos ligados àquela Pasta.

O PL nº 1.181/03 é uma iniciativa legítima e bastante oportuna. Ele foi inspirado na época do acidente de Cataguases.

Um dado interessante é que estávamos monitorando, na ocasião, a operação do Rio Paraíba do Sul, que integra uma bacia estressada, como outras bacias brasileiras, em razão do uso excessivo e indevido do recurso hídrico.

O acidente no Rio Pomba deixou conseqüências. Tivemos de dar uma descarga para ajudar a jogar os dejetos no mar, o que agravou mais a situação de uma bacia já com um nível de depleção além dos limites de segurança. Com isso, os reservatórios a montante – Funil, Jaguará, Santa Branca, Paraibuna – estão mais baixos e com maiores dificuldades de recuperação. Isso mostra o acerto de um projeto como o que ora discutimos, que alcançaria também a operação de reservatórios.

O projeto contempla os 2 grandes campos de segurança de barragens. Temos a segurança na época da construção, de que os colegas já falaram com bastante competência. O setor elétrico tem regras próprias para garantir a segurança dos empreendimentos. Eles estão nos nossos manuais de diretrizes, disponibilizados no endereço eletrônico da ELETROBRÁS e no da ANEEL. Temos regras bastante rigorosas na parte de engenharia.

O projeto contempla também a parte de segurança para a operação. No caso de Cataguases, o que ocorreu foi basicamente um problema de má operação do reservatório.

Queremos dar algumas sugestões de forma para o projeto. Entre os arts. 1º e 3º, o projeto se refere mais à parte de segurança dos empreendimentos. Precisamos de uma forma que faça com que as condições do projeto não sejam únicas, mas sim mínimas e permitam que um instrumento legal com condições mais rígidas e rigorosas para a segurança seja utilizado prioritariamente. O projeto deixaria o que está ali como condições mínimas para alguns usos. Os usos específicos se reportariam a condições mais específicas e rígidas para a segurança dos seus empreendimentos. É o nosso caso. O setor elétrico é bem mais rigoroso do que o que está ali. Se ficarmos com aquelas condições como gerais, o projeto causará um reducionismo que não seria interessante para uma série de aplicações específicas.

Entre os arts. 4º e 6º, temos a aprovação das barragens por órgãos voltados para recursos hídricos. O setor elétrico tem um órgão específico para aprovação de empreendimentos. Esse órgão aprova tais empreendimentos com requisitos mais exigentes. Refiro-me à ANEEL. O projeto precisa também deixar que as aprovações sejam específicas para casos de aplicações específicas de barragens, e não generalizado. Se formos capacitar um órgão de recursos hídricos

– possivelmente a ANA – para aprovar barragens de usinas hidrelétricas, ele terá de ter um aparato muito grande e especializado só para aquele assunto. Talvez isso desvirtue um pouco o foco desse órgão ou as coisas não fiquem bem equacionadas.

O art. 7º leva a situação um pouco para uma retroatividade de ofertas de projetos e de informações. Em relação ao setor elétrico, o Prof. Canali disse que as nossas barragens voltadas para a produção hidrelétrica estão chegando a 100 anos. Na verdade, já temos barragens com mais de 100 anos. O Brasil começou a fazer aproveitamentos hidrelétricos entre 1880 e 1890 – e o aproveitamento hidrelétrico tem obrigatoriamente um barramento. Quer dizer, algumas pequenas barragens brasileiras devem estar chegando a 120 anos. Temos pequenas usinas ainda em operação e em plena forma. Desde que a barragem seja bem monitorada, é possível trocar o material que sofre desgaste. Uma barragem pode durar cerca de 300 anos. Não temos ainda histórico e literatura para saber a duração exata de uma barragem. Portanto, a importância de monitorar uma barragem é muito grande. E essa retroatividade pode causar algum problema.

No que se refere ao setor elétrico, temos hoje em torno de 560 usinas hidrelétricas. Dentre elas, temos cerca de 110 usinas de grande porte. As usinas acima de 30 megawatts são entre 460 e 465, usinas de pequeno porte. As usinas de pequeno porte normalmente têm barragens menores. As usinas de grande porte, via de regra, têm barragens maiores, com processos mais organizados, onde teríamos condições de oferecer as informações necessárias. Nas pequenas barragens e barragens antigas, seria realmente um procedimento extremamente difícil, mas não impossível. Depende do estabelecimento dessas condições pela Casa, apenas com conhecimento, de fato, do que poderão ocasionar na operação e no atendimento a essas condições.

Volto a afirmar que o projeto, para nós, é oportuno e muito legítimo.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) – Agradeço ao nosso expositor a participação.

Tivemos algumas ausências nesta reunião, mas reconhecemos as dificuldades de comparecimento das pessoas, convidadas na última hora, em função da pauta emergencial da Câmara dos Deputados. Os Parlamentares estão votando as emendas aglutinativas e estão na fase de ampla discussão e entendimento com os partidos políticos.

Agradeço a todos a presença. Registro a presença do Sr. Gilson de Oliveira Furtado, da ABRAGE, Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica, que havia solicitado o uso da pala-

vra. Pela delicadeza da sua presença, vou conceder a S.Sa. 4 minutos apenas, pois entraremos em votação logo em seguida. Gostaríamos de ouvir os Deputados Leonardo Monteiro e Fernando Ferro, autor do requerimento, para que possamos tirar proveito desta audiência pública.

Com a palavra o Sr. Gilson de Oliveira Furtado, que disporá de 4 minutos. Peço desculpas a S.Sa. pela urgência do tempo.

O SR. GILSON DE OLIVEIRA FURTADO – Muito obrigado, Sra. Presidenta.

A ABRAGE, Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica, filia hoje 80% das empresas de geração de energia elétrica brasileiras. Nossa posição é no sentido de que esse projeto de lei é de grande valia e necessidade para a sociedade brasileira. Queríamos ressaltar que o setor hidrelétrico do Brasil é altamente organizado, sendo que vários pontos deste projeto de lei já são realizados por nós. A título de exemplo – se a Sra. Presidenta e, depois, o Sr. Relator quiserem podem verificar —, os planos de segurança de barragens que as empresas do setor elétrico praticam são fiscalizados de maneira eficaz, rotineiramente, pela Agência Nacional de Energia Elétrica.

Queremos contribuir para este projeto de lei, principalmente quanto ao que dizem os art. 4º, 5º e 7º, que se referem à aprovação dos estudos, à disponibilização de dados para o agente fiscalizador e à apresentação de relatórios. Isso já é feito pela Agência Nacional de Energia Elétrica, no caso das usinas hidrelétricas.

O projeto de lei se refere muito ao órgão gestor dos recursos hídricos, ao qual as empresas concessionárias de energia elétrica deveriam apresentar esses dados. Tememos que, em alguns casos, possa haver dupla tributação e dupla fiscalização. Então, esse aspecto deveria ser melhor estudado e atribuída a fiscalização do setor hidrelétrico à ANEEL; a do setor mineral, ao DNPM; e, em alguns outros casos, à ANA.

Eram essas as nossas contribuições. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) – Agradecemos a colaboração, Sr. Gilson. Com certeza ela será muito útil ao projeto de lei.

Tem a palavra o nobre Deputado Fernando Ferro, autor do requerimento para realização desta audiência pública.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Parlamentares, senhores presentes, agradeço a todos a participação.

O objetivo desta audiência pública foi ouvir os diversos segmentos que tenham a contribuir no aperfeiçoamento do projeto apresentado. Nossa idéia é dialogar com esses segmentos. Por oportuno, sugiro aos

que queiram fazer alguma contribuição que o façam pelo *site* da Comissão de Minas e Energia, que está disponível para receber qualquer proposta de formulação por escrito. Já anotamos uma série de sugestões, mas ainda podemos receber outras pelo *e-mail* da Comissão, depois deste debate, bem como alguma outra preocupação, que acrescentaremos no relatório que pretendemos elaborar para este projeto de lei.

Temos obtido informações com algumas entidades de classe, com alguns segmentos ligados à área objeto do projeto de lei e sabemos, inclusive por vivência própria e por meio dessas informações, que, no âmbito do setor elétrico, uma série de sugestões aqui apresentadas já fazem parte das normas e procedimentos que estes empreendimentos exigem na sua construção. De certa maneira, poderemos até parecer redundantes, mas é importante formalizar esses procedimentos no texto da lei. Estamos buscando fazer uma adequação disso.

São pertinentes as precauções e as preocupações com as questões relacionadas à fiscalização. O projeto não contempla algumas preocupações de caráter ambiental, as quais deverão ser incluídas, principalmente na área mineral. Isso não deve ser competência exclusiva do DNPM, mas também da área de meio ambiente, uma vez que as externalidades de uma série de empreendimentos do porte desses aqui mencionados têm impactos ambientais que devem ser considerados. E além de analisarmos as consequências, os impactos, as externalidades dos empreendimentos, temos de levar em conta, também, em muitos empreendimentos, os seus aspectos positivos.

Temos sempre a tendência de verificar o aspecto negativo – por exemplo, de uma grande hidrelétrica – e, muitas vezes, esquecemos da série de contribuições que poderíamos obter.

No balanço que há de se fazer, somos dos que pensam ser importante buscar o lado positivo que muitos desses empreendimentos trazem agregado a problemas sociais. Existem ganhos sociais em alguns empreendimentos desse porte, como na área do turismo, da produção e da geração de renda e emprego. Existem também outras contrapartidas.

É de nossa responsabilidade externar situações muitas vezes esquecidas. No balanço social que se faz desses empreendimentos, geralmente alguns aspectos não são considerados. Digo isso porque tenho visão crítica quanto a uma série de intervenções praticadas na construção de barragens – intervenções com sérias consequências ecológicas, ambientais, sociais e culturais, como a inundação de sítios históricos.

Temos, porém, de levar em conta que esse balanço deve ser responsável e considerar os benefícios,

como a indústria de turismo que se gerou, por exemplo, nas regiões das barragens de Furnas, e as possibilidades de emprego ali criadas.

Outro exemplo é o dos projetos de irrigação de alguns empreendimentos muito criticados, mas que ofereceram à população oportunidade de melhoria de qualidade de vida. Acho que tudo isso deve ser levado em conta.

Do projeto que estamos discutindo, ainda será oferecido o relatório. Provavelmente incorporaremos no substitutivo o grosso das sugestões aqui trazidas. Poderemos até solicitar maiores esclarecimentos para aprimorar as sugestões apresentadas. O objetivo era exatamente o de ouvir as pessoas interessadas no tema e dizer que temos a responsabilidade de buscar uma legislação mais responsável e que responda da forma mais democrática possível aos conflitos fatalmente associados a qualquer iniciativa legislativa que envolva interesses de diversos segmentos. Temos de ter a capacidade de recolher as considerações que nos foram trazidas.

Estamos dispostos a dialogar. Por isso, solicitamos ao Presidente da Comissão um tempo maior para que, decorridos os prazos regimentais, ainda possamos ouvir outros segmentos.

As associações de geólogos manifestaram preocupação no tocante a aspectos geotécnicos e geológicos da construção de barragens, que dizem respeito a riscos de sismos e outras implicações de obra desse porte.

Por último, registramos que o Movimento dos Atíngidos por Barragens, ao qual solicitamos a presença, infelizmente não compareceu. Esperamos receber algum comentário, para que o projeto de lei possa refletir o conjunto dos interesses dos setores que estão no bojo do mérito da proposta aqui apresentada.

Com essas considerações, agradeço as manifestações e reitero que estamos abertos às contribuições. O e-mail da Comissão é comen@camara.gov.br. Apreciaremos qualquer sugestão enviada, para verificar a possibilidade de incluí-la no relatório que vamos elaborar.

Eram as considerações que tinha a fazer. Mais uma vez, agradeço a todos a presença e a contribuição para a formulação do parecer.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) – Antes de passar a palavra ao Deputado Hélio Esteves, agradeço ao Deputado Fernando Ferro – e toda a Casa conhece o seu trabalho e sabe que jamais relata um projeto sem se aprofundar no tema, discuti-lo e procurar contribuições para aperfeiçoá-lo.

Sabemos todos que V.Exa., Deputado Fernando Ferro, ao relatar esse projeto de lei, passou a dispor, por

meio dos depoimentos aqui apresentados, de informações que vão enriquecer, em muito, o seu trabalho.

Por fim, peço permissão para acrescentar o seu e-mail: depfernandoferro@camara.gov.br., que acredito também poderá ser utilizado para o recebimento de informações ou sugestões.

Com a palavra, então, o Deputado Hélio Esteves.

O SR. DEPUTADO HÉLIO ESTEVES – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros convidados, primeiro, parabeno o Deputado Leonardo Monteiro pela iniciativa de estabelecer normas e critérios tanto na construção como no monitoramento das barragens, e o Relator da matéria, Deputado Fernando Ferro.

De certa forma, concordo com o Presidente da ABRASO e com os demais expositores que se referiram às barragens do setor elétrico que têm seguido as normas, principalmente as construções de responsabilidade das empresas públicas, que seguiram rigidamente essas normas e que fazem o monitoramento dessas barragens, especialmente no que diz respeito às medições de deslocamentos.

É sabido que as empresas têm se esmerado em cumprir suas obrigações, dentro de normas estabelecidas no setor elétrico.

O que nos preocupa é o fato de termos no setor elétrico novos agentes privados que precisam dar seguimento a essa tradição, a esse procedimento que as empresas públicas de geração de energia têm buscado cumprir e que acreditamos que tem sido cumprido com rigor.

Como resultado disso, nossas barragens não têm apresentado grandes problemas para o meio ambiente e para a população em termos de risco de rompimento. Então, essa parte avançou bastante.

O que precisa ser normatizado e previsto em lei são justamente as penalidades para aqueles que serão os responsáveis por monitorar esse empreendimento, uma vez que, se não houver penalidades, pode haver relaxamento no cumprimento dessas normas. E é necessário que haja a previsão legal, para que essas normas sejam cumpridas.

Nesse sentido, parabeno o Deputado Fernando Ferro pela iniciativa.

Outra questão que nos preocupa é relativa à contenção de resíduos, aos aterros da mineração. Na exposição do Sr. Walter Lins, conseguimos perceber as limitações que tem o DNPM para fiscalizar plenamente a atividade da mineração nos locais onde ficam essas barragens de contenção de resíduos. O pior é quando se encerra a atividade mineral. Esse é o risco maior.

Pergunto: há obrigação de controle e acompanhamento dessas barragens de contenção de resí-

duos sólidos? Qual a previsão legal para o caso de não-acompanhamento?

É necessário que essa prática seja prevista na lei e que haja as penalidades em caso de não-cumprimento. É preciso haver, a partir do encerramento da lavra, da exploração mineral, a responsabilidade de se fazer o acompanhamento, para que não se repitam as tragédias que têm ocorrido com certa constância. Isso é objeto de preocupação de todos nós. Do contrário, as conseqüências passam a ser graves para o meio ambiente e, queira-se ou não, para todos nós, porque dependemos de um meio ambiente limpo e principalmente de água potável.

Inúmeros rios foram contaminados por atividades minerais e, principalmente, por falta de rigor no acompanhamento do trabalho de preservar as barragens de contenção de resíduos sólidos.

Então, nossa preocupação vai no sentido de melhorar a lei em relação ao acompanhamento da operação das novas barragens, especialmente os novos agentes que entraram no setor elétrico. E a lei tem de prever e abranger as mineradoras que, quando encerram suas atividades, deixam o local em risco de contaminação ou de rompimento dessas barragens.

Era o que tinha a expor. Mais uma vez, parabeno o Deputado Fernando Ferro e agradeço a todos a presença.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) – Com a palavra o Deputado Leonardo Monteiro, autor do projeto.

O SR. DEPUTADO LEONARDO MONTEIRO – Primeiro, Sra. Presidente, nobre Deputada Rose de Freitas, cumprimento V.Exa.; o Deputado Fernando Ferro, Relator do projeto; as Sras e os Srs. Deputados, os expositores e convidados presentes.

A importância desta audiência pública está demonstrada na contribuição que cada um dos senhores deu e está dando para a melhoria do nosso projeto.

Participei da Comissão Especial constituída à época do acidente em Cataguases, e uma das nossas preocupações naquele momento foi relativa às formas de fiscalização. Fizemos, então, várias visitas e audiências. Ouvindo os palestrantes, percebemos que há uma série de manuais e normas, inclusive no que diz respeito à construção de barragens. Percebemos também que faltam diretrizes de fiscalização e formas de fiscalização eficiente. Então, foi com essa preocupação que preparamos o projeto ora em exame.

Como anunciado pelo Relator, ainda vamos ouvir outros órgãos – e acreditamos importante incluir a ANA, que tem a responsabilidade do gerenciamento

de parte importante do setor, e também o Ministério da Integração Nacional.

Temos certeza de que, com todas essas informações, o Relator produzirá parecer que vai melhorar muito o projeto de lei.

Como disse o Deputado Hélio Esteves, é obrigação de qualquer empreendedor construir e manter suas obras de acordo com as normas técnicas. Até há pouco tempo, a grande maioria dos empreendimentos era de responsabilidade do Poder Público, hoje, porém, é cada vez maior a participação da iniciativa privada no setor. Então, há mais necessidade de termos uma legislação que dê essas diretrizes de fiscalização.

Parabenizamos a Comissão pela iniciativa de realizar esta audiência pública e todos os presentes. Esperamos ouvir outros setores envolvidos na questão – e já deixamos como sugestão representantes da ANA e do Ministério de Integração Nacional.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) – Antes de encerrar esta reunião, mais uma vez, agradeço aos Srs. Pedro Carlos Garcia Costa, Walter Lins Arcoverde, Gualter de Carvalho Mendes, Gilberto Valente Canali e Gilson de Oliveira Furtado os esclarecimentos e a boa vontade com que compareceram a esta Comissão. Tenham V.Sas. a certeza de que contribuíram muito para este debate e para o trabalho do Deputado Fernando Ferro.

Se mais alguma contribuição puder ser dada ao projeto, que a enviem por *e-mail*. Podem recorrer a esta Comissão. Tenho certeza de que o Deputado irá trazê-las ao debate do Plenário.

Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

52ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata Da Vigésima Oitava Reunião Ordinária de Audiência Pública Realizada em 18 de Setembro de 2003.

Às dez horas do dia dezoito de setembro de dois mil e três, reuniu-se a Comissão de Minas e Energia, no Plenário 11, do Anexo II, da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados José Janene – Presidente; Luiz Sérgio, Mauro Passos, Nelson Meurer e Paulo Bauer – Titulares. Deixaram de comparecer os Deputados Aroldo Cedraz, Dr. Heleno, Eduardo Gomes, Eduardo Sciarra, Fernando Ferro, Francisco Garcia, Gervásio Silva, Hélio Esteves, João Caldas, João Pizzolatti, Luiz Bassuma, Luiz Carlos Santos, Marcello Siqueira, Moreira Franco, Nicias Ribeiro, Paulo Feijó, Renildo Calheiros, Robério Nunes, Rose de Freitas e Sebastião Madeira. **ABERTURA:** Haven-

do número regimental, o Senhor Presidente cumprimentou os presentes e esclareceu que, conforme os requerimentos nºs 16 e 86, de 2003, dos Deputados Paulo Bauer e Eduardo Gomes, respectivamente, haviam sido convidados a debater sobre a situação do setor elétrico, no que se referia às empresas estatais e privadas distribuidoras e comercializadoras de energia elétrica no Brasil, os Senhores Paulo Cezar Coelho Tavares, Presidente da Associação Brasileira dos Agentes Comercializadores de Energia Elétrica – ABRACEEL; José Cláudio Cardoso, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Transmissão de Energia Elétrica – ABRATE; Luiz Carlos Silveira Guimarães, Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADE; Gilberto Aguiar, Representante da Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A – CELESC; Carlos Gutemberg Junqueira Alvim, Assessor de Relacionamento com o Poder Público da Diretoria de Distribuição e Comercialização da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG; e Acácio Massato Nakayama, Gerente Assistente do Diretor Adjunto na Área Comercial da Companhia Paranaense de Energia – COPEL Distribuição. Em seguida, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Paulo Cezar Coelho, que teceu considerações sobre o setor de comercialização de energia elétrica no País, com base na análise elaborada por Consultores da Área de Minas e Energia da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. Logo após, o Senhor Presidente agradeceu os esclarecimentos prestados e passou a palavra ao Senhor José Cláudio Cardoso, que teceu comentários sobre a ABRATE e concluiu que havia sobra de energia a curto prazo no País. Empós, o Senhor Presidente agradeceu os esclarecimentos prestados e passou a palavra ao Senhor Gilberto Aguiar, que informou que as distribuidoras haviam analisado o planejamento social a longo prazo mas, nem sempre, o haviam feito quanto aos problemas de curto prazo existentes no Setor, os quais acarretavam dificuldades para o desenvolvimento do Setor, durante o período referente ao Governo Federal anterior. Nesse momento, assumiu a Presidência o Senhor Deputado Paulo Bauer, que agradeceu os esclarecimentos prestados e passou a palavra ao Senhor Carlos Gutemberg, o qual apresentou a experiência vivenciada no Estado de Minas Gerais, inclusive os problemas referentes à geração de energia que afetam a distribuição, e afirmou que os riscos regulatórios, concentrados na distribuição, podiam vir a desestimular a realização de investimentos no Setor. Em seguida, o Senhor Presidente agradeceu os esclarecimentos prestados e passou a palavra ao Senhor Acácio Massato, que sintetizou a questão da distribuição e da comercialização, com

base na experiência paranaense, no setor de energia. Logo após, o Senhor Presidente agradeceu os esclarecimentos prestados e passou a palavra ao Senhor Luiz Carlos Guimarães, que defendeu que o racionamento de energia, ocorrido recentemente no País, teria sido causado por dificuldades enfrentadas na implementação do modelo do setor elétrico do Governo Federal anterior, afirmando, então, que o novo modelo do setor elétrico deveria passar por um período de transição, com regras que minimizassem aquelas dificuldades. Encerradas as exposições, o Deputado Paulo Bauer, no exercício da Presidência, agradeceu a presença de todos, em especial a dos Palestrantes, que tanto colaboraram para a compreensão do tema. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião às onze horas e cinquenta minutos, antes convocando reunião ordinária, para a próxima quarta-feira, às dez horas, no Plenário 16. E, para constar, eu, Damaci Pires de Miranda, Secretária, lavrei a presente Ata, que, depois de aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação no *Diário da Câmara dos Deputados*.
Deputado José Janene, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Janene)

– Havendo número regimental, declaro aberta a reunião de audiência pública para discussão da situação do setor elétrico, no que se refere às empresas estatais e privadas distribuidoras e comercializadoras de energia elétrica no Brasil, conforme os Requerimentos nºs 16 e 86, de 2003, dos Deputados Paulo Bauer e Eduardo Gomes, respectivamente.

Inicialmente, cumprimento todos os presentes, em especial os Srs. Adjarma Azevedo, Presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia – ABRACE; Paulo Cezar Coelho Tavares, Presidente da Associação Brasileira dos Agentes Comercializadores de Energia Elétrica – ABRACEEL; José Cláudio Cardoso, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Transmissão de Energia – ABRATE; Luiz Carlos Silveira Guimarães, Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADE; Gilberto Aguiar, representante das Centrais Elétricas de Santa Catarina – CELESC; Carlos Gutemberg Junqueira Alvim, Assessor de Relacionamento com o Poder Público da Diretoria de Distribuição e Comercialização da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG; Astrogildo Fraguiglia Quental, Diretor da Associação Brasileira de Concessionárias de Energia – ABCE; Acácio Massato Nakayama, Gerente Assistente do Diretor Adjunto na Área Comercial da COPEL Distribuição.

Dando continuidade à presente reunião, informo que a lista de inscrição para os debates encontra-se

sobre a mesa. O Deputado que desejar interpelar o expositor deverá registrar o seu nome.

Informo ainda que o convidado não poderá ser apartado no decorrer da sua exposição. Somente depois de encerrada a exposição os Deputados poderão fazer as suas interpelações, tendo cada um o prazo de 3 minutos. O interpelado terá igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo. *(Pausa.)*

Neste momento, convido o Dr. Paulo Cezar Coelho Tavares, Presidente da Associação Brasileira dos Agentes Comercializadores de Energia Elétrica – ABRACEEL, para tomar assento à Mesa e fazer a sua exposição.

Não seremos inflexíveis em relação ao tempo estipulado, que é de 10 minutos. Ele poderá ser excedido. O importante é que seja feita a explanação.

O SR. PAULO CÉSAR COELHO TAVARES – Bom-dia.

Ilustre Deputado José Janene; meus colegas de associação José Cláudio, da ABRATE, Luiz Carlos, da ABRADE, Gilberto Aguiar, da CELESC, Acácio Massato, representante dos amigos da COPEL; Sras. e Srs. Deputados; demais colegas do setor elétrico, em particular os Vice-Presidentes da ABRACEEL, aqui presentes, Dr. Walfrido Ávila e Dr. Max Xavier Lins; senhoras e senhores: em nome da Associação Brasileira dos Agentes Comercializadores de Energia Elétrica, ABRACEEL, entidade que congrega 19 empresas de variadas características, desde grupos multinacionais até empresas 100% nacionais, que acreditaram nas oportunidades de negócios abertas com a privatização do setor elétrico, agradeço o honroso convite feito pela Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados para participar desta importante audiência pública que discute assuntos do setor.

É público e notório que o setor elétrico atravessa momentos de dificuldades e indefinições. Portanto, a realização deste evento mostra, com clareza, que os Srs. Deputados estão dispostos a participar ativamente dos debates a respeito da realidade do setor. A participação do Poder Legislativo é absolutamente fundamental para que, em conjunto com o Executivo, possam ser encontradas alternativas que restaurem o equilíbrio necessário ao setor elétrico, de modo que se possa garantir a tão sonhada retomada do desenvolvimento econômico.

Os comercializadores de energia formam o segmento mais novo do setor elétrico. A ABRACEEL foi criada em 2000 e hoje, como já dissemos, congrega 19 empresas – cerca de 95% de toda a comercialização de energia do setor elétrico.

Por ser novo o segmento, nosso papel ainda não é muito conhecido. Mas é importante destacar o que fazem os comercializadores de energia. Na verdade, eles são os agentes incumbidos de viabilizar a competição da energia elétrica no varejo. Ou seja, são os agentes responsáveis por assumir riscos e viabilizar transações entre geradores, produtores independentes e consumidores livres. É importante destacar que esse segmento do setor elétrico está funcionando muito bem, ao contrário dos outros. Embora ele seja novo – foi criado em 2000 —, essa competição já viabiliza mais de 4 mil megawatts de consumidores livres de grande porte, mais de 100 grandes consumidores de energia, que, em vez de pagar tarifas reguladas, têm descontos de 10%, 15%, 20%, 30% – em alguns casos, até mais de 30% – nas tarifas de energia. Ou seja, é um segmento que, efetivamente, gera renda e empregos, ao viabilizar a redução de custos dessas empresas e o aumento da produtividade e da competitividade nos seus segmentos empresariais.

Então, embora os comercializadores tenham iniciado suas operações no bojo das reformas introduzidas no setor elétrico a partir de 1988, hoje cerca de 10% de todas as contratações do mercado atacadista de energia já são de responsabilidade dos agentes comercializadores de energia.

Há poucos dias encaminhamos à Ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, uma avaliação sobre a proposta governamental do novo modelo para o setor elétrico.

Vou aproveitar para deixar cópia desse conjunto de sugestões que a ABRACEEL encaminhou à Exma. Ministra Dilma Rousseff. Se o Presidente achar pertinente, solicito a S.Exa. que disponibilize esse documento aos demais integrantes da Comissão.

O tempo de minha intervenção é relativamente curto. De modo que, para permitir que outros palestrantes também exponham suas idéias, não vou me aprofundar no que a ABRACEEL pensa tecnicamente a respeito da proposta de novo modelo. Na verdade, não é um novo modelo e sim um documento de proposta de novo modelo. Mas não posso deixar de revelar minha dificuldade de entender como é que esse modelo vai sinalizar, ao mesmo tempo, a convivência entre um ambiente de contratação única, sem competição, e outro ambiente competitivo – as 2 coisas funcionando ao mesmo tempo, na mesma sala. É como se uma orquestra tivesse de tocar, simultaneamente, valsa e frevo. É complicado.

Aproveito minha presença e a de outros conselheiros e representantes de comercialização que aqui vieram prestigiar esta audiência pública para cumprir esta Casa pelo extraordinário trabalho do Dr.

Fausto de Paula Menezes Bandeira, consultor legislativo para a área de energia elétrica, autor do trabalho *Análise das Alterações Propostas para o Modelo de Energia Elétrica Brasileiro*. Trata-se, senhores, sem sombra de dúvida, da mais abrangente avaliação feita a respeito da proposta governamental de mudança no setor elétrico. A ABRACEEL comunga com a maior parte das conclusões do ilustre consultor legislativo desta Casa.

No tempo que me resta, vou comentar alguns aspectos do próprio documento do Dr. Fausto, já que vamos entregar ao Presidente cópia de nossas sugestões técnicas, que já foram enviadas à Ministra. Deixarei cópias com a secretária para que sejam disponibilizadas a todos os membros da Comissão.

Rapidamente, discutirei alguns aspectos. Não vou tirar meus comentários do documento da ABRACEEL, mas do documento intitulado *Análise das Alterações Propostas para o Modelo do Setor Elétrico Brasileiro*, de Fausto de Paula Menezes Bandeira, consultor legislativo da área de recursos minerais, hídricos e energéticos.

Ele começa, na folha 17, dizendo que o documento do CNPE, que sustentou essa proposta, diz que o atual modelo do setor elétrico não obteve resultados favoráveis no tocante a 4 pontos: modicidade tarifária; continuidade e qualidade da prestação do serviço, considerando especialmente a recente crise de abastecimento enfrentada no período de 2001/2002; ausência de incentivos à expansão do serviço; ausência de incentivos à universalização.

É importante destacar que o pilar do documento do Ministério são essas 4 conclusões. É que o antigo modelo, repito, não foi efetivo, no tocante à modicidade tarifária e à continuidade do fornecimento, e não houve incentivos à expansão do serviço e à universalização.

Então, o primeiro ponto que ele comenta, com o qual concordamos, é que a primeira e a terceira premissas são parcialmente contraditórias. Ora, se a tarifa não está barata, está cara. Se ela está cara, é óbvio que existem incentivos a investimentos na expansão do sistema. Essas 2 coisas não podem conviver simultaneamente.

Há outro ponto interessante, que destrói um pouco um paradigma que, de tanto ser repetido, as pessoas começam a acreditar que seja verdade. Todos dizem que a energia elétrica, no Brasil, subiu mais do que qualquer índice de preços. Se pegarmos o documento denominado *Balanço Energético Brasileiro 2002*, disponível na Intranet, na página do MME, observaremos justamente o contrário. Na tabela 7-9, preços médios constantes de fontes de energia, que é preço ao con-

sumidor com imposto em moeda nacional corrente, convertido a real constante de 2001 pelo IGP, consta que as tarifas de energia elétrica para consumidores industriais praticadas em 1986 eram de 314 reais por megawatt/hora; em 2001, de 82,2 reais por megawatt/hora – portanto, 75% menores. Concluimos, então, que o item 1 da premissa que sustenta o documento do Ministério não encontra respaldo no documento do próprio Ministério que está na Intranet, sobre as séries de tarifas. É um ponto que deve ser analisado.

Alguém poderá dizer que isso é só para o setor industrial, que houve um subsídio cruzado. Mas vamos ver o que ocorre no documento do MME, em relação a consumidores residenciais. Tarifas praticadas em 1986, 1994 e 2001, devidamente corrigidas para a moeda corrente de 2001, são de, respectivamente, 395 reais por megawatt/hora, para 1986; 194 reais por megawatt/hora para 1994; e 179,8 para 2001. Portanto, houve uma redução de 54% entre 1986 e 2001, também para a tarifa residencial.

Conclusão: de acordo com o próprio documento do MME, descontada a inflação, houve, ao contrário do que sustenta a premissa da nova proposta de modelo, expressiva redução tarifária do setor elétrico nacional.

Este é o primeiro ponto que quero ressaltar, Sr. Presidente: qualquer proposta de mudança – sabemos isso de nossas empresas – passa por um diagnóstico efetivo da situação. E, claramente, as premissas têm problemas de consistência entre elas mesmas e de sustentação individual.

Outro aspecto importante é que o novo modelo propõe um planejamento determinativo para todos os agentes, inclusive os privados. Nesse sentido, o documento do ilustre consultor legislativo, na folha 20, transcreve o art. 174 da Constituição Federal, que define que o planejamento é função estatal.

“Art. 174. Como agente normativo regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.”

É preciso fazer algo na Constituição ou mudar essa proposta inicial.

Também é importante destacar um ponto interessante: uma das premissas do novo modelo é obrigar as distribuidoras a ter todo o arcabouço do ambiente de contratação obrigatória onde não há competição; obrigar a distribuidora a prever mercado com 5 anos de antecedência. Se não o fizerem, elas serão punidas. Não está especificada, ainda, a multa, mas é

importante destacar que, em dezembro de 2002, o operador nacional do setor elétrico, órgão com competência reconhecida em previsão de mercado, fez uma previsão para o mercado do Sul e do Sudeste, que já no mês de março – ou seja, 3 meses após a previsão feita em dezembro de 2002 – apresentava desvio de 8,5% entre o valor projetado 3 meses antes e o valor efetivamente realizado.

Senhores e senhoras, como uma distribuidora vai prever qual será o seu mercado em agosto de 2008? Acho que nem com bola de cristal, já que sabemos que mercado depende de variável macroeconômica – PIB, entre outras. Para não me alongar, lembro aos senhores que o próprio Governo, no começo do ano, tinha uma sinalização de PIB; hoje vivemos outra realidade. Então, é normal que haja desvios entre mercados previstos e realizados.

Para concluir, destaco que a transição de um modelo da indústria de energia elétrica para outro exige o desenvolvimento de uma série de instrumentos legais, comerciais e institucionais específicos. Isso implica custos significativos para a sociedade, que só se justificam pela percepção de que a mudança possibilitará maior eficiência na utilização dos recursos e, conseqüentemente, menor custo de energia para os consumidores. Não temos garantia alguma de que isso ocorrerá. Ao contrário, o quadro que o setor elétrico apresenta... Sempre fomos acostumados a ter incertezas quanto ao presente e ao futuro. Convivemos com incertezas no campo regulatório, inclusive quanto ao passado. Nós, agentes comercializadores, não conhecemos as regras do passado. Se formos ao regulador e perguntarmos objetivamente que regra se aplica a essa contratação de energia... Temos associados que estão há 2 anos rodando no regulador para tentar descobrir que regra deveria ter sido aplicada no negócio feito há 2 anos. É uma situação absolutamente surrealista, que aumenta a percepção de risco do setor, afugenta, sem dúvida, os investidores e certamente não trará coisas boas para o País, a longo prazo.

Sr. Presidente, para ater-me ao tempo, concluo citando o último parágrafo da conclusão do documento que analiso – é o documento do consultor. Em suma, considerando as relevantes conseqüências de curto, médio e longo prazos envolvidos, propostas de alterações institucionais no modelo do setor elétrico nacional devem estar embasadas em estudos mais precisos e detalhados do que os que provavelmente subsidiaram o documento divulgado pelo MME. Tais estudos deveriam ser realizados no âmbito da estrutura de planejamento que o MME propõe implantar ou produzidos por estrutura específica, como a utilizada no Projeto RESEB.

Registro que a visão dos comercializadores de energia no País... É um segmento absolutamente bem-sucedido, que em curtíssimo prazo – em apenas 3, 4 anos – viabilizou expressiva, real e mensurável redução de custo para importantes segmentos da indústria nacional.

Como já destaquei, temos cerca de 3 mil megawatts de carga que compram energia 30%, 35%, 20% mais barata. Isso se reflete em produção de renda, emprego e riqueza para o País.

Vejo com muita preocupação a forma como evoluem essas discussões quanto ao modelo.

De forma geral, entendemos que esse modelo é igual àquele filme de Spielberg: *De Volta ao Futuro*. Só que o futuro está lá atrás, tempo em que o setor elétrico era todo de intervenção estatal, o investidor privado ficava sempre ao sabor do governante de plantão, as regras eram completamente instáveis. É o cenário que, infelizmente, se desenha hoje.

Termino dizendo que estamos absolutamente otimistas. O Brasil já deu provas, várias vezes, de que consegue dar a volta por cima nas dificuldades. Entendemos que o Ministério tem a intenção de fazer o melhor para o País. É isso que nos deixa absolutamente otimistas. Sabemos que as dificuldades e os desacertos iniciais serão corrigidos em bom tempo pela Ministra Dilma Rousseff, que saberá fazer o melhor para o País.

Muito obrigado, Sr. Presidente, senhoras e senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bauer) – Agradecemos ao Sr. Paulo Cezar Coelho Tavares, Presidente da Associação Brasileira dos Agentes Comercializadores de Energia Elétrica – ABRACEEL.

Convidamos o Sr. José Cláudio Cardoso, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Transmissão de Energia Elétrica – ABRATE, a fazer uso da palavra. S.Sa. terá 10 minutos para sua exposição.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO CARDOSO – Sr. Presidente, Deputado Paulo Bauer; Srs. Deputados; meus colegas Paulo Cezar, Luiz Carlos, Gilberto Aguiar, Acácio Massato e Carlos Gutemberg; senhoras e senhores: vamos fazer alguns comentários sobre a ABRATE.

Trouxe um *PowerPoint*. Talvez seja possível exibi-lo.

Enquanto tentam acertar o computador...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bauer) – Pode ter certeza de que não é problema elétrico. Nós já descobrimos que luz há. O que falta é a outra tecnologia.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO CARDOSO – Tentarei fazer algumas observações com base nas transpa-

rências. Depois, se for o caso, repassaremos alguma coisa aqui.

(Segue-se exibição de imagens.)

A ABRATE foi criada em junho de 1999. O início de seu funcionamento foi em fevereiro de 2000. Tenho o prazer de dizer que a nossa sede é em Florianópolis. Representamos a CE, a CEMIG, a CHESF, a COPEL, a CETEP, Furnas, a ELETRONORTE e a ELETROSUL. Temos 100 mil quilômetros de linha de transmissão do País. Isso representa 52% do total de linhas de transmissão, englobando, inclusive, as linhas de 138 KV. Quanto às linhas de contenção acima de 230 KV, ou seja, da rede básica, sob coordenação da ABRATE, temos 76 mil quilômetros de linha, ou seja, 93% da rede básica do sistema brasileiro.

É interessante sempre termos em mente as características do sistema elétrico brasileiro para que, em qualquer análise de mudança de modelo ou de modelo... Enfim, é muito importante que entendamos estas características: grande potencial hidroelétrico, com diversidade hidrológica, por meio das várias regiões; geração longe dos centros de carga; sistema de transmissão extenso, como já dito anteriormente; interligação da geração aos centros de carga; interligação entre bacias e regiões.

Com a evolução física do sistema elétrico brasileiro, houve inicialmente – isso lá nos primórdios – o atendimento a cidades, microrregiões. Ou seja, tínhamos basicamente sistemas isolados. Na sequência, esses sistemas isolados começaram a se interligar. Depois vieram as interligações entre os Estados da Federação; em seguida, as interligações entre as regiões; e hoje já temos interligação internacional.

Essa evolução, como resultado, trouxe racionalização de reservas para o sistema; aumento da segurança e do suprimento – não só da segurança como da qualidade do suprimento; otimização energética, um dos ganhos do País em função de assistência à rede de transmissão e da característica hidráulica do sistema; postergação de investimento pelo simples fato de as transmissoras nada mais serem, nesse modelo, nesse contexto, do que geradoras virtuais de energia, pois conseguem otimizar os vários reservatórios, podendo-se, com isso, postergar investimento; e redução do custo da energia gerada.

Essa configuração mostra os subsistemas – Norte, Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul – e suas respectivas capacidades de intercâmbio. A imagem está prejudicada, mas os dados estão na transparência e ficarão à disposição de todos.

Como resultado da integração do sistema (interligação Sul, Sudeste e Centro-Oeste, por exemplo), obtivemos, por meio do sistema de transmissão (são

dados de 1997; ainda não foram atualizados), ganho de 24% da energia produzida, o que corresponde a um faturamento de 3,1 bilhões de reais e postergação de 9,8 bilhões de investimentos.

Quanto à interligação Norte/Nordeste, pode-se dizer que se obteve receita adicional anual de 600 milhões de dólares. Os números acima mencionados também são em milhões de dólares. Ou seja, houve faturamento de 3,1 bilhões de dólares e 9,8 de investimentos evitados.

Evolução da organização do setor elétrico. Até a década de 50, predominância de empresas privadas e estrangeiras; de 1950 a 1960, criação de empresas federais estatais, criação do CCOI, por regiões – isso de modo informal; em 1973, criação do GCOI e do CCON; em 1982, criação do GCPS (acho que todos estão familiarizados com esses nomes); em 1995, início da mudança de modelo; em 1996, criação da ANEEL; em 1998, criação do MS Domain; e em 2003, início da nova mudança do modelo.

O nosso modelo tradicional caracterizou-se por: setor regulado; empresas verticalizadas; predominância de empresas públicas; contratos bilaterais nas áreas de atuação; operação coordenada pelo GCOI e pelo CCON e executada pelas empresas; planejamento elaborado no GCPS, com coordenação da ELETROBRÁS e participação ativa das empresas. Porém, houve também problemas: contenção de tarifas, o que prejudicou muito o setor; inadimplência, favorecida pela antiga remuneração garantida – a CRC, se não me engano. As empresas tinham como garantia remuneração de 10%. A contenção de tarifas levava as empresas a ter uma remuneração muito menor. Isso dava crédito a essa empresa perante a União. Conseqüentemente, as empresas não pagavam contas, porque tinham crédito a receber. Era uma confusão total. O problema só foi resolvido em 1993, com a Lei nº 8.631. O Governo teve de equalizar o setor, com dispêndio aproximado de 30 bilhões de dólares, na época.

Podemos ver o modelo de mercado que teve início a partir de 1995: energia como *commodity*, desverticalização de geração, transmissão e distribuição, competição nas atividades de geração e comercialização, atividades de transportes reguladas, privatização de empresas, maior participação do capital privado e ambiente separado para a operação do sistema e contabilização de intercâmbio com a criação do ONS e do MAE. É muito importante que isso permaneça dessa maneira, em função da desvinculação da operação do aspecto comercial.

Temos de reconhecer que não podemos simplesmente chegar aqui e fazer uma crítica velada e até inconseqüente de que o modelo não funcionou, porque

ele não foi implementado completamente. Ele ficou pelo meio, e no meio a coisa realmente ficou muito ruim.

Como a implementação do modelo ficou pelo meio, o GCOI, órgão que fazia a coordenação da operação, acabou sendo substituído pelo ONS, mas o GCPS, que fazia o planejamento do sistema, ficou completamente desarticulado, apesar da criação do CCPE, que, vinculado ao Ministério de Minas e Energia, sofreu com a troca constante de Ministros e Secretários, cada um com suas idéias – enfim, o planejamento realmente deixou a desejar. A mudança do modelo levou a um planejamento não determinativo mas sim indicativo. Para a transmissora, por meio de uma portaria, passou a ser determinativo, porém não para a geração.

Isso provocou atraso na expansão. Tivemos, em seguida, racionamento – de que todos nós participamos –, dificuldades na contabilização de intercâmbio, que foram os problemas que ocorreram no COMAE, centralização exagerada da operação, que é um dos pontos dos quais as transmissoras entendem que realmente devem participar. Aliás, estamos participando; não há como desvincular essa operação centralizando-a completamente no ONS. O ONS é um órgão imprescindível para a operação desse sistema. A otimização energética sob a coordenação do ONS é um dos maiores ganhos que teve o sistema brasileiro. Porém, entendemos que a participação das transmissoras na operação deve ser mais bem caracterizada e mais bem definida.

Resistência à plena implantação do modelo. As empresas, a partir de determinado momento, já reagiram com relação a fazer a desverticalização, a própria venda de ativos etc. Com tudo isso, a elevada percepção de risco pelos investidores fez com que os investimentos se paralisassem.

Quanto às transmissoras, passaram a ser uma disponibilizadora de ativos de transmissão para o sistema. Esse é o papel legal da transmissora no modelo vigente, mas ela não tem como desvincular sua participação na operação. Por isso, esse é um ponto que temos de discutir muito, o que estamos fazendo com o Ministério.

Receita assegurada proporcional ao valor do ativo. Investimento. Desde o momento em que se vence uma licitação, passa-se praticamente a ter remuneração garantida. Concessão de novas instalações precedidas de licitação, por meio de leilões, pela menor tarifa. Forte participação de investidor privado. Ou seja, podemos dizer que o modelo adotado para transmissoras, não se considerando pequenos detalhes, é um modelo bem-sucedido, tanto que está sendo a base para a proposta de alteração para a geração.

Os problemas. Ficamos realmente com um “mico” na mão, principalmente as empresas representadas pela ABRATE, que são as empresas antigas do sistema. Quanto aos ativos antigos, pelo processo de separação, visando-se à venda das empresas, à privatização, ficaram com a transmissão remunerações absurdamente baixas. A ABRATE já teve oportunidade de elaborar um documento em que mostra a remuneração dessas grandes empresas de que falei: no caso de algumas, em torno de 2%; no de outras, negativa. Hoje, a situação melhorou um pouco, no começo era muito pior. Mesmo assim, estamos discutindo isso. Temos de resolver esse problema da remuneração dos ativos antigos das empresas estatais.

Mecanismo da parcela variável é outro ponto que estamos discutindo. Na criação do novo modelo, foi estabelecida uma espécie de penalização para a indisponibilização de ativos. Se for retirado um equipamento para se fazer manutenção, enquanto ele estiver desligado perde-se o faturamento relativo a ele. Se o motivo for uma falha de operação, o que não é incomum, e o equipamento, por exemplo, ficar desligado durante 4 horas e 40 minutos, perde-se o faturamento do mês daquele ativo. São penalizações que podem inviabilizar empresas. Entendemos que os ativos antigos não foram planejados, levando-se em conta essa variável. Nesses leilões de linhas de transmissão, a iniciativa privada, ao compor seu preço, hoje já leva em consideração isso, mas os ativos antigos nunca foram pensados dessa maneira.

Outro problema muito sério para a operação do sistema é o compartilhamento de instalações. Impuseram-nos o seguinte: se alguém ganha uma licitação, temos de abrir a porta da nossa casa, o sujeito entra lá. Colocar gente lá dentro, usar o serviço auxiliar, interferir na operação, isso não funciona. Em se tratando de operação de sistema, isso pode trazer problemas de grandes conseqüências, inclusive para o sistema, principalmente no caso de rede básica.

A indefinição das responsabilidades na expansão das conexões com as distribuidoras é um problema muito sério, principalmente no Estado de São Paulo. É bom que isso seja discutido. A ANEEL emitiu 2 resoluções: a nº 433, que depois foi flexibilizada pela Resolução nº 489, tirando a responsabilidade das transmissoras e passando-a para as distribuidoras, a fim de que expandissem a conexão do sistema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bauer) – Dr. José Cláudio, peça a V.Sa. que abrevie sua exposição, pois já alcançou o vigésimo minuto.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO CARDOSO – Já, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bauer) – Sim.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO CARDOSO – Desculpe-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bauer) – O tema energia é complexo.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO CARDOSO – Além disso, aqui na frente nos empolgamos.

Sobre o problema das conexões, Sr. Presidente, com relação à transferência de ativos, tanto as distribuidoras quanto as transmissoras não vêem necessidade de que esses ativos sejam passados para as distribuidoras.

Quanto ao papel das transmissoras no planejamento da expansão e na operação do sistema, entendemos que esse planejamento deva existir, ser resgatado o mais rápido possível; porém, não deve ser criado um órgão centralizador, e sim utilizada a competência das empresas hoje existentes, considerando suas características regionais, para que esse planejamento seja realmente efetivo, como acontecia, no passado, por meio do GCPS. Não é nada mal retomar algo que funcionava.

A respeito do modelo proposto, há preservação da participação privada na expansão do sistema; mitigação de risco; desverticalização das distribuidoras (foi mantida); contratação de energia em *pool*. Aliás, isso não é novidade. Quem é do sul do Brasil deve lembrar-se de que, em 1973, foi assinado o famoso “contratão” – se bem que alguns aqui não se lembrarão disso, pois são mais novos. A ELETROSUL exercia o papel de *pool*: fornecia para a COPEL, para a CEEE e para a CELESC. Era algo muito parecido com o que se está propondo hoje, em termos de *pool*: planejamento determinativo; adoção, na geração, de modelo similar ao da transmissão (como eu disse, foi bem-sucedido); e blindagem contra as inadimplências, ou seja, os contratos de garantia.

Os novos órgãos: a FEPE e a ACEE, que faziam a comercialização, e o Comitê de Monitoramento.

Perspectivas e riscos institucionais: detalhamento do modelo que está sendo discutido; alteração de marcos regulatórios (no nosso entender, será necessária a alteração de alguns); transição do modelo atual para o novo; paralisação das atividades de planejamento (temos de retomar isso o mais rápido possível, senão, no futuro, isso não será viável); sistema de financiamento da expansão; e atratividade para investimento privado na geração.

Riscos operacionais: atraso na expansão da geração e/ou transmissão, com as conseqüências; falta de qualidade no planejamento (ele tem de ser muito bem-feito); modelo de operação do sistema (necessi-

dade de participação integrada com o ONS e transmissoras); e falta de energia ou desligamento.

Sr. Presidente, eram essas as nossas contribuições. A ABRATE agradece à Comissão a oportunidade de participar deste evento. Estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bauer)

– Muito obrigado, Dr. José Cláudio Cardoso, pelos esclarecimentos e informações.

Convidamos agora, para que faça sua exposição, o Sr. Astrogildo Quental, Diretor da Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica – ABCE. (Pausa.) Ausente.

Faço o seguinte esclarecimento: como autor do requerimento concernente a esta audiência pública, informo à Secretaria da Comissão que todas as empresas estatais distribuidoras de energia deveriam ter sido convidadas, mas houve um problema de comunicação e foi remetido o convite apenas para a CELESC, a CEMIG e a COPEL, que são as maiores. Acabaram sendo convidadas apenas essas. Por isso, em nome da Comissão, peço desculpas ao setor por não terem sido convidadas todas, muito embora a nossa intenção fosse, uma vez presentes aqui, eleger, no horário da audiência, uma delas para falar em nome de todas. Como apenas 3 foram convidadas, tomamos uma decisão democrática: daremos de 5 a 10 minutos para cada uma, não mais que isso, para que façam a exposição. Assim, guardamos relação com o tempo concedido aos demais. Não deixaremos que ultrapassem esse tempo, senão passaremos da hora, e as que não vieram terão, evidentemente, o direito de fazer um grande protesto. Em todo caso, tenho certeza de que os presentes falarão, e muito bem, em nome de todos.

Chamarei primeiro, para que não reste dúvida sobre a postura deste Presidente de preferência pelo seu Estado, o representante da CELESC, Sr. Gilberto Aguiar. Posteriormente chamarei o representante da CEMIG e, finalmente, o da COPEL.

Tem a palavra o Sr. Gilberto Aguiar.

O SR. GILBERTO DOS PASSOS AGUIAR – Inicialmente, cumprimento o nosso caro Deputado Paulo Bauer, ex-Governador do Estado de Santa Catarina, Vice-Governador, Presidente do Grupo Executivo de Energia de Santa Catarina – GENESC e oriundo do setor elétrico também. Quando estava na ERUSC, empresa de eletrificação rural, já antevia parte da universalização. Hoje, o Estado de Santa Catarina tem praticamente 98% de eletrificação, graças ao Deputado Paulo Bauer, quando estava à frente da Eletrificação Rural de Santa Catarina.

Cumprimento também os colegas do setor elétrico.

Devo dizer-lhes que não vim preparado para fazer uma palestra, até porque estou representando o Dr. Carlos Schneider, que está em missão na Europa, tratando de fontes alternativas, energia eólica, PCH. Deixarei algumas observações de caráter particular, como catarinense que tem vivência de 26 anos no setor elétrico, nas Centrais Elétricas de Santa Catarina, uma empresa estatal verticalizada, mas que está sendo quase que obrigada a desverticalizar.

A desverticalização é algo que nos está preocupando, haja vista que temos, hoje, apenas 7% da geração de energia elétrica. A compra de energia é mais da TRACTEBEL, ELETROSUL e Itaipu. Temos contrato amarrado até 2006, com pequena folga. Vejam bem, estamos no meio desse novo modelo praticamente com os consumidores cativos. Aliás, o nome “cativo” já é complicado, porque dá a impressão de cativo. Quanto aos livres, realmente, como ninguém é produtor independente, estamos com um problema sério: como, tendo apenas 7% de geração de energia, competir nesse mercado?

Quanto aos custos gerenciáveis, estamos fazendo o máximo possível. Hoje, se pegarmos os custos não gerenciáveis, que seriam 51% da compra de energia, mais 28% de custos intra-setoriais, sobra-nos uma parcela de 20%, 22% de custos gerenciáveis. Temos hoje, na distribuição, a menor perda do setor elétrico, 5%. Mesmo assim, não está fácil fechar o caixa.

Sempre digo para o nosso colega que ninguém mais está na terceira dimensão, já entramos na quarta dimensão. E ninguém está entendendo por quê. Por mais que fiscalizem os nossos custos gerenciáveis, as nossas despesas operacionais, e supondo que consigamos pagar em dia os nossos fornecedores, não está fácil de administrar, a coisa não está ficando boa.

Outra preocupação nossa, Sr. Deputado, é com as linhas de crédito. Nós, como empresa estatal, praticamente não temos linha de financiamento, até por problema de legislação. Fica difícil entrar num mercado como esse, porque, quando temos que correr, temos que correr para um banco. E os custos – V.Exas. sabem disto —, no momento de socorro, na rede bancária, são complicados.

Como foi mostrado pelo Dr. Cezar Coelho, o novo modelo, o *pool*, apresenta-se para as distribuidoras estatais com muitas incógnitas. Não podemos ir para o *pool*, porque até 2006 temos energia comprada. Como vamos para o *pool* se não sabemos se a própria TRACTEBEL vai fornecer um pacote de energia de megawatt/hora, em reais, mais barato ou mais alto que o do *pool*? Vamos para as comercializadoras? Ou seja, isso apresenta-se como algo muito complexo.

O novo, para mim, deve nascer com regras claras. A criança nasce com liberdade, sorrindo para o mundo. Penso que já estamos entrando no novo meio mal-humorados. Entendo que este seria o fórum ideal para sensibilizarmos os Deputados, e também o Ministério de Minas Energia, a fim de que olhem para as distribuidoras, principalmente as estatais. Com suas amarras, provavelmente não sobreviverão. Não sou contra o modelo, contra comercializadoras, contra transmissoras. Aliás, somos parceiras da TRACTEBEL, da ELETROSUL e de outras transmissoras. A questão é que deve haver um meio-termo, até porque a verdade sempre está próxima do meio do caminho.

As nossas distribuidoras estatais, ao longo do tempo, sobreviveram e muito atenderam o lado social, como V.Exa. sabe, e tinham uma política de longo prazo, 100 anos. Faço comparações com os meus colegas relativas à teoria administrativa. Refiro-me ao taylorismo, a Max Weber. Agora é a tecnologia da informação. Tentamos fazer um modelo de gestão, como o que estamos implantando na empresa, considerando resultado, é uma coisa enxuta. Temos de fazer a seguinte análise: estamos indo bem na gestão, na tecnologia da informação, no que diz respeito à era do conhecimento, porém, não está sobrando dinheiro; na média, não estamos bem. Dizia um professor meu que, às vezes, estamos com os pés no gelo e com a cabeça sob o sol. A cabeça queimou; nos pés deu gangrena; agora, o umbigo – a média – está bem. Então, na média, estamos bem, mas, se olharmos para o sol, e queremos olhar para o sol, realmente vamos nos dar mal.

Sr. Presidente, falei mais filosoficamente, mas quero exprimir a preocupação de uma empresa distribuidora que, ao longo do tempo, brigou pelo lado social e considerou o planejamento a longo prazo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bauer)

– Muito obrigado, Sr. Gilberto Aguiar, que usou exatamente 7 minutos. Continua comportado como todos nós catarinenses. Parabéns.

Ouviremos agora o representante da CEMIG, Sr. Carlos Gutemberg Junqueira Alvim.

O SR. CARLOS GUTEMBERG JUNQUEIRA ALVIM – Bom dia, Deputado Paulo Bauer.

Em primeiro lugar, em nome do Presidente da CEMIG, Dr. Djalma, agradeço à Comissão o convite para participarmos desta reunião tão importante, a fim de mostrarmos algumas preocupações da CEMIG com relação ao novo modelo.

O tempo é extremamente curto, de forma que o meu material, uma síntese, será sintetizado ainda mais.

A CEMIG, como todos sabem, é uma empresa integrada – geração, transmissão e distribuição. Temos preocupações nessas 3 áreas com relação ao novo modelo, a tudo o que tem sido divulgado e ao que temos analisado sobre a proposta do Ministério. Temos interagido, através das associações das quais participamos, com o próprio Governo.

Destaco alguns pontos mais relevantes. Primeiro, algo que nos preocupa e que precisa ser equacionado na discussão e na implantação do novo modelo é a autocontratação. O modelo prevê a impossibilidade da autocontratação. Temos de encontrar uma forma de equacionar os impactos disso.

Outro item que nos preocupa bastante é a enorme quantidade de encargos, tributos e impostos existentes no setor como um todo. Isso dificulta enormemente que se atinja um objetivo que está declarado de maneira muito clara no modelo, a modicidade tarifária, o que também perseguimos. Tem de ser discutido como diminuir esses encargos.

Vamos falar um pouco da geração, depois falaremos da distribuição. Preocupa-nos a exposição que está na proposta do Ministério. Ao fim das concessões de geração, devemos licitá-las novamente. Esse é um ponto que precisa ser bem equacionado, bem discutido, senão teremos problemas de sucateamento do nosso parque gerador. A renovação dessas concessões deve levar em conta os custos de operação e manutenção, de remuneração de valores residuais, a depreciação, investimentos futuros.

Outro aspecto importante é a formação de tarifas para geração, para as usinas cuja construção se iniciou na vigência do modelo de competição em vigor. Precisamos encontrar uma forma de definir tarifa que não comprometa aqueles investimentos já realizados ou que estão sendo realizados.

Um ponto também relevante é que o proposto *pool* deveria absorver a energia das usinas em construção no modelo anterior apenas após o equilíbrio do mercado, já que hoje temos uma sobra considerável de energia no sistema.

O item previsto sobre revisão tarifária para a geração é algo que nos preocupa também, porque temos vivido, como distribuidoras, a experiência dessa revisão. Neste ano, em abril, ocorreu na CEMIG a revisão tarifária, e vimos a dificuldade, a incerteza, a subjetividade que esse processo de revisão traz. Isso certamente dificultaria muito os investimentos de geração. Se o investidor não sabe exatamente como se dará essa revisão, isso pode comprometer um dos objetivos do modelo, que é garantir, para os próximos anos, o suprimento de maneira tranqüila, de maneira estável.

Quanto à distribuição, há uma preocupação muito grande da nossa distribuidora relativamente ao aspecto dos riscos regulatórios, especialmente os concernentes a inadimplência e projeção de mercado, já mencionados pela ABRACEEL. Esses 2 casos se encontram na proposta do Ministério, o que aumenta consideravelmente o risco das distribuidoras. É algo que tem de ser repensado, porque pode comprometer o funcionamento do modelo e desestimular fortemente a continuação dos investimentos em distribuição. Esse ponto é muito importante.

Outro item fundamental, que eu não diria estar ligado diretamente ao modelo, mas que com ele tem uma relação forte, é a capitalização das empresas. Quer dizer, para se fazer a transição para um novo modelo, é preciso que as distribuidoras estejam numa situação melhor do que aquela em que estão hoje, é preciso que se siga nesse caminho que estamos trilhando juntos com o BNDES para tentar capitalizar as empresas distribuidoras.

Menciono especificamente um problema da CEMIG. Nesse processo de capitalização que está sendo discutido, negociado com o Governo, a CEMIG tem ainda a receber do BNDES cerca de 1 bilhão de reais em decorrência de um financiamento resultante ainda do acordo geral do setor, feito no ano passado, quando as empresas, a partir desse acordo, estavam sendo ressarcidas, por intermédio desse financiamento, das perdas decorrentes do racionamento. Até agora, a CEMIG não conseguiu receber os recursos decorrentes desse financiamento.

Isso também está em negociação. Consideramos que, se não houver saúde financeira para as distribuidoras, a transição para o novo modelo fica muito difícil, para não dizer impossível. É preciso que equacionemos também esse aspecto.

Cito outro ponto, para concluir a parte da distribuição. A importância de se prever na regra a concatenação das datas de reajuste da energia comprada com reajuste tarifário ou compensação, via CVA. Essa concatenação é fundamental para garantir a saúde financeira das distribuidoras.

Já foi mencionada aqui a questão do *mix* nacional de energia, muito própria para Minas Gerais. Hoje, temos um *mix*, um preço de geração relativamente baixo, e precisamos ver como o modelo resolverá a questão de, na condição de gerador, vendermos a um preço "x" para um *pool* e, depois, comprarmos desse mesmo *pool* a um preço mais alto. Essa é uma questão ser equacionada e é extremamente importante para a CEMIG, para os consumidores e para o Estado de Minas Gerais como um todo.

Não trouxe o documento que tenho em mão em disquete ou em CD, mas me comprometo a, até sexta-feira, encaminhá-lo à Comissão.

Encerro agradecendo mais uma vez a todos esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bauer) – Muito obrigado, Sr. Carlos Gutemberg Alvim.

Ouviremos agora o Sr. Acácio Nakayama.

O SR. ACÁCIO MASSATO NAKAYAMA – Bom dia a todos. Quero cumprimentá-los pelo brilhante trabalho desenvolvido no setor elétrico.

Em nome da Companhia Paranaense de Energia – COPEL, agradeço a oportunidade de poder expressar a nossa posição relativamente ao modelo do setor elétrico.

Até pela exigüidade do tempo, não vou repetir o que o colega da CEMIG acabou de explanar, porque a CEMIG e a COPEL têm muitas semelhanças devido às características de ambas as empresas. Portanto, as preocupações aqui expostas são também as nossas.

Quanto à questão do auto-suprimento, também já explanada, muito embora a COPEL se diferencie da CEMIG no tocante à verticalização, defendemos a idéia de que o novo modelo em nada influenciaria a empresa verticalizada.

O terceiro item abordado é a restrição de linhas de crédito para as empresas públicas. Essa prática deixa as estatais em dificuldades no que diz respeito à ampliação dos investimentos.

Resumindo, a COPEL preparou uma proposta com base nos temas repassados ao Ministério – e quero deixá-la para a Mesa. É um trabalho completo, com dados mais consistentes. Como o tempo não permite que aborde item por item, deixo-o à disposição de todos.

É a posição da COPEL, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bauer) – Muito obrigado. Já estou pedindo à Assessoria a reprodução desse trabalho, para que seja distribuído aos membros da Comissão e demais participantes interessados.

Com a palavra o último expositor, Sr. Luiz Carlos Silveira Guimarães, Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADE –, que certamente representa as empresas distribuidoras estatais e privadas.

O SR. LUIZ CARLOS SILVEIRA GUIMARÃES – Primeiramente, a exemplo dos demais, e em nome da ABRADE, agradeço a todos a oportunidade de apresentar para o Plenário desta Comissão questões que julgamos importantes.

Cumprimento os colegas da Mesa, os representantes da ABRACEEL, da ABRATE, da CELESC, da

COPEL e da CEMIG, os demais presentes, as Sras. e os Srs. Deputados.

De certo modo, a minha missão foi um pouco facilitada, porque vários distribuidores associados já apresentaram alguns de nossos problemas, os quais, evidentemente, avalizamos. As questões aqui expostas são importantes e têm de ser melhor diagnosticadas e resolvidas no momento em que rediscutimos o modelo do setor.

A ABRADE tem uma posição muito particular nesse processo. Não que apoiemos ou deixemos de apoiar. Consideramos muito interessante a discussão do novo modelo, mas entendemos que essa é uma questão de Governo – ele está aí para isso mesmo.

De fato, temos de admitir que o outro modelo apresentou problemas, tivemos até um racionamento no meio do processo. E, se não foi culpa do modelo, pelo menos de sua implementação certamente foi. Tivemos problemas sérios durante a transição – vejamos que, no final da gestão passada, foi até montada uma equipe de reavaliação do modelo. Ou seja, no Governo passado, já havia a preocupação de reavaliá-lo. Então, legitimamente, o Governo que entrou, até pelos problemas que o modelo anterior apresentava, resolveu aprofundar a discussão e agora está aí com uma proposta, que não sabemos exatamente para onde vai caminhar.

Existe uma linha geral, que está sendo discutida. E, sem entrar no mérito disso, julgamos até interessante voltar a discutir com mais profundidade o modelo setorial, até porque as distribuidoras, temos convicção, possivelmente ou quase certamente, foram as mais prejudicadas nesse processo.

Ouvimos a palavra da transmissão. De certa forma, o modelo em vigor está sendo copiado pela geração. O Dr. Paulo César, que me antecedeu, já deixou patente que, em seu entendimento, as comercializadoras vêm funcionando muito bem. Eu diria que as distribuidoras também estão funcionando muito bem, apesar das dificuldades. Quer dizer, não obstante todas as dificuldades que temos tido, o nosso funcionamento é exemplar.

Os números das distribuidoras são sensacionais. Quando se pega DEC, FEC ou qualquer indicador, até de pesquisa de opinião pública, a despeito de tudo o que vem acontecendo e de toda essa problemática do setor, verifica-se que temos tirado nota 10. A verdade é que as distribuidoras também estão indo muito bem.

Apesar disso, como todos sabem, as dificuldades das distribuidoras são muito grandes, e elas se devem justamente ao modelo. É o que nos preocupa quando se fala de novo modelo, porque o grande problema é a transição. Para mudar o jogo no meio da partida, há

uma regra de transição, algo que, lamentavelmente, enfrentamos no passado.

Quando se iniciou essa nova era do setor elétrico, depois de sua privatização, concomitantemente, foi-se alterando o modelo. Essa regra, infelizmente, não foi aderente, digamos assim, na hora da transição, como esperávamos que acontecesse.

Isso desembocou – todos sabem – em inúmeras ações judiciais. Temos ações judiciais em que estamos questionando, por exemplo, a base de remuneração das empresas.

Estou citando primeiro a questão da privatização, mas isso serve também para as estatais como a CEMIG, que sofreu um processo de privatização nesse meio tempo e que hoje tem 49% de suas ações em mãos de empresas privadas, basicamente com o mesmo enfoque das demais empresas que constituem a ABRADE.

No momento da privatização, por exemplo, havia aquela idéia de que trabalharíamos pelo preço. E, pelo preço, não é como fazíamos no passado.

No passado, todos trabalhavam pelo custo. Ou seja, nós compúnhamos o custo, púnhamos a remuneração do nosso serviço, e aquela era a tarifa ao consumidor. Se não se realizasse, jogávamos numa conta de resultado a compensar. No ano seguinte, nós recuperávamos aquilo ou, se eventualmente ultrapassasse, colocávamos negativamente e devolvíamos ao consumidor. Ou seja, trabalhávamos completamente sem risco no passado.

Repentinamente, com mudança da regra do jogo, pelo novo modelo até hoje em vigor, passamos a trabalhar pelo preço.

A nossa imagem era a da transmissão, como foi dito aqui. Ou seja, trabalhávamos pelo preço. Anualmente, esse preço era reajustado pelo IGP-M, o mais apropriado dos índices nacionais em circulação para aplicar ao caso. Fazíamos o ajuste do preço anualmente. E, a cada período de 4 ou 5 anos, a depender do contrato, havia revisão do preço. Então, no nosso entendimento, quem entrasse ali, verificaria a nossa produtividade. O que eventualmente ganhássemos pelo efeito da nossa produtividade nós repartíamos com o consumidor.

Bom, não foi nada disso que ocorreu ao longo do processo. E aí é que tudo começou a se complicar. Primeiro porque existiam, no nosso contrato, na formação do nosso preço, 2 parcelas. Sobre a que chamamos de parcela A nós não temos domínio – são impostos, por exemplo. Se o tributo é de 5%, e amanhã o Governo resolve aumentá-lo para 6%, eu não posso resistir a 1%; eu tenho de recolher mais 1%. Evidentemente, tenho de contar 1% no meu preço. Eu não administro

imposto. Então, aquilo constituiu a parcela A, que estava do lado de cá da equação.

Mas a parcela B eu administro. Trata-se do meu pessoal, das minhas despesas de operação e de manutenção, da própria remuneração dos meus ativos, em que invisto.

Esta é a minha problemática. Esta outra aqui, não. Ela é repassada. No momento em que acontecer para mais, eu ganho mais 1%. Se acontecer para menos, tiram-me 1%. Essa é a idéia.

No caminho, isso não funcionou. E eu acho que foi por causa de um susto. Nós tivemos até muito azar. Eu estou falando como Nação, como Brasil. Porque, a partir do momento em que, repentinamente, houve aquela mudança da política cambial, o dólar necessariamente teria de crescer rapidamente. Mas o Governo, evidentemente, tentou segurar a tarifa. E segurou do lado de quem? No caso, dos distribuidores. Ali é que achou o caminho para resolver o problema tarifário.

Então, muita coisa teria de ser imediatamente repassada, como é o caso do dólar de Itaipu, por exemplo. Nós compramos de Itaipu em dólar. Mas todos operam em real neste País. Como Itaipu opera em dólar, vende para nós em dólar. Ao subir repentinamente o dólar, começou a discussão sobre algo indiscutível, para ver se era direito ou não. Com isso, nós fomos somando prejuízos em cima de prejuízos, ao longo de um período enorme.

E não aconteceu só com o dólar. Se tivesse acontecido só com o dólar, já seria uma complicação horrível. Mas aconteceu com uma série de outros custos que nós não administramos.

Eu vou dar o exemplo dos geradores. Consideremos as empresas federais ou privadas de geração, quaisquer que sejam, que tivessem contratos iniciais regulados pela ANEEL. A ANEEL é que fixava o preço. Então, era um preço arbitrado. Não fomos nós que negociamos. Nós não sentávamos para discutir o preço. A ANEEL fixava o preço.

Repentinamente, a ANEEL, com Furnas ou com a TRACTBEL, quem quer que seja, aumentou o preço e não repassou para o meu custo. Nós começamos a absorver isso. Evidentemente, a situação começou a se deteriorar. O ápice disso tudo veio com o racionamento de energia, que eu reputo como custo de transição.

Eu não tenho dúvida de que, quando se muda o modelo na transição, há ensinamentos. Se nós tivéssemos de fazer a transição de novo, a começar por aquele modelo, não teria havido racionamento. Mas, como nós não sabíamos, no meio do processo – e eu não vou nem dizer quem é responsável e quem não é, pois há relatórios que mostram onde estão os problemas

—, a verdade é que apareceu o custo da transmissão, pesadíssimo, e houve o racionamento.

Então, no momento em que se fala de novo em transição, nós realmente ficamos preocupados. Como diz o ditado, cachorro mordido por cobra tem medo de lingüiça.

Nós ficamos preocupados se esta transição efetivamente vai acontecer num formato em que não percamos mais do que já perdemos nesse processo. Embora não questionemos de maneira alguma. Muito pelo contrário: do ponto de vista específico da distribuidora, como eu levantei no início da minha fala, foi até interessante para nós rediscutir a questão. Por quê? Porque, se o serviço não é pelo preço, e hoje operamos basicamente pelo custo, vamos discutir melhor a situação, até porque não adianta só capitalizar o setor. Eu me refiro a esse programa de capitalização que aí está. Não adianta só isso. Nós temos de capitalizar e equacionar os problemas, para evitar que amanhã tenhamos de recapitalizar.

Então, nós estamos diante de um problema conjuntural, que, no meu entendimento, a Ministra está conduzindo maravilhosamente bem. Aliás, S.Exa. está conduzindo maravilhosamente bem tudo, no meu entendimento. Até porque temos tido a oportunidade de discutir com S.Exa. ponto por ponto dessas questões que eu estou apresentando aqui.

Num segundo momento, temos de discutir o modelo. Eu acho que esse modelo vai ter de ser discutido exaustivamente. A grande preocupação nossa é de que não se faça isso com rapidez que evite problemas, depois, numa fase de transição, sobre algo que não foi pensado com muita calma, com muita tranqüilidade. Porque é um setor de infra-estrutura, é um setor pesado e de muito difícil administração.

Era o que eu gostaria de dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bauer) – Muito obrigado, Dr. Luiz Carlos Silveira Guimarães.

Eu queria prestar algumas informações aos convidados e aos palestrantes.

Nós fizemos uma primeira audiência pública com representantes do setor de geração de energia. Esta Comissão é composta por 30 Parlamentares. E, naquela audiência pública, contamos com a presença, se não me falha a memória, de 17 Deputados, que debateram intensamente o assunto com os palestrantes, numa demonstração de que há interesse muito grande de todos os integrantes da Comissão na discussão do tema.

E, na condição de proponente das audiências públicas – daquela, desta e de mais uma que haverá de ocorrer com representantes do setor de gás canalizado; e seria também uma oportunidade para o setor

de transmissão de energia, que acabou se fazendo presente hoje, em virtude de requerimento de um dos membros da Comissão —, quero informar que certamente a próxima audiência pública será uma oportunidade para que os Deputados conheçam em detalhes as preocupações e as informações do setor.

Por que eu propus a realização de 3 audiências públicas? Porque nem todos os Deputados são do setor em debate. Nem todos conhecem plenamente as questões técnicas e operacionais do setor. Certamente os senhores vivenciam, em cada uma das áreas de atuação, as dificuldades e as interrogações do dia-a-dia. Por isso, nessas audiências a nossa pretensão é colher informações.

Na data de hoje, como já tinha informado, houve uma surpresa negativa: a falta de votação nominal no plenário e, conseqüentemente, a falta de registro de presença na sessão — portanto, uma sessão que não tem exigência de *quorum* mínimo para deliberação —, o que fez com que os Deputados se ausentassem em grande número de Brasília no dia de hoje.

Um detalhe: isso não pode ser considerado ato de sumiço. Na verdade, na última segunda-feira houve sessão muito produtiva e intensa, com deliberação, o que não acontece normalmente. Aliás, eu penso que, desde a Constituinte — desde 1988, portanto —, esta deve ter sido a terceira ou quarta vez em que ocorreu sessão deliberativa numa segunda-feira, com *quorum* elevadíssimo e votação realizada tarde da noite.

O fato de ter sido realizada esta sessão na segunda, de ter havido deliberação, e de, ontem à tarde, por acordo de Lideranças, ter sido concluída sem debates mais aprofundados a votação das emendas e dos destaques à reforma tributária, ainda ontem à noite, numa sessão extraordinária, foram votados 2 acordos bilaterais do Brasil. Portanto, a pauta de hoje ficou esvaziada. Muitos Deputados, então, se ausentaram. E não havia mais condições de, na noite de ontem, nós avisarmos todos, mesmo porque alguns já tinham-se deslocado para Brasília, de que esta sessão não seria realizada na data de hoje.

Mas a apresentação de cada um dos senhores não se dá como perdida. Pelo contrário: eu fiz solicitação à Assessoria no sentido de que gravasse todos os depoimentos, tanto em vídeo quanto em áudio. E nós ofereceremos as fitas a todos os integrantes da Comissão, para que obtenham conhecimento do tema, além do material que os senhores utilizaram, em *PowerPoint*, ou mesmo deixaram para reprodução.

O tempo não está perdido. Pelo contrário: a audiência pública terá repercussão também na mídia, com certeza, tanto interna quanto externa. Alguns Deputados

registraram presença. Todos eles receberão o material referente às exposições realizadas.

Preciso lhes informar que haveremos de anunciar aos Deputados, na próxima reunião ordinária, a presença de todos os senhores, pelo que agradecemos.

Na medida em que o Poder Executivo enviar a esta Casa legislativa as proposições legais para a alteração do modelo, os senhores estarão aqui, com certeza, em nova chamada, para novo debate do tema.

A providência das audiências públicas antes de a proposição chegar à Câmara se fez necessária exatamente para que todos, quando da chegada da proposta, tenham mais conhecimento e intimidade com os assuntos, as dificuldades e as questões encaminhadas e executadas de forma acertada. Como vimos, existem providências, ações e fatos positivos.

De qualquer forma, há a decisão do Poder Executivo, do Governo Federal, sobre a mudança de modelo; há a decisão de privilegiar e de contemplar mais uma ação voltada para o campo estatal e não para o privado; há os investimentos que se fazem necessários, para os quais precisamos ter o concurso da iniciativa privada ou a disponibilização efetiva de recursos públicos para financiamento das empresas estatais, sem os bloqueios, as restrições e as dificuldades que hoje existem por conta da política econômica do País.

Há necessidade, sem dúvida alguma, de que contratos sejam feitos com bases sólidas e concretas e, principalmente, com marco regulatório presente em toda a sua viabilidade e garantia. Acima de tudo, observada a qualidade do serviço que se deve prestar ao consumidor, seja industrial, seja comercial, seja residencial, a preços justos, para não dizer a preços viáveis.

Principalmente, a nossa intenção e a da Comissão de Minas e Energia é de que não haja no futuro nenhuma nova circunstância de falta de energia, o que preocupa todos nós, sem dúvida. Por isso, não podemos contemplar e privilegiar apenas uma forma de geração e de transmissão, tampouco um único modelo de distribuição de energia. Devemos ter mecanismos que contemplem a iniciativa privada e o setor público; devemos ter componentes que assegurem energia a preços diferenciados, observadas as diversas condições sociais e econômicas do País. Energia de qualidade, com boa prestação de serviço, é o que desejamos viabilizar por meio desse novo modelo que o Governo propõe, que certamente será motivo de amplo debate.

Consulto os palestrantes que usaram da palavra sobre se desejam acrescentar algo mais em relação ao que foi exposto por outros convidados. Às vezes há alguma divergência de opinião. Na audiência pública que se fez com representantes do setor de geração de energia, vimos grandes conflitos, não entre os Par-

lamentares e os expositores, mas entre eles mesmos. Portanto, se houver algo que queiram dizer, o momento se faz oportuno.

Se não, encerrarei a presente reunião, agradecendo a presença dos senhores, de todos os que distinguiram a audiência pública com sua presença e, principalmente, a imprensa que registrou muito do que foi aqui apresentado.

Alguém mais deseja usar da palavra? (*Pausa.*) Parece-me que não.

Declaro encerrada a presente audiência pública, agradecendo a todos a presença.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

52ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da Trigésima Primeira Reunião Ordinária de Audiência Pública Realizada em 22 de Outubro de 2003.

Às onze horas e oito minutos do dia vinte e dois de outubro de dois mil e três, reuniu-se a Comissão de Minas e Energia, no Plenário 16, do anexo II, da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados José Janene – Presidente; Eduardo Sciarra – Vice-Presidente; Aroldo Cedraz, Dr. Heleno, Fernando Ferro, Francisco Garcia, João Pizzolatti, Luiz Bassuma, Luiz Carlos Santos, Luiz Sérgio, Marcello Siqueira, Mauro Passos, Moreira Franco, Nelson Meurer, Osmânio Pereira, Paulo Bauer e Paulo Feijó – Titulares; Leodegar Tiscoski, Lobbe Neto, Luiz Alberto e Romel Anízio – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Eduardo Gomes, Gervásio Silva, Hélio Esteves, João Caldas, Josias Quintal, Nicias Ribeiro, Renildo Calheiros, Robério Nunes, Rose de Freitas, Salvador Zimbaldi e Sebastião Madeira. O Deputado Luiz Bassuma justificou sua ausência no período de três a dezessete de outubro do corrente ano, em virtude de seu afastamento, em missão oficial, para representar a Câmara dos Deputados como membro da Comissão Parlamentar de Inquérito, com a finalidade de investigar operações no setor de combustíveis relacionadas com a sonegação de tributos, a máfia, a adulteração e a suposta indústria de liminares, no Estado da Bahia.

ABERTURA: Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e submeteu à apreciação a Ata da Trigésima Reunião Ordinária, realizada no dia quinze de outubro do corrente. O Deputado Nelson Meurer solicitou dispensa da leitura da Ata, tendo o Plenário da Comissão anuído à solicitação. Não houve discussão. Em votação, foi aprovada unanimemente a Ata. **EXPEDIENTE:** O Senhor Presidente informou que havia designado, nesta data, o Deputado João Pizzolatti Relator do Projeto de Lei

nº 1.979/2003 e o Deputado Nicias Ribeiro Relator do Projeto de Lei nº 2.154/2003. Em seguida, o Senhor Presidente comunicou que a Comissão receberia, no próximo dia vinte e oito, delegação parlamentar do Quênia, chefiada pelo Sr. Gideon Moi, filho do ex-presidente daquele País, Arap Moi. O Senhor Presidente comunicou, ainda, que a Comissão receberia, no próximo dia trinta do corrente, o Ministro Federal do Meio Ambiente da Alemanha, no Gabinete desta Presidência, com a participação da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias. O Senhor Presidente solicitou a presença de todos os membros da Comissão em ambas as visitas. Logo após, o Senhor Presidente informou que havia designado o Deputado Eduardo Gomes para representar esta Comissão no 17º SNPTEE – Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica, em Uberlândia, no próximo dia vinte e três de outubro, e no 2º Fórum do IIR – Institute for International Research do Brasil Ltda/PPP – Parceria Público-Privada & Financiamento em Infraestrutura, nos dias vinte e um e vinte e dois de outubro, em São Paulo. Em seguida, o Senhor Presidente submeteu à apreciação da Comissão as referidas viagens, para que fossem referendadas. Não houve discussão. Em votação, as viagens obtiveram a aprovação do Plenário da Comissão. **ORDEM DO DIA: A – Requerimentos:**

1 – Requerimento nº 126/03 – do Sr. Luiz Alberto – que “solicita a participação da Comissão de Minas e Energia no Seminário “Um novo modelo energético para Amazônia”, organizado pela Comissão da Amazônia e Desenvolvimento Regional”. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Autor, que asseverou sobre a necessidade do debate concernente à matéria nas Comissões pertinentes. Não tendo havido quem quisesse discutir o Requerimento, este foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. **2 – Requerimento nº 127/03** – do Sr. Luiz Alberto – que “solicita a realização de Audiência Pública a ser organizada conjuntamente pela Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, Comissão de Amazônia e de Desenvolvimento Regional e Comissão de Minas e Energia, no dia 28 de outubro do corrente, com a participação do Diretor de Energia e Gás da Petrobrás, Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas, Representante do Ministério do Meio Ambiente, Presidente do IBAMA, Representante da Comissão Pastoral da Terra do Amazonas e Representante da Universidade Federal da Amazônia, a fim de debater a construção do gasoduto Urucu-Porto Velho”. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Autor, que afirmou a importância da discussão sobre a construção do gasoduto e suas conseqüências para o meio ambiente. Não tendo havido quem quisesse discutir o Reque-

mento, este foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. **3 – Requerimento nº 131/03** – do Sr. Hamilton Casara – que “requer Seminário Nacional para discussão de Mudanças Climáticas”. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Dr. Heleno, que subscreveu o Requerimento e esclareceu a importância da internalização da discussão da matéria no Parlamento e da ampliação do debate para fornecer esclarecimentos à população, concernentes à questão global das mudanças climáticas. Não tendo havido quem quisesse discutir o Requerimento, este foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. **4 – Requerimento nº 132/03** – do Sr. João Pizzolatti – que “requer informações à Ministra de Minas e Energia, para que se forneça a relação de empresas que obtiveram aumento de cotas de combustíveis, solventes e produtos químicos, nos últimos noventa dias, e para saber se há previsão de aumento dessas cotas até o final do ano, com a especificação das empresas que poderão ser beneficiadas junto à BR Distribuidora e à Petrobras”. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado João Pizzolatti, que enfatizou a importância de fiscalização das ações do Poder Executivo, quanto ao acompanhamento do setor de combustíveis e acrescentou que, como Relator da Proposta de Fiscalização e Controle nº 7, entendia que as referidas informações seriam imprescindíveis para o respectivo Relatório, além de complementarem os trabalhos desenvolvidos pela CPI de Combustíveis, na qual se inseria o debate da matéria. Não tendo havido quem quisesse discutir o Requerimento, este foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Em seguida, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Dr. Heleno, que solicitou ao Plenário da Comissão o adiamento de trinta dias no prazo para apresentação do Relatório da PFC nº 5, da qual é Relator, tendo a Comissão anuído à solicitação. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião às onze horas e trinta minutos, antes convocando reunião ordinária de audiência pública para quarta-feira, dia 29, às dez horas, no Plenário 16. E, para constar, eu, Damaci Pires de Miranda, Secretária, lavrei a presente Ata, que, depois de aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação no *Diário da Câmara dos Deputados*. Deputado José Janene, Presidente.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

52ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da Trigesima Segunda Reunião Ordinária de Audiência Pública Realizada em 29 de Outubro de 2003.

Às dez horas e trinta e nove minutos do dia vinte e nove de outubro de dois mil e três, reuniu-se a Comissão de Minas e Energia, no Plenário 16, do Anexo II, da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Eduardo Sciarra e Rose de Freitas – Vice-Presidentes; Aroldo Cedraz, Eduardo Gomes, Fernando Ferro, Francisco Garcia, Hélio Esteves, Luiz Bassuma, Luiz Carlos Santos, Luiz Sérgio, Marcello Siqueira, Mauro Passos, Moreira Franco, Paulo Feijó, Robério Nunes e Salvador Zimbaldi – Titulares; André Luiz, Antônio Cambraia, Hamilton Casara, Lobbe Neto, Luciano Zica, Luiz Alberto e Romel Anízio – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Dr. Heleno, Gervásio Silva, João Caldas, João Pizzolatti, José Janene, Josias Quintal, Nelson Meurer, Nicias Ribeiro, Osmânio Pereira, Paulo Bauer, Renildo Calheiros e Sebastião Madeira. **ABERTURA:** O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Aroldo Cedraz, que fez aditamento ao Requerimento nº 41/2003, que “requer sejam convidados os Senhores Luiz Rodolfo Landim, Presidente da Petrobras Distribuidora, Aldo Castelli, Presidente da Shell do Brasil e Sebastião do Rego Bastos, Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, para tratarem do estabelecimento de um limite máximo para os preços de venda de gasolina de aviação aos consumidores finais”, de sua autoria, ao acrescentar como convidados à Audiência Pública, objeto do referido Requerimento, os Senhores Adalberto Febeliano – Diretor Executivo da Associação Brasileira de Aviação Geral – ABAG; George Ermakof – Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias – SNEA; Comandante Wellington Valente de Araújo – D.F. Patrimonial; Fernando Alberto dos Santos – Superintendente do Sindicato Nacional das Empresas de Táxi Aéreo; Carlos Heitor Beleza – Diretor do Sindicato de Aviação Agrícola – SINDAG; Apóstole Laca Chryssafidis – Diretor da Associação Brasileira de Transporte Aéreo Regional – ABETAR; e Major Brigadeiro Dr. Washington Carlos Campos Machado – Diretor-Geral do Departamento de Aviação Civil – DAC. Em seguida, o Senhor Presidente comunicou o início da Audiência Pública e, cumprimentando os presentes, esclareceu que, em razão do Requerimento nº 73/2003, de autoria dos Deputados Luciano Zicca, Fernando Ferro e Jorge Bittar, havia sido convidado, para debater sobre o projeto de aproveitamento hidráulico do Rio Madeira, o Senhor José Pedro Rodrigues de Oliveira, Presidente de Furnas Centrais Elétricas S/A. O Senhor Presidente informou, ainda, que a lista de inscrição para os debates encontrava-se sobre a Mesa e que o Deputado que desejasse interperlar o expositor deveria dirigir-se primeiramente à Mesa e registrar seu nome. O Senhor Presidente acrescentou que o Expositor não poderia ser aparteado e que,

somente após encerrada a exposição, os Deputados poderiam fazer suas interpelações, tendo cada um o prazo de três minutos e o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo tempo. Em seguida, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao palestrante, Dr. José Pedro Rodrigues de Oliveira, que forneceu um breve histórico da energia elétrica no País, além de uma visão global do Projeto em discussão. Encerrada a exposição, o Senhor Presidente agradeceu os esclarecimentos prestados e concedeu a palavra ao Deputado Fernando Ferro, Autor do Requerimento, que observou a preocupação do Dr. José Pedro com a política energética do País e afirmou a necessidade de investimentos que se impunha ao Setor, com vistas à expansão sustentável da Região Norte. Em seguida, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Dr. José Pedro, que esclareceu ser obrigação da Empresa de Furnas colocar projetos viáveis à disposição do Governo Federal atual, ao qual caberia decidir sobre sua realização. Logo após, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao primeiro inscrito para o debate, Deputado Marcello Siqueira, que parabenizou a brilhante exposição do palestrante e concordou sobre as condições da Empresa de Furnas apresentadas para realizar grandes obras, como o Projeto no Rio Madeira. Neste momento, passou a presidir a reunião o Deputado Fernando Ferro, que concedeu a palavra ao Deputado Luiz Carlos Santos. Este parabenizou os trabalhos desenvolvidos pela Empresa de Furnas e sua luta emblemática empreendida pela soberania do País. Logo após, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Hamilton Casara, que pediu maior interação entre as áreas que estariam elaborando estudo sobre a viabilidade do Projeto na Amazônia. O Senhor Presidente, em seguida, concedeu a palavra ao Deputado Hélio Esteves, que asseverou que a Empresa de Furnas teria porte e vontade suficientes para se instalar naquela Região em desenvolvimento, onde a energia é fator de promoção social. O Senhor Presidente concedeu, logo após, a palavra ao Deputado Mauro Passos, que teceu considerações sobre a questão das privatizações, afirmando que não haveria possibilidade nem espaço para estas acontecerem no atual Governo Federal. O Senhor Presidente concedeu, então, a palavra ao Expositor, para responder às indagações e fazer suas últimas considerações e, logo após, agradeceu a presença de todos, em especial a do Presidente de Furnas, que muito colaborou para a compreensão do tema. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião às doze horas e trinta e oito minutos, antes convocando reunião ordinária para a próxima quarta-feira, às dez horas, no Plenário 16. E, para constar, eu,

Damaci Pires de Miranda, Secretária, lavrei a presente Ata, que, depois de aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação no ***Diário da Câmara dos Deputados***. Deputado José Janene, Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas)

– Declaro aberta a reunião de audiência pública para discussão a respeito da construção de hidrelétrica no Rio Madeira, bem como do projeto de aproveitamento hidráulico da região, em razão do Requerimento nº 73, de 2003, de autoria dos Deputados Luciano Zica, Fernando Ferro e Jorge Bittar, aprovado em 25 de junho.

Cumprimento todos os presentes, em especial o Dr. José Pedro Rodrigues de Oliveira, Presidente de Furnas Centrais Elétricas, a quem convido para tomar assento à mesa, o nosso querido ex-colega, ex-Deputado Marcos Lima, brilhante Parlamentar, hoje diretor de assuntos institucionais de Furnas, e o Sr. Márcio Porto, assistente do presidente.

Informo aos Srs. Parlamentares que a lista de inscrição para aqueles que queiram participar do debate encontra-se sobre a mesa. Quem desejar interpellar o expositor, deverá dirigir-se à mesa e registrar o nome.

O convidado disporá de 20 minutos para sua exposição, durante o qual não poderá ser aparteado.

O SR. DEPUTADO AROLDO CEDRAZ – Sra. Presidenta, gostaria de submeter a V.Exa. e aos meus pares complementação, para efeitos regimentais, do Requerimento nº 41, de 2003, de minha autoria, ao qual foi apensado requerimento aprovado do Deputado Dr. Heleno, sobre a audiência pública para que tratássemos dos combustíveis usados na aviação.

Convidamos o Dr. Adalberto Febeliano, Diretor Executivo da Associação Brasileira de Aviação Geral – ABAG, o Sr. George Ermakoff, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias – SNEA, o Comandante Wellington Valente de Araújo, da DF Patrimonial, o Sr. Fernando Alberto dos Santos, representante do Sindicato Nacional das Empresas de Táxi Aéreo – SNETA, o Sr. Carlos Heitor Belleza, Diretor do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola – SINDAG, o Sr. Apóstole Laca Crisafides, Diretor da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Aéreo Regional – ABETAR, e o Major-Brigadeiro Washington Carlos de Campos Machado, Diretor-Geral do Departamento de Aviação Civil.

Submeto esses nomes à apreciação dos meus pares, para que em breve possamos realizar na Casa essa audiência pública.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) – Concedo a palavra ao Dr. José Pedro Rodrigues de Oliveira.

O SR. JOSÉ PEDRO RODRIGUES DE OLIVEIRA – Saúdo a Sra. Deputada Rose de Freitas, 2ª Vice-Presidenta desta Comissão, os Deputados presentes, em especial o Deputado Marcello Siqueira, que foi Presidente de Furnas, e o ex-Deputado Marcos Lima, atual diretor da empresa, que muito nos tem ajudado assessorando a empresa nos rumos que iremos tomar, inclusive sobre o assunto da reunião de hoje, que é a questão do Rio Madeira. Saúdo também o Deputado Luiz Carlos Santos, ex-Presidente de Furnas, que acaba de chegar.

Peço licença para tratar da questão não simplesmente com exposição de dados técnicos sobre uma obra que Furnas pretende realizar e o Brasil precisa. Nós vamos contar a respeito da obra discutindo o contexto da questão energética no País, discutindo um pouco sobre Furnas, sobre a sua história e como enxergar o futuro da energia elétrica no Brasil; como Furnas e, em particular, o Madeira se colocam nesse futuro.

Informaremos algumas coisas sobre Furnas. De pontos em pontos, vou-me valer de projeções que facilitam a apreensão do que iremos dizer.

Solicito ao superintendente de Furnas que projete algo sobre a empresa.

(Segue-se exibição de imagens.)

Esses dados são conhecidos, mas dizem respeito mais ou menos à condição do tronco de Furnas no sistema elétrico brasileiro. Ali aparece a potência instalada de Furnas. Colocamos 9.292 megawatts mais 450 megawatts. É importante assinalar a parceria público-privada com a EDP, que resultou no retorno de Furnas para a geração de energia elétrica no Rio do Peixe, a construção da Usina de Peixe Angical, com 452 megawatts, por meio de acordo findado recentemente. As obras reiniciadas na usina irão acrescentar 450 megawatts, que é a capacidade instalada no Brasil.

Embaixo, temos 10 mais uma hidrelétrica, 2 termelétricas e 46 subestações.

É importante a referência às linhas de transmissão, que estão na mídia em todos os países do mundo. O País investia pouco em linhas de transmissão. Alguns países estão problemas, pois as linhas estão velhas. Furnas administra 18 mil quilômetros de linhas de transmissão, do Paraná até o Mato Grosso. Está no centro do sistema elétrico e termelétrico brasileiro. Isso é importantíssimo para assegurar energia aos brasileiros. Pelas linhas de Furnas passam mais ou menos 60% da energia comercializada no País.

Esses são indicadores financeiros de Furnas, apenas para nivelamento. O importante é mostrar que a empresa possui endividamento muito pequeno entre as empresas do setor – 16% sobre o patrimônio líquido –, o que nos permitirá no futuro alavancar recursos para construção de novas e importantes obras, inclusive a do Madeira. Os dados são de 2002 e dizem respeito à administração do Dr. Luiz Carlos e à do Dr. Dimas Fabiano.

Vamos falar a respeito da energia elétrica no Brasil.

Nos anos 50, um dia estávamos sem energia elétrica e atravancando o desenvolvimento econômico do País. O ponto importante dessa situação é que tínhamos pequenas empresas privadas distribuídas pelo País e que não eram interligadas. Havia dificuldade de garantir ao País recursos energéticos necessários para o seu desenvolvimento. Houve um gesto de fé, de coragem e categórico, que foi a decisão do Presidente Juscelino Kubitschek de criar a CEMIG como empresa mista e determinar a criação de Três Marias.

Isso está no foco de toda a nossa apresentação. Temos várias formas de resolver problemas. Temos métodos algoritmos, numéricos; e métodos intuitivos, de fé. Uma obra de energia elétrica demanda mais ou menos 5 anos. Prever o futuro do País é difícil. Em determinado momento, alguém será obrigado a ter um gesto de coragem.

A pergunta de sempre é a seguinte: o que vem primeiro, o requisito determinado pelo desenvolvimento, ou seja, a vontade expressa de progredir, a necessidade expressa de energia elétrica, ou a oferta de energia elétrica? Nós, de Furnas, acreditamos que o progresso encontra oferta de energia onde ela se situar.

O Presidente Juscelino acreditou nisso. Quando criou a CEMIG e determinou o início da obra de Três Marias, no início do seu Governo, não havia consumo que justificasse a obra. Mas Juscelino soube que, se fizesse a obra, Minas poderia atrair investimentos e empresas para justificá-la. Então, houve um gesto de fé, de coragem, que não foi numérico.

Os métodos numéricos servem muito para embasar decisões políticas, mas não para determiná-las. Os métodos numéricos não dão fé, porém, aprovam os estudos de técnicos. E estudos de técnicos são sempre setoriais. Quem conhece o País como um todo usa estudos técnicos para embasar decisões maiores, baseadas na fé. Temos de ter fé de que este País vai crescer, temos de oferecer energia porque ela antecede o progresso. O progresso encontra energia.

Esse gesto de fé foi expresso também por Juscelino na hora em que criou Furnas. Esse gesto de fé já foi expresso pelo Presidente Lula no momento em

que, no primeiro ano de seu Governo, vai mudar o modelo econômico que rege as relações de troca entre os agentes do sistema elétrico. Além disso, houve a inclusão do Rio Madeira no PPA. São gestos de fé que garantem o desenvolvimento. Quem faz esses gestos acredita no desenvolvimento, é otimista com o desenvolvimento do País. É sobre isso que vamos falar na nossa seqüência.

Esse pequeno quadro mostra que, nos idos de 1960 até 2002, houve brutal aumento na capacidade instalada neste País. Houve – como V.Exas. conhecem, não vou discutir aqui – um ponto de inflexão na variação da capacidade instalada: um percentual menor levou a dificuldades já amplamente discutidas que resultaram no chamado “apagão”.

O gráfico mostra que até o ano de 2002 este País foi capaz de realizar o maior programa de expansão da capacidade energética de que se tem notícia no mundo. O País praticamente saiu do zero, com empresas estatais. A criação da CEMIG foi uma intervenção de domínio econômico. Ela nasceu intervencionista e privatista. A oferta de energia cresceu até aquele ano. É absolutamente despropositado falar que foram empresas do Governo, como a CEMIG e a COPEL, que realizaram isso. Não. Foi obra do Governo juntamente com a iniciativa privada.

No setor elétrico, nasceram todas as grandes empreiteiras neste País. O setor elétrico dinamizou, criou e fez florescer o sistema eletroeletrônico. Numa parceria constante, desde o início, empresários do Governo e privados fizeram esse sistema crescer.

Essa curva mostra exatamente o que falamos. Há sempre uma oferta de energia superior a um determinado desenvolvimento econômico. Se nós crescermos 4%, a energia elétrica tem de crescer 6,6%. Mais à frente vamos falar sobre isso.

Essa é uma curva que mostra a evolução do PIB e a evolução da potência instalada no Brasil – a potência instalada, puxando o PIB, estando acima dela.

Agora nós vamos olhar para o futuro. Vamos discutir o que os técnicos estão tentando fazer agora. Eles conseguem chegar a um determinado ponto, mas não conseguem evoluir.

Quando fazemos uma viagem – permitam-me, Srs. Deputados, uma figura – quando saímos do Rio para a minha querida Juiz de Fora, por exemplo, ligamos o farol baixo e aí podemos iniciar a viagem. Em determinados momentos da viagem, ligamos o farol alto e conseguimos enxergar um pouco mais à frente. Por exemplo, pode haver uma barreira em Petrópolis, mas continuamos viajando. No momento, essa figura se aplica porque estamos num período de transição difícil, em que a Ministra Dilma Rousseff tem tentado

discutir com os diversos agentes do sistema elétrico nacional uma solução para o novo modelo, cuja criação está prestes a ser terminada.

No entanto, precisamos saber como o Brasil vai crescer, se vai crescer muito, pouco ou mais ou menos. Qual seria a oferta de energia necessária para alavancar esse desenvolvimento? Portanto, ao lado dos estudos técnicos, temos indicadores e, ao lado dos indicadores, atos de fé.

Segundo os estudos mais recentes de Furnas, que vamos relatar agora aos Srs. Deputados, vai haver grande desenvolvimento econômico no País – e isso, certamente, vai requerer brutal oferta de energia.

Quais são os indicadores que nos levam a pensar assim? Inicialmente, vamos discutir alguns deles. O primeiro está aí exposto. Ele diz respeito ao IDH do Brasil comparado à média mundial. Não se tem falado muito disso, mas, se olharmos a ponta desta figura, verificaremos que, em termos de educação, o Brasil evoluiu muito. O Brasil é o país da América Latina que mais evoluiu em termos de IDH – e muito por causa da educação. Na ponta de cá, em termos de educação, a média nacional chega perto da de países mais avançados.

Nas outras duas pontas – longevidade e renda –, porém, o País está atrasado. O que aconteceria se, em decorrência dos programas sociais hoje conduzidos pelo Presidente Lula, o País evoluísse muito em termos de renda? É o que, no nosso entendimento, vai acontecer. E, em evoluindo em termos de renda, haverá forte demanda de energia. Por exemplo, com a universalização, precisaremos de mais energia. Vamos ver isso à frente.

O primeiro sintoma de crescimento é o movimento da taxa de IDH. Achamos que todos os Estados e Municípios brasileiros, daqui para a frente, vão apresentar evolução de IDH no que diz respeito a longevidade e renda.

Este quadro mostra que há uma relação mundial entre o IDH e a necessidade de energia elétrica, um desdobramento do comentário feito há pouco.

A outra questão que gostaria de mostrar aos senhores está no mapa. Se olharmos aqui, à direita do mapa, desde o Sul até o Norte, vamos verificar que esta parte do País está coberta por um grande sistema elétrico. Se olharmos esta outra parte do mapa aqui, vamos ver que aí não há nada de sistema elétrico – isso já aconteceu nos Estados Unidos. E nos perguntamos: se daqui a 10 anos viermos conversar com os Srs. Deputados, vamos apresentar este mesmo mapa do Centro-Oeste? Alguém acredita que o País vai continuar esquecendo, em termos energéticos, essa região? Não continuará. Forçosamente vamos

nos lembrar dessa região, que está demandando de nós maior cuidado em termos energéticos.

Hoje aqui não há nada, mas vai haver daqui a 10 anos. Ninguém acredita que esse mapa ficará vazio. A marcha para o Centro-Oeste vai se dar, porque está fincada em desenvolvimento, como vamos ver na justificativa do nosso projeto.

Este é um outro quadro para o qual chamo a atenção dos Srs. Deputados.

O programa de universalização vai atingir 10 milhões de pessoas, em 2 milhões de domicílios, a curtíssimo prazo. Temos meta de ligar 400 mil no próximo ano. Esse programa vai ser lançado, pelo Presidente Lula, no dia 11 do próximo mês, com metas rígidas, e fará avançar a demanda de energia elétrica.

Se estamos certos de que haverá crescimento e que se dará uma marcha para o Centro-Oeste, e se o IDH mostra que teremos modificação no perfil de renda e de distribuição, é claro que teremos crescente demanda de energia elétrica, uma demanda maior do que a apontada por todos os estudos até então feitos.

E quais são esses estudos? Há estudos feitos pelo Ministério de Minas e Energia, pela ELETROBRÁS, pela FIENG e, agora, um realizado por Furnas, que acrescentou aos demais uma análise dos empreendimentos em andamento. Quais as conclusões desse estudo de Furnas? Vejamos.

Neste quadro estão as condições em que Furnas se baseou para examinar o que acontecerá com o Sistema Elétrico Nacional à frente. Estamos trabalhando em Furnas com 3 hipóteses analisadas por nossos engenheiros e economistas. Numa hipótese forte, no período de 2003 a 2013, haveria um crescimento médio de 5,3% da economia; numa hipótese de referência, de 4,2%, e, numa hipótese fraca, de 1,7%. Esses são os dados que permitiram chegar àquela média.

Perguntamos: se o País crescer a taxas fracas de 1,7% a 2%, que energia será necessária? Furnas responde: não será necessário mais nada do que a energia que já temos e as obras que estão em andamento até 2013. Perguntamos se os Srs. Deputados acreditam que o País vai crescer em média 1,3%. Nós, não. Acreditamos que o Brasil vai crescer muito mais.

Pois bem. Se o País crescer em taxas médias, até 2013, de 4,2%, que é nosso ponto de referência, vamos ter necessidade, em 2010, de 900 megawatts e, a partir daí, de mais energia. E se o País crescer com taxas ponderadas que levem a uma média de 5,3%, no ano de 2009, precisaremos de 2.500 megawatts com necessidades adicionais nos anos seguintes. Acreditamos que o País vai crescer em valores superiores às taxas aqui indicadas por tudo que dissemos. Isto é, haverá necessidade de mais energia. E se acontecer

o contrário? E se não fizermos as obras necessárias e, à frente, aparecer maior demanda? Teremos dificuldades.

O Brasil tem um dom que nenhum outro país no mundo tem. Ele tem águas altas em grande quantidade e vocação para hidreletricidade. O Brasil conseguiu desenvolver técnicas de hidreletricidade que o colocam na ponta mundial do setor. Nenhum país do mundo pode discutir, em vantagem de posição, o aproveitamento hidrelétrico no Brasil. Este País desenvolveu engenharia, fabricação, tecnologia e controle que o colocam, no campo da hidreletricidade, no topo do mundo e garantem o domínio de recursos que Deus lhe deu no campo da eletricidade para produzir energia limpa, constante, barata e renovável.

O poço de petróleo recém-descoberto pela PETROBRAS, um macropoço, tem 413 bilhões de metros cúbicos. Comparado com o sistema de Furnas, significa 13 a 14 anos de produção. Quer dizer, a produção de Furnas em 13 anos esvai esse poço. Isso significa que, após 13 anos, se explorássemos esse poço contra a energia de Furnas, ele secaria, e Furnas continuaria a produzir por muitos e muitos anos. Muitas hidrelétricas em funcionamento têm mais de 46 anos, e vão produzir, no mínimo, por outros tantos. Temos águas altas, tecnologia e capacidade. Portanto, não precisamos de outros países. Temos de nos dedicar à hidreletricidade.

Este quadro mostra aquele balanço que apresentei aos Srs. Deputados. Aqui temos a inflexão de 2000 megawatts e 900 megawatts, seguidas por outras demandas, a partir de ano de 2009 ou de 2010, conforme ocorra mercado forte ou mercado de referência. Se houver mercado fraco, não precisaremos de oferta de energia, mas será melhor buscarmos soluções para os problemas sociais que já representam elevada dificuldade para o País no momento. Se não houver mercado forte, teremos grandes constrangimentos sociais que não teremos condições de resolver. Temos de produzir hidreletricidade e crescer, a menos que desejemos ter mais problemas sociais que não sabermos enfrentar.

Este quadro resume o potencial hidrelétrico que temos ainda no País. Nós ainda temos 258 mil megawatts hidrelétricos disponíveis de energia limpa, renovável, sem agredir o meio ambiente e de uma energia barata.

E aí, então, agora nós vamos falar sobre o Rio Madeira. Vou-me permitir fazer uma parada na exposição de fotos, porque depois vou expor fotos seqüenciais para raciocinar sobre o rio Madeira. Em primeiro lugar, o rio Madeira não é uma invenção de momento. O Rio Madeira tinha o seu inventário estudado meses antes

de nós entrarmos em Furnas. Temos que ser modestos. Furnas já era muito grande quando nós chegamos, e o máximo que nós podemos fazer é ajudá-la a crescer. Então, Furnas já era grande e já tinha começado a estudar o inventário do Rio Madeira. Qual foi a diferença? É que nós vimos um projeto na prateleira de Furnas que, depois de quarenta anos ligados ao setor elétrico, nós não tínhamos conhecido nenhum projeto tão bom na nossa vida. Eu acredito que o projeto do Rio Madeira é o maior e o melhor projeto existente e possível no mundo. Não há nenhuma outra região que tenha as condições que o Madeira oferece ao País. Quais são essas condições? Água em abundância, que nos permite fazer duas usinas de queda muito baixa, sem agressão ao meio ambiente, isto é, na calha do rio, com turbinas bulbo. O que significa isso? Significa que nós esperamos jogar na calha do rio 102 turbinas em 2 hidrelétricas de queda muito pequena, 13, 14 metros. Significa que o rio é que determinará o volume dessas áreas, não havendo inundação. Significa que nós, em decorrência disso, podemos contratar a indústria eletroeletrônica durante dez anos neste País. A indústria eletroeletrônica brasileira, topo do mundo, que nós ajudamos a construir, o Estado foi parceiro dela, está à míngua de contratos e está desempregando em grande velocidade. Daqui a pouco ela vai desempregar os técnicos, porque o pessoal de baixo nível já está sendo desempregado. Ela precisa de encomendas, senão estaremos jogando fora toda a tecnologia que o Brasil construiu durante quase cinquenta anos. Então ela estará contratada durante dez anos, toda a indústria brasileira. Significa a obra do rio Madeira um grande desenvolvimento naquela parte branca do mapa, que é a parte do Centro-Oeste brasileiro: Rondônia, Acre, o norte de Tocantins. Significa que nós vamos ter condições de fazer o rio Madeira ser inteiramente navegável. E isso é importantíssimo no escoamento da safra de grãos. Nós vamos passar a produção de grãos do Centro-Oeste brasileiro de 13 milhões de toneladas para 28 milhões de toneladas. E com transporte barato, determinado pela navegabilidade do rio. Significa que nós podemos, com convênios com o Governo da Bolívia, fazer realizar, no lado boliviano, uma usina chamada Cachoeira Esperança, com 3 mil megawatts e se somarmos os 3 mil megawatts aos 7 mil e 500 megawatts mais ou menos que gera o Madeira, nós teremos uma Itaipu inteirinha no Centro-Oeste do Brasil.

Faço um parêntese: quando eu era um jovem engenheiro, assim como e o Dr. Cotrim e o Dr. Mário Behring – o Camilo Penna era um pouco mais velho que nós —, e as pessoas de quem éramos assistentes, Mauro Thibau e esse pessoal todo, falavam em Itaipu,

o Brasil achava que Itaipu seria um monstro, uma obra impossível, e que jamais consumiríamos toda a energia ali gerada. E, hoje, o que é Itaipu? Algo muito pequeno dentro da potência instalada no Brasil. Nós temos mais ou menos 75 mil megawatts instalados, Itaipu tem 11 mil; o Madeira, com o Cachoeira Esperança, também tem mais ou menos 11 mil. Nós demoramos 11 anos entre o início das conversas e o término de Itaipu. Vamos demorar o mesmo com o Madeira, mas uma coisa é certa: o projeto será feito. Mais cedo ou mais tarde, o Madeira será feito, porque o Brasil precisa disso. Então, vamos acreditar nesse projeto. Vamos conversar mais sobre ele.

Além de tudo o que foi dito, com o Cachoeira Esperança, criamos uma saída para o Pacífico, a fim de que os produtos brasileiros possam chegar à Ásia, passando pela Bolívia e pelo Peru. Nós fazemos uma saída para o Atlântico para a Bolívia e para o Brasil, uma nova saída navegável para os produtos brasileiros e bolivianos. Teremos duas pontes. Só uma delas está sendo orçada pelo Ministério dos Transportes em 150 milhões – e essa ponte é uma demanda antiga da região. Temos duas pontes naturais, as duas barragens, ligando as margens do Rio Madeira. Se contarmos tudo isso e agregarmos o desenvolvimento que trará à região, estaremos falando de um projeto único no mundo, porque não há nenhum outro que ofereça tantas variáveis de desenvolvimento como esse que Furnas está, digamos assim, tentando tornar viável.

Em que nível está o projeto? O inventário já foi feito e registrado na ANEEL. Estamos fazendo o estudo de viabilidade, que é nada mais é do que verificar se as teses de nossos engenheiros podem ser confirmadas por meio de estudos e teses ambientais, de engenharia, de geração e de transmissão de energia. Vamos ter uma brutal linha ligando esse empreendimento a Cuiabá, e vamos ter de reformar a entrada de Cuiabá para o Sistema Elétrico Brasileiro e também o Sistema Elétrico Brasileiro para receber esse montante de energia.

Existem muitas outras oportunidades criadas pelo projeto Madeira, mas isso é uma espécie de sonho, o mesmo sonho que outros tiveram em relação a Itaipu. O Brasil precisa sonhar, e os nossos dirigentes acreditam na obra, tanto que a incluíram no PPA, e vamos continuar sonhando até março do próximo ano, quando o estudo de viabilidade será entregue à ANEEL e registrado. A partir daí, será feito o licenciamento ambiental, em que Furnas cumprirá toda e qualquer medida determinada pelo Ministério do Meio Ambiente e por seus órgãos. Em seguida, haverá o início da construção da usina, o que determinará praticamente a criação de fábricas perto do empreendimento, porque não se

pode simplesmente transportar essas turbinas, elas terão de ser montadas na região. E isso provocará brutal demanda de mão-de-obra na região, além de determinar investimentos na região, a expansão da fronteira agrícola e a marcha para o Oeste brasileiro, que será muito diferente da marcha do Oeste americano, uma vez que salvará vidas e criará oportunidade.

Parece que o meu tempo está quase esgotado. Então, vou fazer uma exposição rápida sobre algumas condições do Madeira e, por conta disso, apresentar algumas fotos e dados importantes. Em seguida, devolverei a palavra à Presidente Rose de Freitas. Depois, estarei à disposição para responder as perguntas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) – Se o senhor necessitar de mais 5 minutos, não haverá problema.

O SR. JOSÉ PEDRO RODRIGUES DE OLIVEIRA – Vou só passar algumas fotos e explicá-las.

(Segue-se exibição de imagens.)

Esta fala por si. Temos uma empresa privada, a Norberto Odebrecht, trabalhando junto com Furnas nesses estudos de inventário, já terminado, e de viabilidade, em andamento.

Vemos aqui o trecho em que estamos trabalhando, em Rondônia. Ele tem 260 quilômetros e está localizado entre Porto Velho e Abunã, na fronteira com a Bolívia.

Aqui, a obra do Madeira. Este é o trecho que não é navegável.

Este é o quadro da vocação determinada no inventário. O que aconteceu no inventário, em relação à vocação do rio Madeira? Navegação, integração regional e geração de energia. Quais os condicionantes? Limitação dos níveis ao período das cheias, não-inundação de território boliviano e menor impacto ambiental possível. Essa é a questão do dia: menor impacto ambiental.

Aqui localizamos melhor os empreendimentos nessa região entre Porto Velho e Abunã. Aqui estão a Cachoeira do Jirau e a Cachoeira de Santo Antônio. Essas duas cachoeiras, além de tudo o que dissemos, vão ficar em condição – os senhores vão ver as fotos – de receber projetos turísticos de grande viabilidade, projetos de piscicultura e outros de abastecimento de água e determinarão, sem nenhuma hipótese contrária, o tratamento dos esgotos da cidade de Porto Velho, para que ela não atrapalhe ambientalmente, digamos assim, a obra.

Temos aqui a potência instalada das duas cachoeiras, as quedas pequenas e a energia firme pela massa de água do Rio Madeira. Essa usina oferece uma relação entre a capacidade e a energia gerada,

bastante difícil de ser encontrada em outros empreendimentos.

Vemos aqui como as diversas usinas – Balbina, Samuel, Manso, Tucuruí, Santo Antônio etc. – se comportam, em tempos de inundação, em relação aos quilômetros de inundação com megawatt. Reparem bem: Usina de Santo Antônio, 0,03; Usina de Jirau, 0,02. Quanto às demais usinas, no que diz respeito à inundação, esse índice é muito diferente. Então, quase não inundamos.

Gostaria que os senhores vissem nessas fotos a placidez desse lago, formado por um rio. Essa outra é a mesma coisa. Essas são de aproveitamentos diferentes. O que é isso? São usinas de baixa queda, da Europa, com aproveitamentos bulbo. Logo depois que são construídas, nós criamos uma excelente capacidade de desenvolvimento de projetos turísticos e ambientais. A placidez é determinada pela baixa queda. Teremos em Rondônia uma espécie de Danúbio brasileiro. São as fotos mostradas aqui do Rio Danúbio.

A situação do projeto é a seguinte: já fizemos o inventário, estamos fazendo a viabilidade. Temos aqui a parte já feita. Vamos entregar a viabilidade na ANEEL, depois teremos de cuidar do licenciamento ambiental. Estão sendo feitos ao mesmo tempo o EIA-RIMA e a viabilidade. Ele já está evoluído. Talvez avancemos em 2005. Vamos discutir com o pessoal que cuida da questão do meio ambiente e com o País inteiro as repercussões para essa obra.

Se tudo ocorrer no prazo previsto, iniciaremos a geração no ano de 2009 e começaremos a primeira etapa: 10 unidades daquela primeira usina. Depois vem a segunda etapa: concluir a Usina de Jirau e ir em frente. Posteriormente será concluída a Usina de Santo Antônio.

Esse mapa mostra a entrada de carga das usinas. Esse estudo começou em 2001. Penso que as obras naquela região vão até 2014.

Por trás de tudo isso houve um sonho, e agora há outro: viabilizar o projeto. Assim, garantiremos essa potência energética para o País e todo aquele desenvolvimento a que já nos referimos.

Temos aqui o investimento acumulado em até 10 anos. Essa outra foto mostra o Rio Madeira com as corredeiras que impedem a navegação. Vemos aqui a importante história da região. Estamos recuperando a famosa rodovia que vai de Guajará-Mirim a Porto Velho. A ferrovia foi substituída pela BR-364, que usa o leito e pontes. Agora vamos ter uma hidrovía que vai resgatar compromissos assumidos pelo País no passado.

Mostramos aqui a Cachoeira Esperança e, numa vista maior, as duas dificuldades para que o rio se torne

navegável. Só que, com a Cachoeira Esperança, tornamos o Madeira navegável e também o Mamoré.

Vemos aqui as hidrovias e suas distâncias. Todas ficarão navegáveis.

Temos aqui a influência da infra-estrutura logística das reclusas e rodovias em toda aquela região do País, na fronteira com a Bolívia e com o Peru.

Mostramos aqui o que significaria, em termos de carreiras ou estradas ligando as hidrovias navegáveis, a saída dos produtos brasileiros para o Pacífico e dos produtos bolivianos e brasileiros para o Atlântico.

Vemos aqui os benefícios para a América do Sul. Não vou lê-los, mas estão claros: integração Brasil-Bolívia; criação do complexo portuário fluviomarítimo do Rio Amazonas; melhoria das contas externas dos países; aumento de arrecadação tributária; geração de emprego antes, durante e depois da implantação dos empreendimentos; e resgate dos compromissos do Tratado de Petrópolis.

Desde 2002 isso vem sendo feito. Não era nossa gestão. Tivemos reuniões com os Ministérios do Planejamento e dos Transportes, com o Peru e a Bolívia. Realizamos estudos de viabilidade, reuniões de todos os tipos, entrevistas coletivas, reunião com as Secretarias de Rondônia – Meio Ambiente, Minas e Energia etc. —, audiências públicas. Na semana que vem vou falar sobre esse projeto para os Governos dos Estados de Rondônia e do Acre, novamente, em audiências públicas.

Temos aqui tudo o que está sendo feito no momento para envolver os órgãos ligados ao meio ambiente, nos Estados do Norte, nesse empreendimento.

Fazem esses estudos a Fundação Universidade Federal de Rondônia, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, o Museu Paranaense Emílio Goeldi. Significa que já temos entidades de peso, conhecidas nacional e internacionalmente, trabalhando no projeto, nas questões ambientais, que vamos ter de discutir adiante com o Ministério do Meio Ambiente para o licenciamento da obra.

Agradeço à Presidenta Rose de Freitas, aos Srs. Deputados e aos demais presentes a paciência de nos ouvirem tão atentamente. Coloco-me à disposição da Presidenta.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) – Agradecemos ao Presidente de Furnas, Dr. José Pedro Rodrigues, a bela exposição.

Passamos a palavra a um dos autores do requerimento, Deputado Fernando Ferro.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO – Sra. Presidenta, senhor debatedor, Dr. José Pedro, demais

Parlamentares aqui presentes, participantes da nossa audiência, pela explanação feita, verificamos a preocupação com a política energética do País. Os requisitos para o crescimento, os desafios para o desenvolvimento impõem, evidentemente, investimento em infra-estrutura. O setor elétrico é um dos que merecem essa nossa preocupação.

A justificativa política do projeto, digamos assim, está evidente. A marca e a construção da sua logística são evidenciadas na exposição. Tranqüilamente, vemos a necessidade dessa expansão cuidadosa e sustentável para a Região Norte do País, chamada de Marcha para o Centro-Oeste ou para o Oeste. Sabemos que é uma decisão política. Se formos analisar o assunto através de procedimentos de engenharia, teremos de ver essas questões com outros olhos. Mas, em função da necessidade de integração e desenvolvimento do País, é claro que é perfeitamente defensável a idéia aqui trazida.

A minha preocupação é que temos de combinar a idéia de um investimento desse porte e a análise das alternativas para consolidar essa proposta. Para a Região Norte, inclusive, existem alternativas várias, que deverão ser analisadas conjuntamente. A utilização do aproveitamento dos recursos hídricos do Rio Madeira é uma delas. Vamos ter de tratar a questão dentro de um conjunto de obras que devem ser levadas em conta. Por exemplo, temos disponibilidade de gás na região de Urucum. É uma alternativa energética para atendimento a essa região. Temos o empreendimento de Belo Monte, do Tapajós e outras possibilidades de aproveitamento hidrelétrico naquela região.

Inclusive, gostaria que fosse comentado que o inventário levou em conta uma série de questões, mas tem de ser tratado dentro de uma visão mais ampla das disponibilidades do potencial hidrelétrico daquela região. É preciso discutir como combinar essas alternativas.

Considero interessante essa proposta de utilização das turbinas bulbo nesses aproveitamentos. O Brasil não tem experiência nisso. Pelo que me consta, algumas dessas experiências têm sido desenvolvidas na União Soviética. Também me parece estranho para um país como o nosso. Dadas as características da Região Norte, temos imensas possibilidades de aproveitamento de empreendimentos, digamos assim, de quedas baixas. Uma das características da região são planícies, rios com pequenas quedas.

Gostaria que fossem apresentados mais dados sobre esse aproveitamento e seu potencial, que descrevessem um pouco o projeto dessas usinas. Quantas unidades de turbina bulbo iríamos necessitar? Quais as características dessas turbinas? Quem seriam os

prováveis fornecedores? Qual a disponibilidade tecnológica de utilização dessas unidades de turbinas bulbo, que me parecem bem adequadas às exigências de impacto ambiental e de convivência com as características da Região Norte? Ela realmente se revela atraente nesse aspecto e nos dá a oportunidade de defendê-la nos conflitos com os ambientalistas, que certamente surgirão.

A outra preocupação é que, na exposição não se fala... Afirmaram que a CPRN vai fazer um impacto ou avaliação dos nossos sítios geológicos, dos nossos minerais, das nossas disponibilidades. Mas, por exemplo, nessas alternativas não vi falarem em populações indígenas, etnias indígenas atingidas por esse empreendimento. Essa é uma das questões que temos de levar em conta com o máximo cuidado e rigor, pela própria legislação, pelas exigências internacionais e pelo respeito que temos de ter com as culturas, os povos ali assentados. Eles poderão ser beneficiados ou prejudicados por um investimento ou empreendimento desse porte. Gostaria de ter essas explicações sobre populações indígenas atingidas.

Outra questão levantada diz respeito à possibilidade de ampliação de nossa safra de grãos cultivados, que estariam dentro do plano de utilização da hidrovía para expansão da transferência dessa produção agrícola na região.

Como sabemos, aquela região não é produtora de grãos. Onde está situada a produção agrícola prevista no escoamento dessa hidrovía? Se for para desmatar e introduzir, por exemplo, soja na região, precisamos ter um certo cuidado, até pelas características da Floresta Amazônica, que não é propriamente adequada para esse tipo de cultivo. E se for, que região está sendo prevista? Qual a área prevista para produção de grãos, para ser integrada a esse programa?

É preciso detalhar com mais clareza, porque o Ministério do Meio Ambiente provavelmente levantará uma série de preocupações nessa área. Na implantação também não se fala na possibilidade de remoção de populações. Que informações que temos sobre esses dados?

É um projeto interessante, que tem de ser considerado. Evidentemente, têm de ser detalhados a sua construção e o seu cronograma, porque nos parece que é extremamente pertinente, no tocante às exigências do crescimento. E, como foi levantado nos 3 cenários propostos, o Brasil pode estar diante do desafio de requerer geração de energia.

Para finalizar, gostaria de saber quais são os principais reforços da linha de transmissão para atender a esse empreendimento. Pelo que me consta, a interligação via Cuiabá vai ensejar um reforço de linha de

transmissão de maior potência, uma vez que as disponíveis não suportariam essa geração. Isso vai implicar aportes de recursos consideráveis nos ramais de extra e alta tensão de 500 quilowatts, provavelmente superior para aquela região, para suprir a parte de Cuiabá e fazer a interligação com a Região Sudeste.

Quero crer que isso poderá exigir algumas considerações sobre as necessidades de transferência de energia para a Região Nordeste. Por esse projeto, principalmente, teríamos atendido as Regiões Norte e Sudeste, pela configuração que foi apresentada. Mas há, evidentemente, num projeto de crescimento do País e principalmente pelo esgotamento do Rio São Francisco, a necessidade de integrar a Região Nordeste com a Região Norte. Então, qualquer empreendimento feito na Região Norte deverá levar em conta o reforço de linhas de transmissão para a Região Nordeste, através das interligação que estão sendo concretizadas, já disponíveis e que precisam de reforço.

Quais são as necessidades de reforço de linha de transmissão para o Sudeste, para que esse projeto tenha a capacidade de responder a uma possibilidade de aumento do consumo no Brasil? É evidente que estão dados esses elementos.

Quero crer que a proposta é uma excelente oportunidade para o debate. Foi com esse objetivo e com essa preocupação que propusemos a realização desta audiência, porque sabemos das necessidades para interligar a Região Norte e, acima de tudo, o complexo hidrelétrico brasileiro em escala nacional. A oportunidade vai ser oferecida com esse empreendimento, o que nos dará maior confiabilidade e disponibilidade para responder a esse desafio de crescimento.

Essas são as minhas preocupações iniciais. Evidentemente, com as explanações de V.Sa., eu poderia voltar a tratar da apresentação aqui feita.

Quero parabenizá-lo pela vontade política e pelo olhar no futuro, proposto com essa iniciativa. O País precisa de pensar grande. Foi citada, no início da palestra, a figura de Juscelino Kubitschek, inesquecível político brasileiro, estadista, que se caracterizou pela visão de grandes obras integradoras de um país grande como o nosso, que precisa de vontade política, coragem, ousadia. Esse é um dos projetos com essa perspectiva. Temos de voltar a pensar o Brasil de maneira grandiosa. Não podemos apenas fazer o que nos é sugerido por submissão a determinadas orientações políticas, que prevalecem em escala internacional e que muitas vezes nos deixam acomodados no sentido de administrar o chamado feijão-com-arroz do crescimento do País. Estamos necessitando de mais coragem e ousadia. Penso que esse empreendimento se soma a outros que serão necessários para promovermos aquela região

e efetivamente criarmos a base de um crescimento nacional sustentado, regionalmente equilibrado e que possa nos colocar em patamares que precisamos e requeremos, por conta dos desafios que temos pela frente e da grandiosidade dos nossos problemas sociais. Temos de criar condições para enfrentá-los. Acho que nessa iniciativa estão postos elementos para que possamos fazer esse discurso.

Eram essas as considerações que eu gostaria de fazer. Na continuidade, voltaremos a tratar de outros assuntos.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Rose de Freitas)

– Dr. José Pedro, V.Sa. tem 3 minutos para responder as perguntas do Deputado Fernando Ferro.

O SR. JOSÉ PEDRO RODRIGUES DE OLIVEIRA

– Rapidamente, dentro dos meus 3 minutos, tentarei comentar as questões do Deputado.

A obrigação de Furnas é colocar na prateleira do Governo Federal e do Ministério de Minas e Energia projetos viáveis. Quem decidirá se faremos ou não empreendimentos será o Governo do Presidente Lula.

Os empreendimentos devem ser combinados, sim. Não podemos trabalhar isoladamente. Há uma decisão do Ministério de Minas e Energia e da ELETROBRÁS no sentido de que os projetos do setor elétrico, no que tange às geradoras federais, sejam feitos com a participação de todos. Nesse caso, combinamos com o Presidente da ELETRONORTE, sócia do projeto do Rio Madeira, embora minoritária em relação a Furnas. Furnas é sócia nos empreendimentos da ELETRONORTE, por exemplo, o Belomonte. A CHESF é nossa sócia. Nós também somos sócios, participamos juntos dos leilões. Em resumo, no País, as geradoras federais trabalham juntas e há uma determinação de que todos os empreendimentos não sejam apenas de Furnas, mas da ELETRONORTE, CHESF, ELETROSUL, ELETRONUCLEAR, CEPEL, etc.

Tudo indica, portanto, que não haverá isolamento de Furnas na obra e não deixaremos de combinar, por intermédio do Ministério de Minas e Energia, qual obra deve entrar primeiro, qual empreendimento é mais vantajoso para o País. No entanto, Furnas tem de apresentar os projetos em que acredita na prateleira do Governo.

Sr. Deputado, temos grande experiência com usinas tipo bulbo. A CEMIG, onde trabalhei por 30 anos, opera 3 usinas tipo bulbo em Igarapava. Nós temos Canoas I e II, que operam turbinas bulbos. No que diz respeito à engenharia nacional hidrelétrica, não há nada, absolutamente nada no campo da eletroeletricidade em que o País não seja ponta no mundo. Então, temos experiência de usina tipo bulbo e elas funcionam muito bem dentro do nosso sistema hidrelétrico.

Quanto a conflitos com ambientalistas, sítios arqueológicos, populações indígenas e remoção de populações, no nosso projeto há uma vantagem, pois ele é calha de rio e não há necessidade de inundação. Por isso, não inundaremos áreas indígenas, tampouco mexeremos com as populações. Não temos em nosso projeto previsão de remover populações.

Assim que os documentos de viabilidade ficarem prontos, no próximo ano, teremos ocasião de detalhar o projeto, mas as águas da usina, pelo que propomos, ficarão restritas à calha dos rios. Portanto, não atingiremos populações, nem sítio, nem populações indígenas, o que nos ajuda.

Quando falamos de escoamento de produção pelos Rios Mamoré e Madeira, referimo-nos aos grãos de produção já existentes, principalmente nos Estados de Goiás e Mato Grosso, que hoje são transportados até Paranaguá de caminhão. Temos condição de, chegando aos rios mais embaixo, embarcá-los e assim melhorar o escoamento da produção da safra agrícola e transportá-los de maneira mais barata. Em nenhum momento, nem na transmissão, nem na geração, há um sítio em que haverá desmatamento de floresta. Estamos passando em uma faixa já existente. Não há dificuldade também nesse campo.

O Deputado está coberto de razão quanto ao que disse sobre os estudos GLTs. Criaremos uma condição nova para o Nordeste. Por meio da produção de energia nas usinas ligadas em Cuiabá e da sua interligação com o sistema elétrico brasileiro, poderemos transportar cargas para o Nordeste e, além do mais, aliviar aqueles itens do nosso sistema elétrico que hoje levam energia para a Região. Podemos, portanto, fazer intercâmbios de energia que beneficiam o Nordeste. Não fora isso, a CHESF não estaria conosco no empreendimento, nem a ELETRONORTE.

Não podemos, no entanto, falar sobre esse assunto ainda, porque não temos em mãos o estudo de viabilidade do Madeira. Teremos em março todas as hipóteses de engenharia. Tanto o do sistema de geração quanto o do sistema de transmissão estarão confirmados, pois até agora estão confirmados em um estudo que teremos ocasião de apresentar à ANEEL, à ELETROBRÁS, ao Ministério de Minas e Energia e, se for decisão desta Casa, aos Srs. Deputados.

Dentro do tempo que me resta, quero fazer um registro: temos agora um Presidente que está repetindo JK, acreditando no desenvolvimento. O Presidente Lula deu um passo, que é discutir o tema, porém, dentro do PPA. Não podemos segurar o desenvolvimento do País sem um gesto de fé que nos leve a ofertar energia. E isso o Governo está fazendo.

Agradeço muito as observações ao Deputado, porque vejo que é entendido nas questões energéticas. Portanto, S.Exa. honrou-nos sobremaneira com suas considerações. Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO – Eu só queria reforçar a preocupação que aponte. Acho que, ao final da intervenção, V.Sa. disse que não há ainda detalhamento das obras de engenharia. Mas eu me referia a uma descrição do projeto das usinas de Juá, Santo Antônio e Jirau, de quantas unidades haveria em cada uma e o reforço das linhas de transmissão. Isso implicaria quantas linhas? Que trechos principais seriam reforçados? Quantos quilômetros de linha de transmissão seriam agregados a esse projeto para viabilizar essa integração e essa interligação com os demais sistemas?

Não me parece que esteja previsto, a partir daí, fornecimento a Manaus. Há alguma previsão de suprimento a Manaus a partir desse empreendimento? Ou ele estaria voltado principalmente para a interligação com Cuiabá e o resto do País? Não vi em nenhum momento referências a suprimento a Manaus. Essa é a questão.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) – V.Sa. pode responder. Temos diversos inscritos, por isso estou restringindo um pouco o tempo.

O SR. JOSÉ PEDRO RODRIGUES DE OLIVEIRA – Deputado, houve uma decisão para o sistema elétrico brasileiro, já tomada, de que o fornecimento a Manaus será feito através da Linha Manaus-Tucuruí, pela CHESF, ELETRONORTE, ELETROSUL e por Furnas. Estudos mostraram que essa opção é melhor. Isso já está estudado e já há orçamento para essa linha apresentado ao Ministério. Acreditamos que esse é o caminho.

No que tange ao que temos, hoje há obrigação de fazer inventário e um estudo de viabilidade e registrá-los na ANEEL. Sabemos todas as respostas: teremos 102 máquinas, 50 numa usina, 52 em outras. São hipóteses de engenharia, pré-projetos. Somos obrigados a detalhar a viabilidade dos projetos e registrá-los na ANEEL.

Pelo andamento dos trabalhos, terminaremos a viabilidade em março, mas, até agora, estamos um pouquinho antes da metade. Todas as hipóteses de engenharia foram confirmadas, isto é, todos os anteprojetos foram confirmados. Isso significa que é bem provável que, quando chegar março, tanto a parte de transmissão quanto a de geração estarão confirmadas.

A transmissão é uma linha da usina até Cuiabá, de mais ou menos 1.200 quilômetros. Em que tensão? Talvez em 500kv, porque a opção dominante até agora foi essa. Mas lembro, Deputado, que, quando estáva-

mos estudando Itaipu, demoramos 3 anos para decidir se seriam 750kv, 500kv, se seria corrente alternada ou corrente contínua. Neste caso específico, achamos que será corrente alternada de 500kv. Mas a certeza daremos ao Governo e à ANEEL em março.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) – Com a palavra o Deputado Marcello Siqueira.

O SR. DEPUTADO MARCELLO SIQUEIRA – Inicialmente, cumprimento o Presidente de Furnas, Dr. José Pedro, pela brilhante exposição que fez. Não poderia ser diferente. Conheço o Sr. José Pedro há mais de 40 anos e sei da sua capacidade como engenheiro do setor elétrico – trabalhou na CEMIG por mais de 40 anos – e também da sua visão política. S.Sa. atuou em outras funções na vida pública, principalmente no Governo Itamar Franco, em Minas Gerais, como Diretor Financeiro da COPASA, como Presidente do BDMG e como Secretário da Casa Civil.

A simplicidade com que o Sr. José Pedro mostrou esse projeto do Rio Madeira é o importante. Em primeiro lugar, sem aquela vaidade de querer mostrar que somente agora isso apareceu. Disse S.Sa. que esse projeto já estava iniciado em Furnas ainda na administração do Deputado Luiz Carlos Santos e do Dr. Dimas Fabiano. É muito bom, na vida pública, o homem público dar seqüência e reconhecer o trabalho executado anteriormente, sem querer para si puxar os méritos todos. Isso faz com que o homem público tenha mais credibilidade, inclusive na casa que dirige.

O projeto do Rio Madeira tem várias finalidades. Esta é uma Casa política. Neste momento, não precisamos entrar em detalhes de como será feito. O importante é saber que serão barragens de pequena altura – 13 e 15 metros —, com a colocação de 102 turbinas bulbos, que não haverá formação de lago, o que quer dizer que a agressão será quase nenhuma ao meio ambiente, e que permitirá não só geração de energia, com 7 mil megawatts – teremos mais 1% sobre a potência instalada hoje somente naquela região, que tem pouca energia e cujo sistema é fraco. É aquela região da ELETRONORTE, mostrada naquele mapa, aquele vazio na Região Norte.

Quando falamos em obra, queremos dizer que ela gera energia e gera empregos, mantendo em funcionamento as empresas brasileiras de engenharia e as indústrias brasileiras que constroem turbinas, ajudando, dessa forma, a tirar o País do estado de letargia em que se encontra.

Além de gerar energia, o projeto permitirá também o escoamento de grãos. Aquela é uma região que já é hoje produtora de grãos e naturalmente se desenvolverá muito mais tendo saída para o Atlântico e também para o Pacífico.

Trata-se, portanto, de um projeto politicamente de várias finalidades.

Quando ouvimos falar sobre o assunto, voltamos ao que aconteceu no Brasil há 8 anos: o processo de privatização que se tentou fazer no setor elétrico. Não fossem homens como o Governador Itamar Franco; o Deputado Luiz Carlos Santos, que, quando Presidente de Furnas, lutou muito contra a privatização; o Dr. Dimas Toledo, atualmente Diretor de Furnas; o Conselheiro de Furnas, Aécio Cunha, que também foi um batalhador contra a privatização, não sei o que teria acontecido no Brasil. Esse projeto não existiria hoje se Furnas, a CHESF e a ELETRONORTE tivessem sido privatizadas. Esse movimento, feito por brasileiros com noção de pátria, contra o processo de privatização permitirá que o Governo do Presidente Lula, que inclusive apoiamos no Congresso Nacional, tenha condições de fazer investimentos, de gerar riquezas e empregos, de colocar o Brasil para a frente.

Esse movimento contra a privatização dessas empresas aconteceu também na CEMIG – e o Dr. José Pedro foi um baluarte. A CEMIG, como disse o José Pedro, foi criada por Juscelino para energizar Minas Gerais quando Governador do Estado. E energizou Minas Gerais. A primeira grande indústria que foi para Minas foi a Mannesmann, em função da criação da CEMIG. Depois, com a criação de Furnas, em 1957, Juscelino, já como Presidente da República, mas com os mesmos engenheiros que criaram a CEMIG, energizou o Brasil, principalmente a Região Sudeste.

O que fica provado? Que o Estado tem de ser democrático e forte para induzir o País ao desenvolvimento. Não adianta pensar que a iniciativa privada sozinha resolverá os problemas porque isso não irá acontecer. Quem puxa a iniciativa privada é o Estado, é o Estado que chama a iniciativa privada para participar.

Isso aconteceu quando eu fui Presidente de Furnas. Por determinação do Presidente Itamar Franco, foi feita a primeira obra em parceria no setor elétrico, a Hidrelétrica de Serra da Mesa, com capacidade de 1.200 megawatts, a primeira no Rio Tocantins. Hoje, quem participa lá? Furnas, com cerca de 50%, e, com 50%, o Consórcio VBC, que é o Grupo Votorantim, que precisa de energia, principalmente na produção de cimentos e alumínio, o BRADESCO, que tem dinheiro para investir nessas obras, e a Camargo Corrêa, que, além de ter sido uma das construtoras daquela obra, precisa de muita energia para a produção de cimento e alumínio. Então, há a junção do Governo com a iniciativa privada, mas puxada pelo Estado, para alavancar esse desenvolvimento. É isso que mostramos nessa exposição tão brilhante do Dr. José Pedro sobre aproveitamento do Rio Madeira.

Quando falamos desse assunto, uma coisa nos preocupa muito – daqui para frente, eu mesmo, que apóio o Governo Lula, reforçarei todo dia, toda hora —: se não mudarmos esse modelo econômico implantado há 8 anos e que continua no Governo Lula, o Brasil não chegará a lugar algum. O projeto do Rio Madeira precisa de recursos, que devem ser alocados pelo Governo. É caro? Não sei nem o preço, não importa, pois caro é pagar juros. Qualquer recurso que se investe em obra não é caro; caro é o que se paga de juros. O Brasil pagará, este ano, em torno de 150 bilhões de juros da dívida pública. Isso significa 10% do nosso PIB. Será possível que não há condições de negociar essa nossa dívida com os credores internos, para que esses recursos fiquem no País, para que o Governo possa alavancar o desenvolvimento e puxar com ele a iniciativa privada? É lógico que isso é possível, basta vontade política e coragem. Está faltando coragem ao Governo de renegociar, em termos altivos, essa nossa dívida pública; conversar com os credores, sejam eles internos ou externos, olhando olho no olho, no mesmo nível.

Fui diretor de um banco, assim como o Dr. José Pedro o foi. Fui diretor de um banco estatal, portanto, não fui banqueiro, fui bancário. Quando o credor senta na sua frente e está devendo, ele diminui de tamanho, fica pálido, a voz afina. O Brasil está assim! Ele não está sabendo negociar com altivez, mostrando que o País precisa ter recursos para se desenvolver e, no futuro, pagar sua dívida.

É necessário enxergar que, com essa política econômica aplicada no Brasil, ficaremos, como se diz na gíria, enxugando gelo ou limpando carvão; não iremos a lugar algum, não teremos recursos para fazer nada. As nossas estradas estão deterioradas. Vêm aí as chuvas. Tivemos um “apagão”, vamos acabar tendo o “paradão”, porque não há recursos para recuperar estradas. Não é possível, reforma tributária, reforma da Previdência e nada de reforma na política econômica. O País precisa renegociar sua dívida para que possa ter recursos e poder crescer.

Dr. José Pedro, parabéns pela exposição, parabéns a Furnas, exemplo de empresa estatal de ponta no setor elétrico, que vende tecnologia para o mundo inteiro, que tem um laboratório de mecânica dos solos em Goiânia, o maior do mundo, um laboratório de hidráulica em Jacarepaguá, no Rio de Janeiro, que também é um laboratório de ponta. Essa empresa tem todas as condições para fazer grandes obras e ajudar o País a se desenvolver. Mas para isso, como eu disse, é preciso mudar a política econômica, haver recursos para que o Governo possa chamar a iniciativa privada e patrocinar o crescimento deste País.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Rose de Freitas) – Antes de conceder a palavra ao Deputado Luiz Carlos Santos, peço ao Deputado Fernando Ferro para assumir a presidência dos trabalhos, porque estou sendo chamada para registrar presença na Comissão de Orçamento.

Concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Santos.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS SANTOS

– Inicialmente, quero cumprimentar a Deputada Rose de Freitas, que presidiu, como sempre, brilhantemente esta sessão, o Deputado Fernando Ferro, que assume a Presidência neste instante, o Presidente de Furnas, Dr. José Pedro, e o Sr. Marcos Lima, que foi nosso colega nesta Casa e hoje é Diretor de Indústria em Furnas.

Para mim, Dr. José Pedro, foi altamente gratificante ter ouvido sua exposição. Ela é uma prova de que Furnas sobreviveu. Sua exposição representa a retomada do sonho de Juscelino Kubitschek, a retomada do sentimento de grandeza que deve inspirar os movimentos deste País – gerar otimismo, gerar expectativas positivas que influam na economia.

Se me permite, gostaria de recordar rapidamente que, no dia seguinte ao que assumi a presidência de Furnas, haveria uma assembléia de cisão, de fatiamento da empresa em 3 pedaços. Furnas seria vendida açodadamente pelo BNDES pelo valor de 2 bilhões. Já que estava avaliado em 4 bilhões, metade do capital seria 2 bilhões e alguma coisa. Eu me opus. Presidia o BNDES o Sr. José Pio Borges. A equipe econômica, o BNDES e o Sr. Pedro Parente queriam vender rapidamente Furnas. Numa reunião geral, Pio Borges me disse: “*Quero que o senhor saiba que vou vender Furnas de qualquer jeito*”. Ele ia vender. Eu lhe respondi: “*Quero que o senhor saiba que, enquanto eu estiver nesta cadeira, o senhor não vende Furnas de jeito nenhum*”.

Isso me levou a dizer ao Presidente Fernando Henrique: ou ele ou eu, porque esse cidadão não tem condições éticas. Ele está interessado na venda de Furnas; transformou o BNDES numa corretora de venda de ativos. Ele está fazendo isso, isso e isso no BNDES; está fazendo negócios lá; eu não tenho condições de conviver com ele. Portanto, ou ele ou eu. O Presidente Fernando Henrique, a bem da verdade, em 30 dias o tirou do BNDES.

Furnas, então, ganhou fôlego. Quando digo Furnas, refiro-me ao sistema todo porque depois de Furnas viria a CHESF e a ELETRONORTE, que cairiam também.

A grande interessada na compra de Furnas era a Enron. Hoje, em vez de assistir à sua brilhante exposição, possivelmente estaríamos numa Comissão Parlamentar de Inquérito, ouvindo as razões por que quebraram Furnas, CHESF e ELETRONORTE, conforme aconteceu com a ELETROPAULO. A AES recebeu 1 bilhão e 200 milhões desse pessoal do BNDES e comprou os ativos da ELETROPAULO; hoje, a ELETROPAULO está aí, eles não pagam o BNDES. Tomaram 40% do capital de investimento do BNDES, que deveria estar estimulando o crescimento da economia nacional. Possivelmente, Furnas estaria na mão da Enron, quebrada, dando as explicações – e devendo. Portanto, sinto-me altamente gratificado por ter contribuído para que isso não acontecesse.

Depois de Pio Borges, Francisco Gros assumiu o BNDES. Ele também disse que precisava vender Furnas de qualquer jeito. Ele largou a diretoria de um *bank*, onde recebia em dólar uma fortuna, para receber 6.000 ou 7.000 reais por mês no BNDES. É um patriota. (*Risos.*) Começou então a pressionar a mídia, usando o poder do BNDES, para que eu caísse. Num jornal a que deu entrevista, saiu na primeira página: *Gros demite Luiz Carlos Santos*. Liguei para Fernando Henrique e disse que não sabia que o Sr. Gros tinha assumido a Presidência da República (*Risos.*), pois ele tinha me demitido, tinha dito que eu não podia continuar mais, que eu estava contrariando os processos de privatização que eles tinham instalado no País.

O que eles queriam fazer? Entregar os ativos nacionais a um controlador – podia ser a AES, a Enron, que quebraram –, quando o mundo inteiro privatizou abrindo o capital, fortalecendo o mercado de capitais, reforçando a poupança interna. Nenhum país cresce com dinheiro dos outros, só com poupança interna. Então, em vez de abrir o capital, queriam vender para o controlador, porque dava negócio; abertura de capital, não.

Fui ao Presidente Fernando Henrique. Fiz um estudo na Getúlio Vargas – V.Sa. deve ter tido acesso a ele, porque está em Furnas –, no qual mostrei que a privatização deveria ter sido conduzida como no Leste Europeu, na Inglaterra, que, depois da privatização do setor, a participação da população no mercado de capitais aumentou de 5% para 20%. Com isso, seguimos aquela privatização perversa, que queria entregar o setor para um controlador qualquer, a um preço vil. Isso foi evitado, mas ainda não é o suficiente. Nós evitamos que Furnas fosse esquartejada, assim como a CHESF e a ELETRONORTE, porém o que está por trás disso é uma política que fere a soberania nacional. Juscelino, quando precisava desenvolver os seus projetos, não consultava o Fundo Monetário Interna-

cional. Ao contrário, ele pôs esse pessoal para correr daqui. Quando construiu Furnas, ele não o fez com dinheiro nosso. Ele pegou dinheiro de fora. Quando havia o risco do chamado racionamento, o “apagão”, que acabou acontecendo, mandei várias advertências ao Ministério, baseado em informações dos técnicos de Furnas. E ao Presidente da República enviei 12 fax, dizendo que havia um risco iminente de racionamento, que Furnas estava cerceada na sua atividade de investimentos, porque havia uma cláusula do acordo com Fundo Monetário Internacional estabelecia metas de superávit primário e os investimentos da empresa pública eram considerados despesas. É uma contabilidade burra, que desserve ao País, que fere a soberania nacional, mas que prevaleceu e prevalece ainda. Ora, com esse tipo de contabilidade, Furnas não pôde fazer investimento que ampliaria em 2 mil *megawatts* sua capacidade de geração e, conseqüência, evitar o transtorno, a tragédia nacional que foi o racionamento, pelo qual estamos pagando até hoje. Não vou entrar em detalhes, mas todos conhecem bem a que ponto chegamos.

E como se encontra hoje Furnas? Há um projeto do Rio Madeira, um projeto *a la* Juscelino Kubitschek. Tem condições políticas para implementar esse projeto? Recentemente, houve uma advertência do Fundo que as estatais iriam gastar este ano 10 bilhões de reais acima do previsto. Furnas, pelo que sei, ainda está no Conselho Nacional de Desestatização – CND, em razão dessa obrigatoriedade sobre investimento e despesa. Furnas tem de se submeter a essa meta de superávit primário, que no Governo Lula foi ampliada sem que ninguém pedisse. O Fundo não pediu ao Presidente Lula e ao Sr. Ministro Palocci que ampliassem a meta de superávit primário. Eles o fizeram por iniciativa própria, generosamente ampliaram a meta de superávit primário e restringiram, por sua vez, claramente, a capacidade de investimento das nossas estatais.

Para sonhar o que Juscelino sonhou é preciso ter soberania. Se o Governo declara o Governo que não vai privatizar mais – a privatização de que eu falo é a privatização nociva; Furnas poderia estar na situação de uma PETROBRAS do setor elétrico, associada a parcerias privadas —, porém mantém a empresa no CND e se amplia a meta de superávit primário, como investir? É a primeira pergunta.

O Deputado Marcello Siqueira, que foi competente Presidente de Furnas, diz muito bem. Se, nesse processo de globalização, ficarmos permanentemente nos reportando a Fundo Monetário Internacional para saber se pudemos fazer isso ou aquilo, eles não vão permitir nunca que se desenvolva, por exemplo, o projeto do Madeira, porque eles são claramente contra o

desenvolvimento do País. A China, quando tem que fazer as suas hidrelétricas, não pergunta aos Estados Unidos, ao Fundo Monetário, se pode fazê-las ou não. Nos últimos 10 anos, ela tem crescido em média 8% ao ano. O Brasil exportava em 1980 para os Estados Unidos 17 bilhões. A China exportava 17 bilhões. Hoje, o Brasil exporta um pouco mais. A China exporta 100 bilhões, sem pedir a eles aconselhamento.

Ou nós afirmamos a nossa soberania ou não vamos realizar projetos como o do Madeira, não vamos poder sonhar o que Juscelino sonhou, vamos continuar sonhando errado, lamentavelmente.

O Governo Lula, que tem grandes compromissos sociais, vai entender em determinado momento que não pode ficar prisioneiro desses interesses, engessado nessa política. Portanto, venho aqui alertar, com apoio de outros companheiros, que temos de retirar determinadas empresas do CND. Trata-se de uma decisão emblemática, para mandar um recado lá para fora: aqui, mandamos nós. Se precisamos amanhã fazer uma hidrelétrica, vamos fazê-lo sem consultar o Fundo Monetário. Está ficando muito clara e cara essa dependência.

Vou concluir dizendo que dessa luta participaram vários brasileiros. O Deputado Marcello Siqueira modestamente disse que se omitiu, mas ele lutou. Lutou o Presidente Itamar, de quem sou amigo, como V.Sa., e tive a honra de ser seu Líder nesta Casa. Itamar lutou sempre com esse sentimento de brasilidade. Minas Gerais se levantou no caso da CEMIG. O parceiro da CEMIG é a mesma AES, da ELETROPAULO. O Dimas lutou. Outros participaram dessa campanha que saiu vitoriosa. Os sindicatos lutaram, ganharam, nós ganhamos, o Brasil ganhou.

Quero parabenizar V.Sa. pelo que vem fazendo em Furnas. Furnas sobreviveu. Foi uma luta emblemática. Mostrou que o Brasil não se vai entregar facilmente ao Sr. Gros da vida, ao Sr. Pio Borges da vida. Nós vamos afirmar a nossa independência, a nossa soberania, procurando sonhar um pouquinho – não precisa ser muito – com aquilo que Juscelino sonhou.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Ferro)

– Obrigado, Deputado Luiz Carlos Santos.

Ainda há 4 Parlamentares inscritos.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS SANTOS

– Quero-me desculpar com V.Exa. por ter passado o tempo e agradecer sua tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Ferro) – Fiquei meio tendente a interrompê-lo, mas não o fiz pelas contribuições que V.Exa. sempre tem dado à Comissão e pela experiência que passa a todos. Em homenagem ao seu trabalho no setor, não o interrom-

pi, mas não foi por falta de vontade, até por conta de democratizar de tempo e dar oportunidade aos demais Parlamentares. Peço desculpa aos outros Deputados, por não ter exercido o meu poder de controle de tempo. Eu gostaria de que tivéssemos o máximo de tempo para aprofundar o debate, mas, infelizmente, vou pedir a colaboração aos demais que se atenham ao tempo a cada um destinado, para podermos propiciar o direito de voz aos demais inscritos. Vou conceder a palavra a um bloco de 3 Deputados e, em seguida, devolver a palavra para o expositor, para, depois, dar a palavra aos Parlamentares que ainda estiverem inscritos.

Então, com a palavra o Deputado Hamilton Casara.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentar V.Exa. e os Deputados Luciano Zica e Jorge Bittar, pela iniciativa. Quero também cumprimentar o Presidente de Furnas, José Pedro Rodrigues, e apenas fazer alguns questionamentos a S.Sa.

Sou membro desta Comissão de Minas e Energia e da subcomissão da Comissão da Amazônia que avalia as potencialidades energéticas da Amazônia. Estivemos agora, com o Deputado Miguel de Souza e a Deputada Vanessa Grazziotin, viajando pela região. Tivemos oportunidade de ter uma convivência próxima com as equipes técnicas do Ministério de Minas e Energia, da ELETROBRÁS, de Furnas, da ELETRO-NORTE e de outras instituições.

Essas hidrelétricas serão construídas nos Vales do Guaporé, do Mamoré e do Madeira. Na realidade, em 1889, tiveram início, por meu avô, os primeiros trabalhos realizados naquela região. Depois, por volta de 1903, também a primeira empresa de navegação na região pertenceu a ele – depois ele foi cedida ao Governo, para que este pudesse promover o atendimento às comunidades ali existentes. Esse trabalho culmina em 1913, com o Marechal Rondon, e mais à frente no encontro com o ex-Presidente Roosevelt, e depois se direciona à região leste do Estado. Conheço muito bem aquela região, pois nasci lá.

Quero destacar algumas questões que registrei por meio da competente equipe técnica de Furnas, mas entendo ser necessário maior interação entre as áreas que estudam a viabilidade: a Universidade do Amazonas, o Instituto de Pesquisas da Amazônia e o Museu Emílio Goeldi, instituições de referência na Amazônia.

Aproveito a oportunidade para parabenizá-lo pela seleção dessas instituições, que verdadeiramente prestam um trabalho de cunho técnico-científico muito importante para aquela região. Precisamos nos aproximar mais das comunidades de base, das associações,

porque é inquestionável a interação que haverá tanto nos Estados amazônicos, principalmente da Amazônia Ocidental, quanto no restante do País.

Na sexta-feira retrasada, eu conversei com o Governador de Rondônia, Ivo Cassol, e, logo em seguida, com o Governador Jorge Viana, do Acre, e marcamos uma conversa com o Governador do Amazonas, Eduardo Braga. Falamos da sinergia política necessária para que se construa esse empreendimento e percebo que pode nascer, sem dúvida, um consórcio político entre esses 3 Estados, como muito bem lembrou o Deputado Fernando Ferro, aos quais, mais à frente, sim, se juntarão os Estados do Mato Grosso, Goiás e Tocantins, no que diz respeito à interligação e ao escoamento para o restante do País e para o mercado internacional.

Estou falando de tudo isso porque reconheço quão importante é consolidar uma obra dessa envergadura, a efetivação de uma matriz energética para a região, a fim de que possamos desenvolvê-la com base em critérios sustentáveis. Toda a região de fronteira necessita do braço firme do Governo para ajudá-la, como bem destacaram os Deputados que me antecederam, e a fim de sinalizar para a iniciativa privada sobre a necessidade de que seja ocupada de forma sustentada. Há conflitos nas regiões de fronteiras, por isso precisamos, sim, da presença forte do Estado brasileiro.

Essas usinas servirão para consolidar todo o processo, interligar e abrir os mercados regionais, com o envolvimento dos países vizinhos. V.Sa. abordou com muita precisão o assunto, o que muito me agradou.

Também foi muito bem levantada pelo Presidente Fernando Ferro a questão das minorias. Faço parte da Comissão de Meio Ambiente e Minorias e reconheço as necessidades dessas minorias, tanto os quilombolas quanto as comunidades indígenas e as populações tradicionais, no que respeita aos impactos ambientais. Precisamos, nessa fase, encurtar caminhos.

Eu vivenciei, Dr. José Pedro, umas experiências ainda num período recente como ex-Presidente do IBAMA, e noto que, muitas vezes, os licenciamentos ambientais são delongados, em virtude da falta de troca com as populações locais. Muitas vezes, confundidas por uma disputa de mercado, as populações locais são utilizadas, para usar uma expressão vulgar da região, como “bucha de cartucho”.

É muito importante a estreita relação dos estudos de viabilidade, como V.Sa. listou com muita propriedade, com aspectos voltados para o turismo e a pesca. As usinas de Madeira galvanizarão o *pool* tecnológico que já se conseguiu por meio de Furnas e de outras empresas nacionais, visando a se minimizar os impactos causados por outras usinas, como já foi mostrado

em transparências, a exemplo das usinas de Balbina, Jirau e Santo Antônio.

Essas preocupações preliminares vão pavimentar o caminho de tal maneira que o estudo de impacto ambiental há de ser feito com maior celeridade e segurança, resguardando o que queremos: a consolidação da matriz, contribuição fortíssima para o processo de desenvolvimento regional, e, ao mesmo tempo, a definição da política ambiental para a região. Vejo com muita satisfação sua preocupação relativamente a essa inter-relação com os países vizinhos. Isso nos agrada e, eu diria, é um facilitador para a consolidação desse projeto.

Eram essas as minhas considerações.

Agradeço sua presença e o parabeno pela explanação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Ferro) – Muito obrigado, Deputado Hamilton Casara.

Em razão de a maioria das intervenções estarem sendo de considerações e de poucas perguntas, até para concluir, pois só há mais 2 Parlamentares inscritos, vou conceder a palavra a eles na seqüência e, em seguida, ao Dr. José Pedro. Assim, a fase de questionamentos e considerações do Plenário se encerraria.

Estão inscritos os Deputados Hélio Esteves e Mauro Passos.

Concedo a palavra ao Deputado Hélio Esteves. Peço a S.Exa. que se atenha aos 5 minutos. Como o Deputado Hélio Esteves é do PT, tenho mais liberdade para lhe cobrar o tempo.

O SR. DEPUTADO HÉLIO ESTEVES – Sempre quem é da casa acaba tendo de arcar com um peso maior de responsabilidade.

Gostaria de saudar o Presidente de Furnas, Dr. José Pedro, o Presidente desta Comissão, Deputado Fernando Ferro, todos os Parlamentares e demais participantes desta audiência pública.

Para nós, é motivo de satisfação ver uma empresa do porte de Furnas, com sua experiência na geração e transmissão de energia, ter vontade de se instalar na Amazônia. A região tem por característica amortizar a médio e longo prazos os investimentos que lá são feitos. Por quê? Porque é uma região em desenvolvimento, onde a energia é fator de desenvolvimento e de atendimento ao social.

Nesse sentido, achamos muito importante que mais uma empresa do setor elétrico se instale na região, a fim de melhorar e contribuir para a geração de energia. Lógico que temos, como amazônida, uma pontinha de ciúmes, porque torcemos também pela ELETRONORTE, mas, como brasileiro, devemos torcer pelo desenvolvimento do País e de nossa região. Que

sejam bem-vindos os empreendimentos que Furnas está pretendendo fazer no Rio Madeira.

Gostaria também de fazer uma pergunta: a quanto andam os trabalhos de impacto ambiental e social? Isso engloba todas as comunidades que estejam sendo atingidas direta e indiretamente. Temos experiências com relação à ELETRONORTE. Somente hoje estão sendo mitigados os impactos ocorridos. Comunidades, vilarejos e até Municípios, de início, não foram beneficiados com a energia gerada pelo Projeto Tucuruí. Portanto, seria importante que estivesse inserido nesse projeto o atendimento a essas comunidades. Não desconhecemos que esse atendimento realmente precisa de estudo minucioso, porque a população da área é rarefeita. Muitas vezes há dificuldades até em relação a atendimentos prioritários, como no tocante aos setores saúde e educação. Com relação à energia elétrica não seria diferente.

Gostaria não de discordar, mas mostrar a realidade para o Deputado Marcello Siqueira, que tem grande experiência no setor, mas que, de certa forma, está impaciente, como todo o povo brasileiro, com a falta de investimento não só no setor elétrico, mas também em estradas, por exemplo. Neste primeiro ano do Governo Lula temos de saber onde estamos pisando. E estamos fazendo isso muito bem, até porque o Ministério dos Transportes precisa ser tratado com muita atenção, para que não ocorram os mesmos desmandos do passado, com o não-aproveitamento correto do dinheiro público. Acredito estar havendo cautela, mas, com certeza, ano que vem teremos resultado muito melhor do que em Governos anteriores. Como membro e defensor do Governo é que destaco esse aspecto, acreditando podermos ter um futuro melhor.

Todos desta Comissão deveremos trabalhar no sentido de retirar para o desenvolvimento do País não podem ser tratadas dessa forma, ficando em situação de indefinição: se investem ou não; se caminham ou não para frente. Temos de tomar essa decisão. Esta Comissão tem condições de definir essa questão ou de influenciar no seu encaminhamento, a fim de que o País volte a se desenvolver no setor de energia elétrica.

Era essa a nossa contribuição. Reitero o questionamento sobre os impactos sociais e ambientais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Ferro) – Obrigado, Deputado Hélio Esteves, V.Exa. foi pontual.

Passo a palavra ao último inscrito, Deputado Mauro Passos, e, em seguida, devolverei a palavra ao Dr. José Pedro.

O SR. DEPUTADO MAURO PASSOS – Saúdo o Presidente de Furnas, Dr. José Pedro, e o nosso Pre-

sidente, Deputado Fernando Ferro. Aliás, S.Exa. me pareceu despreocupado, quando disse que começaria a controlar o tempo do pessoal do PT. Pensei até que iria dizer que o pessoal do PT fala muito. Mas, na verdade, o que S.Exa. quer é que todos cumpramos o horário, e eu, com certeza, não vou avançar no tempo estabelecido.

A rigor, não tenho nenhuma pergunta, mas sou obrigado a fazer algumas observações em razão de comentários que surgiram durante o debate.

Muito embora tenha sido indagado se ainda se encontra no programa do CND – sentimento que gostaria de compartilhar com todos —, a questão das privatizações está completamente superada no atual Governo. Não há a menor possibilidade nem espaço para levá-la. A prova maior foi recente a participação das empresas estatais em 7 leilões sobre linhas de transmissão – as empresas estatais venceram 4 – com investimentos na ordem de 2 bilhões de reais, dos quais participaremos com 70%.

Portanto, essa é uma questão superada no atual Governo. Talvez, esteja havendo excesso de zelo de não anunciá-lo ao mundo, mas, na prática, estamos efetivamente retomando os investimentos estatais do País.

Também gostaria de comentar a questão das dívidas. Temos outra dívida que ninguém menciona, ninguém cobra, extremamente expressiva e importante para nosso desenvolvimento: as dívidas internas. No final da semana passada, participei do Encontro Nacional dos Procuradores da Fazenda. Então, tomei conhecimento que são quase 200 bilhões de reais adormecidos em berço esplêndido que não estamos conseguindo cobrar. Se esse montante fosse cobrado, entraria um volume fantástico de recursos tanto para as demandas sociais quanto para as demandas da infra-estrutura.

No caso de Santa Catarina, o nosso Estado, as dívidas identificadas com a União somam 5 bilhões de reais. Estamos há anos tentando concretizar a duplicação da BR-101, trecho Florianópolis/Osório, fronteira com o Rio Grande do Sul. O valor dessa obra corresponde a um terço do que deve à União. Os Procuradores, responsáveis por uma atividade-fim do Estado, mostraram nesse Encontro as dificuldades por eles enfrentadas para que a cobrança seja efetivada. E o custo da cobrança quando feita pelo Estado é extremamente baixo em relação ao feito por qualquer escritório de advocacia que exerça esse papel. Para cada 100 reais cobrados pela União, o custo é de 1,4 reais. O que existe atualmente é um verdadeiro exército de escritórios de renome na advocacia nacional

que impede, inibe e dificulta cobranças mais do que líquidas e certas.

Essa é uma questão que, penso, mereceria desta Casa, obviamente não desta Comissão, uma efetiva ação política, para que os maus pagadores do passado não se utilizem dos instrumentos que, às vezes, a lei permite, ficando eternamente devedores da União.

Por fim, gostaria de fazer uma rápida observação. Do ponto de vista da engenharia, esse projeto não apresenta nenhuma dificuldade, pois, como bem colocou o Presidente de Furnas, a nossa Engenharia tem perfeito domínio até mesmo em relação às turbinas. É claro que sempre nos preocupamos com a questão ambiental, que deve ser o grande norte desse projeto e receber a máxima atenção. Hoje, casos como o de Balbina e outros, não prosperariam em âmbito de Brasil. Como observei a preocupação das instituições contratadas para subsidiar Furnas nessa área, também me tranqüilizei em relação à preocupação presente na própria empresa. Acredito ser um projeto, acima de tudo, desenvolvimentista.

Participei, semana passada, de seminário de integração sobre a ligação do Oceano Pacífico com o Atlântico, projeto belíssimo e que, com o tempo, há de ser implantado. Não há como nos distanciarmos disso, até porque faz parte da política de Governo a integração física da América do Sul. A questão tem de estar presente em todo debate daqui para frente. A posição do Presidente Lula com o Presidente Kirchner, há duas ou três semanas na Argentina, foi no sentido de sinalizar não apenas a integração política, mas também a integração física da América do Sul. Se isso estiver presente nas ações de Governo, daqui para frente, projetos dessa natureza e dessa amplitude, com certeza, têm de constar da pauta do nosso Governo.

Por essa razão, cumprimento Furnas pela iniciativa.

Mas, não vamos nos dividir nem sentir qualquer tipo de ciúme sobre se o projeto é de Furnas ou da ELETRONORTE. O projeto é do Brasil e, pelo próprio tamanho e desafio que encerra, com certeza, tem de ser integrador das empresas que hoje fazem parte da *holding* ELETROBRÁS e não desintegrador ou eventualmente um possível foco de ciúmes e de controvérsias sobre quem está à frente dessa empreitada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Ferro) – Obrigado, Deputado Mauro Passos.

Passo a palavra ao Dr. José Pedro, para suas considerações, respostas e fechamento de sua participação na audiência.

O SR. JOSÉ PEDRO RODRIGUES DE OLIVEIRA – Sr. Presidente Fernando Ferro, não vou me alongar. Entendi o recado de V.Exa.

Poderia terminar dizendo que Furnas agradece. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Ferro)

– Sr. José Pedro, ouvimos várias considerações; assim, serei tolerante e concederei o tempo necessário para V.Sa. fazer os esclarecimentos necessários. Espero apenas que V.Sa. administre o tempo para tal.

O SR. JOSÉ PEDRO RODRIGUES DE OLIVEIRA – Prometo ser breve.

Começarei de trás para frente, agradecendo ao Deputado Mauro Passos, que se referiu à questão das linhas de transmissão – participamos do leilão com a iniciativa privada —, à CPI da Privatização, aos recursos necessários para os empreendimentos e à hipótese de ciúmes, o que hoje é impossível, porque no momento o Governo Lula inovou muito nesse particular.

Hoje não se faz qualquer empreendimento do setor elétrico a não ser que as 4 geradoras federais participem juntas. Então, estamos tranqüilo; não vamos, de forma alguma, pensar num projeto sem ouvir nossas co-irmãs, e já somos sócios nos empreendimentos, na fé e até na vontade de fazer uma oferta de energia para o desenvolvimento do País.

Tenho a impressão de que na palavra dos diversos Deputados que nos honraram com seus comentários ficou patente que há geral apoio à iniciativa destinadas a alicerçar o desenvolvimento do País com base em energia elétrica e hidrelétrica. O Projeto Madeira será colocado por Furnas na prateleira do Ministério de Minas e Energia; registrado o projeto na ANEEL, ficaremos esperando que decisões maiores e estudos de mercados complementares, estudos políticos sociais em toda a América Latina determinem o momento de começá-lo. E ele terá início não apenas com a união de ELETRONORTE, Furnas, CHESF, ELETROSUL, ELETRONUCLEAR, pois todas elas terão que trabalhar no empreendimento, mas com a união de todas as correntes políticas, da mesma maneira como aconteceu com o Projeto Itaipu, também tendo em mira que esse projeto faz parte das ações brasileiras no sentido de unir a América.

Há interesses maiores que não querem isso, mas nós só poderemos dialogar com essas nações se estivermos juntos, e até hoje estivemos separados, estamos sendo juntados neste Governo. Então, há um forte apelo de união territorial latina nesse projeto, projeto que é, sob esse aspecto, singular, não existe no mundo um projeto que disponha dessas características.

Quanto ao Deputado Hélio Esteves, ele disse da sua preocupação sobre impactos ambiental e social e atendimento às comunidades. Vamos esperar cumprir isso nos estudos de viabilidade ambiental que já estão sendo desenvolvidos.

O Deputado Hamilton Casara mencionou seu conhecimento da região. Nós precisamos aproveitar esse conhecimento para não cometer erros na condução dos projetos.

Dos ex-Presidentes de Furnas, refiro-me, primeiro, a Marcello Siqueira, meu amigo de 80 anos – digo 80 anos porque pai dele era amigo do meu pai e me curou – com quem tenho liberdade para brigar mais do que com os outros, e a Luiz Carlos Santos, homens que honraram a presidência de FURNAS e a defenderam da privatização, numa luta da qual vários participaram, mas cujo participante maior foi o Presidente Itamar Franco. Não lutamos contra a privatização, em hipótese alguma. A Constituição brasileira já determina o espaço da iniciativa privada e da iniciativa governamental. Nada da iniciativa do setor elétrico foi feito só pelo Governo. Acontece que, num determinado momento da história, se pensou que podíamos privatizar o quilowatt já instalado, as linhas de transmissão e de distribuição já instaladas. Isso é um absurdo.

Tomei conhecimento da manobra muito antes daquele momento tão bem lembrado aos senhores pelo Dr. Luiz Carlos Santos: quando o então Presidente Itamar, por intermédio do Marcello Siqueira, que ainda não era Deputado, nos chamou para que conversássemos com o Ministro Stepanenko. Daí resultou nossa ida a São Paulo, onde fomos recebidos pelo Dr. Pérsio Arida, na Av. Paulista, ocasião em que ele nos mostrou o planejamento que se fazia sobre a privatização do setor elétrico brasileiro. Voltei a Brasília e informei ao Presidente Itamar Franco que aquele planejamento redundaria no que redundou. E que não poderíamos aceitar cargo no BNDESPAR para realizar aquela tarefa, porque o Presidente da República não tinha ainda o conhecimento das repercussões graves, da qual concepções errôneas que se estava tentando, por meio daquele projeto, dar ao sistema elétrico brasileiro.

De forma alguma o sistema elétrico brasileiro quer afastar a iniciativa privada. Pelo contrário, queremos nos unir à iniciativa privada, como bem disse o Marcello Siqueira, com o chamamento do Governo Federal, porque só ele sabe determinar as oportunidades. O Dr. Luiz Carlos Santos ressaltou muito bem: transferir ativos depreciados para iniciativa privada é crime de lesa-pátria. E CPIs, tanto em Minas Gerais quanto aqui no âmbito federal, já determinaram a abrangência, as repercussões desse crime de lesa-pátria. Quem conhece o setor elétrico sabe que leva o setor elétrico brasileiro a uma situação inadmissível. Seu objetivo é servir a Nação, e ninguém pode pressupor que ele seja capaz de propiciar retorno rápido de capitais especulativos, pela simples razão de que geração, transmissão e distribuição não permitem retorno

rápido. O povo, na sua sabedoria, já considerou essas ações como “ações de viúva”. Ou seja, queremos, sim, a participação do capital com retorno de 30, 40 anos; um retorno de 3, 4, 5 anos só leva à depreciação dos nossos reservatórios, à não-manutenção do sistema de transmissão e distribuição, e tudo isso que ocorreu no País. Isso foi um erro, foi um crime já detectado e que não acontecerá mais.

Estamos junto com a iniciativa privada desde a construção de Três Mais, por Juscelino. Estivemos juntos com a iniciativa privada em Serra da Mesa, em Rio do Peixe, mas como parceiros e não como transferidores de ativos brasileiros, construídos com nosso suor.

Agradeço as palavras dos ex-Presidente de Furnas. Espero honrar a cadeira de Presidente, como os senhores a honraram.

Agradeço igualmente ao Presidente Fernando Ferro, que, como os senhores viram, é grande conhecedor da situação do setor elétrico brasileiro e colocou questões importantes que tentaremos resolver juntos com os Srs. Deputados, com os órgãos que controlam o meio ambiente, com a população brasileira em geral e, principalmente, como mencionou o Deputado Hamilton Casara, com a população daquela região que a conhece muito melhor do que nós.

Para finalizar, quero enfatizar a frase que temos pregado: o progresso encontra oferta de energia elétrica. Se queremos desenvolver, estruturar este País, dar emprego, criar novas condições de desenvolvimento, temos de oferecer energia elétrica e, principalmente, energia hidrelétrica.

Muito obrigado a todos pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Ferro)

– Muito obrigado, Dr. José Pedro.

Quero expressar, em nome dos demais membros desta Comissão, a satisfação de podermos tomar conhecimento das importantes informações que V.Sa. nos trouxe sobre os estudos desenvolvidos, sobre a repercussão dos trabalhos, sobre a não-agressão às populações existentes.

Teremos de tratar desse tema quando do projeto de engenharia mais detalhado chegar a esta Casa. Mas, agora, queremos lhe agradecer por essas informações extremamente importantes, principalmente por sabermos que o Estado novamente está sendo colocado na condição de indutor de investimento e fomentador do desenvolvimento. Isso nos garante que a parceria com a iniciativa privada será muito proveitosa, mas tendo o Estado a obrigação de atender às necessidades de desenvolvimento daquela região.

Agradecemos também aos Srs. Parlamentares a presença.

Antes de encerrar esta reunião, convoco os integrantes desta Comissão para reunião a ser realizada na próxima semana.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a presente reunião

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas)

– Declaro aberta a reunião de audiência pública para discussão a respeito da construção de hidrelétrica no Rio Madeira, bem como do projeto de aproveitamento hidráulico da região, em razão do Requerimento nº 73, de 2003, de autoria dos Deputados Luciano Zica, Fernando Ferro e Jorge Bittar, aprovado em 25 de junho.

Cumprimento todos os presentes, em especial o Dr. José Pedro Rodrigues de Oliveira, Presidente de Furnas Centrais Elétricas, a quem convido para tomar assento à mesa, o nosso querido ex-colega, ex-Deputado Marcos Lima, brilhante Parlamentar, hoje diretor de assuntos institucionais de Furnas, e o Sr. Márcio Porto, assistente do presidente.

Informo aos Srs. Parlamentares que a lista de inscrição para aqueles que queiram participar do debate encontra-se sobre a mesa. Quem desejar interpellar o expositor, deverá dirigir-se à mesa e registrar o nome.

O convidado disporá de 20 minutos para sua exposição, durante o qual não poderá ser aparteado.

O SR. DEPUTADO AROLDO CEDRAZ – Sra. Presidenta, gostaria de submeter a V.Exa. e aos meus pares complementação, para efeitos regimentais, do Requerimento nº 41, de 2003, de minha autoria, ao qual foi apensado requerimento aprovado do Deputado Dr. Heleno, sobre a audiência pública para que tratássemos dos combustíveis usados na aviação.

Convidamos o Dr. Adalberto Febeliano, Diretor Executivo da Associação Brasileira de Aviação Geral – ABAG, o Sr. George Ermakoff, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias – SNEA, o Comandante Wellington Valente de Araújo, da DF Patrimonial, o Sr. Fernando Alberto dos Santos, representante do Sindicato Nacional das Empresas de Táxi Aéreo – SNETA, o Sr. Carlos Heitor Belleza, Diretor do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola – SINDAG, o Sr. Apóstole Laca Crisafides, Diretor da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Aéreo Regional – ABETAR, e o Major-Brigadeiro Washington Carlos de Campos Machado, Diretor-Geral do Departamento de Aviação Civil.

Submeto esses nomes à apreciação dos meus pares, para que em breve possamos realizar na Casa essa audiência pública.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) – Concedo a palavra ao Dr. José Pedro Rodrigues de Oliveira.

O SR. JOSÉ PEDRO RODRIGUES DE OLIVEIRA – Saúdo a Sra. Deputada Rose de Freitas, 2ª Vice-Presidenta desta Comissão, os Deputados presentes, em especial o Deputado Marcello Siqueira, que foi Presidente de Furnas, e o ex-Deputado Marcos Lima, atual diretor da empresa, que muito nos tem ajudado assessorando a empresa nos rumos que iremos tomar, inclusive sobre o assunto da reunião de hoje, que é a questão do Rio Madeira. Saúdo também o Deputado Luiz Carlos Santos, ex-Presidente de Furnas, que acaba de chegar.

Peço licença para tratar da questão não simplesmente com exposição de dados técnicos sobre uma obra que Furnas pretende realizar e o Brasil precisa. Nós vamos contar a respeito da obra discutindo o contexto da questão energética no País, discutindo um pouco sobre Furnas, sobre a sua história e como enxergar o futuro da energia elétrica no Brasil; como Furnas e, em particular, o Madeira se colocam nesse futuro.

Informaremos algumas coisas sobre Furnas. De pontos em pontos, vou-me valer de projeções que facilitam a apreensão do que iremos dizer.

Solicito ao superintendente de Furnas que projete algo sobre a empresa.

(Segue-se exibição de imagens.)

Esses dados são conhecidos, mas dizem respeito mais ou menos à condição do tronco de Furnas no sistema elétrico brasileiro. Ali aparece a potência instalada de Furnas. Colocamos 9.292 megawatts mais 450 megawatts. É importante assinalar a parceria público-privada com a EDP, que resultou no retorno de Furnas para a geração de energia elétrica no Rio do Peixe, a construção da Usina de Peixe Angical, com 452 megawatts, por meio de acordo findado recentemente. As obras reiniciadas na usina irão acrescentar 450 megawatts, que é a capacidade instalada no Brasil.

Embaixo, temos 10 mais uma hidrelétrica, 2 termelétricas e 46 subestações.

É importante a referência às linhas de transmissão, que estão na mídia em todos os países do mundo. O País investia pouco em linhas de transmissão. Alguns países estão problemas, pois as linhas estão velhas. Furnas administra 18 mil quilômetros de linhas de transmissão, do Paraná até o Mato Grosso. Está no centro do sistema elétrico e termelétrico brasileiro. Isso é importantíssimo para assegurar energia aos brasileiros. Pelas linhas de Furnas passam mais ou menos 60% da energia comercializada no País.

Esses são indicadores financeiros de Furnas, apenas para nivelamento. O importante é mostrar que a empresa possui endividamento muito pequeno entre as empresas do setor – 16% sobre o patrimônio líquido —, o que nos permitirá no futuro alavancar recursos para construção de novas e importantes obras, inclusive a do Madeira. Os dados são de 2002 e dizem respeito à administração do Dr. Luiz Carlos e à do Dr. Dimas Fabiano.

Vamos falar a respeito da energia elétrica no Brasil.

Nos anos 50, um dia estávamos sem energia elétrica e atravancando o desenvolvimento econômico do País. O ponto importante dessa situação é que tínhamos pequenas empresas privadas distribuídas pelo País e que não eram interligadas. Havia dificuldade de garantir ao País recursos energéticos necessários para o seu desenvolvimento. Houve um gesto de fé, de coragem e categórico, que foi a decisão do Presidente Juscelino Kubitschek de criar a CEMIG como empresa mista e determinar a criação de Três Marias.

Isso está no foco de toda a nossa apresentação. Temos várias formas de resolver problemas. Temos métodos algoritmos, numéricos; e métodos intuitivos, de fé. Uma obra de energia elétrica demanda mais ou menos 5 anos. Prever o futuro do País é difícil. Em determinado momento, alguém será obrigado a ter um gesto de coragem.

A pergunta de sempre é a seguinte: o que vem primeiro, o requisito determinado pelo desenvolvimento, ou seja, a vontade expressa de progredir, a necessidade expressa de energia elétrica, ou a oferta de energia elétrica? Nós, de Furnas, acreditamos que o progresso encontra oferta de energia onde ela se situar.

O Presidente Juscelino acreditou nisso. Quando criou a CEMIG e determinou o início da obra de Três Marias, no início do seu Governo, não havia consumo que justificasse a obra. Mas Juscelino soube que, se fizesse a obra, Minas poderia atrair investimentos e empresas para justificá-la. Então, houve um gesto de fé, de coragem, que não foi numérico.

Os métodos numéricos servem muito para embasar decisões políticas, mas não para determiná-las. Os métodos numéricos não dão fé, porém, aprovam os estudos de técnicos. E estudos de técnicos são sempre setoriais. Quem conhece o País como um todo usa estudos técnicos para embasar decisões maiores, baseadas na fé. Temos de ter fé de que este País vai crescer, temos de oferecer energia porque ela antecede o progresso. O progresso encontra energia.

Esse gesto de fé foi expresso também por Juscelino na hora em que criou Furnas. Esse gesto de fé já foi expresso pelo Presidente Lula no momento em

que, no primeiro ano de seu Governo, vai mudar o modelo econômico que rege as relações de troca entre os agentes do sistema elétrico. Além disso, houve a inclusão do Rio Madeira no PPA. São gestos de fé que garantem o desenvolvimento. Quem faz esses gestos acredita no desenvolvimento, é otimista com o desenvolvimento do País. É sobre isso que vamos falar na nossa seqüência.

Esse pequeno quadro mostra que, nos idos de 1960 até 2002, houve brutal aumento na capacidade instalada neste País. Houve – como V.Exas. conhecem, não vou discutir aqui – um ponto de inflexão na variação da capacidade instalada: um percentual menor levou a dificuldades já amplamente discutidas que resultaram no chamado “apagão”.

O gráfico mostra que até o ano de 2002 este País foi capaz de realizar o maior programa de expansão da capacidade energética de que se tem notícia no mundo. O País praticamente saiu do zero, com empresas estatais. A criação da CEMIG foi uma intervenção de domínio econômico. Ela nasceu intervencionista e privatista. A oferta de energia cresceu até aquele ano. É absolutamente desproposital falar que foram empresas do Governo, como a CEMIG e a COPEL, que realizaram isso. Não. Foi obra do Governo juntamente com a iniciativa privada.

No setor elétrico, nasceram todas as grandes empreiteiras neste País. O setor elétrico dinamizou, criou e fez florescer o sistema eletroeletrônico. Numa parceria constante, desde o início, empresários do Governo e privados fizeram esse sistema crescer.

Essa curva mostra exatamente o que falamos. Há sempre uma oferta de energia superior a um determinado desenvolvimento econômico. Se nós crescermos 4%, a energia elétrica tem de crescer 6,6%. Mais à frente vamos falar sobre isso.

Essa é uma curva que mostra a evolução do PIB e a evolução da potência instalada no Brasil – a potência instalada, puxando o PIB, estando acima dela.

Agora nós vamos olhar para o futuro. Vamos discutir o que os técnicos estão tentando fazer agora. Eles conseguem chegar a um determinado ponto, mas não conseguem evoluir.

Quando fazemos uma viagem – permitam-me, Srs. Deputados, uma figura – quando saímos do Rio para a minha querida Juiz de Fora, por exemplo, ligamos o farol baixo e aí podemos iniciar a viagem. Em determinados momentos da viagem, ligamos o farol alto e conseguimos enxergar um pouco mais à frente. Por exemplo, pode haver uma barreira em Petrópolis, mas continuamos viajando. No momento, essa figura se aplica porque estamos num período de transição difícil, em que a Ministra Dilma Rousseff tem tentado

discutir com os diversos agentes do sistema elétrico nacional uma solução para o novo modelo, cuja criação está prestes a ser terminada.

No entanto, precisamos saber como o Brasil vai crescer, se vai crescer muito, pouco ou mais ou menos. Qual seria a oferta de energia necessária para alavancar esse desenvolvimento? Portanto, ao lado dos estudos técnicos, temos indicadores e, ao lado dos indicadores, atos de fé.

Segundo os estudos mais recentes de Furnas, que vamos relatar agora aos Srs. Deputados, vai haver grande desenvolvimento econômico no País – e isso, certamente, vai requerer brutal oferta de energia.

Quais são os indicadores que nos levam a pensar assim? Inicialmente, vamos discutir alguns deles. O primeiro está aí exposto. Ele diz respeito ao IDH do Brasil comparado à média mundial. Não se tem falado muito disso, mas, se olharmos a ponta desta figura, verificaremos que, em termos de educação, o Brasil evoluiu muito. O Brasil é o país da América Latina que mais evoluiu em termos de IDH – e muito por causa da educação. Na ponta de cá, em termos de educação, a média nacional chega perto da de países mais avançados.

Nas outras duas pontas – longevidade e renda –, porém, o País está atrasado. O que aconteceria se, em decorrência dos programas sociais hoje conduzidos pelo Presidente Lula, o País evoluísse muito em termos de renda? É o que, no nosso entendimento, vai acontecer. E, em evoluindo em termos de renda, haverá forte demanda de energia. Por exemplo, com a universalização, precisaremos de mais energia. Vamos ver isso à frente.

O primeiro sintoma de crescimento é o movimento da taxa de IDH. Achamos que todos os Estados e Municípios brasileiros, daqui para a frente, vão apresentar evolução de IDH no que diz respeito a longevidade e renda.

Este quadro mostra que há uma relação mundial entre o IDH e a necessidade de energia elétrica, um desdobramento do comentário feito há pouco.

A outra questão que gostaria de mostrar aos senhores está no mapa. Se olharmos aqui, à direita do mapa, desde o Sul até o Norte, vamos verificar que esta parte do País está coberta por um grande sistema elétrico. Se olharmos esta outra parte do mapa aqui, vamos ver que aí não há nada de sistema elétrico – isso já aconteceu nos Estados Unidos. E nos perguntamos: se daqui a 10 anos viermos conversar com os Srs. Deputados, vamos apresentar este mesmo mapa do Centro-Oeste? Alguém acredita que o País vai continuar esquecendo, em termos energéticos, essa região? Não continuará. Forçosamente vamos

nos lembrar dessa região, que está demandando de nós maior cuidado em termos energéticos.

Hoje aqui não há nada, mas vai haver daqui a 10 anos. Ninguém acredita que esse mapa ficará vazio. A marcha para o Centro-Oeste vai se dar, porque está fincada em desenvolvimento, como vamos ver na justificativa do nosso projeto.

Este é um outro quadro para o qual chamo a atenção dos Srs. Deputados.

O programa de universalização vai atingir 10 milhões de pessoas, em 2 milhões de domicílios, a curtíssimo prazo. Temos meta de ligar 400 mil no próximo ano. Esse programa vai ser lançado, pelo Presidente Lula, no dia 11 do próximo mês, com metas rígidas, e fará avançar a demanda de energia elétrica.

Se estamos certos de que haverá crescimento e que se dará uma marcha para o Centro-Oeste, e se o IDH mostra que teremos modificação no perfil de renda e de distribuição, é claro que teremos crescente demanda de energia elétrica, uma demanda maior do que a apontada por todos os estudos até então feitos.

E quais são esses estudos? Há estudos feitos pelo Ministério de Minas e Energia, pela ELETROBRÁS, pela FIENG e, agora, um realizado por Furnas, que acrescentou aos demais uma análise dos empreendimentos em andamento. Quais as conclusões desse estudo de Furnas? Vejamos.

Neste quadro estão as condições em que Furnas se baseou para examinar o que acontecerá com o Sistema Elétrico Nacional à frente. Estamos trabalhando em Furnas com 3 hipóteses analisadas por nossos engenheiros e economistas. Numa hipótese forte, no período de 2003 a 2013, haveria um crescimento médio de 5,3% da economia; numa hipótese de referência, de 4,2%, e, numa hipótese fraca, de 1,7%. Esses são os dados que permitiram chegar àquela média.

Perguntamos: se o País crescer a taxas fracas de 1,7% a 2%, que energia será necessária? Furnas responde: não será necessário mais nada do que a energia que já temos e as obras que estão em andamento até 2013. Perguntamos se os Srs. Deputados acreditam que o País vai crescer em média 1,3%. Nós, não. Acreditamos que o Brasil vai crescer muito mais.

Pois bem. Se o País crescer em taxas médias, até 2013, de 4,2%, que é nosso ponto de referência, vamos ter necessidade, em 2010, de 900 megawatts e, a partir daí, de mais energia. E se o País crescer com taxas ponderadas que levem a uma média de 5,3%, no ano de 2009, precisaremos de 2.500 megawatts com necessidades adicionais nos anos seguintes. Acreditamos que o País vai crescer em valores superiores às taxas aqui indicadas por tudo que dissermos. Isto é, haverá necessidade de mais energia. E se acontecer

o contrário? E se não fizermos as obras necessárias e, à frente, aparecer maior demanda? Teremos dificuldades.

O Brasil tem um dom que nenhum outro país no mundo tem. Ele tem águas altas em grande quantidade e vocação para hidreletricidade. O Brasil conseguiu desenvolver técnicas de hidreletricidade que o colocam na ponta mundial do setor. Nenhum país do mundo pode discutir, em vantagem de posição, o aproveitamento hidrelétrico no Brasil. Este País desenvolveu engenharia, fabricação, tecnologia e controle que o colocam, no campo da hidreletricidade, no topo do mundo e garantem o domínio de recursos que Deus lhe deu no campo da eletricidade para produzir energia limpa, constante, barata e renovável.

O poço de petróleo recém-descoberto pela PETROBRAS, um macropoço, tem 413 bilhões de metros cúbicos. Comparado com o sistema de Furnas, significa 13 a 14 anos de produção. Quer dizer, a produção de Furnas em 13 anos esvai esse poço. Isso significa que, após 13 anos, se explorássemos esse poço contra a energia de Furnas, ele secaria, e Furnas continuaria a produzir por muitos e muitos anos. Muitas hidrelétricas em funcionamento têm mais de 46 anos, e vão produzir, no mínimo, por outros tantos. Temos águas altas, tecnologia e capacidade. Portanto, não precisamos de outros países. Temos de nos dedicar à hidreletricidade.

Este quadro mostra aquele balanço que apresentei aos Srs. Deputados. Aqui temos a inflexão de 2000 megawatts e 900 megawatts, seguidas por outras demandas, a partir de ano de 2009 ou de 2010, conforme ocorra mercado forte ou mercado de referência. Se houver mercado fraco, não precisaremos de oferta de energia, mas será melhor buscarmos soluções para os problemas sociais que já representam elevada dificuldade para o País no momento. Se não houver mercado forte, teremos grandes constrangimentos sociais que não teremos condições de resolver. Temos de produzir hidreletricidade e crescer, a menos que desejemos ter mais problemas sociais que não sabermos enfrentar.

Este quadro resume o potencial hidrelétrico que temos ainda no País. Nós ainda temos 258 mil megawatts hidrelétricos disponíveis de energia limpa, renovável, sem agredir o meio ambiente e de uma energia barata.

E aí, então, agora nós vamos falar sobre o Rio Madeira. Vou-me permitir fazer uma parada na exposição de fotos, porque depois vou expor fotos seqüenciais para raciocinar sobre o rio Madeira. Em primeiro lugar, o rio Madeira não é uma invenção de momento. O Rio Madeira tinha o seu inventário estudado meses antes

de nós entrarmos em Furnas. Temos que ser modestos. Furnas já era muito grande quando nós chegamos, e o máximo que nós podemos fazer é ajudá-la a crescer. Então, Furnas já era grande e já tinha começado a estudar o inventário do Rio Madeira. Qual foi a diferença? É que nós vimos um projeto na prateleira de Furnas que, depois de quarenta anos ligados ao setor elétrico, nós não tínhamos conhecido nenhum projeto tão bom na nossa vida. Eu acredito que o projeto do Rio Madeira é o maior e o melhor projeto existente e possível no mundo. Não há nenhuma outra região que tenha as condições que o Madeira oferece ao País. Quais são essas condições? Água em abundância, que nos permite fazer duas usinas de queda muito baixa, sem agressão ao meio ambiente, isto é, na calha do rio, com turbinas bulbo. O que significa isso? Significa que nós esperamos jogar na calha do rio 102 turbinas em 2 hidrelétricas de queda muito pequena, 13, 14 metros. Significa que o rio é que determinará o volume dessas áreas, não havendo inundação. Significa que nós, em decorrência disso, podemos contratar a indústria eletroeletrônica durante dez anos neste País. A indústria eletroeletrônica brasileira, topo do mundo, que nós ajudamos a construir, o Estado foi parceiro dela, está à míngua de contratos e está desempregando em grande velocidade. Daqui a pouco ela vai desempregar os técnicos, porque o pessoal de baixo nível já está sendo desempregado. Ela precisa de encomendas, senão estaremos jogando fora toda a tecnologia que o Brasil construiu durante quase cinquenta anos. Então ela estará contratada durante dez anos, toda a indústria brasileira. Significa a obra do rio Madeira um grande desenvolvimento naquela parte branca do mapa, que é a parte do Centro-Oeste brasileiro: Rondônia, Acre, o norte de Tocantins. Significa que nós vamos ter condições de fazer o rio Madeira ser inteiramente navegável. E isso é importantíssimo no escoamento da safra de grãos. Nós vamos passar a produção de grãos do Centro-Oeste brasileiro de 13 milhões de toneladas para 28 milhões de toneladas. E com transporte barato, determinado pela navegabilidade do rio. Significa que nós podemos, com convênios com o Governo da Bolívia, fazer realizar, no lado boliviano, uma usina chamada Cachoeira Esperança, com 3 mil megawatts e se somarmos os 3 mil megawatts aos 7 mil e 500 megawatts mais ou menos que gera o Madeira, nós teremos uma Itaipu inteirinha no Centro-Oeste do Brasil.

Faço um parêntese: quando eu era um jovem engenheiro, assim como e o Dr. Cotrim e o Dr. Mário Behring – o Camilo Penna era um pouco mais velho que nós —, e as pessoas de quem éramos assistentes, Mauro Thibau e esse pessoal todo, falavam em Itaipu,

o Brasil achava que Itaipu seria um monstro, uma obra impossível, e que jamais consumiríamos toda a energia ali gerada. E, hoje, o que é Itaipu? Algo muito pequeno dentro da potência instalada no Brasil. Nós temos mais ou menos 75 mil megawatts instalados, Itaipu tem 11 mil; o Madeira, com o Cachoeira Esperança, também tem mais ou menos 11 mil. Nós demoramos 11 anos entre o início das conversas e o término de Itaipu. Vamos demorar o mesmo com o Madeira, mas uma coisa é certa: o projeto será feito. Mais cedo ou mais tarde, o Madeira será feito, porque o Brasil precisa disso. Então, vamos acreditar nesse projeto. Vamos conversar mais sobre ele.

Além de tudo o que foi dito, com o Cachoeira Esperança, criamos uma saída para o Pacífico, a fim de que os produtos brasileiros possam chegar à Ásia, passando pela Bolívia e pelo Peru. Nós fazemos uma saída para o Atlântico para a Bolívia e para o Brasil, uma nova saída navegável para os produtos brasileiros e bolivianos. Teremos duas pontes. Só uma delas está sendo orçada pelo Ministério dos Transportes em 150 milhões – e essa ponte é uma demanda antiga da região. Temos duas pontes naturais, as duas barragens, ligando as margens do Rio Madeira. Se contarmos tudo isso e agregarmos o desenvolvimento que trará à região, estaremos falando de um projeto único no mundo, porque não há nenhum outro que ofereça tantas variáveis de desenvolvimento como esse que Furnas está, digamos assim, tentando tornar viável.

Em que nível está o projeto? O inventário já foi feito e registrado na ANEEL. Estamos fazendo o estudo de viabilidade, que é nada mais é do que verificar se as teses de nossos engenheiros podem ser confirmadas por meio de estudos e teses ambientais, de engenharia, de geração e de transmissão de energia. Vamos ter uma brutal linha ligando esse empreendimento a Cuiabá, e vamos ter de reformar a entrada de Cuiabá para o Sistema Elétrico Brasileiro e também o Sistema Elétrico Brasileiro para receber esse montante de energia.

Existem muitas outras oportunidades criadas pelo projeto Madeira, mas isso é uma espécie de sonho, o mesmo sonho que outros tiveram em relação a Itaipu. O Brasil precisa sonhar, e os nossos dirigentes acreditam na obra, tanto que a incluíram no PPA, e vamos continuar sonhando até março do próximo ano, quando o estudo de viabilidade será entregue à ANEEL e registrado. A partir daí, será feito o licenciamento ambiental, em que Furnas cumprirá toda e qualquer medida determinada pelo Ministério do Meio Ambiente e por seus órgãos. Em seguida, haverá o início da construção da usina, o que determinará praticamente a criação de fábricas perto do empreendimento, porque não se

pode simplesmente transportar essas turbinas, elas terão de ser montadas na região. E isso provocará brutal demanda de mão-de-obra na região, além de determinar investimentos na região, a expansão da fronteira agrícola e a marcha para o Oeste brasileiro, que será muito diferente da marcha do Oeste americano, uma vez que salvará vidas e criará oportunidade.

Parece que o meu tempo está quase esgotado. Então, vou fazer uma exposição rápida sobre algumas condições do Madeira e, por conta disso, apresentar algumas fotos e dados importantes. Em seguida, devolverei a palavra à Presidente Rose de Freitas. Depois, estarei à disposição para responder as perguntas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) – Se o senhor necessitar de mais 5 minutos, não haverá problema.

O SR. JOSÉ PEDRO RODRIGUES DE OLIVEIRA – Vou só passar algumas fotos e explicá-las.

(Segue-se exibição de imagens.)

Esta fala por si. Temos uma empresa privada, a Norberto Odebrecht, trabalhando junto com Furnas nesses estudos de inventário, já terminado, e de viabilidade, em andamento.

Vemos aqui o trecho em que estamos trabalhando, em Rondônia. Ele tem 260 quilômetros e está localizado entre Porto Velho e Abunã, na fronteira com a Bolívia.

Aqui, a obra do Madeira. Este é o trecho que não é navegável.

Este é o quadro da vocação determinada no inventário. O que aconteceu no inventário, em relação à vocação do rio Madeira? Navegação, integração regional e geração de energia. Quais os condicionantes? Limitação dos níveis ao período das cheias, não-inundação de território boliviano e menor impacto ambiental possível. Essa é a questão do dia: menor impacto ambiental.

Aqui localizamos melhor os empreendimentos nessa região entre Porto Velho e Abunã. Aqui estão a Cachoeira do Jirau e a Cachoeira de Santo Antônio. Essas duas cachoeiras, além de tudo o que dissemos, vão ficar em condição – os senhores vão ver as fotos – de receber projetos turísticos de grande viabilidade, projetos de piscicultura e outros de abastecimento de água e determinarão, sem nenhuma hipótese contrária, o tratamento dos esgotos da cidade de Porto Velho, para que ela não atrapalhe ambientalmente, digamos assim, a obra.

Temos aqui a potência instalada das duas cachoeiras, as quedas pequenas e a energia firme pela massa de água do Rio Madeira. Essa usina oferece uma relação entre a capacidade e a energia gerada,

bastante difícil de ser encontrada em outros empreendimentos.

Vemos aqui como as diversas usinas – Balbina, Samuel, Manso, Tucuruí, Santo Antônio etc. – se comportam, em tempos de inundação, em relação aos quilômetros de inundação com megawattz. Reparem bem: Usina de Santo Antônio, 0,03; Usina de Jirau, 0,02. Quanto às demais usinas, no que diz respeito à inundação, esse índice é muito diferente. Então, quase não inundamos.

Gostaria que os senhores vissem nessas fotos a placidez desse lago, formado por um rio. Essa outra é a mesma coisa. Essas são de aproveitamentos diferentes. O que é isso? São usinas de baixa queda, da Europa, com aproveitamentos bulbo. Logo depois que são construídas, nós criamos uma excelente capacidade de desenvolvimento de projetos turísticos e ambientais. A placidez é determinada pela baixa queda. Teremos em Rondônia uma espécie de Danúbio brasileiro. São as fotos mostradas aqui do Rio Danúbio.

A situação do projeto é a seguinte: já fizemos o inventário, estamos fazendo a viabilidade. Temos aqui a parte já feita. Vamos entregar a viabilidade na ANEEL, depois teremos de cuidar do licenciamento ambiental. Estão sendo feitos ao mesmo tempo o EIA-RIMA e a viabilidade. Ele já está evoluído. Talvez avancemos em 2005. Vamos discutir com o pessoal que cuida da questão do meio ambiente e com o País inteiro as repercussões para essa obra.

Se tudo ocorrer no prazo previsto, iniciaremos a geração no ano de 2009 e começaremos a primeira etapa: 10 unidades daquela primeira usina. Depois vem a segunda etapa: concluir a Usina de Jirau e ir em frente. Posteriormente será concluída a Usina de Santo Antônio.

Esse mapa mostra a entrada de carga das usinas. Esse estudo começou em 2001. Penso que as obras naquela região vão até 2014.

Por trás de tudo isso houve um sonho, e agora há outro: viabilizar o projeto. Assim, garantiremos essa potência energética para o País e todo aquele desenvolvimento a que já nos referimos.

Temos aqui o investimento acumulado em até 10 anos. Essa outra foto mostra o Rio Madeira com as corredeiras que impedem a navegação. Vemos aqui a importante história da região. Estamos recuperando a famosa rodovia que vai de Guajará-Mirim a Porto Velho. A ferrovia foi substituída pela BR-364, que usa o leito e pontes. Agora vamos ter uma hidrovía que vai resgatar compromissos assumidos pelo País no passado.

Mostramos aqui a Cachoeira Esperança e, numa vista maior, as duas dificuldades para que o rio se torne

navegável. Só que, com a Cachoeira Esperança, tornamos o Madeira navegável e também o Mamoré.

Vemos aqui as hidrovias e suas distâncias. Todas ficarão navegáveis.

Temos aqui a influência da infra-estrutura logística das reclusas e rodovias em toda aquela região do País, na fronteira com a Bolívia e com o Peru.

Mostramos aqui o que significaria, em termos de carreiras ou estradas ligando as hidrovias navegáveis, a saída dos produtos brasileiros para o Pacífico e dos produtos bolivianos e brasileiros para o Atlântico.

Vemos aqui os benefícios para a América do Sul. Não vou lê-los, mas estão claros: integração Brasil-Bolívia; criação do complexo portuário fluviomarítimo do Rio Amazonas; melhoria das contas externas dos países; aumento de arrecadação tributária; geração de emprego antes, durante e depois da implantação dos empreendimentos; e resgate dos compromissos do Tratado de Petrópolis.

Desde 2002 isso vem sendo feito. Não era nossa gestão. Tivemos reuniões com os Ministérios do Planejamento e dos Transportes, com o Peru e a Bolívia. Realizamos estudos de viabilidade, reuniões de todos os tipos, entrevistas coletivas, reunião com as Secretarias de Rondônia – Meio Ambiente, Minas e Energia etc. —, audiências públicas. Na semana que vem vou falar sobre esse projeto para os Governos dos Estados de Rondônia e do Acre, novamente, em audiências públicas.

Temos aqui tudo o que está sendo feito no momento para envolver os órgãos ligados ao meio ambiente, nos Estados do Norte, nesse empreendimento.

Fazem esses estudos a Fundação Universidade Federal de Rondônia, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, o Museu Paranaense Emílio Goeldi. Significa que já temos entidades de peso, conhecidas nacional e internacionalmente, trabalhando no projeto, nas questões ambientais, que vamos ter de discutir adiante com o Ministério do Meio Ambiente para o licenciamento da obra.

Agradeço à Presidenta Rose de Freitas, aos Srs. Deputados e aos demais presentes a paciência de nos ouvirem tão atentamente. Coloco-me à disposição da Presidenta.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) – Agradecemos ao Presidente de Furnas, Dr. José Pedro Rodrigues, a bela exposição.

Passamos a palavra a um dos autores do requerimento, Deputado Fernando Ferro.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO – Sra. Presidenta, senhor debatedor, Dr. José Pedro, demais

Parlamentares aqui presentes, participantes da nossa audiência, pela explanação feita, verificamos a preocupação com a política energética do País. Os requisitos para o crescimento, os desafios para o desenvolvimento impõem, evidentemente, investimento em infra-estrutura. O setor elétrico é um dos que merecem essa nossa preocupação.

A justificativa política do projeto, digamos assim, está evidente. A marca e a construção da sua logística são evidenciadas na exposição. Tranqüilamente, vemos a necessidade dessa expansão cuidadosa e sustentável para a Região Norte do País, chamada de Marcha para o Centro-Oeste ou para o Oeste. Sabemos que é uma decisão política. Se formos analisar o assunto através de procedimentos de engenharia, teremos de ver essas questões com outros olhos. Mas, em função da necessidade de integração e desenvolvimento do País, é claro que é perfeitamente defensável a idéia aqui trazida.

A minha preocupação é que temos de combinar a idéia de um investimento desse porte e a análise das alternativas para consolidar essa proposta. Para a Região Norte, inclusive, existem alternativas várias, que deverão ser analisadas conjuntamente. A utilização do aproveitamento dos recursos hídricos do Rio Madeira é uma delas. Vamos ter de tratar a questão dentro de um conjunto de obras que devem ser levadas em conta. Por exemplo, temos disponibilidade de gás na região de Urucum. É uma alternativa energética para atendimento a essa região. Temos o empreendimento de Belo Monte, do Tapajós e outras possibilidades de aproveitamento hidrelétrico naquela região.

Inclusive, gostaria que fosse comentado que o inventário levou em conta uma série de questões, mas tem de ser tratado dentro de uma visão mais ampla das disponibilidades do potencial hidrelétrico daquela região. É preciso discutir como combinar essas alternativas.

Considero interessante essa proposta de utilização das turbinas bulbo nesses aproveitamentos. O Brasil não tem experiência nisso. Pelo que me consta, algumas dessas experiências têm sido desenvolvidas na União Soviética. Também me parece estranho para um país como o nosso. Dadas as características da Região Norte, temos imensas possibilidades de aproveitamento de empreendimentos, digamos assim, de quedas baixas. Uma das características da região são planícies, rios com pequenas quedas.

Gostaria que fossem apresentados mais dados sobre esse aproveitamento e seu potencial, que descrevessem um pouco o projeto dessas usinas. Quantas unidades de turbina bulbo iríamos necessitar? Quais as características dessas turbinas? Quem seriam os

prováveis fornecedores? Qual a disponibilidade tecnológica de utilização dessas unidades de turbinas bulbo, que me parecem bem adequadas às exigências de impacto ambiental e de convivência com as características da Região Norte? Ela realmente se revela atraente nesse aspecto e nos dá a oportunidade de defendê-la nos conflitos com os ambientalistas, que certamente surgirão.

A outra preocupação é que, na exposição não se fala... Afirmaram que a CPRN vai fazer um impacto ou avaliação dos nossos sítios geológicos, dos nossos minerais, das nossas disponibilidades. Mas, por exemplo, nessas alternativas não vi falarem em populações indígenas, etnias indígenas atingidas por esse empreendimento. Essa é uma das questões que temos de levar em conta com o máximo cuidado e rigor, pela própria legislação, pelas exigências internacionais e pelo respeito que temos de ter com as culturas, os povos ali assentados. Eles poderão ser beneficiados ou prejudicados por um investimento ou empreendimento desse porte. Gostaria de ter essas explicações sobre populações indígenas atingidas.

Outra questão levantada diz respeito à possibilidade de ampliação de nossa safra de grãos cultivados, que estariam dentro do plano de utilização da hidrovía para expansão da transferência dessa produção agrícola na região.

Como sabemos, aquela região não é produtora de grãos. Onde está situada a produção agrícola prevista no escoamento dessa hidrovía? Se for para desmatar e introduzir, por exemplo, soja na região, precisamos ter um certo cuidado, até pelas características da Floresta Amazônica, que não é propriamente adequada para esse tipo de cultivo. E se for, que região está sendo prevista? Qual a área prevista para produção de grãos, para ser integrada a esse programa?

É preciso detalhar com mais clareza, porque o Ministério do Meio Ambiente provavelmente levantará uma série de preocupações nessa área. Na implantação também não se fala na possibilidade de remoção de populações. Que informações que temos sobre esses dados?

É um projeto interessante, que tem de ser considerado. Evidentemente, têm de ser detalhados a sua construção e o seu cronograma, porque nos parece que é extremamente pertinente, no tocante às exigências do crescimento. E, como foi levantado nos 3 cenários propostos, o Brasil pode estar diante do desafio de requerer geração de energia.

Para finalizar, gostaria de saber quais são os principais reforços da linha de transmissão para atender a esse empreendimento. Pelo que me consta, a interligação via Cuiabá vai ensejar um reforço de linha de

transmissão de maior potência, uma vez que as disponíveis não suportariam essa geração. Isso vai implicar aportes de recursos consideráveis nos ramais de extra e alta tensão de 500 quilowatts, provavelmente superior para aquela região, para suprir a parte de Cuiabá e fazer a interligação com a Região Sudeste.

Quero crer que isso poderá exigir algumas considerações sobre as necessidades de transferência de energia para a Região Nordeste. Por esse projeto, principalmente, teríamos atendido as Regiões Norte e Sudeste, pela configuração que foi apresentada. Mas há, evidentemente, num projeto de crescimento do País e principalmente pelo esgotamento do Rio São Francisco, a necessidade de integrar a Região Nordeste com a Região Norte. Então, qualquer empreendimento feito na Região Norte deverá levar em conta o reforço de linhas de transmissão para a Região Nordeste, através das interligação que estão sendo concretizadas, já disponíveis e que precisam de reforço.

Quais são as necessidades de reforço de linha de transmissão para o Sudeste, para que esse projeto tenha a capacidade de responder a uma possibilidade de aumento do consumo no Brasil? É evidente que estão dados esses elementos.

Quero crer que a proposta é uma excelente oportunidade para o debate. Foi com esse objetivo e com essa preocupação que propusemos a realização desta audiência, porque sabemos das necessidades para interligar a Região Norte e, acima de tudo, o complexo hidrelétrico brasileiro em escala nacional. A oportunidade vai ser oferecida com esse empreendimento, o que nos dará maior confiabilidade e disponibilidade para responder a esse desafio de crescimento.

Essas são as minhas preocupações iniciais. Evidentemente, com as explanações de V.Sa., eu poderia voltar a tratar da apresentação aqui feita.

Quero parabenizá-lo pela vontade política e pelo olhar no futuro, proposto com essa iniciativa. O País precisa de pensar grande. Foi citada, no início da palestra, a figura de Juscelino Kubitschek, inesquecível político brasileiro, estadista, que se caracterizou pela visão de grandes obras integradoras de um país grande como o nosso, que precisa de vontade política, coragem, ousadia. Esse é um dos projetos com essa perspectiva. Temos de voltar a pensar o Brasil de maneira grandiosa. Não podemos apenas fazer o que nos é sugerido por submissão a determinadas orientações políticas, que prevalecem em escala internacional e que muitas vezes nos deixam acomodados no sentido de administrar o chamado feijão-com-arroz do crescimento do País. Estamos necessitando de mais coragem e ousadia. Penso que esse empreendimento se soma a outros que serão necessários para promovermos aquela região

e efetivamente criarmos a base de um crescimento nacional sustentado, regionalmente equilibrado e que possa nos colocar em patamares que precisamos e requeremos, por conta dos desafios que temos pela frente e da grandiosidade dos nossos problemas sociais. Temos de criar condições para enfrentá-los. Acho que nessa iniciativa estão postos elementos para que possamos fazer esse discurso.

Eram essas as considerações que eu gostaria de fazer. Na continuidade, voltaremos a tratar de outros assuntos.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Rose de Freitas)

– Dr. José Pedro, V.Sa. tem 3 minutos para responder as perguntas do Deputado Fernando Ferro.

O SR. JOSÉ PEDRO RODRIGUES DE OLIVEIRA

– Rapidamente, dentro dos meus 3 minutos, tentarei comentar as questões do Deputado.

A obrigação de Furnas é colocar na prateleira do Governo Federal e do Ministério de Minas e Energia projetos viáveis. Quem decidirá se faremos ou não empreendimentos será o Governo do Presidente Lula.

Os empreendimentos devem ser combinados, sim. Não podemos trabalhar isoladamente. Há uma decisão do Ministério de Minas e Energia e da ELETROBRÁS no sentido de que os projetos do setor elétrico, no que tange às geradoras federais, sejam feitos com a participação de todos. Nesse caso, combinamos com o Presidente da ELETRONORTE, sócia do projeto do Rio Madeira, embora minoritária em relação a Furnas. Furnas é sócia nos empreendimentos da ELETRONORTE, por exemplo, o Belomonte. A CHESF é nossa sócia. Nós também somos sócios, participamos juntos dos leilões. Em resumo, no País, as geradoras federais trabalham juntas e há uma determinação de que todos os empreendimentos não sejam apenas de Furnas, mas da ELETRONORTE, CHESF, ELETROSUL, ELETRONUCLEAR, CEPEL, etc.

Tudo indica, portanto, que não haverá isolamento de Furnas na obra e não deixaremos de combinar, por intermédio do Ministério de Minas e Energia, qual obra deve entrar primeiro, qual empreendimento é mais vantajoso para o País. No entanto, Furnas tem de apresentar os projetos em que acredita na prateleira do Governo.

Sr. Deputado, temos grande experiência com usinas tipo bulbo. A CEMIG, onde trabalhei por 30 anos, opera 3 usinas tipo bulbo em Igarapava. Nós temos Canoas I e II, que operam turbinas bulbos. No que diz respeito à engenharia nacional hidrelétrica, não há nada, absolutamente nada no campo da eletroeletricidade em que o País não seja ponta no mundo. Então, temos experiência de usina tipo bulbo e elas funcionam muito bem dentro do nosso sistema hidrelétrico.

Quanto a conflitos com ambientalistas, sítios arqueológicos, populações indígenas e remoção de populações, no nosso projeto há uma vantagem, pois ele é calha de rio e não há necessidade de inundação. Por isso, não inundaremos áreas indígenas, tampouco mexeremos com as populações. Não temos em nosso projeto previsão de remover populações.

Assim que os documentos de viabilidade ficarem prontos, no próximo ano, teremos ocasião de detalhar o projeto, mas as águas da usina, pelo que propomos, ficarão restritas à calha dos rios. Portanto, não atingiremos populações, nem sítio, nem populações indígenas, o que nos ajuda.

Quando falamos de escoamento de produção pelos Rios Mamoré e Madeira, referimo-nos aos grãos de produção já existentes, principalmente nos Estados de Goiás e Mato Grosso, que hoje são transportados até Paranaguá de caminhão. Temos condição de, chegando aos rios mais embaixo, embarcá-los e assim melhorar o escoamento da produção da safra agrícola e transportá-los de maneira mais barata. Em nenhum momento, nem na transmissão, nem na geração, há um sítio em que haverá desmatamento de floresta. Estamos passando em uma faixa já existente. Não há dificuldade também nesse campo.

O Deputado está coberto de razão quanto ao que disse sobre os estudos GLTs. Criaremos uma condição nova para o Nordeste. Por meio da produção de energia nas usinas ligadas em Cuiabá e da sua interligação com o sistema elétrico brasileiro, poderemos transportar cargas para o Nordeste e, além do mais, aliviar aqueles itens do nosso sistema elétrico que hoje levam energia para a Região. Podemos, portanto, fazer intercâmbios de energia que beneficiam o Nordeste. Não fora isso, a CHESF não estaria conosco no empreendimento, nem a ELETRONORTE.

Não podemos, no entanto, falar sobre esse assunto ainda, porque não temos em mãos o estudo de viabilidade do Madeira. Teremos em março todas as hipóteses de engenharia. Tanto o do sistema de geração quanto o do sistema de transmissão estarão confirmados, pois até agora estão confirmados em um estudo que teremos ocasião de apresentar à ANEEL, à ELETROBRÁS, ao Ministério de Minas e Energia e, se for decisão desta Casa, aos Srs. Deputados.

Dentro do tempo que me resta, quero fazer um registro: temos agora um Presidente que está repetindo JK, acreditando no desenvolvimento. O Presidente Lula deu um passo, que é discutir o tema, porém, dentro do PPA. Não podemos segurar o desenvolvimento do País sem um gesto de fé que nos leve a ofertar energia. E isso o Governo está fazendo.

Agradeço muito as observações ao Deputado, porque vejo que é entendido nas questões energéticas. Portanto, S.Exa. honrou-nos sobremaneira com suas considerações. Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO – Eu só queria reforçar a preocupação que aponte. Acho que, ao final da intervenção, V.Sa. disse que não há ainda detalhamento das obras de engenharia. Mas eu me referia a uma descrição do projeto das usinas de Juá, Santo Antônio e Jirau, de quantas unidades haveria em cada uma e o reforço das linhas de transmissão. Isso implicaria quantas linhas? Que trechos principais seriam reforçados? Quantos quilômetros de linha de transmissão seriam agregados a esse projeto para viabilizar essa integração e essa interligação com os demais sistemas?

Não me parece que esteja previsto, a partir daí, fornecimento a Manaus. Há alguma previsão de suprimento a Manaus a partir desse empreendimento? Ou ele estaria voltado principalmente para a interligação com Cuiabá e o resto do País? Não vi em nenhum momento referências a suprimento a Manaus. Essa é a questão.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) – V.Sa. pode responder. Temos diversos inscritos, por isso estou restringindo um pouco o tempo.

O SR. JOSÉ PEDRO RODRIGUES DE OLIVEIRA – Deputado, houve uma decisão para o sistema elétrico brasileiro, já tomada, de que o fornecimento a Manaus será feito através da Linha Manaus-Tucuruí, pela CHESF, ELETRONORTE, ELETROSUL e por Furnas. Estudos mostraram que essa opção é melhor. Isso já está estudado e já há orçamento para essa linha apresentado ao Ministério. Acreditamos que esse é o caminho.

No que tange ao que temos, hoje há obrigação de fazer inventário e um estudo de viabilidade e registrá-los na ANEEL. Sabemos todas as respostas: teremos 102 máquinas, 50 numa usina, 52 em outras. São hipóteses de engenharia, pré-projetos. Somos obrigados a detalhar a viabilidade dos projetos e registrá-los na ANEEL.

Pelo andamento dos trabalhos, terminaremos a viabilidade em março, mas, até agora, estamos um pouquinho antes da metade. Todas as hipóteses de engenharia foram confirmadas, isto é, todos os anteprojetos foram confirmados. Isso significa que é bem provável que, quando chegar março, tanto a parte de transmissão quanto a de geração estarão confirmadas.

A transmissão é uma linha da usina até Cuiabá, de mais ou menos 1.200 quilômetros. Em que tensão? Talvez em 500kv, porque a opção dominante até agora foi essa. Mas lembro, Deputado, que, quando estáva-

mos estudando Itaipu, demoramos 3 anos para decidir se seriam 750kv, 500kv, se seria corrente alternada ou corrente contínua. Neste caso específico, achamos que será corrente alternada de 500kv. Mas a certeza daremos ao Governo e à ANEEL em março.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) – Com a palavra o Deputado Marcello Siqueira.

O SR. DEPUTADO MARCELLO SIQUEIRA – Inicialmente, cumprimento o Presidente de Furnas, Dr. José Pedro, pela brilhante exposição que fez. Não poderia ser diferente. Conheço o Sr. José Pedro há mais de 40 anos e sei da sua capacidade como engenheiro do setor elétrico – trabalhou na CEMIG por mais de 40 anos – e também da sua visão política. S.Sa. atuou em outras funções na vida pública, principalmente no Governo Itamar Franco, em Minas Gerais, como Diretor Financeiro da COPASA, como Presidente do BDMG e como Secretário da Casa Civil.

A simplicidade com que o Sr. José Pedro mostrou esse projeto do Rio Madeira é o importante. Em primeiro lugar, sem aquela vaidade de querer mostrar que somente agora isso apareceu. Disse S.Sa. que esse projeto já estava iniciado em Furnas ainda na administração do Deputado Luiz Carlos Santos e do Dr. Dimas Fabiano. É muito bom, na vida pública, o homem público dar seqüência e reconhecer o trabalho executado anteriormente, sem querer para si puxar os méritos todos. Isso faz com que o homem público tenha mais credibilidade, inclusive na casa que dirige.

O projeto do Rio Madeira tem várias finalidades. Esta é uma Casa política. Neste momento, não precisamos entrar em detalhes de como será feito. O importante é saber que serão barragens de pequena altura – 13 e 15 metros —, com a colocação de 102 turbinas bulbos, que não haverá formação de lago, o que quer dizer que a agressão será quase nenhuma ao meio ambiente, e que permitirá não só geração de energia, com 7 mil megawatts – teremos mais 1% sobre a potência instalada hoje somente naquela região, que tem pouca energia e cujo sistema é fraco. É aquela região da ELETRONORTE, mostrada naquele mapa, aquele vazio na Região Norte.

Quando falamos em obra, queremos dizer que ela gera energia e gera empregos, mantendo em funcionamento as empresas brasileiras de engenharia e as indústrias brasileiras que constroem turbinas, ajudando, dessa forma, a tirar o País do estado de letargia em que se encontra.

Além de gerar energia, o projeto permitirá também o escoamento de grãos. Aquela é uma região que já é hoje produtora de grãos e naturalmente se desenvolverá muito mais tendo saída para o Atlântico e também para o Pacífico.

Trata-se, portanto, de um projeto politicamente de várias finalidades.

Quando ouvimos falar sobre o assunto, voltamos ao que aconteceu no Brasil há 8 anos: o processo de privatização que se tentou fazer no setor elétrico. Não fossem homens como o Governador Itamar Franco; o Deputado Luiz Carlos Santos, que, quando Presidente de Furnas, lutou muito contra a privatização; o Dr. Dimas Toledo, atualmente Diretor de Furnas; o Conselheiro de Furnas, Aécio Cunha, que também foi um batalhador contra a privatização, não sei o que teria acontecido no Brasil. Esse projeto não existiria hoje se Furnas, a CHESF e a ELETRONORTE tivessem sido privatizadas. Esse movimento, feito por brasileiros com noção de pátria, contra o processo de privatização permitirá que o Governo do Presidente Lula, que inclusive apoiamos no Congresso Nacional, tenha condições de fazer investimentos, de gerar riquezas e empregos, de colocar o Brasil para a frente.

Esse movimento contra a privatização dessas empresas aconteceu também na CEMIG – e o Dr. José Pedro foi um baluarte. A CEMIG, como disse o José Pedro, foi criada por Juscelino para energizar Minas Gerais quando Governador do Estado. E energizou Minas Gerais. A primeira grande indústria que foi para Minas foi a Mannesmann, em função da criação da CEMIG. Depois, com a criação de Furnas, em 1957, Juscelino, já como Presidente da República, mas com os mesmos engenheiros que criaram a CEMIG, energizou o Brasil, principalmente a Região Sudeste.

O que fica provado? Que o Estado tem de ser democrático e forte para induzir o País ao desenvolvimento. Não adianta pensar que a iniciativa privada sozinha resolverá os problemas porque isso não irá acontecer. Quem puxa a iniciativa privada é o Estado, é o Estado que chama a iniciativa privada para participar.

Isso aconteceu quando eu fui Presidente de Furnas. Por determinação do Presidente Itamar Franco, foi feita a primeira obra em parceria no setor elétrico, a Hidrelétrica de Serra da Mesa, com capacidade de 1.200 megawatts, a primeira no Rio Tocantins. Hoje, quem participa lá? Furnas, com cerca de 50%, e, com 50%, o Consórcio VBC, que é o Grupo Votorantim, que precisa de energia, principalmente na produção de cimentos e alumínio, o BRADESCO, que tem dinheiro para investir nessas obras, e a Camargo Corrêa, que, além de ter sido uma das construtoras daquela obra, precisa de muita energia para a produção de cimento e alumínio. Então, há a junção do Governo com a iniciativa privada, mas puxada pelo Estado, para alavancar esse desenvolvimento. É isso que mostramos nessa exposição tão brilhante do Dr. José Pedro sobre aproveitamento do Rio Madeira.

Quando falamos desse assunto, uma coisa nos preocupa muito – daqui para frente, eu mesmo, que apóio o Governo Lula, reforçarei todo dia, toda hora —: se não mudarmos esse modelo econômico implantado há 8 anos e que continua no Governo Lula, o Brasil não chegará a lugar algum. O projeto do Rio Madeira precisa de recursos, que devem ser alocados pelo Governo. É caro? Não sei nem o preço, não importa, pois caro é pagar juros. Qualquer recurso que se investe em obra não é caro; caro é o que se paga de juros. O Brasil pagará, este ano, em torno de 150 bilhões de juros da dívida pública. Isso significa 10% do nosso PIB. Será possível que não há condições de negociar essa nossa dívida com os credores internos, para que esses recursos fiquem no País, para que o Governo possa alavancar o desenvolvimento e puxar com ele a iniciativa privada? É lógico que isso é possível, basta vontade política e coragem. Está faltando coragem ao Governo de renegociar, em termos altivos, essa nossa dívida pública; conversar com os credores, sejam eles internos ou externos, olhando olho no olho, no mesmo nível.

Fui diretor de um banco, assim como o Dr. José Pedro o foi. Fui diretor de um banco estatal, portanto, não fui banqueiro, fui bancário. Quando o credor senta na sua frente e está devendo, ele diminui de tamanho, fica pálido, a voz afina. O Brasil está assim! Ele não está sabendo negociar com altivez, mostrando que o País precisa ter recursos para se desenvolver e, no futuro, pagar sua dívida.

É necessário enxergar que, com essa política econômica aplicada no Brasil, ficaremos, como se diz na gíria, enxugando gelo ou limpando carvão; não iremos a lugar algum, não teremos recursos para fazer nada. As nossas estradas estão deterioradas. Vêm aí as chuvas. Tivemos um “apagão”, vamos acabar tendo o “paradão”, porque não há recursos para recuperar estradas. Não é possível, reforma tributária, reforma da Previdência e nada de reforma na política econômica. O País precisa renegociar sua dívida para que possa ter recursos e poder crescer.

Dr. José Pedro, parabéns pela exposição, parabéns a Furnas, exemplo de empresa estatal de ponta no setor elétrico, que vende tecnologia para o mundo inteiro, que tem um laboratório de mecânica dos solos em Goiânia, o maior do mundo, um laboratório de hidráulica em Jacarepaguá, no Rio de Janeiro, que também é um laboratório de ponta. Essa empresa tem todas as condições para fazer grandes obras e ajudar o País a se desenvolver. Mas para isso, como eu disse, é preciso mudar a política econômica, haver recursos para que o Governo possa chamar a iniciativa privada e patrocinar o crescimento deste País.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Rose de Freitas) – Antes de conceder a palavra ao Deputado Luiz Carlos Santos, peço ao Deputado Fernando Ferro para assumir a presidência dos trabalhos, porque estou sendo chamada para registrar presença na Comissão de Orçamento.

Concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Santos.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS SANTOS

– Inicialmente, quero cumprimentar a Deputada Rose de Freitas, que presidiu, como sempre, brilhantemente esta sessão, o Deputado Fernando Ferro, que assume a Presidência neste instante, o Presidente de Furnas, Dr. José Pedro, e o Sr. Marcos Lima, que foi nosso colega nesta Casa e hoje é Diretor de Indústria em Furnas.

Para mim, Dr. José Pedro, foi altamente gratificante ter ouvido sua exposição. Ela é uma prova de que Furnas sobreviveu. Sua exposição representa a retomada do sonho de Juscelino Kubitschek, a retomada do sentimento de grandeza que deve inspirar os movimentos deste País – gerar otimismo, gerar expectativas positivas que influam na economia.

Se me permite, gostaria de recordar rapidamente que, no dia seguinte ao que assumi a presidência de Furnas, haveria uma assembléia de cisão, de fatiamento da empresa em 3 pedaços. Furnas seria vendida açodadamente pelo BNDES pelo valor de 2 bilhões. Já que estava avaliado em 4 bilhões, metade do capital seria 2 bilhões e alguma coisa. Eu me opus. Presidia o BNDES o Sr. José Pio Borges. A equipe econômica, o BNDES e o Sr. Pedro Parente queriam vender rapidamente Furnas. Numa reunião geral, Pio Borges me disse: “*Quero que o senhor saiba que vou vender Furnas de qualquer jeito*”. Ele ia vender. Eu lhe respondi: “*Quero que o senhor saiba que, enquanto eu estiver nesta cadeira, o senhor não vende Furnas de jeito nenhum*”.

Isso me levou a dizer ao Presidente Fernando Henrique: ou ele ou eu, porque esse cidadão não tem condições éticas. Ele está interessado na venda de Furnas; transformou o BNDES numa corretora de venda de ativos. Ele está fazendo isso, isso e isso no BNDES; está fazendo negócios lá; eu não tenho condições de conviver com ele. Portanto, ou ele ou eu. O Presidente Fernando Henrique, a bem da verdade, em 30 dias o tirou do BNDES.

Furnas, então, ganhou fôlego. Quando digo Furnas, refiro-me ao sistema todo porque depois de Furnas viria a CHESF e a ELETRONORTE, que cairiam também.

A grande interessada na compra de Furnas era a Enron. Hoje, em vez de assistir à sua brilhante exposição, possivelmente estaríamos numa Comissão Parlamentar de Inquérito, ouvindo as razões por que quebraram Furnas, CHESF e ELETRONORTE, conforme aconteceu com a ELETROPAULO. A AES recebeu 1 bilhão e 200 milhões desse pessoal do BNDES e comprou os ativos da ELETROPAULO; hoje, a ELETROPAULO está aí, eles não pagam o BNDES. Tomaram 40% do capital de investimento do BNDES, que deveria estar estimulando o crescimento da economia nacional. Possivelmente, Furnas estaria na mão da Enron, quebrada, dando as explicações – e devendo. Portanto, sinto-me altamente gratificado por ter contribuído para que isso não acontecesse.

Depois de Pio Borges, Francisco Gros assumiu o BNDES. Ele também disse que precisava vender Furnas de qualquer jeito. Ele largou a diretoria de um *bank*, onde recebia em dólar uma fortuna, para receber 6.000 ou 7.000 reais por mês no BNDES. É um patriota. (*Risos.*) Começou então a pressionar a mídia, usando o poder do BNDES, para que eu caísse. Num jornal a que deu entrevista, saiu na primeira página: *Gros demite Luiz Carlos Santos*. Liguei para Fernando Henrique e disse que não sabia que o Sr. Gros tinha assumido a Presidência da República (*Risos.*), pois ele tinha me demitido, tinha dito que eu não podia continuar mais, que eu estava contrariando os processos de privatização que eles tinham instalado no País.

O que eles queriam fazer? Entregar os ativos nacionais a um controlador – podia ser a AES, a Enron, que quebraram –, quando o mundo inteiro privatizou abrindo o capital, fortalecendo o mercado de capitais, reforçando a poupança interna. Nenhum país cresce com dinheiro dos outros, só com poupança interna. Então, em vez de abrir o capital, queriam vender para o controlador, porque dava negócio; abertura de capital, não.

Fui ao Presidente Fernando Henrique. Fiz um estudo na Getúlio Vargas – V.Sa. deve ter tido acesso a ele, porque está em Furnas –, no qual mostrei que a privatização deveria ter sido conduzida como no Leste Europeu, na Inglaterra, que, depois da privatização do setor, a participação da população no mercado de capitais aumentou de 5% para 20%. Com isso, seguimos aquela privatização perversa, que queria entregar o setor para um controlador qualquer, a um preço vil. Isso foi evitado, mas ainda não é o suficiente. Nós evitamos que Furnas fosse esquartejada, assim como a CHESF e a ELETRONORTE, porém o que está por trás disso é uma política que fere a soberania nacional. Juscelino, quando precisava desenvolver os seus projetos, não consultava o Fundo Monetário Interna-

cional. Ao contrário, ele pôs esse pessoal para correr daqui. Quando construiu Furnas, ele não o fez com dinheiro nosso. Ele pegou dinheiro de fora. Quando havia o risco do chamado racionamento, o “apagão”, que acabou acontecendo, mandei várias advertências ao Ministério, baseado em informações dos técnicos de Furnas. E ao Presidente da República enviei 12 fax, dizendo que havia um risco iminente de racionamento, que Furnas estava cerceada na sua atividade de investimentos, porque havia uma cláusula do acordo com Fundo Monetário Internacional estabelecia metas de superávit primário e os investimentos da empresa pública eram considerados despesas. É uma contabilidade burra, que desserve ao País, que fere a soberania nacional, mas que prevaleceu e prevalece ainda. Ora, com esse tipo de contabilidade, Furnas não pôde fazer investimento que ampliaria em 2 mil *megawatts* sua capacidade de geração e, conseqüência, evitar o transtorno, a tragédia nacional que foi o racionamento, pelo qual estamos pagando até hoje. Não vou entrar em detalhes, mas todos conhecem bem a que ponto chegamos.

E como se encontra hoje Furnas? Há um projeto do Rio Madeira, um projeto *a la* Juscelino Kubitschek. Tem condições políticas para implementar esse projeto? Recentemente, houve uma advertência do Fundo que as estatais iriam gastar este ano 10 bilhões de reais acima do previsto. Furnas, pelo que sei, ainda está no Conselho Nacional de Desestatização – CND, em razão dessa obrigatoriedade sobre investimento e despesa. Furnas tem de se submeter a essa meta de superávit primário, que no Governo Lula foi ampliada sem que ninguém pedisse. O Fundo não pediu ao Presidente Lula e ao Sr. Ministro Palocci que ampliassem a meta de superávit primário. Eles o fizeram por iniciativa própria, generosamente ampliaram a meta de superávit primário e restringiram, por sua vez, claramente, a capacidade de investimento das nossas estatais.

Para sonhar o que Juscelino sonhou é preciso ter soberania. Se o Governo declara o Governo que não vai privatizar mais – a privatização de que eu falo é a privatização nociva; Furnas poderia estar na situação de uma PETROBRAS do setor elétrico, associada a parcerias privadas —, porém mantém a empresa no CND e se amplia a meta de superávit primário, como investir? É a primeira pergunta.

O Deputado Marcello Siqueira, que foi competente Presidente de Furnas, diz muito bem. Se, nesse processo de globalização, ficarmos permanentemente nos reportando a Fundo Monetário Internacional para saber se pudemos fazer isso ou aquilo, eles não vão permitir nunca que se desenvolva, por exemplo, o projeto do Madeira, porque eles são claramente contra o

desenvolvimento do País. A China, quando tem que fazer as suas hidrelétricas, não pergunta aos Estados Unidos, ao Fundo Monetário, se pode fazê-las ou não. Nos últimos 10 anos, ela tem crescido em média 8% ao ano. O Brasil exportava em 1980 para os Estados Unidos 17 bilhões. A China exportava 17 bilhões. Hoje, o Brasil exporta um pouco mais. A China exporta 100 bilhões, sem pedir a eles aconselhamento.

Ou nós afirmamos a nossa soberania ou não vamos realizar projetos como o do Madeira, não vamos poder sonhar o que Juscelino sonhou, vamos continuar sonhando errado, lamentavelmente.

O Governo Lula, que tem grandes compromissos sociais, vai entender em determinado momento que não pode ficar prisioneiro desses interesses, engessado nessa política. Portanto, venho aqui alertar, com apoio de outros companheiros, que temos de retirar determinadas empresas do CND. Trata-se de uma decisão emblemática, para mandar um recado lá para fora: aqui, mandamos nós. Se precisamos amanhã fazer uma hidrelétrica, vamos fazê-lo sem consultar o Fundo Monetário. Está ficando muito clara e cara essa dependência.

Vou concluir dizendo que dessa luta participaram vários brasileiros. O Deputado Marcello Siqueira modestamente disse que se omitiu, mas ele lutou. Lutou o Presidente Itamar, de quem sou amigo, como V.Sa., e tive a honra de ser seu Líder nesta Casa. Itamar lutou sempre com esse sentimento de brasilidade. Minas Gerais se levantou no caso da CEMIG. O parceiro da CEMIG é a mesma AES, da ELETROPAULO. O Dimas lutou. Outros participaram dessa campanha que saiu vitoriosa. Os sindicatos lutaram, ganharam, nós ganhamos, o Brasil ganhou.

Quero parabenizar V.Sa. pelo que vem fazendo em Furnas. Furnas sobreviveu. Foi uma luta emblemática. Mostrou que o Brasil não se vai entregar facilmente ao Sr. Gros da vida, ao Sr. Pio Borges da vida. Nós vamos afirmar a nossa independência, a nossa soberania, procurando sonhar um pouquinho – não precisa ser muito – com aquilo que Juscelino sonhou.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Ferro) – Obrigado, Deputado Luiz Carlos Santos.

Ainda há 4 Parlamentares inscritos.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS SANTOS – Quero-me desculpar com V.Exa. por ter passado o tempo e agradecer sua tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Ferro) – Fiquei meio tendente a interrompê-lo, mas não o fiz pelas contribuições que V.Exa. sempre tem dado à Comissão e pela experiência que passa a todos. Em homenagem ao seu trabalho no setor, não o interrom-

pi, mas não foi por falta de vontade, até por conta de democratizar de tempo e dar oportunidade aos demais Parlamentares. Peço desculpa aos outros Deputados, por não ter exercido o meu poder de controle de tempo. Eu gostaria de que tivéssemos o máximo de tempo para aprofundar o debate, mas, infelizmente, vou pedir a colaboração aos demais que se atenham ao tempo a cada um destinado, para podermos propiciar o direito de voz aos demais inscritos. Vou conceder a palavra a um bloco de 3 Deputados e, em seguida, devolver a palavra para o expositor, para, depois, dar a palavra aos Parlamentares que ainda estiverem inscritos.

Então, com a palavra o Deputado Hamilton Casara.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentar V.Exa. e os Deputados Luciano Zica e Jorge Bittar, pela iniciativa. Quero também cumprimentar o Presidente de Furnas, José Pedro Rodrigues, e apenas fazer alguns questionamentos a S.Sa.

Sou membro desta Comissão de Minas e Energia e da subcomissão da Comissão da Amazônia que avalia as potencialidades energéticas da Amazônia. Estivemos agora, com o Deputado Miguel de Souza e a Deputada Vanessa Grazziotin, viajando pela região. Tivemos oportunidade de ter uma convivência próxima com as equipes técnicas do Ministério de Minas e Energia, da ELETROBRÁS, de Furnas, da ELETRO-NORTE e de outras instituições.

Essas hidrelétricas serão construídas nos Vales do Guaporé, do Mamoré e do Madeira. Na realidade, em 1889, tiveram início, por meu avô, os primeiros trabalhos realizados naquela região. Depois, por volta de 1903, também a primeira empresa de navegação na região pertenceu a ele – depois ele foi cedida ao Governo, para que este pudesse promover o atendimento às comunidades ali existentes. Esse trabalho culmina em 1913, com o Marechal Rondon, e mais à frente no encontro com o ex-Presidente Roosevelt, e depois se direciona à região leste do Estado. Conheço muito bem aquela região, pois nasci lá.

Quero destacar algumas questões que registrei por meio da competente equipe técnica de Furnas, mas entendo ser necessário maior interação entre as áreas que estudam a viabilidade: a Universidade do Amazonas, o Instituto de Pesquisas da Amazônia e o Museu Emílio Goeldi, instituições de referência na Amazônia.

Aproveito a oportunidade para parabenizá-lo pela seleção dessas instituições, que verdadeiramente prestam um trabalho de cunho técnico-científico muito importante para aquela região. Precisamos nos aproximar mais das comunidades de base, das associações,

porque é inquestionável a interação que haverá tanto nos Estados amazônicos, principalmente da Amazônia Ocidental, quanto no restante do País.

Na sexta-feira retrasada, eu conversei com o Governador de Rondônia, Ivo Cassol, e, logo em seguida, com o Governador Jorge Viana, do Acre, e marcamos uma conversa com o Governador do Amazonas, Eduardo Braga. Falamos da sinergia política necessária para que se construa esse empreendimento e percebo que pode nascer, sem dúvida, um consórcio político entre esses 3 Estados, como muito bem lembrou o Deputado Fernando Ferro, aos quais, mais à frente, sim, se juntarão os Estados do Mato Grosso, Goiás e Tocantins, no que diz respeito à interligação e ao escoamento para o restante do País e para o mercado internacional.

Estou falando de tudo isso porque reconheço quão importante é consolidar uma obra dessa envergadura, a efetivação de uma matriz energética para a região, a fim de que possamos desenvolvê-la com base em critérios sustentáveis. Toda a região de fronteira necessita do braço firme do Governo para ajudá-la, como bem destacaram os Deputados que me antecederam, e a fim de sinalizar para a iniciativa privada sobre a necessidade de que seja ocupada de forma sustentada. Há conflitos nas regiões de fronteiras, por isso precisamos, sim, da presença forte do Estado brasileiro.

Essas usinas servirão para consolidar todo o processo, interligar e abrir os mercados regionais, com o envolvimento dos países vizinhos. V.Sa. abordou com muita precisão o assunto, o que muito me agradou.

Também foi muito bem levantada pelo Presidente Fernando Ferro a questão das minorias. Faço parte da Comissão de Meio Ambiente e Minorias e reconheço as necessidades dessas minorias, tanto os quilombolas quanto as comunidades indígenas e as populações tradicionais, no que respeita aos impactos ambientais. Precisamos, nessa fase, encurtar caminhos.

Eu vivenciei, Dr. José Pedro, umas experiências ainda num período recente como ex-Presidente do IBAMA, e noto que, muitas vezes, os licenciamentos ambientais são delongados, em virtude da falta de troca com as populações locais. Muitas vezes, confundidas por uma disputa de mercado, as populações locais são utilizadas, para usar uma expressão vulgar da região, como “bucha de cartucho”.

É muito importante a estreita relação dos estudos de viabilidade, como V.Sa. listou com muita propriedade, com aspectos voltados para o turismo e a pesca. As usinas de Madeira galvanizarão o *pool* tecnológico que já se conseguiu por meio de Furnas e de outras empresas nacionais, visando a se minimizar os impactos causados por outras usinas, como já foi mostrado

em transparências, a exemplo das usinas de Balbina, Jirau e Santo Antônio.

Essas preocupações preliminares vão pavimentar o caminho de tal maneira que o estudo de impacto ambiental há de ser feito com maior celeridade e segurança, resguardando o que queremos: a consolidação da matriz, contribuição fortíssima para o processo de desenvolvimento regional, e, ao mesmo tempo, a definição da política ambiental para a região. Vejo com muita satisfação sua preocupação relativamente a essa inter-relação com os países vizinhos. Isso nos agrada e, eu diria, é um facilitador para a consolidação desse projeto.

Eram essas as minhas considerações.

Agradeço sua presença e o parabênzulo pela explanação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Ferro) – Muito obrigado, Deputado Hamilton Casara.

Em razão de a maioria das intervenções estarem sendo de considerações e de poucas perguntas, até para concluir, pois só há mais 2 Parlamentares inscritos, vou conceder a palavra a eles na seqüência e, em seguida, ao Dr. José Pedro. Assim, a fase de questionamentos e considerações do Plenário se encerraria.

Estão inscritos os Deputados Hélio Esteves e Mauro Passos.

Concedo a palavra ao Deputado Hélio Esteves. Peço a S.Exa. que se atenha aos 5 minutos. Como o Deputado Hélio Esteves é do PT, tenho mais liberdade para lhe cobrar o tempo.

O SR. DEPUTADO HÉLIO ESTEVES – Sempre quem é da casa acaba tendo de arcar com um peso maior de responsabilidade.

Gostaria de saudar o Presidente de Furnas, Dr. José Pedro, o Presidente desta Comissão, Deputado Fernando Ferro, todos os Parlamentares e demais participantes desta audiência pública.

Para nós, é motivo de satisfação ver uma empresa do porte de Furnas, com sua experiência na geração e transmissão de energia, ter vontade de se instalar na Amazônia. A região tem por característica amortizar a médio e longo prazos os investimentos que lá são feitos. Por quê? Porque é uma região em desenvolvimento, onde a energia é fator de desenvolvimento e de atendimento ao social.

Nesse sentido, achamos muito importante que mais uma empresa do setor elétrico se instale na região, a fim de melhorar e contribuir para a geração de energia. Lógico que temos, como amazônida, uma pontinha de ciúmes, porque torcemos também pela ELETRONORTE, mas, como brasileiro, devemos torcer pelo desenvolvimento do País e de nossa região. Que

sejam bem-vindos os empreendimentos que Furnas está pretendendo fazer no Rio Madeira.

Gostaria também de fazer uma pergunta: a quanto andam os trabalhos de impacto ambiental e social? Isso engloba todas as comunidades que estejam sendo atingidas direta e indiretamente. Temos experiências com relação à ELETRONORTE. Somente hoje estão sendo mitigados os impactos ocorridos. Comunidades, vilarejos e até Municípios, de início, não foram beneficiados com a energia gerada pelo Projeto Tucuruí. Portanto, seria importante que estivesse inserido nesse projeto o atendimento a essas comunidades. Não desconhecemos que esse atendimento realmente precisa de estudo minucioso, porque a população da área é rarefeita. Muitas vezes há dificuldades até em relação a atendimentos prioritários, como no tocante aos setores saúde e educação. Com relação à energia elétrica não seria diferente.

Gostaria não de discordar, mas mostrar a realidade para o Deputado Marcello Siqueira, que tem grande experiência no setor, mas que, de certa forma, está impaciente, como todo o povo brasileiro, com a falta de investimento não só no setor elétrico, mas também em estradas, por exemplo. Neste primeiro ano do Governo Lula temos de saber onde estamos pisando. E estamos fazendo isso muito bem, até porque o Ministério dos Transportes precisa ser tratado com muita atenção, para que não ocorram os mesmos desmandos do passado, com o não- aproveitamento correto do dinheiro público. Acredito estar havendo cautela, mas, com certeza, ano que vem teremos resultado muito melhor do que em Governos anteriores. Como membro e defensor do Governo é que destaco esse aspecto, acreditando podermos ter um futuro melhor.

Todos desta Comissão deveremos trabalhar no sentido de retirar para o desenvolvimento do País não podem ser tratadas dessa forma, ficando em situação de indefinição: se investem ou não; se caminham ou não para frente. Temos de tomar essa decisão. Esta Comissão tem condições de definir essa questão ou de influenciar no seu encaminhamento, a fim de que o País volte a se desenvolver no setor de energia elétrica.

Era essa a nossa contribuição. Reitero o questionamento sobre os impactos sociais e ambientais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Ferro) – Obrigado, Deputado Hélio Esteves, V.Exa. foi pontual.

Passo a palavra ao último inscrito, Deputado Mauro Passos, e, em seguida, devolverei a palavra ao Dr. José Pedro.

O SR. DEPUTADO MAURO PASSOS – Saúdo o Presidente de Furnas, Dr. José Pedro, e o nosso Pre-

sidente, Deputado Fernando Ferro. Aliás, S.Exa. me pareceu despreocupado, quando disse que começaria a controlar o tempo do pessoal do PT. Pensei até que iria dizer que o pessoal do PT fala muito. Mas, na verdade, o que S.Exa. quer é que todos cumpramos o horário, e eu, com certeza, não vou avançar no tempo estabelecido.

A rigor, não tenho nenhuma pergunta, mas sou obrigado a fazer algumas observações em razão de comentários que surgiram durante o debate.

Muito embora tenha sido indagado se ainda se encontra no programa do CND – sentimento que gostaria de compartilhar com todos —, a questão das privatizações está completamente superada no atual Governo. Não há a menor possibilidade nem espaço para levantá-la. A prova maior foi recente a participação das empresas estatais em 7 leilões sobre linhas de transmissão – as empresas estatais venceram 4 – com investimentos na ordem de 2 bilhões de reais, dos quais participaremos com 70%.

Portanto, essa é uma questão superada no atual Governo. Talvez, esteja havendo excesso de zelo de não anunciá-lo ao mundo, mas, na prática, estamos efetivamente retomando os investimentos estatais do País.

Também gostaria de comentar a questão das dívidas. Temos outra dívida que ninguém menciona, ninguém cobra, extremamente expressiva e importante para nosso desenvolvimento: as dívidas internas. No final da semana passada, participei do Encontro Nacional dos Procuradores da Fazenda. Então, tomei conhecimento que são quase 200 bilhões de reais adormecidos em berço esplêndido que não estamos conseguindo cobrar. Se esse montante fosse cobrado, entraria um volume fantástico de recursos tanto para as demandas sociais quanto para as demandas da infra-estrutura.

No caso de Santa Catarina, o nosso Estado, as dívidas identificadas com a União somam 5 bilhões de reais. Estamos há anos tentando concretizar a duplicação da BR-101, trecho Florianópolis/Osório, fronteira com o Rio Grande do Sul. O valor dessa obra corresponde a um terço do que deve à União. Os Procuradores, responsáveis por uma atividade-fim do Estado, mostraram nesse Encontro as dificuldades por eles enfrentadas para que a cobrança seja efetivada. E o custo da cobrança quando feita pelo Estado é extremamente baixo em relação ao feito por qualquer escritório de advocacia que exerça esse papel. Para cada 100 reais cobrados pela União, o custo é de 1,4 reais. O que existe atualmente é um verdadeiro exército de escritórios de renome na advocacia nacional

que impede, inibe e dificulta cobranças mais do que líquidas e certas.

Essa é uma questão que, penso, mereceria desta Casa, obviamente não desta Comissão, uma efetiva ação política, para que os maus pagadores do passado não se utilizem dos instrumentos que, às vezes, a lei permite, ficando eternamente devedores da União.

Por fim, gostaria de fazer uma rápida observação. Do ponto de vista da engenharia, esse projeto não apresenta nenhuma dificuldade, pois, como bem colocou o Presidente de Furnas, a nossa Engenharia tem perfeito domínio até mesmo em relação às turbinas. É claro que sempre nos preocupamos com a questão ambiental, que deve ser o grande norte desse projeto e receber a máxima atenção. Hoje, casos como o de Balbina e outros, não prosperariam em âmbito de Brasil. Como observei a preocupação das instituições contratadas para subsidiar Furnas nessa área, também me tranqüilizei em relação à preocupação presente na própria empresa. Acredito ser um projeto, acima de tudo, desenvolvimentista.

Participei, semana passada, de seminário de integração sobre a ligação do Oceano Pacífico com o Atlântico, projeto belíssimo e que, com o tempo, há de ser implantado. Não há como nos distanciarmos disso, até porque faz parte da política de Governo a integração física da América do Sul. A questão tem de estar presente em todo debate daqui para frente. A posição do Presidente Lula com o Presidente Kirchner, há duas ou três semanas na Argentina, foi no sentido de sinalizar não apenas a integração política, mas também a integração física da América do Sul. Se isso estiver presente nas ações de Governo, daqui para frente, projetos dessa natureza e dessa amplitude, com certeza, têm de constar da pauta do nosso Governo.

Por essa razão, cumprimento Furnas pela iniciativa.

Mas, não vamos nos dividir nem sentir qualquer tipo de ciúme sobre se o projeto é de Furnas ou da ELETRONORTE. O projeto é do Brasil e, pelo próprio tamanho e desafio que encerra, com certeza, tem de ser integrador das empresas que hoje fazem parte da *holding* ELETROBRÁS e não desintegrador ou eventualmente um possível foco de ciúmes e de controvérsias sobre quem está à frente dessa empreitada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Ferro) – Obrigado, Deputado Mauro Passos.

Passo a palavra ao Dr. José Pedro, para suas considerações, respostas e fechamento de sua participação na audiência.

O SR. JOSÉ PEDRO RODRIGUES DE OLIVEIRA – Sr. Presidente Fernando Ferro, não vou me alongar. Entendi o recado de V.Exa.

Poderia terminar dizendo que Furnas agradece. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Ferro)

– Sr. José Pedro, ouvimos várias considerações; assim, serei tolerante e concederei o tempo necessário para V.Sa. fazer os esclarecimentos necessários. Espero apenas que V.Sa. administre o tempo para tal.

O SR. JOSÉ PEDRO RODRIGUES DE OLIVEIRA – Prometo ser breve.

Começarei de trás para frente, agradecendo ao Deputado Mauro Passos, que se referiu à questão das linhas de transmissão – participamos do leilão com a iniciativa privada —, à CPI da Privatização, aos recursos necessários para os empreendimentos e à hipótese de ciúmes, o que hoje é impossível, porque no momento o Governo Lula inovou muito nesse particular.

Hoje não se faz qualquer empreendimento do setor elétrico a não ser que as 4 geradoras federais participem juntas. Então, estamos tranqüilo; não vamos, de forma alguma, pensar num projeto sem ouvir nossas co-irmãs, e já somos sócios nos empreendimentos, na fé e até na vontade de fazer uma oferta de energia para o desenvolvimento do País.

Tenho a impressão de que na palavra dos diversos Deputados que nos honraram com seus comentários ficou patente que há geral apoio à iniciativa destinadas a alicerçar o desenvolvimento do País com base em energia elétrica e hidrelétrica. O Projeto Madeira será colocado por Furnas na prateleira do Ministério de Minas e Energia; registrado o projeto na ANEEL, ficaremos esperando que decisões maiores e estudos de mercados complementares, estudos políticos sociais em toda a América Latina determinem o momento de começá-lo. E ele terá início não apenas com a união de ELETRONORTE, Furnas, CHESF, ELETROSUL, ELETRONUCLEAR, pois todas elas terão que trabalhar no empreendimento, mas com a união de todas as correntes políticas, da mesma maneira como aconteceu com o Projeto Itaipu, também tendo em mira que esse projeto faz parte das ações brasileiras no sentido de unir a América.

Há interesses maiores que não querem isso, mas nós só poderemos dialogar com essas nações se estivermos juntos, e até hoje estivemos separados, estamos sendo juntados neste Governo. Então, há um forte apelo de união territorial latina nesse projeto, projeto que é, sob esse aspecto, singular, não existe no mundo um projeto que disponha dessas características.

Quanto ao Deputado Hélio Esteves, ele disse da sua preocupação sobre impactos ambiental e social e atendimento às comunidades. Vamos esperar cumprir isso nos estudos de viabilidade ambiental que já estão sendo desenvolvidos.

O Deputado Hamilton Casara mencionou seu conhecimento da região. Nós precisamos aproveitar esse conhecimento para não cometer erros na condução dos projetos.

Dos ex-Presidentes de Furnas, refiro-me, primeiro, a Marcello Siqueira, meu amigo de 80 anos – digo 80 anos porque pai dele era amigo do meu pai e me curou – com quem tenho liberdade para brigar mais do que com os outros, e a Luiz Carlos Santos, homens que honraram a presidência de FURNAS e a defenderam da privatização, numa luta da qual vários participaram, mas cujo participante maior foi o Presidente Itamar Franco. Não lutamos contra a privatização, em hipótese alguma. A Constituição brasileira já determina o espaço da iniciativa privada e da iniciativa governamental. Nada da iniciativa do setor elétrico foi feito só pelo Governo. Acontece que, num determinado momento da história, se pensou que podíamos privatizar o quilowatt já instalado, as linhas de transmissão e de distribuição já instaladas. Isso é um absurdo.

Tomei conhecimento da manobra muito antes daquele momento tão bem lembrado aos senhores pelo Dr. Luiz Carlos Santos: quando o então Presidente Itamar, por intermédio do Marcello Siqueira, que ainda não era Deputado, nos chamou para que conversássemos com o Ministro Stepanenko. Daí resultou nossa ida a São Paulo, onde fomos recebidos pelo Dr. Pérsio Arida, na Av. Paulista, ocasião em que ele nos mostrou o planejamento que se fazia sobre a privatização do setor elétrico brasileiro. Voltei a Brasília e informei ao Presidente Itamar Franco que aquele planejamento redundaria no que redundou. E que não poderíamos aceitar cargo no BNDESPAR para realizar aquela tarefa, porque o Presidente da República não tinha ainda o conhecimento das repercussões graves, da qual concepções errôneas que se estava tentando, por meio daquele projeto, dar ao sistema elétrico brasileiro.

De forma alguma o sistema elétrico brasileiro quer afastar a iniciativa privada. Pelo contrário, queremos nos unir à iniciativa privada, como bem disse o Marcello Siqueira, com o chamamento do Governo Federal, porque só ele sabe determinar as oportunidades. O Dr. Luiz Carlos Santos ressaltou muito bem: transferir ativos depreciados para iniciativa privada é crime de lesa-pátria. E CPIs, tanto em Minas Gerais quanto aqui no âmbito federal, já determinaram a abrangência, as repercussões desse crime de lesa-pátria. Quem conhece o setor elétrico sabe que leva o setor elétrico brasileiro a uma situação inadmissível. Seu objetivo é servir a Nação, e ninguém pode pressupor que ele seja capaz de propiciar retorno rápido de capitais especulativos, pela simples razão de que geração, transmissão e distribuição não permitem retorno

rápido. O povo, na sua sabedoria, já considerou essas ações como “ações de viúva”. Ou seja, queremos, sim, a participação do capital com retorno de 30, 40 anos; um retorno de 3, 4, 5 anos só leva à depreciação dos nossos reservatórios, à não-manutenção do sistema de transmissão e distribuição, e tudo isso que ocorreu no País. Isso foi um erro, foi um crime já detectado e que não acontecerá mais.

Estamos junto com a iniciativa privada desde a construção de Três Mais, por Juscelino. Estivemos juntos com a iniciativa privada em Serra da Mesa, em Rio do Peixe, mas como parceiros e não como transferidores de ativos brasileiros, construídos com nosso suor.

Agradeço as palavras dos ex-Presidente de Furnas. Espero honrar a cadeira de Presidente, como os senhores a honraram.

Agradeço igualmente ao Presidente Fernando Ferro, que, como os senhores viram, é grande conhecedor da situação do setor elétrico brasileiro e colocou questões importantes que tentaremos resolver juntos com os Srs. Deputados, com os órgãos que controlam o meio ambiente, com a população brasileira em geral e, principalmente, como mencionou o Deputado Hamilton Casara, com a população daquela região que a conhece muito melhor do que nós.

Para finalizar, quero enfatizar a frase que temos pregado: o progresso encontra oferta de energia elétrica. Se queremos desenvolver, estruturar este País, dar emprego, criar novas condições de desenvolvimento, temos de oferecer energia elétrica e, principalmente, energia hidrelétrica.

Muito obrigado a todos pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Ferro)

– Muito obrigado, Dr. José Pedro.

Quero expressar, em nome dos demais membros desta Comissão, a satisfação de podermos tomar conhecimento das importantes informações que V.Sa. nos trouxe sobre os estudos desenvolvidos, sobre a repercussão dos trabalhos, sobre a não-agressão às populações existentes.

Teremos de tratar desse tema quando do projeto de engenharia mais detalhado chegar a esta Casa. Mas, agora, queremos lhe agradecer por essas informações extremamente importantes, principalmente por sabermos que o Estado novamente está sendo colocado na condição de indutor de investimento e fomentador do desenvolvimento. Isso nos garante que a parceria com a iniciativa privada será muito proveitosa, mas tendo o Estado a obrigação de atender às necessidades de desenvolvimento daquela região.

Agradecemos também aos Srs. Parlamentares a presença.

Antes de encerrar esta reunião, convoco os integrantes desta Comissão para reunião a ser realizada na próxima semana.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a presente reunião

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 11ª Reunião Ordinária Realizada em 5 de Maio de 2005.

Às dez horas e trinta e três minutos do dia cinco de maio de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, no Plenário 03 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Aroldo Cedraz – Presidente; Nilson Mourão e João Castelo – Vice-Presidentes; André Costa, André de Paula, Antonio Carlos Pannunzio, Arnon Bezerra, João Paulo Gomes da Silva, Júlio Delgado, Pastor Frankembergen, Terezinha Fernandes e Zarattini – Titulares; Antonio Carlos Mendes Thame, Edinho Bez, Fernando Gabeira, Ivan Valente, Jackson Barreto, Jair Bolsonaro, Júnior Betão, Luiz Carlos Haully, Orlando Fantazzini, Paulo Afonso, Paulo Delgado, Perpétua Almeida, Zico Bronzeado e Zulaiê Cobra – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados André Zacharow, Edison Andrino, Feu Rosa, Francisco Rodrigues, Hamilton Casara, Itamar Serpa, Jairo Carneiro, João Herrmann Neto, Lincoln Portela, Maninha, Marcondes Gadelha, Marcos de Jesus, Medeiros, Neiva Moreira, Renildo Calheiros e Vieira Reis. Justificaram a ausência os Deputados Itamar Serpa, Vadão Gomes e Maninha. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou à apreciação a Ata da 8ª reunião, realizada no dia 13 de abril de 2005. Em votação, a Ata foi aprovada. **ORDEM DO DIA: A – Matéria sobre a Mesa: 1 – REQUERIMENTO Nº 120/05** – do Sr. Arnon Bezerra – que “requer, nos termos regimentais, a realização do Seminário – A Rodada de Doha – A Oferta Brasileira sobre o Comércio de Serviços”. **APROVADO. 2 – REQUERIMENTO Nº 121/05** – do Sr. Paulo Delgado – que “requer, nos termos regimentais, seja apresentada emenda, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, ao item 11 do Anexo I do Projeto de Lei nº 4, de 2005 do Congresso Nacional (PLDO nº 4/2005-CN), que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2006. Criando a Prioridade 11.2 – Reaparelhar as Forças Armadas para o cumprimento de sua missão constitucional e incluindo a Ação 1E01 – Apoio ao Reaparelhamento e Modernização das Forças Armadas do Programa

0625 – Gestão de Política de Defesa Nacional.” **APROVADO. B – Requerimentos: 3 – REQUERIMENTO Nº 107/05** – do Sr. Nilson Mourão – que “requer sejam convidados os Srs. CLÁUDIO CARVAS e DAILSON MENDES DE OLIVEIRA, para prestarem esclarecimentos a esta Comissão, sobre a nacionalização de sistemas de defesas, com ênfase nas necessidades brasileiras de defesa”. **APROVADO EM CONJUNTO COM O REQUERIMENTO Nº 116/05.** 4 – **REQUERIMENTO Nº 109/05** – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “solicita seja convocado o Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre as providências para a adoção de salvaguardas para produtos brasileiros, em função da importação de determinados produtos chineses, nos termos do acordo recentemente assinado com a República da China e seu reconhecimento como economia de mercado”. **APROVADO EM CONJUNTO COM O REQ. 110/05 E COM ALTERAÇÃO DE “CONVOCADO” PARA “CONVIDADO”.** 5 – **REQUERIMENTO Nº 110/05** – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “solicita seja convocado o Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre as providências para a adoção de salvaguardas para produtos brasileiros, em função da importação de determinados produtos chineses, nos termos do acordo recentemente assinado com a República da China e seu reconhecimento como economia de mercado”. **APROVADO EM CONJUNTO COM O REQ. 109/05 E COM ALTERAÇÃO DE “CONVOCADO” PARA “CONVIDADO”.** 6 – **REQUERIMENTO Nº 112/05** – do Sr. André Costa – que “solicita realização de audiência pública, com a presença do Ministro de Estado da Cultura, Sr. Gilberto Gil, para debater a Convenção da UNESCO sobre diversidade cultural no plano das relações internacionais, e demais iniciativas bilaterais de cooperação no campo internacional encaminhadas pela Ministério da Cultura”. **APROVADO.** 7 – **REQUERIMENTO Nº 113/05** – do Sr. Paulo Bauer – que “solicita a convocação do Senhor Henrique Meireles – Presidente do Banco Central, a fim de prestar esclarecimentos em Audiência Pública sobre denúncias envolvendo-o com crime contra o sistema financeiro nacional, evasão de divisas, lavagem de dinheiro e crime eleitoral”. **RETIRADO DE OFÍCIO.** 8 – **REQUERIMENTO Nº 114/05** – do Sr. André Costa – que “solicita indicação de membro da Comissão de Relações Exteriores para acompanhar missão à Colômbia com intuito de apoiar as negociações em prol de uma solução para a crise que tem vitimado este país e seu povo”. **RETIRADO PELO AUTOR.** 9 – **REQUERIMENTO Nº 115/05** – do Sr. Antonio Carlos Pannunzio – que

“solicita seja convocado o Sr. Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre a viagem Presidencial, realizada em abril de 2005, a Países africanos – Camarões, Nigéria, Gana, Guiné-Bissau e Senegal”. **APROVADO COM ALTERAÇÃO DE “CONVOCADO” PARA “CONVIDADO”.** 10 – **REQUERIMENTO Nº 116/05** – do Sr. Zarattini – que “requer a realização de Seminário sobre a Política Industrial de Defesa”. **APROVADO EM CONJUNTO COM O REQUERIMENTO Nº 107/05.** 11 – **REQUERIMENTO Nº 117/05** – do Sr. Jair Bolsonaro – que “solicita seja convocado o Sr. Ministro de Estado da Defesa para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre a situação da remuneração dos militares federais e, em especial, sobre a Medida Provisória nº 2.215-10, de 2001, e convidando para os mesmos fins os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica”. **APROVADO COM ALTERAÇÃO DE “CONVOCADO” PARA “CONVIDADO” E RETIRANDO O CONVITE AOS COMANDANTES DA MARINHA, DO EXÉRCITO E DA AERONÁUTICA.** 12 – **REQUERIMENTO Nº 118/05** – do Sr. Francisco Dornelles – que “requer seja convocado o Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Luiz Carlos da Silva Bueno, para prestar esclarecimentos sobre a compra de aviões”. **RETIRADO DE OFÍCIO.** 13 – **REQUERIMENTO Nº 119/05** – do Sr. Antonio Carlos Pannunzio – que “solicita seja convocado o Sr. Ministro das Relações Exteriores para prestar esclarecimentos sobre o estágio de relevantes temas da política externa brasileira”. **APROVADO COM ALTERAÇÃO DE “CONVOCADO” PARA “CONVIDADO”.** **C – Proposições Sujeitas à Apreciação do Plenário: PRIORIDADE** 14 – **MENSAGEM Nº 966/04** – do Poder Executivo – (AV 1647/2004) – que “submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras sobre Isenção Parcial de Vistos em Passaportes Comuns, celebrado em Tegucigalpa, em 12 de agosto de 2004”. **RELATOR: Deputado FEU ROSA. PARECER: pela aprovação. APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER 15** – **MENSAGEM Nº 56/05** – do Poder Executivo – (AV 97/2005) – que “submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Barbados, celebrado em Brasília, em 5 de outubro de 2004”. **RELATOR: Deputado MARCONDES GADELHA. PARECER: pela aprovação. APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 16 – **MENSAGEM Nº 77/05** – do Poder Executivo – que “submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e

o Governo do Reino da Tailândia sobre Cooperação Técnica em Medidas Sanitárias e Fitossanitárias, celebrado em Brasília, em 16 de junho de 2004”. RELATOR: Deputado FRANCISCO RODRIGUES. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER. D – Proposições Sujeitas à Apreciação Conclusiva pelas Comissões: ORDINÁRIA 17 – PROJETO DE LEI Nº 5.386/01** – do Sr. Rodrigo Maia – que “dispõe sobre o cadastro e a inscrição para o uso de aparelhos com simuladores de vôo e de estandes e dá outras providências”. RELATOR: Deputado ANTONIO CARLOS PANNUNZIO. PARECER: pela aprovação, com emendas. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER** Nada mais havendo a tratar o Presidente encerrou a reunião às 12 horas e 10 minutos. E, para constar, eu, Fernando Luiz Cunha Rocha, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Aroldo Cedraz, e publicada no *Diário da Câmara dos Deputados*.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 14ª Reunião Ordinária Realizada em 22 de junho de 2005.

Às dez horas e vinte e sete minutos do dia vinte e dois de junho de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, no Plenário 03 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Aroldo Cedraz – Presidente; Jairo Carneiro e Nilson Mourão – Vice-Presidentes; André Costa, André de Paula, André Zacharow, Antonio Carlos Pannunzio, Feu Rosa, Francisco Rodrigues, Hamilton Casara, João Herrmann Neto, Lincoln Portela, Maninha, Marcos de Jesus, Pastor Frankembergen, Terezinha Fernandes, Vadão Gomes e Vieira Reis – Titulares; Antonio Carlos Mendes Thame, Carlos Melles, Edinho Bez, Francisco Dornelles, Jair Bolsonaro, João Tota, Júlio Delgado, Luiz Carlos Haully, Miguel de Souza, Orlando Fantazzini, Paulo Afonso, Paulo Delgado, Perpétua Almeida, Rogério Teófilo, Zico Bronzeado e Zulaïê Cobra – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Arnon Bezerra, Dimas Ramalho, Edison Andrino, João Paulo Gomes da Silva, Marcondes Gadelha, Medeiros, Neiva Moreira, Renildo Calheiros e Zarattini. Justificaram a ausência os Deputados João Castelo e Itamar Serpa. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou à apreciação a Ata da 13ª reunião, realizada no dia 15 de junho de 2005. Em votação, a Ata foi aprovada. **ORDEM DO DIA: A – Requerimentos: 1 – REQUERIMENTO Nº 131/05**

– do Sr. Miguel de Souza – que “requer sejam convidados os representantes legais do Consórcio Furnas/Odebrecht para falarem sobre o “Complexo Madeira”. **APROVADO. 2 – REQUERIMENTO Nº 133/05** – do Sr. André Costa – que “solicita seja realizada Audiência Pública nesta Comissão, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias desta Casa tendo por objetivo debater a “Situação dos Direitos Humanos e do Direito Humanitário Internacional na Colômbia e a Questão dos Refugiados”. **APROVADO. 3 – REQUERIMENTO Nº 134/05** – do Sr. Pastor Frankembergen – que “solicita, nos termos regimentais, seja ouvido o plenário desta Comissão, e convidados representantes da Força Aérea Brasileira (FAB) e do Centro Amazônico, responsáveis pelo Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), para prestarem depoimentos sobre o sobrevôo e escala de avião americano em Roraima”. **APROVADO COM A INCLUSÃO DE UM REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E UM REPRESENTANTE DO SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA DO COMANDO DA AERONÁUTICA. B – Proposições Sujeitas à Apreciação do Plenário: PRIORIDADE 4 – PROJETO DE LEI Nº 5.291/05** – do Poder Executivo – (MSC 294/2005) – que “altera o art. 183 do Decreto – Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969, que aprova o Código Penal Militar”. RELATOR: Deputado MARCONDES GADELHA. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER. C – Proposições Sujeitas à Apreciação Conclusiva pelas Comissões: PRIORIDADE 5 – PROJETO DE LEI Nº 4.142/04** – do Poder Executivo – (MSC 577/2004) – que “dispõe sobre o ensino na Marinha”. RELATOR: Deputado PASTOR FRANKEMBERGEN. PARECER: pela aprovação do PL, com emendas. **Vista conjunta aos Deputados Jair Bolsonaro e Maninha, em 24/02/2005. APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER REFORMULADO. ORDINÁRIA 6 – PROJETO DE LEI Nº 148/03** – do Sr. Alberto Fraga – que “altera o Decreto – lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e dá outras providências”. RELATOR: Deputado FEU ROSA. PARECER: pela aprovação. **VISTA AO DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI. 7 – PROJETO DE LEI Nº 1.219/03** – do Sr. Átila Lins – que “revoga a Lei nº 9.614, de 5 de março de 1998”. RELATOR: Deputado FEU ROSA. PARECER: pela rejeição. **RETIRADO DE PAUTA PELO RELATOR. 8 – PROJETO DE LEI Nº 3.928/04** – do Sr. Clóvis Fecury – que “dispõe sobre a contribuição para assistência médico – hospitalar e social do militar”. RELATOR: Deputado VIEIRA REIS. PARECER: pela rejeição. **Vista ao Deputado Jair Bolsonaro, em 30/03/2005. RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO.** Nada mais havendo a tratar, às 11 horas e 31

minutos o Presidente encerrou a presente reunião. E, para constar, eu, Fernando Luiz Cunha Rocha, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Aroldo Cedraz, e publicada no *Diário da Câmara dos Deputados*.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 15ª Reunião Ordinária Realizada em 29 de junho de 2005.

Às dez horas e trinta e sete minutos do dia vinte e nove de junho de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, no Plenário 03 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Aroldo Cedraz – Presidente; Jairo Carneiro, Nilson Mourão e João Castelo – Vice-Presidentes; André Costa, André de Paula, André Zacharow, Edison Andrino, Feu Rosa, Hamilton Casara, Itamar Serpa, João Paulo Gomes da Silva, Lincoln Portela, Maninha, Marcos de Jesus, Pastor Frankembergen, Terezinha Fernandes e Vieira Reis – Titulares; Francisco Dornelles, Jair Bolsonaro, João Tota, Luiz Carlos Haully, Luiza Erundina, Orlando Fantazzini, Paulo Afonso, Paulo Bauer, Perpétua Almeida, Takayama e Zulaiê Cobra – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Antonio Carlos Pannunzio, Arnon Bezerra, Dimas Ramalho, Francisco Rodrigues, João Herrmann Neto, Marcondes Gadelha, Medeiros, Neiva Moreira, Renildo Calheiros e Vadão Gomes. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou à apreciação a Ata da 13ª reunião, realizada no dia 22 de junho de 2005. Em votação, a Ata foi aprovada. **EXPEDIENTE:** A Presidência comunicou o recebimento das seguintes correspondências: convite para visita às Indústrias Nucleares do Brasil – INB, nos dias 11 e 12 de agosto; convite do Presidente da Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, para participar do Seminário: “O Parlamento e o Mercosul”, que se realizará no dia 18 de agosto do corrente; ofício nº 90.05 da Deputada Maninha, comunicando a sua participação no Regional Seminar on Parliamentary Oversight of the Security Sector in Latin America, em Montevidéu, no período de 30 de junho a 3 de julho do corrente; ofício nº 09.05 do Presidente da Câmara dos Deputados, encaminhando o Requerimento nº 29/2005, da Assembléia Legislativa do Acre, apresentando Moção de pedido de Clemência ao parlamento da Indonésia, em favor do brasileiro Marcos Archer, condenado naquele País. **ORDEM DO DIA: A – Requerimentos: 1 – REQUERIMENTO Nº**

135/05 – d a Sra. Maninha – que “requer a realização de audiência pública desta Comissão e a aprovação de convite ao Sr. Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores – MRE”. **APROVADO. 2 – REQUERIMENTO Nº 136/05** – d a Sra. Maninha – que “requer a realização de audiência pública desta Comissão e a aprovação de convite ao Sr. Embaixador Régis P. Arslanian, Diretor do Departamento de Negociações Internacionais do Ministério das Relações Exteriores – MRE”. **APROVADO. B – Proposições Sujeitas à Apreciação do Plenário: URGÊNCIA 3 – EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 779/99** – da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – (MSC 788/1994) – que “aprova o texto das Modificações aos Convênios Constitutivos da Corporação Financeira Internacional – CIF e do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD”. **RELATOR:** Deputado MARCONDES GADELHA. **PARECER:** pela rejeição da EMP 1, e da EMP 2, com emendas de redação ao PDC Nº 779-B/1999. **As Deputadas Maninha e Terezinha Fernandes apresentaram voto em separado em 29/06/2005. APROVADO O PARECER. APRESENTARAM VOTO EM SEPARADO AS DEPUTADAS MANINHA E TEREZINHA FERNANDES. PRIORIDADE 4 – MENSAGEM Nº 185/05** – do Poder Executivo – (AV 322/2005) – que “submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em relação aos Impostos sobre a Renda, firmado em Pretória, em 8 de novembro de 2003”. **RELATOR:** Deputado VILMAR ROCHA. **PARECER:** pela aprovação. **RETIRADA DE PAUTA DE OFÍCIO. C – Proposições Sujeitas à Apreciação Conclusiva pelas Comissões: ORDINÁRIA 5 – PROJETO DE LEI Nº 2.785/03** – do Sr. Elimar Máximo Damasceno – que “determina que os ocupantes de cargos em organizações internacionais que representem o Governo sejam previamente aprovados pelo Senado Federal”. **RELATOR:** Deputado JOÃO HERRMANN NETO. **PARECER:** pela aprovação. **Vista ao Deputado Luiz Carlos Haully, em 10/11/2004. RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO. 6 – PROJETO DE LEI Nº 3.928/04** – do Sr. Clóvis Fecury – que “dispõe sobre a contribuição para assistência médico – hospitalar e social do militar”. **RELATOR:** Deputado VIEIRA REIS. **PARECER:** pela rejeição. **Vista ao Deputado Jair Bolsonaro, em 30/03/2005. APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER 7 – PROJETO DE LEI Nº 4.710/04** – do Sr. Carlos Melles – que “dispõe sobre o comércio exterior brasileiro”. **RELATOR:** Deputado ANTONIO CARLOS PANNUNZIO. **PARECER:**

pela aprovação, com emenda. **Vista ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em 15/06/2005. O Deputado Antonio Carlos Pannunzio apresentou voto em separado em 09/06/2005. REJEITADO O PARECER CONTRA O VOTO DO DEPUTADO JAIR BOLSONARO. DESIGNADO RELATOR DO VENCEDOR, DEP. ANDRÉ COSTA (PT-RJ). PARECER VENCEDOR, DEP. ANDRÉ COSTA (PT-RJ), PELA REJEIÇÃO. APROVADO O PARECER VENCEDOR CONTRA O VOTO DO DEPUTADO JAIR BOLSONARO. O PARECER DO DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO PASSOU A CONSTITUIR VOTO EM SEPARADO.** Nada mais havendo a tratar, às 11 horas e 17 minutos o Presidente encerrou a presente reunião. E, para constar, eu, Fernando Luiz Cunha Rocha, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Aroldo Cedraz, e publicada no *Diário da Câmara dos Deputados*.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 16ª Reunião Ordinária Realizada em 3 de agosto de 2005.

Às dez horas e quarenta e um minutos do dia três de agosto de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, no Plenário 03 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Aroldo Cedraz – Presidente; Jairo Carneiro, Nilson Mourão e João Castelo – Vice-Presidentes; André Costa, André de Paula, André Zacharow, Antonio Carlos Pannunzio, Dimas Ramalho, Edison Andrino, Feu Rosa, Francisco Rodrigues, Hamilton Casara, Itamar Serpa, João Herrmann Neto, João Paulo Gomes da Silva, Lincoln Portela, Maninha, Marcondes Gadelha, Marcos de Jesus, Medeiros, Pastor Frankembergen e Terezinha Fernandes – Titulares; Antonio Carlos Mendes Thame, Carlos Melles, Edinho Bez, Edson Ezequiel, Fernando Gabeira, Jackson Barreto, Jair Bolsonaro, Luiz Carlos Haully, Miguel de Souza, Orlando Fantazzini, Paulo Afonso, Paulo Bauer, Rogério Teófilo, Zico Bronzeado e Zulaiê Cobra – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Arnon Bezerra, José Dirceu, Neiva Moreira, Renildo Calheiros, Vadão Gomes e Vieira Reis. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou à apreciação a Ata da 14ª reunião, realizada no dia 29 de junho de 2005. Em votação, a Ata foi aprovada. **EXPE-DIENTE:** Esta Presidência comunica a honrosa visita dos ex-Deputados Sérgio Tourinho e Pedro Valadares

e o recebimento das seguintes correspondências: convite do Senhor Pedro Laurindo da Silva – Presidente da Associação Cristã Amigos Brasil-Israel, para o 1º Seminário Internacional de Intercâmbio Cultural Haverim de Israel, que se realizará no período de 12 a 22 de outubro de 2005, na Cidade Santa – Israel; do Ministro Jorge Armando Felix, Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, para o Encontro de Estudo sobre o tema: “Visão Estratégica dos Recursos do Mar” a ser realizado no dia 10 de agosto no Palácio do Planalto; ofício nº 1699/05 – do 1º Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando resposta do Ministro da Defesa ao Requerimento de Informações nº 2.889 de 2005, desta Comissão, que trata sobre os primeiros seis meses de vigência da Lei nº 9.614, de 5 de março de 1998, a Lei do Abate; documento encaminhado pela Embaixada da República do Paraguai no Brasil, informando da veiculação, nos meios de comunicação paraguaios, do suposto estabelecimento de uma clandestina base militar norte-americana naquele país e documento do Embaixador britânico no Brasil, Senhor Peter Collecott, em resposta a carta enviada por esta Comissão ao Governo Britânico, manifestando profundo pesar e indignação pela morte do brasileiro Jean Charles de Menezes. **ORDEM DO DIA: A – Requerimentos: 1 – REQUERIMENTO Nº 137/05** – do Sr. Feu Rosa – que “requer que esta Comissão, em parceria com a Associação Cristã Amigos Brasil Israel – HAVERIMBRIL – possa promover o I Seminário Internacional de Intercâmbio Cultural Haverim de Israel, a ser realizado no período de 12 a 22 de outubro de 2005 na Cidade Santa, Israel”. **APROVADO 2 – REQUERIMENTO Nº 138/05** – da Sra. Maninha – que “requer a realização de Audiência Pública para esclarecimentos a respeito da militarização da Tríplice Fronteira”. **APROVADO COM ALTERAÇÕES, COM A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA COM A COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DO SENADO FEDERAL E COM ENCAMINHAMENTO DO ASSUNTO À COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DE ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA. 3 – REQUERIMENTO Nº 139/05** – da Sra. Maninha – que “requer a aprovação de Pedido de Informações ao Ministério de Relações Exteriores acerca das providências efetuadas em função da morte do Senhor Jean Charles de Menezes, ocorrida em Londres”. **APROVADO CONJUNTAMENTE COM O REQUERIMENTO Nº 141/05 DO DEPUTADO FERNANDO GABEIRA, COM ALTERAÇÕES, PARA REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA COM A COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DO SENADO FEDERAL E PROPONDO A REALIZAÇÃO DE UM SEMINÁRIO**

CONJUNTO COM A COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS PARA TRATAR DOS TEMAS “MIGRAÇÕES DESORDENADAS, DIREITOS HUMANOS E TERRORISMO.” 4 – REQUERIMENTO Nº 140/05 – da Sra. Maninha – que “requer a apreciação pelo Plenário da Comissão de proposta de manifestação da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL sobre o incidente em Londres que resultou na morte de cidadão brasileiro”. **RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO.** 5 – **REQUERIMENTO Nº 141/05** – do Sr. Fernando Gabeira – que “Requer a realização de uma audiência pública conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, com a presença do Sr. Celso Luiz Nunes Amorim, Ministro das Relações Exteriores, para prestar esclarecimentos sobre o episódio relativo a morte, pela polícia londrina, do brasileiro Jean Charles de Menezes”. **APROVADO CONJUNTAMENTE COM O REQUERIMENTO Nº 140/05 DA DEPUTADA MANINHA, COM ALTERAÇÕES, PROPONDO A REALIZAÇÃO DE UM SEMINÁRIO CONJUNTO COM A COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS PARA TRATAR DOS TEMAS “MIGRAÇÕES DESORDENADAS, DIREITOS HUMANOS E TERRORISMO.”** B – **Proposições Sujeitas à Apreciação do Plenário: PRIORIDADE:** 6 – **MENSAGEM Nº 330/03** – do Poder Executivo – (AV 716/2003) – que “submete à consideração do Congresso Nacional o texto da Convenção Adicional Alterando a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Protocolo Final, assinados em Brasília em 23 de junho de 1972, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, celebrado em Brasília, em 20 de novembro de 2002”. RELATOR: Deputado ANDRÉ DE PAULA. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 7 – **MENSAGEM Nº 726/04** – do Poder Executivo – (AV 1304/2004) – que “submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, sobre Facilitação de Circulação de Pessoas, celebrado em Lisboa, em 11 de julho de 2003”. RELATOR: Deputado MARCOS DE JESUS. PARECER: pela aprovação. **RETIRADA DE PAUTA DE OFÍCIO.** 8 – **MENSAGEM Nº 809/04** – do Poder Executivo – (AV 1451/2004) – que “submete à consideração do Congresso Nacional o texto das Emendas à Convenção para a Facilitação do Tráfego Marítimo Internacional, realizada em Londres, Reino Unido, em 9 de abril de 1965”. RELATOR: Deputado JOÃO PAULO GOMES DA SILVA. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 9 – **MENSAGEM Nº 817/04** – do Poder Executivo – (AV

1484/2004) – que “submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para a Promoção da Segurança da Aviação, assinado em Brasília, em 22 de março de 2004”. RELATOR: Deputado MEDEIROS. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER. ORDINÁRIA: 10 – PROJETO DE LEI Nº 1.943/03** – dos Srs. Deley e Leonardo Mattos – que “dispõe sobre o crime de terrorismo biológico”. RELATOR: Deputado ANTONIO CARLOS PANNUNZIO. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. **VISTA CONJUNTA AOS DEPUTADOS ANDRÉ COSTA, MANINHA E NILSON MOURÃO.** Nada mais havendo a tratar, às 12 horas e 49 minutos o Presidente encerrou a presente reunião. E, para constar, eu, Fernando Luiz Cunha Rocha, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Aroldo Cedraz, e publicada no *Diário da Câmara dos Deputados*.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 18ª Reunião Ordinária Realizada em 24 de agosto de 2005.

Às onze horas e oito minutos do dia vinte e quatro de agosto de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, no Plenário 03 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Aroldo Cedraz – Presidente; Jairo Carneiro e Nilson Mourão – Vice-Presidentes; André de Paula, André Zacharow, Antonio Carlos Pannunzio, Arnon Bezerra, Dimas Ramalho, Feu Rosa, Francisco Rodrigues, Hamilton Casara, Itamar Serpa, João Herrmann Neto, João Paulo Gomes da Silva, José Dirceu, Lincoln Portela, Maninha, Pastor Frankembergen, Terezinha Fernandes, Vadão Gomes e Vieira Reis – Titulares; Antonio Carlos Mendes Thame, Carlos Melles, Edson Ezequiel, Fernando Gabeira, Francisco Dornelles, Júlio Delgado, Luiz Carlos Hauly, Orlando Fantazzini, Paulo Afonso, Paulo Bauer, Takayama, Zico Bronzeado e Zulaiê Cobra – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados André Costa, Edison Andrino, João Castelo, Marcondes Gadelha, Marcos de Jesus, Neiva Moreira, Renildo Calheiros e Ricardo Rique. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou à apreciação a Ata da 17ª reunião, realizada no dia 17 de agosto de 2005. Em votação, a Ata foi aprovada. **EXPEDIENTE:** A presidência comunicou o recebimento das seguintes correspondências: ofício nº

1549/GM/MTE – encaminhado pelo Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, senhor Luiz Marinho, convidando esta Presidência para participar da solenidade de Registro de Ingresso do Brasil na Organização Internacional para Migrações, realizado no dia 18 de agosto em Brasília; documento encaminhado pelo senhor Gilman Viana Rodrigues, Presidente do Conselho do Agronegócio, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, convidando esta Presidência para participar da Reunião Ordinária da Câmara Temática de Negociações Agrícolas Internacionais, no dia 29 de agosto de 2005, na sede da Confederação Nacional de Agricultura – CNA em Brasília; ofício nº 0105/PAR-LATINO/GPV/VRI, do Vice-Presidente de Relações Internacionais do Grupo Parlamentar Venezuelano do Parlamento Latino Americano, encaminhando a recente edição da revista Comunidade Latina Americana de Nações; documento encaminhado pelo senhor João Paulo dos Reis Veloso, Coordenador do Instituto Nacional de Altos Estudos – Fórum Nacional, convidando esta Comissão para participar do Fórum Especial, com o tema “Reforma das Instituições do Estado Brasileiro” a ser realizado no dia 1º de setembro no Auditório da CNI em Brasília. **ORDEM DO DIA: A – Matéria sobre a Mesa: 1 – REQUERIMENTO Nº 144/05** – da Sra. Maninha – que “requer a realização de Audiência Pública desta Comissão e a aprovação de convite ao Sr. General Augusto Heleno Ribeiro, Comandante da Força de Paz da ONU no Haiti”. **APROVADO. 2 – REQUERIMENTO Nº 145/05** – do Sr. Antonio Carlos Pannunzio – que “solicita informações ao Comitê de Relações Exteriores do Parlamento do Reino Unido concernentes ao homicídio do brasileiro Jean Charles de Menezes, em Londres”. **APROVADO. 3 – REQUERIMENTO Nº 146/05** – do Sr. Carlos Melles – que “requer que a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional seja representada na II Conferência Mundial do Café”. **APROVADO. B – Proposições Sujeitas à Apreciação do Plenário: PRIORIDADE: 4 – MENSAGEM Nº 185/05** – do Poder Executivo – (AV 322/2005) – que “submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em relação aos Impostos sobre a Renda, firmado em Pretória, em 8 de novembro de 2003”. RELATOR: Deputado VILMAR ROCHA. PARECER: pela aprovação. **APROVADO O PARECER CONTRA O VOTO DO DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO. 5 – MENSAGEM Nº 203/05** – do Poder Executivo – (AV 356/2005) – que “submete, ao Congresso Nacional, o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o

Governo da República de Cabo Verde, celebrado em Praia, em 29 de julho de 2004”. RELATOR: Deputado FRANCISCO RODRIGUES. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER. 6 – MENSAGEM Nº 245/05** – do Poder Executivo – (AV 415/2005) – que “submete ao Congresso Nacional, o texto do Convênio de Cooperação Regional para a Criação e Funcionamento do Centro de Cooperação Regional para a Educação de Adultos na América Latina e Caribe, celebrado na cidade do México, em 19 de outubro de 1990”. RELATOR: Deputado PAULO DELGADO. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER. 7 – MENSAGEM Nº 248/05** – do Poder Executivo – (AV 423/2005) – que “submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado em Praia, em 14 de janeiro de 2005”. RELATOR: Deputado ANDRÉ DE PAULA. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER. ORDINÁRIA: 8 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.096/01** – do Sr. Walter Pinheiro – que “susta os atos normativos destinados a implementar o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, sobre Salvaguardas Tecnológicas Relacionadas à Participação dos Estados Unidos da América nos Lançamentos a partir do Centro de Lançamento de Alcântara, celebrado em Brasília, em 18 de abril de 2000”. (Apensado: PDC 1572/2001) RELATOR: Deputado ANTONIO CARLOS PANNUNZIO. PARECER: pela rejeição deste, e do PDC 1572/2001, apensado. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER. C – Proposições Sujeitas à Apreciação Conclusiva pelas Comissões: ORDINÁRIA: 9 – PROJETO DE LEI Nº 3.220/92** – do Sr. Eduardo Jorge – que “submete à apreciação do Senado Federal a indicação de diretores ou representantes brasileiros em organismo multilateral” RELATOR: Deputado ANTONIO CARLOS PANNUNZIO. PARECER: pela aprovação deste, que constitui Emenda do Senado ao PL Nº 3.220-C, de 1992. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER. 10 – PROJETO DE LEI Nº 3.667/00** – da Sra. Vanessa Grazziotin – que “dá nova redação ao § 2º do art. 2º da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, “Lei do Serviço Militar”, garantindo às mulheres o direito de opção ao serviço militar”. RELATOR: Deputado FEU ROSA. PARECER: pela rejeição. **Adiada a Discussão, em 12/09/2001 e em 19/09/2001. RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO. D – Proposições Sujeitas à Apreciação do Plenário: ORDINÁRIA 11 – PROJETO DE LEI Nº**

148/03 – do Sr. Alberto Fraga – que “altera o Decreto – lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e dá outras providências”. RELATOR: Deputado FEU ROSA. PARECER: pela aprovação. **Vista ao Deputado Orlando Fantazzini, em 22/06/2005. O Deputado Orlando Fantazzini apresentou voto em separado em 24/08/2005. RETIRADO DE PAUTA PELO AUTOR.** Nada mais havendo a tratar, às 12 horas e 56 minutos o Presidente encerrou a presente reunião. E, para constar, eu, Fernando Luiz Cunha Rocha, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Aroldo Cedraz, e publicada no *Diário da Câmara dos Deputados*.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 19ª Reunião Ordinária Realizada em 31 de agosto de 2005.

As dez horas e trinta e dois minutos do dia trinta e um de agosto de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, no Plenário 03 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Aroldo Cedraz – Presidente; Nilson Mourão e João Castelo – Vice-Presidentes; André de Paula, André Zacharow, Antonio Carlos Pannunzio, Arnon Bezerra, Dimas Ramalho, Feu Rosa, Francisco Rodrigues, Itamar Serpa, João Herrmann Neto, Maninha, Marcos de Jesus, Terezinha Fernandes, Vadão Gomes e Vieira Reis – Titulares; Antonio Carlos Mendes Thame, Edinho Bez, Edson Ezequiel, Fernando Gabeira, Ivan Valente, Jackson Barreto, Jair Bolsonaro, João Tota, Júlio Delgado, Luiz Carlos Haully, Orlando Fantazzini, Paulo Afonso, Rogério Teófilo, Zico Bronzeado e Zulaiê Cobra – Suplentes. Compareceu também o Deputado Eliseu Padilha, como não-membro. Deixaram de comparecer os Deputados André Costa, Edison Andrino, Hamilton Casara, Jairo Carneiro, João Paulo Gomes da Silva, José Dirceu, Lincoln Portela, Marcondes Gadelha, Neiva Moreira, Pastor Frankembergen, Renildo Calheiros e Ricardo Rique. Justificou a ausência o Deputado Francisco Dornelles. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou à apreciação a Ata da 18ª reunião, realizada no dia 24 de agosto de 2005. Em votação, a Ata foi aprovada. **EXPEDIENTE:** Esta Presidência recebeu as seguintes correspondências: ofício nº 681-/GSIPR/SCH/SAEI – encaminhado pelo Subchefe Executivo do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General Wellington Fonseca, convidando esta Presidência para participar da Reunião de Es-

tudos, no dia 1º de setembro no Palácio do Planalto, com o tema “Operações de Paz”; ofícios do Ministério da Defesa de números: ofício nº 7764 – em resposta ao ofício enviado por esta Presidência de nº 412/05, com a informação de que a solução ao pleito formulado pelo 3º Sargento Abílio Teixeira, da reserva remunerada do Comando do Exército, sobre a denúncia de maus tratos a militares das Forças Armadas, poderá ser obtido por meios legais, através da Justiça Militar ou do Ministério Público, uma vez que naquele órgão esgotaram-se, por via administrativa, todos os recursos para superar o referido problema; ofício nº 7782 em atenção ao ofício encaminhado por esta Presidência de nº 401/05, respondendo ao Deputado Rodolfo Pereira sobre suposto sobrevôo de avião-radar norte-americano na Região Amazônica, contendo o esclarecimento ao assunto supracitado; expediente encaminhado pelo Deputado Carlos Martinez, Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados da República do Paraguai, acusando o recebimento do ofício nº 454/05 enviado por esta Comissão, manifestando o interesse daquele colegiado em realizar uma reunião conjunta em data a ser agendada, com a finalidade de interação e fortalecimento dos temas que envolvem os interesses que unem os dois países. **PALESTRA:** O Major Brigadeiro-do-Ar Tiago da Silva Ribeiro, Vice-Diretor do Departamento de Pesquisas e Desenvolvimento da Aeronáutica – DEPED realizou palestra abordando o tema sobre a política aeroespacial do Brasil. **ORDEM DO DIA: – Requerimentos: 1 REQUERIMENTO Nº 147/05** – do Sr. Fernando Gabeira – que “solicita que sejam convidados representantes do Ministério da Saúde para explicar sobre o plano de ação brasileiro frente ao risco mundial de uma pandemia de gripe aviária”. **APROVADO. B – Proposições Sujeitas à Apreciação do Plenário: PRIORIDADE 2 – MENSAGEM Nº 272/05** – do Poder Executivo – (AV 468/2005) – que “submete à consideração do Congresso Nacional o texto da Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Imposto sobre a Renda, assinada em Caracas, em 14 de fevereiro de 2005”. RELATOR: Deputado ANTONIO CARLOS PANNUNZIO. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER. 3 – MENSAGEM Nº 314/05** – do Poder Executivo – (AV 512/2005) – que “submete, ao Congresso Nacional, o texto do Acordo de Cooperação na Área de Turismo entre a República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Marrocos, celebrado em Brasília, em 26 de novembro de 2004”. RELATORA: Deputada MANINHA. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNA-**

NIMIDADE O PARECER. 4 – MENSAGEM Nº 329/05 – do Poder Executivo – (AV 533/2005) – que “submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Líbano sobre o Combate à Produção, ao Consumo e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas e sobre o Combate às Atividades de Lavagem de Dinheiro e outras Transações Financeiras Fraudulentas Afins, celebrado em Beirute, em 04 de dezembro de 2003”. RELATOR: Deputado JOÃO HERRMANN NETO. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER. C – Proposições Sujeitas à Apreciação Conclusiva pelas Comissões: ORDINÁRIA. 5 – PROJETO DE LEI Nº 2.108/03** – do Sr. Walter Pinheiro – que “dispõe sobre a proibição de entidades ou empresas brasileiras ou sediadas em Território Nacional estabelecerem contratos com empresas que explorem trabalho degradante em outros países”. RELATOR: Deputado LUIZ CARLOS HAULY. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA PELO AUTOR. 6 – PROJETO DE LEI Nº 2.296/03** – do Sr. Eliseu Padilha – que “altera o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, que “dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências”, (Apensado: PL 4904/2005). RELATOR: Deputado JAIRO CARNEIRO. PARECER: pela rejeição deste, e do PL 4904/2005, apensado. **Vista conjunta aos Deputados Feu Rosa, Zarattini e Zico Bronzeado, em 24/03/2004. RETIRADO DE PAUTA PELO AUTOR.** Nada mais havendo a tratar, às 11 horas e 46 minutos o Presidente encerrou a presente reunião. E, para constar, eu, Fernando Luiz Cunha Rocha, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Aroldo Cedraz, e publicada no *Diário da Câmara dos Deputados*.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 20ª Reunião Ordinária Realizada em 14 de setembro de 2005.

Às onze horas e dezenove minutos do dia quatorze de setembro de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, no Plenário 03 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados João Castelo – Vice-Presidente; André Costa, André de Paula, André Zacharow, Antonio Carlos Pannunzio, Arnon Bezerra, Dimas Ramalho, Edison Andrino, Feu Rosa, Hamilton Casara, Itamar Serpa, João Herrmann Neto, João Paulo Gomes da Silva,

José Dirceu, Lincoln Portela, Maninha, Marcos de Jesus, Pastor Frankembergen, Terezinha Fernandes e Vieira Reis – Titulares; Antonio Carlos Mendes Thame, Edinho Bez, Edson Ezequiel, Francisco Dornelles, Jackson Barreto, Jair Bolsonaro, João Tota, José Eduardo Cardozo, Júlio Delgado, Luiz Carlos Hauly, Orlando Fantazzini, Paulo Afonso, Perpétua Almeida, Rogério Teófilo, Zico Bronzeado e Zulaiê Cobra – Suplentes. Compareceu também o Deputado Eliseu Padilha, como não-membro. Deixaram de comparecer os Deputados Francisco Rodrigues, Jairo Carneiro, Marcondes Gadelha, Neiva Moreira, Nilson Mourão, Renildo Calheiros, Ricardo Rique e Vadão Gomes. Justificou a ausência o Deputado Aroldo Cedraz. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o senhor Deputado Antonio Carlos Pannunzio, no exercício da Presidência declarou abertos os trabalhos e colocou à apreciação a Ata da 19ª reunião, realizada no dia 31 de agosto de 2005. Em votação, a Ata foi aprovada. **ORDEM DO DIA: A – Requerimentos: 1 – REQUERIMENTO Nº 148/05** – do Sr. Jair Bolsonaro – que “requer que esta Comissão solicite ao Tribunal de Contas da União auditoria operacional, financeira e contábil nas contas da Gerência Regional de Administração do Rio de Janeiro, órgão da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, do Ministério da Fazenda”. **APROVADO. 2 – REQUERIMENTO Nº 149/05** – do Sr. Aroldo Cedraz – que “requer a realização de Seminário sobre o tema “Migrações, Direitos Humanos e Terrorismo” por esta Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias”. **APROVADO. 3 – REQUERIMENTO Nº 150/05** – do Sr. Aroldo Cedraz – que “requer a realização de Seminário na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, em conjunto com o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro da Universidade Cândido Mendes (IUPERJ/UCAM), sobre o tema Integração Regional, Exportação de Serviços e Desenvolvimento Econômico no Brasil”. **APROVADO.** Às 11 horas e 28 minutos assume a presidência dos trabalhos o Senhor Deputado João Castelo, 3º Vice-Presidente. **4 – REQUERIMENTO Nº 151/05** – do Sr. Aroldo Cedraz – que “requer o envio de manifestação de solidariedade da Câmara dos Deputados ao Governo dos Estados Unidos da América pelas tragédias ocorridas na passagem do furacão Katrina”. **APROVADO. 5 – REQUERIMENTO Nº 152/05** – da Sra. Maninha – que “requer o envio de pedido de informações por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional ao Ministério de Relações Exteriores acerca da situ-

ação de brasileiros na área atingida pelo furacão Katrina”. **APROVADO. B – Proposições Sujeitas à Apreciação do Plenário: ORDINÁRIA 6 – PROJETO DE LEI Nº 148/03** – do Sr. Alberto Fraga – que “altera o Decreto – lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e dá outras providências”. RELATOR: Deputado FEU ROSA. PARECER: pela aprovação. **Vista ao Deputado Orlando Fantazzini, em 22/06/2005. O Deputado Orlando Fantazzini apresentou voto em separado em 24/08/2005. RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO. 7 – PROJETO DE LEI Nº 1.943/03** – dos Srs. Deley e Leonardo Mattos – que “dispõe sobre o crime de terrorismo biológico”. RELATOR: Deputado ANTONIO CARLOS PANNUNZIO. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. **Vista conjunta aos Deputados André Costa, Maninha e Nilson Mourão, em 03/08/2005. O Deputado Nilson Mourão apresentou voto em separado em 24/08/2005. APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER. APRESENTOU VOTO EM SEPARADO O DEPUTADO NILSON MOURÃO C – Proposições Sujeitas à Apreciação Conclusiva pelas Comissões: ORDINÁRIA 8 – PROJETO DE LEI Nº 3.667/00** – da Sra. Vanessa Grazziotin – que “dá nova redação ao § 2º do art. 2º da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, “Lei do Serviço Militar”, garantindo às mulheres o direito de opção ao serviço militar”. RELATOR: Deputado FEU ROSA. PARECER: pela rejeição. **Adiada a Discussão, em 12/09/2001 e em 19/09/2001. RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO. 9 – PROJETO DE LEI Nº 2.108/03** – do Sr. Walter Pinheiro – que “dispõe sobre a proibição de entidades ou empresas brasileiras ou sediadas em Território Nacional estabelecerem contratos com empresas que explorem trabalho degradante em outros países”. RELATOR: Deputado LUIZ CARLOS HAULY. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA PELO RELATOR. 10 – PROJETO DE LEI Nº 2.296/03** – do Sr. Eliseu Padilha – que “altera o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, que “dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências”, e dá outras providências”. (Apensado: PL 4904/2005) RELATOR: Deputado JAIRO CARNEIRO. PARECER: pela rejeição deste, e do PL 4904/2005, apensado. **Vista conjunta aos Deputados Feu Rosa, Zarattini e Zico Bronzeado, em 24/03/2004. RETIRADO DE PAUTA PELO AUTOR.** Nada mais havendo a tratar, às 11 horas e 37 minutos o Presidente encerrou a presente reunião. E, para constar, eu, Fernando Luiz Cunha Rocha, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo 3º Vice-Presidente, Deputado João Castelo, e publicada no *Diário da Câmara dos Deputados*.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 23ª Reunião Ordinária Realizada em 5 de outubro de 2005.

Às quinze horas e dois minutos do dia cinco de outubro de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, no Plenário 03 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Aroldo Cedraz – Presidente; Jairo Carneiro e Nilson Mourão – Vice-Presidentes; André Costa, André de Paula, André Zacharow, Antonio Carlos Pannunzio, Arnon Bezerra, Dimas Ramalho, Francisco Rodrigues, Itamar Serpa, João Herrmann Neto, Lincoln Portela, Marcos de Jesus e Terezinha Fernandes – Titulares; Antonio Carlos Mendes Thame, Carlos Melles, Francisco Dornelles, Jair Bolsonaro, João Tota, Júlio Delgado, Júnior Betão, Luiz Carlos Haully, Paulo Afonso, Rogério Teófilo e Zico Bronzeado – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Edison Andrino, Feu Rosa, Hamilton Casara, João Paulo Gomes da Silva, José Dirceu, Maninha, Marcondes Gadelha, Neiva Moreira, Pastor Frankemergen, Renildo Calheiros, Ricardo Rique, Vadão Gomes e Vieira Reis. Justificou a ausência o Deputado João Castelo. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou à apreciação a Ata da 22ª reunião, realizada no dia 21 de setembro de 2005. Em votação, a Ata foi aprovada. **ORDEM DO DIA: A – Requerimentos: 1 – REQUERIMENTO Nº 153/05** – dos Srs. Antonio Carlos Mendes Thame e Antonio Carlos Pannunzio – que “requer a realização do Seminário sobre o comércio internacional entre o Brasil e a China, com a presença dos Senhores Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim; Ministro do Desenvolvimento Indústria e Comércio, Sr. Luiz Fernando Furlan; Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, Sr. Paulo Skaf e Presidente da Associação de Comércio Exterior da Amazônia – ACEAM, Sr. Heraldo Vieira de Castro Júnior”. **APROVADO. B – Proposições Sujeitas à Apreciação do Plenário: PRIORIDADE 2 – MENSAGEM Nº 141/05** – do Poder Executivo – (AV 151/2005) – que “submete, à apreciação do Congresso Nacional, o texto do Tratado de Extradicação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala, celebrado em Brasília, em 20 de agosto de 2004”. RELATORA: Deputada TEREZINHA FERNANDES. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER. 3 – MENSAGEM Nº 271/05** – do Poder

Executivo – (AV 467/2005) – que “submete ao Congresso Nacional o texto do Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Noruega sobre Diretrizes Técnicas, Higiênicas e Sanitárias para o Comércio Bilateral de Produtos da Pesca, da Aquicultura e seus Derivados, celebrado em Brasília, em 7 de outubro de 2003”. RELATOR: Deputado MARCONDES GADELHA. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 4 – **MENSAGEM Nº 313/05** – do Poder Executivo – (AV 511/2005) – que “submete, ao Congresso Nacional, o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre a República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Kuaite, assinado em Kuaite, em 23 de fevereiro de 2005”. RELATORA: Deputada TEREZINHA FERNANDES. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 5 – **MENSAGEM Nº 451/05** – do Poder Executivo – (AV 728/2005) – que “submete, ao Congresso Nacional, o texto do Acordo de Cooperação em Matéria de Comunicação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela, celebrado em Caracas, em 14 de fevereiro de 2005”. RELATOR: Deputado ANTONIO CARLOS PANNUNZIO. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 6 – **MENSAGEM Nº 534/05** – do Poder Executivo – (AV 840/2005) – que “submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Sudão, celebrado em Brasília, em 11 de maio de 2005”. RELATOR: Deputado JOÃO PAULO GOMES DA SILVA. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 7 – **MENSAGEM Nº 546/05** – do Poder Executivo – (AV 886/2005) – que “submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa relativo ao Fornecimento de Materiais e Serviços no âmbito da Aeronáutica Militar, assinado em Paris, em 15 de julho de 2005”. RELATOR: Deputado ANDRÉ DE PAULA. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 8 – **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 269/05** – do Sr. Neuton Lima – que “altera o art. 50 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências”. RELATOR: Deputado ANDRÉ ZACHAROW. PARECER: pela aprovação deste requerendo também a distribuição às Comissões de Constituição e Justiça, quanto ao mérito, e às de Fiscalização Financeira e Controle e Trabalho, Administração e Serviço Público, nos termos do art. 32, incisos IV, c; XI, b e XII, e do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

VISTA AO DEPUTADO NILSON MOURÃO. ORDINÁRIA 9 – PROJETO DE LEI Nº 148/03 – do Sr. Alberto Fraga – que “altera o Decreto – lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e dá outras providências”. RELATOR: Deputado FEU ROSA. PARECER: pela aprovação. **Vista ao Deputado Orlando Fantazzini, em 22/06/2005. O Deputado Orlando Fantazzini apresentou voto em separado em 24/08/2005. RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO.** C – **Proposições Sujeitas à Apreciação Conclusiva pelas Comissões: PRIORIDADE 10 – PROJETO DE LEI Nº 5.630/05** – do Poder Executivo – que “revoga o Decreto-lei nº 7.270, de 25 de janeiro de 1945, e o Decreto-lei nº 7.776, de 25 de julho de 1945”. RELATORA: Deputada MANINHA. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER. ORDINÁRIA 11 – PROJETO DE LEI Nº 3.667/00** – da Sra. Vanessa Grazziotin – que “dá nova redação ao § 2º do art. 2º da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, “Lei do Serviço Militar”, garantindo às mulheres o direito de opção ao serviço militar”. RELATOR: Deputado FEU ROSA. PARECER: pela rejeição. **Adiada a Discussão, em 12/09/2001. Adiada a Discussão, em 19/09/2001. APROVADO O PARECER CONTRA O VOTO DO DEPUTADO ZICO BRONZEADO.** 12 – **PROJETO DE LEI Nº 2.296/03** – do Sr. Eliseu Padilha – que “altera o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, que “dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências”, e dá outras providências”. (Apensado: PL 4904/2005) RELATOR: Deputado JAIRO CARNEIRO. PARECER: pela rejeição deste, e do PL 4904/2005, apensado. **Vista conjunta aos Deputados Feu Rosa, Zarattini e Zico Bronzeado, em 24/03/2004. APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 13 – **PROJETO DE LEI Nº 4.128/04** – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “altera o caput do artigo 1.º da Lei nº 9.665, de 19 de junho de 1998, obrigando o Executivo a obter autorização expressa e específica do Congresso Nacional para conceder remissão parcial de créditos externos da União em relação a outros países, negociar a valor de mercado seus títulos representativos ou receber em pagamento títulos da dívida externa do Brasil ou de outros países”. RELATOR: Deputado ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO. PARECER: pela aprovação. **VISTA AO DEPUTADO NILSON MOURÃO.** Nada mais havendo a tratar, às 16 horas e 23 minutos o Presidente encerrou os trabalhos. E, para constar, eu, Fernando Luiz Cunha Rocha, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Aroldo Cedraz, e publicada no *Diário da Câmara dos Deputados*.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 24ª Reunião Ordinária Realizada em 19 de outubro de 2005.

Às dez horas e vinte e três minutos do dia dezoito de outubro de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, no Plenário 03 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Jairo Carneiro, Nilson Mourão e João Castelo – Vice-Presidentes; Dimas Ramalho, Edison Andrino, Feu Rosa, Francisco Rodrigues, Hamilton Casara, Itamar Serpa, João Herrmann Neto, João Paulo Gomes da Silva, Lincoln Portela, Maninha, Pastor Frankembergen, Ricardo Rique e Vieira Reis – Titulares; Antonio Carlos Mendes Thame, Edson Ezequiel, Ivan Valente, Jackson Barreto, João Tota, Luiz Carlos Haully, Paulo Afonso, Rogério Teófilo e Zulaiê Cobra – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados André Costa, André de Paula, André Zacharow, Antonio Carlos Pannunzio, Arnon Bezerra, Aroldo Cedraz, José Dirceu, Marcondes Gadelha, Marcos de Jesus, Neiva Moreira, Renildo Calheiros, Terezinha Fernandes e Vadão Gomes. Justificou a ausência o Deputado Francisco Dornelles. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o senhor 2º Vice-Presidente, Deputado Nilson Mourão, declarou abertos os trabalhos convidando o Brigadeiro Wagner Santilli, Coordenador do Projeto Rondon, para falar sobre o relançamento do Projeto Rondon em 19 de janeiro de 2005, a sua missão, as principais diretrizes e as ações a realizar. Nada mais havendo a tratar, às 10 horas e 57 minutos o 2º Vice-Presidente encerrou os trabalhos. E, para constar, eu, Fernando Luiz Cunha Rocha, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo 2º Vice-Presidente, Deputado Nilson Mourão, e publicada no *Diário da Câmara dos Deputados*.

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

52ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da Trigésima Segunda Reunião Ordinária Audiência Pública Realizada em 9 de novembro de 2004.

Às quatorze horas e quarenta e dois minutos do dia nove de novembro de dois mil e quatro, reuniu-se a Comissão de Seguridade Social e Família, no Plenário 07 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Eduardo Paes – Presidente; Eduardo Barbosa, Dr. Francisco Gonçalves e Selma Schons – Vice-Presidentes; Amauri

Gasques, Angela Guadagnin, Arnaldo Faria de Sá, Dr. Ribamar Alves, Geraldo Resende, Guilherme Menezes, Homero Barreto, José Linhares, Manato, Neucimar Fraga, Rafael Guerra e Roberto Gouveia – Titulares; Dr. Benedito Dias, Durval Orlato, Jorge Gomes, Kelly Moraes, Luci Choinacki, Mário Heringer, Silas Brasileiro, Teté Bezerra, Thelma de Oliveira, Walter Feldman e Zelinda Novaes – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Athos Avelino, Benjamin Maranhão, Darcísio Perondi, Dr. Pinotti, Elimar Máximo Damasceno, Henrique Fontana, Hermes Parcianello, Jandira Feghali, Lavoisier Maia, Milton Barbosa, Nice Lobão, Sandra Rosado e Saraiva Felipe. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o senhor Presidente, Deputado Eduardo Paes, declarou aberta a reunião de Audiência Pública, cumprimentando os presentes e informando que a audiência foi uma iniciativa do Deputado Rafael Guerra para “Discutir Proposta de Regulamentação do uso dos Recursos do FUST para a Telemedicina, como Estratégia de Logística em Benefício da Saúde”. Em seguida, convidou para compor a mesa o Senhor Gyorgy Miklós Bohm, Presidente do Conselho Brasileiro de Telemedicina e Telesáude; o Senhor Paulo Schor, Professor Livre-Docente do Departamento de Informática em Saúde da Universidade Federal de São Paulo; o Senhor Chao Lung Wen, Coordenador Geral da Disciplina de Telemedicina da FMUSP e o Senhor Fernando Neto Botelho, Juiz da 4ª Vara de Feitos Tributários de Belo Horizonte. Em seguida o Presidente passou a palavra aos convidados para sua exposição. Finda esta, foi dada a palavra ao autor do requerimento, o Deputado Rafael Guerra, o qual solicitou que fossem reproduzidos e distribuídos aos membros desta Comissão e da Frente Parlamentar da Saúde o trabalho sobre “A Telemedicina como estratégia de logística em benefício da saúde” e os materiais utilizados pelos expositores na presente Audiência Pública. O Deputado solicitou, também, que fossem convidados os Ministros do Planejamento e da Casa Civil e ANATEL para uma Audiência Pública, e que fosse programado um seminário sobre Telemedicina com o apoio do Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica da Câmara dos Deputados, para que esse assunto fosse amplamente discutido. Falou também pela ordem o Deputado Walter Feldman. O Presidente retornou a palavra à mesa para as considerações finais. Nada mais havendo a tratar o presidente encerrou a reunião, agradecendo a presença dos convidados, dos parlamentares e demais presentes e convocou Reunião de Audiência Pública amanhã quarta-feira dia dez de novembro às nove horas e trinta minutos no plenário sete com a presença do Senhor Ministro do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome, Patrus Ananias com o tema: “Esclarecimentos

Sobre a Nova Política Nacional de Assistência Social”. E, para constar, eu, Flávio Alencastro, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Eduardo Paes, e publicada no *Diário da Câmara dos Deputados*.

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

52ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da Trigésima Terceira Reunião Ordinária Audiência Pública Realizada em 10 de novembro de 2004.

Às dez horas e trinta e quatro minutos do dia dez de novembro de dois mil e quatro, reuniu-se a Comissão de Seguridade Social e Família, no Plenário 07 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Eduardo Paes – Presidente; Eduardo Barbosa, Dr. Francisco Gonçalves e Selma Schons – Vice-Presidentes; Amauri Gasques, Angela Guadagnin, Arnaldo Faria de Sá, Athos Avelino, Benjamin Maranhão, Darcísio Perondi, Dr. Pinotti, Dr. Ribamar Alves, Elimar Máximo Damasceno, Geraldo Resende, Guilherme Menezes, Henrique Fontana, Hermes Parcianello, Homero Barreto, Jandira Feghali, Lavoisier Maia, Manato, Milton Barbosa, Neucimar Fraga, Rafael Guerra, Roberto Gouveia, Sandra Rosado e Saraiva Felipe – Titulares; Almerinda de Carvalho, Durval Orlato, Jorge Gomes, Milton Cardias, Silas Brasileiro, Walter Feldman e Zelinda Novaes – Suplentes. Compareceram também os Deputados Arlindo Chinaglia, Daniel Almeida, Eduardo Valverde, Jorge Boeira, Maria do Carmo Lara, Sérgio Miranda e Virgílio Guimarães, como não-membros. Deixaram de comparecer os Deputados José Linhares e Nice Lobão.

ABERTURA: O Senhor Presidente declarou aberta a reunião de Audiência Pública, cumprimentando os presentes e esclarecendo que, em razão do Requerimento do Deputado Eduardo Barbosa, o Senhor Ministro do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome Patrus Ananias havia sido convidado para apresentar a nova política nacional de assistência social. Em seguida, o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Ministro que ao apresentar a nova política nacional de assistência social, explicou que, estará assinando uma portaria ministerial dando poderes aos comitês gestores do Fome Zero e aos conselhos de assistência social de todo país para fiscalizar a aplicação dos recursos destinados pelo Governo Federal enquanto não é constituído o Conselho Gestor de Controle Social. O Ministro destacou o programa Bolsa Família que atende mais de 5 milhões de famílias e que a meta estabelecida é de atender 8,7 milhões, de acordo com a previsão orçamentária para dois mil e cinco. Encerrada

a exposição, o Senhor Presidente passou a palavra ao Líder do Partido dos Trabalhadores Deputado Arlindo Ginaglia que cumprimentou o Ministro. Em seguida passou a palavra ao Autor do Requerimento Deputado Eduardo Barbosa. Falaram, ainda os Senhores Deputados Durval Orlato, Selma Schons, Walter Feldman, Angela Guadagnin, Henrique Fontana, Dr. Francisco Gonçalves, Virgílio Guimarães e Eduardo Valverde. O Presidente concedeu a palavra ao Senhor Ministro que teceu as últimas considerações sobre a matéria. **ENCERRAMENTO:** Findo o debate, o Presidente agradeceu a presença de todos, em especial a do Ministro. Às doze horas e cinquenta e seis minutos, o Presidente encerrou a presente reunião, antes, porém, convocou reunião ordinária amanhã, dia onze de novembro, às dez horas, neste mesmo plenário. E para constar, eu, Flávio Alencastro, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Eduardo Paes, e publicada no *Diário da Câmara dos Deputados*.

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

52ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da Trigésima Sexta Reunião Ordinária Audiência Pública Realizada em 23 de novembro de 2004.

Às quatorze horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e três de novembro de dois mil e quatro, reuniu-se a Comissão de Seguridade Social e Família, no Plenário 07 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Eduardo Barbosa e Dr. Francisco Gonçalves – Vice-Presidentes; Amauri Gasques, Arnaldo Faria de Sá, Athos Avelino, Darcísio Perondi, Dr. Ribamar Alves, Geraldo Resende, Guilherme Menezes, Henrique Fontana, Homero Barreto, Jandira Feghali, José Linhares, Manato, Rafael Guerra, Roberto Gouveia e Sandra Rosado – Titulares; Alexandre Cardoso, Almerinda de Carvalho, Jamil Murad, Jorge Alberto, Kelly Moraes, Luci Choinacki, Milton Cardias, Teté Bezerra e Zelinda Novaes – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Angela Guadagnin, Benjamin Maranhão, Dr. Pinotti, Eduardo Paes, Elimar Máximo Damasceno, Hermes Parcianello, Milton Barbosa, Neucimar Fraga, Nice Lobão, Saraiva Felipe e Selma Schons. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião de Audiência Pública, cumprimentando os presentes e esclarecendo que a presente audiência foi uma iniciativa do Deputado Rafael Guerra para “Discutir a crise dos Hospitais Públicos e Filantrópicos”. Em seguida, convidou para compor a mesa os Senhores Antonio Carlos Forte – Superintendente da Santa Casa de São

Paulo, Carlos Eduardo de Andrade Coelho – Diretor do Hospital Pedro Ernesto da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Claudio Bernardo Pedrosa de Freitas – Diretor do Hospital Universitário da Universidade de Brasília, Deputado José Linhares – Presidente da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas e Jorge Solla – Secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde. Logo após, passou a palavra aos Senhores Antonio Carlos Forte, Carlos Eduardo de Andrade Coelho, Claudio Bernardo Pedrosa de Freitas, Deputado José Linhares e Jorge Solla, respectivamente. Encerrada a exposição, o Senhor Presidente passou a palavra ao autor do requerimento Deputado Rafael Guerra. O Presidente concedeu a palavra ao Senhor Jorge Solla que teceu as últimas considerações sobre a matéria. **ENCERRAMENTO:** Às dezessete horas e nove minutos, o Presidente encerrou a presente reunião, agradecendo aos convidados e convocando os membros da Comissão de Seguridade Social e Família para a reunião ordinária amanhã, dia vinte e quatro de novembro, às dez horas, neste mesmo plenário. E, para constar, eu, Flávio Alencastro, lavei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Eduardo Paes, e publicada no *Diário da Câmara dos Deputados*.

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

52ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da Trigésima Sétima Reunião Ordinária Realizada em 24 de novembro de 2004.

Às dez horas e vinte e nove minutos do dia vinte e quatro de novembro de dois mil e quatro, reuniu-se a Comissão de Seguridade Social e Família, no Plenário 7 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Eduardo Paes – Presidente; Eduardo Barbosa, Dr. Francisco Gonçalves e Selma Schons – Vice-Presidentes; Amauri Gasques, Arnaldo Faria de Sá, Athos Avelino, Benjamin Maranhão, Darcísio Perondi, Dr. Ribamar Alves, Geraldo Resende, Guilherme Menezes, Henrique Fontana, Hermes Parcianello, Homero Barreto, Jandira Feghali, José Linhares, Manato, Milton Barbosa, Neucimar Fraga, Nice Lobão, Rafael Guerra e Roberto Gouveia – Titulares; Durval Orlato, Geraldo Thadeu, Jorge Alberto, Jorge Gomes, Kelly Moraes, Luci Choinacki, Mário Heringer, Milton Cardias, Remi Trinta, Silas Brasileiro, Thelma de Oliveira, Walter Feldman e Zelinda Novaes – Suplentes. Compareceu também o Deputado Zé Lima, como não-membro. Deixaram de comparecer os Deputados Angela Guadagnin, Dr. Pinotti, Elimar Máximo Damasceno, Sandra Rosado e Saraiva Felipe.

ABERTURA: Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou à apreciação a Ata da Trigésima Quinta reunião, realizada no dia dezessete de novembro de dois mil e quatro. Em votação, a Ata foi aprovada. **EXPEDIENTE:** O Presidente comunicou que foram feitas designações no dia 17 de novembro do corrente, e que as cópias das designações estão à disposição dos parlamentares na Secretaria da Comissão. Em seguida o Senhor Presidente informou que as correspondências recebidas por este colegiado estarão à disposição dos parlamentares na Secretária da Comissão. **ORDEM DO DIA: A – Matéria sobre a Mesa: REQUERIMENTO Nº 132/04** – do Sr. Rafael Guerra – (PRC 105/2003) – que “requer, nos termos do artigo 83 do RICD, a inversão de pauta para apreciação dos Projetos de Lei nºs PRC 105/03; PL 326/04 e PFC 42/04, constantes da pauta da presente reunião”. Em votação, foi **APROVADO. REQUERIMENTO Nº 133/04** – do Sr. Neuton Lima – (PL 6831/2002) – que “requer, nos termos do art. 83, § único, II, c, c/c art. 117, VI, e art. 101, b, 1 do RICD, a retirada de pauta da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 6831/2002”. Em votação, foi **APROVADO. B – Sugestões de Emenda ao Orçamento:** O Presidente convidou para compor a Mesa o Deputado Eduardo Barbosa, coordenador dos trabalhos de elaboração das sugestões de emendas ao orçamento, apresentadas por essa Comissão. O Deputado leu as propostas de emendas ao Projeto de Lei nº 51/2004 que “Estima a Receita e Fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 2005”. Discutiram as Sugestões de Emenda ao Orçamento os Deputados José Linhares, Rafael Guerra e Henrique Fontana. 1 – **SUGESTÃO DE EMENDA AO ORÇAMENTO Nº 1/04** – da Comissão de Seguridade Social e Família – “Apoio à Manutenção de Hospitais Universitários – Inclusão – Valor: R\$ 1.200.000.000,00”. Em votação, foi **APROVADA, COM ALTERAÇÃO. “APOIO À MANUTENÇÃO DE HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS E DE ENSINO”**. 2 – **SUGESTÃO DE EMENDA AO ORÇAMENTO Nº 2/04** – da Comissão de Seguridade Social e Família – “Atenção à Saúde da População nos Municípios Habilitados em Gestão Plena do Sistema e nos Estados Habilitados em Gestão Plena/Avançada – Acréscimo – Valor: R\$ 3.500.000,00”. Em votação, foi **APROVADA COM ALTERAÇÃO DE VALOR: R\$ 3.500.000.000,00**. 3 – **SUGESTÃO DE EMENDA AO ORÇAMENTO. Nº 3/04** – da Comissão de Seguridade Social e Família – “MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS – Inclusão – Valor: R\$ 1.000.000.000,00”. Em votação, foi **REJEITADA**. 4 – **SUGESTÃO DE EMENDA AO ORÇAMENTO Nº 4/04** – da Comissão de Seguridade Social e Família – “proteção Social às Crianças e aos Adolescentes

Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias – Acréscimo – Valor: R\$ 12.300.000,00”. Em votação, foi **REJEITADA**. 5 – **SUGESTÃO DE EMENDA AO ORÇAMENTO Nº 5/04** – da Comissão de Seguridade Social e Família – “Atenção Integral à Família – Acréscimo – Valor: R\$ 32.400.000,00”. Em votação, foi **APROVADA**. 6 – **SUGESTÃO DE EMENDA AO ORÇAMENTO Nº 6/04** – da Comissão de Seguridade Social e Família – “Aquisição de Alimentos provenientes da Agricultura Familiar”. – Valor: R\$ 200.000.000,00”. Em votação, foi **APROVADA**. 7 – **SUGESTÃO DE EMENDA AO ORÇAMENTO Nº 7/04** – da Comissão de Seguridade Social e Família – “Estruturação de Unidades de Atenção Especializada”. – Valor R\$ 1.000.000.000,00”. Em votação, foi **APROVADA**. **C – Requerimentos:** 8 – **REQUERIMENTO Nº 129/04** – do Sr. Dr. Rosinha – (PL 3277/2004) – que “requer a realização de audiência pública no âmbito da CSSF para discutir o mérito do PL 3277/04, que dispõe sobre os Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem e dá outras providências”. Em votação, foi **APROVADO**. 9 – **REQUERIMENTO Nº 130/04** – do Sr. Walter Feldman – (PL 4050/2004) – que “requer a realização de Audiência Pública para discussão do Projeto de Lei nº 4.050, de 2004, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de equipar com desfibriladores cardíacos os locais e veículos que especifica”. Em votação, foi **APROVADO**. 10 – **REQUERIMENTO Nº 131/04** – da Sra. Jandira Feghali – que “solicita que seja convidados os ministros da Saúde, Humberto Costa, e da Fazenda, Antônio Palocci, para prestar esclarecimentos sobre uma possível desvinculação de recursos da Saúde”. Em votação, foi **APROVADO COM ALTERAÇÃO. CONVIVADO SÓMENTE O MINISTRO DA FAZENDA**. **D – Proposições Sujeitas à Apreciação do Plenário: ORDINÁRIA**. 11 – **PROJETO DE RESOLUÇÃO (CD) Nº 105/03** – do Sr. Geraldo Resende e outros – que “institui Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o cumprimento da Emenda Constitucional nº 29 pelos Estados e pelo Distrito Federal”. RELATOR: Deputado RAFAEL GUERRA. PARECER: pela aprovação. O relator leu o parecer. Discutiram a matéria os Deputados Henrique Fontana e Geraldo Rezende. Em votação, foi **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER**. **E – Proposições Sujeitas à Apreciação Conclusiva pelas Comissões: ORDINÁRIA**. 12 – **PROJETO DE LEI Nº 96/99** – do Sr. Bispo Rodrigues – que “dispõe sobre publicação que especifica nos jornais de circulação nacional”. RELATORA: Deputada ALMERINDA DE CARVALHO. PARECER: pela aprovação, com emenda. **NÃO DELIBERADO**. 13 – **PROJETO DE LEI Nº 253/99** – do Sr. Rubens Bueno – que “dispõe sobre ouvidorias do Sistema Único de Saúde

– SUS, e dá outras providências”. (Apensado: PL 2631/2000) RELATOR: Deputado MÁRIO HERINGER. PARECER: pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 2631/2000, apensado. **NÃO DELIBERADO**. 14 – **PROJETO DE LEI Nº 591/99** – do Sr. Paulo Lima – que “modifica a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que “institui o Código Brasileiro de Telecomunicações”, determinando a veiculação de mensagem alusiva à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis”. RELATOR: Deputado LAVOISIER MAIA. PARECER: pela rejeição. **NÃO DELIBERADO**. 15 – **PROJETO DE LEI Nº 604/99** – do Sr. Nilson Mourão – que “estabelece pensão especial aos dependentes das vítimas de violência pela posse da terra e dá outras providências”. RELATOR: Deputado JOSÉ LINHARES. PARECER: pela rejeição. **Vista à Deputada Angela Guadagnin, em 06/10/2004. RETIRADO DE PAUTA PELO RELATOR**. 16 – **PROJETO DE LEI Nº 713/99** – do Sr. Dr. Rosinha – que “altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que “dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e a rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências”. (Apensado: PL 1388/1999) RELATOR: Deputado JORGE ALBERTO. PARECER: pela rejeição deste, e do PL 1388/1999, apensado. **NÃO DELIBERADO**. 17 – **PROJETO DE LEI Nº 750/99** – do Sr. Pedro Eugênio – que “altera a Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, que dispõe sobre “regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal, e dá outras providências””. (Apensados: PL 1646/1999 e PL 2374/2000) RELATOR: Deputado DURVAL ORLATO. PARECER: pela rejeição deste, do PL 1646/1999, do PL 2374/2000, apensados e das Emendas nº 1/99,2/99,3/99,4/99 e 5/99 apresentadas na Comissão. **NÃO DELIBERADO**. 18 – **PROJETO DE LEI Nº 975/99** – do Sr. Pompeo de Mattos – que “obriga os Centros de Habilitação de Condutores – CHCs, a adaptarem dez por cento de sua frota para o aprendizado de pessoas portadoras de deficiência física e dá outras providências”. (Apensado: PL 1510/1999) RELATOR: Deputado MARCONDES GADELHA. PARECER: pela aprovação deste, do PL 1510/1999, apensado, na forma do Substitutivo apresentado pela Comissão de Viação e Transportes. **NÃO DELIBERADO**. 19 – **PROJETO DE LEI Nº 1.833/99** – do Sr. Dr. Hélio – que “dispõe sobre o incentivo ao contrato de trabalho para o ado-

lescente abandonado e infrator”. (Apensado: PL 4125/2001) RELATOR: Deputado DR. ROSINHA. PARECER: pela rejeição deste, e do PL 4125/2001, apensado. **Vista ao Deputado Mário Heringer, em 08/10/2003. NÃO DELIBERADO.** 20 – **PROJETO DE LEI Nº 2.132/99** – do Sr. Darcísio Perondi – que “cria contribuição destinada a custear pesquisas e programas de saúde ligados à prevenção e ao tratamento das doenças decorrentes do consumo de cigarros, charutos, cigarrilhas e de bebidas alcoólicas”. (Apensados: PL 4107/2001, PL 2584/2003 e PL 3228/2004) RELATOR: Deputado JORGE ALBERTO. PARECER: pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 4107/2001, do PL 2584/2003, e do PL 3228/2004, apensados. **Vista ao Deputado Geraldo Resende, em 24/09/2003. NÃO DELIBERADO.** 21 – **PROJETO DE LEI Nº 4.076/01** – do Sr. Henrique Fontana – que “altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que “dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde” incluindo os procedimentos preventivos no rol dos serviços a serem oferecidos pelas empresas do setor”. RELATOR: Deputado JOSÉ LINHARES. PARECER: pela rejeição. **RETIRADO DE PAUTA PELO RELATOR.** 22 – **PROJETO DE LEI Nº 4.078/01** – do Sr. Henrique Fontana – que “altera o art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que “dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde”. RELATOR: Deputado JOSÉ LINHARES. PARECER: pela rejeição. **RETIRADO DE PAUTA PELO RELATOR.** 23 – **PROJETO DE LEI Nº 4.678/01** – do Sr. Aldo Rebelo – que “acrescenta inciso ao art. 18 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, tornando não patenteáveis os medicamentos para o tratamento da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida”. RELATOR: Deputado DR. ROSINHA. PARECER: pela aprovação. **Vista conjunta aos Deputados Darcísio Perondi e Dr. Francisco Gonçalves, em 08/10/2003. O Deputado Darcísio Perondi apresentou voto em separado em 17/10/2003. NÃO DELIBERADO.** 24 – **PROJETO DE LEI Nº 5.207/01** – do Sr. Givaldo Carimbão – que “dá nova redação ao art. 1º, da Lei 91, de 28 de agosto de 1935, que determina regras pelas quais são as sociedades declaradas de utilidade pública, e ao inciso IV, do art. 18 da Lei 8742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências”. (Apensado: PL 6152/2002) RELATOR: Deputado MÁRIO HERINGER. PARECER: pela rejeição deste, e do PL 6152/2002, apensado. **Vista à Deputada Selma Schons, em 19/11/2003. NÃO DELIBERADO.** 25 – **PROJETO DE LEI Nº 5.545/01** – do Sr. Dr. Hélio – que “altera os arts. 75 e 151 da Lei nº 8213, de 24 de julho de 1991, para prever a concessão de pensão de valor equivalente ao

valor máximo dos benefícios previdenciários aos dependentes do segurado cadastrado que falecer em virtude da inexistência de órgãos ou tecidos para transplante”. RELATOR: Deputado CARLOS MOTA. PARECER: pela rejeição. **NÃO DELIBERADO.** 26 – **PROJETO DE LEI Nº 6.311/02** – do Sr. Paulo Rocha – que “altera dispositivos da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais”. RELATOR: Deputado CARLOS MOTA. PARECER: pela aprovação. **Vista ao Deputado Darcísio Perondi, em 19/11/2003. NÃO DELIBERADO.** 27 – **PROJETO DE LEI Nº 6.485/02** – do Sr. Osório Adriano – que “institui o “auxílio adoção” para o abrigo familiar de crianças internadas em orfanatos, e dá outras providências”. RELATOR: Deputado HOMERO BARRETO. PARECER: pela rejeição. **NÃO DELIBERADO.** 28 – **PROJETO DE LEI Nº 6.831/02** – do Sr. Neuton Lima – que “altera a redação dos arts. 18 e 55 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para permitir que o aposentado que continue a exercer atividade abrangida pela Previdência Social possa transformar a aposentadoria proporcional em aposentadoria integral”. RELATOR: Deputado CARLOS MOTA. PARECER: pela aprovação. **Vista ao Deputado Guilherme Menezes, em 08/10/2003. O Deputado Dr. Rosinha apresentou voto em separado em 15/10/2003. RETIRADO DE PAUTA.** 29 – **PROJETO DE LEI Nº 7.154/02** – do Sr. Inaldo Leitão – que “acrescenta Parágrafo Único ao art. 54, da Lei Nº 8.213, de 24 de julho de 1991”. RELATOR: Deputado CARLOS MOTA. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. **Vista à Deputada Angela Guadagnin, em 26/05/2004. NÃO DELIBERADO.** 30 – **PROJETO DE LEI Nº 7.495/02** – do Sr. Cabo Júlio – que “determina que a internação de menores infratores seja efetuada nas proximidades do domicílio de seus pais ou responsáveis”. RELATORA: Deputada KELLY MORAES. PARECER: pela rejeição. **NÃO DELIBERADO.** 31 – **PROJETO DE LEI Nº 86/03** – do Sr. Neucimar Fraga – que “acresce parágrafo ao art. 148 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, facultando a médicos particulares, conveniados a planos de saúde ou vinculados aos serviços do Sistema Único de Saúde – SUS -, a aplicação dos exames de aptidão física e mental para obtenção ou renovação do documento de habilitação”. RELATOR: Deputado DR. RIBAMAR ALVES. PARECER: pela rejeição. O Relator leu o parecer. Não havendo quem o quisesse discutir, em votação foi **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 32 – **PROJETO DE LEI Nº 283/03** – da Sra. Laura Carneiro – que “dispõe sobre caso de concessão de visto permanente a estrangeiro residente no Brasil”. RELATOR: Deputado MILTON BARBOSA. PARECER: pela aprovação.

Vista ao Deputado Mário Heringer, em 24/09/2003. O Deputado Mário Heringer apresentou voto em separado em 08/10/2003. NÃO DELIBERADO. 33 – **PROJETO DE LEI Nº 338/03** – do Sr. Paes Landim – que “dispõe sobre valor de salário de contribuição e de benefício da Previdência Social”. RELATOR: Deputado HENRIQUE FONTANA. PARECER: pela rejeição. O Relator leu o parecer. Não havendo quem o quisesse discutir, em votação foi **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 34 – **PROJETO DE LEI Nº 741/03** – do Sr. Zé Lima – que “dispõe sobre a obrigatoriedade de as unidades integradas ao Sistema Único de Saúde reservarem aos portadores de deficiência visual vagas para o trabalho em câmaras escuras do serviço de radiologia”. RELATOR: Deputado LAVOISIER MAIA. PARECER: pela aprovação. O Presidente Eduardo Paes indicou o Deputado Athos Avelino para fazer a leitura do Parecer. Não havendo quem o quisesse discutir em votação, foi **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 35 – **PROJETO DE LEI Nº 1.037/03** – do Sr. Ricardo Izar – que “altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a habilitação de pessoas portadoras de deficiência física”. RELATOR: Deputado CARLOS MOTA. PARECER: pela aprovação. **NÃO DELIBERADO.** 36 – **PROJETO DE LEI Nº 1.436/03** – do Sr. Wilson Santos – que “dispõe sobre o acesso às Unidades de Terapia Intensiva – UTI’s em hospitais e clínicas públicas e privadas em todo o País”. RELATOR: Deputado MANATO. PARECER: pela rejeição. **VISTA AO DEPUTADO EDUARDO BARBOSA.** 37 – **PROJETO DE LEI Nº 1.666/03** – do Sr. Luiz Carlos Haully – que “altera a Lei nº 9.782, de 1999, para estabelecer valor da taxa de fiscalização de vigilância sanitária nos casos que especifica”. (Apensado: PL 3117/2004) RELATOR: Deputado MÁRIO HERINGER. PARECER: pela rejeição deste, e do PL 3117/2004, apensado. **NÃO DELIBERADO.** 38 – **PROJETO DE LEI Nº 1.702/03** – do Sr. Serafim Venzon – que “acrescenta § 6º ao art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para determinar a filiação facultativa do médico residente ao Regime Geral de Previdência Social”. RELATOR: Deputado DARCÍSIO PERONDI. PARECER: pela aprovação. **NÃO DELIBERADO.** 39 – **PROJETO DE LEI Nº 1.819/03** – do Sr. José Carlos Aleluia – que “altera dispositivos da Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, que dispõe sobre a Previdência dos Congressistas, e dá outras providências”. RELATOR: Deputado CARLOS MOTA. PARECER: pela aprovação deste, e da EMC 1/2003 CSSF. **NÃO DELIBERADO.** 40 – **PROJETO DE LEI Nº 1.885/03** – do Sr. Walter Pinheiro – que “altera a redação do inciso II do art. 129 da Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991, que “Dispõe sobre os Planos

de Benefícios da Previdência Social” e dá outras providências”. RELATOR: Deputado BENJAMIN MARANHÃO. PARECER: pela rejeição. **Vista à Deputada Angela Guadagnin, em 14/04/2004. NÃO DELIBERADO.** 41 – **PROJETO DE LEI Nº 2.044/03** – do Sr. Walter Pinheiro – que “altera a redação do art. 150 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que “Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências”. RELATOR: Deputado GUILHERME MENEZES. PARECER: pela rejeição. **NÃO DELIBERADO.** 42 – **PROJETO DE LEI Nº 2.071/03** – do Sr. Walter Pinheiro – que “dispõe sobre a elaboração, o beneficiamento e a comercialização de produtos artesanais de origem animal e vegetal, e dá outras providências”. RELATOR: Deputado MÁRIO HERINGER. PARECER: pela aprovação, com emendas. **NÃO DELIBERADO.** 43 – **PROJETO DE LEI Nº 2.678/03** – da Sra. Selma Schons – que “altera a Lei nº 10.507, de 10 de julho de 2002, que “Cria a Profissão de Agente Comunitário de Saúde e dá outras providências”. RELATORA: Deputada MANINHA. PARECER: pela aprovação deste, na forma do substitutivo aprovado pela Comissão de Meio Ambiente. **NÃO DELIBERADO.** 44 – **PROJETO DE LEI Nº 2.960/04** – do Sr. Max Rosenmann – que “dispõe sobre o procedimento simplificado de assistência judiciária gratuita nas causas de Direito de Família, institui o Núcleo de Conciliação e a Justiça Volante, e dá outras providências”. RELATOR: Deputado EDUARDO PAES. PARECER: pela aprovação. **NÃO DELIBERADO.** 45 – **PROJETO DE LEI Nº 3.268/04** – do Sr. Dr. Francisco Gonçalves – que “dispõe sobre a opção de acomodação particular de pacientes no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS”. RELATOR: Deputado RAFAEL GUERRA. PARECER: pela aprovação. **VISTA CONJUNTA AOS DEPUTADOS GERALDO RESENDE E HENRIQUE FONTANA.** O Deputado Eduardo Barbosa assumiu a presidência dos trabalhos. 46 – **PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 42/04** – do Sr. Rafael Guerra – que “propõe que a Comissão de Seguridade Social e Família fiscalize o Governo Federal no que diz respeito à operação fiscal que, segundo o Governador do Estado do Mato Grosso do Sul – MS, vem sendo praticada em seu Estado, o que pode ter implicado na redução de verbas destinadas ao Sistema Único de Saúde – SUS”. RELATOR: Deputado EDUARDO PAES. PARECER: Relatório Prévio do Dep. Eduardo Paes, pela implementação desta PFC. **Vista ao Deputado Roberto Gouveia, em 20/10/2004.** O Relator leu o parecer. Discutiram a proposta os Deputados Geraldo Rezende, Henrique Fontana, Rafael Guerra e Jandira Feghali. Em votação foi **APROVADO POR UNANIMIDADE O RELATÓRIO PRÉVIO.**

O Deputado Eduardo Paes reassumiu a Presidência dos Trabalhos. Neste momento, o Senhor Presidente suspendeu a reunião, por dez minutos para elaboração da Ata. Reabertos os trabalhos. Por ter sido distribuída cópia da Ata, o Senhor Presidente dispensou a leitura da mesma e a colocou em discussão. Em votação, a Ata foi aprovada. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a presente reunião às onze horas e cinquenta e sete minutos, antes porém, convocou reunião ordinária para terça feira dia trinta de novembro às catorze horas no plenário sete da Câmara dos Deputados. E, para constar, eu, Flávio Alencastro, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Eduardo Paes, e publicada no *Diário da Câmara dos Deputados*.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

(Eleição do Segundo e do Terceiro-vice-presidente) Realizada em 3 de Maio de 2006.

Às dez horas e cinquenta e oito minutos do dia três de maio de dois mil e seis, reuniu-se a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, no Plenário 12 do Anexo II da Câmara dos Deputados, em reunião ordinária para a eleição do Segundo e do Terceiro-Vice-Presidente desta Comissão. Assumiu a Presidência dos trabalhos o Primeiro-Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Deputado Coronel Alves. A Lista de Presença registrou o comparecimento dos Deputados Cláudio Magrão, Daniel Almeida, Dra. Clair, Edir Oliveira, Enio Tatico, Henrique Eduardo Alves, José Carlos Aleluia, Jovair Arantes, Lúcia Braga, Luciano Castro, Marco Maia, Osvaldo Reis, Pastor Francisco Olímpio, Pedro Henry, Tarcísio Zimmermann, Vicentinho e Walter Barelli – Titulares; Arnaldo Faria de Sá, Carlos Alberto Leréia, Carlos Mota, Eduardo Barbosa, Isaías Silvestre, Laura Carneiro, Leonardo Picciani, Maria Helena, Professor Luizinho, Ricarte de Freitas, Sandro Mabel e Selma Schons – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Aracely de Paula, Érico Ribeiro, João Fontes, Luciana Genro, Medeiros, Moraes Souza e Vanessa Grazziotin. Justificou sua ausência a Deputada Vanessa Grazziotin. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e anunciou, conforme acordo de Lideranças, os nomes dos candidatos aos cargos de Segundo-Vice-Presidente, Deputado Osvaldo Reis, e Terceiro-Vice-Presidente, Deputado Vicentinho. O Presidente convocou o Deputado Pedro Henry para atuar como Secretário e determinou o início da votação, com a chamada nominal dos senhores Membros. Participaram da votação os Deputados Daniel Almeida, Dra. Clair, Enio Tatico, José Carlos Aleluia, Jovair Arantes,

Marco Maia, Osvaldo Reis, Pedro Henry, Tarcísio Zimmermann, Vicentinho, Lúcia Braga, Coronel Alves, Carlos Mota e Walter Barelli. Prosseguindo, o Presidente declarou encerrada a votação e designou o Deputado Arnaldo Faria de Sá para servir como escrutinador. Dando continuidade ao processo eleitoral, o Presidente comunicou ao Plenário que, procedida a conferência, foi constada a coincidência entre o número de cédulas e o de votantes. Concluída a apuração, o Presidente anunciou o seguinte resultado: para Segundo-Vice-Presidente, Deputado Osvaldo Reis, com quatorze votos e, para Terceiro-Vice-Presidente, Deputado Vicentinho, com quatorze votos. Diante dos resultados apurados, o Presidente declarou empossado os Deputados Osvaldo Reis e Vicentinho, respectivamente, nos cargos de Segundo-Vice-Presidente e Terceiro-Vice-Presidente, convidou-os a comporem a Mesa e franqueou-lhes a palavra. Em seguida, usaram da palavra para cumprimentos os Deputados Pedro Henry, Marco Maia, Arnaldo Faria de Sá e Dra. Clair. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos, às onze horas e trinta minutos. E, para constar, eu, Anamélia Ribeiro Correia de Araújo, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Primeiro-Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Deputado Coronel Alves, e publicada no *Diário da Câmara dos Deputados*.

Ata da Oitava Reunião (Extraordinária) realizada em 3 de Maio de 2006

Às onze horas e trinta e cinco minutos do dia três de maio de dois mil e seis, reuniu-se a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, no Plenário 12 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Coronel Alves, Osvaldo Reis e Vicentinho – Vice-Presidentes; Cláudio Magrão, Daniel Almeida, Dra. Clair, Edir Oliveira, Enio Tatico, Henrique Eduardo Alves, José Carlos Aleluia, Jovair Arantes, Lúcia Braga, Luciano Castro, Marco Maia, Pastor Francisco Olímpio, Pedro Henry, Tarcísio Zimmermann e Walter Barelli – Titulares; Arnaldo Faria de Sá, Carlos Alberto Leréia, Carlos Mota, Eduardo Barbosa, Isaías Silvestre, Laura Carneiro, Leonardo Picciani, Maria Helena, Professor Luizinho, Ricarte de Freitas, Sandro Mabel e Selma Schons – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Aracely de Paula, Érico Ribeiro, João Fontes, Luciana Genro, Medeiros, Moraes Souza e Vanessa Grazziotin. Justificou a ausência a Deputada Vanessa Grazziotin. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o senhor Vice-Presidente no exercício da Presidência, Deputado Coronel Alves, declarou abertos os trabalhos e colocou à apreciação a Ata da 6ª reunião, realizada no dia 25 de abril de 2006. Em votação, a Ata foi aprovada. **ORDEM DO**

DIA: A – Requerimentos: 1 – REQUERIMENTO Nº 256/06 – do Sr. Luciano Castro – que “requer seja realizada por esta Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público – CTASP – audiência pública para a discussão e elaboração de agenda legislativa em prol da valorização e melhoria da carreira de Auditores-Fiscais da Receita Federal (reajustes salariais e do plano de cargos e salários)”. **APROVADO.** 2 – **REQUERIMENTO Nº 252/06** – da Sra. Dra. Clair – que “requer seja realizada por esta Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público – CTASP – audiência pública, com a presença do Ministro do Trabalho, para que apresente sua visão, propostas e alternativas sobre a lei e a criação dos Conselhos Profissionais, ante a demanda de diversas categorias”. **APROVADO, COM VOTO CONTRÁRIO DO DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ.** O Deputado Vicentinho assume a direção dos trabalhos. 3 – **REQUERIMENTO Nº 255/06** – do Sr. Tarcísio Zimmermann – que “nos termos regimentais, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta comissão, a realização de uma reunião de audiência pública, para discutir o PDL nº 1.547/04, do qual sou relator, que aprova o texto da Convenção nº 102, da Organização Internacional do Trabalho – OIT, relativa à fixação de normas mínimas de seguridade social”. O Presidente concedeu a palavra ao Autor, Deputado Tarcísio Zimmermann, que solicitou a realização da audiência pública no próximo dia 17/05/2006, quarta-feira, antecedendo a reunião ordinária deliberativa daquela data; acrescentou que a audiência pública teria como convidado um dos diretores da OIT, aproveitando sua presença no Brasil, ocasião em faria uma exposição sobre a *Convenção nº 102 da Organização Internacional do Trabalho – OIT*. Em votação, o requerimento foi **APROVADO.** 4 – **REQUERIMENTO Nº 257/06** – da Sra. Luciana Genro – que “solicita que seja requerido ao Banco do Brasil esclarecimentos sobre demissão e descomissionamento de servidores e explicações sobre estabelecimento de metas”. **RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO.** O Deputado Coronel Alves reassume a direção dos trabalhos. **B – Proposições Sujeitas à Apreciação do Plenário: URGÊNCIA ART. 155 RICD: 5 – PROJETO DE LEI Nº 5.049/05** – do Ministério Público Federal – que “regulamenta o artigo 130-A, § 1º, da Constituição Federal, dispondo sobre a forma de indicação dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público oriundos do Ministério Público e cria cargos para o apoio técnico-administrativo”. RELATOR: Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. O Deputado Arnaldo Faria de Sá proferiu seu parecer. Colocado em votação, foi **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** **C – Proposições Sujeitas à Apre-**

ciação Conclusiva pelas Comissões: PRIORIDADE: 6 – PROJETO DE LEI Nº 4.731/04 – do Poder Executivo – (MSC 873/2004) – que “dá nova redação aos arts. 880 e 884 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e revoga o seu art. 882”. RELATOR: Deputado VICENTINHO. PARECER: pela aprovação. Vista à Deputada Dra. Clair, em 23/11/2005. A Deputada Dra. Clair apresentou voto em separado em 29/11/2005. **NÃO DELIBERADO.** 7 – **PROJETO DE LEI Nº 4.732/04** – do Poder Executivo – que “dá nova redação ao art. 896 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943”. RELATOR: Deputado VICENTINHO. PARECER: pela aprovação. Vista à Deputada Dra. Clair, em 04/10/2005. A Deputada Dra. Clair apresentou voto em separado em 22/11/2005. O Deputado Vicentinho proferiu seu parecer. Aberta a discussão, usaram da palavra os Deputados Dra. Clair, Tarcísio Zimmermann e Vicentinho. O Presidente comunicou que encerraria a reunião, nos termos do Art. 46, § 1º, do RICD, em razão do início da Ordem do Dia da sessão ordinária da Casa, ficando as demais matérias pendentes de deliberação. **NÃO DELIBERADO. ORDINÁRIA 8 – PROJETO DE LEI Nº 3.439/00** – do Sr. Cezar Schirmer – que “acrescenta inciso ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, a fim de permitir a movimentação da conta vinculada no FGTS para o pagamento do preço da aquisição de lote destinado à construção de moradia própria”. (Apensados: PL 3538/2000, PL 3580/2000, PL 3871/2000, PL 1992/2003, PL 4940/2005 e PL 6217/2005) RELATORA: Deputada DRA. CLAIR. PARECER: pela aprovação deste, do PL 3538/2000, do PL 3580/2000, do PL 3871/2000, do PL 1992/2003, do PL 4940/2005, e do PL 6217/2005, apensados, com substitutivo. Vista à Deputada Dra. Clair, em 03/12/2003. **NÃO DELIBERADO.** 9 – **PROJETO DE LEI Nº 943/03** – do Sr. Pedro Fernandes – que “dispõe sobre a obrigatoriedade de a frota oficial de veículos ser de fabricação nacional, e dá outras providências”. (Apensado: PL 3554/2004 (Apensado: PL 4077/2004)). RELATOR: Deputado ISAÍAS SILVESTRE. PARECER: pela rejeição deste, e do PL 3554/2004, apensado, e pela aprovação do PL 4077/2004, apensado. Vista ao Deputado Arnaldo Faria de Sá, em 26/11/2003. Adiada a Discussão por 08 reuniões, em 03/12/2003. **NÃO DELIBERADO.** 10 – **PROJETO DE LEI Nº 2.428/03** – do Sr. João Batista – que “acrescenta o Capítulo IV-A ao Título X da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a defesa dos interesses ou direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos”. RELATOR: Deputado VICENTINHO. PARECER: pela apro-

vação, com emenda. Vista conjunta aos Deputados Jovair Arantes e Luiz Antonio Fleury, em 17/11/2004. Adiada a discussão por cinco sessões a pedido do relator, em 09/03/2005. **NÃO DELIBERADO.** 11 – **PROJETO DE LEI Nº 3.427/04** – do Sr. Carlos Mota – que “altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991”. RELATOR: Deputado VICENTINHO. PARECER COM COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO: pela aprovação, com substitutivo. **NÃO DELIBERADO.** 12 – **PROJETO DE LEI Nº 4.370/04** – do Sr. Moreira Franco – que “fixa prazo para conclusão dos processos administrativos fiscais no âmbito do Ministério da Fazenda”. RELATOR: Deputado DANIEL ALMEIDA. PARECER: pela aprovação, com emenda. **NÃO DELIBERADO.** 13 – **PROJETO DE LEI Nº 6.205/05** – da Sra. Ann Pontes – que “acrescenta parágrafo único ao art. 393 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, dispondo sobre a estabilidade provisória da empregada gestante”. RELATORA: Deputada LAURA CARNEIRO. PARECER: pela aprovação. **NÃO DELIBERADO.** 14 – **PROJETO DE LEI Nº 6.315/05** – da Sra. Socorro Gomes – que “revoga o inciso III do artigo 9º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993”. RELATORA: Deputada LAURA CARNEIRO. PARECER: pela aprovação. **NÃO DELIBERADO. ENCERRAMENTO:** O Presidente encerrou os trabalhos, às doze horas e quatro minutos, em cumprimento ao Art. 46, § 1º, do RICD, em razão do início da Ordem do Dia da sessão ordinária da Casa, tendo antes convocados os senhores membros para a Reunião Ordinária de Audiência Pública prevista para o dia 10/05/2006, às 10h, no mesmo local. E, para constar, eu, Anamélia Ribeiro Correia de Araújo, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Vice-Presidente no exercício da Presidência, Deputado Aracely de Paula, e publicada no *Diário da Câmara dos Deputados*.

Ata da 9ª Reunião Ordinária Audiência Pública Realizada em 9 de Maio de 2006.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia nove de maio de dois mil e seis, reuniu-se a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, no Plenário 12 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Osvaldo Reis – Vice-Presidente; Cláudio Magrão, Daniel Almeida, Dra. Clair, Enio Tatico, João Fontes, José Carlos Aleluia, Lúcia Braga e Vanessa Grazziotin – Titulares; Laura Carneiro e Maria Helena – Suplentes. Compareceram também os Deputados André Figueiredo, Ariosto Holanda, Fátima Bezerra, João Alfredo, José Linhares, José Pimentel, Luiz Couto, Maurício Quintella Lessa, Mauro Benevides, Nazareno Fonteles e Raimundo

Gomes de Matos, como não-membros. Deixaram de comparecer os Deputados Aracely de Paula, Coronel Alves, Edir Oliveira, Érico Ribeiro, Henrique Eduardo Alves, Jovair Arantes, Luciana Genro, Luciano Castro, Marco Maia, Medeiros, Moraes Souza, Pastor Francisco Olímpio, Pedro Henry, Tarcísio Zimmermann, Vicentinho e Walter Barelli. **ABERTURA:** Assumiu os trabalhos a Deputada Dra. Clair, que declarou aberta a reunião de Audiência Pública requerida por ela e os Deputados João Fontes e João Alfredo e aprovada por esta Comissão de Trabalho, nas reuniões ordinárias de vinte e dois de fevereiro e de cinco de abril, para discutir o Plano de Cargos e Carreiras dos Servidores do DNOCS, na perspectiva do adequado funcionamento do serviço público e a valorização de seu servidor. Teve como convidados o Sr. Paulo Bernardo Silva, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão; o Sr. Pedro Brito do Nascimento, Ministro da Integração Nacional; Eudoro Walter de Santana, Representante do Ministro da Integração Nacional e Diretor-Geral do Departamento Nacional de Obras contra as Secas – DNOCS; João Batista Marques de Sousa, Coordenador-Geral da Sociedade dos Amigos do DNOCS – SOAC; José Alberto de Almeida, Representante do Presidente da Associação dos Funcionários do DNOCS – ASSECAS; Marley Cisne de Moraes,

Representante do Presidente da Associação dos Servidores do DNOCS no Estado do Ceará – ASDEC; Luiz Carlos Macêdo, Coordenador da Diretoria Colegiada do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal do Estado do Ceará – SINTSEF/CE e Aluísio Bastos Pereira, Representante da Diretoria Colegiada do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal do Estado do Ceará – SINTSEF/CE. Passaram a compor a Mesa os representantes do DNOCS. A Presidente, Deputada Dra. Clair, sugeriu que os convidados e os parlamentares se pronunciassem sobre a conveniência da realização daquela Audiência Pública, tendo em vista a ausência dos representantes do governo. Manifestou-se, então, o Deputado João Alfredo, que sugeriu a manifestação de um representante dos servidores do DNOCS. Em seguida, pronunciou-se o Deputado Mauro Benevides que propôs à Comissão a criação de um grupo de parlamentares para ir, juntamente com os representantes do DNOCS, ao Ministério do Planejamento para debater as razões pelas quais o Plano de Carreira dos servidores não é avaliado e atendido, independentemente da realização de nova audiência pública. Manifestaram-se, ainda, os Deputados Ariosto Holanda, José Linhares, André Figueiredo, José Pimentel, João Fontes, Lúcia Braga, Maurício Quintella Lessa e Luiz Couto e o Representante do Presidente da Associação dos Funcionários

do DNOCS – ASSECAS, Sr. José Alberto de Almeida. A Presidente, então, diante da impossibilidade de realização da reunião sem os representantes do governo, designou nova audiência para o dia trinta de maio próximo e indicou o Deputado José Pimentel para coordenar o grupo de parlamentares e representantes dos servidores do DNOCS que buscará entendimento com o Sr. Luiz Inácio Lucena Adams, Secretário-Executivo Adjunto do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, a Deputada Dra. Clair agradeceu a participação dos convidados e dos demais presentes e encerrou a reunião às quinze horas e cinquenta e cinco minutos. E, para constar, eu, Anamélia Ribeiro Correia de Araújo, Secretária desta Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, lavrei a presente Ata, que, por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Vice Presidente, no exercício da Presidência, Deputado Coronel Alves, e publicada no *Diário da Câmara dos Deputados*.

Ata da 10ª Reunião Ordinária Audiência Pública Realizada em 10 de Maio de 2006.

Às dez horas e vinte e dois minutos do dia dez de maio de dois mil e seis, reuniu-se a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, no Plenário 12 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Coronel Alves e Osvaldo Reis – Vice-Presidentes; Daniel Almeida, Dra. Clair, Érico Ribeiro, João Fontes, Lúcia Braga, Luciana Genro, Luciano Castro, Medeiros, Pastor Francisco Olímpio, Vanessa Grazziotin e Walter Barelli – Titulares; Arnaldo Faria de Sá, Carlos Alberto Leréia, Carlos Santana, Eduardo Barbosa e Isaías Silvestre – Suplentes. Compareceu também o Deputado Babá, como não-membro. Deixaram de comparecer os Deputados Aracely de Paula, Cláudio Magrão, Edir Oliveira, Enio Tatico, Henrique Eduardo Alves, José Carlos Aleluia, Jovair Arantes, Marco Maia, Moraes Souza, Pedro Henry, Tarcísio Zimmermann e Vicentinho. **ABERTURA:** O Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Deputado Coronel Alves, declarou aberta a reunião de Audiência Pública requerida pelo Deputado Luciano Castro, por intermédio do requerimento nº 256/2006, e aprovada por esta Comissão de Trabalho na reunião extraordinária de três de maio passado, para discutir e elaborar agenda legislativa em prol da valorização e melhoria da carreira de auditores-fiscais da Receita Federal (reajustes salariais e do Plano de Cargos e Salários). Teve como convidados Carlos André Soares Nogueira, Presidente da Unafisco Sindical; José Guilherme Cazumba Parente, Presidente do Conselho de Delegados Sindicais – CDS e Roney Sandro Freire Corrêa, Representante da Unafisco Sindical em Roraima, que

passaram a compor a Mesa. Deixaram de comparecer os Ministros da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão. O Presidente, Deputado Coronel Alves, esclareceu que a reunião seria gravada para posterior transcrição e solicitou que todos aqueles que fizessem uso da palavra utilizassem o microfone, declinando o nome, quando fosse o caso, e apresentou os critérios a serem adotados para melhor ordenamento dos trabalhos. A seguir passou a palavra aos convidados, que pontuaram a intransigência do governo em se recusar a negociar com a categoria e não apresentar proposta alguma, apesar de suas reivindicações datarem de cinco meses atrás, razão pela qual a categoria está em greve por tempo indeterminado. Apresentaram à Comissão a pauta reivindicatória dos Auditores-Fiscais da Receita Federal, aprovada na Assembléia realizada pela categoria em oito de dezembro de dois mil e cinco, e uma cartilha com os subsídios para a campanha salarial da categoria. Manifestaram-se, então, os Deputados Luciano Castro, autor do requerimento, Luciana Genro, Érico Ribeiro, João Fontes, Isaías Silvestre, Vanessa Grazziotin, Babá e Arnaldo Faria de Sá. Todos se solidarizaram com as reivindicações da categoria e registraram a sua indignação com a ausência de representantes do governo à reunião. Foi lançada, então, por esta Comissão, a agenda legislativa em prol da valorização e melhoria da carreira de auditores-fiscais da Receita Federal (reajustes salariais e Plano de Cargos e Salários). **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Deputado Coronel Alves agradeceu a participação dos convidados e dos demais presentes e encerrou a reunião às onze horas e quarenta e dois minutos. E, para constar, eu, Anamélia Ribeiro Correia de Araújo, Secretária desta Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, lavrei a presente Ata, que, por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Vice Presidente, no exercício da Presidência, Deputado Coronel Alves, e publicada no *Diário da Câmara dos Deputados*.

Ata da Décima Primeira Reunião Ordinária Audiência Pública Realizada em 17 de Maio de 2006.

Às onze horas e quatro minutos do dia dezesseis de maio de dois mil e seis, reuniu-se a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, no Plenário 12 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Aracely de Paula – Presidente; Coronel Alves, Osvaldo Reis e Vicentinho – Vice-Presidentes; Cláudio Magrão, Daniel Almeida, Dra. Clair, Edir Oliveira, Érico Ribeiro, José Carlos Aleluia, Jovair Arantes, Luciana Genro, Luciano Castro, Medeiros, Pastor Francisco Olímpio e Vanessa Grazziotin – Titulares; Ann Pontes, Arnaldo Faria de Sá, Isaías Silvestre, Leonardo Picciani, Maria Helena,

Pompeo de Mattos e Selma Schons – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Enio Tatico, João Fontes, Lúcia Braga, Marco Maia, Moraes Souza, Pedro Henry, Tarcísio Zimmermann e Walter Barelli – Titulares; Benedito de Lira; Carlos Alberto Leréia, Carlos Mota, Carlos Santana, Dr. Pinotti, Eduardo Barbosa, Joaquim Francisco, Laura Carneiro, Luiz Sérgio; Nárcio Rodrigues; Osvaldo Biolchi; Professor Luizinho, Ricarte de Freitas; Sandes Júnior e Sandro Mabel – Suplentes. **ABERTURA:** O Presidente, Deputado Aracely de Paula, esclareceu que a reunião seria gravada para posterior transcrição e solicitou que todos aqueles que fizessem uso da palavra utilizassem o microfone, declinando o nome, quando fosse o caso, e apresentou os critérios a serem adotados para melhor ordenamento dos trabalhos. A seguir passou a palavra ao convidado para conferência, Senhor Gérman Lopez Morales, especialista em previdência social da Organização Internacional do Trabalho (OIT), para discorrer sobre a Convenção 102, adotada em Genebra (Suíça) em 1952, e objeto do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.547/04, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que estabelece normas mínimas de seguridade social. Disse que a Convenção 102 busca assegurar aos trabalhadores direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Determina ainda que os países criem normas para conceder benefícios aos segurados, em casos de doença, velhice, invalidez, maternidade; e aos dependentes, em caso de morte do segurado. Informou que a Convenção foi ratificada por quarenta e um países, além de ser adotada pelo Código Europeu de Seguridade Social, e asseverou que diversos países seguem a sua orientação, embora não a tenham ratificado formalmente. Comunicou que a OIT, em debate promovido no ano de dois mil e um, concluiu que a seguridade social é um direito humano fundamental e que a Convenção é apenas uma base mínima social. Garantiu que ela se adapta a qualquer nação, independentemente do seu desenvolvimento, e que a OIT se propõe a assessorar o país que ratificá-la. A Deputada Vanessa Grazziotin sugeriu que a Comissão realizasse, após a aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.547/04, um Seminário para se debater a melhor forma de implantar a Convenção no País. **ENCERRAMENTO:** O Deputado Aracely de Paula agradeceu a participação do convidado e dos demais presentes e encerrou a reunião às onze horas e quarenta e dois minutos. E, para constar, eu, Anamélia Ribeiro Correia de Araújo, Secretária desta Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, lavrei a presente Ata, que, por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado

Aracely de Paula, e publicada no *Diário da Câmara dos Deputados*.

Ata da Décima Segunda Reunião (Extraordinária) Realizada em 17 de Maio de 2006.

Às onze horas e trinta e quatro minutos do dia dezessete de maio de dois mil e seis, reuniu-se a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, no Plenário 12 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Aracely de Paula – Presidente; Coronel Alves, Osvaldo Reis e Vicentinho – Vice-Presidentes; Cláudio Magrão, Daniel Almeida, Dra. Clair, Edir Oliveira, Érico Ribeiro, Henrique Eduardo Alves, João Fontes, José Carlos Aleluia, Jovair Arantes, Luciana Genro, Luciano Castro, Medeiros, Pastor Francisco Olímpio e Vanessa Grazziotin – Titulares; Ann Pontes, Arnaldo Faria de Sá, Carlos Alberto Leréia, Eduardo Barbosa, Isaías Silvestre, Leonardo Picciani, Maria Helena, Pompeo de Mattos e Selma Schons – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Enio Tatico, Lúcia Braga, Marco Maia, Moraes Souza, Pedro Henry, Tarcísio Zimmermann e Walter Barelli. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou à apreciação as Atas da 7ª e 8ª reuniões, realizadas no dia 03 de maio, e as Atas da 9ª e 10ª reuniões, realizadas nos dias 09 e 10 de maio de 2006, respectivamente. Em votação, as Atas foram aprovadas. **EXPEDIENTE:** 1. AVISO Nº 520-SGS-TCU-PLENÁRIO, de 12/04/06, do Presidente do TCU, Ministro Adilson Motta, que encaminha cópia do Acórdão proferido nos autos do Processo nº TC 600.077/1994-2, bem como do relatório e do voto que fundamentaram aquela deliberação. 2. Ofício nº 061, de 09/05/2006, do Deputado Jorge Alberto, que solicita seja a sua solidariedade aos servidores do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) consignada na Ata da Reunião Ordinária de Audiência Pública promovida pela CTASP naquela data, para debater o Plano de Cargos e Carreiras dos servidores daquele órgão federal. **ORDEM DO DIA: A – Matéria sobre a Mesa:** 1 – **REQUERIMENTO Nº 263/06** – da Sra. Dra. Clair e outros – que “solicita seja incluído na pauta de hoje, 17/05/06, o PL nº 6469/05, que dispõe sobre a carreira dos Servidores do Ministério Público da União, fixa os valores de sua remuneração e dá outras providências”. **REALIZADA VOTAÇÃO NOMINAL, FOI APROVADA A INCLUSÃO DO REFERIDO PROJETO DE LEI, NOSTERMOS REGIMENTAIS.** B – **Requerimentos:** 2 – **REQUERIMENTO Nº 257/06** – da Sra. Luciana Genro – que “solicita que seja requerido ao Banco do Brasil esclarecimentos sobre demissão e descomissionamento de servidores e explicações sobre estabelecimento de metas”. **APROVADO.** 3 – **REQUE-**

RIMENTO Nº 258/06 – da Sra. Dra. Clair – que “requer seja indicado como participante da audiência pública que tratará da criação dos Conselhos Profissionais, o Sr. José Euclides Pombel, Coordenador do Fórum dos Conselhos Federais das Profissões Regulamentadas”.

APROVADO. 4 – REQUERIMENTO Nº 259/06 – da Sra. Dra. Clair – que “requer seja realizado por esta Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público – CTASP – audiência pública para tratar da crise na Volkswagen e a demissão dos trabalhadores”.

APROVADO. 5 – REQUERIMENTO Nº 260/06 – do Sr. Marco Maia – que “requer realização de Audiência Pública com o objetivo de aprofundar os desdobramentos nas relações de trabalho em decorrência do “locaute” que ocorreu recentemente na GERDAU AMERISTEEL (EUA) e suas conseqüências na Legislação, contribuindo na formulação e no debate da reforma sindical e trabalhista”. **RETIRADO DE PAUTA A PEDIDO DA DEPUTADA DRA. CLAIR.** A Deputada Dra. Clair solicitou a palavra para parabenizar os senhores membros pela atuação da CTASP na intermediação da questão dos anistiados políticos, que propiciou o acordo firmado com o Governo para pagamento dos passivos dos processos de indenização dos anistiados. Prossequindo, a Deputada propôs que em razão da existência de requerimentos aprovados para realização de Audiência Pública com o Ministro do Planejamento e Gestão, para tratar de projetos sobre reajustes salariais e planos de carreiras de servidores de diversos órgãos públicos, fosse agendada uma única reunião em que pudessem ser debatidas as reivindicações de todas as categorias. O Presidente informou que, em função do acúmulo de requerimentos aprovados, a Comissão deveria estabelecer prioridades na realização de Audiências Públicas; informou que realizaria uma reunião interna para definição de critérios de agendamento das audiências, buscando organizar os trabalhos e atender aos diversos pleitos. A Deputada Vanessa Grazziotin usou da palavra para registrar e elogiar a decisiva participação da CTASP na questão da crise da Varig, particularmente nas negociações que levaram à readmissão de cerca de 30 pilotos daquela empresa, em nome dos quais apresentou agradecimentos a todos os membros. **C – Proposições Sujeitas à Apreciação do Plenário: URGÊNCIA: 6 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.547/04** – da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – (MSC 496/2004) – que “aprova o texto da Convenção nº 102 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), relativa à fixação de normas mínimas de seguridade social, adotada em Genebra em 28 de junho de 1952”. RELATOR: Deputado TARCÍSIO ZIMMERMANN. PARECER: pela aprovação. Ausente o

Relator, o Deputado Medeiros efetuou a leitura do parecer. Aberta a discussão, usou da palavra a Deputada Vanessa Grazziotin. Colocado em votação, foi **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER. PRIORIDADE: 7 – PROJETO DE LEI Nº 5.016/05** – do Senado Federal – (PLS 208/2003) – que “estabelece penalidades para o trabalho escravo, altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que regula o trabalho rural, e dá outras providências”. (Apensados: PL 2667/2003 (Apensado: PL 3283/2004), PL 2668/2003 e PL 3500/2004 (Apensado: PL 3524/2004)) RELATOR: Deputado VICENTINHO. PARECER: pela aprovação deste, do PL 3283/2004, do PL 3524/2004, do PL 2667/2003, do PL 2668/2003, e do PL 3500/2004, apensados, com substitutivo. **RETIRADO DE PAUTA PELO RELATOR. ORDINÁRIA 8 – PROJETO DE LEI Nº 5.357/05** – do Tribunal Superior do Trabalho – (OF 218/2005) – que “dispõe sobre a criação de cargo de Juiz do Trabalho Substituto, de cargos em comissão e de provimento efetivo e de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região”. RELATOR: Deputado WALTER BARELLI. PARECER: pela aprovação. Ausente o Relator, o Deputado Érico Ribeiro fez a leitura do parecer. Em votação, foi **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER. 9 – PROJETO DE LEI Nº 6.516/06** – da Sra. Laura Carneiro – que “altera o art. 9º da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, que “define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento”. RELATORA: Deputada ANN PONTES. PARECER: pela rejeição. A Deputada Ann Pontes proferiu seu parecer. Colocado em votação, o **PARECER FOI APROVADO POR UNANIMIDADE. D – Proposições Sujeitas à Apreciação Conclusiva pelas Comissões: PRIORIDADE: 10 – PROJETO DE LEI Nº 4.731/04** – do Poder Executivo – (MSC 873/2004) – que “dá nova redação aos arts. 880 e 884 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e revoga o seu art. 882”. RELATOR: Deputado VICENTINHO. PARECER: pela aprovação. Vista à Deputada Dra. Clair, em 23/11/2005. A Deputada Dra. Clair apresentou voto em separado em 29/11/2005. O Deputado Vicentinho proferiu seu parecer. O Deputado Osvaldo Reis assumiu a presidência da Mesa. Aberta a discussão, usaram da palavra os Deputados Dra. Clair, Vicentinho, Vanessa Grazziotin, Medeiros e Ann Pontes. Colocado em votação, **O PARECER FOI APROVADO, COM O VOTO CONTRÁRIO DA DEPUTADA DRA. CLAIR.** O Deputado Vicentinho solicitou a palavra para registrar a presença em Plenário de diversos trabalhadores rurais filiados à CONTAG, aos quais o Presiden-

te agradeceu a presença em nome de todos os membros. O Presidente Aracely de Paula reassumiu a direção dos trabalhos. 11 – **PROJETO DE LEI Nº 4.732/04** – do Poder Executivo – que “dá nova redação ao art. 896 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943”. RELATOR: Deputado VICENTINHO. PARECER: pela aprovação. Vista à Deputada Dra. Clair, em 04/10/2005. A Deputada Dra. Clair apresentou voto em separado em 22/11/2005. O Deputado Vicentinho proferiu seu parecer. Discutiram a matéria as Deputadas Dra. Clair e Vanessa Grazziotin. Submetido à votação, **O PARECER FOI APROVADO, CONTRA O VOTO DA DEPUTADA DRA. CLAIR.** 12 – **PROJETO DE LEI Nº 5.707-A/05** – do Senado Federal – (PLS 85/2005) – que “autoriza a criação da Universidade Federal Rural de Roraima”. (Apensado: PL 4956/2005) RELATORA: Deputada LAURA CARNEIRO. PARECER: pela aprovação deste, com emenda e pela rejeição do PL 4956/2005, apensado. Ausente a Relatora, a Deputada Maria Helena fez leitura do parecer. Colocado em votação, foi **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER. ORDINÁRIA:** 13 – **PROJETO DE LEI Nº 3.439/00** – do Sr. Cezar Schirmer – que “acrescenta inciso ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, a fim de permitir a movimentação da conta vinculada no FGTS para o pagamento do preço da aquisição de lote destinado à construção de moradia própria”. (Apensados: PL 3538/2000, PL 3580/2000, PL 3871/2000, PL 1992/2003, PL 4940/2005 e PL 6217/2005) RELATORA: Deputada DRA. CLAIR. PARECER: pela aprovação deste, do PL 3538/2000, do PL 3580/2000, do PL 3871/2000, do PL 1992/2003, do PL 4940/2005, e do PL 6217/2005, apensados, com substitutivo. Vista à Deputada Dra. Clair, em 03/12/2003. **RETIRADO DE PAUTA PELA RELATORA.** 14 – **PROJETO DE LEI Nº 943/03** – do Sr. Pedro Fernandes – que “dispõe sobre a obrigatoriedade de a frota oficial de veículos ser de fabricação nacional, e dá outras providências”. (Apensado: PL 3554/2004 (Apensado: PL 4077/2004)) RELATOR: Deputado ISAÍAS SILVESTRE. PARECER: pela rejeição deste, e do PL 3554/2004, apensado, e pela aprovação do PL 4077/2004, apensado. Vista ao Deputado Arnaldo Faria de Sá, em 26/11/2003. Adiada a Discussão por 08 reuniões, em 03/12/2003. **RETIRADO DE PAUTA A REQUERIMENTO DE DEPUTADO.** 15 – **PROJETO DE LEI Nº 2.428/03** – do Sr. João Batista – que “acrescenta o Capítulo IV-A ao Título X da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a defesa dos interesses ou direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos”. RELATOR: Deputado VICENTINHO. PARECER: pela apro-

vação, com emenda. Vista conjunta aos Deputados Jovair Arantes e Luiz Antonio Fleury, em 17/11/2004. Adiada a discussão por cinco sessões a pedido do relator, em 09/03/2005. **RETIRADO DE PAUTA A REQUERIMENTO DE DEPUTADO.** 16 – **PROJETO DE LEI Nº 2.453-A/03** – do Sr. Rogério Silva – que “altera o art. 369 da CLT (Decreto-Lei nº 5.452, de 1943), permitindo maior percentual de tripulação estrangeira em embarcações nacionais, quando oriunda de países integrantes do Mercosul”. RELATORA: Deputada LAURA CARNEIRO. PARECER: pela rejeição. Ausente a Relatora, a Deputada Ann Pontes fez a leitura do parecer. Em votação, foi **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 17 – **PROJETO DE LEI Nº 2.598/03** – do Sr. Luiz Carlos Haully – que “dispõe sobre o atendimento ao cidadão no serviço público federal e dá outras providências”. (Apensados: PL 5051/2005, PL 5419/2005 (Apensado: PL 5932/2005) e PL 6004/2005) RELATORA: Deputada DRA. CLAIR. PARECER: pela aprovação deste, do PL 5051/2005, do PL 5419/2005, do PL 6004/2005, e do PL 5932/2005, apensados, com substitutivo. Vista ao Deputado Jovair Arantes, em 15/06/2005. O Deputado Carlos Alberto Leréia apresentou voto em separado em 07/07/2004. A Deputada Dra. Clair proferiu seu parecer. Participaram da discussão os Deputados Vicentinho, Vanessa Grazziotin, Arnaldo Faria de Sá, Pastor Francisco Olímpio, Daniel Almeida e Isaías Silvestre. Submetido à votação, **O PARECER FOI APROVADO, CONTRA OS VOTOS DOS DEPUTADOS PASTOR FRANCISCO OLÍMPIO E VICENTINHO.** O Presidente comunicou ao Plenário a existência de **Matéria sobre a Mesa**, apresentada nos termos regimentais, e anunciou que submeteria à votação nominal o **REQUERIMENTO Nº 263/06** – da Sra. Dra. Clair e outros – que “solicita seja incluído na pauta de hoje, 17/05/06, o PL nº 6.469/05, que dispõe sobre a carreira dos Servidores do Ministério Público da União, fixa os valores de sua remuneração e dá outras providências”. Procedida a votação nominal, o requerimento foi aprovado com 15 votos favoráveis. Participaram da votação os Deputados Dra. Clair, Vicentinho, Henrique Eduardo Alves, Luciano Castro, Luciana Genro, Vanessa Grazziotin, Érico Ribeiro, Aracely de Paula, Pastor Francisco Olímpio, Daniel Almeida, Ann Pontes, Leonardo Picciani, Arnaldo Faria de Sá, Isaías Silvestre e Pompeu de Mattos. O Presidente anunciou que submeteria à votação o projeto de lei objeto do requerimento aprovado. 18 – **PROJETO DE LEI Nº 6.469/05** – do Ministério Público da União – que “dispõe sobre a carreira dos Servidores do Ministério Público da União, fixa os valores de sua remuneração e dá outras providências”. RELATOR: Deputado HENRIQUE EDUARDO ALVES. PARECER REFORMULA-

DO: pela aprovação deste, da Emenda 3/2006 da CTASP, da Emenda 4/2006 da CTASP e da Emenda 9/2006 da CTASP; pela aprovação parcial da Emenda 2/2006 da CTASP, da emenda 6/2006 da CTASP, da Emenda 8/2006 da CTASP, da Emenda 10/2006 da CTASP e da Emenda 11/1006 da CTASP, com subemendas; e pela rejeição da Emenda 1/2006 da CTASP e da Emenda 7/2006 da CTASP. O Deputado Henrique Eduardo Alves proferiu seu parecer. Participaram da discussão os Deputados Dra. Clair, Daniel Almeida, Vanessa Grazziotin, Luciano Castro, Vicentinho, Pastor Francisco Olímpio, Luciana Genro, Ann Pontes e Henrique Eduardo Alves. Submetido à votação, **O PARECER REFORMULADO FOI APROVADO POR UNANIMIDADE.** O Presidente comunicou ao Plenário que encerraria a reunião, ficando os demais projetos pendentes de deliberação. 19 – **PROJETO DE LEI Nº 3.427/04** – do Sr. Carlos Mota – que “altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991”. RELATOR: Deputado VICENTINHO. PARECER: Parecer com Complementação de Voto, Dep. Vicentinho (PT-SP), pela aprovação, com substitutivo. **NÃO DELIBERADO.** 20 – **PROJETO DE LEI Nº 6.205/05** – da Sra. Ann Pontes – que “acrescenta parágrafo único ao art. 393 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, dispondo sobre a estabilidade provisória da empregada gestante”. RELATORA: Deputada LAURA CARNEIRO. PARECER: pela aprovação. **NÃO DELIBERADO.** 21 – **PROJETO DE LEI Nº 6.315/05** – da Sra. Socorro Gomes – que “revoga o inciso III do artigo 9º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993”. RELATORA: Deputada LAURA CARNEIRO. PARECER: pela aprovação. **NÃO DELIBERADO.** 22 – **PROJETO DE LEI Nº 6.505/06** – do Sr. Maurício Rabelo – que “acrescenta dispositivos à Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, para dispor sobre a identidade profissional de Radialistas”. RELATORA: Deputada DRA. CLAIR. PARECER: pela aprovação. **NÃO DELIBERADO.** O Presidente encerrou os trabalhos, às quatorze horas e dezenove minutos, ficando as demais matérias pendentes de deliberação. E, para constar, eu, Anamélia Ribeiro Correia de Araújo, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Aracely de Paula, e publicada no *Diário da Câmara dos Deputados*.

Ata da Décima Terceira Reunião Ordinária Realizada em 24 de Maio de 2006.

Às onze horas e vinte e um minutos do dia vinte e quatro de maio de dois mil e seis, reuniu-se a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, no Plenário 12, Anexo II da Câmara dos Depu-

tados, com a presença dos Senhores Deputados Aracely de Paula – Presidente; Coronel Alves e Vicentinho – Vice-Presidentes; Cláudio Magrão, Daniel Almeida, Edir Oliveira, Érico Ribeiro, Henrique Eduardo Alves, João Fontes, José Carlos Aleluia, Luciana Genro, Marco Maia, Medeiros, Tarcísio Zimmermann, Vanessa Grazziotin e Walter Barelli – Titulares; Ann Pontes, Arnaldo Faria de Sá, Carlos Alberto Leréia, Eduardo Barbosa, Isaías Silvestre, Laura Carneiro, Maria Helena, Ricarte de Freitas, Sandro Mabel e Selma Schons – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Dra. Clair, Enio Tatico, Jovair Arantes, Lúcia Braga, Luciano Castro, Moraes Souza, Osvaldo Reis, Pastor Francisco Olímpio e Pedro Henry. Justificaram suas ausências a deputada Lúcia Braga e o deputado Jovair Arantes. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou à apreciação a Ata da 11ª reunião ordinária, realizada no dia 17 de maio de 2006. Em votação, a Ata foi aprovada. **EXPEDIENTE:** 1. Ofício nº 005/06, de 8/5/2006, da Federação Nacional das Associações dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais (FENASSOJAF), que solicita inclusão em pauta do PL nº 2.369/2003, que trata do assédio moral; 2. Of. Pres. Int. nº 023/2006-CLP, de 10/05/2006, do deputado Geraldo Thadeu, presidente da Comissão de Legislação Participativa (CLP), que solicita sejam incluídos nas pautas de reunião da CTASP os projetos de lei de autoria daquela comissão que porventura estejam em condição de serem apreciados. **ORDEM DO DIA: A – Requerimentos: 1 – REQUERIMENTO Nº 260/06** – do Sr. Marco Maia – que “requer realização de Audiência Pública com o objetivo de aprofundar os desdobramentos nas relações de trabalho em decorrência do “locaute” que ocorreu recentemente na GERDAU AMERISTEEL (EUA) e suas conseqüências na Legislação, contribuindo na formulação e no debate da reforma sindical e trabalhista”. Debateram a matéria os Srs. Arnaldo Faria de Sá e Marco Maia. Colocado em votação o Requerimento foi **APROVADO, com a inclusão do nome do Sr. Jorge Gerdau Johannpeter, Presidente do Conselho Diretor do Grupo Gerdau no Brasil, na relação de convidados.** 2 – **REQUERIMENTO Nº 261/06** – do Sr. Arnaldo Faria de Sá – que “solicita a realização de Audiência Pública, com o objetivo de discutir a situação do emprego dos trabalhadores do Grupo Nova América Alimentos S/A, situado no Estado de São Paulo, em face da decisão do CADE sobre a transação entre aquele Grupo e o Grupo Copersúcar”. **APROVADO. B – Proposições Sujeitas à Apreciação Conclusiva pelas Comissões: ORDINÁRIA 3 – PROJETO DE LEI Nº 3.439/00** – do Sr. Cezar Schirmer – que “acrescenta inciso ao art. 20 da

Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, a fim de permitir a movimentação da conta vinculada no FGTS para o pagamento do preço da aquisição de lote destinado à construção de moradia própria”. (Apensados: PL 3538/2000, PL 3580/2000, PL 3871/2000, PL 1992/2003, PL 4940/2005 e PL 6217/2005); **RELATORA:** Deputada DRA. CLAIR. **PARECER:** pela aprovação deste, do PL 3538/2000, do PL 3580/2000, do PL 3871/2000, do PL 1992/2003, do PL 4940/2005, e do PL 6217/2005, apensados, com substitutivo. **Vista à Deputada Dra. Clair, em 03/12/2003.** Na ausência da relatora o Deputado Marco Maia leu o Parecer. Usaram da palavra os Srs. Marco Maia, Arnaldo Faria de Sá e Aracely de Paula. O PL foi **RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO.** 4 – **PROJETO DE LEI Nº 28-A/03** – do Sr. Ronaldo Vasconcellos – que “dispõe sobre o reajustamento do valor da aposentadoria complementada de que trata a Lei nº 8.186, de 21 de maio de 1991”. **RELATORA:** Deputada DRA. CLAIR. **PARECER:** pela rejeição deste, e da Emenda 1/2006 da CTASP. Ausentes o autor e a relatora. O PL foi **RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO.** 5 – **PROJETO DE LEI Nº 943/03** – do Sr. Pedro Fernandes – que “dispõe sobre a obrigatoriedade de a frota oficial de veículos ser de fabricação nacional, e dá outras providências”. (Apensado: PL 3554/2004 (Apensado: PL 4077/2004)) **RELATOR:** Deputado ISAÍAS SILVESTRE. **PARECER:** pela rejeição deste, e do PL 3554/2004, apensado, e pela aprovação do PL 4077/2004, apensado. **Vista ao Deputado Arnaldo Faria de Sá, em 26/11/2003. Adiada a Discussão por 08 reuniões, em 03/12/2003.** Na ausência do relator a deputada Luciana Genro leu o parecer. Aberta a discussão manifestaram-se o Sr. Marco Maia e as Sras. Ann Pontes, contra o parecer para aprovar o PL ao final. A Sra. Luciana Genro manifestou sua dúvida em relação à matéria. Tendo em vista a ausência do autor e do relator, bem como o teor dos debates, a Sra. Ann Pontes sugeriu a retirada de pauta do PL. Findos os debates o PL foi **RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO.** 6 – **PROJETO DE LEI Nº 2.428/03** – do Sr. João Batista – que “acrescenta o Capítulo IV-A ao Título X da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a defesa dos interesses ou direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos”. **RELATOR:** Deputado VICENTINHO. **PARECER:** pela aprovação, com emenda. **Vista conjunta aos Deputados Jovair Arantes e Luiz Antonio Fleury, em 17/11/2004. Adiada a discussão por cinco sessões a pedido do relator, em 09/03/2005.** Ausentes o autor e o relator. O PL foi **RETIRADO DE PAUTA A PEDIDO DO DEPUTADO WALTER BARELLI.** 7 – **PROJETO DE LEI Nº 3.427/04** – do Sr. Carlos Mota – que “altera a Consolidação das

Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991”. **RELATOR:** Deputado VICENTINHO. **PARECER:** Parecer com Complementação de Voto, Dep. Vicentinho (PT-SP), pela aprovação, com substitutivo. Na ausência do relator a Deputada Ann Pontes leu o parecer. Colocado em votação foi **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 8 – **PROJETO DE LEI Nº 5.164/05** – do Sr. Barbosa Neto – que “autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Universidade Federal do Sul Goiano, no Estado de Goiás e dá outras providências”. (Apensado: PL 5431/2005) **RELATOR:** Deputado PASTOR FRANCISCO OLÍMPIO. **PARECER:** pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 5431/2005, apensado. **Vista ao Deputado João Fontes, em 25/04/2006.** Na ausência do relator a Deputada Luciana Genro leu o parecer. Aberta a discussão manifestou-se o deputado Tarcísio Zimmermann, contra o parecer, por entender ser a matéria inconstitucional, por vício de iniciativa, não cabendo à CTASP a análise do mérito, de competência restrita, no caso, à CCJC. Manifestaram-se também as deputadas Ann Pontes e Vanessa Grazziotin, contrárias à opinião do deputado Tarcísio e a favor do parecer, tendo sido acompanhadas pelo deputado Walter Barelli e pela deputada Luciana Genro, que fez referência a Relatório do senador Josaphat Marinho, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, ao relatar matéria versando a respeito de consulta visando obter orientação referente aos projetos de lei autorizativa. Tendo em vista o teor do debate a deputada Ann Pontes sugeriu a retirada de pauta do PL para que os membros da Comissão possam conhecer e analisar o parecer do Senado Federal para melhor se posicionarem a respeito da matéria em discussão. Colocada em votação foi aprovada a sugestão da deputada, tendo sido o PL **RETIRADO DE PAUTA A PEDIDO DA DEPUTADA ANN PONTES.** 9 – **PROJETO DE LEI Nº 5.209/05** – do Sr. José Roberto Arruda – que “Altera o art. 1º, do Decreto-Lei nº 161, de 13 de fevereiro de 1967, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e dá outras providências”. **RELATOR:** Deputado LEONARDO PICCIANI. **PARECER:** pela rejeição. Ausentes o autor e o relator. O Presidente informou haver sobre a Mesa Requerimento da deputada Laura Carneiro solicitando a retirada de pauta do PL. Colocado em votação o requerimento foi aprovado, tendo sido o PL **RETIRADO DE PAUTA A REQUERIMENTO DA DEPUTADA LAURA CARNEIRO.** 10 – **PROJETO DE LEI Nº 6.205/05** – da Sra. Ann Pontes – que “acrescenta parágrafo único ao art. 393 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, dispondo sobre a estabilidade provisória da

empregada gestante”. **RELATORA:** Deputada LAURA CARNEIRO. **PARECER:** pela aprovação. Na ausência da relatora a Deputada Luciana Genro leu o parecer. Aberta a discussão usaram da palavra as deputadas Ann Pontes e Luciana Genro, em defesa do parecer e os deputados Érico Ribeiro, contrário, e Walter Barelli. Colocado em votação foi **APROVADO O PARECER. OS DEPUTADOS ÉRICO RIBEIRO E WALTER BARELLI ABSTIVERAM-SE DE VOTAR.** 11 – **PROJETO DE LEI Nº 6.273/05** – da Sra. Sandra Rosado – que “acresce dispositivo à Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico, para proibir descontos no salário por fornecimento de alimentação, vestuário, higiene e moradia”. **RELATORA:** Deputada ANN PONTES. **PARECER:** pela aprovação. A deputada Ann Pontes proferiu seu parecer. Em votação foi **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 12 – **PROJETO DE LEI Nº 6.315/05** – da Sra. Socorro Gomes – que “revoga o inciso III do artigo 9º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993”. **RELATORA:** Deputada LAURA CARNEIRO. **PARECER:** pela aprovação. Ausentes a autora e a relatora. A deputada Vanessa Grazziotin leu o parecer. Em discussão usaram da palavra a deputada Vanessa Grazziotin e os deputados Tarcísio Zimmermann, Walter Barelli e Aracely de Paula. Encerrada a discussão o PL foi **RETIRADO DE PAUTA A PEDIDO DO DEPUTADO TARCÍZIO ZIMMERMAN.** 13 – **PROJETO DE LEI Nº 6.505/06** – do Sr. Maurício Rabelo – que “acrescenta dispositivos à Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, para dispor sobre a identidade profissional de Radialistas”. **RELATORA:** Deputada DRA. CLAIR. **PARECER:** pela aprovação. Ausentes o autor e a relatora. O deputado Érico Ribeiro leu o parecer. Aberta a discussão manifestaram-se o deputado Tarcísio Zimmermann e a deputada Ann Pontes. Encerrada a discussão o PL foi **RETIRADO DE PAUTA A PEDIDO DA DEPUTADA ANN PONTES.** Nada mais havendo a tratar o Presidente comunicou a realização da próxima reunião deliberativa ordinária, na quarta-feira, dia 31/05/2006, às 10 horas, no Plenário 12, e deu por encerrada a presente reunião, às 12 horas e 42 minutos. E, para constar, eu, Anamélia Ribeiro Correia de Araújo, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Aracely de Paula, e publicada no *Diário da Câmara dos Deputados*.

Ata da Décima Quarta Reunião Ordinária Realizada em 31 de Maio de 2006.

Às onze horas e quarenta minutos do dia trinta e um de maio de dois mil e seis, reuniu-se a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, no Plenário 12 do Anexo II da Câmara dos Deputados,

com a presença dos Senhores Deputados Aracely de Paula – Presidente; Osvaldo Reis e Vicentinho – Vice-Presidentes; Cláudio Magrão, Dra. Clair, Edir Oliveira, Enio Tatico, Henrique Eduardo Alves, João Fontes, Lúcia Braga, Luciano Castro, Marco Maia, Medeiros, Pastor Francisco Olímpio, Tarcísio Zimmermann, Vanessa Grazziotin e Walter Barelli – Titulares; Ann Pontes, Arnaldo Faria de Sá, Carlos Alberto Leréia, Eduardo Barbosa, Isaías Silvestre, Maria Helena e Selma Schons – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Coronel Alves, Daniel Almeida, Érico Ribeiro, José Carlos Aleluia, Jovair Arantes, Luciana Genro, Moraes Souza e Pedro Henry. Justificaram a ausência os Deputados Coronel Alves e Jovair Arantes. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou à apreciação a Ata da 12ª reunião, realizada no dia 17 de maio de 2006. Em votação, a Ata foi aprovada. **EXPEDIENTE:** 1. Correspondência S/Nº, de 16/05/06, da Comissão dos Demitidos do Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB), que solicita urgência na distribuição do PL 6.258/2005, que dispõe sobre a reintegração no emprego dos funcionários daquele banco demitidos no período de 1995 a 2003, à semelhança do tratamento dispensado ao PL 6.258/2005, que reintegra os demitidos da CEF, e que, embora com menos tempo na Comissão, já teve relator designado. 2. Correspondência S/Nº, de 29/05/06, do Sr. Luciano Helmond Macieira, da Assessoria de Relações Internacionais da Presidência da Câmara dos Deputados, que solicita à CTASP verificar a possibilidade de receber delegação integrada por seis deputados e um funcionário da Assembléia Nacional do Quênia, na manhã da quarta-feira, dia 07/06/06. **ORDEM DO DIA: A – Requerimentos: 1 – REQUERIMENTO Nº 264/06** – do Sr. Vicentinho – que “requer sejam convidados representantes do Ministério do Trabalho, do Bradesco e do Sindicatos dos Bancários de Rondônia para serem ouvidos na CTASP sobre LER / DORT”. **RETIRADO PELO AUTOR.** 2 – **REQUERIMENTO Nº 265/06** – da Sra. Vanessa Grazziotin – que “requer a realização de seminário, em conjunto com a Comissão de Seguridade Social e Família, para discutir a inclusão previdenciária a partir da Convenção nº 102, da Organização Internacional do Trabalho – OIT”. **APROVADO.** 3 – **REQUERIMENTO Nº 266/06** – do Sr. Osvaldo Reis – que “solicita seja convidado o Senhor Presidente do INCRA, Dr. Rolf Hackbarth, os Presidentes dos Assentamentos do Estado do Tocantins e o Superintendente Regional do INCRA em Palmas, a fim de prestarem esclarecimentos sobre a retomada de parcelas, indenização, regularização das terras doadas pelo Incra aos assentados do Estado”. **APROVADO.** 4 – **REQUERIMENTO**

Nº 267/06 – do Sr. Osvaldo Reis – que “solicita seja convocado o Jornalista Bernardino Furtado do Jornal Estado de Minas para prestar informações e esclarecimentos sobre sua experiência vivida nos canaviais de Minas Gerais e São Paulo, como cortador de cana”. **APROVADO, RETIFICANDO-SE O TERMO “CONVOCADO” PARA “CONVIDADO”**. **B – Proposições Sujeitas à Apreciação Conclusiva pelas Comissões: ORDINÁRIA:** O Deputado Edir Ribeiro apresentou requerimento de inversão de pauta para apreciação do Item 13, Projeto de Lei nº 4.661/04. Submetido a votação, o requerimento foi aprovado. **13 – PROJETO DE LEI Nº 4.661/04** – do Sr. Simão Sessim – que “dispõe sobre a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Nilópolis em Universidade Tecnológica do Rio de Janeiro”. RELATOR: Deputado JOVAIR ARANTES. PARECER: pela aprovação. Ausente o Relator, o Deputado Edir Ribeiro fez a leitura do parecer. Colocado em votação, o **PARECER FOI APROVADO POR UNANIMIDADE**. **5 – PROJETO DE LEI Nº 3.439/00** – do Sr. Cezar Schirmer – que “acrescenta inciso ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, a fim de permitir a movimentação da conta vinculada no FGTS para o pagamento do preço da aquisição de lote destinado à construção de moradia própria”. (Apensados: PL 3538/2000, PL 3580/2000, PL 3871/2000, PL 1992/2003, PL 4940/2005 e PL 6217/2005) RELATORA: Deputada DRA. CLAIR. PARECER: pela aprovação deste, do PL 3538/2000, do PL 3580/2000, do PL 3871/2000, do PL 1992/2003, do PL 4940/2005, e do PL 6217/2005, apensados, com substitutivo. Vista à Deputada Dra. Clair, em 03/12/2003. **RETIRADO DE PAUTA A PEDIDO DA RELATORA**. **6 – PROJETO DE LEI Nº 5.710/01** – do Sr. Fernando Ferro – que “acrescenta parágrafo ao ar. 543, da Consolidação da Leis do Trabalho, a fim de dispor sobre a indenização em caso de rescisão do contrato de empregado eleito para cargo de dirigente sindical ou suplente”. RELATOR: Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ. PARECER: pela aprovação. O Deputado Arnaldo Faria de Sá proferiu seu parecer. Aberta a discussão, usou da palavra o Deputado Edir Ribeiro. Antes de submeter a matéria à votação, o Presidente comunicou que encerraria a reunião, nos termos do Art. 46, § 1º, do RICD, em razão do início da Ordem do Dia da sessão ordinária da Casa, ficando a presente proposição e os demais itens da pauta pendentes de deliberação. **NÃO DELIBERADO**. **7 – PROJETO DE LEI Nº 28-A/03** – do Sr. Ronaldo Vasconcellos – que “dispõe sobre o reajustamento do valor da aposentadoria complementada de que trata a Lei nº 8.186, de 21 de maio de 1991”. RELATORA: Deputada DRA. CLAIR. PARECER: pela rejeição deste, e da Emenda 1/2006 da CTASP.

NÃO DELIBERADO. **8 – PROJETO DE LEI Nº 943/03** – do Sr. Pedro Fernandes – que “dispõe sobre a obrigatoriedade de a frota oficial de veículos ser de fabricação nacional, e dá outras providências”. (Apensado: PL 3554/2004 (Apensado: PL 4077/2004)) RELATOR: Deputado ISAÍAS SILVESTRE. PARECER: pela rejeição deste, e do PL 3554/2004, apensado, e pela aprovação do PL 4077/2004, apensado. Vista ao Deputado Arnaldo Faria de Sá, em 26/11/2003. Adiada a Discussão por 08 reuniões, em 03/12/2003. **NÃO DELIBERADO**. **9 – PROJETO DE LEI Nº 1.417/03** – do Sr. Rogério Silva – que “modifica o art. 40 do Código Brasileiro de Aeronáutica, para dispor sobre a concessão de uso remunerada de imóveis da União localizados em áreas de aeroportos, e dá outras providências”. RELATOR: Deputado CARLOS SANTANA. PARECER: pela aprovação, com emenda. Vista ao Deputado Jovair Arantes, em 12/11/2003. **NÃO DELIBERADO**. **10 – PROJETO DE LEI Nº 2.428/03** – do Sr. João Batista – que “acrescenta o Capítulo IV-A ao Título X da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a defesa dos interesses ou direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos”. RELATOR: Deputado VICENTINHO. PARECER: pela aprovação, com emenda. Vista conjunta aos Deputados Jovair Arantes e Luiz Antonio Fleury, em 17/11/2004. Adiada a discussão por cinco sessões a pedido do relator, em 09/03/2005. **NÃO DELIBERADO**. **11 – PROJETO DE LEI Nº 2.825/03** – do Sr. Sandro Mabel – que “acrescenta os arts. 77-A e 86-A à Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que “Institui a Lei de Execução Penal”, e dá outras providências”. RELATOR: Deputado LUCIANO CASTRO. PARECER: pela aprovação. **NÃO DELIBERADO**. **12 – PROJETO DE LEI Nº 3.334/04** – do Sr. Carlos Nader – que “dispõe sobre a regulamentação da profissão de Transportador de mercadorias por meio de motocicleta (motoboy)”. (Apensado: PL 3556/2004). RELATOR: Deputado ISAÍAS SILVESTRE. PARECER: pela aprovação deste e do PL 3556/2004, apensado, com substitutivo. A Deputada Dra. Clair apresentou voto em separado em 31/05/2006. **NÃO DELIBERADO**. **14 – PROJETO DE LEI Nº 5.164/05** – do Sr. Barbosa Neto – que “autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Universidade Federal do Sul Goiano, no Estado de Goiás e dá outras providências”. (Apensado: PL 5431/2005). RELATOR: Deputado PASTOR FRANCISCO OLÍMPIO. PARECER: pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 5431/2005, apensado. Vista ao Deputado João Fontes, em 25/04/2006. **NÃO DELIBERADO**. **15 – PROJETO DE LEI Nº 5.209/05** – do Sr. José Roberto Arruda – que “altera o art. 1º, do Decreto-Lei nº 161, de 13 de feve-

reiro de 1967, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e dá outras providências”. RELATOR: Deputado LEONARDO PICCIANI. PARECER: pela rejeição. **NÃO DELIBERADO.** 16 – **PROJETO DE LEI Nº 6.152/05** – da Sra. Laura Carneiro – que “altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a aplicação de multas por descumprimento da legislação trabalhista”. RELATORA: Deputada ANN PONTES. PARECER: pela aprovação, com emenda. **NÃO DELIBERADO.** 17 – **PROJETO DE LEI Nº 6.315/05** – da Sra. Socorro Gomes – que “revoga o inciso III do artigo 9º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993”. RELATORA: Deputada LAURA CARNEIRO. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA A PEDIDO DO DEPUTADO TARCÍZIO ZIMMERMANN.** 18 – **PROJETO DE LEI Nº 6.505/06** – do Sr. Maurício Rabelo – que “acrescenta dispositivos à Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, para dispor sobre a identidade profissional de Radialistas”. RELATORA: Deputada DRA. CLAIR. PARECER: pela aprovação. O Deputado Tarcísio Zimmermann apresentou voto em separado em 31/05/2006. **NÃO DELIBERADO. ENCERRAMENTO:** O Presidente encerrou os trabalhos, às doze horas e cinco minutos, em razão do início da Ordem do Dia da sessão ordinária da Casa, nos termos do Art. 46, § 1º, do RICD. E, para constar, eu, Anamélia Ribeiro Correia de Araújo, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Aracely de Paula, e publicada no *Diário da Câmara dos Deputados*.

TERMO DE REUNIÃO

Em sete de junho de dois mil e seis, deixou de se reunir, ordinariamente, a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público em razão do início da Ordem do Dia da sessão extraordinária da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 46, § 1º do Regimento Interno. Assinaram o livro de presença dos Senhores Deputados Coronel Alves e Osvaldo Reis – Vice-Presidentes; Ann Pontes, Arnaldo Faria de Sá, Daniel Almeida, Dra. Clair, Edir Oliveira, Eduardo Barbosa, Érico Ribeiro, Isaías Silvestre, Joaquim Francisco, Leonardo Picciani, Luciana Genro, Maria Helena, Sandro Mabel, Tarcísio Zimmermann e Vanessa Grazziotin – . E, para constar, eu, Anamélia Ribeiro Correia de Araújo, Secretária, lavrei o presente Termo.

TERMO DE REUNIÃO

Em dois de agosto de dois mil e seis, deixou de se reunir, ordinariamente, a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público por falta de quorum.

Assinaram o livro de presença dos Senhores Deputados Coronel Alves – Vice-Presidente; Ann Pontes, Cláudio Magrão, Dra. Clair, Enio Tatico, Érico Ribeiro, João Fontes, Joaquim Francisco, Luciana Genro, Maria Helena e Walter Barelli – . E, para constar, eu, Anamélia Ribeiro Correia de Araújo, Secretária, lavrei o presente Termo.

DESIGNAÇÕES

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Faço, nesta data, a(s) seguinte(s) designação(ões) de relatoria:

À Deputada Dra. Clair

PROJETO DE LEI Nº 6.505/06 – do Sr. Maurício Rabelo – que “acrescenta dispositivos à Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, para dispor sobre a identidade profissional de Radialistas”.

Sala da Comissão, 23 de fevereiro de 2006. – **Henrique Eduardo Alves**, Presidente.

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Faço, nesta data, a(s) seguinte(s) designação(ões) de relatoria:

Ao Deputado Henrique Eduardo Alves

PROJETO DE LEI Nº 5.055/01 – do Sr. Gilberto Kassab – que “institui a tarifa social de telefonia para consumidores residenciais de baixa renda”. (Apensados: PL 5058/2001, PL 4338/2004, PL 2342/2003 e PL 6677/2006)

Sala da Comissão, 8 de março de 2006. – **Henrique Eduardo Alves**, Presidente.

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Faço, nesta data, a(s) seguinte(s) designação(ões) de relatoria:

À Deputada Ann Pontes

PROJETO DE LEI Nº 6.707/06 – do Senado Federal – (PLS 420/2003) – que “altera o art. 15 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que “Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos Agentes Públicos nos Casos de Enriquecimento Ilícito no Exercício de Mandato, Cargo, Emprego ou Função na Administração Pública Direta, Indireta ou Fundacional e dá outras providências”, estabelecendo prazo e sanção em virtude da comu-

nicação de instauração de processo administrativo, e dá outras providências”.

Ao Deputado Benedito de Lira

PROJETO DE LEI Nº 6.757/06 – da Sra. Laura Carneiro – que “dispõe sobre o trabalho doméstico do adolescente em domicílios de terceiros”.

Ao Deputado Carlos Alberto Leréia

PROJETO DE LEI Nº 5.583/05 – do Sr. Carlos Souza – que “altera a redação do art. 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para tornar obrigatória a licitação para escolha de empresa ou instituição a ser contratada para a realização de concursos públicos”.

Ao Deputado Carlos Mota

PROJETO DE LEI Nº 5.819/05 – do Supremo Tribunal Federal – que “dispõe sobre as atividades de apoio ao Conselho Nacional de Justiça e dá outras providências”.

Ao Deputado Carlos Santana

PROJETO DE LEI Nº 2.192/03 – do Sr. Carlos Sampaio – que “dispõe sobre a jornada de trabalho do Fonoaudiólogo”. (Apensado: PL 2688/2003)

Ao Deputado Cláudio Magrão

PROJETO DE LEI Nº 5.273/05 – do Sr. Dimas Ramalho – que “altera a Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992, cria o Cadastro Nacional de Pessoas Físicas e Jurídicas Proibidas de Contratar, de Receber Benefícios ou Incentivos Fiscais ou Creditícios por prazo determinado e dá outras providências”.

Ao Deputado Coronel Alves

PROJETO DE LEI Nº 4.570/04 – do Sr. Carlos Nader – que “Autoriza o poder executivo a implantar programa de aproveitamento de mão de obra carcerária e dá outras providências”

PROJETO DE LEI Nº 4.791/05 – do Sr. Carlos Melles – que “altera a Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002, que Dispõe sobre a aplicação dos recursos originários da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Cide incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível, atendendo o disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, cria o Fundo Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – FNIT e dá outras providências”

PROJETO DE LEI Nº 5.939/05 – do Poder Executivo – que “acrescenta o inciso XXVII ao art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”.

Ao Deputado Daniel Almeida

PROJETO DE LEI Nº 6.607/06 – do Sr. Bernardo Ariston – que “dispõe sobre o prazo de validade das

certidões que menciona, emitidas pela Caixa Econômica Federal, pelo Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e pela Secretaria da Receita Federal”.

À Deputada Dra. Clair

PROJETO DE LEI Nº 6.065/05 – do Sr. Ney Lopes – que “altera a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que “Dispõe sobre as Sociedades por Ações”, para instituir direito dos acionistas de sociedades de economia mista.”

Ao Deputado Edir Oliveira

PROJETO DE LEI Nº 6.759/06 – do Sr. Carlos Mota – que “altera os arts. 41, 876 e 878 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943”.

Ao Deputado Érico Ribeiro

PROJETO DE LEI Nº 2.820/03 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “institui a “Lei da Transparência Tributária”, dispondo sobre fornecimento de informações relativas à arrecadação tributária federal”.

PROJETO DE LEI Nº 6.351/05 – do Sr. João Grandão – que “acrescenta § 2º ao art. 23 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995”.

PROJETO DE LEI Nº 6.466/05 – do Sr. Salvador Zimbaldi – que “dispõe sobre a criação do Conselho Federal de Segurança Pessoal e Patrimonial (COFES-PP), e dá outras providências”.

Ao Deputado Henrique Eduardo Alves

PROJETO DE LEI Nº 6.747/06 – do Sr. Paulo Lima – que “autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Oeste Paulista, com sede na cidade de Presidente Prudente, no Estado de São Paulo, e dá outras providências”.

Ao Deputado Jovair Arantes

PROJETO DE LEI Nº 5.845/01 – do Sr. Orlando Fantazzini – que “altera dispositivos da Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964, que “institui o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Odontologia, e dá outras providências”.

PROJETO DE LEI Nº 4.891/05 – do Sr. Nelson Marquezelli – que “regula o exercício das profissões de Árbitro e Mediador e dá outras providências”.

PROJETO DE LEI Nº 6.877/06 – do Sr. José Múcio Monteiro – que “institui o Vale-Cultura”.

Ao Deputado Leonardo Picciani

PROJETO DE LEI Nº 4.229/04 – do Sr. Pompeo de Mattos – que “dá aos trabalhadores em educação (professores e funcionários), cuja atuação seja junto ao sistema prisional brasileiro, o adicional de periculosidade”.

À Deputada Lúcia Braga

PROJETO DE LEI Nº 2.740/03 – do Sr. Joaquim Francisco – que “dispõe sobre a responsabilidade téc-

nica pelas pesquisas estatísticas, mercadológicas, de opinião pública e assemelhadas”. (Apensado: PL 4219/2004 (Apensado: PL 5655/2005))

Ao Deputado Luciano Castro

PROJETO DE LEI Nº 2.634/03 – do Sr. Dr. Ribamar Alves – que “dispõe sobre a alienação de imóveis de propriedade da União, administrados pela Câmara dos Deputados”.

PROJETO DE LEI Nº 6.259/05 – dos Srs. Inácio Arruda e Daniel Almeida – que “dispõe sobre a isonomia salarial, benefícios e vantagens dos empregados do Banco do Brasil S/A, da Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste S/A e Banco da Amazônia S/A, ingressos a partir da Resolução nº 9, de 30 de maio de 1995, e nº 10, de 08 de outubro de 1996, do Conselho de Coordenação e Controle das Estatais – CCE /DEST”.

Ao Deputado Marco Maia

PROJETO DE LEI Nº 6.075/05 – do Sr. Vicentinho – que “altera o art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 4.452, de 1º de maio de 1943, para considerar como perigoso o trabalho na construção civil”.

PROJETO DE LEI Nº 6.909/06 – do Sr. João Paulo Cunha – que “dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Região Oeste de São Paulo – UNFROESTE, com sede no município de Osasco, no Estado de São Paulo e dá outras providências”.

À Deputada Maria Helena

PROJETO DE LEI Nº 1.630/03 – da Sra. Sandra Rosado – que “dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Apicultor”.

PROJETO DE LEI Nº 3.252/04 – do Sr. Marcondes Gadelha – que “altera os arts. 5º e 9º da Lei nº 6.999, de 7 de junho de 1982, que “dispõe sobre a requisição de servidores públicos pela Justiça Eleitoral e dá outras providências””.

Ao Deputado Medeiros

PROJETO DE LEI Nº 6.368/05 – do Poder Executivo – que “altera a estrutura e a remuneração da Carreira do Magistério Superior pertencente ao Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, e dá outras providências”.

PROJETO DE LEI Nº 6.422/05 – do Senado Federal – Jefferson Peres – (PLS 28/2005) – que “altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para incluir os agentes políticos no § 2º do art. 327, para que tenham a pena aumentada de um terço, quando praticarem crimes contra a Administração Pública e dá outras providências”. (Apensado: PL 6386/2005)

PROJETO DE LEI Nº 6.770/06 – do Sr. Edson Ezequiel – que “acrescenta dispositivo à Lei nº 8.036, de 1990, para permitir o saque do saldo da conta vinculada ao FGTS pelo trabalhador que permanecer trabalhando após completar 65 anos de idade”.

PROJETO DE LEI Nº 6.789/06 – do Sr. Celso Russomanno – que “obriga a contratação de seguro para os serviços de entrega que se utilizam de motocicletas ou veículos afins”.

Ao Deputado Osvaldo Reis

PROJETO DE LEI Nº 5.469-A /05 – do Sr. Roberto Gouveia – que “dispõe sobre a responsabilidade das empresas pela lavagem dos uniformes usados por seus empregados “.

PROJETO DE LEI Nº 6.344/05 – do Senado Federal – Roseana Sarney – (PLS 224/2005) – que “autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Vale do Tocantins (UNIVAT), com sede no Município de Imperatriz, Estado do Maranhão”.

PROJETO DE LEI Nº 6.444/05 – do Sr. Pedro Chaves – que “autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal de Formosa – Goiás (UFFOR) e dá outras providências”.

PROJETO DE LEI Nº 6.498/06 – do Sr. Ivo José – que “dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal aos empregadores que contratarem estudantes de instituições de ensino superior ou médio-profissionalizante”. (Apensado: PL 6567/2006)

PROJETO DE LEI Nº 6.815/06 – do Sr. Vadinho Baião – que “reconhece o exercício da atividade profissional de Mototaxista”.

Ao Deputado Pastor Francisco Olímpio

PROJETO DE LEI Nº 4.868/05 – do Sr. Edinho Montemor – que “acrescenta ao art. 3º os incisos VI, VII e VIII, altera o caput do art.5º e acrescenta-lhe o § 4º e o inciso I, acrescenta ao art. 7º o inciso IV, da Lei nº 7.998 de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo do Amparo ao Trabalhador (FAT) e dá outras providências”.

PROJETO DE LEI Nº 5.593/05 – da Sra. Vanessa Grazziotin – que “altera dispositivos das Leis nº 9.069, de 1995, nº 8.987, de 1995, e nº 9.472, de 1997, muda regras de correção de preços de contratos públicos e privados e dá outras providências”. (Apensado: PL 5813/2005)

PROJETO DE LEI Nº 6.151/05 – do Sr. Renato Casagrande – que “cria o Conselho Nacional dos Tribunais de Contas – CNTC, e dá outras providências”.

PROJETO DE LEI Nº 6.585/06 – do Sr. Eduardo Campos – que “reconhece o exercício da atividade profissional de Grafologia”.

Ao Deputado Sandro Mabel

PROJETO DE LEI Nº 6.746/06 – do Sr. Júlio Re-decker – que “dispõe sobre os aspectos trabalhista, previdenciário e tributário das quantias espontaneamente pagas pelas empresas a seus empregados a título de prêmio por desempenho”.

Ao Deputado Tarcísio Zimmermann

PROJETO DE LEI Nº 6.429/05 – da Sra. Dra. Clair e outros – que “dispõe sobre o exercício da profissão de Motorista”.

PROJETO DE LEI Nº 6.504/06 – do Sr. Vicentinho – que “acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre as condições de trabalho em prensas e equipamentos similares, injetoras de plástico e tratamento galvânico de superfícies”.

PROJETO DE LEI Nº 6.560/06 – do Sr. Paulo Pimenta – que “dispõe sobre a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves em Universidade Federal Tecnológica da Serra Gaúcha – UFTSG, e dá outras providências”.

À Deputada Vanessa Graziotin

PROJETO DE LEI Nº 6.258/05 – dos Srs. Inácio Arruda e Daniel Almeida – que “dispõe sobre a reintegração no emprego dos funcionários da Caixa Econômica Federal, demitidos no período de 1995 a 2003”.

Ao Deputado Vicentinho

PROJETO DE LEI Nº 5.681/05 – do Sr. Durval Orlato – que “altera os arts. 472 e 473 da Consolidação das Leis do Trabalho para prever regras específicas para o empregado candidato a mandato eleitoral”. (Apensado: PL 5741/2005)

PROJETO DE LEI Nº 6.668/06 – do Sr. Ivo José – que “acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, para proibir o trabalho da gestante ou lactante em atividades, operações ou locais insalubres”.

PROJETO DE LEI Nº 6.776/06 – do Sr. Renildo Calheiros – que “institui regras para o reajuste periódico dos valores do salário mínimo”.

PROJETO DE LEI Nº 6.804/06 – do Senado Federal – Sibá Machado – (PLS 117/2004) – que “revoga a Lei nº 7.399, de 4 de novembro de 1985, e o Decreto nº 92.290, de 10 de janeiro de 1986, e dá outras providências”.

Ao Deputado Walter Barelli

PROJETO DE LEI Nº 6.363/05 – do Sr. Vicentinho – que “altera a redação do caput do art. 12 da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, a fim de assegurar aos trabalhadores temporários e prestadores de serviços tratamento isonômico em relação aos direitos concedidos aos empregados das empresas contratantes”.

PROJETO DE LEI Nº 6.817/06 – do Sr. Ademir Camilo – que “regulamenta a profissão de Capelão Cristão”.

Sala da Comissão, 11 de maio de 2006. – **Arcely de Paula**, Presidente.

**COMISSÃO DE TRABALHO,
DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO****DESIGNAÇÃO DE RELATOR**

Faço, nesta data, a(s) seguinte(s) designação(ões) de relatoria:

Ao Deputado Medeiros

PROJETO DE LEI Nº 4.622/04 – do Sr. Pompeo de Mattos – que “altera a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, para a fixação do conceito da modalidade operacional das cooperativas de trabalho”. (Apensados: PL 6449/2005 e PL 7009/2006)

Sala da Comissão, 24 de maio de 2006. – **Arcely de Paula**, Presidente.

**COMISSÃO DE TRABALHO,
DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO****DESIGNAÇÃO DE RELATOR**

Faço, nesta data, a(s) seguinte(s) designação(ões) de relatoria:

Ao Deputado Luciano Castro

PROJETO DE LEI Nº 7.028/06 – do Poder Executivo – que “autoriza o Poder Executivo a desapropriar, em favor do Ministério Público Federal, os imóveis que especifica, de propriedade do Município do Rio de Janeiro”.

Sala da Comissão, 12 de julho de 2006. – **Arcely de Paula**, Presidente.

**COMISSÃO DE TRABALHO,
DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO****DESIGNAÇÃO DE RELATOR**

Faço, nesta data, a(s) seguinte(s) designação(ões) de relatoria:

Ao Deputado Jovair Arantes

PROJETO DE LEI Nº 3.248/04 – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DF – que “dispõe sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal e Territórios. NOVA EMENDA DA REDAÇÃO FINAL: Dispõe sobre a organização judiciária do Distrito Federal e Territórios e revoga as Leis nºs 6.750, de 10 de dezembro de 1979, 8.185, de 14 de maio de 1991, 8.407, de 10 de janeiro de 1992, e 10.801, de 10 de dezembro de 2003”.

Sala da Comissão, 9 de agosto de 2006. – **Arcely de Paula**, Presidente.

SEÇÃO II**ATOS DO PRESIDENTE**

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea “a”, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, resolve:

TORNAR SEM EFEITO o Ato de 2 de outubro de 2006, publicado no *Diário da Câmara dos Deputados* do dia 3 subsequente, que exonerou **ANA MARIA DA CONCEIÇÃO SANTOS**, ponto nº 117.656, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exercia no Gabinete do Primeiro Vice-Presidente.

TORNAR SEM EFEITO o Ato de 2 de outubro de 2006, publicado no *Diário da Câmara dos Deputados* do dia 3 subsequente, que exonerou **SHIRLEI DARCLE CANABARRO**, ponto nº 112.352, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exercia no Gabinete do Primeiro Vice-Presidente.

TORNAR SEM EFEITO o Ato de 2 de outubro de 2006, publicado no *Diário da Câmara dos Deputados* do dia 3 subsequente, que nomeou **AILTON PESSINO** para exercer, no Gabinete do Líder do Partido Democrático Trabalhista, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto C, CNE-13, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

TORNAR SEM EFEITO o Ato de 2 de outubro de 2006, publicado no *Diário da Câmara dos Deputados* do dia 3 subsequente, que nomeou **ALUIZIO HENRIQUE DUTRA DE ALMEIDA** para exercer, no Gabinete do Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o cargo em comissão de Assessor Técnico Adjunto C, CNE-12, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

TORNAR SEM EFEITO o Ato de 2 de outubro de 2006, publicado no *Diário da Câmara dos Deputados* do dia 3 subsequente, que nomeou **ANA PAULA MOURA FERREIRA** para exercer, no Gabinete do Primeiro-Secretário, o cargo em comissão de Secretário Particular, CNE-07, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

TORNAR SEM EFEITO o Ato de 2 de outubro de 2006, publicado no *Diário da Câmara dos Deputados* do dia 3 subsequente, que nomeou **ANDRÉ LUIZ BRASIL VARANDAS PINTO** para exercer, no Gabinete do Segundo-Secretário, o cargo em comissão de Assessor Técnico Adjunto B, CNE-10, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

TORNAR SEM EFEITO o Ato de 2 de outubro de 2006, publicado no *Diário da Câmara dos Deputados* do dia 3 subsequente, que nomeou **EDUARDO BASTIANI** para exercer, no Gabinete do Líder do Partido Democrático Trabalhista, o cargo em comissão de Assessor Técnico Adjunto D, CNE-14, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

TORNAR SEM EFEITO o Ato de 2 de outubro de 2006, publicado no *Diário da Câmara dos Deputados* do dia 3 subsequente, que nomeou **ELINETE DE ALMEIDA MORAIS** para exercer, na Comissão de Defesa do Consumidor, da Coordenação de Comissões Permanentes, do Departamento de Comissões, o cargo em comissão de Assessor Técnico Adjunto C, CNE-12, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

TORNAR SEM EFEITO o Ato de 2 de outubro de 2006, publicado no *Diário da Câmara dos Deputados* do dia 3 subsequente, que nomeou **FRANCISCO SOARES LOUREIRO** para exercer, no Gabinete do Líder do Partido Democrático Trabalhista, o cargo em comissão de Assessor Técnico Adjunto D, CNE-14, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

TORNAR SEM EFEITO o Ato de 2 de outubro de 2006, publicado no *Diário da Câmara dos Deputados* do dia 3 subsequente, que nomeou **GIOVANI SAVIO DE ANDRADA OLIVEIRA** para exercer, no Gabinete do Primeiro-Secretário, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete, CNE-09, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

TORNAR SEM EFEITO o Ato de 2 de outubro de 2006, publicado no *Diário da Câmara dos Deputados* do dia 3 subsequente, que nomeou **MANOEL CARLOS LYRA DE MELO** para exercer, no Gabinete do Líder do Partido Democrático Trabalhista, o cargo em comissão de Assessor Técnico Adjunto D, CNE-14, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea “a”, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, resolve:

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **DANIELE DE SOUZA LIRA**, ponto nº 114.509, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto C, CNE-13, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Primeiro-Secretário.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **DAVID DE SÁ FONTES**, ponto nº 117.761, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto B, CNE-11, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

tados, que exerce no Gabinete do Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **JOSÉ MARIA CHAVES PINHEIRO LOPES**, ponto nº 118.685, do cargo em comissão de Assessor Técnico, CNE-07, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce na Procuradoria Parlamentar.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **LUIZA MARIA VIEIRA BASTOS DE ALMEIDA**, ponto nº 117.969, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete, CNE-09, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **PATRICIA DAHER RODRIGUES SANTIAGO**, ponto nº 116.052, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete, CNE-09, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce na Procuradoria Parlamentar.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **PRISCILA VERISSIMO DE SOUZA**, ponto nº 118.699, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto C, CNE-13, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Quarto-Secretário.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **SELVA DE ALMEIDA SENA**, ponto nº 114.109, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **WALTER GUALBERTO DE BRITO**, ponto nº 117.290, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto B, CNE-11, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exercia no Gabinete do Quarto-Secretário, a partir de 11 de outubro do corrente ano.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, alínea "a", do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, o artigo 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e o disposto no Ato da Mesa nº 86, de 12 de setembro de 2006, resolve:

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei nº 8.112, de 1990, **ANGELICA DE FIGUEIREDO VIELLA DE ANDRADE** para exercer, no Gabinete do Segundo-Secretário, o cargo em comissão de Assessor

Técnico Adjunto B, CNE-10, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei nº 8.112, de 1990, **CARLOS FREDERICO MARTINS BANDEIRA** para exercer, no Gabinete do Líder do Partido Progressista, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei nº 8.112, de 1990, **DANIELE DE SOUZA LIRA** para exercer, no Gabinete do Primeiro-Secretário, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto B, CNE-11, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei nº 8.112, de 1990, **DAVID DE SÁ FONTES** para exercer, no Gabinete do Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete, CNE-09, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei nº 8.112, de 1990, **ELIZETE LIONEL** para exercer, no Gabinete do Segundo-Secretário, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto B, CNE-11, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei nº 8.112, de 1990, **ESTEFÂNIO DOS SANTOS CASTRO** para exercer, na Comissão de Defesa do Consumidor, da Coordenação de Comissões Permanentes, do Departamento de Comissões, o cargo em comissão de Assessor Técnico Adjunto C, CNE-12, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei nº 8.112, de 1990, **EVANIO ALVES PIRES** para exercer, no Gabinete do Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto B, CNE-11, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei nº 8.112, de 1990, **FABIANO DE ALMEIDA E SILVA** para exercer, no Gabinete do Segundo-Secretário, o cargo em comissão de Assessor Técnico Adjunto B, CNE-10, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei nº 8.112, de 1990, **FRANCISCO CASTRO NETO** para exercer, na Procuradoria Parlamentar, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete, CNE-09, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei nº 8.112, de 1990, **GANDHI GOUVEIA BELO DA SILVA** para exercer, no Gabinete do Segundo-Secretário, o cargo em comissão de Assistente Técnico de

Gabinete, CNE-09, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei nº 8.112, de 1990, **LORENA MOREIRA DA SILVA** para exercer, no Gabinete do Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o cargo em comissão de Assessor Técnico Adjunto C, CNE-12, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei nº 8.112, de 1990, **LUIZA MARIA VIEIRA BASTOS DE ALMEIDA** para exercer, no Gabinete do Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o cargo em comissão de Secretário Particular, CNE-09, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA CLARA DE BARROS CORREIA DANTAS** para exercer, no Gabinete do Primeiro-Secretário, o cargo em comissão de Secretário Particular, CNE-07, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA NORMA DANTAS DOURADO DE FARIA** para exercer, no Gabinete do Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei nº 8.112, de 1990, **MICHELLE SOUSA VERAS** para exercer, no Gabinete do Líder do Partido Trabalhista Brasileiro, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei nº 8.112, de 1990, **NEY EVANGELISTA TAVARES** para exercer, na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, da Coordenação de Comissões Permanentes, do Departamento de Comissões, o cargo em comissão de Assessor Técnico

Adjunto C, CNE-12, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei nº 8.112, de 1990, **PATRICIA DAHER RODRIGUES SANTIAGO** para exercer, na Procuradoria Parlamentar, o cargo em comissão de Assessor Técnico, CNE-07, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei nº 8.112, de 1990, **PAULIANE MARIA BRANDÃO ALCÂNTARA** para exercer, no Gabinete do Líder do Partido Progressista, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto B, CNE-11, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei nº 8.112, de 1990, **PEDRO HENRIQUE GEISEL** para exercer, no Gabinete do Líder do Partido Progressista, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei nº 8.112, de 1990, **PRISCILA VERÍSSIMO DE SOUZA** para exercer, no Gabinete do Quarto-Secretário, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto B, CNE-11, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei nº 8.112, de 1990, **RODRIGO AUGUSTO CHAVES BELO DA SILVA** para exercer, no Gabinete do Segundo-Secretário, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete, CNE-09, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei nº 8.112, de 1990, **WALTER GUALBERTO DE BRITO** para exercer, no Gabinete do Quarto-Secretário, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto C, CNE-13, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

Câmara dos Deputados, 5 de outubro de 2006.
– Deputado **Aldo Rebelo**, Presidente

MESA DIRETORA

Presidente:

ALDO REBELO - PCdoB - SP

1º Vice-Presidente:

JOSÉ THOMAZ NONÔ - PFL - AL

2º Vice-Presidente:

CIRO NOGUEIRA - PP - PI

1º Secretário:

INOCÊNCIO OLIVEIRA - PL - PE

2º Secretário:

NILTON CAPIXABA - PTB - RO

3º Secretário:

EDUARDO GOMES - PSDB - TO

4º Secretário:

JOÃO CALDAS - PL - AL

1º Suplente de Secretário:

GIVALDO CARIMBÃO - PSB - AL

2º Suplente de Secretário:

JORGE ALBERTO - PMDB - SE

3º Suplente de Secretário:

GERALDO RESENDE - PPS - MS

4º Suplente de Secretário:

MÁRIO HERINGER - PDT - MG

LÍDERES E VICE-LÍDERES

PT

Líder: HENRIQUE FONTANA

Vice-Líderes:

Fernando Ferro (1º Vice), Angela Guadagnin, Anselmo, Carlito Meres, Luiz Couto, Luiz Sérgio, Maria do Carmo Lara, Maurício Rands, Nilson Mourão, Marco Maia, Professor Luizinho, Ricardo Berzoini, Zezéu Ribeiro, Dr. Rosinha, Orlando Desconsi, Tarcísio Zimmermann, Selma Schons, César Medeiros, Luciano Zica, Mauro Passos e Terezinha Fernandes.

PMDB

Líder: WILSON SANTIAGO

Vice-Líderes:

Mendes Ribeiro Filho, Benjamin Maranhão, Asdrubal Bentes, Adelor Vieira, Carlos Eduardo Cadoca, Leandro Vilela, Osmar Serraglio, Mauro Benevides, Zé Gerardo, Pedro Novais, Wladimir Costa, Eliseu Padilha, Jorge Alberto, Hermes Parcianello, Marcelo Castro, Gervásio Oliveira, Gastão Vieira, Marcello Siqueira e João Matos.

PFL

Líder: RODRIGO MAIA

Vice-Líderes:

Kátia Abreu (1º Vice), Luiz Carlos Santos, José Rocha, Antonio Carlos Magalhães Neto, Onyx Lorenzoni, Pauderney Avelino, José Carlos Machado, Moroni Torgan, Corauci Sobrinho, Félix Mendonça, Júlio Cesar, Alberto Fraga, Murilo Zauith, Ronaldo Caiado, Eduardo Sciarra, Roberto Brant e Nice Lobão.

PSDB

Líder: JUTAHY JUNIOR

Vice-Líderes:

Bismarck Maia (1º Vice), Ronaldo Dimas (Licenciado), Antonio Carlos Mendes Thame, Antonio Carlos Pannunzio, Eduardo Barbosa, Nilson Pinto, Zulaiê Cobra, Júlio Redecker, Alberto Goldman, Paulo Bauer, Bosco Costa, Gonzaga Mota, Leonardo Vilela, Arnaldo Madeira e Thelma de Oliveira.

PP

Líder: MÁRIO NEGROMONTE

Vice-Líderes:

Benedito de Lira (1º Vice), Nélio Dias, Feu Rosa, Romel Anizio, João Pizzolatti, Francisco Dornelles, Francisco Appio, Roberto

Balestra, Julio Lopes, Darci Coelho, Antonio Cruz, Professor Irapuan Teixeira e Pedro Henry.

PTB

Líder: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Vice-Líderes:

Fleury (1º Vice), Ricarte de Freitas, Arnaldo Faria de Sá, Nelson Marquezelli, Eduardo Seabra, Josué Bengtson, Pastor Reinaldo, Paes Landim, Jackson Barreto, Jovair Arantes e Edir Oliveira.

PL

Líder: LUCIANO CASTRO

Vice-Líderes:

José Carlos Araújo (1º Vice), Almir Sá, Lincoln Portela, Sandro Mabel, Giacobbo, Humberto Michiles, Coronel Alves, Milton Monti e Reinaldo Betão.

PSB

Líder: ALEXANDRE CARDOSO

Vice-Líderes:

Dr. Ribamar Alves (1º Vice), Luiza Erundina, Marcondes Gadelha, Mário Assad Júnior, Renato Casagrande e Sandra Rosado.

PDT

Líder: MIRO TEIXEIRA

Vice-Líderes:

Álvaro Dias (1º Vice), Manato, Pompeo de Mattos, João Fontes e André Figueiredo.

PPS

Líder: FERNANDO CORUJA

Vice-Líderes:

Cláudio Magrão, Cezar Silvestri, Colbert Martins e Rogério Teófilo.

PCdoB

Líder: INÁCIO ARRUDA

Vice-Líderes:

Jamil Murad, Vanessa Grazziotin e Agnelo Queiroz.

PV

Líder: JOVINO CÂNDIDO

Vice-Líderes:

Fernando Gabeira e Sarney Filho.

PSOL

Líder: CHICO ALENCAR

Vice-Líderes:

Luciana Genro (1º Vice) e Ivan Valente.

PSC

Líder: PASTOR AMARILDO

Vice-Líderes:

Zequinha Marinho.

Parágrafo 4º, Artigo 9º do RICD

PRONA

Repr.: ENÉAS

PTC

Repr.: CARLOS WILLIAN

Liderança do Governo

Líder: ARLINDO CHINAGLIA

Vice-Líderes:

Beto Albuquerque, Sigmaringa Seixas, Vicente Cascione e Renildo Calheiros.

Liderança da Minoria

Líder: JOSÉ CARLOS ALELUIA

DEPUTADOS EM EXERCÍCIO**Roraima**

Alceste Almeida - PTB
Almir Sá - PL
Dr. Rodolfo Pereira - PDT
Francisco Rodrigues - PFL
Luciano Castro - PL
Maria Helena - PSB
Pastor Frankembergen - PTB
Suely Campos - PP

Amapá

Badu Picanço - PL
Coronel Alves - PL
Davi Alcolumbre - PFL
Dr. Benedito Dias - PP
Eduardo Seabra - PTB
Evandro Milhomen - PCdoB
Gervásio Oliveira - PMDB
Hélio Esteves - PT

Pará

Anivaldo Vale - PSDB
Ann Pontes - PMDB
Asdrubal Bentes - PMDB
Babá - PSOL
Jader Barbalho - PMDB
José Priante - PMDB
Josué Bengtson - PTB
Nicias Ribeiro - PSDB
Nilson Pinto - PSDB
Raimundo Santos - PL
Socorro Gomes - PCdoB
Vic Pires Franco - PFL
Wladimir Costa - PMDB
Zé Geraldo - PT
Zé Lima - PP
Zenaldo Coutinho - PSDB
Zequinha Marinho - PSC

Amazonas

Átila Lins - PMDB
Carlos Souza - PP
Francisco Garcia - PP
Humberto Michiles - PL
Lupércio Ramos - PMDB
Pauderney Avelino - PFL
Silas Câmara - PTB
Vanessa Grazziotin - PCdoB

Rondônia

Agnaldo Muniz - PP
Anselmo - PT
Eduardo Valverde - PT
Hamilton Casara - PSDB
Marinha Raupp - PMDB
Miguel de Souza - PL
Natan Donadon - PMDB
Nilton Capixaba - PTB

Acre

Chicão Brígido - PMDB
Henrique Afonso - PT
João Correia - PMDB
João Tota - PP
Júnior Betão - PL
Nilson Mourão - PT
Perpétua Almeida - PCdoB
Zico Bronzeado - PT

Tocantins

Ana Alencar - PSDB
Darci Coelho - PP
Eduardo Gomes - PSDB
Homero Barreto - PTB

Kátia Abreu - PFL
Maurício Rabelo - PL
Osvaldo Reis - PMDB
Pastor Amarildo - PSC

Maranhão

Albérico Filho - PMDB
Antonio Joaquim - PSDB
César Bandeira - PFL
Clóvis Fecury - PFL
Costa Ferreira - PSC
Dr. Ribamar Alves - PSB
Gastão Vieira - PMDB
João Castelo - PSDB
Luciano Leitoa - PSB
Neiva Moreira - PDT
Nice Lobão - PFL
Pedro Fernandes - PTB
Pedro Novais - PMDB
Remi Trinta - PL
Sarney Filho - PV
Sebastião Madeira - PSDB
Terezinha Fernandes - PT
Wagner Lago - PDT

Ceará

Almeida de Jesus - PL
André Figueiredo - PDT
Aníbal Gomes - PMDB
Antonio Cambraia - PSDB
Ariosto Holanda - PSB
Arnon Bezerra - PTB
Bismarck Maia - PSDB
Eunício Oliveira - PMDB
Gonzaga Mota - PSDB
Inácio Arruda - PCdoB
João Alfredo - PSOL
José Linhares - PP
José Pimentel - PT
Léo Alcântara - PSDB
Manoel Salviano - PSDB
Marcelo Teixeira - PSDB
Mauro Benevides - PMDB
Moroni Torgan - PFL
Pastor Pedro Ribeiro - PMDB
Raimundo Gomes de Matos - PSDB
Vicente Arruda - PSDB
Zé Gerardo - PMDB

Piauí

Átila Lira - PSDB
B. Sá - PSB
Ciro Nogueira - PP
Júlio Cesar - PFL
Marcelo Castro - PMDB
Moraes Souza - PMDB
Mussa Demes - PFL
Nazareno Fonteles - PT
Paes Landim - PTB
Simplício Mário - PT

Rio Grande do Norte

Álvaro Dias - PDT
Betinho Rosado - PFL
Fátima Bezerra - PT
Henrique Eduardo Alves - PMDB
Iberê Ferreira - PSB
Nélio Dias - PP
Ney Lopes - PFL
Sandra Rosado - PSB

Paraíba

Benjamin Maranhão - PMDB
Carlos Dunga - PTB
Domiciano Cabral - PSDB

Enivaldo Ribeiro - PP
Lúcia Braga - PMDB
Luiz Couto - PT
Marcondes Gadelha - PSB
Philemon Rodrigues - PTB
Ricardo Rique - PL
Ronaldo Cunha Lima - PSDB
Wellington Roberto - PL
Wilson Santiago - PMDB

Pernambuco

André de Paula - PFL
Armando Monteiro - PTB
Carlos Batata - PFL
Carlos Eduardo Cadoca - PMDB
Eduardo Campos - PSB
Fernando Ferro - PT
Gonzaga Patriota - PSB
Inocêncio Oliveira - PL
Joaquim Francisco - PFL
Joel de Hollanda - PFL
Jorge Gomes - PSB
José Chaves - PTB
José Mendonça Bezerra - PFL
José Múcio Monteiro - PTB
Luiz Piauhyllino - PDT
Marcos de Jesus - S.PART.
Maurício Rands - PT
Osvaldo Coelho - PFL
Pastor Francisco Olímpio - PSB
Paulo Rubem Santiago - PT
Raul Jungmann - PPS
Renildo Calheiros - PCdoB
Roberto Freire - PPS
Roberto Magalhães - PFL
Salatiel Carvalho - PFL

Alagoas

Benedito de Lira - PP
Givaldo Carimbão - PSB
Helenildo Ribeiro - PSDB
João Caldas - PL
João Lyra - PTB
Jorge Vi - PSC
José Thomaz Nonô - PFL
Maurício Quintella Lessa - PDT
Rogério Teófilo - PPS

Sergipe

Bosco Costa - PSDB
Cleonânicio Fonseca - PP
Helena Silva - PL
Jackson Barreto - PTB
João Fontes - PDT
Jorge Alberto - PMDB
José Carlos Machado - PFL
Mendonça Prado - PFL

Bahia

Alice Portugal - PCdoB
Antonio Carlos Magalhães Neto - PFL
Aroldo Cedraz - PFL
Claudio Cajado - PFL
Colbert Martins - PPS
Daniel Almeida - PCdoB
Edson Duarte - PV
Fábio Souto - PFL
Félix Mendonça - PFL
Fernando de Fabinho - PFL
Geddel Vieira Lima - PMDB
Gerson Gabrielli - PFL
Guilherme Menezes - PT
Jairo Carneiro - PFL
João Almeida - PSDB

João Leão - PP
Jonival Lucas Junior - PTB
Jorge Khoury - PFL
José Carlos Aleluia - PFL
José Carlos Araújo - PL
José Rocha - PFL
Josias Gomes - PT
Jutahy Junior - PSDB
Luiz Alberto - PT
Luiz Bassuma - PT
Luiz Carreira - PFL
Marcelo Guimarães Filho - PFL
Mário Negromonte - PP
Milton Barbosa - PSC
Nelson Pellegrino - PT
Paulo Magalhães - PFL
Pedro Irujo - PMDB
Reginaldo Germano - PP
Robério Nunes - PFL
Roland Lavigne - PSDB
Severiano Alves - PDT
Walter Pinheiro - PT
Zelinda Novaes - PFL
Zezéu Ribeiro - PT

Minas Gerais

Ademir Camilo - PDT
Ana Guerra - PT
Aracely de Paula - PL
Bonifácio de Andrada - PSDB
Cabo Júlio - PMDB
Carlos Melles - PFL
Carlos Mota - PSB
Carlos Willian - PTC
César Medeiros - PT
Custódio Mattos - PSDB
Dr. Francisco Gonçalves - PPS
Edmar Moreira - PFL
Eduardo Barbosa - PSDB
Eliseu Resende - PFL
Fernando Diniz - PMDB
Geraldo Thadeu - PPS
Gilmar Machado - PT
Herculano Anghinetti - PP
Isaías Silvestre - PSB
Ivo José - PT
Jaime Martins - PL
João Magalhães - PMDB
João Magno - PT
João Paulo Gomes da Silva - PSB
José Militão - PTB
José Santana de Vasconcellos - PL
Júlio Delgado - PSB
Lael Varella - PFL
Leonardo Mattos - PV
Leonardo Monteiro - PT
Lincoln Portela - PL
Marcello Siqueira - PMDB
Márcio Reinaldo Moreira - PP
Maria do Carmo Lara - PT
Mário Assad Júnior - PSB
Mário Heringer - PDT
Mauro Lopes - PMDB
Narcio Rodrigues - PSDB
Odair Cunha - PT
Osmânio Pereira - PTB
Paulo Delgado - PT
Rafael Guerra - PSDB
Reginaldo Lopes - PT
Roberto Brant - PFL
Romel Anizio - PP

Romeu Queiroz - PTB
Saraiva Felipe - PMDB
Sérgio Miranda - PDT
Silas Brasileiro - PMDB
Vadinho Baião - PT
Virgílio Guimarães - PT
Vittorio Mediolani - PV

Espírito Santo

Feu Rosa - PP
Iriy Lopes - PT
Jair de Oliveira - PMDB
Manato - PDT
Marcus Vicente - PTB
Neucimar Fraga - PL
Nilton Baiano - PP
Renato Casagrande - PSB
Ricardo Santos - PSDB
Rose de Freitas - PMDB

Rio de Janeiro

Alexandre Cardoso - PSB
Alexandre Santos - PMDB
Almerinda de Carvalho - PMDB
Almir Moura - PFL
André Costa - PDT
Antonio Carlos Biscaia - PT
Arolde de Oliveira - PFL
Bernardo Ariston - PMDB
Carlos Nader - PL
Carlos Santana - PT
Chico Alencar - PSOL
Deley - PSC
Dr. Heleno - PSC
Edson Ezequiel - PMDB
Eduardo Cunha - PMDB
Eduardo Paes - PSDB
Elaine Costa - PTB
Fernando Gabeira - PV
Fernando Gonçalves - PTB
Fernando Lopes - PMDB
Francisco Dornelles - PP
Itamar Serpa - PSDB
Jair Bolsonaro - PP
Jandira Feghali - PCdoB
João Mendes de Jesus - S.PART.
Jorge Bittar - PT
José Divino - S.PART.
Josias Quintal - PSB
Juíza Denise Frossard - PPS
Julio Lopes - PP
Laura Carneiro - PFL
Leonardo Picciani - PMDB
Luiz Sérgio - PT
Miro Teixeira - PDT
Moreira Franco - PMDB
Nelson Bornier - PMDB
Paulo Baltazar - PSB
Paulo Feijó - PSDB
Reinaldo Betão - PL
Reinaldo Gripp - PL
Renato Cozzolino - PDT
Rodrigo Maia - PFL
Ronaldo Cezar Coelho - PSDB
Sandro Matos - PTB
Simão Sessim - PP
Vieira Reis - S.PART.

São Paulo

Alberto Goldman - PSDB
Aldo Rebelo - PCdoB
Amauri Gasques - PL
Angela Guadagnin - PT

Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB
Antonio Carlos Pannunzio - PSDB
Arlindo Chinaglia - PT
Arnaldo Faria de Sá - PTB
Arnaldo Madeira - PSDB
Ary Kara - PTB
Carlos Sampaio - PSDB
Celso Russomanno - PP
Cláudio Magrão - PPS
Corauci Sobrinho - PFL
Delfim Netto - PMDB
Devanir Ribeiro - PT
Dimas Ramalho - PPS
Dr. Pinotti - PFL
Durval Orlato - PT
Edinho Montemor - PSB
Edna Macedo - PTB
Elimar Máximo Damasceno - PRONA
Enéas - PRONA
Fernando Estima - PPS
Fleury - PTB
Gilberto Nascimento - PMDB
Iara Bernardi - PT
Ildeu Araujo - PP
Ivan Valente - PSOL
Jamil Murad - PCdoB
Jefferson Campos - PTB
João Batista - PP
João Herrmann Neto - PDT
João Paulo Cunha - PT
José Eduardo Cardozo - PT
José Mentor - PT
Jovino Cândido - PV
Julio Semeghini - PSDB
Lobbe Neto - PSDB
Luciano Zica - PT
Luiz Carlos Santos - PFL
Luiz Eduardo Greenhalgh - PT
Luiza Erundina - PSB
Marcelo Ortiz - PV
Marcos Abramo - PP
Mariângela Duarte - PT
Medeiros - PL
Michel Temer - PMDB
Milton Monti - PL
Nelson Marquezelli - PTB
Neuton Lima - PTB
Orlando Fantazzini - PSOL
Paulo Lima - PMDB
Professor Irapuan Teixeira - PP
Professor Luizinho - PT
Ricardo Berzoini - PT
Ricardo Izar - PTB
Roberto Gouveia - PT
Robson Tuma - PFL
Salvador Zimbaldi - PSB
Telma de Souza - PT
Vadão Gomes - PP
Vanderlei Assis - PP
Vicente Cascione - PTB
Vicentino - PT
Walter Barelli - PSDB
Walter Feldman - PSDB
Wanderval Santos - PL
Xico Graziano - PSDB
Zulaiê Cobra - PSDB

Mato Grosso

Carlos Abicalil - PT
Celcita Pinheiro - PFL
Lino Rossi - PP

Pedro Henry - PP
Ricarte de Freitas - PTB
Teté Bezerra - PMDB
Thelma de Oliveira - PSDB
Wellington Fagundes - PL

Distrito Federal

Agnelo Queiroz - PCdoB
Alberto Fraga - PFL
Jorge Pinheiro - PL
José Roberto Arruda - PFL
Maninha - PSOL
Sigmaringa Seixas - PT
Tadeu Filippelli - PMDB
Tatico - PTB

Goiás

Barbosa Neto - PSB
Carlos Alberto Leréia - PSDB
Enio Tatico - PTB
João Campos - PSDB
Jovair Arantes - PTB
Leandro Vilela - PMDB
Leonardo Vilela - PSDB
Luiz Bittencourt - PMDB
Neyde Aparecida - PT
Pedro Chaves - PMDB
Professora Raquel Teixeira - PSDB
Roberto Balestra - PP
Ronaldo Caiado - PFL
Rubens Otoni - PT
Sandes Júnior - PP
Sandro Mabel - PL
Vilmar Rocha - PFL

Mato Grosso do Sul

Antônio Carlos Biffi - PT
Antonio Cruz - PP
Geraldo Resende - PPS
João Grandão - PT
Murilo Zauith - PFL
Nelson Trad - PMDB
Vander Loubet - PT
Waldemir Moka - PMDB

Paraná

Abelardo Lupion - PFL
Affonso Camargo - PSDB
Airton Roveda - PPS
Alex Canziani - PTB
André Zacharow - PMDB
Assis Miguel do Couto - PT
Cezar Silvestri - PPS
Chico da Princesa - PL
Colombo - PT
Dilceu Sperafico - PP
Dr. Rosinha - PT
Dra. Clair - PT
Eduardo Sciarra - PFL
Giacobo - PL
Gustavo Fruet - PSDB
Hermes Parcianello - PMDB
Iris Simões - PTB
José Janene - PP
Luiz Carlos Haully - PSDB
Max Rosenmann - PMDB
Moacir Micheletto - PMDB
Nelson Meurer - PP
Odílio Balbinotti - PMDB
Oliveira Filho - PL
Osmar Serraglio - PMDB
Reinhold Stephanes - PMDB
Ricardo Barros - PP
Selma Schons - PT

Takayama - PMDB
Vitorassi - PT

Santa Catarina

Adelor Vieira - PMDB
Carlito Meres - PT
Edinho Bez - PMDB
Fernando Coruja - PPS
Gervásio Silva - PFL
Ivan Ranzolin - PFL
João Matos - PMDB
João Pizzolatti - PP
Jorge Boeira - PT
Leodegar Tiscoski - PP
Luci Choinacki - PT
Mauro Passos - PT
Paulo Afonso - PMDB
Paulo Bauer - PSDB
Vignatti - PT
Zonta - PP

Rio Grande do Sul

Adão Pretto - PT
Alceu Collares - PDT
Beto Albuquerque - PSB
Cezar Schirmer - PMDB
Darcísio Perondi - PMDB
Edir Oliveira - PTB
Eliseu Padilha - PMDB
Enio Bacci - PDT
Érico Ribeiro - PP
Francisco Appio - PP
Francisco Turra - PP
Henrique Fontana - PT
José Otávio Germano - PP
Júlio Redecker - PSDB
Kelly Moraes - PTB
Luciana Genro - PSOL
Luis Carlos Heinze - PP
Marco Maia - PT
Maria do Rosário - PT
Mendes Ribeiro Filho - PMDB
Nelson Proença - PPS
Onyx Lorenzoni - PFL
Orlando Desconsi - PT
Osmar Terra - PMDB
Oswaldo Biolchi - PMDB
Pastor Reinaldo - PTB
Paulo Gouvêa - PL
Paulo Pimenta - PT
Pompeo de Mattos - PDT
Tarcísio Zimmermann - PT
Yeda Crusius - PSDB

COMISSÕES PERMANENTES**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL**

Presidente: Abelardo Lupion (PFL)
 1º Vice-Presidente: Osvaldo Coelho (PFL)
 2º Vice-Presidente: João Grandão (PT)
 3º Vice-Presidente: Francisco Turra (PP)

Titulares

PT
 Adão Pretto
 Anselmo
 Assis Miguel do Couto
 João Grandão
 Josias Gomes
 Orlando Desconsi

Suplentes

Luci Choinacki
 Neyde Aparecida
 Odair Cunha
 Paulo Pimenta
 Vander Loubet
 Vignatti

PMDB

Darcísio Perondi
 Leandro Vilela
 Moacir Micheletto
 Odílio Balbinotti vaga do PTB
 Silas Brasileiro
 Waldemir Moka
 Zé Gerardo

Eliseu Padilha
 Jorge Alberto
 Olavo Calheiros (Licenciado)
 3 vagas

Bloco PFL, PRONA

Abelardo Lupion
 Carlos Batata vaga do PSOL
 Eduardo Sciarra
 Enéas vaga do PC do B
 Jairo Carneiro
 Kátia Abreu vaga do PV
 Onyx Lorenzoni vaga do PSC
 Osvaldo Coelho
 Ronaldo Caiado

Alberto Fraga
 Betinho Rosado vaga do PSOL
 Carlos Melles
 Félix Mendonça
 Ivan Ranzolin
 Lael Varella vaga do PC do B
 (Dep. do PPS ocupa a vaga)

PSDB

Leonardo Vilela
 Xico Graziano
 (Dep. do PP ocupa a vaga)
 (Dep. do PP ocupa a vaga)

Anivaldo Vale
 Antonio Carlos Mendes Thame
 Júlio Redecker
 Julio Semeghini

PP

Cleonânicio Fonseca vaga do PSDB
 Dilceu Sperafico vaga do PSDB
 Francisco Turra
 Luis Carlos Heinze
 Nélio Dias
 Roberto Balestra vaga do PTB
 Vadão Gomes vaga do PL
 Zonta

Darci Coelho
 Enivaldo Ribeiro vaga do PSC
 Érico Ribeiro
 Ricardo Barros
 Zé Lima

PTB

Carlos Dunga
 (Dep. do PMDB ocupa a vaga)
 (Dep. do PP ocupa a vaga)

Josué Bengtson
 Nelson Marquezelli
 Tatico

PL

Almir Sá
 Heleno Silva
 (Dep. do PP ocupa a vaga)

Maurício Rabelo
 Wellington Fagundes
 1 vaga

PSB

Iberê Ferreira
 Luciano Leitoa

Sandra Rosado
 1 vaga

PDT

Dr. Rodolfo Pereira
 Pompeo de Mattos

Enio Bacci
 1 vaga

PPS

Cezar Silvestri

Airton Roveda
vaga do Bloco PFL, PRONA
 Geraldo Resende

PC do B

(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)

(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)

PV

(Dep. do Bloco PFL, PRONA

Edson Duarte

ocupa a vaga)

PSOL

(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)

(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)

PSC

(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)

(Dep. do PP ocupa a vaga)

Secretário(a): Moizes Lobo da Cunha
 Local: Anexo II, Térreo, Ala C, sala 36
 Telefones: 3216-6403/6404/6406
 FAX: 3216-6415

COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Presidente: Miguel de Souza (PL)
 1º Vice-Presidente: Wellington Fagundes (PL)
 2º Vice-Presidente: Enio Bacci (PDT)
 3º Vice-Presidente: Maria Helena (PSB)

Titulares

PT
 Henrique Afonso
 Zé Geraldo
 Zico Bronzeado

Suplentes

Anselmo
 Eduardo Valverde
 Nilson Mourão

PMDB

Ann Pontes
 Fernando Lopes vaga do PTB
 Natan Donadon
 1 vaga

Átila Lins
 Gervásio Oliveira
 Lupércio Ramos
 Marinha Raupp vaga do PPS

Bloco PFL, PRONA

Arolde de Oliveira
 (Dep. do PSC ocupa a vaga)
 1 vaga

Júlio Cesar
 (Dep. do PL ocupa a vaga)
 (Dep. do PCdoB ocupa a vaga)

PSDB

Antonio Joaquim
 (Dep. do PL ocupa a vaga)

Anivaldo Vale
 Hamilton Casara vaga do PP
 Zenaldo Coutinho

PP

Agnaldo Muniz
 Carlos Souza

Suely Campos
 (Dep. do PSDB ocupa a vaga)

PTB

(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
 (Dep. do PCdoB ocupa a vaga)

Alceste Almeida
 (Dep. do PCdoB ocupa a vaga)

PL

Miguel de Souza
 Wanderval Santos vaga do PSDB
 Wellington Fagundes

Almir Sá vaga do Bloco PFL, PRONA
 Júnio Betão
 Raimundo Santos

PSB

Maria Helena

1 vaga

PDT

Enio Bacci

Dr. Rodolfo Pereira

PPS

1 vaga

(Dep. do PMDB ocupa a vaga)

PCdoB

Perpétua Almeida vaga do PTB

Socorro Gomes vaga do Bloco PFL, PRONA
 Vanessa Grazziotin vaga do PTB

PSC

vaga do Bloco PFL, PRONA
 Zequinha Marinho
 Secretário(a): Nilza Maria Ferreira Alves
 Local: Anexo II - Sala T- 59
 Telefones: 3216-6432
 FAX: 3216-6440

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Presidente: Vic Pires Franco (PFL)
 1º Vice-Presidente: Fábio Souto (PFL)
 2º Vice-Presidente: Jorge Bittar (PT)
 3º Vice-Presidente: Wladimir Costa (PMDB)

Titulares**PT****Suplentes**

Durval Orlato <small>vaga do PDT</small>	Angela Guadagnin	Telefones: 3216-6452 A 6458
Jorge Bittar	Fernando Ferro	FAX: 3216-6465
Mariângela Duarte	Guilherme Menezes	
Walter Pinheiro	Josias Gomes	
(Dep. do PP ocupa a vaga)	Vicentinho	
(Dep. do PL ocupa a vaga)	(Dep. do PSB ocupa a vaga)	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)		
	PMDB	
Adelor Vieira <small>vaga do PDT</small>	Eduardo Cunha	
Aníbal Gomes	Henrique Eduardo Alves	
Eunício Oliveira	João Magalhães	
Gilberto Nascimento	Takayama	
Jader Barbalho	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	
Nelson Bornier	1 vaga	
Pedro Irujo <small>vaga do PT</small>		
Wladimir Costa		
	Bloco PFL, PRONA	
Almir Moura <small>vaga do PTB</small>	Arolde de Oliveira	
Coraucci Sobrinho	César Bandeira <small>vaga do PMDB</small>	
Davi Alcolumbre	Eduardo Sciarra	
Fábio Souto	Murilo Zauith	
José Mendonça Bezerra	Robson Tuma	
José Rocha <small>vaga do PSC</small>	(Dep. S.PART. ocupa a vaga)	
Júlio Cesar <small>vaga do PTB</small>		
Vic Pires Franco		
	PSDB	
Alberto Goldman	Lobbe Neto	
Gustavo Fruet	Manoel Salviano	
Julio Semeghini	Professora Raquel Teixeira	
Narcio Rodrigues	Zenaldo Coutinho	
	PP	
João Batista	Antonio Cruz	
Lino Rossi <small>vaga do PT</small>	Francisco Garcia	
Marcos Abramo	Romel Anizio	
Ricardo Barros	Vanderlei Assis	
Sandes Júnior		
	PTB	
Silas Câmara	Amon Bezerra	
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	Iris Simões	
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	Philemon Rodrigues	
	PL	
Badu Picanço	Almeida de Jesus	
Carlos Nader	Amauri Gasques	
Maurício Rabelo <small>vaga do PT</small>	Remi Trinta	
Raimundo Santos		
	PSB	
Luiza Erundina	Ariosto Holanda	
(Dep. S.PART. ocupa a vaga)	Mário Assad Júnior	
	Salvador Zimbaldi <small>vaga do PT</small>	
	PDT	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Ademir Camilo	
(Dep. do PT ocupa a vaga)	Luiz Piauhyllino	
	PPS	
Nelson Proença	Raul Jungmann	
	PC do B	
Renildo Calheiros	Jandira Feghali	
	PV	
Jovino Cândido	Leonardo Mattos	
	PSOL	
Orlando Fantazzini	Ivan Valente	
	PSC	
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	Zequinha Marinho	
	S.PART.	
João Mendes de Jesus <small>vaga do PSB</small>	Marcos de Jesus <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small>	
Secretário(a): Myriam Gonçalves Teixeira de Oliveira		
Local: Anexo II, Térreo, Ala A, sala 49		
		COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA
		Presidente: Sigmaringa Seixas (PT)
		1º Vice-Presidente: José Eduardo Cardozo (PT)
		2º Vice-Presidente: Osmar Serraglio (PMDB)
		3º Vice-Presidente: Mendonça Prado (PFL)
		Titulares
	PT	Suplentes
	Antonio Carlos Biscaia	Antônio Carlos Biffi
	João Paulo Cunha	Carlos Abicalil
	José Eduardo Cardozo	Devanir Ribeiro
	Luiz Couto	Fátima Bezerra
	Maurício Rands	Iara Bernardi
	Nelson Pellegrino	Iriny Lopes
	Odair Cunha	José Mentor
	Ricardo Berzoini	José Pimentel
	Rubens Otoni	Luciano Zica
	Sigmaringa Seixas	Luiz Eduardo Greenhalgh
	PMDB	
	Cezar Schirmer	André Zacharow
	Leonardo Picciani	Aníbal Gomes
	Mendes Ribeiro Filho	Ann Pontes
	Michel Temer	Cabo Júlio
	Nelson Trad	Gilberto Nascimento
	Osmar Serraglio	Mauro Benevides
	Paulo Lima	Odílio Balbinotti
	Wilson Santiago	Paulo Afonso
	(Dep. do PDT ocupa a vaga)	Pedro Irujo
	1 vaga	1 vaga
	Bloco PFL, PRONA	
	André de Paula <small>vaga do PP</small>	Almir Moura
	Antonio Carlos Magalhães Neto	Enéas
	Edmar Moreira	Moroni Torgan
	Ivan Ranzolin <small>vaga do PSC</small>	Onyx Lorenzoni
	Luiz Carlos Santos	Pauderney Avelino
	Mendonça Prado	Vic Pires Franco
	Ney Lopes	2 vagas
	Paulo Magalhães	
	Roberto Magalhães	
	Robson Tuma	
	Vilmar Rocha <small>vaga do PSOL</small>	
	PSDB	
	Bosco Costa	Antonio Carlos Pannunzio
	João Almeida	Bonifácio de Andrada
	João Campos <small>vaga do PP</small>	Carlos Sampaio
	Ronaldo Cunha Lima	Custódio Mattos
	Vicente Arruda	Helenildo Ribeiro
	Zenaldo Coutinho	Léo Alcântara
	Zulaiê Cobra	
	PP	
	Darci Coelho	Agnaldo Muniz
	Jair Bolsonaro	Celso Russomanno
	Professor Irapuan Teixeira	Herculano Anghinetti
	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	José Otávio Germano
	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	Marcos Abramo
	(Dep. do PL ocupa a vaga)	Sandes Júnior
	PTB	
	Edna Macedo	Ary Kara
	Jefferson Campos	Enio Tatico
	João Lyra	Flery
	Paes Landim	Jackson Barreto
	Vicente Cascione	1 vaga
	PL	
	Almeida de Jesus	Coronel Alves
	Humberto Michiles	Giacofo
	Neucimar Fraga	Jaime Martins
	Sandro Mabel <small>vaga do PP</small>	José Carlos Araújo

1 vaga					
Alexandre Cardoso	PSB	João Paulo Gomes da Silva			
Renato Casagrande		Marcondes Gadelha			
Sandra Rosado		Pastor Francisco Olímpio			
Luiz Piauhyllino <small>vaga do PMDB</small>	PDT	João Fontes			
Sérgio Miranda		Severiano Alves			
Wagner Lago					
Colbert Martins	PPS	Dr. Francisco Gonçalves			
Roberto Freire		Fernando Coruja			
Jamil Murad	PC do B	Alice Portugal			
Marcelo Ortiz	PV	Sarney Filho			
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	PSOL	Chico Alencar			
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	PSC	Pastor Amarildo			
(Dep. S.PART. ocupa a vaga)	PRB	(Dep. S.PART. ocupa a vaga)			
José Divino <small>vaga do PRB</small>	S.PART.	Vieira Reis <small>vaga do PRB</small>			
Secretário(a): Rejane Saete Marques					
Local: Anexo II, Térreo, Ala , sala 21					
Telefones: 3216-6494					
FAX: 3216-6499					
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR					
Presidente: Iris Simões (PTB)					
1º Vice-Presidente: Jonival Lucas Junior (PTB)					
2º Vice-Presidente: Júlio Delgado (PSB)					
3º Vice-Presidente: Gervásio Oliveira (PMDB)					
Titulares			Suplentes		
Ana Guerra	PT	João Grandão			
Selma Schons		Maria do Carmo Lara			
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)		Simplicio Mário			
1 vaga		(Dep. do PMDB ocupa a vaga)			
Chicão Brígido	PMDB	Edinho Bez <small>vaga do PT</small>			
Gervásio Oliveira		Leandro Vilela <small>vaga do PPS</small>			
Luiz Bittencourt <small>vaga do PT</small>		Max Rosenmann			
Pastor Pedro Ribeiro		Paulo Lima			
		Wladimir Costa			
Bloco PFL, PRONA					
Marcelo Guimarães Filho		Fernando de Fabinho			
Robério Nunes		Kátia Abreu			
(Dep. do PTB ocupa a vaga)		Mussa Demes			
Carlos Sampaio	PSDB	Vicente Arruda			
(Dep. do PTB ocupa a vaga)		Yeda Crusius			
Antonio Cruz	PP	Julio Lopes			
Celso Russomanno		(Dep. do PTB ocupa a vaga)			
Zé Lima <small>vaga do PL</small>					
Fleury <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small>	PTB	Alex Canziani			
Iris Simões		Paes Landim <small>vaga do PL</small>			
Jonival Lucas Junior		Ricardo Izar			
Osmânio Pereira <small>vaga do PSDB</small>		Sandro Matos <small>vaga do PP</small>			
José Carlos Araújo	PL	Reinaldo Betão			
(Dep. do PP ocupa a vaga)		(Dep. do PTB ocupa a vaga)			
Júlio Delgado	PSB	Givaldo Carimbão			
Renato Cozzolino	PDT	Enio Bacci			
Dimas Ramalho	PPS	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)			
Secretário(a): Lilian de Cássia Albuquerque Santos					
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 152					
Telefones: 3216-6920 A 6922					
FAX: 3216-6925					
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO					
Presidente: Anivaldo Vale (PSDB)					
1º Vice-Presidente: Júlio Redecker (PSDB)					
2º Vice-Presidente: Fernando de Fabinho (PFL)					
3º Vice-Presidente: Nelson Marquzezelli (PTB)					
Titulares			Suplentes		
Jorge Boeira	PT	Jorge Bittar			
Reginaldo Lopes		Luiz Alberto			
1 vaga		Rubens Otoni			
Bernardo Ariston	PMDB	Carlos Eduardo Cadoca			
Edson Ezequiel		Lupércio Ramos			
Paulo Afonso		(Dep. do PTB ocupa a vaga)			
Bloco PFL, PRONA					
Fernando de Fabinho		Davi Alcolumbre			
Joaquim Francisco		Gerson Gabrielli			
Joel de Hollanda <small>vaga do PTC</small>					
Ana Alencar <small>vaga do PDT</small>	PSDB	Gonzaga Mota			
Anivaldo Vale		Yeda Crusius			
Júlio Redecker					
Léo Alcântara <small>vaga do PP</small>					
Ronaldo Dimas (Licenciado) <small>vaga do PSB</small>	PP	Dr. Benedito Dias			
Ildu Araujo		Vadão Gomes			
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	PTB	Armando Monteiro			
Nelson Marquzezelli		Romeu Queiroz <small>vaga do PMDB</small>			
1 vaga	PL	Reinaldo Betão <small>vaga do PSB</small>			
		Sandro Mabel			
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	PSB	(Dep. do PL ocupa a vaga)			
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	PDT	André Figueiredo			
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	PTC				
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)					1 vaga
Secretário(a): Aparecida de Moura Andrade					
Local: Anexo II, Térreo, Ala A, sala T33					
Telefones: 3216-6601 A 6609					
FAX: 3216-6610					
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO					
Presidente: João Leão (PP)					
1º Vice-Presidente: Romel Anizio (PP)					
2º Vice-Presidente: Custódio Mattos (PSDB)					
3º Vice-Presidente: Laura Carneiro (PFL)					
Titulares			Suplentes		
Maria do Carmo Lara	PT	João Magno			
Zezeu Ribeiro		Roberto Gouveia			
(Dep. do PP ocupa a vaga)		Vitorassi			

<p>PMDB</p> <p>Marinha Raupp (Dep. do PP ocupa a vaga) (Dep. do PTB ocupa a vaga)</p> <p>Laura Carneiro Murilo Zauith (Dep. do PCdoB ocupa a vaga)</p> <p>Custódio Mattos Walter Feldman</p> <p>Benedito de Lira <small>vaga do PMDB</small> João Leão <small>vaga do PT</small> João Tota <small>vaga do PL</small> Julio Lopes Romel Anizio</p> <p>Jackson Barreto José Chaves Pedro Fernandes <small>vaga do PMDB</small></p> <p>(Dep. do PP ocupa a vaga)</p> <p>Barbosa Neto</p> <p>1 vaga</p> <p>Inácio Arruda <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small></p> <p>Secretário(a): Romulo de Sousa Mesquita Local: Anexo II, Pavimento Superior, Ala C, Sala 188 Telefones: 3216-6551/ 6554 FAX: 3216-6560</p> <p>COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS Presidente: Luiz Eduardo Greenhalgh (PT) 1º Vice-Presidente: Luiz Alberto (PT) 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente: Reinaldo Betão (PL)</p> <p>Titulares</p> <p>Iriny Lopes <small>vaga do PMDB</small> Luci Choinacki Luiz Alberto Luiz Eduardo Greenhalgh</p> <p>(Dep. do PT ocupa a vaga) 2 vagas</p> <p>2 vagas</p> <p>Átila Lira (Dep. do PV ocupa a vaga)</p> <p>Nilton Baiano 1 vaga</p>	<p>Rose de Freitas Zé Gerardo (Dep. do PL ocupa a vaga)</p> <p>Bloco PFL, PRONA (Dep. do PSC ocupa a vaga) (Dep. do PL ocupa a vaga)</p> <p>1 vaga</p> <p>PSDB Domiciano Cabral Gustavo Fruet</p> <p>PP João Pizzolatti Márcio Reinaldo Moreira Nelson Meurer <small>vaga do PTB</small></p> <p>PTB Pastor Frankembergen (Dep. do PP ocupa a vaga)</p> <p>PL Chico da Princesa Paulo Gouvêa <small>vaga do PMDB</small> Wellington Roberto <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small></p> <p>PSB (Dep. do PDT ocupa a vaga)</p> <p>PDT Ademir Camilo <small>vaga do PSB</small> Wagner Lago</p> <p>PCdoB</p> <p>PSC Costa Ferreira <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small></p> <p>Suplentes Adão Pretto Ana Guerra Luiz Couto Maria do Rosário <small>vaga do PP</small> Nelson Pellegrino <small>vaga do PDT</small></p> <p>PMDB Hermes Parcianello Nelson Trad (Dep. do PPS ocupa a vaga)</p> <p>Bloco PFL, PRONA Elimar Máximo Damasceno Jairo Carneiro <small>vaga do PP</small> (Dep. do PCdoB ocupa a vaga)</p> <p>PSDB João Almeida (Dep. do PV ocupa a vaga)</p> <p>PP (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)</p> <p>(Dep. do PT ocupa a vaga)</p> <p>PTB</p>	<p>Pastor Reinaldo</p> <p>Reinaldo Betão</p> <p>Paulo Baltazar</p> <p>Neiva Moreira (Dep. do PSOL ocupa a vaga)</p> <p>(Dep. do PSOL ocupa a vaga)</p> <p>(Dep. S.PART. ocupa a vaga)</p> <p>PL Vicente Cascione</p> <p>PSB Heleno Silva (Dep. do PCdoB ocupa a vaga)</p> <p>PDT (Dep. do PT ocupa a vaga)</p> <p>PSC (Dep. do PSOL ocupa a vaga)</p> <p>PRB (Dep. S.PART. ocupa a vaga)</p> <p>PPS Geraldo Thadeu <small>vaga do PMDB</small></p> <p>PCdoB Daniel Almeida <small>vaga do PSB</small> Perpétua Almeida <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small></p> <p>PV Jovino Cândido <small>vaga do PSDB</small></p> <p>PSOL Orlando Fantazzini <small>vaga do PSC</small></p> <p>S.PART. José Divino <small>vaga do PRB</small></p> <p>Vieira Reis <small>vaga do PRB</small> Secretário(a): Márcio Marques de Araújo Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 185 Telefones: 3216-6575 FAX: 3216-6580</p> <p>COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Presidente: Neyde Aparecida (PT) 1º Vice-Presidente: Fátima Bezerra (PT) 2º Vice-Presidente: César Bandeira (PFL) 3º Vice-Presidente: Osvaldo Biolchi (PMDB)</p> <p>Titulares</p> <p>Antônio Carlos Biffi <small>vaga do PL</small> Carlos Abicalil Colombo Fátima Bezerra <small>vaga do PMDB</small> Iara Bernardi <small>vaga do PL</small> Maria do Rosário Neyde Aparecida Paulo Delgado <small>vaga do PTB</small> Paulo Rubem Santiago Professor Luizinho</p> <p>Suplentes Assis Miguel do Couto Gilmar Machado Henrique Afonso Nazareno Fonteles Walter Pinheiro</p> <p>PMDB Gastão Vieira João Matos Osvaldo Biolchi (Dep. do PT ocupa a vaga) (Dep. do PDT ocupa a vaga)</p> <p>Bloco PFL, PRONA Celcita Pinheiro César Bandeira Dr. Pinotti Nice Lobão</p> <p>PSDB Bonifácio de Andrada <small>vaga do PP</small> Lobbe Neto Nilson Pinto Professora Raquel Teixeira Ricardo Santos <small>vaga do PP</small></p> <p>PP (Dep. do PSDB ocupa a vaga) (Dep. do PT ocupa a vaga) (Dep. do PSDB ocupa a vaga)</p> <p>PTB Eduardo Seabra</p> <p>Osmar Serraglio Osmar Terra Paulo Lima Saraiva Felipe 1 vaga</p> <p>Corauci Sobrinho Joel de Hollanda Ney Lopes Osvaldo Coelho <small>vaga do PPS</small> Paulo Magalhães</p> <p>Átila Lira Itamar Serpa Rafael Guerra</p> <p>José Linhares Professor Irapuan Teixeira (Dep. do PSC ocupa a vaga)</p> <p>Fernando Gonçalves</p>
---	--	---

Ricardo Izar (Dep. do PT ocupa a vaga)	PL	Jonival Lucas Junior Neuton Lima	Armando Monteiro (Dep. do PSDB ocupa a vaga) (Dep. do PMDB ocupa a vaga)	PL	Eduardo Seabra José Militão (Dep. do PDT ocupa a vaga)
(Dep. do PT ocupa a vaga) (Dep. do PT ocupa a vaga)	PSB	Carlos Nader Milton Monti	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)		Humberto Michiles (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)
Ariosto Holanda (Dep. do PSC ocupa a vaga)	PDT	Renato Casagrande 1 vaga	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	PSB	Beto Albuquerque Sandra Rosado
Maurício Quintella Lessa ^{vaga do PMDB}	PPS	Álvaro Dias	(Dep. do PMDB ocupa a vaga) 1 vaga	PDT	André Figueiredo ^{vaga do PTB} Sérgio Miranda
Severiano Alves	PC do B	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	1 vaga	PPS	Nelson Proença
Rogério Teófilo	PV	Evandro Milhomen	Fernando Coruja	PC do B	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)
Alice Portugal (Dep. do PSOL ocupa a vaga)	PSOL	Marcelo Ortiz	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	PV	(Dep. do PP ocupa a vaga)
Chico Alencar Ivan Valente ^{vaga do PV}	PSC	Luciana Genro	Vittorio Mediolli	PSOL	(Dep. do PSC ocupa a vaga) 1 vaga
Costa Ferreira ^{vaga do PSB}		Dr. Heleno ^{vaga do PP}	(Dep. do PSC ocupa a vaga)	PSC	
Secretário(a): Anamélia Lima Rocha Fernandes Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 170 Telefones: 3216-6622/6625/6627/6628 FAX: 3216-6635			Milton Barbosa ^{vaga do PSOL}	PTC	
COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO			Carlos William ^{vaga do Bloco PFL, PRONA}		
Presidente: Moreira Franco (PMDB)			Secretário(a): Marcelle R C Cavalcanti Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 136 Telefones: 3216-6654/6655/6652 FAX: 3216-6660		
1º Vice-Presidente: Pedro Novais (PMDB)			COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE		
2º Vice-Presidente: Vignatti (PT)			Presidente: Carlos Mota (PSB)		
3º Vice-Presidente: Luiz Carlos Hauly (PSDB)			1º Vice-Presidente: Josias Quintal (PSB)		
Titulares		Suplentes	2º Vice-Presidente: Alberto Fraga (PFL)		
	PT		3º Vice-Presidente: Simplício Mário (PT)		
Carlito Merss		Dra. Clair	Titulares		Suplentes
José Pimentel		João Paulo Cunha	José Mentor	PT	Reginaldo Lopes
Vignatti		Jorge Boeira	Simplício Mário		Sigmaringa Seixas
Virgílio Guimarães		Paulo Rubem Santiago	Vander Loubet		Terezinha Fernandes
1 vaga		Ricardo Berzoini	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)		1 vaga
	PMDB			PMDB	
Albérico Filho ^{vaga do PP}		Gervásio Oliveira	Alexandre Santos		Almerinda de Carvalho
Delfim Netto		Marcelo Castro	João Correia ^{vaga do PTB}		Nelson Bornier
Eduardo Cunha		Michel Temer	João Magalhães ^{vaga do PT}		1 vaga
Geddel Vieira Lima		2 vagas	Mauro Benevides		
Max Rosenmann ^{vaga do PSB}			Olavo Calheiros (Licenciado) ^{vaga do PDT}		
Moreira Franco			1 vaga		
Pedro Novais				Bloco PFL, PRONA	
Reinhold Stephanes ^{vaga do PTB}				Alberto Fraga	José Carlos Machado
	Bloco PFL, PRONA			(Dep. do PSB ocupa a vaga)	Salatiel Carvalho
Félix Mendonça ^{vaga do PL}		Eliseu Resende ^{vaga do PC do B}		(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	1 vaga
José Carlos Machado ^{vaga do PL}		Jorge Khoury ^{vaga do PL}		PSDB	
Mussa Demes ^{vaga do PC do B}		Júlio Cesar		Eduardo Paes	Armando Abílio (Licenciado)
Pauderney Avelino		Luiz Carreira		Manoel Salviano ^{vaga do Bloco PFL, PRONA}	Luiz Carlos Hauly
Roberto Brant		Mendonça Prado		Paulo Bauer	
(Dep. do PTC ocupa a vaga)		1 vaga			
1 vaga				Francisco Garcia	Leodegar Tiscoski
	PSDB			Márcio Reinaldo Moreira	Nélio Dias
Antonio Cambraia ^{vaga do PTB}		Custódio Mattos			
Arnaldo Madeira		João Castelo		Romeu Queiroz	Jefferson Campos
Gonzaga Mota		Julio Semeghini		(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
Luiz Carlos Hauly		Walter Barelli		2 vagas	
Yeda Crusius					
	PP				
Enivaldo Ribeiro		Benedito de Lira			
Francisco Dornelles		Carlos Souza ^{vaga do PV}			
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)		Luis Carlos Heinze			
		Zonta			
	PTB				
				PSB	
				Carlos Mota	Barbosa Neto

Josias Quintal <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small>		Gervásio Silva	José Carlos Aleluia <small>vaga do PSC</small>
PDT		Jorge Khoury <small>vaga do PDT</small>	(Dep. do PSOL ocupa a vaga)
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Maurício Quintella Lessa <small>vaga do PTB</small>	Luiz Carreira	2 vagas
	Renato Cozzolino		
PPS		PSDB	Afonso Camargo
Juíza Denise Frossard	1 vaga	Antonio Carlos Mendes Thame	Xico Graziano
Secretário(a): Maria Linda Magalhães		Hamilton Casara	
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 161			PP
Telefones: 3216-6671 A 6675		(Dep. do PV ocupa a vaga)	Roberto Balestra
FAX: 3216-6676		(Dep. do PL ocupa a vaga)	(Dep. do PV ocupa a vaga)
		PTB	João Lyra
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA		Neuton Lima	
Presidente: Geraldo Thadeu (PPS)		Sandro Matos <small>vaga do PMDB</small>	
1º Vice-Presidente: Fernando Estima (PPS)			PL
2º Vice-Presidente: Paulo Gouvêa (PL)		Jorge Pinheiro	Badu Picanço <small>vaga do PMDB</small>
3º Vice-Presidente: Pastor Reinaldo (PTB)		Oliveira Filho <small>vaga do PP</small>	Luciano Castro
Titulares			PSB
	Suplentes	Givaldo Carimbão	Jorge Gomes
			PDT
Ana Guerra	César Medeiros	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	(Dep. do PTC ocupa a vaga)
Carlos Abicalil	Fátima Bezerra		PSC
Leonardo Monteiro <small>vaga do PDT</small>	Fernando Ferro	(Dep. do PSOL ocupa a vaga)	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)
Selma Schons	Ivo José <small>vaga do PTB</small>		PV
	Vadinho Baião <small>vaga do PPS</small>	Edson Duarte <small>vaga do PP</small>	Fernando Gabeira <small>vaga do PP</small>
		Sarney Filho <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small>	
PMDB			PSOL
Almerinda de Carvalho	3 vagas	Babá <small>vaga do PSC</small>	João Alfredo <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small>
Fernando Diniz			PTC
Olavo Calheiros (Licenciado)			Carlos Willian <small>vaga do PDT</small>
Bloco PFL, PRONA		Secretário(a): Aurenilton Araruna de Almeida	
Mendonça Prado	2 vagas	Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 150	
1 vaga		Telefones: 3216-6521 A 6526	
		FAX: 3216-6535	
Antonio Joaquim	2 vagas		COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA
1 vaga			Presidente: Carlos Alberto Leréia (PSDB)
			1º Vice-Presidente: Ronaldo Cezar Coelho (PSDB)
Enivaldo Ribeiro	2 vagas		2º Vice-Presidente: Marcelo Castro (PMDB)
1 vaga			3º Vice-Presidente: João Pizzolatti (PP)
		Titulares	Suplentes
Pastor Reinaldo	Arnaldo Faria de Sá		
(Dep. do PPS ocupa a vaga)	(Dep. do PT ocupa a vaga)		
			PT
Paulo Gouvêa	Jaime Martins	Eduardo Valverde	Ivo José
		Fernando Ferro	João Magno
Luiza Erundina	1 vaga	Hélio Esteves	Luiz Bassuma
(Dep. do PT ocupa a vaga)		Mauro Passos	Walter Pinheiro
		Terezinha Fernandes	Zé Geraldo
Fernando Estima <small>vaga do PTB</small>	(Dep. do PT ocupa a vaga)		
Geraldo Thadeu		PMDB	
Secretário(a): Miriam Cristina Gonçalves Quintas		Marcelo Castro	Delfim Netto
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Ala A, salas 121/122		Rose de Freitas	Edinho Bez
Telefones: 3216-6692 / 6693		Takayama	Marcello Siqueira
FAX: 3216-6700		2 vagas	Marinha Raupp
			Mauro Lopes
COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL		Bloco PFL, PRONA	
Presidente: Luiz Carreira (PFL)		Betinho Rosado	Aroldo Cedraz
1º Vice-Presidente: Gervásio Silva (PFL)		Gerson Gabrielli	Carlos Batata
2º Vice-Presidente: Neuton Lima (PTB)		(Dep. do PSC ocupa a vaga)	Gervásio Silva
3º Vice-Presidente: Jorge Pinheiro (PL)		1 vaga	José Carlos Aleluia
Titulares			PSDB
	Suplentes	Carlos Alberto Leréia	João Almeida
		Helenildo Ribeiro <small>vaga do PP</small>	Paulo Bauer
César Medeiros	Henrique Afonso	Nicias Ribeiro <small>vaga do PDT</small>	Ronaldo Dimas
Leonardo Monteiro	Luiz Alberto		(Licenciado)
Luciano Zica	Mauro Passos	Paulo Feijó	
		Ronaldo Cezar Coelho	
PMDB			PP
(Dep. do PTB ocupa a vaga)		João Pizzolatti	Francisco Appio
2 vagas		Nelson Meurer	Romel Anizio
		(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	Sandes Júnior
Bloco PFL, PRONA			

Marcus Vicente Tatico	PTB	Pastor Reinaldo 1 vaga	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	
José Santana de Vasconcellos 1 vaga	PL	Aracely de Paula Miguel de Souza	PSB	Alexandre Cardoso Júlio Delgado	
B. Sá Salvador Zimbaldi	PSB	Edinho Montemor Josias Quintal	PDT	(Dep. do PSOL ocupa a vaga)	
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	PDT	André Costa	PPS	Rogério Teófilo	
Airton Roveda	PPS	Fernando Estima	PC do B	Renildo Calheiros	
Evandro Milhomen	PC do B	Inácio Arruda	PV	Vittorio Mediolí	
(Dep. do PSC ocupa a vaga)	PSOL	(Dep. do PSC ocupa a vaga)	PSOL	Babá <small>vaga do PDT</small>	
Dr. Heleno <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small> Pastor Amarildo <small>vaga do PSOL</small>	PSC	Deley <small>vaga do PSOL</small>	S.PART.		
Secretário(a): Damaci Pires de Miranda Local: Anexo II, Térreo, Ala C, sala 56 Telefones: 3216-6711 / 6713 FAX: 3216-6720			Marcos de Jesus <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small> Secretário(a): Fernando Luiz Cunha Rocha Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 125 Telefones: 3216-6739 / 6738 / 6737 FAX: 3216-6745		
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL			COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO		
Presidente: Alceu Collares (PDT) 1º Vice-Presidente: André Costa (PDT) 2º Vice-Presidente: João Castelo (PSDB) 3º Vice-Presidente: Marcos de Jesus (S.PART.)			Presidente: José Militão (PTB) 1º Vice-Presidente: Arnaldo Faria de Sá (PTB) 2º Vice-Presidente: José Otávio Germano (PP) 3º Vice-Presidente: Ademir Camilo (PDT)		
Titulares			Titulares		
João Magno Luiz Sérgio Nilson Mourão Paulo Pimenta (Dep. do PTB ocupa a vaga)	PT	Carlito Meres <small>vaga do PTB</small> Dr. Rosinha Leonardo Monteiro Mariângela Duarte Paulo Delgado Zico Bronzeado	Antonio Carlos Biscaia José Eduardo Cardozo Paulo Pimenta	PT	Assis Miguel do Couto Colombo Hélio Esteves
André Zacharow Átíla Lins (Dep. do PDT ocupa a vaga) (Dep. do PSB ocupa a vaga) (Dep. do PDT ocupa a vaga)	PMDB	Edson Ezequiel João Matos Moreira Franco (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga) 1 vaga	Cabo Júlio (Dep. do PTB ocupa a vaga) 1 vaga	PMDB	Gilberto Nascimento Mendes Ribeiro Filho 1 vaga
Aroldo Cedraz Carlos Melles <small>vaga do PL</small> Claudio Cajado Francisco Rodrigues Salatiel Carvalho <small>vaga do PPS</small> (Dep. S.PART. ocupa a vaga)	Bloco PFL, PRONA	André de Paula Antonio Carlos Magalhães Neto Jairo Carneiro Roberto Brant Vilmar Rocha <small>vaga do PL</small> Zelinda Novaes <small>vaga do PMDB</small>	Alberto Fraga Moroni Torgan	Bloco PFL, PRONA	Edmar Moreira Laura Carneiro <small>vaga do PPS</small> Roberto Magalhães
Antonio Carlos Pannunzio Itamar Serpa João Castelo Sebastião Madeira <small>vaga do PL</small>	PSDB	Alberto Goldman Luiz Carlos Haully Zulaiê Cobra	João Campos (Dep. do PP ocupa a vaga)	PSDB	Bosco Costa Zulaiê Cobra
Feu Rosa Reginaldo Germano (Dep. do PSOL ocupa a vaga)	PP	Francisco Dornelles Francisco Turra Jair Bolsonaro	José Otávio Germano Professor Irapuan Teixeira <small>vaga do PSDB</small> (Dep. do PL ocupa a vaga)	PP	Jair Bolsonaro Reginaldo Germano
Alceste Almeida Arnon Bezerra Pastor Frankembergen <small>vaga do PT</small>	PTB	José Chaves (Dep. do PT ocupa a vaga)	Arnaldo Faria de Sá Ary Kara <small>vaga do PMDB</small> José Militão	PTB	Fleury <small>vaga do PDT</small> Pastor Frankembergen Pastor Reinaldo
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	PL	Medeiros	Coronel Alves <small>vaga do PP</small> Lincoln Portela	PL	Neucimar Fraga
			Josias Quintal	PSB	Gonzaga Patriota
			Ademir Camilo	PDT	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
			Raul Jungmann	PPS	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)
			Secretário(a): Kátia da Consolação dos Santos Viana Local: Anexo II, Pavimento Superior - Sala 166-C Telefones: 3216-6761 / 6762		

FAX: 3216-6770

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Presidente: Simão Sessim (PP)

1º Vice-Presidente: Vanderlei Assis (PP)

2º Vice-Presidente: Nazareno Fonteles (PT)

3º Vice-Presidente: Dr. Benedito Dias (PP)

Titulares

Angela Guadagnin
Dr. Rosinha
Guilherme Menezes
Luiz Bassuma vaga do PTB
Nazareno Fonteles
Roberto Gouveia

PT

PMDB

Almerinda de Carvalho
Jorge Alberto
Osmar Terra
Saraiva Felipe
Teté Bezerra

Bloco PFL, PRONA

Elimar Máximo Damasceno
Zelinda Novaes
(Dep. do PPS ocupa a vaga)
(Dep. do PL ocupa a vaga)

PSDB

Eduardo Barbosa
Rafael Guerra
Raimundo Gomes de Matos
Thelma de Oliveira

PP

Dr. Benedito Dias
José Linhares vaga do PSOL
Simão Sessim
Suely Campos vaga do PV
Vanderlei Assis

PTB

Arnaldo Faria de Sá
Fernando Gonçalves
(Dep. do PT ocupa a vaga)

PL

Amauri Gasques
Reinaldo Gripp
Remi Trinta vaga do Bloco PFL, PRONA

PSB

Dr. Ribamar Alves
Jorge Gomes

PDT

Manato

PPS

Dr. Francisco Gonçalves vaga do Bloco PFL, PRONA
Geraldo Resende

PC do B

Jandira Feghali

PV

(Dep. do PP ocupa a vaga)

PSOL

(Dep. do PP ocupa a vaga)
Secretário(a): Gardene Aguiar

Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 145

Telefones: 3216-6787 / 6781 A 6786

FAX: 3216-6790

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Presidente: Aracely de Paula (PL)

1º Vice-Presidente: Coronel Alves (PL)

2º Vice-Presidente: Osvaldo Reis (PMDB)

3º Vice-Presidente: Vicentinho (PT)

Titulares

Dra. Clair
Marco Maia
Tarcísio Zimmermann
Vicentinho

PT

PMDB

Henrique Eduardo Alves
Lúcia Braga
Moraes Souza
Osvaldo Reis
(Dep. do PL ocupa a vaga)

Bloco PFL, PRONA

José Carlos Aleluia
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)
(Dep. do PC do B ocupa a vaga)

PSDB

Walter Barelli
(Dep. do PTB ocupa a vaga)
(Dep. do PL ocupa a vaga)

PP

Érico Ribeiro
Pedro Henry

PTB

Edir Oliveira vaga do PSDB
Enio Tatico
Jovair Arantes

PL

Aracely de Paula
Coronel Alves

Luciano Castro vaga do PMDB
Medeiros vaga do PSDB

PSB

Pastor Francisco Olímpio

PDT

João Fontes

PPS

Cláudio Magrão

PC do B

Daniel Almeida
Vanessa Grazziotin vaga do Bloco PFL, PRONA

PSOL

Luciana Genro vaga do Bloco PFL, PRONA
Secretário(a): Anamélia Ribeiro Correia de Araújo

Local: Anexo II, Sala T 50

Telefones: 3216-6805 / 6806 / 6807

FAX: 3216-6815

COMISSÃO DE TURISMO E DESPORTO

Presidente: Asdrubal Bentes (PMDB)

1º Vice-Presidente: Hermes Parcianello (PMDB)

2º Vice-Presidente: Ricarte de Freitas (PTB)

3º Vice-Presidente: Marcelo Teixeira (PSDB)

Titulares

Gilmar Machado
Ivo José
Vadinho Baião

PT

PMDB

Asdrubal Bentes
Benjamin Maranhão vaga do PP
Carlos Eduardo Cadoca

Suplentes

Carlos Santana
Luiz Sérgio
Maurício Rands
Professor Luizinho

Ann Pontes
Leonardo Picciani
Osvaldo Biolchi
2 vagas

Dr. Pinotti
Joaquim Francisco
Laura Carneiro

Carlos Alberto Leréia
Eduardo Barbosa
Narcio Rodrigues

Benedito de Lira
Sandes Júnior

Arnaldo Faria de Sá
Ricarte de Freitas

Sandro Mabel
(Dep. do PSB ocupa a vaga)

Carlos Mota vaga do PPS
Isaías Silvestre vaga do PL
Maria Helena

Pompeo de Mattos

(Dep. do PSB ocupa a vaga)

1 vaga

César Medeiros
José Eduardo Cardozo
Simplicio Mário

Bernardo Ariston
Moacir Micheletto vaga do PL
Pastor Pedro Ribeiro

Hermes Parcianello (Dep. do PTB ocupa a vaga) (Dep. do PSC ocupa a vaga) (Dep. do PTB ocupa a vaga)	Bloco PFL, PRONA José Mendonça Bezerra José Rocha Marcelo Guimarães Filho	1 vaga
Bismarck Maia Marcelo Teixeira	PSDB Antonio Cambraia	1 vaga
Herculano Anghinetti (Dep. do PMDB ocupa a vaga)	PP Ildeu Araujo João Tota	
Alex Canziani Josué Bengtson Kelly Moraes Ricarte de Freitas 1 vaga	PTB Edna Macedo Jovair Arantes Marcus Vicente	vaga do PDT
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	PL (Dep. do PMDB ocupa a vaga)	
Edinho Montemor	PSB Dr. Ribamar Alves	
André Figueiredo	PDT (Dep. do PTB ocupa a vaga)	
Fernando Estima	PPS Roberto Freire	
Deley Secretário(a): Iracema Marques Local: Anexo II, Ala A, Sala 5, Térreo Telefones: 3216-6831 / 6832 / 6833 FAX: 3216-6835	PSC	
COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES		
Presidente: Mauro Lopes (PMDB)		
1º Vice-Presidente: Lupércio Ramos (PMDB)		
2º Vice-Presidente: Giacobbo (PL)		
3º Vice-Presidente: Gonzaga Patriota (PSB)		
Titulares		Suplentes
Carlos Santana Devanir Ribeiro Telma de Souza Vitorassi (Dep. do PL ocupa a vaga)	PT Hélio Esteves Marco Maia Vadinho Baião Virgílio Guimarães Zezéu Ribeiro	
Edinho Bez Eliseu Padilha Jair de Oliveira José Priante Lupércio Ramos Marcelo Siqueira Mauro Lopes Pedro Chaves	PMDB Alexandre Santos Átila Lins Nelson Bornier Osvaldo Reis (Dep. do PTB ocupa a vaga)	
Eliseu Resende Lael Varella (Dep. do PL ocupa a vaga) (Dep. do PL ocupa a vaga)	Bloco PFL, PRONA Francisco Rodrigues Robério Nunes (Dep. do PP ocupa a vaga) (Dep. do PL ocupa a vaga)	
Afonso Camargo Domiciano Cabral (Dep. do PSB ocupa a vaga)	PSDB Marcelo Teixeira Narcio Rodrigues Paulo Feijó	
Francisco Appio Leodegar Tiscoski Mário Negromonte	PP Dilceu Sperafico João Tota Nilton Baiano (Dep. do PL ocupa a vaga)	
	PTB	
Ary Kara Philemon Rodrigues		Carlos Dunga Pedro Fernandes Romeu Queiroz Silas Câmara
Chico da Princesa Giacobbo Jaime Martins Júnior Betão Milton Monti Wellington Roberto	PL Jorge Pinheiro José Santana de Vasconcelos Oliveira Filho Reinaldo Gripp	vaga do PP
Beto Albuquerque Gonzaga Patriota Mário Assad Júnior	PSB (Dep. do PPS ocupa a vaga)	1 vaga
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	PDT	
(Dep. do PL ocupa a vaga)	PPS Cezar Silvestri Juíza Denise Frossard	vaga do PSB
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	PC do B (Dep. do PTB ocupa a vaga)	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	PSC Milton Barbosa	
Secretário(a): Ruy Omar Prudencio da Silva Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 175 Telefones: 3216-6853 A 6856 FAX: 3216-6860		
COMISSÕES TEMPORÁRIAS		
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A "ACOMPANHAR AS NEGOCIAÇÕES DA ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS".		
Presidente:		
1º Vice-Presidente: Edson Ezequiel (PMDB)		
2º Vice-Presidente: Alberto Goldman (PSDB)		
3º Vice-Presidente: Francisco Garcia (PP)		
Relator: Maninha (PSOL)		
Titulares		Suplentes
José Pimentel Paulo Delgado Rubens Otoni Tarcísio Zimmermann (Dep. do PSOL ocupa a vaga) 1 vaga	PT Dra. Clair Henrique Fontana Luci Choinacki Paulo Pimenta (Dep. do PSOL ocupa a vaga) 1 vaga	
Fábio Souto Ney Lopes Pauderney Avelino Ronaldo Caiado (Dep. do PP ocupa a vaga)	PFL Robério Nunes (Dep. do PTB ocupa a vaga) 3 vagas	
Cezar Schirmer Edson Ezequiel Max Rosenmann Silas Brasileiro	PMDB Bernardo Ariston Moacir Micheletto 2 vagas	
Alberto Goldman Antonio Carlos Mendes Thame Antonio Carlos Pannunzio Yeda Crusius	PSDB Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado) Luiz Carlos Haully Nilson Pinto 1 vaga	
Feu Rosa Francisco Garcia Francisco Turra Marcos Abramo	PP Francisco Dornelles Leodegar Tiscoski Vadão Gomes	
	PTB	

Jackson Barreto 1 vaga	Arnaldo Faria de Sá Arnou Bezerra Paes Landim <small>vaga do PFL</small>	Luiz Couto Nazareno Fonteles	
			PFL
(Dep. do PSB ocupa a vaga) 1 vaga	Humberto Michiles 1 vaga	Fernando de Fabinho José Carlos Machado José Rocha Luiz Carreira Osvaldo Coelho	(Dep. do PDT ocupa a vaga) (Dep. do PTB ocupa a vaga) 3 vagas
Alexandre Cardoso João Paulo Gomes da Silva <small>vaga do PL</small>	Renato Casagrande 1 vaga		PMDB
Luiza Erundina		Benjamin Maranhão Henrique Eduardo Alves Jorge Alberto Marcelo Castro	Aníbal Gomes (Dep. do PSB ocupa a vaga) 2 vagas
Nelson Proença	Fernando Coruja		PSDB
Severiano Alves	Manato	Antonio Carlos Mendes Thame Helenildo Ribeiro Manoel Salviano 1 vaga	Bosco Costa Eduardo Barbosa Gonzaga Mota João Castelo
Jamil Murad	Inácio Arruda		PP
1 vaga	Elimar Máximo Damasceno	Benedito de Lira Cleônânio Fonseca Enivaldo Ribeiro	Mário Negromonte Nélio Dias 1 vaga
Maninha <small>vaga do PT</small>	Ivan Valente <small>vaga do PT</small>		PTB
Secretário(a): Mário Dráusio Oliveira de A. Coutinho Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6203 / 6232 FAX: 216-6225		Jackson Barreto (Dep. do PSB ocupa a vaga)	Carlos Dunga Paes Landim <small>vaga do PFL</small> 1 vaga
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROPOR DIRETRIZES E NORMAS LEGAIS RELATIVAS AO TRATAMENTO A SER DADO AOS ARQUIVOS GOVERNAMENTAIS DADOS COMO CONFIDENCIAIS, RESERVADOS E/OU SECRETOS, BEM COMO PROMOVER A CONSOLIDAÇÃO DAS NORMAS E LEGISLAÇÃO EXISTENTES SOBRE O MESMO ASSUNTO.		Almeida de Jesus Heleno Silva	PL 2 vagas
Presidente: Mário Heringer (PDT) 1º Vice-Presidente: 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente: Relator: Luiz Eduardo Greenhalgh (PT)		B. Sá <small>vaga do PPS</small> Gonzaga Patriota Marcondes Gadelha <small>vaga do PTB</small> Pastor Francisco Olímpio	PSB Isaías Silvestre <small>vaga do PDT</small> Luciano Leitoa <small>vaga do PMDB</small> Sandra Rosado 1 vaga
Titulares	Suplentes		PPS
Luiz Eduardo Greenhalgh		(Dep. do PSB ocupa a vaga)	PDT Colbert Martins
Mauro Benevides		Severiano Alves	PDT João Fontes <small>vaga do PFL</small> (Dep. do PSB ocupa a vaga)
Vilmar Rocha			PC do B
Vicente Cascione		Daniel Almeida	PV 1 vaga
Lincoln Portela		Edson Duarte Secretário(a): José Maria Aguiar de Castro Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6209/6232 FAX: 216-6225	Sarney Filho
Mário Heringer Secretário(a): Heloisa Pedrosa Diniz Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6201/6232 FAX: 216-6225			COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A DEBATER E EXAMINAR A GESTÃO DO FUNCAFÉ, A EFETIVIDADE E A EFICIÊNCIA DA GESTÃO DO CDPC NAS POLÍTICAS PÚBLICAS E PRIVADAS DO SETOR, BEM COMO AVALIAR MODELOS ADMINISTRATIVOS ALTERNATIVOS E PROPOR MEDIDAS LEGISLATIVAS PARA APERFEIÇOAR A LEGISLAÇÃO DO SETOR.
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO DE PROJETOS E AÇÕES COM VISTAS À TRANSPOSIÇÃO E À INTEGRAÇÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS PARA A REGIÃO DO SEMI-ÁRIDO.			Presidente: Odair Cunha (PT) 1º Vice-Presidente: Renato Casagrande (PSB) 2º Vice-Presidente: Eduardo Sciarra (PFL) 3º Vice-Presidente: Nelson Marquezelli (PTB) Relator: Carlos Melles (PFL)
Presidente: José Carlos Machado (PFL) 1º Vice-Presidente: Luiz Carreira (PFL) 2º Vice-Presidente: Henrique Eduardo Alves (PMDB) 3º Vice-Presidente: Relator: Marcondes Gadelha (PSB)			Titulares
Titulares	Suplentes		Suplentes
Fátima Bezerra	Zezéu Ribeiro	Ivo José	PT Eduardo Valverde 3 vagas
Fernando Ferro	5 vagas	Leonardo Monteiro Luiz Eduardo Greenhalgh Odair Cunha	PMDB
José Pimentel		Eliseu Padilha	Almerinda de Carvalho José Priante 2 vagas
Josias Gomes		Marcello Siqueira Mauro Lopes	

Moacir Micheletto			Carlos Alberto Leréia		Itamar Serpa
	Bloco PFL, PRONA		Nicias Ribeiro		João Campos
Carlos Melles		Kátia Abreu	Zenaldo Coutinho	PTB	1 vaga
Eduardo Sciarra		Paulo Magalhães			
Roberto Brant		1 vaga	Jovair Arantes		Jefferson Campos <small>vaga do PMDB</small>
	PSDB		Nelson Marquzezelli		José Militão
Xico Graziano		2 vagas	Philemon Rodrigues	Bloco PL, PSL	2 vagas
Yeda Crusius					
	PP		Júnior Betão		Almeida de Jesus
Dilceu Sperafico		Nilton Baiano	Reinaldo Betão		Luciano Castro
Romel Anizio		1 vaga	1 vaga	PPS	Medeiros
	PTB		Geraldo Thadeu		1 vaga
José Militão		Osmânio Pereira		PSB	
Nelson Marquzezelli		Romeu Queiroz	Gonzaga Patriota		Luciano Leitoa
Tatico <small>vaga do PL</small>			Sandra Rosado <small>vaga do PMDB</small>	PDT	
(Dep. do PSB ocupa a vaga)		José Santana de Vasconcellos	Pompeo de Mattos		Alceu Collares
(Dep. do PTB ocupa a vaga)		Neucimar Fraga	Sérgio Miranda <small>vaga do PC do B</small>	PC do B	Renato Cozzolino <small>vaga do PSC</small>
	PPS				
Geraldo Thadeu		Geraldo Resende	(Dep. do PDT ocupa a vaga)	PSC	1 vaga
	PSB				
Mário Assad Júnior <small>vaga do PL</small>		Luciano Leitoa	Milton Barbosa <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small>		(Dep. do PDT ocupa a vaga)
Renato Casagrande			(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	PV	
	PDT				
Mário Heringer		1 vaga	Marcelo Ortiz		1 vaga
	PC do B		Secretário(a): Ana Lúcia Ribeiro Marques		
Inácio Arruda		Daniel Almeida	Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A		
	PV		Telefones: 216-6214/6232		
1 vaga		1 vaga	FAX: 216-6225		
Secretário(a): Ana Clara Fonseca Serejo					
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A					
Telefones: 3216-6235/6232					
FAX: 3216-6225					
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 002-A, DE 2003, QUE "ACRESCENTA ARTIGOS 90 E 91 AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, POSSIBILITANDO QUE OS SERVIDORES PÚBLICOS REQUISITADOS OPTEM PELA ALTERAÇÃO DE SUA LOTAÇÃO FUNCIONAL DO ÓRGÃO CEDENTE PARA O ÓRGÃO CESSIONÁRIO".			COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO, Nº 3-A, DE 1999, QUE "ALTERA OS ARTS. 27, 28, 29, 44 E 82 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E INTRODUZ DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS, DE FORMA A FAZER COINCIDIR OS MANDATOS ELETIVOS QUE MENCIONA E ATRIBUIR-LHES NOVO PERÍODO DE DURAÇÃO" E APENSADAS.		
Presidente: Reinaldo Betão (PL)			Presidente: Affonso Camargo (PSDB)		
1º Vice-Presidente: Júnior Betão (PL)			1º Vice-Presidente: Vicente Arruda (PSDB)		
2º Vice-Presidente: Laura Carneiro (PFL)			2º Vice-Presidente: Rubens Otoni (PT)		
3º Vice-Presidente:			3º Vice-Presidente: Eliseu Padilha (PMDB)		
Relator: Philemon Rodrigues (PTB)			Relator: Eduardo Sciarra (PFL)		
Titulares		Suplentes			
	PT		José Eduardo Cardozo		Luiz Couto
Eduardo Valverde		Iara Bernardi	Paulo Delgado		Maria do Carmo Lara
Zé Geraldo		5 vagas	Rubens Otoni		4 vagas
4 vagas			(Dep. do PSOL ocupa a vaga)		
	PMDB		2 vagas		
Cabo Júlio <small>vaga do PSC</small>		(Dep. do PTB ocupa a vaga)		PFL	
Marcelo Castro		4 vagas	André de Paula		Davi Alcolumbre <small>vaga do PDT</small>
Mauro Benevides			Eduardo Sciarra		Fernando de Fabinho
Oswaldo Reis			Jairo Carneiro		Rodrigo Maia
Wilson Santiago			Mendonça Prado		Ronaldo Caiado
(Dep. do PSB ocupa a vaga)			Nice Lobão		(Dep. do PL ocupa a vaga)
	Bloco PFL, PRONA		Roberto Magalhães <small>vaga do PTB</small>		1 vaga
Gervásio Silva		4 vagas		PMDB	
Laura Carneiro			Cezar Schirmer		Marcelo Castro
Vilmar Rocha			Eliseu Padilha		3 vagas
(Dep. do PSC ocupa a vaga)			Henrique Eduardo Alves		
	PP		(Dep. do PTB ocupa a vaga)		
Érico Ribeiro		Leodegar Tiscoski		PSDB	
Herculano Anghinetti		Mário Negromonte	Affonso Camargo		Antonio Carlos Pannunzio
Sandes Júnior		Vadão Gomes	Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado)		Bonifácio de Andrada
	PSDB		Rafael Guerra		Bosco Costa
			Vicente Arruda		Zenaldo Coutinho
				PP	
			Enivaldo Ribeiro		Leodegar Tiscoski

Romel Anizio 1 vaga		Mário Negromonte 1 vaga		Sandes Júnior Vanderlei Assis ^{vaga do PFL}	
Jefferson Campos ^{vaga do PMDB} Vicente Cascione (Dep. do PFL ocupa a vaga)	PTB	Araldo Faria de Sá Fleury		Eduardo Seabra Jefferson Campos ^{vaga do PMDB} 1 vaga	PTB Philemon Rodrigues 1 vaga
Lincoln Portela (Dep. do PSB ocupa a vaga)	PL	Carlos Nader ^{vaga do PFL} Oliveira Filho 1 vaga		Luciano Castro 1 vaga	PL Medeiros Wellington Fagundes
João Paulo Gomes da Silva ^{vaga do PL} Pastor Francisco Olímpio 1 vaga	PSB			Gonzaga Patriota Pastor Francisco Olímpio (Dep. do PP ocupa a vaga)	PSB 2 vagas PPS Geraldo Thadeu
Raul Jungmann	PPS	Colbert Martins (Dep. do PFL ocupa a vaga)		Alceu Collares	PDT Pompeo de Mattos
Manato	PDT			Alice Portugal	PC do B 1 vaga
Renildo Calheiros	PC do B			Jovino Cândido Secretário(a): Carla Rodrigues de M. Tavares Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6207 / 6232 FAX: 216-6225	PV Marcelo Ortiz
Jovino Cândido	PV	Marcelo Ortiz			
Chico Alencar ^{vaga do PT} Secretário(a): Ana Lucia R. Marques Local: Anexo II Pavimento Superior s/170-A Telefones: 261-6214/6232 FAX: 216-6225	PSOL				
<p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 54-A, DE 1999, QUE "ACRESCENTA ARTIGO AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS" (DISPONDO QUE O PESSOAL EM EXERCÍCIO QUE NÃO TENHA SIDO ADMITIDO POR CONCURSO PÚBLICO, ESTÁVEL OU NÃO, PASSA A INTEGRAR QUADRO TEMPORÁRIO EM EXTINÇÃO À MEDIDA QUE VAGAREM OS CARGOS OU EMPREGOS RESPECTIVOS).</p> <p>Presidente: Laura Carneiro (PFL) 1º Vice-Presidente: 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente: Eduardo Barbosa (PSDB)</p>			<p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 58-A, DE 2003, QUE "DISPÕE SOBRE A CONVALIDAÇÃO DE ALIENAÇÕES DE TERRAS PROCEDIDAS PELOS ESTADOS NA FAIXA DE FRONTEIRA".</p> <p>Presidente: João Grandão (PT) 1º Vice-Presidente: 2º Vice-Presidente: Eduardo Sciarra (PFL) 3º Vice-Presidente: Relator: Luis Carlos Heinze (PP)</p>		
<p>Titulares</p> <p>Carlos Abicalil Fátima Bezerra Jorge Boeira Odair Cunha Tarcisio Zimmermann 1 vaga</p>			<p>Suplentes</p> <p>Hélio Esteves Zico Bronzeado 4 vagas</p>		
<p>PT</p>			<p>PMDB</p>		
<p>Laura Carneiro Ney Lopes (Dep. do PP ocupa a vaga) 2 vagas</p>			<p>Gervásio Oliveira ^{vaga do PDT} Osmar Serraglio Teté Bezerra Waldemir Moka (Dep. do PTB ocupa a vaga) 1 vaga</p>		
<p>PFL</p>			<p>Bloco PFL, PRONA</p>		
<p>Jorge Alberto Leonardo Picciani (Dep. do PTB ocupa a vaga) 1 vaga</p>			<p>Eduardo Sciarra Francisco Rodrigues Murilo Zauith Onyx Lorenzoni</p>		
<p>PMDB</p>			<p>PP</p>		
<p>Eduardo Barbosa Hamilton Casara Helenildo Ribeiro 1 vaga</p>			<p>Carlos Souza Cleonânio Fonseca ^{vaga do PV} Jair Bolsonaro Luis Carlos Heinze ^{vaga do PSB} Pedro Henry Zonta ^{vaga do PSC}</p>		
<p>PSDB</p>			<p>PSDB</p>		
<p>Aginaldo Muniz ^{vaga do PPS} Feu Rosa Nélio Dias</p>			<p>Antonio Carlos Mendes Thame Júlio Redecker Thelma de Oliveira</p>		
<p>PP</p>			<p>PTB</p>		
<p>Antonio Carlos Magalhães Neto José Roberto Arruda 3 vagas</p>			<p>Edmar Moreira ^{vaga do Bloco PL, PSL} Ronaldo Caiado 3 vagas</p>		
<p>Adelor Vieira 3 vagas</p>			<p>José Janene Mário Negromonte 1 vaga</p>		
<p>Itamar Serpa Zenaldo Coutinho 2 vagas</p>			<p>Helenildo Ribeiro Manoel Salviano Nicias Ribeiro</p>		
<p>Nilton Baiano Zé Lima 1 vaga</p>			<p>Alceste Almeida ^{vaga do PMDB} Iris Simões</p>		

Nelson Marquezelli Ricarte de Freitas 1 vaga	Silas Câmara 1 vaga	Cleonânncio Fonseca Darci Coelho Dilceu Sperafico 1 vaga	Antonio Cruz ^{vaga do PTB} 3 vagas
Bloco PL, PSL		PTB	
(Dep. do PSB ocupa a vaga) 2 vagas	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga) (Dep. do PSB ocupa a vaga) 1 vaga	Fleury Vicente Cascione	Paes Landim ^{vaga do PFL} (Dep. do PP ocupa a vaga) 1 vaga
PPS		PL	
Colbert Martins	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	(Dep. do PFL ocupa a vaga)	José Santana de Vasconcellos
PSB		PSB	
Carlos Mota ^{vaga do Bloco PL, PSL} (Dep. do PP ocupa a vaga)	Barbosa Neto João Paulo Gomes da Silva ^{vaga do Bloco PL, PSL}	(Dep. do PSB ocupa a vaga)	Raimundo Santos
PDT		PPS	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Dr. Rodolfo Pereira	Cezar Silvestri Juíza Denise Frossard ^{vaga do PSDB}	Dimas Ramalho
PC do B		PDT	
Jamil Murad	1 vaga	Wagner Lago	Severiano Alves
PSC		PC do B	
(Dep. do PP ocupa a vaga)	Zequinha Marinho	Jamil Murad	1 vaga
PV		PV	
(Dep. do PP ocupa a vaga)	1 vaga	Sarney Filho	Marcelo Ortiz
Secretário(a): Maria Terezinha Donati Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216.6215 FAX: 216.6225		PSOL	
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 92-A, DE 1995, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 101 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL", DETERMINANDO QUE OS MEMBROS DO STF SERÃO ESCOLHIDOS DENTRE OS MEMBROS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES QUE INTEGREM A CARREIRA DA MAGISTRATURA, MENORES DE SESSENTA E CINCO ANOS DE IDADE, INDICADOS EM LISTA TRÍPLICE PELO PRÓPRIO TRIBUNAL, COM NOMEAÇÃO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA E APROVAÇÃO DO SENADO FEDERAL. Presidente: Antonio Carlos Biscaia (PT) 1º Vice-Presidente: 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente: Relator: José Divino (S.PART.)		PTC	
		S.PART.	
		PT	
		PFL	
		PMDB	
Edmar Moreira ^{vaga do PL}	Antonio Carlos Magalhães Neto (Dep. do PTB ocupa a vaga)	João Alfredo ^{vaga do PT}	Carlos Willian ^{vaga do PSB}
José Roberto Arruda Luiz Carlos Santos Marcelo Guimarães Filho (Dep. do PP ocupa a vaga) 1 vaga	3 vagas	Carlos Willian ^{vaga do PSB}	José Divino ^{vaga do PMDB} Secretário(a): Walbia Vânia de Farias Lora Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6205 / 6232 FAX: 216-6225
PMDB		COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 101-A, DE 2003, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO § 4º DO ART. 57 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (AUTORIZANDO A REELEIÇÃO DOS MEMBROS DAS MESAS DIRETORAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL). Presidente: Arlindo Chinaglia (PT) 1º Vice-Presidente: Vic Pires Franco (PFL) 2º Vice-Presidente: Jader Barbalho (PMDB) 3º Vice-Presidente: Luiz Sérgio (PT) Relator: Paes Landim (PTB)	
Nelson Trad (Dep. S.PART. ocupa a vaga) 2 vagas	Ann Pontes Osmar Serraglio 2 vagas	PT	Suplentes
PSDB		PT	
Carlos Sampaio Nicias Ribeiro Vicente Arruda (Dep. do PPS ocupa a vaga)	Bonifácio de Andrada Helenildo Ribeiro Zenaldo Coutinho 1 vaga	Arlindo Chinaglia José Pimentel Luiz Sérgio Professor Luizinho Rubens Otoni 1 vaga	Devanir Ribeiro Fernando Ferro Neyde Aparecida Nilson Mourão 2 vagas
PP		PMDB	
		Fernando Diniz Gastão Vieira Jader Barbalho Nelson Trad 1 vaga	Almerinda de Carvalho Aníbal Gomes Átila Lins ^{vaga do PPS} Pastor Pedro Ribeiro Wilson Santiago Zé Gerardo
Bloco PFL, PRONA		Bloco PFL, PRONA	
		Laura Carneiro Moroni Torgan Robério Nunes Vic Pires Franco	Ney Lopes Rodrigo Maia 2 vagas
		PP	
		Benedito de Lira Leodegar Tiscoski	Feu Rosa Romel Anizio

Professor Irapuan Teixeira		1 vaga	Leodegar Tiscoski (Dep. do PDT ocupa a vaga)		
	PSDB			PTB	
Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado)		Bismarck Maia	Arnaldo Faria de Sá		Paes Landim
Jutahy Junior		Bosco Costa	Fleury		2 vagas
Luiz Carlos Haully	PTB	Carlos Alberto Leréia	1 vaga		
José Múcio Monteiro		Iris Simões		PL	
Paes Landim		Jovair Arantes	Almeida de Jesus		(Dep. do PDT ocupa a vaga)
(Dep. do PSC ocupa a vaga)		1 vaga	Badu Picanço		(Dep. do PSB ocupa a vaga)
	Bloco PL, PSL		1 vaga		(Dep. S.PART. ocupa a vaga)
Luciano Castro		Medeiros	Fernando Coruja	PPS	1 vaga
Sandro Mabel		2 vagas		PSB	
1 vaga			1 vaga		Edinho Montemor ^{vaga do PL}
	PPS				1 vaga
(Dep. do PDT ocupa a vaga)		(Dep. do PMDB ocupa a vaga)		PDT	
	PSB		Alceu Collares		Ademir Camilo ^{vaga do PL}
Jorge Gomes		1 vaga	Wagner Lago ^{vaga do PP}		Luiz Piauhyllino
	PDT			PC do B	
Álvaro Dias		Mário Heringer	Perpétua Almeida		Jamil Murad
João Herrmann Neto ^{vaga do PPS}				PV	
	PC do B		Marcelo Ortiz		1 vaga
Daniel Almeida		Jamil Murad		PSOL	
	PV		Chico Alencar ^{vaga do PT}		
Sarney Filho		Jovino Cândido		S.PART.	
	PSC				João Mendes de Jesus ^{vaga do PL}
Pastor Amarildo ^{vaga do PTB}			Secretário(a): Valdivino Tolentino Filho		
Secretário(a): Carla Rodrigues de M. Tavares			Local: Anexo II Pavimento Superior - sala 170-A		
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A			Telefones: 216.6206		
Telefones: 216-6207/6232			FAX: 216.6225		
FAX: 216-6225					
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 106-A, DE 1999, QUE "SUPRIME O § 7º DO ART. 14 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (SUPRIMINDO O DISPOSITIVO QUE TORNA INELEGÍVEL, NO TERRITÓRIO DE JURISDIÇÃO DO TITULAR, CÔNJUGE E OS PARENTES CONSANGÜÍNEOS OU AFINS, DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, DE GOVERNADOR E DE PREFEITO).			COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 115-A, DE 1995, QUE "MODIFICA O PARÁGRAFO 4º DO ART. 225 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, INCLUINDO O CERRADO NA RELAÇÃO DOS BIOMAS CONSIDERADOS PATRIMÔNIO NACIONAL".		
Presidente: Alceu Collares (PDT)			Presidente: Ricarte de Freitas (PTB)		
1º Vice-Presidente:			1º Vice-Presidente: Celcita Pinheiro (PFL)		
2º Vice-Presidente:			2º Vice-Presidente: Luiz Bittencourt (PMDB)		
3º Vice-Presidente:			3º Vice-Presidente:		
Relator: André de Paula (PFL)			Relator: Neyde Aparecida (PT)		
Titulares			Titulares		
	PT	Suplentes		PT	Suplentes
Devanir Ribeiro		Ana Guerra	Antônio Carlos Biffi		Zezéu Ribeiro
Henrique Afonso		Rubens Otoni	João Grandão		5 vagas
José Mentor		4 vagas	Leonardo Monteiro		
Paulo Delgado			Neyde Aparecida		
Zico Bronzeado			Rubens Otoni		
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)			(Dep. do PSOL ocupa a vaga)		
	PMDB			PFL	
Almerinda de Carvalho		5 vagas	Celcita Pinheiro		Eliseu Resende
Cezar Schirmer			José Roberto Arruda		Lael Varella
Hermes Parcianello			Vilmar Rocha		Ronaldo Caiado
Mauro Benevides			2 vagas		2 vagas
Mauro Lopes				PMDB	
	Bloco PFL, PRONA		Aníbal Gomes		4 vagas
André de Paula		4 vagas	Fernando Diniz		
Ney Lopes			Luiz Bittencourt		
Roberto Magalhães			Moacir Micheletto		
Vic Pires Franco				PSDB	
	PSDB		Carlos Alberto Leréia		Hamilton Casara
Bosco Costa		Antonio Carlos Pannunzio	Professora Raquel Teixeira		João Campos
Sebastião Madeira		Zenaldo Coutinho	Ronaldo Dimas (Licenciado)		2 vagas
Yeda Crusius		1 vaga	Thelma de Oliveira		
	PP			PP	
Benedito de Lira		3 vagas	Romel Anizio		Carlos Souza
			Zé Lima		Sandes Júnior
			1 vaga		1 vaga
				PTB	

Ricarte de Freitas Sandro Matos		2 vagas	Luciano Leitoa		Barbosa Neto Marcondes Gadelha <small>vaga do PTB</small>
	PL			PDT	
Jaime Martins Maurício Rabelo		Jorge Pinheiro Raimundo Santos	André Costa <small>vaga do PT</small> André Figueiredo Wagner Lago <small>vaga do PP</small>		Álvaro Dias
	PSB			PC do B	
Givaldo Carimbão 1 vaga		2 vagas	Alice Portugal		1 vaga
	PPS			PV	
Geraldo Resende		Colbert Martins	Edson Duarte		Jovino Cândido
	PDT		Secretário(a): Mário Dráusio de O. Coutinho		
Dr. Rodolfo Pereira		Enio Bacci	Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A		
	PC do B		Telefones: 216-6203/6232		
Daniel Almeida		1 vaga	FAX: 216-6225		
	PRONA				
1 vaga	PSOL	Elimar Máximo Damasceno			
Maninha <small>vaga do PT</small>					
Secretário(a): José Maria Aguiar de Castro					
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A					
Telefones: 216-6209/6232					
FAX: 216-6225					
<p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 138, DE 2003, QUE "DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DOS DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS DA JUVENTUDE".</p>			<p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 157-A, DE 2003, DO SR. LUIZ CARLOS SANTOS, QUE "CONVOCA ASSEMBLÉIA DE REVISÃO CONSTITUCIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".</p>		
<p>Presidente: Júnior Betão (PL)</p>			<p>Presidente: Michel Temer (PMDB)</p>		
<p>1º Vice-Presidente: Roberto Gouveia (PT)</p>			<p>1º Vice-Presidente:</p>		
<p>2º Vice-Presidente: Marinha Raupp (PMDB)</p>			<p>2º Vice-Presidente:</p>		
<p>3º Vice-Presidente: Zonta (PP)</p>			<p>3º Vice-Presidente:</p>		
<p>Relator: Alice Portugal (PCdoB)</p>			<p>Relator: Roberto Magalhães (PFL)</p>		
<p>Titulares</p>			<p>Titulares</p>		
	PT	Suplentes		PT	Suplentes
Ivo José		Carlos Abicalil	Antonio Carlos Biscaia		José Eduardo Cardozo
Reginaldo Lopes		João Grandão	João Paulo Cunha		Luiz Bassuma
Roberto Gouveia		Maurício Rands	Luiz Eduardo Greenhalgh		Maurício Rands
Selma Schons		3 vagas	Mariângela Duarte		Paulo Rubem Santiago
Vignatti			Odair Cunha		Walter Pinheiro
(Dep. do PDT ocupa a vaga)			Rubens Otoni		(Dep. do PSOL ocupa a vaga)
	PMDB			PMDB	
Benjamin Maranhão		5 vagas	Albérico Filho		Mendes Ribeiro Filho
Leandro Vilela			Eliseu Padilha		Nelson Trad
Marinha Raupp			Mauro Benevides		3 vagas
Zé Gerardo			Michel Temer		
1 vaga			Moreira Franco		
	Bloco PFL, PRONA			Bloco PFL, PRONA	
Celcita Pinheiro		4 vagas	Luiz Carlos Santos		Alberto Fraga
Clóvis Fecury			Paulo Magalhães		Pauderney Avelino
Davi Alcolumbre			Roberto Magalhães		Ronaldo Caiado
Laura Carneiro			Vilmar Rocha		1 vaga
	PSDB			PSDB	
Eduardo Barbosa		Bonifácio de Andrada	Bonifácio de Andrada		Gonzaga Mota
Lobbe Neto		João Campos	Bosco Costa		Ronaldo Cezar Coelho
1 vaga		Thelma de Oliveira	Zenaldo Coutinho		Vicente Arruda
	PP			PP	
Sandes Júnior		Ildo Araujo	Agnaldo Muniz		Antonio Cruz
Zonta		Julio Lopes	Darci Coelho		Ricardo Barros
(Dep. do PDT ocupa a vaga)		1 vaga	Professor Irapuan Teixeira		1 vaga
	PTB			PTB	
Carlos Dunga		(Dep. do PSB ocupa a vaga)	Jefferson Campos		Fleury
Kelly Moraes		2 vagas	Paes Landim		2 vagas
1 vaga			Vicente Cascione		
	PL			PL	
Heleno Silva		Humberto Michiles	Coronel Alves		Carlos Nader
Júnior Betão		Paulo Gouvêa	Milton Monti		Maurício Rabelo
Reinaldo Betão		Wellington Fagundes	Neucimar Fraga		1 vaga
	PPS			PPS	
Colbert Martins		1 vaga	Nelson Proença		Rogério Teófilo
	PSB		Sandra Rosado		
				PSB	1 vaga
			Alceu Collares		
				PDT	Severiano Alves
			Jamil Murad		
				PC do B	1 vaga
			Marcelo Ortiz		
				PV	Sarney Filho

PSOLJoão Alfredo vaga do PT

Secretário(a): Maria Terezinha Donati
 Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
 Telefones: 3216-6215/6232
 FAX: 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 200-A, DE 2003, QUE "ALTERA O ART. 89 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, INCORPORANDO OS SERVIDORES DO EXTINTO TERRITÓRIO FEDERAL DE RONDÔNIA AOS QUADROS DA UNIÃO".

Presidente: Miguel de Souza (PL)
 1º Vice-Presidente: Coronel Alves (PL)
 2º Vice-Presidente: Davi Alcolumbre (PFL)
 3º Vice-Presidente: Zico Bronzeado (PT)
 Relator: Agnaldo Muniz (PP)

Titulares		Suplentes
	PT	
Anselmo		6 vagas
Eduardo Valverde		
Fernando Ferro		
Hélio Esteves		
Zé Geraldo		
Zico Bronzeado		
	PMDB	
Leonardo Picciani	Gervásio Oliveira <small>vaga do PDT</small>	
Marinha Raupp	Lupércio Ramos <small>vaga do PPS</small>	5 vagas
Natan Donadon		
Oswaldo Reis		
1 vaga		
	Bloco PFL, PRONA	
Davi Alcolumbre		4 vagas
Francisco Rodrigues		
Kátia Abreu		
Pauderney Avelino		
	PSDB	
Carlos Alberto Leréia		3 vagas
Hamilton Casara <small>vaga do PL</small>		
2 vagas		
	PP	
Agnaldo Muniz	Celso Russomanno	
Darci Coelho		2 vagas
1 vaga		
	PTB	
Eduardo Seabra	Homero Barreto	
Josué Bengtson <small>vaga do PV</small>	Pedro Fernandes	
Pastor Frankembergen	Philemon Rodrigues	
1 vaga		
	PL	
Coronel Alves	Luciano Castro	
Miguel de Souza	(Dep. do PSB ocupa a vaga)	
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)		1 vaga
	PPS	
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	
	PSB	
Gonzaga Patriota	Carlos Mota <small>vaga do PL</small>	
Maria Helena <small>vaga do PPS</small>	Luciano Leitoa	
	PDT	
Dr. Rodolfo Pereira	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	
	PC do B	
Perpétua Almeida		1 vaga
	PV	
(Dep. do PTB ocupa a vaga)		1 vaga
Secretário(a): Fátima Moreira		
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A		
Telefones: 216-6216/6232		
FAX: 216-6225		

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 215-A, DE 2003, QUE "ACRESCENTA O § 3º AO ART. 42 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL QUE DISPÕE SOBRE OS MILITARES DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS" (POSSIBILITANDO AOS MILITARES DOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS A ACUMULAÇÃO REMUNERADA DE CARGO DE PROFESSOR, CARGO TÉCNICO OU CIENTÍFICO OU DE CARGO PRIVATIVO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE).

Presidente: Jorge Alberto (PMDB)
 1º Vice-Presidente: Josias Quintal (PSB)
 2º Vice-Presidente: Coronel Alves (PL)
 3º Vice-Presidente:
 Relator: Odair Cunha (PT)

Titulares		Suplentes
	PT	
Antonio Carlos Biscaia		6 vagas
José Eduardo Cardozo		
Maria do Carmo Lara		
Odair Cunha		
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)		
1 vaga		
	PMDB	
Gilberto Nascimento	Darcísio Perondi	
João Correia	Gervásio Oliveira <small>vaga do PDT</small>	
Jorge Alberto		4 vagas
Mendes Ribeiro Filho		
(Dep. do PSB ocupa a vaga)		
	Bloco PFL, PRONA	
Abelardo Lupion		4 vagas
Alberto Fraga <small>vaga do PTB</small>		
Onyx Lorenzoni		
Ronaldo Caiado		
1 vaga		
	PSDB	
Bismarck Maia	Carlos Sampaio	
Carlos Alberto Leréia	João Campos	
Luiz Carlos Haully	Vicente Arruda	
	PP	
Agnaldo Muniz	Darci Coelho	
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	Ildeu Araujo	
1 vaga		1 vaga
	PTB	
Pastor Reinaldo		3 vagas
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)		
(Dep. do PPS ocupa a vaga)		
	PL	
Coronel Alves	Luciano Castro	
Jorge Pinheiro	Remi Trinta	
1 vaga		1 vaga
	PPS	
Colbert Martins		1 vaga
Dr. Francisco Gonçalves <small>vaga do PTB</small>		
	PSB	
Josias Quintal <small>vaga do PMDB</small>	Givaldo Carimbão	
1 vaga		
	PDT	
Álvaro Dias	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	
Wagner Lago <small>vaga do PP</small>		
	PC do B	
Jamil Murad		1 vaga
	PV	
Marcelo Ortiz		1 vaga
	PSOL	
Maninha <small>vaga do PT</small>		
Secretário(a): Heloísa Pedrosa Diniz		

Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6201/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 228-A, 255, 285 E 293, DE 2004, QUE "ALTERA O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Mussa Demes (PFL)
1º Vice-Presidente: Gerson Gabrielli (PFL)
2º Vice-Presidente: Pedro Novais (PMDB)
3º Vice-Presidente: Luiz Carlos Hauly (PSDB)
Relator: Virgílio Guimarães (PT)

Titulares		Suplentes
	PT	
Carlito Merss		Devanir Ribeiro
Jorge Bittar		José Pimentel
José Mentor		Nilson Mourão
Paulo Bernardo (Licenciado)		Paulo Delgado
Virgílio Guimarães		Paulo Pimenta
Walter Pinheiro		Paulo Rubem Santiago
Zezéu Ribeiro		1 vaga
	PFL	
Antonio Carlos Magalhães Neto		Abelardo Lupion
Gerson Gabrielli		Eduardo Sciarra
José Roberto Arruda		Eliseu Resende
Mussa Demes		José Carlos Machado
Pauderney Avelino		Luiz Carreira
Vic Pires Franco		(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
	PMDB	
Delfim Netto <small>vaga do PP</small>		Ann Pontes
Eduardo Cunha		Benjamin Maranhão
Henrique Eduardo Alves		José Priante
Lupércio Ramos <small>vaga do PPS</small>		Luiz Bittencourt
Osmar Serraglio		Wilson Santiago
Pedro Chaves		
Pedro Novais		
	PSDB	
Antonio Cambraia		Anivaldo Vale
Julio Semeghini		Antonio Carlos Mendes Thame
Luiz Carlos Hauly		Gonzaga Mota
Walter Feldman		Paulo Bauer <small>vaga do PFL</small>
Zenaldo Coutinho		Ronaldo Dimas (Licenciado)
		Yeda Crusius
	PP	
Francisco Dornelles		Enivaldo Ribeiro
Romel Anizio		Feu Rosa
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)		Professor Irapuan Teixeira
	PTB	
Armando Monteiro		Jackson Barreto
José Militão		Pedro Fernandes
Philemon Rodrigues		Vicente Cascione
	PL	
Miguel de Souza		Humberto Michiles
Raimundo Santos		Jaime Martins
Sandro Mabel		1 vaga
	PSB	
Beto Albuquerque		Barbosa Neto
Renato Casagrande		Gonzaga Patriota
	PPS	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)		(Dep. do PDT ocupa a vaga)
	PDT	
Manato		Dr. Rodolfo Pereira
Sérgio Miranda <small>vaga do PC do B</small>		João Herrmann Neto <small>vaga do PPS</small>
	PC do B	
(Dep. do PDT ocupa a vaga)		Daniel Almeida
	PRONA	
Enéas		Elimar Máximo Damasceno

Secretário(a): Angélica Fialho

Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A

Telefones: 216-6218 / 6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 272-A, DE 2000, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO À ALÍNEA "C" DO INCISO I DO ART. 12 DA CONSTITUIÇÃO E ACRESCENTA ARTIGO AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, ASSEGURANDO O REGISTRO NOS CONSULADOS DE BRASILEIROS NASCIDOS NO ESTRANGEIRO".

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares		Suplentes
	PT	
Leonardo Monteiro		(Dep. do PDT ocupa a vaga)
Nilson Mourão		5 vagas
Paulo Delgado		
Telma de Souza		
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)		
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)		
	PMDB	
Fernando Lopes		Átila Lins <small>vaga do PPS</small>
João Correia		5 vagas
Wilson Santiago		
Zé Gerardo		
(Dep. S.PART. ocupa a vaga)		
	Bloco PFL, PRONA	
Francisco Rodrigues		Edmar Moreira <small>vaga do Bloco PL, PSL</small>
Ivan Ranzolin <small>vaga do PP</small>		4 vagas
Murilo Zauith		
Vilmar Rocha		
1 vaga		
	PP	
Feu Rosa		Dilceu Sperafico
(Dep. do Bloco PFL, PRONA		Francisco Dornelles
ocupa a vaga)		Professor Irapuan Teixeira
1 vaga		
	PSDB	
Bosco Costa		Antonio Carlos Pannunzio
Helenildo Ribeiro		Luiz Carlos Hauly
João Castelo		Manoel Salviano
	PTB	
Arnon Bezerra		3 vagas
Jackson Barreto		
1 vaga		
	Bloco PL, PSL	
Almeida de Jesus		Jaime Martins
(Dep. do PSB ocupa a vaga)		(Dep. do Bloco PFL, PRONA
(Dep. do PSB ocupa a vaga)		ocupa a vaga)
		1 vaga
	PPS	
(Dep. do PDT ocupa a vaga)		(Dep. do PMDB ocupa a
		vaga)
	PSB	
Alexandre Cardoso		1 vaga
Carlos Mota <small>vaga do Bloco PL, PSL</small>		
João Paulo Gomes da Silva <small>vaga do Bloco</small>		
PL, PSL		
	PDT	
João Herrmann Neto <small>vaga do PPS</small>		André Costa <small>vaga do PT</small>
Severiano Alves		Mário Heringer
	PC do B	
Jamil Murad		1 vaga
	PSC	
Zequinha Marinho		(Dep. do PTC ocupa a vaga)
	PV	
1 vaga		1 vaga
	PSOL	

Maninha ^{vaga do PT}
Orlando Fantazzini ^{vaga do PT}

PTC

Carlos Willian ^{vaga do PSC}

S.PART.

Vieira Reis ^{vaga do PMDB}
Secretário(a): -

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 333-A, DE 2004, DO SR. POMPEO DE MATTOS, QUE "MODIFICA A REDAÇÃO DO ART. 29A E ACRESCENTA ART. 29B À CONSTITUIÇÃO FEDERAL PARA DISPOR SOBRE O LIMITE DE DESPESAS E A COMPOSIÇÃO DAS CÂMARAS DE VEREADORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Mário Heringer (PDT)

1º Vice-Presidente: Mauro Benevides (PMDB)

2º Vice-Presidente: Maria do Carmo Lara (PT)

3º Vice-Presidente: Neucimar Fraga (PL)

Relator: Luiz Eduardo Greenhalgh (PT)

Titulares

PT

Antônio Carlos Biffi
João Grandão
Luiz Eduardo Greenhalgh
Maria do Carmo Lara
Reginaldo Lopes
Rubens Otoni

Suplentes

Ana Guerra
Anselmo
Durval Orlato
Eduardo Valverde
Leonardo Monteiro
Zezéu Ribeiro

PMDB

Darcísio Perondi
Gilberto Nascimento
Mauro Benevides
Pedro Chaves
1 vaga

Átila Lins
Oswaldo Reis
3 vagas

Bloco PFL, PRONA

Carlos Batata
Fernando de Fabinho
Gervásio Silva
Ivan Ranzolin

José Carlos Machado
3 vagas

PSDB

Átila Lira
Carlos Alberto Leréia
Gonzaga Mota

Ana Alencar
Antonio Carlos Pannunzio
Yeda Crusius

PP

Dilceu Sperafico
Leodegar Tiscoski
Lino Rossi

Feu Rosa
Professor Irapuan Teixeira
Reginaldo Germano

PTB

Arnor Bezerra
Fernando Gonçalves
Marcus Vicente

Jackson Barreto
Jefferson Campos
1 vaga

PL

Almeida de Jesus
Milton Monti
Neucimar Fraga

Jaime Martins
Oliveira Filho
1 vaga

PPS

Cezar Silvestri

Geraldo Resende

PSB

Jorge Gomes

Júlio Delgado

PDT

Mário Heringer

Dr. Rodolfo Pereira

PC do B

Daniel Almeida

1 vaga

PV

Leonardo Mattos
Secretário(a): Fernando Maia Leão
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A
Telefones: 3216-6205/6232
FAX: 3216-6225

Jovino Cândido

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 334-A, DE 1996, "QUE VEDA A NOMEAÇÃO DE PARENTES DE AUTORIDADES PARA CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES DE CONFIANÇA".

Presidente: Manato (PDT)

1º Vice-Presidente: Jackson Barreto (PTB)

2º Vice-Presidente: Zulaiê Cobra (PSDB)

3º Vice-Presidente: Raul Jungmann (PPS)

Relator: Arnaldo Faria de Sá (PTB)

Titulares

PT

Antonio Carlos Biscaia
José Eduardo Cardozo
Luiz Couto
Rubens Otoni
Walter Pinheiro
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)

Suplentes

Ana Guerra
Luiz Bassuma
Vadinho Baião
3 vagas

PMDB

Cezar Schirmer
Mauro Benevides
3 vagas

5 vagas

Bloco PFL, PRONA

André de Paula
Antonio Carlos Magalhães Neto
José Roberto Arruda
Onyx Lorenzoni

4 vagas

PSDB

Yeda Crusius
Zenaldo Coutinho
Zulaiê Cobra

Antonio Carlos Pannunzio
Bosco Costa
1 vaga

PP

Benedito de Lira
(Dep. do PDT ocupa a vaga)
1 vaga

3 vagas

PTB

Arnaldo Faria de Sá
Jackson Barreto
(Dep. do PSB ocupa a vaga)

Iris Simões
Nelson Marquezelli
(Dep. do PSB ocupa a vaga)

PL

Medeiros
(Dep. do PSB ocupa a vaga)
(Dep. do PSB ocupa a vaga)

Almeida de Jesus
Coronel Alves
Lincoln Portela

PPS

Raul Jungmann

Colbert Martins

PSB

Carlos Mota ^{vaga do PL}
Edinho Montemor ^{vaga do PL}
Isaías Silvestre
Marcondes Gadelha ^{vaga do PTB}

Iberê Ferreira ^{vaga do PTB}
Jorge Gomes

PDT

Manato
Wagner Lago ^{vaga do PP}

Luiz Piauhyliano

PC do B

Perpétua Almeida

Daniel Almeida

PV

Sarney Filho

Jovino Cândido

PSOL

Orlando Fantazzini ^{vaga do PT}
Secretário(a): Heloísa Pedrosa Diniz
Local: Anexo II, Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: 216-6201/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 349-A, DE 2001, QUE "ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTS. 52, 53, 55 E 66 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL PARA ABOLIR O VOTO

SECRETO NAS DECISÕES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL".

Presidente: Juíza Denise Frossard (PPS)

1º Vice-Presidente: Ney Lopes (PFL)

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Relator: José Eduardo Cardozo (PT)

Titulares**Suplentes**

	PT	
José Eduardo Cardozo		6 vagas
Nilson Mourão		
Orlando Desconsi		
Rubens Otoni		
Sigmaringa Seixas		
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)		

	PMDB	
Cezar Schirmer		5 vagas
Eliseu Padilha		
Paulo Afonso		
2 vagas		

	Bloco PFL, PRONA	
José Roberto Arruda		Eduardo Sciarra
Luiz Carlos Santos		Onyx Lorenzoni
Ney Lopes		2 vagas
Ronaldo Caiado		

	PP	
Francisco Turra		Enivaldo Ribeiro
Romel Anizio		João Leão <small>vaga do Bloco PL, PSL</small>
1 vaga		Márcio Reinaldo Moreira
		1 vaga

	PSDB	
Bosco Costa		Antonio Carlos Pannunzio
Zenaldo Coutinho		Bonifácio de Andrada
(Dep. do PPS ocupa a vaga)		1 vaga

	PTB	
Fleury		Jovair Arantes
Ricardo Izar		2 vagas
1 vaga		

	Bloco PL, PSL	
Almir Sá		Oliveira Filho
(Dep. do PSB ocupa a vaga)		(Dep. do PP ocupa a vaga)
1 vaga		(Dep. do PSB ocupa a vaga)

	PPS	
Juíza Denise Frossard <small>vaga do PSDB</small>		Dimas Ramalho
1 vaga		

	PSB	
Alexandre Cardoso		Mário Assad Júnior <small>vaga do Bloco PL, PSL</small>

João Paulo Gomes da Silva <small>vaga do Bloco PL, PSL</small>		Renato Casagrande
--	--	-------------------

	PDT	
Ademir Camilo		Enio Bacci

	PC do B	
Renildo Calheiros		Jamil Murad

	PSC	
Costa Ferreira		1 vaga

	PV	
Marcelo Ortiz		Sarney Filho

	PSOL	
--	-------------	--

Chico Alencar vaga do PT

Secretário(a): Mário Dráusio de O. Coutinho

Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A

Telefones: 216-6203/6232

FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 358-A, DE 2005, DO SENADO FEDERAL, QUE "ALTERA DISPOSITIVOS DOS ARTS. 21, 22, 29, 48, 93, 95, 96, 98, 102, 103-B, 104, 105, 107, 111-A, 114, 115, 120, 123, 124, 125, 128, 129, 130-A E 134

DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ACRESCENTA OS ARTS. 97-A, 105-A, 111-B E 116-A, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". (REFORMA DO JUDICIÁRIO).

Presidente: Átila Lins (PMDB)

1º Vice-Presidente: Paulo Afonso (PMDB)

2º Vice-Presidente: Paulo Magalhães (PFL)

3º Vice-Presidente: Rubens Otoni (PT)

Relator: Paes Landim (PTB)

Titulares**Suplentes**

	PT	
Antonio Carlos Biscaia		Dra. Clair
Iriny Lopes		Nelson Pellegrino
José Eduardo Cardozo		4 vagas
Luiz Alberto		
Maurício Rands		
Rubens Otoni		

	PMDB	
Albérico Filho		Ann Pontes
Átila Lins		4 vagas
Mauro Benevides		
Mendes Ribeiro Filho		
Paulo Afonso		

	Bloco PFL, PRONA	
Félix Mendonça		4 vagas
José Rocha		
Paulo Magalhães		
Robério Nunes		

	PSDB	
Bonifácio de Andrada		Antonio Carlos Pannunzio
Bosco Costa		Helenildo Ribeiro
Vicente Arruda		João Campos

	PP	
Agnaldo Muniz		3 vagas
Benedito de Lira		
Darci Coelho		

	PTB	
Fleury		3 vagas
Paes Landim		
1 vaga		

	PL	
Aracely de Paula		Carlos Nader
Milton Monti		José Santana de Vasconcellos
1 vaga		Raimundo Santos

	PPS	
Juíza Denise Frossard		Colbert Martins

	PSB	
Sandra Rosado		(Dep. do PSOL ocupa a vaga)

	PDT	
Luiz Piauhyllino		João Fontes

	PC do B	
Inácio Arruda		1 vaga

	PV	
Marcelo Ortiz		1 vaga

	PSOL	
		João Alfredo <small>vaga do PSB</small>

Secretário(a): Heloísa Pedrosa Diniz

Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A

Telefones: 3216-6201/6232

FAX: 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 366-A, DE 2005, DO SR. ARNALDO FARIA DE SÁ, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO INCISO II DO ART. 98 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E AO ART. 30 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS" (ESTABELECENDO O CONCURSO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE JUIZ DE PAZ, MANTENDO OS ATUAIS ATÉ A VACÂNCIA DAS RESPECTIVAS FUNÇÕES).

Presidente:

1º Vice-Presidente: 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente:		Jairo Carneiro Laura Carneiro Mendonça Prado	
Titulares			PMDB
5 vagas	PT	5 vagas	
André Zacharow Cezar Schirmer Mendes Ribeiro Filho Nelson Trad Osmar Serraglio	PMDB	Ann Pontes Mauro Benevides Pedro Irujo 2 vagas	
Ivan Ranzolin Mendonça Prado Vilmar Rocha 1 vaga	Bloco PFL, PRONA	4 vagas	
João Campos Vicente Arruda Zulaiê Cobra	PSDB	Antonio Carlos Pannunzio Átila Lira Bosco Costa	
Benedito de Lira Feu Rosa Nilton Baiano	PP	3 vagas	
Arnaldo Faria de Sá Edir Oliveira Paes Landim	PTB	Ary Kara Fleury Jovair Arantes	
Jaime Martins 1 vaga	PL	Almir Sá Humberto Michiles	
João Paulo Gomes da Silva Pastor Francisco Olímpio	PSB	2 vagas	
Pompeo de Mattos	PDT	Sérgio Miranda	
Juíza Denise Frossard 1 vaga	PPS	1 vaga	
1 vaga	PC do B	1 vaga	
1 vaga	PV	1 vaga	
1 vaga	PSC	1 vaga	
Secretário(a): .			
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 431-A, DE 2001, QUE "ACRESCENTA PARÁGRAFOS PRIMEIRO E SEGUNDO AO ARTIGO 204 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL", DESTINANDO 5% DOS RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO FEDERAL, ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS PARA CUSTEIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.			
Presidente: Jamil Murad (PCdoB)			
1º Vice-Presidente:			
2º Vice-Presidente:			
3º Vice-Presidente:			
Relator: Mário Heringer (PDT)			
Titulares		Suplentes	
Angela Guadagnin Jorge Boeira Mária do Rosário Selma Schons Tarcísio Zimmermann Telma de Souza	PT	6 vagas	
André de Paula Fábio Souto	PFL	5 vagas	
			PMDB
Cezar Schirmer Gilberto Nascimento Marcelo Castro Max Rosenmann Paulo Afonso		André Zacharow João Correia Oswaldo Reis (Dep. do PSB ocupa a vaga) 1 vaga	
Antonio Cambraia Eduardo Barbosa Thelma de Oliveira Yeda Crusius		Carlos Alberto Leréia Rafael Guerra Walter Feldman (Dep. do PPS ocupa a vaga)	PSDB
Benedito de Lira José Linhares Suely Campos		Zonta 2 vagas	PP
Kelly Moraes (Dep. do PSB ocupa a vaga)		Arnaldo Faria de Sá 1 vaga	PTB
Almeida de Jesus Oliveira Filho		Wanderval Santos (Dep. S.PART. ocupa a vaga)	PL
Luiza Erundina Marcondes Gadelha (Dep. do PMDB ocupa a vaga)		Sandra Rosado 2 vagas	PSB
1 vaga		Geraldo Resende Juíza Denise Frossard (Dep. do PMDB ocupa a vaga)	PPS
Mário Heringer		Alice Portugal	PDT
Jamil Murad			PC do B
Elimar Máximo Damasceno		1 vaga	PRONA
		Marcos de Jesus vaga do PL	S.PART.
Secretário(a): Angélica Maria L. F. Aguiar Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6218 / 6232 FAX: 216-6225			
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 438-A, DE 2001, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 243 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (ESTABELECENDO A PENA DE PERDIMENTO DA GLEBA ONDE FOR CONSTADA A EXPLORAÇÃO DE TRABALHO ESCRAVO; REVERTENDO A ÁREA AO ASSENTAMENTO DOS COLONOS QUE JÁ TRABALHAVAM NA RESPECTIVA GLEBA).			
Presidente: Isaías Silvestre (PSB)			
1º Vice-Presidente:			
2º Vice-Presidente: Bernardo Ariston (PMDB)			
3º Vice-Presidente: Anivaldo Vale (PSDB)			
Relator: Tarcísio Zimmermann (PT)			
Titulares		Suplentes	
Antonio Carlos Biscaia Dra. Clair Leonardo Monteiro Neyde Aparecida Tarcísio Zimmermann 1 vaga	PT	Eduardo Valverde João Grandão Jorge Boeira Zé Geraldo (Dep. do PSOL ocupa a vaga) (Dep. do PSOL ocupa a vaga) 1 vaga	
Francisco Rodrigues Kátia Abreu Ronaldo Caiado	PFL	Abelardo Lupion Alberto Fraga Fernando de Fabinho	

(Dep. do PP ocupa a vaga) 1 vaga	Ivan Ranzolin <small>vaga do PP</small> (Dep. do PL ocupa a vaga) (Dep. do PSC ocupa a vaga) (Dep. do PSC ocupa a vaga)	Telma de Souza Vitorassi	
	PMDB	PMDB	
Almerinda de Carvalho Asdrubal Bentes Bernardo Ariston Teté Bezerra	(Dep. do PSB ocupa a vaga) 3 vagas	Hermes Parcianelo Jorge Alberto Olavo Calheiros (Licenciado) Rose de Freitas 1 vaga	Aníbal Gomes Cezar Schirmer Luiz Bittencourt Marinha Raupp Paulo Lima
	PSDB	Bloco PFL, PRONA	
Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado) Anivaldo Vale Eduardo Barbosa Helenildo Ribeiro	Bosco Costa João Almeida Júlio Redecker Léo Alcântara	Ivan Ranzolin Ney Lopes Roberto Magalhães Ronaldo Caiado	Aroldo Cedraz 3 vagas
	PP	PSDB	Bonifácio de Andrada Custódio Mattos Vicente Arruda
Marcos Abramo <small>vaga do PFL</small> Zé Lima (Dep. do PDT ocupa a vaga) 1 vaga	Cleonânicio Fonseca Enivaldo Ribeiro (Dep. do PFL ocupa a vaga)	João Almeida Jutahy Junior Zenaldo Coutinho	
	PTB	PP	3 vagas
Homero Barreto Josué Bengtson	Pastor Reinaldo (Dep. do PFL ocupa a vaga)	Agnaldo Muniz Benedito de Lira Darci Coelho	
	PL	PTB	3 vagas
Medeiros 1 vaga	José Carlos Araújo <small>vaga do PFL</small> Luciano Castro (Dep. do PSC ocupa a vaga)	Fleury Iris Simões Paes Landim	
	PSB	PL	Júnior Betão Reinaldo Betão 1 vaga
Isaías Silvestre Luiza Erundina	Sandra Rosado <small>vaga do PMDB</small> (Dep. do PT ocupa a vaga) 1 vaga	Lincoln Portela Miguel de Souza 1 vaga	
	PPS	PPS	Fernando Coruja
Colbert Martins	Geraldo Resende	Rogério Teófilo	
	PDT	PSB	1 vaga
Dr. Rodolfo Pereira Wagner Lago <small>vaga do PP</small>	João Fontes	B. Sá	
	PC do B	PDT	João Fontes
Daniel Almeida	Jamil Murad	João Herrmann Neto	
	PV	PC do B	Jandira Feghali
Marcelo Ortiz	1 vaga	Renildo Calheiros	
	PSOL	PV	1 vaga
	Chico Alencar <small>vaga do PT</small> Orlando Fantazzini <small>vaga do PT</small>	Jovino Cândido Secretário(a): Ana Lucia Ribeiro Marques Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A Telefones: 3216.6214 FAX: 3216.6225	
	PSC	COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 457-A, DE 2005, DO SENADO FEDERAL, QUE "ALTERA O ART. 40 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, RELATIVO AO LIMITE DE IDADE PARA A APOSENTADORIA COMPULSÓRIA DO SERVIDOR PÚBLICO EM GERAL, E ACRESCENTA DISPOSITIVO AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS".	
Secretário(a): Eveline de Carvalho Alminta Local: Anexo II, Pavimento Superior s/ 170-A Telefones: 216.6211 FAX: 216.6225	Milton Barbosa <small>vaga do PFL</small> Pastor Amarildo <small>vaga do PL</small> Zequinha Marinho <small>vaga do PFL</small>	Presidente: Jader Barbalho (PMDB) 1º Vice-Presidente: 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente: Relator: João Castelo (PSDB)	
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 446-A, DE 2005, QUE "DISPÕE SOBRE A NÃO APLICAÇÃO DA RESSALVA DO ART. 16 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL AO PLEITO ELEITORAL DE 2006" (AMPLIANDO PARA 31 DE DEZEMBRO DE 2005 O PRAZO PARA APROVAÇÃO E VIGÊNCIA DE LEI QUE ALTERE O PROCESSO ELEITORAL DE 2006).		Titulares	Suplentes
Presidente: João Almeida (PSDB) 1º Vice-Presidente: Telma de Souza (PT) 2º Vice-Presidente: Roberto Magalhães (PFL) 3º Vice-Presidente: B. Sá (PSB)		Antonio Carlos Biscaia José Eduardo Cardozo José Pimentel Maurício Rands Rubens Otoni (Dep. do PTC ocupa a vaga)	Dra. Clair 5 vagas
Titulares	Suplentes	PMDB	
Durval Orlato Reginaldo Lopes Roberto Gouveia Rubens Otoni	PT Iryny Lopes Maria do Rosário 4 vagas	Asdrubal Bentes Eunício Oliveira Jader Barbalho Mauro Benevides Nelson Bornier	Albérico Filho Almerinda de Carvalho <small>vaga do PP</small> Átila Lins Benjamin Maranhão Marinha Raupp

Edir Oliveira	Fernando Gonçalves	Helena Silva	José Carlos Araújo <small>vaga do PFL</small>
Jefferson Campos	Fleury	Jaime Martins	(Dep. do PP ocupa a vaga)
Paes Landim	Romeu Queiroz		1 vaga
	PL		PSB
Almeida de Jesus	Almir Sá	Givaldo Carimbão	2 vagas
Sandro Mabel	José Carlos Araújo	Gonzaga Patriota	
		Marcondes Gadelha <small>vaga do PTB</small>	
Carlos Mota	2 vagas		PPS
Mário Assad Júnior		Raul Jungmann	Colbert Martins
			PDT
Severiano Alves	André Figueiredo	Mário Heringer	Severiano Alves
			PC do B
Juíza Denise Frossard	Fernando Estima	Daniel Almeida	1 vaga
			PRONA
Vanessa Grazziotin	Inácio Arruda	Eliamar Máximo Damasceno	1 vaga
		Secretário(a): Angélica Maria L. Fialho Aguiar	
Marcelo Ortiz	1 vaga	Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A	
		Telefones: 216-6218/6232	
Zequinha Marinho	(Dep. do PSOL ocupa a vaga)	FAX: 216-6225	
	PSOL		
	Maninha <small>vaga do PSC</small>		
Secretário(a): Mário Dráusio de O. Coutinho		COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER	
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A		À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 533-A, DE	
Telefones: 3216-6203/6232		2006, DO SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO, QUE "ACRESCENTA	
FAX: 3216-6225		O INCISO VI AO ART. 51, O INCISO XVI AO ART. 52,	
		MODIFICA OS §§2º E 3º DO ART. 55, ACRESCENTA O §5º AO	
		ART. 55 E A ALÍNEA 'S' AO INCISO I DO ART. 102, PARA	
		ATRIBUIR AO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL A	
		COMPETÊNCIA PARA JULGAR PARLAMENTAR EM	
		DETERMINADOS CASOS DE PERDA DE MANDATO (ART. 55,	
		I E II), APÓS ADMITIDO O PROCESSO, POR VOTAÇÃO	
		OSTENSIVA E MAIORIA ABSOLUTA, PELA CÂMARA DOS	
		DEPUTADOS OU PELO SENADO FEDERAL".	
		Presidente: Jairo Carneiro (PFL)	
		1º Vice-Presidente: Paulo Magalhães (PFL)	
		2º Vice-Presidente: José Carlos Araújo (PL)	
		3º Vice-Presidente: Feu Rosa (PP)	
		Relator: Fleury (PTB)	
		Titulares	Suplentes
	PT		PT
Fernando Ferro	Josias Gomes	Carlos Abicalil	5 vagas
José Pimentel	5 vagas	José Eduardo Cardozo	
Luiz Bassuma		Luiz Couto	
Virgílio Guimarães		Luiz Eduardo Greenhalgh	
Walter Pinheiro		Maurício Rands	
Zezéu Ribeiro			PMDB
		Adelor Vieira	5 vagas
	PFL	Albérico Filho	
Fernando de Fabinho	Eduardo Sciarra	Alexandre Santos	
José Carlos Machado	Júlio Cesar	Almerinda de Carvalho	
José Rocha	(Dep. do PL ocupa a vaga)	André Zacharow	
Luiz Carreira	2 vagas	Eduardo Cunha <small>vaga do PSC</small>	
Oswaldo Coelho			Bloco PFL, PRONA
	PMDB	Jairo Carneiro	4 vagas
Jorge Alberto	4 vagas	Mendonça Prado	
Mauro Lopes		Paulo Magalhães	
Olavo Calheiros (Licenciado)		Roberto Magalhães	
Wilson Santiago			PSDB
	PSDB	Custódio Mattos	Antonio Carlos Pannunzio
Bosco Costa	Antonio Cambraia	Gonzaga Mota	Bosco Costa
Gonzaga Mota	Narcio Rodrigues	Gustavo Fruet	Ronaldo Cezar Coelho
Helenildo Ribeiro	Vicente Arruda		
João Almeida	Walter Feldman		PP
		Feu Rosa	3 vagas
		Leodegar Tiscoski	
	PP	Nilton Baiano	
Cleonânicio Fonseca	João Leão <small>vaga do PL</small>		PTB
Márcio Reinaldo Moreira	3 vagas		
Mário Negromonte			
		Arnaldo Faria de Sá	Alex Canziani
Jackson Barreto	Jonival Lucas Junior	Arnon Bezerra	Jackson Barreto
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	1 vaga	Fleury	Romeu Queiroz
			PL
	PL	José Carlos Araújo	Almir Sá

Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
 Telefones: 3216-6211/6232
 FAX: 3216-6225

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E
 PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À
 CONSTITUIÇÃO Nº 544-A, DE 2002, QUE "CRIA OS
 TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS DA 6ª, 7ª, 8ª E 9ª
 REGIÕES".**

Presidente: Luiz Carlos Haully (PSDB)
 1º Vice-Presidente: Custódio Mattos (PSDB)
 2º Vice-Presidente:
 3º Vice-Presidente:
 Relator: Eduardo Sciarra (PFL)

Titulares		Suplentes
	PT	
Dra. Clair	(Dep. do PSOL ocupa a vaga)	
Eduardo Valverde		5 vagas
Gilmar Machado		
Guilherme Menezes		
Iriny Lopes		
João Magno		
	PFL	
Eduardo Sciarra		Murilo Zauith
Fábio Souto	(Dep. do PP ocupa a vaga)	
Fernando de Fabinho		3 vagas
2 vagas		
	PMDB	
André Zacharow <small>vaga do PDT</small>		4 vagas
Mauro Lopes		
Rose de Freitas <small>vaga do PSDB</small>		
Wilson Santiago		
Zé Gerardo		
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)		
	PSDB	
Custódio Mattos		Afonso Camargo
Gustavo Fruet <small>vaga do PMDB</small>		Narcio Rodrigues
João Almeida		Sebastião Madeira
Luiz Carlos Haully		1 vaga
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)		
	PP	
Dilceu Sperafico		Darci Coelho <small>vaga do PFL</small>
Herculano Anghinetti		Mário Negromonte
1 vaga		2 vagas
	PTB	
Iris Simões		2 vagas
José Militão		
	PL	
Oliveira Filho		Chico da Princesa
(Dep. do PSB ocupa a vaga)		(Dep. do PSB ocupa a vaga)
	PSB	
Mário Assad Júnior <small>vaga do PL</small>		Carlos Mota <small>vaga do PL</small>
Pastor Francisco Olímpio		2 vagas
(Dep. do PTC ocupa a vaga)		
	PPS	
Geraldo Thadeu		Cezar Silvestri
	PDT	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)		Mário Heringer
	PC do B	
Jamil Murad		1 vaga
	PV	
Leonardo Mattos		Sarney Filho
	PSOL	
	PTC	Orlando Fantazzini <small>vaga do PT</small>
Carlos Willian <small>vaga do PSB</small>		

Secretário(a): Leila Machado Campos de Freitas
 Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
 Telefones: 216-6212 / 6232
 FAX: 216-6225

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER
 À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 603, DE
 1998, QUE "REVOGA O § 3º DO ART. 49 DO ATO DAS
 DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS"
 (EXCLUINDO A APLICAÇÃO DA ENFITEUSE AOS TERRENOS
 DE MARINHA SITUADOS NA FAIXA DE SEGURANÇA NA
 ORLA MARÍTIMA).**

Presidente: Feu Rosa (PP)
 1º Vice-Presidente: Yeda Crusius (PSDB)
 2º Vice-Presidente: Pedro Fernandes (PTB)
 3º Vice-Presidente: Alexandre Santos (PMDB)
 Relator: Telma de Souza (PT)

Titulares		Suplentes
	PT	
Carlito Merss		Selma Schons
Luiz Sérgio	(Dep. do PSOL ocupa a vaga)	
Mauro Passos		4 vagas
Telma de Souza		
Zezéu Ribeiro		
(Dep. do PDT ocupa a vaga)		
	PMDB	
Alexandre Santos		Moraes Souza
André Zacharow <small>vaga do PDT</small>		4 vagas
Eliseu Padilha		
Gilberto Nascimento		
Max Rosenmann		
Rose de Freitas		
	Bloco PFL, PRONA	
Félix Mendonça		José Carlos Machado
Júlio Cesar		3 vagas
Laura Carneiro		
Paulo Magalhães		
	PSDB	
Gonzaga Mota		Afonso Camargo
Luiz Carlos Haully		Antonio Carlos Pannunzio
Yeda Crusius		Antonio Joaquim <small>vaga do PP</small>
	PP	João Castelo
Feu Rosa		Jair Bolsonaro <small>vaga do PTB</small>
João Leão <small>vaga do PL</small>		(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
Julio Lopes		(Dep. do PSC ocupa a vaga)
Leodegar Tiscoski		1 vaga
	PTB	
Jackson Barreto		José Chaves
Pedro Fernandes		Paes Landim
1 vaga		(Dep. do PP ocupa a vaga)
	PL	
Almir Sá		Coronel Alves
Reinaldo Betão		José Santana de Vasconcellos
(Dep. do PP ocupa a vaga)		Luciano Castro
	PPS	
1 vaga		Cláudio Magrão
	PSB	
Renato Casagrande		1 vaga
	PDT	
André Costa <small>vaga do PT</small>		Álvaro Dias
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)		
	PC do B	
Alice Portugal		1 vaga
	PV	
Sarney Filho		Jovino Cândido
	PSOL	
	PSC	Chico Alencar <small>vaga do PT</small>
		Dr. Heleno <small>vaga do PP</small>

Secretário(a): José Maria Aguiar de Castro
 Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
 Telefones: 3216-6209/6232
 FAX: 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1.144, DE 2003, DA SENHORA MARIA DO CARMO LARA, QUE "INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL, DEFINE DIRETRIZES PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA E ESGOTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Colbert Martins (PPS)
 1º Vice-Presidente: Zezéu Ribeiro (PT)
 2º Vice-Presidente: Teté Bezerra (PMDB)
 3º Vice-Presidente: José Carlos Machado (PFL)
 Relator: Julio Lopes (PP)

Titulares		Suplentes
	PT	
Iara Bernardi		Dr. Rosinha
Maria do Carmo Lara		Dra. Clair
Orlando Desconsi		Mauro Passos
Simplicio Mário		Paulo Rubem Santiago
Terezinha Fernandes		Walter Pinheiro
Zezeu Ribeiro		1 vaga
	PMDB	
Alexandre Santos		Darcisio Perondi
Marinha Raupp		Eduardo Cunha
Moreira Franco		João Magalhães
Teté Bezerra		Nelson Bornier
Zé Gerardo		Olavo Calheiros (Licenciado)
	Bloco PFL, PRONA	
Betinho Rosado		Gervásio Silva
José Carlos Machado		(Dep. do PPS ocupa a vaga)
Oswaldo Coelho		2 vagas
Paulo Magalhães		
	PSDB	
Antonio Carlos Mendes Thame		Antonio Carlos Pannunzio
Julio Semeghini		Domiciano Cabral
Rafael Guerra		Eduardo Barbosa
	PP	
Julio Lopes		Ildeu Araujo
Vanderlei Assis		Romel Anizio
Zé Lima		Vadão Gomes
	PTB	
Jackson Barreto		Arnaldo Faria de Sá
Nelson Marquezelli		2 vagas
Pedro Fernandes		
	PL	
Jaime Martins		Chico da Princesa
Jorge Pinheiro		Heleno Silva
Sandro Mabel		Paulo Gouvêa
	PPS	
Colbert Martins		Geraldo Resende <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small>
		Rogério Teófilo
	PSB	
1 vaga		1 vaga
	PDT	
Severiano Alves		André Figueiredo
	PC do B	
Inácio Arruda		Vanessa Grazziotin
	PV	
Fernando Gabeira		Edson Duarte

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1399, DE 2003, QUE "DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA MULHER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Sandra Rosado (PSB)

1º Vice-Presidente: Marinha Raupp (PMDB)
 2º Vice-Presidente: Celcita Pinheiro (PFL)
 3º Vice-Presidente:
 Relator: Dr. Francisco Gonçalves (PPS)

Titulares		Suplentes
	PT	
Iara Bernardi		Iriny Lopes
Luci Choinacki		(Dep. do PSOL ocupa a vaga)
		4 vagas
Maria do Rosário		
Selma Schons		
Telma de Souza		
1 vaga		
	PFL	
Celcita Pinheiro		(Dep. do PDT ocupa a vaga)
Kátia Abreu		4 vagas
Laura Carneiro		
Nice Lobão		
Zelinda Novaes		
	PMDB	
Almerinda de Carvalho		Benjamin Maranhão
Ann Pontes		Lúcia Braga
Marinha Raupp		Teté Bezerra
(Dep. do PSB ocupa a vaga)		1 vaga
	PSDB	
Professora Raquel Teixeira		Eduardo Barbosa
Thelma de Oliveira		Ronaldo Dimas (Licenciado)
Yeda Crusius		Sebastião Madeira
(Dep. do PPS ocupa a vaga)		Zulaiê Cobra
	PP	
Benedito de Lira		Celso Russomanno
Cleonânicio Fonseca		2 vagas
Suely Campos		
	PTB	
Elaine Costa		Kelly Moraes
(Dep. do PPS ocupa a vaga)		1 vaga
	PL	
Maurício Rabelo		(Dep. do PSB ocupa a vaga)
Oliveira Filho		(Dep. S.PART. ocupa a vaga)
	PSB	
Luiza Erundina		Carlos Mota <small>vaga do PL</small>
Maria Helena <small>vaga do PPS</small>		2 vagas
Sandra Rosado <small>vaga do PMDB</small>		
1 vaga		
	PPS	
Dr. Francisco Gonçalves <small>vaga do PTB</small>		Geraldo Thadeu
Juíza Denise Frossard <small>vaga do PSDB</small>		
(Dep. do PSB ocupa a vaga)		
	PDT	
Alceu Collares		Álvaro Dias
		Renato Cozzolino <small>vaga do PFL</small>
	PC do B	
Alice Portugal		Jandira Feghali
	PV	
Fernando Gabeira		Leonardo Mattos
	PSOL	
		Maninha <small>vaga do PT</small>
	S.PART.	
		Marcos de Jesus <small>vaga do PL</small>

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 146, DE 2003, QUE "REGULAMENTA O ART. 37 INCISO XXI DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, INSTITUI PRINCÍPIOS E NORMAS

Secretário(a): Fernando Maia Leão
 Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
 Telefones: 216-6205/6232
 FAX: 216-6225

PARA LICITAÇÕES E CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente:

1º Vice-Presidente: Enio Tatico (PTB)

2º Vice-Presidente: Eliseu Padilha (PMDB)

3º Vice-Presidente: Abelardo Lupion (PFL)

Relator: Sérgio Miranda (PDT)

Titulares

Suplentes

PT
João Grandão 6 vagas
José Pimentel
Paulo Bernardo (Licenciado)
Paulo Rubem Santiago
Vander Loubet
1 vaga

PMDB
Átila Lins ^{vaga do PPS} 5 vagas
Eliseu Padilha
Max Rosenmann
Nelson Trad
Zé Gerardo
1 vaga

Bloco PFL, PRONA
Abelardo Lupion
Coraucci Sobrinho
Mussa Demes
1 vaga
Edmar Moreira ^{vaga do Bloco PL, PSL}
Eduardo Sciarra
Pauderney Avelino
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
1 vaga

PP
Ricardo Barros
Zonta
1 vaga
João Leão ^{vaga do Bloco PL, PSL}
3 vagas

PSDB
João Almeida
Léo Alcântara
1 vaga
Julio Semeghini
Luiz Carlos Haully
Paulo Bauer ^{vaga do Bloco PFL, PRONA}
Walter Feldman

PTB
Elaine Costa
Enio Tatico
José Militão
1 vaga
José Chaves
(Dep. do PPS ocupa a vaga)

Bloco PL, PSL
José Santana de Vasconcellos
Miguel de Souza
Milton Monti
1 vaga
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)
(Dep. do PP ocupa a vaga)

PPS
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
Dr. Francisco Gonçalves ^{vaga do PTB}
Geraldo Thadeu

PSB
Gonzaga Patriota
1 vaga

PDT
Mário Heringer
Sérgio Miranda ^{vaga do PC do B}
André Figueiredo

PC do B
(Dep. do PDT ocupa a vaga)
Vanessa Grazziotin

PSC
(Dep. do PTC ocupa a vaga)
Zequinha Marinho

PV
Marcelo Ortiz
Edson Duarte

PTC
Carlos Willian ^{vaga do PSC}
Secretário(a): Carla Medeiros
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6207/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 203, DE 1991, QUE "DISPÕE SOBRE O ACONDICIONAMENTO, A COLETA, O TRATAMENTO, O TRANSPORTE E A DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE".

Presidente: Benjamin Maranhão (PMDB)

1º Vice-Presidente: Max Rosenmann (PMDB)

2º Vice-Presidente: Jorge Alberto (PMDB)

3º Vice-Presidente: Marcos Abramo (PP)

Relator: Cezar Silvestri (PPS)

Titulares

Suplentes

PT
César Medeiros
Dr. Rosinha
Fernando Ferro
Luciano Zica
Orlando Desconsi
Selma Schons
Angela Guadagnin
Colombo
Iara Bernardi
Leonardo Monteiro
Mariângela Duarte
Mauro Passos

PMDB
Benjamin Maranhão
Jorge Alberto
Max Rosenmann
Nelson Trad
Pedro Chaves
Albérico Filho
Alexandre Santos ^{vaga do PP}
Chicão Brígido
Gervásio Oliveira
Marcelo Castro
Natan Donadon

Bloco PFL, PRONA
Betinho Rosado
José Carlos Machado
Júlio Cesar
(Dep. do PP ocupa a vaga)
Alberto Fraga
Eduardo Sciarra
Ronaldo Caiado
(Dep. do PSC ocupa a vaga)

PSDB
Antonio Carlos Mendes Thame
Léo Alcântara
Ronaldo Dimas (Licenciado)
Eduardo Barbosa
Julio Semeghini
Rafael Guerra

PP
Celso Russomanno
Enivaldo Ribeiro
Feu Rosa
Marcos Abramo ^{vaga do Bloco PFL, PRONA}
Dr. Benedito Dias
Leodegar Tiscoski
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)

PTB
José Militão
Jovair Arantes
Neuton Lima
Fleury
Jefferson Campos
Ricarte de Freitas

PL
Amauri Gasques
Jorge Pinheiro
Remi Trinta
Paulo Gouvêa
(Dep. do PSB ocupa a vaga)
(Dep. S.PART. ocupa a vaga)

PPS
Cezar Silvestri
Geraldo Resende

PSB
Dr. Ribamar Alves
Carlos Mota ^{vaga do PL}
Gonzaga Patriota

PDT
Mário Heringer
Álvaro Dias
1 vaga

PC do B
Jamil Murad
Edson Duarte

PV
Leonardo Mattos
Dr. Heleno ^{vaga do Bloco PFL, PRONA}
Marcos de Jesus ^{vaga do PL}

PSC
Secretário(a): Leila Machado
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: 3216-6212/6232
FAX: 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 2377, DE 2003, QUE "DISPÕE

SOBRE LINHAS DE CRÉDITO FEDERAIS DIRECIONADAS ÀS ATIVIDADES TURÍSTICAS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Bismarck Maia (PSDB)
 1º Vice-Presidente: João Grandão (PT)
 2º Vice-Presidente: Josué Bengtson (PTB)
 3º Vice-Presidente: Costa Ferreira (PSC)
 Relator: Alex Canziani (PTB)

Titulares		Suplentes
	PT	
João Grandão		César Medeiros
José Pimentel		5 vagas
Reginaldo Lopes		
Rubens Otoni		
(Dep. do PDT ocupa a vaga)		
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)		
	PMDB	
Carlos Eduardo Cadoca		5 vagas
Pedro Chaves		
(Dep. do PTB ocupa a vaga)		
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)		
1 vaga		
	Bloco PFL, PRONA	
Fábio Souto		4 vagas
Marcelo Guimarães Filho		
Ney Lopes		
1 vaga		
	PP	
Dr. Benedito Dias		Francisco Garcia
Herculano Anghinetti		João Tota <small>vaga do Bloco PL, PSL</small>
João Pizzolatti		2 vagas
	PSDB	
Bismarck Maia		Eduardo Paes
Carlos Alberto Leréia		Luiz Carlos Haully
Domiciano Cabral		Professora Raquel Teixeira
Marcelo Teixeira <small>vaga do PMDB</small>		
	PTB	
Alceste Almeida <small>vaga do PMDB</small>		Amon Bezerra
Alex Canziani		Jovair Arantes
José Militão		Marcus Vicente
Josué Bengtson		
	Bloco PL, PSL	
Chico da Princesa		(Dep. do PP ocupa a vaga)
Reinaldo Betão		2 vagas
(Dep. S.PART. ocupa a vaga)		
	PPS	
Geraldo Thadeu		Nelson Proença
	PSB	
Isaías Silvestre		Barbosa Neto
	PDT	
André Costa <small>vaga do PT</small>		Álvaro Dias
Severiano Alves		
	PC do B	
Perpétua Almeida		1 vaga
	PSC	
Costa Ferreira		1 vaga
	PV	
1 vaga		1 vaga
	PSOL	
Maninha <small>vaga do PT</small>		
	S.PART.	
João Mendes de Jesus <small>vaga do Bloco PL, PSL</small>		
Secretário(a): Carla Rodrigues de M. Tavares		
Local: Anexo II, Pavimento Superior, sala 170-A		
Telefones: 3216.6207		
FAX: 3216.6232		

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI 2.671, DE 1989, QUE "DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES DE POSTO REVENDEDOR

DE DERIVADOS DO PETRÓLEO E ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO COMBUSTÍVEL - AEHC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" (PL 2316/03 - CÓDIGO BRASILEIRO DE COMBUSTÍVEIS - APENSADO).

Presidente: Simão Sessim (PP)
 1º Vice-Presidente: Nélio Dias (PP)
 2º Vice-Presidente: Moreira Franco (PMDB)
 3º Vice-Presidente: José Carlos Araújo (PL)
 Relator: Daniel Almeida (PCdoB)

Titulares		Suplentes
	PT	
Dra. Clair		Devanir Ribeiro
Eduardo Valverde		Fernando Ferro
Hélio Esteves		Ivo José
Luciano Zica		Luiz Bassuma
Luiz Alberto		Paulo Rubem Santiago
Marco Maia		1 vaga
	PMDB	
Eliseu Padilha		Alexandre Santos
João Magalhães		Eduardo Cunha
Lupércio Ramos		Max Rosenmann
Moreira Franco		Nelson Bornier
Wladimir Costa		Paulo Lima
	Bloco PFL, PRONA	
Betinho Rosado		Almir Moura
Carlos Melles		Claudio Cajado
Eduardo Sciarra		Fernando de Fabinho
Gervásio Silva		Gerson Gabrielli
	PSDB	
Carlos Sampaio		Antonio Cambraia
Júlio Redecker		Julio Semeghini
Paulo Feijó		Nicias Ribeiro
	PP	
João Pizzolatti		Celso Russomanno
Nélio Dias		Feu Rosa
Simão Sessim		Ricardo Barros
	PTB	
Marcus Vicente		Alex Canziani
Nelson Marquzezelli		Paes Landim
Sandro Matos		Ricardo Izar
	PL	
José Carlos Araújo		Aracely de Paula
Júnior Betão		Jorge Pinheiro
Wellington Roberto		(Dep. S.PART. ocupa a vaga)
	PPS	
Fernando Estima		Dimas Ramalho
	PSB	
Beto Albuquerque		Josias Quintal <small>vaga do PC do B</small>
		Pastor Francisco Olímpio
	PDT	
Mário Heringer		Severiano Alves
	PC do B	
Daniel Almeida		(Dep. do PSB ocupa a vaga)
	PV	
(Dep. do PSC ocupa a vaga)		1 vaga
	PSC	
Deley <small>vaga do PV</small>		
	S.PART.	
		João Mendes de Jesus <small>vaga do PL</small>
Secretário(a): Carla Rodrigues de M. Tavares		
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A		
Telefones: 3216-6207/6232		
FAX: 3216-6225		

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 3057, DE 2000, DO SR. BISPO WANDERVAL, QUE "INCLUI § 2º NO ART. 41 DA LEI Nº 6.766, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1979, NUMERANDO-SE COMO PARÁGRAFO 1º O ATUAL PARÁGRAFO ÚNICO" (ESTABELECEndo QUE, PARA O REGISTRO DE

LOTEAMENTO SUBURBANO DE PEQUENO VALOR, IMPLANTADO IRREGULARMENTE ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 1999 E REGULARIZADO POR LEI MUNICIPAL, NÃO HÁ NECESSIDADE DE APROVAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO POR OUTRO ÓRGÃO).

Presidente: José Eduardo Cardozo (PT)
 1º Vice-Presidente: Eduardo Sciarra (PFL)
 2º Vice-Presidente: Márcio Reinaldo Moreira (PP)
 3º Vice-Presidente: Edinho Bez (PMDB)
 Relator: Barbosa Neto (PSB)

Titulares		Suplentes
	PT	
José Eduardo Cardozo		Durval Orlato
Maria do Carmo Lara		José Mentor
Roberto Gouveia		Luciano Zica
Tarcísio Zimmermann		Mariângela Duarte
Zezéu Ribeiro		1 vaga
	PMDB	
Albérico Filho		Carlos Eduardo Cadoca
Benjamin Maranhão		Cezar Schirmer
Edinho Bez		Mauro Lopes
Leandro Vilela		Max Rosenmann <small>vaga do PP</small>
Marinha Raupp		Nelson Trad
		Osmar Terra
	Bloco PFL, PRONA	
Eduardo Sciarra		4 vagas
Jorge Khoury		
Onyx Lorenzoni		
Pauderney Avelino		
	PSDB	
Custódio Mattos		Bosco Costa
Gustavo Fruet		Paulo Bauer
Walter Feldman		Zenaldo Coutinho
	PP	
Herculano Anghinetti		(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
Julio Lopes		2 vagas
Márcio Reinaldo Moreira		
	PTB	
Alex Canziani		Arnaldo Faria de Sá
Jackson Barreto		José Chaves
Ricardo Izar		Ricarte de Freitas
	PL	
Jorge Pinheiro		José Santana de Vasconcellos
Miguel de Souza		1 vaga
	PSB	
Barbosa Neto		2 vagas
Givaldo Carimbão		
	PDT	
Luiz Piauhyllino		1 vaga
	PPS	
Dimas Ramalho		Fernando Estima
	PC do B	
Jamil Murad		1 vaga
	PV	
Sarney Filho		1 vaga
	PSC	
1 vaga		1 vaga

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 3.337, DE 2004, QUE "DISPÕE SOBRE A GESTÃO, A ORGANIZAÇÃO E O CONTROLE SOCIAL DAS AGÊNCIAS REGULADORAS, ACRESCE E ALTERA DISPOSITIVOS DAS LEIS Nº 9.472, DE 16 DE JULHO DE 1997, Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997, Nº 9.782, DE 26 DE JANEIRO DE 1999, Nº 9.961, DE 28 DE JANEIRO DE 2000, Nº 9.984, DE 17 DE JULHO DE 2000, Nº 9.986, DE 18 DE

JULHO DE 2000, E Nº 10.233, DE 5 DE JUNHO DE 2001, DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.228-1, DE 6 DE SETEMBRO DE 2001, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Walter Pinheiro (PT)
 1º Vice-Presidente: Eliseu Resende (PFL)
 2º Vice-Presidente: Ricardo Barros (PP)
 3º Vice-Presidente:
 Relator: Leonardo Picciani (PMDB)

Titulares		Suplentes
	PT	
Fernando Ferro		Devanir Ribeiro
Henrique Fontana		Eduardo Valverde
Luciano Zica		José Pimentel
Mauro Passos		Telma de Souza
Terezinha Fernandes		Zezéu Ribeiro
Walter Pinheiro		1 vaga
	PMDB	
Eliseu Padilha		Almerinda de Carvalho
Leonardo Picciani		Cabo Júlio <small>vaga do PSC</small>
Mauro Lopes		Darcísio Perondi
Moreira Franco		Eduardo Cunha
Osmar Serraglio		Gilberto Nascimento
		José Priante
	Bloco PFL, PRONA	
Eduardo Sciarra		Aroldo Cedraz
Eliseu Resende		Rodrigo Maia
José Roberto Arruda		(Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga)
Vilmar Rocha		1 vaga
	PP	
Dr. Benedito Dias		Julio Lopes
Francisco Appio		Leodegar Tiscoski
Ricardo Barros		Vadão Gomes
	PSDB	
Alberto Goldman		Julio Semeghini
Antonio Carlos Mendes Thame		Ronaldo Cezar Coelho
Bismarck Maia		Ronaldo Dimas (Licenciado)
	PTB	
Iris Simões		Fleury
Jackson Barreto		Jovair Arantes
Jonival Lucas Junior		Nelson Marquezelli
	Bloco PL, PSL	
José Santana de Vasconcellos		Jaime Martins <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small>
Luciano Castro		José Carlos Araújo
(Dep. do PSB ocupa a vaga)		Medeiros
		1 vaga
	PPS	
Fernando Coruja		Roberto Freire
	PSB	
Mário Assad Júnior <small>vaga do Bloco PL, PSL</small>		1 vaga
Renato Casagrande		
	PDT	
André Figueiredo		Severiano Alves
Renato Cozzolino <small>vaga do PSC</small>		
Sérgio Miranda <small>vaga do PC do B</small>		
	PC do B	
(Dep. do PDT ocupa a vaga)		Inácio Arruda
	PSC	
(Dep. do PDT ocupa a vaga)		Deley <small>vaga do PV</small>
		(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
	PV	
Sarney Filho		(Dep. do PSC ocupa a vaga)

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PL Nº 3638, DE 2000, QUE "INSTITUI O ESTATUTO DO

PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".	SUPERIOR DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS DE ENSINO).
Presidente: Leonardo Mattos (PV) 1º Vice-Presidente: 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente: Relator: Celso Russomanno (PP)	Presidente: Gastão Vieira (PMDB) 1º Vice-Presidente: Dr. Pinotti (PFL) 2º Vice-Presidente: João Matos (PMDB) 3º Vice-Presidente: Átila Lira (PSDB) Relator: Paulo Delgado (PT)
Titulares	Titulares
PT Angela Guadagnin Antônio Carlos Biffi Assis Miguel do Couto Luci Choinacki Maria do Rosário Neyde Aparecida	PT Carlos Abicalil Maria do Rosário Mariângela Duarte Paulo Delgado Paulo Rubem Santiago
Suplentes	Suplentes
Vadinho Baião 5 vagas	lara Bernardi Neyde Aparecida Paulo Pimenta Reginaldo Lopes Walter Pinheiro
PMDB	PMDB
Almerinda de Carvalho Marinha Raupp Osvaldo Biolchi Rose de Freitas 1 vaga	Almerinda de Carvalho (Dep. do PP ocupa a vaga) 3 vagas
Bloco PFL, PRONA	Bloco PFL, PRONA
Laura Carneiro Zelinda Novaes (Dep. do PSC ocupa a vaga) 1 vaga	Celcita Pinheiro Dr. Pinotti Onyx Lorenzoni 1 vaga
PP	PSDB
Celso Russomanno Ildeu Araujo Julio Lopes	Bonifácio de Andrada Gonzaga Mota Lobbe Neto
PSDB	PP
Eduardo Barbosa João Campos Thelma de Oliveira	Ildeu Araujo Márcio Reinaldo Moreira Professor Irapuan Teixeira <small>vaga do PMDB</small> Simão Sessim
PTB	PTB
Arnaldo Faria de Sá Pastor Reinaldo Ricardo Izar	Neuton Lima Paes Landim 1 vaga
Bloco PL, PSL	PL
Lincoln Portela Maurício Rabelo Paulo Gouvêa	Humberto Michiles 1 vaga
PPS	PSB
Geraldo Thadeu	Luiza Erundina Maria Helena 2 vagas
PSB	PDT
Luciano Leitoa	Maurício Quintella Lessa Severiano Alves
PDT	PPS
Severiano Alves	Rogério Teófilo Airton Roveda
PC do B	PC do B
Daniel Almeida	Alice Portugal Vanessa Grazziotin
PSC	PV
Milton Barbosa <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small> Pastor Amarildo	Marcelo Ortiz 1 vaga
PV	PSOL
Leonardo Mattos (Dep. do PSC ocupa a vaga)	Ivan Valente Chico Alencar
S.PART.	S.PART.
Marcos de Jesus <small>vaga do Bloco PL, PSL</small>	Fernando Maia Leão
Secretário(a): Mário Dráusio Coutinho Local: Anexo II - Pavimento Superior s/ 170-A Telefones: 216.6203 FAX: 216.6225	Local: Anexo II - Pavimento Superior s/ 170-A Telefones: 3216-6205/6230 FAX: 3216-6225
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 4.212, DE 2004, DO SR. ÁTILA LIRA, QUE "ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, QUE ESTABELECE AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" (FIXANDO NORMAS PARA A EDUCAÇÃO	COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 4.530, DE 2004, DE AUTORIA DA COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR E ESTUDAR PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE, QUE "APROVA O PLANO NACIONAL DE JUVENTUDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". Presidente: Lobbe Neto (PSDB) 1º Vice-Presidente: Benjamin Maranhão (PMDB) 2º Vice-Presidente: Elaine Costa (PTB) 3º Vice-Presidente: Luciano Leitoa (PSB)

Relator: Reginaldo Lopes (PT)		Nilson Mourão	
Titulares		Suplentes	
	PT		PMDB
Carlos Abicalil		Fátima Bezerra	Oswaldo Reis
Ivo José		Iara Bernardi	4 vagas
Reginaldo Lopes		João Grandão	
Roberto Gouveia		Odair Cunha	
Selma Schons		Zico Bronzeado	
Vignatti		1 vaga	
	PMDB		Bloco PFL, PRONA
Ann Pontes		André Zacharow <small>vaga do PSB</small>	Moroni Torgan
Benjamin Maranhão		Marinha Raupp	3 vagas
Darcísio Perondi		(Dep. do PTB ocupa a vaga)	
Leandro Vilela		3 vagas	
Rose de Freitas			
	Bloco PFL, PRONA		PSDB
Celcita Pinheiro		André de Paula	Júlio Redecker
Clóvis Fecury		3 vagas	Leonardo Vilela
Davi Alcolumbre			Luiz Carlos Haully
Murilo Zauith			
	PSDB		PP
Eduardo Barbosa		Ana Alencar	Nélio Dias
Lobbe Neto		Rafael Guerra	2 vagas
Zenaldo Coutinho		Thelma de Oliveira	
	PP		PTB
Nilton Baiano		Feu Rosa	José Militão
Zonta		2 vagas	2 vagas
1 vaga			
	PTB		PL
Elaine Costa		Alceste Almeida <small>vaga do PMDB</small>	Almir Sá
Homero Barreto		Alex Canziani	Wellington Fagundes
1 vaga		2 vagas	
	PL		PSB
Giacobo		Jorge Pinheiro	2 vagas
Júnior Betão		Neucimar Fraga	
Maurício Rabelo		(Dep. S.PART. ocupa a vaga)	
	PPS		PDT
Rogério Teófilo		Geraldo Thadeu	Maurício Quintella Lessa
	PSB		PPS
Luciano Leitoa		Sandra Rosado <small>vaga do PC do B</small>	Cezar Silvestri
		(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	PC do B
	PDT		Daniel Almeida
André Figueiredo		Pompeo de Mattos	PV
	PC do B		Edson Duarte
Alice Portugal		(Dep. do PSB ocupa a vaga)	PSC
	PV		1 vaga
Jovino Cândido		1 vaga	1 vaga
	S.PART.		
		João Mendes de Jesus <small>vaga do PL</small>	
Secretário(a): Ana Clara Fonseca Serejo		1 vaga	
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A		Secretário(a): Eveline de Carvalho Alminta	
Telefones: 216-6235/6232		Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A	
FAX: 216-6225		Telefones: 3216-6211	
		FAX: 3216-6225	
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 4846, DE 1994, QUE "ESTABELECE MEDIDAS DESTINADAS A RESTRINGIR O CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".			
Presidente: Marinha Raupp (PMDB)			
1º Vice-Presidente: Osmânio Pereira (PTB)			
2º Vice-Presidente: Gerson Gabrielli (PFL)			
3º Vice-Presidente: Enio Tatico (PTB)			
Relator: Sandes Júnior (PP)			
Titulares		Suplentes	
	PT		
Ana Guerra			6 vagas
Angela Guadagnin			
Durval Orlato			
Luiz Bassuma			
Nazareno Fonteles			
1 vaga			
	PMDB		
Leandro Vilela			Paulo Lima
Marinha Raupp			4 vagas
Wilson Santiago			
(Dep. S.PART. ocupa a vaga)			
1 vaga			

Bismarck Maia 1 vaga		Lobbe Neto Nilson Pinto		Darci Coelho Nilton Baiano Suely Campos		3 vagas
	PP					
Enivaldo Ribeiro 2 vagas		João Pizzolatti 2 vagas			PTB	
	PTB			Pastor Reinaldo (Dep. do PPS ocupa a vaga) 1 vaga		3 vagas
José Militão Jovair Arantes Marcus Vicente		Arnaldo Faria de Sá Enio Tatico <small>vaga do PL</small> Josué Bengtson Sandro Matos			PL	
	PL			2 vagas		Jorge Pinheiro 1 vaga
Giacobo		(Dep. do PSB ocupa a vaga)		Luiza Erundina Sandra Rosado	PSB	2 vagas
Reinaldo Betão (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)		(Dep. do PTB ocupa a vaga) 1 vaga			PDT	
	PPS			Severiano Alves		André Figueiredo
Geraldo Resende		Cláudio Magrão		Dr. Francisco Gonçalves <small>vaga do PTB</small> Geraldo Resende	PPS	Geraldo Thadeu
	PSB				PC do B	
Dr. Ribamar Alves		Edinho Montemor <small>vaga do PL</small> Luciano Leitoa		Perpétua Almeida		1 vaga
	PDT				PV	
André Figueiredo		João Fontes		Edson Duarte	PSC	Vittorio Mediolli
	PC do B			1 vaga		1 vaga
Daniel Almeida		1 vaga		Secretário(a): Ana Lúcia Ribeiro Marques Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A Telefones: 3216-6214/6232 FAX: 3216-6225		
Marcelo Ortiz		1 vaga				
	PV					
Deley <small>vaga do PMDB</small>						
Secretário(a): Carla Rodrigues de M. Tavares Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A Telefones: 3216-6207/6232 FAX: 3216-6225						
	PSC					
<p align="center">COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 5234, DE 2005, DO PODER EXECUTIVO, QUE "INSTITUI A PROTEÇÃO ESPECIAL ÀS CRIANÇAS OU ADOLESCENTES AMEAÇADOS DE MORTE, CRIA O PROGRAMA FEDERAL DE PROTEÇÃO ESPECIAL ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES AMEAÇADOS DE MORTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".</p>			<p align="center">COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 5403, DE 2001, QUE "DISPÕE SOBRE O ACESSO A INFORMAÇÕES DA INTERNET, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".</p>			
<p>Presidente: Thelma de Oliveira (PSDB) 1º Vice-Presidente: Eduardo Barbosa (PSDB) 2º Vice-Presidente: Rose de Freitas (PMDB) 3º Vice-Presidente: Celcita Pinheiro (PFL) Relator: Luiza Erundina (PSB)</p>			<p>Presidente: Gastão Vieira (PMDB) 1º Vice-Presidente: Reginaldo Germano (PP) 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente: Relator: Julio Semeghini (PSDB)</p>			
<p>Titulares</p>			<p>Titulares</p>			
<p>Iara Bernardi Luiz Couto Maria do Carmo Lara Maria do Rosário Terezinha Fernandes</p>			<p>Fernando Ferro Jorge Bittar Luiz Eduardo Greenhalgh Walter Pinheiro 2 vagas</p>			
<p></p>			<p>PMDB</p>			
<p>Almerinda de Carvalho Marinha Raupp Rose de Freitas Teté Bezerra 1 vaga</p>			<p>Gastão Vieira Luiz Bittencourt Wilson Santiago 2 vagas</p>			
<p></p>			<p>Bloco PFL, PRONA</p>			
<p>Celcita Pinheiro Laura Carneiro Nice Lobão 1 vaga</p>			<p>José Carlos Aleluia Laura Carneiro (Dep. do PP ocupa a vaga) (Dep. do PP ocupa a vaga)</p>			
<p></p>			<p>PP</p>			
<p>Eduardo Barbosa Thelma de Oliveira Walter Barelli</p>			<p>Celso Russomanno <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small> João Batista <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small> Marcos Abramo <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small> Reginaldo Germano 1 vaga</p>			
<p></p>			<p>PSDB</p>			
<p></p>			<p>Carlos Alberto Leréia Julio Semeghini Nilson Pinto</p>			
<p></p>			<p>PTB</p>			
<p></p>			<p>Alex Canziani Pastor Frankembergen Philemon Rodrigues</p>			
<p></p>			<p>Cezar Schirmer Jorge Alberto Marcelo Castro Paulo Afonso 1 vaga</p>			
<p></p>			<p>Domiciano Cabral Narcio Rodrigues 1 vaga</p>			
<p></p>			<p>Edna Macedo Ricarte de Freitas 1 vaga</p>			

Bloco PL, PSL		Francisco Dornelles	Cleonânncio Fonseca
Paulo Gouvêa (Dep. S.PART. ocupa a vaga) 1 vaga	Lincoln Portela Reinaldo Betão 1 vaga	Marcos Abramo <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small> Romel Anizio (Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Julio Lopes Simão Sessim
PPS		PTB	
Nelson Proença	Raul Jungmann	Jonival Lucas Junior Marcus Vicente Romeu Queiroz (Dep. do PSB ocupa a vaga)	Alex Canziani Enio Tatico <small>vaga do PL</small> Paes Landim Pedro Fernandes 1 vaga
PSB		PL	
Luciano Leitoa 1 vaga	João Fontes	Júnior Betão (Dep. do PSB ocupa a vaga) (Dep. do PSB ocupa a vaga) 1 vaga	Heleno Silva Lincoln Portela (Dep. do PTB ocupa a vaga) (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)
PDT		PPS	
André Figueiredo	João Fontes	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Nelson Proença
PC do B		PSB	
Perpétua Almeida 1 vaga	1 vaga	Edinho Montemor <small>vaga do PL</small> Givaldo Carimbão Mário Assad Júnior <small>vaga do PL</small> Salvador Zimbaldi <small>vaga do PTB</small>	1 vaga
PSC		PDT	
Costa Ferreira 1 vaga	1 vaga	Mário Heringer	Enio Bacci
PV		PC do B	
Edson Duarte 1 vaga	1 vaga	Daniel Almeida	1 vaga
S.PART.		PV	
Marcos de Jesus <small>vaga do Bloco PL, PSL</small> Secretário(a): Leila Machado C. de Freitas Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6212/6232 FAX: 216-6225		Marcelo Ortiz Secretário(a): Angélica Maria L. F. Aguiar Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6218/6232 FAX: 216-6225	Jovino Cândido
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 5476, DE 2001, DO SR. MARCELO TEIXEIRA, QUE "MODIFICA A LEI Nº 9472, DE 16 DE JULHO DE 1997, DETERMINANDO QUE A ESTRUTURA TARIFÁRIA DOS SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA COMUTADA, PRESTADOS EM REGIME PÚBLICO, SEJA FORMADA APENAS PELA REMUNERAÇÃO DAS LIGAÇÕES EFETUADAS".			
Presidente: Francisco Dornelles (PP) 1º Vice-Presidente: Romel Anizio (PP) 2º Vice-Presidente: Selma Schons (PT) 3º Vice-Presidente: Luiz Bittencourt (PMDB) Relator: Léo Alcântara (PSDB)			
Titulares		Suplentes	
Devanir Ribeiro Jorge Bittar José Mentor Professor Luizinho Selma Schons Walter Pinheiro 1 vaga	PT	Fernando Ferro Gilmar Machado Ivo José Nilson Mourão Reginaldo Lopes 2 vagas	
PMDB		Suplentes	
Aníbal Gomes Átila Lins <small>vaga do PPS</small> Delfim Netto <small>vaga do PP</small> Geddel Vieira Lima Luiz Bittencourt Mauro Lopes Moacir Micheletto Zé Gerardo (Dep. do PSDB ocupa a vaga)	7 vagas	Angela Guadagnin Fernando Ferro Maria do Rosário Rubens Otoni Selma Schons Telma de Souza	Luiz Couto Neyde Aparecida Terezinha Fernandes 3 vagas
Bloco PFL, PRONA		PFL	
Corauci Sobrinho José Carlos Aleluia Mussa Demes Roberto Brant (Dep. do PP ocupa a vaga)	Fernando de Fabinho Marcelo Guimarães Filho <small>vaga do PL</small> Onyx Lorenzoni Robson Tuma Vilmar Rocha 1 vaga	Corauci Sobrinho Laura Carneiro Zelinda Novaes (Dep. do PP ocupa a vaga) (Dep. do PSDB ocupa a vaga)	Celcita Pinheiro Kátia Abreu Nice Lobão 2 vagas
PSDB		PMDB	
Eduardo Paes Gonzaga Mota Julio Semeghini Léo Alcântara Marcelo Teixeira <small>vaga do PMDB</small>	João Castelo 3 vagas	João Matos Marcelo Castro Paulo Afonso Teté Bezerra	Ann Pontes Marinha Raupp 2 vagas
PP		PSDB	
Celso Russomanno	Benedito de Lira	Eduardo Barbosa Helenildo Ribeiro Júlio Redecker Paulo Bauer <small>vaga do PFL</small> Thelma de Oliveira	Professora Raquel Teixeira Yeda Crusius 2 vagas

Darci Coelho ^{vaga do PFL} Francisco Garcia José Linhares 1 vaga	PP	3 vagas	Arnon Bezerra Jonival Lucas Junior Jovair Arantes	PTB	Arnaldo Faria de Sá Iris Simões Neuton Lima
Kelly Moraes 1 vaga	PTB	Jonival Lucas Junior 1 vaga	Jaime Martins Milton Monti	PL	Giacobo José Carlos Araújo
(Dep. S.PART. ocupa a vaga) 1 vaga	PL	Almeida de Jesus Lincoln Portela	Renato Casagrande (Dep. S.PART. ocupa a vaga)	PSB	Isaías Silvestre Josias Quintal
Luiza Erundina 1 vaga	PSB	2 vagas	Maurício Quintella Lessa	PDT	Sérgio Miranda
1 vaga	PPS	1 vaga	Fernando Estima	PPS	Cezar Silvestri
Severiano Alves	PDT	Enio Bacci	Vanessa Grazziotin	PC do B	Jandira Feghali
Perpétua Almeida	PC do B	Jamil Murad	Edson Duarte	PV	Leonardo Mattos
Marcelo Ortiz	PV	(Dep. do PSC ocupa a vaga)	Babá	PSOL	(Dep. do PSC ocupa a vaga)
	PSC	Deley ^{vaga do PV}		PSC	Dr. Heleno ^{vaga do PSOL}
	S.PART.			S.PART.	
Marcos de Jesus ^{vaga do PL} Secretário(a): Fernando Maia Leão Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6205/6232 FAX: 216-6225			João Mendes de Jesus ^{vaga do PSB} Secretário(a): Angélica Maria Landim Fialho Aguiar Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A Telefones: 3216-6218/6232 FAX: 3216-6225		
<p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 6.666, DE 2006, DO SR. LUCIANO ZICA, QUE "ALTERA A LEI Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997, QUE 'DISPÕE SOBRE A POLÍTICA ENERGÉTICA NACIONAL, AS ATIVIDADES RELATIVAS AO MONOPÓLIO DO PETRÓLEO, INSTITUI O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA E A AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".</p> <p>Presidente: João Almeida (PSDB) 1º Vice-Presidente: Arnaldo Madeira (PSDB) 2º Vice-Presidente: Luiz Bassuma (PT) 3º Vice-Presidente: Betinho Rosado (PFL) Relator: José Priante (PMDB)</p>			<p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 2004, QUE "REGULAMENTA O PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 146 E O INCISO IX DO ART. 170 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" (APENSADOS: PLP 210/04 E OUTROS).</p> <p>Presidente: Carlos Melles (PFL) 1º Vice-Presidente: Eduardo Sciarra (PFL) 2º Vice-Presidente: Selma Schons (PT) 3º Vice-Presidente: Eliseu Padilha (PMDB) Relator: Luiz Carlos Haully (PSDB)</p>		
<p>Titulares</p> <p>Luciano Zica Luiz Alberto Luiz Bassuma Mariângela Duarte Tarcísio Zimmermann</p>			<p>Suplentes</p> <p>Durval Orlato Fernando Ferro Luiz Eduardo Greenhalgh Mauro Passos 1 vaga</p>		
<p>PMDB</p> <p>Albérico Filho Delfim Netto José Priante Lupércio Ramos Marcello Siqueira</p>			<p>PMDB</p> <p>Carlos Eduardo Cadoca Eliseu Padilha Max Rosenmann Wilson Santiago Zé Gerardo</p>		
<p>Bloco PFL, PRONA</p> <p>Betinho Rosado Fernando de Fabinho José Carlos Aleluia José Carlos Machado</p>			<p>Bloco PFL, PRONA</p> <p>Carlos Melles Eduardo Sciarra Gerson Gabrielli Luiz Carreira</p>		
<p>PSDB</p> <p>Arnaldo Madeira Gonzaga Mota João Almeida</p>			<p>PSDB</p> <p>Francisco Dornelles 2 vagas</p>		
<p>PP</p> <p>Benedito de Lira Francisco Appio Nelson Meurer</p>			<p>PP</p> <p>Luiz Carlos Haully Ronaldo Dimas (Licenciado) Walter Barelli</p>		
<p>PT</p> <p>Carlito Merss José Pimentel Nazareno Fonteles Reginaldo Lopes Selma Schons Vignatti</p>			<p>PT</p> <p>Eduardo Valverde Jorge Boeira Vitorassi 3 vagas</p>		
<p>PTB</p> <p>Armando Monteiro</p>			<p>PTB</p> <p>Enio Tatico ^{vaga do Bloco PL, PSL}</p>		

Arnaldo Faria de Sá José Militão	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga) 2 vagas		
	Bloco PL, PSL		
Giacobo Miguel de Souza (Dep. do PDT ocupa a vaga)	Heleno Silva Milton Monti (Dep. do PTB ocupa a vaga)		
	PPS		
Fernando Coruja	(Dep. do PSB ocupa a vaga)		
	PSB		
Renato Casagrande	B. Sá ^{vaga do PPS} Jorge Gomes		
	PDT		
Ademir Camilo ^{vaga do Bloco PL, PSL} Sérgio Miranda	Álvaro Dias		
	PC do B		
Vanessa Grazziotin	1 vaga		
	PSC		
Costa Ferreira	1 vaga		
	PV		
Vittorio Mediolini Secretário(a): Maria Terezinha Donati Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6215/6232 FAX: 216-6225	Jovino Cândido		
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 184, DE 2004, QUE "INSTITUI, NA FORMA DO ART. 43 DA CONSTITUIÇÃO, A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO CENTRO-OESTE - SUDECO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".			
Presidente: Carlos Abicalil (PT) 1º Vice-Presidente: Ronaldo Caiado (PFL) 2º Vice-Presidente: Professora Raquel Teixeira (PSDB) 3º Vice-Presidente: Relator: Sandro Mabel (PL)			
	Titulares	Suplentes	
	PT		
Antônio Carlos Biffi Carlos Abicalil João Grandão Neyde Aparecida Rubens Otoni 1 vaga	Sigmaringa Seixas (Dep. do PSOL ocupa a vaga) 4 vagas		
	PMDB		
Luiz Bittencourt Nelson Trad Pedro Chaves Teté Bezerra Waldemir Moka	Leandro Vilela 4 vagas		
	Bloco PFL, PRONA		
Celcita Pinheiro Murilo Zauith Ronaldo Caiado 1 vaga	José Roberto Arruda Vilmar Rocha 2 vagas		
	PP		
Darci Coelho (Dep. do PSDB ocupa a vaga) 1 vaga	Pedro Henry Sandes Júnior 1 vaga		
	PSDB		
Carlos Alberto Leréia João Campos Leonardo Vilela ^{vaga do PP} Professora Raquel Teixeira	Ronaldo Dimas (Licenciado) (Dep. do PV ocupa a vaga) 1 vaga		
	PTB		
Enio Tatico Jovair Arantes Ricarte de Freitas	3 vagas		
		Bloco PL, PSL	
Jorge Pinheiro Lincoln Portela ^{vaga do PV} Sandro Mabel 1 vaga		Luciano Castro Maurício Rabelo Miguel de Souza	
		PPS	
Geraldo Resende	(Dep. do PSB ocupa a vaga)		
		PSB	
Barbosa Neto	Júlio Delgado ^{vaga do PPS} 1 vaga		
		PDT	
Severiano Alves	Mário Heringer		
		PC do B	
Perpétua Almeida	1 vaga		
		PSC	
Pastor Amarildo	Zequinha Marinho		
		PV	
(Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga)	Vittorio Mediolini ^{vaga do PSDB} 1 vaga		
		PSOL	
		Maninha ^{vaga do PT}	
Secretário(a): Valdivino Tolentino Filho Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6206/6232 FAX: 216-6225			
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 76, DE 2003, QUE "INSTITUI, NA FORMA DO ART. 43 DA CONSTITUIÇÃO, A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - SUDENE, ESTABELECE A SUA COMPOSIÇÃO, NATUREZA JURÍDICA, OBJETIVOS, ÁREA DE COMPETÊNCIA E INSTRUMENTOS DE AÇÃO".			
Presidente: 1º Vice-Presidente: José Pimentel (PT) 2º Vice-Presidente: Fábio Souto (PFL) 3º Vice-Presidente: Relator: Zezéu Ribeiro (PT)			
	Titulares	Suplentes	
	PT		
Fátima Bezerra José Pimentel Leonardo Monteiro Luiz Couto Paulo Rubem Santiago Zezéu Ribeiro	Josias Gomes Luiz Alberto Maurício Rands Terezinha Fernandes (Dep. do PSOL ocupa a vaga) 1 vaga		
	PFL		
André de Paula César Bandeira Fábio Souto José Rocha Luiz Carreira	Fernando de Fabinho José Carlos Machado Marcelo Guimarães Filho (Dep. do PL ocupa a vaga) 1 vaga		
	PMDB		
Jorge Alberto Mauro Benevides (Dep. do PSB ocupa a vaga) 1 vaga	Carlos Eduardo Cadoca Mauro Lopes Moraes Souza Zé Gerardo		
	PSDB		
Antonio Cambraia Bosco Costa Helenildo Ribeiro João Almeida	Gonzaga Mota João Castelo 2 vagas		
	PP		
Benedito de Lira Cleonânio Fonseca Reginaldo Germano	Enivaldo Ribeiro Márcio Reinaldo Moreira Zé Lima		
	PTB		
Armando Monteiro	2 vagas		

Jackson Barreto			Silas Câmara		
Jaime Martins	PL	José Carlos Araújo <small>vaga do PFL</small>	Humberto Michiles	PL	Coronel Alves <small>vaga do PSB</small>
José Santana de Vasconcelos		Sandro Mabel	Raimundo Santos		Luciano Castro
		1 vaga			Maurício Rabelo
	PSB	Eduardo Campos		PSB	
B. Sá <small>vaga do PPS</small>		1 vaga	Dr. Ribamar Alves		(Dep. do PL ocupa a vaga)
Isaías Silvestre			1 vaga		1 vaga
Sandra Rosado <small>vaga do PMDB</small>				PPS	
(Dep. do PDT ocupa a vaga)			(Dep. do PMDB ocupa a vaga)		1 vaga
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	PPS	Rogério Teófilo	Dr. Rodolfo Pereira	PDT	(Dep. do PFL ocupa a vaga)
	PDT	Wagner Lago	Perpétua Almeida	PC do B	Vanessa Grazziotin
Álvaro Dias			Sarney Filho	PV	(Dep. do PSC ocupa a vaga)
Maurício Quintella Lessa <small>vaga do PSB</small>	PC do B	Inácio Arruda		PSC	Deley <small>vaga do PV</small>
Renildo Calheiros	PRONA	1 vaga			
Elimar Máximo Damasceno	PSOL	João Alfredo <small>vaga do PT</small>	Secretário(a): Maria Terezinha Donati		
			Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A		
Secretário(a): Eveline de Carvalho Alminta			Telefones: 216-6215 / 6232		
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A			FAX: 216-6225		
Telefones: 216-6211 / 6232					
FAX: 216-6225					
			COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM		
			RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO		
			TEMA ABRANJA A REFORMA PREVIDENCIÁRIA.		
			Presidente: Roberto Brant (PFL)		
			1º Vice-Presidente: Onyx Lorenzoni (PFL)		
			2º Vice-Presidente:		
			3º Vice-Presidente:		
			Relator: José Pimentel (PT)		
			Titulares		Suplentes
	PT	Eduardo Valverde	Arlindo Chinaglia		Adão Pretto
Anselmo		Nilson Mourão	Dr. Rosinha		Assis Miguel do Couto
Carlos Abicalil		Zico Bronzeado	Eduardo Valverde		Durval Orlatto
Hélio Esteves		3 vagas	Henrique Fontana		Guilherme Menezes
Henrique Afonso			José Pimentel		Roberto Gouveia
Terezinha Fernandes			Nilson Mourão		(Dep. do PSOL ocupa a vaga)
Zé Geraldo			(Dep. do PSOL ocupa a vaga)		1 vaga
	PFL	Clóvis Fecury		PFL	Ivan Ranzolin <small>vaga do PP</small>
Kátia Abreu		Davi Alcolumbre <small>vaga do PDT</small>	Alberto Fraga <small>vaga do PMDB</small>		Luiz Carreira
Pauderney Avelino		Francisco Rodrigues	Félix Mendonça <small>vaga do PTB</small>		Vic Pires Franco
Vic Pires Franco		3 vagas	Gervásio Silva		Vilmar Rocha
(Dep. do PP ocupa a vaga)			Murilo Zauith		(Dep. do PSB ocupa a vaga)
1 vaga			Onyx Lorenzoni		(Dep. do PP ocupa a vaga)
	PMDB	Ann Pontes	Roberto Brant		1 vaga
Asdrubal Bentes		Wladimir Costa	Robson Tuma		
Átila Lins <small>vaga do PPS</small>		2 vagas	(Dep. do PP ocupa a vaga)	PMDB	Oswaldo Biolchi
Marinha Raupp			Adelor Vieira		4 vagas
Oswaldo Reis			Alexandre Santos <small>vaga do PSDB</small>		
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	PSDB	Anivaldo Vale	Darcísio Perondi		
		João Castelo	Jorge Alberto		
Hamilton Casara		Zenaldo Coutinho	Mendes Ribeiro Filho		
Nícias Ribeiro		1 vaga	(Dep. do PFL ocupa a vaga)	PSDB	Anivaldo Vale
Nilson Pinto					Bismarck Maia
1 vaga			Alberto Goldman		João Campos
	PP	Zé Lima	Custódio Mattos		(Dep. do PP ocupa a vaga)
Darci Coelho <small>vaga do PFL</small>		2 vagas	Eduardo Barbosa		1 vaga
Francisco Garcia			Yeda Crusius		
Suely Campos			(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	PP	Feu Rosa <small>vaga do PSDB</small>
1 vaga			Darci Coelho <small>vaga do PFL</small>		Reginaldo Germano <small>vaga do PFL</small>
	PTB	Josué Bengtson	Jair Bolsonaro		(Dep. do PFL ocupa a vaga)
Alceste Almeida <small>vaga do PMDB</small>		1 vaga	José Linhares		2 vagas
Pastor Frankembergen			1 vaga	PTB	
			Arnaldo Faria de Sá		Ricardo Izar
			(Dep. do PPS ocupa a vaga)		Vicente Cascione

(Dep. do PFL ocupa a vaga)		1 vaga	Paes Landim ^{vaga do PFL}	(Dep. do PP ocupa a vaga)
Chico da Princesa Medeiros	PL	Humberto Michiles	Vicente Cascione	1 vaga
(Dep. do PSB ocupa a vaga)		Maurício Rabelo		
Carlos Mota ^{vaga do PL}	PSB	Wellington Roberto		
Paulo Baltazar		Marcondes Gadelha ^{vaga do PFL}	José Santana de Vasconcelos	Raimundo Santos
1 vaga		(Dep. do PSOL ocupa a vaga)	1 vaga	Wellington Roberto
				(Dep. do PSB ocupa a vaga)
Dr. Francisco Gonçalves ^{vaga do PTB}	PPS	Geraldo Thadeu	Carlos Mota ^{vaga do PL}	João Paulo Gomes da Silva ^{vaga do PL}
Fernando Coruja			Renato Casagrande	
			(Dep. do PTC ocupa a vaga)	2 vagas
Alceu Collares	PDT	(Dep. S.PART. ocupa a vaga)	Dimas Ramalho	Fernando Coruja
Jandira Feghali	PC do B	Alice Portugal	Juíza Denise Frossard ^{vaga do PSDB}	
Enéas			Wagner Lago	Pompeo de Mattos
Ivan Valente ^{vaga do PT}	PSOL	Luciana Genro ^{vaga do PT}	Perpétua Almeida	1 vaga
		Maninha ^{vaga do PSB}	1 vaga	1 vaga
	S.PART.	João Mendes de Jesus ^{vaga do PDT}	João Alfredo ^{vaga do PT}	
Secretário(a): Maria Terezinha Donati			Carlos Willian ^{vaga do PSB}	
Local: Anexo II, Pavimento Superior, sala 170-A			Secretário(a): Heloisa Pedrosa Diniz	
Telefones: 216-6215 / 6232			Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A	
FAX: 216-6225			Telefones: 216-6201 / 6232	
			FAX: 216-6225	
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO TEMA ABRANJA A REFORMA DO JUDICIÁRIO.			COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO TEMA ABRANJA A REFORMA POLÍTICA.	
Presidente: José Eduardo Cardozo (PT)			Presidente: Alexandre Cardoso (PSB)	
1º Vice-Presidente: João Alfredo (PSOL)			1º Vice-Presidente:	
2º Vice-Presidente: Nelson Trad (PMDB)			2º Vice-Presidente:	
3º Vice-Presidente: João Campos (PSDB)			3º Vice-Presidente:	
Titulares			Titulares	
Antonio Carlos Biscaia	PT	Iriny Lopes		Suplentes
Dra. Clair		6 vagas	Devanir Ribeiro	César Medeiros
José Eduardo Cardozo			Fernando Ferro	Colombo
José Mentor			José Eduardo Cardozo	Luiz Sérgio
Maurício Rands			Luiz Couto	Maria do Carmo Lara
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)			Paulo Delgado	(Dep. do PSOL ocupa a vaga)
1 vaga			Rubens Otoni	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
Jairo Carneiro	PFL	Antonio Carlos Magalhães Neto	(Dep. do PSOL ocupa a vaga)	1 vaga
Luiz Carlos Santos		José Mendonça Bezerra		
Mendonça Prado		Robério Nunes		
(Dep. do PP ocupa a vaga)		Vilmar Rocha		
(Dep. do PTB ocupa a vaga)		2 vagas	André de Paula	Antonio Carlos Magalhães
1 vaga			Luiz Carlos Santos	Neto
Bernardo Ariston	PMDB	Osmar Serraglio	Roberto Magalhães ^{vaga do PTB}	Eduardo Sciarra
Nelson Trad		Paulo Lima	Ronaldo Caiado	José Rocha
Wilson Santiago		3 vagas	Vic Pires Franco	Marcelo Guimarães Filho
2 vagas			(Dep. do PP ocupa a vaga)	Zelinda Novaes
Aloysio Nunes Ferreira	PSDB	Bonifácio de Andrada	(Dep. do PTB ocupa a vaga)	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
(Licenciado)				
João Campos		Bosco Costa	Cezar Schirmer	Almerinda de Carvalho
Vicente Arruda		Nicias Ribeiro	Osmar Serraglio	Átila Lins ^{vaga do PPS}
(Dep. do PPS ocupa a vaga)		Zenaldo Coutinho	Oswaldo Biolchi	Jorge Alberto
1 vaga		Zulaiê Cobra	(Dep. S.PART. ocupa a vaga)	Leandro Vilela
Darci Coelho ^{vaga do PFL}	PP	Celso Russomanno	1 vaga	Mauro Benevides
Feu Rosa		Jair Bolsonaro ^{vaga do PTB}		(Dep. S.PART. ocupa a vaga)
2 vagas		Nélio Dias		
		Roberto Balestra		
Fleury	PTB	Arnaldo Faria de Sá	Afonso Camargo	Carlos Alberto Leréia
			Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado)	Nicias Ribeiro
			Bonifácio de Andrada	Paulo Bauer ^{vaga do PFL}

Arnaldo Faria de Sá	PSB		INSTALAÇÕES DE ENRIQUECIMENTO DE URÂNIO LOCALIZADAS EM RESENDE - RJ, EM CAITITÉ - BA EM OUTROS MUNICÍPIOS, E ELABORAR RELATÓRIO DESCRITIVO, CONTENDO ANÁLISE E AVALIAÇÃO CIRCUNSTANCIAL DOS PROCESSOS E PRECEDIMENTOS OBSERVADOS NO PROJETO NUCLEAR BRASILEIRO.	
Carlos Mota	PDT			
Sérgio Miranda	PPS			
Colbert Martins				
Secretário(a): Maria de Fátima Moreira				
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A				
Telefones: 216-6204/6232				
FAX: 216-6225				
COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR AS INVESTIGAÇÕES SOBRE SUCESSIVOS ATAQUES, SEGUIDOS DE MORTE, PRATICADOS CONTRA MORADORES DE RUA NA CIDADE DE SÃO PAULO.				
Coordenador: Orlando Fantazzini (PSOL)				
Titulares		Suplentes	Titulares	
	PT			PMDB
Luiz Eduardo Greenhalgh (Dep. do PSOL ocupa a vaga)				PFL
	PMDB			
Gilberto Nascimento (Dep. do PTB ocupa a vaga)				PSDB
	Bloco PFL, PRONA			PP
Dr. Pinotti				PDT
	PP			
Celso Russomanno				PV
	PSDB			PSOL
Zulaiê Cobra			S.PART.	
	PTB			
Arnaldo Faria de Sá			COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR OS TRABALHOS RELACIONADOS À CHACINA OCORRIDA NA BAIXADA FLUMINENSE, INCLUSIVE A APURAÇÃO QUE VEM SENDO FEITA PELOS ÓRGÃOS POLICIAIS.	
Jefferson Campos <small>vaga do PMDB</small>				
	Bloco PL, PSL			
Wanderval Santos				
	PPS			
Geraldo Thadeu				
	PSB			
Luiza Erundina				
	PSOL			
Orlando Fantazzini <small>vaga do PT</small>				
Secretário(a): -				
COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A VERIFICAR, "IN LOCO", AS CAUSAS DO INCÊNDIO E BUSCAR CONHECIMENTO PARA QUE AS POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS POSSAM DESENVOLVER O ESTADO DE RORAIMA.				
Titulares		Suplentes	Titulares	
	PT			Suplentes
Josias Gomes				
Professor Luizinho				
Zico Bronzeado				
1 vaga				
	PMDB			
(Dep. do PTB ocupa a vaga)				
	PFL			
Francisco Rodrigues				
	PTB			
Alceste Almeida <small>vaga do PMDB</small>				
Pastor Frankembergen				
	PP			
Suely Campos				
	PDT			
Dr. Rodolfo Pereira				
	PC do B			
Vanessa Grazziotin				
Secretário(a): -				
COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A REALIZAR VISITAS ÀS			COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR OS TRABALHOS RELACIONADOS À CHACINA OCORRIDA NA BAIXADA FLUMINENSE, INCLUSIVE A APURAÇÃO QUE VEM SENDO FEITA PELOS ÓRGÃOS POLICIAIS.	
				Presidente: Nelson Bornier (PMDB)
				Titulares
				Suplentes
				PT
				Antonio Carlos Biscaia (Dep. do PDT ocupa a vaga)
				PMDB
				Almerinda de Carvalho <small>vaga do PP</small>
				Nelson Bornier
				Bloco PFL, PRONA
			1 vaga	
			PSDB	
			1 vaga	
			PP	
			(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	
			PTB	
			1 vaga	
			PL	
			Reinaldo Betão	
			PDT	
			André Costa <small>vaga do PT</small>	
			Secretário(a): -	
COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A VISITAR A BAHIA E AVERIGUAR AS RAZÕES DO CONFLITO ENTRE OS MÉDICOS BAIANOS E OS PLANOS DE SAÚDE.				
Titulares		Suplentes	Titulares	
	PT			Suplentes
Angela Guadagnin				
Guilherme Menezes				
Nelson Pellegrino				
				PMDB
Geddel Vieira Lima				
Jorge Alberto				
				Bloco PFL, PRONA
José Rocha				

Secretário(a): José Maria Aguiar de Castro
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 3216-6209/6232
FAX: 3216-6225

COMISSÃO EXTERNA COM A FINALIDADE DE AVERIGUAR AS CAUSAS E A EXTENSÃO DOS DANOS CAUSADOS AO MEIO AMBIENTE PELO VAZAMENTO DE UMA BARRAGEM DE REJEITOS DA INDÚSTRIA CATAGUASES DE PAPEL LTDA., ATINGINDO MUNICÍPIOS DOS ESTADOS DE MINAS GERAIS E DO RIO DE JANEIRO.

Coordenador: César Medeiros (PT)

Relator: Renato Cozzolino (PDT)

Titulares

PT

Suplentes

César Medeiros
Leonardo Monteiro

PMDB

Luiz Bittencourt
Nelson Bornier

PP

Julio Lopes

PTB

Sandro Matos

PDT

Renato Cozzolino

PV

Edson Duarte
Fernando Gabeira
Jovino Cândido
Leonardo Mattos
Marcelo Ortiz
Sarney Filho

PSC

Deley

Secretário(a): .

GRUPO DE TRABALHO DESTINADO A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO AOS PROJETOS EM TRAMITAÇÃO REFERENTES AO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E À REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL E OFERECER INDICATIVO À CASA SOBRE A MATÉRIA.

Presidente: Osmar Serraglio (PMDB)

Relator: Vicente Cascione (PTB)

Titulares

PT

Suplentes

Durval Orlato
Jorge Boeira
Maria do Rosário
Terezinha Fernandes

PFL

Ivan Ranzolin ^{vaga do PP}
Laura Carneiro
Zelinda Novaes
(Dep. do PP ocupa a vaga)

PMDB

Ann Pontes
Osmar Serraglio
Rose de Freitas

PSDB

Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado)
Eduardo Barbosa
Thelma de Oliveira

PP

Darci Coelho ^{vaga do PFL}
(Dep. do PFL ocupa a vaga)
1 vaga

PTB

Fleury
Vicente Cascione

PL

(Dep. do PSB ocupa a vaga)

PSB

Carlos Mota ^{vaga do PL}
Luiza Erundina

PPS

Rogério Teófilo

PDT

Severiano Alves
Secretário(a): Angélica Fialho
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6276/6232
FAX: 216-6225

GRUPO DE TRABALHO DESTINADO A, NO PRAZO DE 20 DIAS, EXAMINAR E OFERECER UM INDICATIVO AO PLENÁRIO REFERENTE AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 383, DE 2003, QUE "SUSTA O DECRETO Nº 3.860, DE 9 DE JULHO DE 2001, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR, A AVALIAÇÃO DE CURSOS E INSTITUIÇÕES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", INCLUINDO O RECADASTRAMENTO DAS UNIVERSIDADES.

Titulares

Suplentes

PT

Iara Bernardi

PMDB

Gastão Vieira

PFL

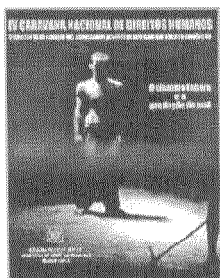
Paulo Magalhães

PSDB

Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado)
Professora Raquel Teixeira
Secretário(a): -

CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PUBLICAÇÕES
TÍTULOS PUBLICADOS — 2001/2002

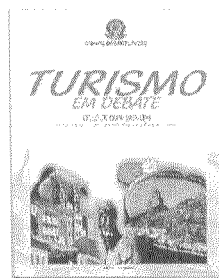
**IV CARAVANA NACIONAL DE DIREITOS
HUMANOS ...O SISTEMA FEBEM E A
PRODUÇÃO DO MAL**



ISBN: 85-7365-159-8

R\$ 4,40

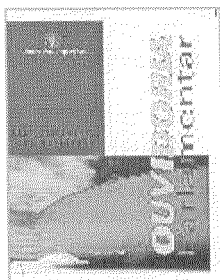
**TURISMO EM DEBATE : CICLO DE
CONFERÊNCIAS**



ISBN: 85-7365-156-3

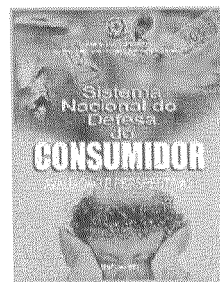
R\$ 7,70

**OUVIDORIA PARLAMENTAR : UMA PORTA
ABERTA PARA A CIDADANIA**



Esgotado

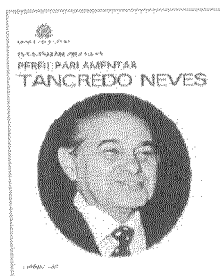
**SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DO
CONSUMIDOR : AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS**



ISBN: 85-7365-163-6

R\$ 4,40

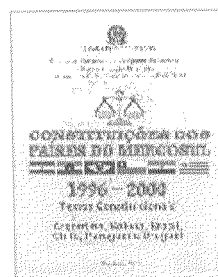
PERFIL PARLAMENTAR TANCREDO NEVES



ISBN: 85-7365-121-0

R\$ 22,00

**CONSTITUIÇÕES DOS PAÍSES DO MERCOSUL :
1996-2000 : TEXTOS CONSTITUCIONAIS :
ARGENTINA, BOLÍVIA, BRASIL, CHILE,
PARAGUAI E URUGUAI**



R\$ 16,50



EDIÇÃO DE HOJE: 202 PÁGINAS